UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS

Reflexões sobre a conduta dos guerreiros na Inglaterra da primeira metade do Quatrocentos

FRANCA

2020

FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS

Reflexões sobre a conduta dos guerreiros na Inglaterra da primeira metade do Quatrocentos

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Franca, para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura

Orientação: Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França.

FRANCA

2020

S237r

Santos, Fernando Pereira dos

Reflexões sobre a conduta dos guerreiros na Inglaterra da primeira metade do Quatrocentos / Fernando Pereira dos Santos. -- Franca, 2020

379 f. : tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Susani Silveira Lemos França

1. História Militar Medieval. 2. Guerra dos Cem Anos, 1339-1453. 3. Vícios. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS

Reflexões sobre a conduta dos guerreiros na Inglaterra da primeira metade do Quatrocentos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História e Cultura
Linha de pesquisa: História e Cultura Social

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França (presidente)
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca)

Prof. Dr. José Manuel Henriques Varandas
Universidade de Lisboa (FLUP)

Prof. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Fabiano Fernandes
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof. Dr. Rafael Afonso Gonçalves
Universidade de São Paulo (USP)

Franca, 28/05/2020

Dedico o presente estudo aos meus pais, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

É fundamental pontuar o reconhecimento ao apoio recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, sem o qual a realização do doutoramento não teria sido possível.

Registro minha gratidão a orientadora desta pesquisa, Professora Susani Silveira Lemos França, cuja serenidade e profissionalismo no desempenho do ofício docente foram imprescindíveis para a minha formação pessoal e profissional ao longo de toda a última década. Aqui também pontuo o inestimável auxílio da professora Catherine Nall durante minha estadia no *Royal Holloway, University of London*. Suas sugestões durante o labor tradutório do *Livro da Nobreza* foram inestimáveis para elucidar passagens de maior nível de complexidade. Reconheço, em uma mesma medida, a presteza da professora Carolina Akie Ochiai Seixas Lima (UFMT) em contribuir com a tradução de citações em latim realizadas por William Worcester naquele mesmo tratado.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa, pela leitura minuciosa do texto e das discussões realizadas durante as duas ocasiões. Seus contributos certamente enriqueceram a versão final do presente trabalho, assim como minhas ponderações futuras sobre o tema investigado.

Também é fundamental lembrar aqui dos servidores da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Franca, sobretudo aqueles que atuam ou atuaram na biblioteca da instituição no quadriênio 2016/2019. Seu comprometimento em prover um espaço de qualidade ímpar para os estudos influiu positivamente na possibilidade de desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, os anos empenhados na realização da pesquisa tornaram-se mais brandos com o apoio, em muitos sentidos, de Gláucia Pereira dos Santos, Maria Cardoso de Moura, Joel Tavares e Magda Semprini.

Em registros fidedignos, encontram-se os nomes daqueles que, em favor da honra e da glória imortais, diligenciaram seu amor, probidade e obediência ao príncipe e aos seus domínios em todas as horas de necessidade, servindo-lhe com o mesmo bom propósito e dedicando-lhe o dispêndio de suas vidas. Há, contudo, também aqueles perniciosos traidores que agiram de modo contrário aos seus soberanos e aos seus domínios por meio de conluios e de meios ardilosos, rebelando-se contra aqueles que os governam. A despeito de seu dever em auxiliá-los, foram indolentes, e por isso, em uma mesma medida, devem ter seus nomes conhecidos e associados à infâmia, reprovação e vergonha eternas. (Acusações do cavaleiro inglês Sir John Hardying sobre os inimigos do rei e também acerca de seus próprios pares de armas, c. 1457).

SANTOS, Fernando Pereira. **Reflexões sobre a conduta dos guerreiros na Inglaterra da primeira metade do Quatrocentos.** 2020. 378f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2020.

RESUMO

Ao longo da primeira metade do Quatrocentos, expedições militares levaram à ocupação efetiva de domínios na França pleiteados pelos monarcas ingleses. A despeito do sucesso dessas campanhas iniciadas em 1413, a governação daqueles territórios até primórdios da década de 1450 foi marcada, segundo relatos conhecidos, por instabilidades decorrentes da conduta inadequada dos guerreiros de um lado e de outro da contenda. Tais descaminhos foram alvo das inquietações de William Worcester (1415-1480/5?), letrado que denunciou em seu tratado *Boke of Noblesse* um fazer bélico contemporâneo descompassado, pouco virtuoso e marcado por desvios, distante, pois, dos modelos recomendados aos cristãos. Suas reflexões, quando comparadas com outras externadas por seus contemporâneos, trazem indicações sobre as etapas de organização e execução do conflito e permitem questionar características do fazer marcial quatrocentista tanto dos adversários franceses como dos próprios guerreiros ingleses. Ao atentar para esse aspecto, o objetivo desta investigação é perquirir o que se julgou condenável no empreendimento das contendas, interrogando, a partir da produção escrita inglesa, a redefinição dos caminhos para a condução do conflito e dos planos de conquista. Em síntese, a pesquisa dispõe-se a questionar sobre uma fração particular da história da guerra: os juízos e avaliações sobre os combatentes, esmiuçando seu papel como espelho para interpretar as condutas dos povos para além do próprio conflito.

Palavras-chave: Guerra dos Cem Anos – moralidade marcial – escritos sobre a guerra – William Worcester

SANTOS, Fernando Pereira. **Fifteenth-century England reflections on warrior's conduct.** 2020. 378f. Ph.D. Degree in History – Faculty of Human and Social Sciences, São Paulo State University, Franca, 2020.

ABSTRACT

At the first half of fifteenth-century, military expeditions led to the effective occupation of French domains claimed by English monarchs. Despite the successful results achieved in the campaigns started in 1413, it was generally asserted that, until the beginning of 1450's, the governance of those territories was characterized by instabilities originated from the inadequate behavior of warriors on both sides of the struggle. Such state of overall jeopardy was noticed by William Worcester (1415-1480/5?) in his treatise *Boke of Noblesse*, where he denounced a state of disorderly warfare, on the one hand, poorly associated with virtues and, on the other, strongly related to vices, stretched away from Christian recommended models. When compared to his contemporaries ideas, William Worcester's offer evidences regarding crucial steps in conflict organization and performance, enabling, in like manner, a proper questioning of both French and English martial enterprises characteristics. Aware of such perspective, this inquest targets what was understood as condemnable in war making, and, therefore, it interrogates English writings about the desired paths to be tread on effective conflict development and conquest plans. Shortly, this research aims to question a particular fraction of military history: the reasonings and evaluations concerning warriors' behaviour, scrutinizing their role as a mirror that enables a deeper interpretation of people's conducts beyond war itself.

Keywords: Hundred Years War – martial morality – writings about war – William Worcester.

SANTOS, Fernando Pereira. **Reflexiones acerca de la conducta de los guerreros en la Inglaterra de la primera mitad del Cuatrocientos.** 2020. 378f. Tesis (Doctorado em História) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2020.

RESUMEN

A lo largo de la primera mitad del Cuatrocientos, expediciones militares llevaron a la ocupación efectiva de dominios en Francia pleiteados por los monarcas ingleses. A pesar del éxito de estas campañas iniciadas en 1413, la gobernación de aquellos territorios hasta principio de la década de 1450 fue marcada, según relatos conocidos, por instabilidades consecuentes de la conducta inadecuada de los guerreros de un lado y de otro de la contienda. Tales descaminos fueron objeto de las inquietudes de William Worcester (1415-1480/5?) letrado que denunció en su tratado *Boke of Noblesse* un hacer bélico contemporáneo descomedido, poco virtuoso y marcado por desvíos, distante, pues, de los modelos recomendados a los cristianos. Sus reflexiones, cuando equiparadas con otras externas por sus contemporáneos, traen indicaciones sobre las etapas de organización y ejecución del conflicto y permiten cuestionar características del hacer marcial cuatrocentista tanto de los adversarios como de los propios guerreros ingleses. Al atenerse para este aspecto, el objetivo de esta investigación es perquirir lo que se juzgó condenable en el desarrollo de los pleitos, interrogando, desde la producción escrita inglesa, la redefinición de los caminos para la conducción del conflicto y de los planes de conquista. En síntesis, la pesquisa se dispone a cuestionar una fracción particular de la historia de la guerra: los juicios y evaluaciones sobre el comportamiento de los combatientes, desmenuzando su papel como espejo para interpretar las conductas de los pueblos para más allá del propio conflicto.

Palabras clave: Guerra de los Cien Años – moralidad marcial – escritos sobre la guerra – William Worcester

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO. 13

PRIMEIRA PARTE: Pensar o fazer armado e a sua configuração durante um século de animosidades 18

1. CAPÍTULO 1: Reflexões sobre a guerra 18

1.1. Por uma "nova cavalaria" 18

1.2. Reflexões sobre as armas antes do Quatrocentos 23

1.3. Os saberes e o conflito nos reinados dos dois Henriques 32

1.4. Escritos sob o amparo de cavaleiros 41

2. CAPÍTULO 2: O ofício de armas 54

2.1. Uma cavalaria de comuns 54

2.2. Enobrecer por meio dos feitos guerreiros 65

SEGUNDA PARTE: As acusações contra os franceses 84

3. CAPÍTULO 3: As práticas contrárias ao bom fazer marcial 84

3.1. A justa medida no conduzir das armas 84

3.2 Os inimigos franceses demarcados pelo descumprimento de sua palavra 92

3.3. Mediar as relações entre guerreiros através da honra 99

3.4. Combate a homens de um mesmo credo 107

4. CAPÍTULO 4: Períodos de paz para preparar a guerra 119

4.1. O emprego irregular dos períodos de tréguas 119

4.2. A pretensão pela paz duradoura de dois reinos governados pelo mesmo monarca 126

4.3. A interrupção deliberada das hostilidades durante as décadas de ocupação inglesa 134

TERCEIRA PARTE: Os ingleses e os desvios na prática marcial 154

5. Capítulo 5. A intemperança guerreira marcada por comportamentos reprováveis 154

5.1. Os apetites do corpo e o direcionamento inadequado das armas 154

5.2. O desnorteamento guerreiro relacionado às mulheres e a embriaguez 160

5.3 A recusa em combater 173

5.4. Atos guerreiros ilícitos 179

6. Capítulo 6: Combater por riquezas e os seus descaminhos.....186

6.1 Os alertas e recomendações a respeito da forma de guerrear no século XV ...186

6.2. A insegurança para os contendores ingleses 199

6.3. A cobiça dos capitães e dos combatentes comuns.....206

CONCLUSÃO.....225

ANEXO 1: Sobre o Livro da Nobreza: introdução e o estilo da escrita de William Worcester 229

ANEXO 2: Tradução integral do Livro da Nobreza.....241

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 357

Corpus documental 357

***Sites* consultados 363**

Obras de referência 363

Dicionários e enciclopédias 363

Estudos.....364

APRESENTAÇÃO

Entre as palavras de enaltecimento ao monarca lançadas por John Capgrave em seu *Liber de Illustribus Henricis*[1], datado de 1440, o letrado inglês anunciou suas expectativas a respeito da continuidade de uma série de conflitos travados contra os franceses que perduravam há mais de cem anos: "acredito, Senhor, que testemunharei dias felizes, e as nossas fronteiras em paz e prosperidade antes de minha morte".[2]

A esperança de que, em algum momento, os conflitos chegariam a seu fim em favor dos ingleses, com a glória do rei e a desonra dos seus contrários,[3] esmoreceu, entretanto, com o avanço do monarca adversário, Carlos VII (1429-1461), e de seus aliados sobre os domínios conquistados na época do rei Henrique V de Lancaster. Contrariamente ao período de campanhas vitoriosas ocorridas durante a década de 1410, quando o soberano e sua nobiliarquia guerreira foram capazes de subjugar em poucos anos uma vasta porção de territórios no reino da França e, assim, efetivar os pleitos em jogo desde o início das animosidades em 1337[4], as décadas finais do conflito foram caracterizadas pelo gradual esfacelamento da autoridade inglesa no continente. Um outro letrado, de identidade desconhecida, mas contemporâneo de John Capgrave, apontou, acerca desse contexto, que em seu tempo faltavam "poderio régio e espadas" para se contraporem aos inimigos[5], isto é, faltavam ações efetivas de Henrique VI, então reprovado por sua inação e inexperiência em feitos marciais.[6]

A despeito desses infortúnios, John Capgrave e outros de seus contemporâneos não deixaram de confiar na possibilidade de que as contendas findariam em favor dos ingleses. Mesmo vivenciando momentos de extrema adversidade, com a perda quase completa de seus domínios na França, nos primeiros anos da década de 1450, ainda se contava com uma guinada em sua sorte, pois foram muitos os exemplos de expedições vitoriosas, ocorridas em tempos passados, que subjugaram os inimigos e reforçaram as pretensões dos monarcas ingleses à Coroa do reino localizado no outro lado do mar.

---

[1] O *Livro dos ilustres Henriques* foi escrito entre 1446 e 1447. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. v.2, p. 389.
[2] CAPGRAVE, J. **The books of the illustrious Henries.** Translated from the Latin by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts, 1858. p. 149-150.
[3] Ibid, p. 5.
[4] CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 32-57.
[5] WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861, v. 2, p. 159.
[6] GRUMMITT, D. **Henry VI.** New York: Routledge, 2015. p. 127.

Traduzem, em parte, essas esperanças finais os escritos de William Worcester (1415-1480/5), um homem versado em diversos ramos do conhecimento, que pintou, a partir dos primeiros anos da década de 1450, um cenário ainda favorável às armas inglesas com a finalidade de exortar os guerreiros para a retomada dos combates contra o monarca francês. Apesar, no entanto, do ímpeto de encorajar, o letrado não omitiu as dificuldades a serem enfrentadas por seus contemporâneos para colocarem em efeito tal intento, pois, para além do sem-número de vicissitudes próprias da guerra e da manutenção dos domínios conquistados, uma adversidade ganha destaque entre as suas preocupações: a condução imoderada do conflito pelos desvios correntes dos guerreiros.

Os pontos levantados a esse respeito em seu *Livro da Nobreza* (*Boke of Noblesse*), mais do que interessarem por sua suposta singularidade, importam por estarem diretamente associados às preocupações observadas na produção escrita do período em geral, porém, com algumas diferenças amparadas na sua experiência própria e contatos com o cavaleiro John Fastolf (1380?-1459), seu amparador, nos territórios em conflito, diferentemente da erudição livresca dos tratadistas de seu tempo. Graças a essa vivência, Worcester, como veremos, traz à cena histórica as aflições dos homens de sua época, destinados a guerrear e, em contrapartida, traz as aflições daqueles que assistiam não só ao seu despreparo para fazê-lo como às condutas impróprias dos combatentes de um e de outro lado da contenda.

Inspirando-se, em certa medida, em obras como o *Quadrilog invectif* (1422), do francês Alain Chartier (1385?-1435?), que lamentaram a vitória do inimigo e ponderaram sobre a conduta dos guerreiros,[7] a obra do letrado inglês nos permite interrogar sobre ideais e malfeitos do fazer bélico quatrocentista que não se restringiram a um ou outro território. Considerando, entretanto, que algumas das reflexões de letrados franceses foram relegadas para um segundo plano e outras tantas ignoradas,[8] importa examinar as confluências e contrapontos dos saberes sobre a guerra produzidos naqueles dois redutos da Cristandade. Se na França foi profícua e intensa a elaboração de reflexões ao longo de todo o conflito, na Inglaterra não se testemunhou a formulação de livros de cavalaria em

[7] NALL, C. William Worcester reads Alain Chartier: Le Quadrilogue Invectif and its English readers. In: CAYLEY, E.; KINCH, A. (Eds.). **Chartier in Europe**. Cambridge, UK; Rochester, NY: D.S. Brewer, 2008. p. 135-148.

[8] Uma relação dos tratados produzidos na França é elencada por TAYLOR, C.D. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 69-70.

língua vernácula[9], de forma que os escritos, neste território, tenderam a abordar os feitos marciais e as condutas, práticas e ritos recomendáveis ou evitáveis, não apenas por homens de estado cavaleiresco, mas também por outros a quem deveriam instruir e direcionar.

Tendo em vista os valores expressos pelos ingleses, foi fundamental examinar as condutas e códigos a nortearem a administração do conflito e a mudança de objetivos em relação à segunda metade do século XIV. Apesar dos níveis de qualidade diferentes dos escritos de guerreiros legados a propósito das armas, notamos certas expectativas dos que compuseram as hostes, grupos armados formados pela mescla de indivíduos com e sem estado cavaleiresco, estes últimos representados, segundo resumiu o letrado John Trevisa (1342?-1402?), pelos que combatiam montados ou a pé.[10] Diante da alteração gradual da composição dos grupos armados entre os reinados de Eduardo III e Henrique VI, marcada pela integração de números cada vez mais significativos de homens de estado inferior nas hostes, fez-se necessária a difusão de um conjunto sistemático de códigos a regular suas condutas nas batalhas e no controle das regiões e fortalezas que foram por eles subjugadas e, simultaneamente, diversos foram os questionamentos a respeito do não cumprimento de formas exemplares de conduta e dos descomedimentos nas regiões de conflito.

Para melhor examinarmos os tipos de denúncias correntes, atentaremos para os parâmetros constituintes daquilo que se tomou por válido ou não no desempenho guerreiro. Assim, ainda na primeira parte do estudo, questionaremos tais reflexões – ausentes em outros escritos – no âmbito das crônicas e das suas reflexões sobre as artes da boa governação, bem como nos relatos pontuais produzidos por membros da administração Lancaster em territórios continentais. Nesse âmbito, a investigação também ressalta a importância das tréguas que marcaram de forma contínua as décadas de conflitos, pois foram etapas cruciais de sua realização, nas quais eram fixadas as relações de reconhecimento social entre guerreiros a subsequente construção de elos entre

---

[9] Os primeiros nesse sentido foram traduções e posteriores edições de tratados de outros lugares da Cristandade realizados ao final do Quatrocentos por William Caxton. Uma breve síntese a esse respeito foi realizada por: BORNSTEIN, D. D. William Caxton's chivalric romances and the Burgundian Renaissance in England. **English studies,** v. 57, n. 1, p. 1 – 10, 1976.; TAYLOR, C.D. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 69-70.

[10] TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 397. Um escrutínio recente sobre homens de estado inferior ao de cavaleiros e suas funções dentro das hostes foi realizado por: BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 179-215.

inimigos a partir de uma honra cavaleiresca partilhada e, do mesmo modo, eram regulados os embates entre contendores que partilharam da mesma crença.

Outra questão trazida à cena: a denúncia dos excessos dos ingleses e de seus adversários, seja na relação com as mulheres, seja no consumo de bebidas inebriantes. Além desses excessos, os desvios em foco dizem igualmente respeito ao descumprimento de acordos por parte dos responsáveis por conduzirem os exércitos, inclusive de pagamentos para aqueles enviados para o outro lado do mar. Tal ameaça à sobrevivência dos combatentes, ao lado da busca desenfreada por riquezas, são também alguns aspectos que merecem atenção no mapeamento das agruras e soluções de guerra. Confrontando as denúncias realizadas por William Worcester com a de outros homens do período, são analisadas, portanto, as inquietações, os infortúnios experimentados pelos ingleses e os incômodos vividos no contexto das batalhas, com ênfase sobre o que se julgou lícito ou condenável na execução da guerra.[11]

No que se refere à terminologia empregada na investigação, vale esclarecer que o vocábulo "francês" foi usado para delimitar uma das partes em choque naquele momento. Todavia, não se pode negligenciar que, sob tal designação, se esconde um território fragmentado por lealdades a senhores locais. Assim, quando um relato ou registro contemporâneo menciona os franceses, refere-se a homens falantes de uma mesma língua mas necessariamente não submissos ao monarca Valois, como aqueles governados pelos duques da Borgonha e da Bretanha ou leais a Carlos VII – liderados pelos condes de Armagnac na região centro sul do reino. O mesmo pode ser dito a respeito do termo "ingleses", isto é, homens submetidos ao monarca Lancaster e que não necessariamente seriam originários daquele reino, mas que, pela força da conquista, tornaram-se habitantes de regiões subjugadas e puderam manter seus bens e terras, desde que jurassem lealdade a Henrique V e, posteriormente, a Henrique VI.

Para além desses termos, o emprego corrente do vocábulo "cavalaria" remete não somente ao grupo dos guerreiros que receberam a honra da cavalaria por meio do ritual de adubamento, mas por referência aos códigos e saberes a nortearem a feitura da guerra,

[11] É válida a menção ao estudo de Matthew Strickland dentre aqueles muitos outros relacionados as manifestações do que teriam sido noções correntes a respeito das condutas e da validação social de práticas guerreiras. Muito embora trate de um período anterior ao investigado aqui, aquela obra extrapola o olhar meramente narrativo colocado sobre eventos militares para colocar em destaque as reflexões de letrados ingleses a respeito dos sentimentos e da força que os direcionamentos morais dos caminhos a serem tomados na feitura da guerra teriam exercido nas concepções de guerreiros e aristocratas ingleses. STRICKLAND, M. **War and chivalry:** the conduct and perception of war in England and Normandy, 1066 – 1217. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

que se estenderam para os combatentes de modo geral. Mais especificamente, quando grafado com inicial minúscula, o termo "cavalaria" refere-se ao grupo, isso é, aos cavaleiros, e quando grafado com inicial maiúscula, a "Cavalaria" faz menção ao conjunto de códigos.

Na mesma medida, o uso de correlatos como "combatentes", "guerreiros" e até mesmo "soldados" também se justifica por sua presença na documentação analisada, mas foi usado com cautela para evitar associações com conceitos modernos, que pressupõem a existência de forças armadas de caráter permanente. Afinal, no Quatrocentos, aquelas experiências marciais sucessivas por anos a fio foram regradas por meio de "contratos" de duração limitada, que estipulavam os períodos e a natureza do serviço, pressupondo, assim, uma dedicação pontual, e não exclusiva, às demandas da execução da guerra.[12]

Muito mais do que o estudo em questão, a presente tese traz a tradução, inédita em língua portuguesa, do *Livro da Nobreza*. No anexo, foram reproduzidos dois mapas que auxiliam a compreender a extensão dos domínios ingleses na França, bem como os lugares e eventos pertinentes das décadas de conflito entre os súditos Lancaster e Valois na primeira metade do Quatrocentos, contexto abordado tanto no âmbito da investigação como nos escritos de William Worcester e de seus contemporâneos.

[12] BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 22.

PRIMEIRA PARTE: PENSAR O FAZER ARMADO E A SUA CONFIGURAÇÃO DURANTE UM SÉCULO DE ANIMOSIDADES

1. CAPÍTULO 1: Reflexões sobre a guerra

1.1. Por uma "nova cavalaria"

Em outubro de 1453, Castillon[13], um dos últimos enclaves sob domínio da Coroa inglesa em terras continentais, resiste ao cerco imposto pelas hostes de Carlos VII, intitulado rei da França. Ali, John Talbot, o sexagenário cavaleiro e conde de Shrewsbury (c.1384-1453), tomou a frente na defesa do sítio que culminou no desfecho de uma guerra[14] que, nas palavras do monarca inglês Henrique VI (r. 1422-1461, 1470-1471), "perpetuou-se por mais de cem anos" e não trouxe muito mais do que "prejuízos e atribulações".[15] Consolidada a derrota, inquietações cercavam "os corações dos homens ingleses"[16], notadamente daqueles que, como John Talbot, compunham a cavalaria. Outrora triunfantes por seu valor, o seu insucesso foi motivo de questionamentos e reflexões entre as décadas finais do conflito e as imediatamente seguintes ao seu término. Vislumbradas em conjunto, as tentativas de resposta oferecidas trilharam um caminho sintetizado pelo dito "declínio moral" de todo o reino e, notadamente, de todos aqueles que estavam incumbidos em defendê-lo através do emprego das armas. É nesse sentido que seguem as impressões sobre a guerra e a cavalaria registradas por letrados ingleses quatrocentistas, como resume um anônimo cerca de treze anos antes da queda do condado da Gasconha:

> Nesses tempos, aqueles que subornam são condecorados como oficiais régios/ e malfeitores são condecorados como bailios/ enquanto os cavaleiros são reduzidos a coletores de taxas/ aduladores ingressam no

[13] Todos os nomes próprios, topônimos e gentílicos com equivalentes em língua portuguesa serão mantidos com a finalidade de oferecer maior fluidez ao texto, acompanhados, caso seja pertinente, de nota com seu equivalente no documento do qual foi extraído. Em relação a todos os outros termos estrangeiros, optei por manter seus registros como no original.

[14] VALE, M.G.A. **English Gascony, 1399-1453:** a study of war, government and politics during the later stages of the Hundred Years War. London: Oxford University Press, 1970. p. 152.

[15] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, p. 452.

[16] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 64.

> pariato régio (*kyngus perys*) [...]/ e homens pobres (*pore men*) tornam-se semelhantes aos cavaleiros **(***knyȝtus ferrys*).[17]

A "corrupção dos tempos",[18] assinalada pelo letrado, revela-se um ponto central nos escritos que ponderaram sobre a guerra e sua sistematização, sobretudo no que diz respeito às funções da ordem de armas.[19] Um dos letrados a compor escritos nesse sentido foi William Worcester (1415-1480/85), homem que esteve em contato com saberes considerados legítimos sobre a guerra. Ele legou, com isso, ponderações que ajudam a compreender as normativas acerca das experiências de armas e das regulações estabelecidas naquele período. Em linhas gerais, suas impressões merecem destaque pelos elementos que põem em cena. Um deles é o transvio da cavalaria, a qual teria relegado sua atuação guerreira a outras ações que destoavam dos caminhos aconselháveis e mostravam-se inconciliáveis com seu lugar social, visando finalidades que, por uma razão ou outra, não eram recomendadas. Junte-se a isso o aparente incômodo com a integração de homens pobres (*pore men*) às atividades guerreiras e cavaleirescas, fenômeno que, embora não fosse insólito, ganhava relevância nas décadas iniciais daquele século.[20] Tais ponderações centram-se em ditames moralizantes que, ao fim e a cabo, refletiram não apenas acerca do lugar reservado à ordem de armas no exercício lícito da violência, mas, sobretudo, buscaram organizar normativas sobre a constituição da própria cavalaria de seu tempo.

De modo geral, conceber a atuação da cavalaria era ponderar a partir dos "códigos de armas", isto é, de entendimentos vigentes acerca de práticas recomendáveis aos guerreiros, as quais faziam com que se ligassem pela expectativa de boas condutas em qualquer lugar da Cristandade onde viessem a combater.[21] O mais provável é que William Worcester e mesmo outros letrados do século XV, religiosos ou laicos, tenham

---

[17] WRIGHT, T. **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 2. p. 236. A entrada para o termo *ferys* indica não tão somente "um igual", mas também, "aquele que acompanha ou viaja com outrem, um companheiro, apoiador armado". Cf. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY.** Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED15650>. Acesso em: 13 mai. 2018.

[18] Título dado pelo editor deste texto no século XIX.

[19] Jean Flori realiza um retrospecto da relação entre os termos que designavam a alta nobiliarquia e a cavalaria. FLORI, J. **A Cavalaria**: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. Tradução de Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005. p. 113-126.

[20] AYTON, A. Military service and the dynamics of recruitment in fourteenth-century England. IN: BELL, A.; CURRY, A.; CHAPMAN, A. et. al. (Eds.). **The soldier experience in the fourteenth century.** Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 9-60.

[21] KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 240.

considerado saberes legados em meio a reflexões canônicas e jurídicas[22], confrontando essas expectativas gerais com as suas próprias, em função do contato com indivíduos em posição similar, preocupados em refletir a respeito da guerra em suas mais diversas etapas. Não era incomum o emprego de homens com habilidades para a escrita em funções de registro, produção e trocas de informações nas cortes e séquitos daqueles empenhados em atividades marciais[23], participando de embaixadas para tecer acordos de paz, tréguas e noticiar o que se tinha ouvido em paragens distantes[24]; ou mesmo, em alguns casos, sendo responsáveis por comporem missivas em nome dos próprios cavaleiros, endereçadas aos seus pares na guerra. Nessas missivas, registravam memórias sobre eventos pontuais de suas glórias ou de desmazelos de outrem.

Embora a produção sobre a guerra durante a centúria em questão seja volumosa, os letrados ingleses não se destacaram na elaboração de uma tratadística prescritiva aos cavaleiros. Mesmo com a intensificação dos combates contra escoceses e galeses no início do século XIV e a contenda perene em oposição aos franceses – que se estendeu até os primeiros anos da década de 1450 –, o destaque esteve nos escritos descritivos e narrativos, principalmente na forma de crônicas.[25] A esses juntaram-se cópias do latim e do francês, bem como a tradução ao vernáculo de escritos que, de alguma forma, abordaram normativas para a atividade marcial de modo mais generalizante, que não ofereciam especificamente regramentos voltados à cavalaria. Dentre esses escritos, é possível assinalar os de Vegécio,[26] Salústio,[27] Alain Chartier,[28] Honoré Bouvet, Guillherme de Ockham[29] e Christine de Pisan.[30] Essa situação começa a se alterar justamente com a tradução de Stephen Scrope da *Épître d'Othéa à Hector de Troie*,

---

[22] RUSSELL, F.H. **The just war in the middle ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975. p. 213-257.
[23] GREEN, R.F. **Poets and princepleasers:** literature and the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980. p. 71-80.
[24] TAYLOR, C.D. War, propaganda and diplomacy in fifteenth-century France and England. In: ALLMAND, C. **War, Government and Power in Late Medieval France**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 70-91.
[25] TAYLOR, J. English historical literature in the fourteenth century. Oxford: Clarendon Press, 1987. p. 8-36.
[26] SHRADER, C.R. A handlist of extant manuscripts containg the De Re Military of Flavius Vegetius Renatus. **Scriptorium,** Paris, v. 33, p. 302-304, 1979.
[27] WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430-1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 100.
[28] NALL, C. Perceptions of financial mismanagement and the English diagnosis of defeat. In: CLARK, L. **Conflicts, consequences and the crown in the middle ages**. Woodbridge: Boydell Press, 2007. p. 136.
[29] GENET, J.P. The problem of tyranny in fifteenth century England. **Moreana**, Irving, TX, v. 50, n. 191-192, p. 43-66, jun. 2013. p. 52.
[30] SUMMIT, J. The city of ladies in the library of gentlemen: Christine de Pizan in England, 1450-1526. In: _____. **Lost property:** the woman writer and English literary history, 1380-1589. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2000. p. 61-108.

tratado idealizado por Christine de Pisan muito mais como um livro de conduta cavaleiresca do que propriamente um manual de cavalaria,[31] como foi denominado *a posteriori* no "Livro da Cavalaria" (*The Boke of Knyghthode*)[32]. Ali são apresentados aconselhamentos que não apenas visam corrigir a cavalaria, mas, antes de tudo, sintonizar as ações de seu corpo com o cuidado da alma, evitando que esses viessem a se corromper em função de excessos ou mesmo de negligência durante a prática bélica.

De certa forma, é possível dizer que esse eixo regulador coincide com as preocupações de William Worcester. Em seu "Livro da Nobreza" (*Boke of Noblesse*)[33], também composto em inglês, ele não apenas traduziu e copiou noções sobre a guerra aplicáveis à cavalaria,[34] mas efetivamente concebeu um tratado cuja exortação pela retomada do conflito contra os franceses é o ponto de partida para realizar reflexões mais agudas sobre funções e, principalmente, desvios da cavalaria e dos demais guerreiros a comporem as hostes inglesas. Muito embora não se refira ao espírito, o cuidado em evitar determinadas práticas e emular tantas outras entendidas como virtuosas, a partir de exemplos de homens com atitudes "cavaleirescas", distingue seu escrito das demais produções inglesas, ao menos até as décadas iniciais da segunda metade do Quatrocentos.[35] Enquanto tais escritos empenharam-se justamente em descrever a guerra e apontar para seu malogro a partir de saberes mais amplos e "universais", William Worcester reflete mais diretamente sobre as ações da cavalaria engajada no conflito contra os franceses, oferecendo juízos sobre a conduta na guerra, mas que também acabavam por refletir indiretamente sobre os homens de seu tempo.

Veio, pois, a se distinguir daqueles outros escritos por não escrutinar a guerra em si, mas, em seu lugar, ponderar sobre a atuação cavaleiresca, delineando as zonas "ilícitas" de sua atuação, cujas expectativas, inspiradas nos códigos de armas pertinentes

---

[31] FRANTZEN, A.J. **Blood good:** chivalry, sacrifice and the Great War. Chicago: University of Chicago Press, 2004. p. 107.

[32] Duas edições foram produzidas ao longo do século XX, e ambas foram consultadas ao longo da investigação: BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970.; WARNER, G.F (Ed.). **The epistle of Othea to Hector or the Boke of Knyghthode.** Translated from the French of Christine de Pisan with a dedication to *Sir* John Fastol by George F. Warner. London: Nichols and sons, 1904.

[33] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860.

[34] NALL, C. Moving to war: rhetoric and emotion in William Worcester's Boke of Noblesse. DOWNES, ST.; LYNCH, A.; O'Loughlin, K. (Eds.). **Emotions and war: medieval to romantic literature.** Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015. p. 117.

[35] POWICKE, M. The English aristocracy and war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971. p. 130.

ao século XV, igualmente relevam os incômodos de um período conturbado, marcado pela derrota que culminou na expulsão inglesa da França e nas crescentes animosidades entre os apoiadores das casas de York e Lancaster. Sua reflexão torna-se mais contundente e digna de apreço quando se considera que, assim como Stephen Scrope, esteve diretamente ligado e a serviço de um dos cavaleiros que mais se destacou nas contendas justamente por sua perícia marcial, *Sir* John Fastolf – o qual atuou diretamente nos conflitos desde a década inicial do Quatrocentos até seu retorno definitivo à Inglaterra em 1439.[36] Aquele pensador, pois, mostrou-se conhecedor das noções que pretenderam guiar as condutas marciais de seu amparador, forjando, por meio das letras, as nuances daqueles laços partilhados entre o cavaleiro e seus outros pares de armas. Em seu escrito, importa destacar pontos que permitam configurar um quadro estável sobre os pactos correntes naquele tempo acerca da prática cavaleiresca e de sua atuação guerreira em um interstício demarcado, *a posteriori*, pelo que se convencionou denominar *Guerra dos Cem Anos*.[37]

Via de regra, uma série de inquirições permearam as concepções sobre a cavalaria e as expectativas que lhes foram lançadas no Quatrocentos inglês. Antes de propriamente adentrar no modo como William Worcester e outros letrados buscaram sistematizar suas ideias, vale percorrer algumas dessas propostas que antecederam as deles. Alguns aspectos sobre os fundamentos da cavalaria entre a primeira e a segunda metade do século XV merecerão atenção: quais os meios para o ingresso e a permanência nessa ordem? Quem eram aqueles que de fato deviam compô-la? Em que medida as reflexões sobre a cavalaria ajudam a compreender um fenômeno mais amplo de alterações sociais no fazer do conflito?[38]

Em finais do século XIV, quando o tema da guerra se apresenta como eixo central na construção de determinados saberes,[39] as normativas sobre a prática beligerante, como veremos, não surgem de modo coeso nos escritos ingleses, tampouco se restringem a um único gênero, permeando, ao contrário, uma série de composições: do relato histórico cronístico aos escritos administrativos e à poesia cortesã. Tão importante quanto

---

[36] HARRISS, G.L. **Fastolf, Sir John (1380-1459).** Oxford Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: < http://www.oxforddnb.com/view/article/9199>. Acessado em: 05 set. 2016.

[37] Ao longo da exposição, evitarei o emprego daquele conceito por ter sido concebido tão somente no século XIX.

[38] ROGERS, C. The military revolutions of the Hundred Years' War. **The journal of military history,** Vancouver, v. 57, n. 2, p. 241-278, abr. 1993.

[39] GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004. p. 99-112.

conjecturar sobre tais antecedentes, portanto, é refletir sobre a forma como se estruturaram esses saberes até o momento em que escrevem ambos os letrados, na tentativa de perceber a mudança de parâmetros de uma cavalaria descrita, anteriormente, como capacitada a "nunca fugir ao campo de batalha"[40] e que passa, no curto espaço de algumas décadas, a ser constantemente repreendida.[41] A fim de interrogar as possíveis mudanças, o capítulo versará sobre aspectos mais gerais dessa estruturação dos saberes sobre a guerra, na qual a cavalaria e a atuação de outros guerreiros possuem destaque sem, contudo, serem necessariamente o centro de suas preocupações. Conforme se avança até os escritos de homens como Stephen Scrope e William Worcester, a produção letrada passa a enfatizar os entendimentos sobre o ofício marcial. Por esse motivo, o foco deste estudo incidirá nessa alteração do eixo de reflexão sobre a guerra: antes conduzido pelos elementos mais amplos de sua constituição e, no século XV, sistematizados a partir dos fazeres guerreiros propriamente.

1.2. Reflexões sobre as armas antes do Quatrocentos

Entre aqueles que rumaram com Eduardo, o Príncipe Negro (1330-1376), em sua expedição ao continente na década de 1360, esteve um heraldista, empenhado no registro das ações de armas. Ele destacou que era motivado pela crença de "que todos deveriam estimar os saberes cavaleirescos".[42] Muito embora essa prerrogativa tenha sido partilhada por outros escritores do momento, a guerra era o mote sobre o qual escrevia, e as ações de armas eram apenas um dos elementos a merecerem atenção.

Quando Jean le Bel (c. 1290-1360), cronista flamengo que partilhou de experiências marciais junto aos ingleses no início do século XIV, destacou que "todas as batalhas e façanhas dignas de menção deveriam ser registradas", seu olhar foi muito mais o de quem pretendia oferecer o panorama de um conflito que propiciava um ambiente para que certos homens se destacassem do que propriamente apontar para emendas e

---

[40] WRIGHT, T. **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 2. p. 124.

[41] Em alguns casos, são apresentados com duras palavras, como as de William Caxton, ao dizer que deixam "abater-se pela negligência e não mais [são] experimentados como nos tempos de outrora, quando eram renomados por todo o mundo". ADAMS, R. **The book of the order of chivalry.** Huntsville, Texas: Sam Houston State University Press, 1991. p. 34.

[42] **THE LIFE** of the Black Prince: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Claredon Press, 1910. p. 135-136.

desvios de suas ações. Sua compreensão era então de que, na guerra, "uns, mais do que os outros, deveriam ter seus feitos registrados junto a seus nomes"[43]; feitos tão afamados que justificariam o seu registro para a posteridade.

De certa maneira, a descrição das contendas e dos feitos de armas foi o espaço onde se alicerçaram os escritos ingleses daquele século. É sob essa perspectiva que Robert de Avesbury (?-1359), um escrivão (*registrar*) ligado à corte do bispo de Canterbury, expressou seu desejo de "assentar os maravilhosos feitos do magnífico rei da Inglaterra e de sua nobreza".[44] Outro, à sua semelhança, o cronista Peter de Langtoft (? – 1307?), declarou ser seu objetivo que todos "ouçam atentamente como a Inglaterra veio a originar-se", a saber, por meio de uma sucessão de conflitos entre seus primeiros habitantes, elaborando, assim, um modelo explicativo para justificar a subordinação dos reinos circunvizinhos ao reino inglês.[45] O peso dado à descrição igualmente esteve presente nos escritos daqueles que, para além de ouvirem, também remetiam a outros textos para fundamentarem suas leituras sobre a cavalaria.

Religiosos como o anônimo de Canterbury expressaram interesse pelas questões seculares e puderam melhor se informar e narrar graças ao contato com homens e documentos ligados ao fazer marcial, em grande medida cavaleiros que obrigatoriamente percorriam a rota até os portos ao sul do reino para cruzarem os territórios continentais. Seus congêneres laicos, em certa medida, também partilharam de tais premissas no ajuntamento de informações, porém, em alguns casos, foram além: Geoffrey le Baker (?-1358?), Thomas Gray (c. 1310-1369) e um dos continuadores da crônica de Lanercost certamente possuíram contato com outros homens de armas durante seus anos de experiências marciais, em que as trocas de informações vieram a embasar, complementar e mesmo a oferecer dados não encontrados em outras descrições.

A composição das narrativas, apesar desse recurso à experiência, era igualmente alicerçada em frequentes recorrências a escritos de autoridades anteriores[46], os quais, acrescidos de notícias presentes, nortearem a memória dos feitos de armas do rei e de sua aristocracia cavaleiresca. A seleção do que reportar e de como fazê-lo projetava a construção do protagonismo do rei e de cavaleiros como atores por excelência das

---

[43] BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel:** 1290-1360. Translated by Nigel Bryant.Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 22.
[44] GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 68.
[45] **THE CHRONICLE OF Pierre de Langtoft.** Edited by Thomas Wright. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer: 1866. v. 1. p. 3.
[46] SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974. p. 9-14.

atividades marciais, cujo desempenho, no desenrolar das contendas, mereceu significativa atenção em detrimento da atuação de outras personagens no conflito.[47] Mais especificamente, a presumida intenção de narrar a guerra seguiu por um caminho no sentido de considerar o seu desenrolar, em que o enaltecimento das ações beligerantes de determinadas figuras poderia fornecer-lhe o mote, capitaneando os rumos da descrição, sem que necessariamente maiores ponderações fossem feitas a respeito do direcionamento correto ou não de suas armas.

Essa forma de sistematizar a narrativa seria impulsionada, ao longo do século XIV, por códigos sociais que conferiam ao relato e ao registro sobre os feitos bélicos uma função social tão ou mais importante que o próprio ato de se engajar no conflito.[48] Era preciso, assim, dar a conhecer as ações de seus realizadores, e mais, atribuir-lhes a justa fama pelos seus atos. Nas vésperas da expedição contra os escoceses em 1306, Eduardo I (r. 1272-1207) promoveu o chamado "Banquete dos Cisnes" (*Feast of the Swans)*, como uma espécie de "aparato" de demonstração de força contra seu oponente Robert Bruce, rei dos escoceses. Como ato solene, destinado aos grandes do reino, era desejável que fosse reportado por cronistas que lá estiveram, ou ao menos por aqueles ligados a homens que amparavam a seus escritos, sob cores que fizessem conhecer sua presença, pois era uma forma de afirmar e legitimar sua integração à cavalaria do reino.

Essa fixação da memória entremeava a recorrência a modelos de outrora para embasar as ações marciais da cavalaria do presente, onde personagens como Bruto de Tróia ou mesmo o rei Artur eram pintados sob os matizes cavaleirescas. Dessa maneira, Peter de Langtoft utilizou-se dessa sobreposição entre o passado e o presente para imbuir valores nos cavaleiros ingleses de seu tempo. Não se tratava, assim, de um banquete qualquer ou mesmo da renovação de mais uma campanha contra um inimigo contumaz, que os obrigava a guerrear ano a ano. Se observada mais de perto, a cerimônia ocorreu quando a transição da Coroa parecia encaminhar-se de um Eduardo I, quase septuagenário – laureado pelas expedições à Terra Santa, França, Gales, Escócia e legitimado como senhor daquele reino por grande parte da nobiliarquia local[49], em face a seu filho e sucessor, Eduardo II (r. 1307-1327), que ainda necessitava provar sua habilidade em armas para encabeçar a cavalaria do reino. Foi essa conjunção de fatores, considerados

[47] ALLMAND, C. The reporting of war in the Middle Ages. In: DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 17-33.
[48] GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004. p. 104.
[49] PRESTWICH, M. **Edward I.** Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988. p. 24-555.

pelo cronista, que o levou a tecer comentários elogiosos aos cavaleiros e ao evento como um todo, ao mencionar que "nunca na Bretanha, desde o nascimento de Cristo, se viu tanta nobreza em qualquer cidade, à exceção de Caerleon nos tempos antigos, quando *Sir* Artur, o rei, foi ali coroado"[50].

Nesse tipo de relato, tratou-se de destacar o apoio tanto à governança presente quanto à futura, bem como a elevação da velha e da nova cavalaria. Escritos daquela natureza serviram, pois, para exemplificar os contornos comuns de uma escrita que se estruturou visando não apenas a que fossem lidas em ambiente cortesão, mas também elencar elementos pertinentes ao fazer guerreiro.[51] Em função disso, a cronologia e o regramento da conduta marcial mostravam-se secundários se comparados ao intento de disseminar a reputação dos guerreiros, intrinsecamente ligada à sua aptidão para o manejo das armas e para o combate dentro de certos códigos de compreensão comum.[52] Dito de outra forma, tratava-se mais de explicitar a construção de um cenário belicoso, onde haveria a oportunidade para a realização de feitos a serem louvados ou mesmo reprovados, sem que, contudo, houvesse maiores especificações sobre os porquês de um entendimento ou de outro. Isso decorre, em larga medida, das expectativas que os cronistas colocavam sobre os membros da cavalaria como possíveis leitores ou ouvintes de seus textos, não sendo necessário aprofundarem questões de conhecimento partilhado por aqueles homens de armas.[53]

Nas crônicas, portanto, localizava-se parte da sistematização dos saberes sobre a guerra produzidos ao longo do século XIV, em especial aqueles relacionados à atividade cavaleiresca e aos interditos cristãos de longa data.[54] Outros textos buscavam estabelecer os lugares de uso da força por seus amparadores, contudo, de maneira similar, evitavam se comprometer quanto ao grau de licitude ou mesmo de reprovação de determinadas ações. As atividades cavaleirescas, assim, permaneciam mais como feitos inerentes à guerra, onde excessos, faltas e quaisquer tipos de desvios justificavam-se, desde que seus resultados ou pretensas intenções daqueles cavaleiros responsáveis por perpetrá-las viessem a enaltecê-los. É o que ocorre quando o cavaleiro Walter de Mauny (c.1310-

[50] **THE CHRONICLE OF Pierre de Langtoft.** Edited by Thomas Wright. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer: 1866. v. 2, p. 369.
[51] HAY, D. History and historians in France and England during the fifteenth century. **Historical research,** London, v. 35, n. 92, p. 114, nov. 1962.
[52] GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004. p. 102-111.
[53] KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965.
[54] WHETHAM, D. **Just wars and moral victories**: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages. Leiden; Boston: Brill, 2009. p. 71-113.

1372) confessa, em seu famoso juramento registrado por um poeta contemporâneo dele, que planejou "atear fogo em uma cidade fortificada com torres, arruinando-a, enquanto seus habitantes são exterminados e seus corpos jazem de bocas bem abertas"[55], apenas para provar o seu valor em combate e sua lealdade para com o monarca, abrindo mão de qualquer possível reprimenda por parte do letrado. De qualquer forma, se não possui a sobriedade do Banquete dos Cisnes, a concatenação de ideias nos "Votos do Pavão"[56] serve aos mesmos objetivos: em meio a uma narrativa amplamente descritiva, elaborava-se um cenário de contenda que revigorava, em termos nem sempre bem definidos, a licitude do conflito.[57] Essa conjuntura, por sua vez, apresentava-se como o espaço por excelência de feitos cavaleirescos, os quais eram buscados pelos membros da ordem de armas em sua constante diligência para que seu nome fosse enaltecido, rememorado e emulado pelas gerações posteriores.[58]

Apesar de essas características descritivas permearem em grande medida os escritos, prescrições pontuais à cavalaria poderiam figurar não apenas em meio aos relatos sobre a guerra, mas também em textos com finalidades outras que não a circunscrição das condutas marciais. Por exemplo, Walter de Milemete, um eclesiástico com amplo domínio de saberes,[59] realizou uma série de aconselhamentos ao monarca Eduardo III (r. 1327-1377)[60] acerca da justa governança e da manutenção da paz interna do reino. Em seu tratado "Sobre a nobreza, a sabedoria e a prudência dos reis" (*De nobilitatibus, sapientiis et prudentiis regum*), as ponderações sobre a figura régia e as origens de seu poder propõem que as virtudes devem direcionar seu bom governo. Naquele momento, a ameaça de conflitos contra escoceses e franceses,[61] junto à insatisfação que levou à deposição e morte do último monarca,[62] requeriam do novo governante não apenas ações

[55] WRIGHT, T. **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 2. p. 14.
[56] "The Vows of the Heron" no original.
[57] Era frequente a recorrência a lugares comuns a propósito da guerra, elencando o pleito à Coroa francesa por parte do monarca inglês, os agravos cometidos desde tempos anteriores, a obrigação de repará-los, porém sem oferecer maiores detalhes e partindo de um conhecimento que já parecia de conhecimento tácito e que, portanto, não carecia de maiores explicações.
[58] KEEN, M. **Chivalry.** New Haven: Yale University Press, 1984. p. 219-220.
[59] NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England***:* treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 19.
[60] Edward III.
[61] PRESTWICH, M. **Plantagenet England:** 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005. p. 292-327.
[62] BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook.** Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 24-32.

para apaziguar a aristocracia, mas sobretudo prescrições a guiarem as ações marciais. Dessa forma, para assegurar o sucesso na guerra, é preciso não somente recorrer a "todos os recursos legais", mas, sobretudo, "instruir diligentemente os cavaleiros",[63] por meio da seleção dos mais aptos e de um treinamento que permitisse "discipliná-los no uso das armas"[64] e nortear o seu fazer, em conjunção com "aconselhamentos dos mais experientes e sábios".[65]

Muito embora a forma como elenca os preceitos sobre a cavalaria resulte de sua adaptação do "Compêndio da arte militar" de Vegécio[66], Walter de Milemete vai além dos cronistas, por não se limitar a descrever, mas, em vez disso, sintetiza as proposições para a cavalaria de seu tempo. Bons indícios de que essa não era uma perspectiva tão corriqueira ao longo do período trecentista encontram-se, também, nas ponderações realizadas por um dos cavaleiros mais afamados do final do século XIV, Thomas Woodstock (1355-1397). Sagrado pelo ingresso na ordem de armas em 1377 e, posteriormente, herdando a posição de condestável do reino, o filho mais jovem de Eduardo III e também duque de Gloucester foi responsável, dentre suas façanhas beligerantes, pela última grande *chevauchée* inglesa contra a França no Trezentos, tornando-se assim um homem com vasta experiência nas atividades marciais.[67]

Com base na sua prática, reuniu uma série de normativas sobre as leis de armas a serem observadas durante a resolução de litígios entre outros de seus pares[68] e encaminhou-os ao seu sobrinho, o rei Ricardo II (r. 1377-1399). Ao reproduzir a prática comum de longa data, em que os letrados externavam os motivos para a realização do labor reflexivo na dedicatória de seu escrito [69], o condestável chama a atenção do monarca para o fato de que "não existem muitas regras, costumes e ordenanças sobre a forma de

---

[63] NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England***:* treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 56.
[64] Ibid., p. 49.
[65] Ibid., p. 59.
[66] São conhecidas cópias daquele escrito ao longo do século XIV, tanto sob posse de eclesiásticos quanto de Eduardo I. ALLMAND, C. **The De re militari of Vegetius**: the reception, transmission and legacy of a Roman text in the Middle Ages. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011. p. 68-69.
[67] WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 298-299.
[68] Na "Ordenação e forma de lutar dentro da batalha" (*The ordenaunce and fourme of fightyng within listes*), o vocábulo "listes" refere-se ao local de combate onde eram praticadas atividades de armas reguladas e com finalidades específicas, como justas; no caso desse escrito, de combates para resolução de disputas litigiosas entre dois cavaleiros. Cf. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED25749. Acesso em 13 mai. 2018.
[69] LAKE, J. (Ed.). **Prologues to ancient and medieval history:** a reader. Toronto: University of Toronto Press, 2013. p. XI-XVIII.

guerrear dentre os combatentes de seu tempo" e nem mesmo "no de seus progenitores".[70] Sua afirmação ganha suma importância, no contexto em questão, dada a dupla posição de letrado e guerreiro: a primeira permitiu-lhe conhecer os saberes acerca das normativas cavaleirescas durante as expedições marciais; a segunda tinha-lhe proporcionado conhecimentos empíricos e o contato com aqueles outros homens de armas.

Para além da aquisição de conhecimento pelas crônicas e outros tipos de narrativas em ambiente cortesão, é possível que Thomas Woodstock tenha acedido aos regramentos por escrito em obras que compunham a sua própria biblioteca, uma das mais significativas de seu tempo. Dentre os seus pouco mais de oitenta livros inventariados,[71] figuram registros em sua ampla maioria em latim e francês, não restritos à legislação e administração inglesa e francesa (*Estatutȝ Dengletre e Fraunce*), pois também incluíam obras que efetivamente constituíram os pilares da organização dos conhecimentos sobre a atividade bélica: aqueles advindos da Antiguidade, como Tito Lívio e textos sobre a guerra de Tróia (*Ector de Troie, Bataille de Troie* e *Sege of Troie*); crônicas, como as de Nicholas Trevet (c. 1258-1328) (*Cronicles Tryvet*), a *Flos Historia* e as *Cronicles Dengletre*[72]. O inventário também indica que ali figuravam épicos sobre a matéria da Bretanha (*Livre de Merlyn*, *Romance de Launcelot, Tretiȝ de Roy Arthur*) e outros compêndios de conduta cavaleiresca, como o *Romance da Rosa* (*Roman de la Rose*), *Bevis de Hempton* (*Beux de Hampton*), *Godfrey de Bouillon* (*Godefray de Boillou*), *Guilherme, o Marechal* (*William March*) e os feitos de *Fulk FitzWarin* (*Gest de Fouke filtȝ Waryn*), além de um *Livre fait de vices at vertues* e de um *Vagesse de Chivalrie.*[73]

---

[70] TWISS, T (Ed.). **The black book of the Admiralty.** London: Longman, 1871. v. 1. p. 303.

[71] DILLON, V.H.; HOPE, W.H.J. Inventory of the goods and chattels belonging to Thomas, duke of Gloucester, and seized in his castle at Pleshy, co. Essex, 21 Richard II. (1397); with their values, as shown in the escheator's accounts. **Archaeological Journal,** London, v. 54, n. 1, p. 281, 1897.

[72] Não é possível precisar quais crônicas remetem a tais títulos, uma vez que variações de ambas designações foram comuns e atribuídas a um número significativo de textos. Roger of Wendover e Matthew Paris foram dois dos responsáveis pelos *Flores Historiarum*, compostos e continuados entre os séculos XII e XIII, respectivamente. Quanto às "crônicas da Inglaterra", é possível mencionar *L'estoire des Engleis* de Geoffrey Gaimar e a *Historia Anglorum* de Henry of Huntingdon, porém, ao voltar o olhar para o período trecentista, a *Historia Anglicana* de Bartholomew Cotton pode remeter a essa crônica, bem como uma cópia de uma outra com maior circulação no período: a *Historia Anglorum*, também atribuída ao supracitado Matthew Paris. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 356-378.

[73] Conforme será observado mais adiante, na biblioteca do castelo de Caister há uma obra atribuída a Vegécio, intitulada "*Veges de larte de Chevalerie*", cuja similaridade do título pode indicar que se tratava de uma tradução de tal texto. Dentre suas cópias, produzidas no século XIV inglês, não há referências posteriores a um possível texto em posse do duque de Gloucester. DILLON, V.H.; HOPE, W.H.J. Inventory of the goods and chattels belonging to Thomas, duke of Gloucester, and seized in his castle at Pleshy, co. Essex, 21 Richard II. (1397); with their values, as shown in the escheator's accounts. **Archaeological Journal,** London, v. 54, n. 1, p. 300 - 303, 1897.

Contando com esse volumoso arcabouço de escritos sobre a guerra, o cavaleiro da Ordem da Jarreteira seguiu pela mesma senda de Thomas Gray, ao tomar a pena para si, porém, ao contrário daquele, que em larga medida se restringiu a "examinar superficialmente os feitos dos ancestrais", com a finalidade de "traduzir e compor sobre as realizações dos ingleses",[74] Thomas Woodstock decidiu organizar suas reflexões de modo a "diligenciar e corrigir" o rei e seus pares, não apenas se servindo de textos de outrora como modelos, mas incluindo "o aconselhamento dos cavaleiros e de outros senhores de seu reino versados nas atividades de armas".[75] Ao buscar normatizar os códigos de armas vigentes, Thomas Woodstock conjuga, como era habitual no seu tempo, o peso da "tradição" com o da "experiência" para propor o que era desejável e merecia ser conhecido por todos. Ele advogou, assim, em favor da necessidade de regulação dos saberes sobre a guerra e a conduta cavaleiresca, uma vez que, até então, em suas palavras, "aqueles que ocuparam essa posição" de condestável antes dele não colocaram por escrito seus conhecimentos e experiência.[76]

É notável, portanto, que, se outrora essa sistematização não foi entendida como relevante ou mesmo requerida, no final do século XIV, essa tentativa veio a ser proposta por uma das figuras-chave na realização da guerra, visando dar a conhecer aos seus próprios pares e ao monarca. Dessa forma, ele exorta todos para que "leiam e ouçam" as informações de seu livro, para que, amparados por sua experiência e conhecimento do fazer bélico, possam discutir sobre suas ponderações, a fim de não apenas "legitimar e aprovar" seu conteúdo, mas, sobretudo, "ordenar e confirmar"[77] o que ali estava arranjado por escrito.

Consideradas em conjunto, pois, as reflexões de laicos e eclesiásticos fundamentaram a atividade de armas para louvar a aristocracia guerreira e destacar a figura de seus amparadores como agentes da história do reino[78], onde também poderiam vir a legitimar suas ações sobre bases da licitude moral. Embora tais finalidades tenham sido observadas em outros territórios da Cristandade,[79] as concepções e efetiva organização apresentam como particularidade o caráter circunstancial e fragmentário das

[74] GRAY, T. **The Scalacronica:** 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 3-4.
[75] TWISS, T (Ed.). **The black book of the Admiralty.** London: Longman, 1871. v. 1. p. 303.
[76] Ibid.
[77] Ibid, p. 305
[78] GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004. p. 101-102.
[79] FLORI, J. **Caballeros y caballeria en la Edad Media.** Traducción de Godofredo Gonzalez. Barcelona: Paidós, 2001. P. 253-260.

reflexões sobre a cavalaria, em especial se considerados os escritos propostos por laicos em comparação com aqueles de seus rivais franceses, aos quais tinham acesso sobretudo a partir das décadas finais do século XIV.[80] Não é o caso aqui de estipular até que ponto as crônicas de Jean Froissart e de seus continuadores até o final da Guerra dos Cem Anos, como Enguerrand de Monstrelet, Olivier de la Marche e Jean de Bueil,[81] foram conhecidas entre os ingleses. Importa, sim, notar que estes últimos não testemunharam paralelos tão notáveis por parte dos letrados insulares, resumindo-se suas tentativas no século XIV àquelas supramencionadas de Thomas Gray, Thomas Woodstock, Geoffrey le Baker, do heraldista de *Sir* John Chandos e de homens com interesses e possível participação na guerra, ou ao menos em contato com cavaleiros – como um dos continuadores da *Crônica de Lanercost*, Robert de Avesbury; o eclesiástico anônimo de Canterbury; sendo possível incluir, com reservas, os escritos de Henry de Grosmont (c. 1310-1361), duque de Lancaster e do cavaleiro lolardo *Sir* John Clanvowe (c. 1341-1391).[82]

Tal número reduzido pode ser explicado, em parte, se comparado à produção letrada francesa, que testemunhou um rápido e vigoroso incremento através do incentivo régio, ao passo em que, na Inglaterra, essa mesma atividade teria sido realizada sob os auspícios de senhores locais sem participação ativa da Coroa. Mais especificamente, enquanto as percepções do outro lado do mar lidavam com as agruras da guerra em seu cotidiano, a qual foi travada em seu território, os escritos ingleses, até as vésperas da invasão da Normandia, na década de 1410, de modo geral tratavam do conflito como uma experiência distante e sob um viés descritivo[83].

Assim, a organização de tais saberes, até meados da primeira década do Quatrocentos, não se concentrou em escritos direcionados ao uso correto das armas, como as tentativas realizadas nos manuais de cavalaria propostos por homens da estirpe de Geoffroi de Charni e Jean Boucicaut[84], e, ao invés disso, esteve dispersa em fontes diversas, em especial nas crônicas. Até o final do século XIV, as normativas com fins de

---

[80] TAYLOR, C.D. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 69

[81] HAY, D. History and historians in France and England during the fifteenth century. **Historical research,** London, v. 35, n. 92, p. 111-127, nov. 1962. p. 116.

[82] Ambos se utilizaram de uma linguagem em tons cavaleirescos em seus respectivos "Livros dos santos remédios" (*Livre de seyntz medicines*) e "Os dois caminhos" (*The two ways)*, muito embora suas linhas tenham funções mais religiosas do que marciais. TAYLOR, op. cit, p. 67.

[83] Ibid, p. 79.

[84] BRUSO, S. Bodies hardened for war: knighthood in fifteenth-century England. **Journal of medieval and early modern studies,** North Carolina, v. 47, n.2, p. 256, mai. 2017.

ordenamento das ações cavaleirescas deixaram de figurar como mais um elemento a ser avaliado em reflexões sobre a guerra e passam a ser o elemento que une um sem-número de escritos, especificamente destinados a denunciar seus vícios. Paralelamente à escrita cronística, ainda relevante ao menos até o século XVI[85], os escritos sistematizadores da guerra com viés na ação guerreira consubstanciam-se através de adaptações ao vernáculo, tanto em forma prosaica como versificada, de tratados que metodizaram, de modo mais estrito, não apenas as aspirações, mas sobretudo as inquietações sobre suas condutas. Por essa razão, não cabe ainda questionar quais eram os elementos morais a serem destacados na execução das atividades de armas pelos letrados ingleses, pois antes é preciso refletir sobre os contornos gerais de como foram dados a conhecer aos guerreiros quatrocentistas.

1.3. Os saberes e o conflito nos reinados dos dois Henriques

Em 1455, "sentindo que a idade se aproximava e não mais podendo seguir na profissão de armas junto a outros príncipes e cavaleiros", Jean de Wavrin (c. 1394/8-1474), um cavaleiro e aristocrata borgonhês com ampla experiência marcial junto aos ingleses[86], recorre à tópica, correntes nos escritos quatrocentistas, de que seria lamentável que grandes feitos não merecessem memória escrita, referindo-se aos tempos de Henrique VI. Lamentava ele que, embora o reino estivesse "sempre bem provido de nobres cavaleiros que empreenderam e realizaram muitas campanhas marciais altivas por meio de grande bravura" e do "nobre exercício cavaleiresco", não era possível "deixar de maravilhar-se com o fato de que os responsáveis pela escrita daquele reino não [tivessem] se predisposto a narrar suas vidas, excetuando pequenos livros que se referem a cada um deles, separadamente".[87]

Os "nobres saberes cavaleirescos" aos quais Wavrin se refere, contudo, envolveram muito mais do que esses homens notáveis de origens aristocráticas. Sob este rótulo havia uma gama de laicos engajados na guerra de forma ampla, isto é, não apenas descrevendo as ações de armas de uma ordem empenhada na salvaguarda do bem comum,

---

[85] GIVEN-WILSON, C. Official and semi-official History in the later middle ages: The English evidence in context. In: KOOPER, E. (Ed.). **The Medieval Chronicle V**. Amsterdam: Rodopi, 2008. p. 1-16.
[86] GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 288.
[87] WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. v. 1, p. 2-3.

mas também oferecendo modelos para a organização de suas ações.[88] Delimitar o que era a violência lícita, a finalidade do conflito, a disposição do corpo e dos bens na atividade marcial, ou mesmo sopesar os laços de amizade e auxílio entre guerreiros eram preocupações gerais dos homens de armas, muito embora seus contornos fossem matizados em escritos cujos epítomes do bom contendor eram delineadas a partir da figura dos aristocratas, e não do "soldado comum".[89]

Nesse sentido, considerando-se o crescente protagonismo assumido por não-aristocratas na realização da guerra e, paralelamente, a composição de escritos sobre as atividades marciais e a cavalaria, pretensamente dirigidos aos membros da aristocracia que carregavam consigo tal titulação de armas, seria possível firmar um contato acerca das aspirações lançadas sobre aqueles de origem bem reconhecida e outros de nascimento comum? Mais precisamente, em alguma medida, os escritos quatrocentistas ingleses contemplaram a atuação desses "comuns", homens de origens mais nebulosas – e que poderiam vir a ser agraciados com o título de cavaleiro?

A participação nas hostes de indivíduos que não figuravam nos altos degraus da hierarquia social e governativa, e que faziam da prática beligerante seu ofício gerou incômodos e estimulou escritos sobre conflitos com forte teor moralizante. Paralelamente, reconhecia-se a necessidade da incorporação desses homens nas hostes em campanhas de conquista e também na manutenção da posição do poder régio no continente, sobretudo na defesa de fortificações e de suas cercanias.[90] Dessa forma, acreditava-se ser preciso alcançar um equilíbrio entre sua serventia na defesa dos súditos que viviam para além do mar estreito[91] e a constante tensão causada por malefícios decorrentes de ações imoderadas. Portanto, pensar sobre os meios de circulação de informações sobre a guerra e regulações desta ajudará a compreender, mais adiante, como e em que medida os escritos justificaram a inserção daqueles indivíduos "comuns" às hostes que cruzaram e combateram nos domínios ingleses na França. Assim, a interrogação a ser lançada vai no sentido de refletir sobre a sustentação, nos tratados produzidos no período quatrocentista,

---

[88] KAEUPER, R. **Medieval chivalry.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 22.

[89] É pertinente a discussão apresentada sobre certos homens, situados socialmente abaixo da cavalaria, que se engajavam anos a fio nas campanhas de Henrique VI. Durante o século XV, não é incomum a presença de "profissionais" militares, cuja ocupação primordial esteve de alguma forma relacionada à guerra. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 54-94.

[90] WRIGHT, N. A. R. Ransoms of non-combatants during the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 4, v. 17, 1991, p. 325.

[91] A nomenclatura dada ao canal da mancha por um letrado contemporâneo foi "narrow sea". WRIGHT, T. **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 2. p. 161.

da integração dos não-aristocratas – ou ao menos daqueles que advinham de ramos secundários das famílias – ao conjunto de guerreiros a contenderem do outro lado do mar; ainda que mantida a diferenciação hierárquica entre seus pares de armas.

Assim, uma vez que a heterogeneidade de origem era notável,[92] assegurar o conhecimento das normativas beligerantes "por meio da escrita" era, assim, fundamental a todos aqueles ligados às atividades de armas e com possibilidades de galgar seu espaço junto à ordem cavaleiresca. Quando muitos daqueles aventureiros embarcaram rumo à França em 1415, as ordenações de Henrique V atentaram para a obrigação de que "todo capitão e qualquer outro súdito membro da hoste", fosse ou não aristocrata, estivesse ciente das normativas vigentes, sem poder jamais alegar "ignorância" sobre os limites de sua atuação.[93] Tais limites eram justamente aqueles que serviriam como marcos a guiarem a prática desses postulantes à cavalaria, ou mesmo aqueles já sagrados, e dos quais se esperava o cumprimento de requisitos em função de seu ofício. Dessa forma, registrar por meio da escrita era uma atribuição em boa medida também dos laicos, ou ao menos com participação direta no mundo secular. Independentemente de suas experiências de armas, partilhavam entre si não apenas o objetivo de difusão dos seus feitos, mas também os de: rememorar esses códigos de armas; compilar por escrito o que leram e ouviram durante as expedições marciais; e, em certos casos, também acompanharem o cotidiano marcial daqueles guerreiros.[94]

A autoridade dos letrados e dos próprios homens de armas na análise do conflito era, vale destacar, intercambiável. Por um lado, os letrados podiam recorrer a uma série de composições de pensadores de tempos longínquos, consultando suas reflexões a respeito de leis mais gerais a balizarem interrogações sobre o próprio fazer da guerra,

---

[92] Durante o período quatrocentista, há indícios do arrolamento de um número maior de homens não ligados à nobreza na composição das hostes, bem como no exercício de mais de uma função. KING, A. Gunners, aides and archers: the personnel of the English ordnance companies in Normandy in fifteenth century. In: CURRY, A.; BELL, A.R. **Journal of medieval military history**: soldiers, weapons and armies in the fifteenth century. Woodbridge: Boydell Press, 2011, vol. IX. p. 65-75.

[93] CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. **War, government and aristocracy in the British Isles,** c. 1150-1500: essays in honour of Michael Prestwich. Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 240.

[94] Os registros produzidos por guerreiros com finalidade de relatar suas experiências sobre o cotidiano marcial ainda eram pontuais e todos ligados à nobiliarquia. A partir do século XVI, é possível observar a configuração de uma "literatura" escrita por guerreiros, composta por textos que expressam não somente suas ideias sobre questões mais gerais do conflito, mas notadamente sobre suas experiências e reações frente ao que vivenciam durante as ações militares. No caso do século XV inglês, os escritos atribuídos a cavaleiros ainda são em grande parte registros pontuais em forma de cartas, *indentures* e petições para a resolução de problemas específicos de uma campanha ou administração local, não sendo necessariamente compostos durante o período das expedições e nem mesmo por eles próprios. KUIJPERS, E.; VAN DER HAVEN, C. (Eds.). **Battlefield emotions, 1500-1800:** practices, experience, imagination. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 3.

notadamente aquelas autoridades bíblicas, patrísticas e pagãs. Também lhes era possível depreender concepções e desfazer tensões específicas da prática marcial do presente a partir das interpretações do que ouviam ou mesmo testemunhavam. As ordenações de Henrique V são um claro exemplo disso, uma vez que não apenas foram copiadas em mais de uma ocasião ao longo do Quatrocentos, mas igualmente trazem informações acrescidas, corrigidas ou mesmo suprimidas de acordo com as campanhas previstas.[95]

Já os homens de armas, por sua vez, complementavam seus saberes advindos da experiência prática por meio da audição ou, em certos casos, da leitura das narrativas escritas.[96] Em uma dedicatória realizada por um letrado na segunda metade do Quatrocentos, ele apontou que, "apesar dos ensinamentos" dos letrados advindos de autoridades, ainda assim seria "mais relevante a experiência dos homens em feitos de cavalaria, levados a cabo por meio das armas e com condutas adequadas, tanto em terra como no mar".[97] No entanto, não é oportuno estabelecer aqui uma dicotomia entre homens de letras *versus* homens de armas na ordenação dos saberes sobre a guerra e os saberes cavaleirescos, ou mesmo de balancear o entendimento de uns frente ao dos outros como mais ou menos verdadeiros. Muito pelo contrário, o alvo aqui é apontar para o pragmatismo com que textos reguladores integraram uma transmissão mista desses conhecimentos em momentos diversos de interação social guerreira, fosse em âmbito cortesão ou mesmo durante as campanhas militares; neste segundo caso, muito provavelmente não restrita tão somente aos membros da aristocracia.

Na ocasião da expedição que culminaria com a vitória em Agincourt em 1415, o responsável em registrar e informar as prescrições aos guerreiros destaca que "uma cópia de todos os artigos mencionados por escrito" deve ser entregue "a cada capitão (*governour of men*) presente na hoste, para que tenha pleno conhecimento ao instruir seus homens sobre as ordenações". Contudo, essa medida não parece ter bastado para alcançar

---

[95] Um desses momentos é aquele pertinente ao cerco de Caen em 1423, onde as ordenações do duque de Bedford são provavelmente uma adaptação daquela de Henrique V. WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. v. 3, p. 43-48.

[96] É preciso, contudo, não cair em uma partição entre cavaleiros sem letramento e homens letrados. Como será observado mais adiante, há escritos amparados ou compostos por eles. Nem se pode dizer que todos eles dependiam por completo de homens de saber para comporem e ditarem as informações, e nem, tampouco, que em sua ampla maioria eram capazes de realizar escritos e leituras por conta própria. DODD, G. The rise of English, the decline of French: supplications to the English crown, c. 1420-1450. **Speculum,** Chicago, n. 86, p. 119-120, 2011.

[97] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861 – 1864. v.2, pt.2, p. 522 – 523.

a difusão almejada entre todos os presentes, tanto que reforça sua recomendação para que "sejam proclamadas (*cryed*) a todos"[98], isto é, frisando o desejo de que as normativas escritas fossem conhecidas por aqueles "ignorantes" nas letras e no latim, fossem nobres ou não.

No dia anterior à supramencionada batalha, estima-se que os ingleses contassem com uma hoste de 6.000[99] a 10.000[100] homens, tornando impossível que qualquer tipo de pronunciamento por parte do monarca ou mesmo dos capitães fosse de pronto ouvido por todos eles. Caso as normativas tenham sido enunciadas de fato, é mais provável que isso tenha ocorrido não de uma única vez e nem para todos, mas sim primeiramente aos capitães, em geral membros da aristocracia que mantiveram seu teor geral copiado em suporte escrito e que, por sua vez, as repassaram convenientemente ao longo da campanha a seus outros comandados. É nesse contexto que se inserem ações como aquela narrada por Jean de Wavrin, o qual menciona que, antes de iniciar as tratativas (*parley*) com o representante dos franceses, Henrique V "passou em frente às suas fileiras e proferiu falas excelsas", onde expôs as diversas razões para lutarem, não apenas recomendando que "cada um deles o auxiliasse a proteger a sua pessoa e a Coroa da Inglaterra", mas alertando para que, em caso de derrota, os franceses tinham ameaçado "que iriam cortar três dedos da mão direita de todos os arqueiros aprisionados".[101]

Embora se tornar incapacitado de combater fosse um desfecho tão temido quanto a ameaça de execução ao serem capturados[102], interessa observar que, na mesma crônica, uma situação similar se repete logo a seguir, senão com aqueles protagonistas, ao menos na ordem de transmissão de ideias similares. Uma vez deliberada a inevitabilidade da contenda, o rei Lancaster destacou "um cavaleiro chamado *Sir* Thomas Erpingham para posicionar os arqueiros" em um local estratégico, visando contrabalancear a

---

[98] TWISS, T (Ed.). **The black book of the Admiralty.** London: Longman, 1871. vol. 1. p. 295.

[99] Alguns cronistas, como os responsáveis pelas *Gesta Henrici Quinti* e o *Liber Metricus de Henrico Quinto*, contabilizaram as forças que partiram de Harfleur semanas antes em 900 homens de armas e 5000 arqueiros. Contudo, o clima hostil e uma epidemia de diarréia entre os ingleses reduziu suas forças em função da deserção e da morte de muitos homens, podendo ter esse número sido minorado ainda mais drasticamente até o encontro marcial com os franceses. CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000. p. 23-24.

[100] Nessa ocasião, o cronista afirma ter lutado junto aos franceses, porém, ouviu de um heraldista do lado contrário informações gerais sobre a hoste inglesa. WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. v.2. p. 202-205.

[101] WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. p. 203.

[102] KING, A. 'Then a great misfortune befell them': the laws of war on surrender and the killing of prisoners on the battlefield in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 43, n. 1, 2016, p. 2-3.

superioridade numérica do inimigo. Durante essa tarefa, "*Sir* Thomas, para realizar o que lhe foi incumbido, exortou que cada um laborasse em nome do rei, implorando para que lutassem vigorosamente contra os franceses a fim de garantirem e salvarem suas próprias vidas".[103]

Por qual motivo seria necessário proclamar novamente o que acabara de ser dito pelo rei em sua função de comandante máximo daquela hoste? Jean de Wavrin compôs o seu escrito nos anos finais de vida, quando já era, portanto, um cavaleiro de ampla experiência e almejava dialogar com um público conhecedor das etapas do embate.[104] É possível, dessa forma, presumir que tanto ali, nas exortações aos guerreiros descritas por ele, como nas proclamações que regiam determinada campanha, o registro das normativas não tenha ocorrido a partir do que foi efetivamente dito ou testemunhado, mas sim de uma compilação de saberes e convicções do era possível ter acontecido e podia ser pronunciado. Nesse sentido, as instruções sobre a guerra e os saberes cavaleirescos nos textos sistematizadores organizaram conjuntos de indícios acerca dos saberes circundantes aos homens de letras a partir da mescla de concepções coevas ou advindas das leituras de autoridades e que, em alguma medida, se sobrepuseram em diferentes níveis ao conhecimento direto ou indireto das práticas e saberes correntes entre os participantes de ações durante os conflitos.

Dito de outra forma, a educação letrada e o amparo para que homens próximos aos cavaleiros e seus séquitos enveredassem pelo caminho da organização dos conhecimentos levaram os escritos a se centrarem sobre eixos comuns sobre a realização do conflito, onde não deixaram de incluir recomendações e, como será desdobrado mais adiante, reprimendas sobre o seu fazer no presente.[105] Em linhas gerais, tais escritos voltaram-se para a descrição de um número de ações possíveis de serem levadas a cabo ou serem evitadas, durante a realização da guerra. Da mesma forma, incluíam recomendações sobre a prática belicosa contemporânea a partir da utilização de artifícios retóricos interligados à produção mais ampla de saberes. Quando esses dois elementos se apresentavam de forma paralela nas narrativas, acabavam por sancionar não apenas a maneira como as expectativas desejáveis eram expostas aos seus leitores e ouvintes, por

---

[103] WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. p. 210.
[104] Ibid., v.1., p. 2-3; GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 291.
[105] KEMPSHALL, M. **Rhetoric and the writing of history.** Manchester: Manchester University Press, 2011. p. 265-349.

meio do apelo a etapas específicas da ação comuns a todos os guerreiros, mas, ao fim e ao cabo, validavam tais expectativas em si mesmas,[106] através da constituição de um universo limitado de noções que destacavam comportamentos esperados.

Essa interpolação entre as concepções de homens de saber e os de armas sobre o que circunscrevia a função daqueles últimos já era comum, assumindo, contudo, no Quatrocentos, algumas configurações específicas,[107] como se pode observar também nos tratados de heráldica. Durante o exercício de sua atividade, intrinsicamente ligada ao fazer marcial cavaleiresco, era exigido dos heraldistas o domínio não tão somente do saber letrado a respeito da guerra, mas também das práticas e compreensões correntes da cavalaria em momentos de conflito. Isso porque ambas as atividades sustentavam sua autoridade para realizar registros sobre ações louváveis ou mesmo depreciáveis da ordem cavaleiresca, mas também, quando preciso, procedimentos que legitimassem as suas ações.

Dessa maneira, poderiam atuar de modo a testemunhar realizações cavaleirescas ou mesmo protagonizarem momentos de participação ativa em estágios da expedição bélica, como anunciar o início de um cerco ao inimigo[108], estabelecer data e local para os choques entre hostes rivais[109], registrar e reconhecer brasões e insígnias daqueles que levaram a cabo feitos valorosos ou infames durante torneios e batalhas[110], ou mesmo identificar os cadáveres quando, por ventura, homens de alta estirpe viessem a encontrar

---

[106] KEMPSHALL, M. **Rhetoric and the writing of history.** Manchester: Manchester University Press, 2011. p. 265-349.

[107] A convergência entre tais meios poderia ocorrer também em situações como a descrita pelo cronista Jean Froissart (1377-1405), que em certa noite no ano de 1388, estava sentado próximo a uma fogueira durante sua estadia na corte do conde de Foix. Ao vê-lo introspectivo, o mercenário Bascot de Mauleón aproximou-se e "começou a falar sobre seus feitos de armas, que o fizeram tolerar muitas perdas e ganhos" ao longo dos vários anos em que atuou em campanhas marciais. Em determinado momento, o guerreiro perguntou: Meu senhor Jean, tendes registrada em sua história qualquer coisa a respeito do que tenho falado? Ao que respondi: não sei bem ao certo. De qualquer forma, proceda com seu relato, pois será um prazer ouvi-lo falar sobre atividades marciais, pois de qualquer modo, certamente, eu não ouvi tudo o que há para ser contado. Excerto traduzido a partir daquele presente em: TAYLOR, A. Chivalric conversation and the denial of male fear. In: MURRAY, J. (Ed.). Conflicted identities and multiple masculinities: men in the medieval West. New York; London: Garland, 1999. p. 169.

[108] CONTAMINE, P. **War in the middle ages.** Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 262.

[109] As *jorneés* eram acordos formais firmados entre ambas as hostes a fim de guerrearem dentro de termos pré-acordados, por vezes minuciosamente detalhados como dentro de um espaço de horas definido ou em um campo de batalha circunscrito por acidentes geográficos específicos. Ao engajar-se em um acordo dessa natureza, os cavaleiros deveriam esforçar-se por cumpri-los sob o risco de mancharem sua honra pessoal. JONES, M.K. The battle of Verneuil (17 August 1424): Towards a history of courage. **War in history,** v.9, n.4, p. 387. 2002.

[110] FLORI, J. **Caballeros y caballeria en la Edad Media.** Traducción de Godofredo Gonzalez. Barcelona: Paidós, 2001. p. 150-151.

o fenecimento durante a contenda.[111] Em razão disso, assim como certos cronistas-cavaleiros, os heraldistas alternavam entre a prescrição e a descrição do fazer marcial.[112]

Como parte integrante dos escritos em vernáculo a oferecer indicações aos cavaleiros na Inglaterra do Quatrocentos, interessam, nesses livros, menos os apontamentos que realizam e mais as indicações sobre as formas válidas de obtenção e registros de tais saberes. Um daqueles que se apresenta profícuo sob esse prisma é o *Noções primárias sobre o ofício de armas* (*The first fondacion of the office of armys*), composto nas primeiras décadas do século XV.[113] Seu responsável, um anônimo, apresenta os parâmetros a serem observados pelo heraldista para a coleta de informações proveitosas a seu fazer através do diálogo imaginado entre um velho heraldista e um iniciante naquele ofício. Em dado momento, o aprendiz inquire seu mestre sobre quais seriam as melhores fontes para dotar-se de informações a respeito da guerra e das "leis das armas". A resposta apresentada aponta para duas maneiras recomendadas de instrução: paralelamente, a busca dos saberes sobre as armas, que "provém conhecimento por meio da escrita (*clerk's learning*)", e a vivência direta da guerra. Recomenda o autor: "é preciso acompanhar pessoalmente as guerras, pois lá é possível ouvir os julgamentos que são proferidos periodicamente, uma vez que nem todos são mencionados na 'Árvore das Batalhas'".[114] Ao abalançar a escrita e a experiência empírica no provimento de saberes igualmente válidos, seu responsável corrobora a imprescindibilidade do acesso ao conhecimento oral para a organização de prescrições aos letrados, ao mesmo tempo em que os saberes elaborados por meio da escrita poderiam, na mesma medida, guiar as ações daqueles engajados nas armas.

---

[111] MOFFAT, R. The importance of being harnest: armour, heraldry and recognition on the melee. In: BLEACH, L.; BORRILL, K. **Battle and bloodshed:** the medieval world at war. Newcastle upon Tyne, UK. Cambridge Scholars Publishing, 2013. p. 5-25.

[112] Uma breve descrição sobre tentativas de circunscrição de símbolos atrelados à genealogia, sob o viés da prática heráldica na Inglaterra em séculos anteriores, encontra-se em: WAGNER, A.R. **Heralds and heraldry in the middle ages:** an inquiry in the growth of the armorial function of heralds. Oxford: Oxford University Press, 1956. p. 12-24.

[113] Maurice Keen destaca que o texto teria sido composto nas primeiras décadas do século XV, existindo ao menos três versões. Ao menos uma delas, o *Ms. Ashmole 764*, foi copiada por Ricardus Franciscus por volta de 1475, indivíduo cujo vínculo com a nobiliarquia inglesa e com o círculo letrado de John Fastolf era reconhecido. As traduções foram realizadas a partir das passagens mencionadas por Maurice Keen. KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 21; MADDOCKS, H.J.; THORPE, D. A petition written by Ricardus Franciscus. **Journal of the early book society,** New York, v. XV, p. 251, 2012.

[114] Uma explanação sobre o conteúdo e pretensões normativas dessa obra encontram-se no estudo introdutório de sua edição traduzida para o inglês. BONET, H. **The tree of battles.** English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949. p. 5-72.

Por volta de 1480, o Rei de armas William Ballard[115] parece seguir os mesmos parâmetros no *Juramento dos reis de armas em sua nomeação* (*The othe of the kynges of armes in their creacion*). Ali, assevera que os praticantes daquele ofício, como letrados, têm o "dever verdadeiro de, a cada dia, demonstrarem mais mestria sobre a atividade de armas, para que estejam bem providos para ensinar àqueles abaixo de si com mais sabedoria e eloquência".[116] Nesta categoria de homens aos quais deveriam servir, estavam não apenas as pessoas de "boa estirpe (*gentilman*)", mas também os que assim se qualificavam "pelas armas",[117] isto é, não apenas os nobres de origens consanguíneas deveriam se beneficiar de seus conhecimentos, mas também aqueles com titulação cavaleiresca conquistada por meio de suas habilidades marciais.

Ademais, William Ballard reconhece que, em certos momentos, poderiam surgir dúvidas sobre as condutas apropriadas a serem levadas a cabo pelos guerreiros, e a solução que oferece não destoa da propositura de seu congênere do início do século, pois obrigatoriamente tais questionamentos deveriam ser dirimidos também a partir das mesmas fontes de autoridade. Por um lado, cabia ao heraldista recorrer ao seu próprio discernimento, o qual, em seu papel de letrado, conhecedor das leis e das atividades de armas, "não deve apresentar hostilidade no caso de dúvidas a ele dirigidas", mas, em vez disso, mostrar-se sempre disposto a esclarecê-las. Em situações que não fosse capaz de solucionar pelo seu próprio saber, deveriam então recorrer àqueles com saber prático na guerra, neste caso especificamente, "o condestável do reino" [118].

Ainda que abreviadamente, esse segundo heraldista destaca uma questão intrigante quando menciona que devia atender às expectativas de busca pelo conhecimento cavalheiresco, tanto daqueles de origem definida, como dos outros que se sobrelevam pelas armas. Nesse cenário, é relevante considerar que tais escritos validavam os saberes obtidos por meio de autoridades das letras e do fazer marcial pragmático, mas sobretudo estavam em sintonia com as inquietações geradas pelo ingresso de homens de origens incertas nos quadros da cavalaria e também pelo fracasso das armas na França, insucesso este, em grande medida, atribuído ao suposto desvirtuamento de uma ordem guerreira que se afastava de suas premissas.

---

[115] WAGNER, A.R. **Heralds and heraldry in the middle ages:** an inquiry in the growth of the armorial function of heralds. Oxford: Oxford University Press, 1956. p. 58.
[116] TWISS, T (Ed.). **The black book of the Admiralty.** London: Longman, 1871. v. 1. p. 296.
[117] Ibid., p. 298.
[118] Ibid., p. 296.

Sob tal perspectiva, ao mesmo tempo em que alguns doutos detiveram o interesse em refletir, elaborar e organizar os saberes que poderiam ser empregados a fim de oferecerem reflexões acerca das razões do sucesso inimigo, alguns daqueles cavaleiros vieram a entrelaçar suas experiências no exercício marcial e a feitura de textos sobre aquele tema. Raras vezes, entrentanto, eles os compuseram, como Thomas Gray no século anterior e John Hardyng no Quatrocentos, apenas ampararam aqueles que escreviam. Para além de apontar quem foram esses membros da ordem cavaleiresca sob os auspícios dos quais se escreveu, será profícuo examinar um pouco mais detidamente o caso de *Sir* John Fastolf, homem de ampla experiência guerreira com grande interesse na posse ou mesmo no amparo da produção de escritos que serviriam, de alguma forma, para corrigir aos cavaleiros nas décadas posteriores aos malogros nas terras continentais.

1.4. Escritos sob o amparo de cavaleiros

Na batalha de Verneuil ocorrida em 1424, os súditos de Henrique VI foram capazes de sobrepujar uma força mista que contou com alguns dos mais renomados cavaleiros franceses e escoceses.[119] Aquela vitória demarcou a força do poderio inglês sobre parte da Normandia, a qual continuaria a ser governada pelos anos seguintes, devido à minoridade do monarca, por John, duque de Bedford. Por suas mãos, passaram recursos materiais tão elementares para a boa governança daquele território e, dentre os homens que viveram às suas expensas, estiveram não apenas aqueles com domínio no manuseio de armas, mas também letrados responsáveis pela produção e cópia de textos diversos. Um deles foi um clérigo parisiense que atestou, em 1427, ter sido recompensado com o pagamento de 22 *livres tournois*, "pelo labor e engajamento para escrever, em pergaminho, por decisão e comando do regente do reino da França, um livro em latim intitulado de *Le Pelerinage de Lame*[120], em prosa" e, similarmente, "um segundo livro, em francês, intitulado de *Le vif tablet de confession*".[121]

Conforme indicam as palavras do religioso, as produções de escritos sob os auspícios de cavaleiros englobaram textos cuja natureza não se restringiu aos textos

[119] KEEN, M. **England in the later Middle Ages:** a political history. London: Routledge, 2003. p. 222-223.
[120] Uma breve introdução sobre esse texto encontra-se disponível em SHINNERS, J. (Ed.). **Medieval popular religion, 1000-1500**: a reader. Toronto: University of Toronto Press, 2008. p. 312-319.
[121] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 1, p. 415.

narrativos, como crônicas, ou mesmo a prescrições de teor mais imediato às atividades de armas, como ordenações e missivas. No entanto, ao longo daquele século, foram dados a conhecer casos daqueles que se empenharam em amparar cópias, traduções e, em alguns casos, livros que de alguma forma poderiam concernir ao fazer marcial.[122] O supramencionado cavaleiro John Talbot, anos antes de falecer no cerco de Castillon, ordenou a compilação do *Shrewsbury Book*, cujo teor é uma miscelânea de textos que, em variadas medidas, oferecem elementos éticos à prática guerreira: o *Do Governo dos Príncipes* (*De regimine principum*) de Egídio Romano[123] e a *Árvore das Batalhas* (*L'Arbre des Batailles*) de Honore Bovet[124], além do *Livro dos feitos de armas e de cavalaria* (*Le livre des fais d'armes et de chevalerie*) de Christine de Pisan. Assim como ele, outro cavaleiro, reconhecido tanto pelo constante engajamento na guerra como no campo da organização de seus preceitos por meio da escrita foi John Tiptoft, conde de Worcester (c.1427-1470). Sabe-se que, além de versado no latim e reconhecido amparador das letras, deixou admirado o livreiro italiano Vespasiano de Bisticci pela quantidade excepcional de obras que adquiriu em sua passagem por Florença ao final da década de 1450,[125] além de ter composto uma crônica,[126] hoje perdida, e traduzido uma série de textos para o vernáculo postumamente publicados por William Caxton.[127]

Somam-se aos exemplos de cavaleiros ingleses de alguma forma ligados à produção sobre a guerra e às atividades guerreiras outras figuras de maior relevância, como os irmãos Humphrey, duque de Gloucester (1390-1447) e o supramencionado John, duque de Bedford. O amparo do primeiro aos escritos tem sido estudado de longa data, muito embora nenhum inventário indique possíveis obras às quais teria tido acesso ou

---

[122] HARRIS, K. Patrons, buyers and owners: the evidence for ownership and the role of book owners in book production and the book trade. In: GRIFFITHS, R.A.; PEARSALL, D. (Eds.). **Book production and publishing in Britain,** 1375-1475. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1989. p. 164-200.

[123] Contando os exemplares presentes na biblioteca de Thomas Woodstock e da tradução de John Trevisa, são catalogados ao menos 30 manuscritos produzidos no Quatrocentos, tanto em vernáculo com em outros idiomas. BRIGGS, C.F. **Giles of Rome's De regimine principum:** Reading and writing politics at court and university, c. 1275-1525. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 22.; HONEYWELL, M.L. **Chivalry as community and culture:** the military elite of late thirteenth and fourteenth-century England. 2006. 374f. Tese (Doutorado). University of York, York, 2006. p. 72.

[124] Referências a esse texto são feitas na petição do duque de Norfolk, datada de 1453. GAIRDNER, J (Ed). **The Paston letters, A.D. 1422-1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. v.2, p. 291.

[125] DOUGLAS, D. C. **English historical documents.** London: Routledge, 1996. v. 4. p. 1149.

[126] GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. v. 2, p. 253.

[127] WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Wars of the Roses.** Santa Barbara, California: ABC-Clio, 2001. p. 267.

mesmo reunido em sua biblioteca.[128] Contudo, marcaram passagem no círculo de produção escrita a ele relacionado homens como John Lydgate (c. 1370 – c. 1450) e o humanista italiano Tito Livio Frulovisi (c.1400 - ?)[129], que não apenas traduziram mas também elaboraram textos voltados a exaltá-lo como um líder militar, em moldes similares a seu outro irmão mais célebre, o monarca Henrique V.[130] Quanto ao segundo, sua avidez por riquezas equiparou-se àquela pela posse de escritos, motivando-o a adquirir a volumosa biblioteca parisiense dos reis franceses em 1425 – a qual contava com mais de 840 volumes.[131] Segundo o seu inventário[132], não apenas o paradeiro daquela biblioteca trazida da França permaneceu incerto após a sua morte, como também são nebulosas as obras que, efetivamente, compuseram aquele conjunto, uma vez que o documento não provém uma lista detalhada de seus títulos. No entanto, é provável que uma fração tenha sido destinada ao castelo de Caister, em Norfolk, por meio do labor de seu proprietário e de um dos executores de seu testamento, o também cavaleiro John Fastolf. Este último, assim como os dois membros da realeza aos quais serviu pela atividade de armas, foi igualmente um amparador da produção escrita quatrocentista inglesa.

Muito embora seja preciso caminhar sobre um terreno movediço para cogitar sobre as obras produzidas sob seu incentivo[133] e mesmo sobre quais foram os interesses desse homem de escrita, o inventário do castelo, datado de 1448, fornece boas amostras, por indicar a presença desde obras devocionais, como as custeadas pelo duque de Bedford em Paris, àquelas destinadas à governança e à guerra.[134] Embora seja impossível estipular quais daquelas obras teriam sido originadas em atenção ao testemento do duque de Bedford, o fato é que ali se encontravam textos de grande valia no oferecimento de parâmetros à produção cavaleiresca, como as *Grandes Croniques de France*, a *Roman de Brut* de Wace e uma provável cópia da crônica de Peter de Langtoft (*liber de Cronykes de grant Bretayn in ryme)*; fontes profícuas sobre o exercício da função de armas em

---

[128] PETRINA, A. **Cultural politics in fifteenth-century England:** the case of Humphrey, Duke of Gloucester. Leiden; Boston: Brill, 2004. p. 174.
[129] Uma breve discussão sobre os principais nomes e trabalhos é realizada em. Ibid., 2004, p. 346-356.
[130] SAYGIN, S. **Humphrey, duke of Gloucester (1390-1447) and the Italian humanists.** Leiden, Boston: Brill, 2002. p. 72.
[131] BEADLE, R. Sir John Fastolf's French books. In: CAIE, G.D.; REVENEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context.** London: Routledge, 2008. p. 97.
[132] STRATFORD, J. **The Bedford inventories:** the wordly goods of John, Duke of Bedford, regent of France, 1389-1435. London: Society of Antiquaries of London, 1993. p. 226.
[133] THORPE, D.E. **Writing and reading in the circle of Sir John Fastolf** (d. 1459). 2011. 391f. Tese (Doutorado). University of York, York, 2011. p. 125-218.
[134] Uma reprodução fac-similada dessa passagem do manuscrito encontra-se em: Ibid., p. 352.

tempos anteriores. Além delas, estiveram presentes outros materiais dignos de atenção. É mencionada a existência de um ou vários textos compilados sobre a matéria da Bretanha (*liber de Roy Artour et Romaunce la Rose*), assim como acerca da conduta moral do indivíduo na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles (*liber Etiques*) e na *Vice et Vertues*[135]*;* além destes, figurou o manual militar de Vegécio, presente em grande parte das livrarias da Cristandade[136], cujo título, *Veges de larte de Chevalerie*[137], permite conjecturar sobre uma possível adaptação contemporânea em tom cavaleiresco, aos moldes daquela finalizada em 1408.[138]

O conjunto formado por aqueles escritos não apresenta, grosso modo, novidades em relação àqueles encontrados em outros lugares do reino, como na supracitada biblioteca do, também duque, Thomas Woodstock, do final do século XIV, cujos lugares comuns também foram as obras bíblicas, as crônicas, os textos do ciclo arturiano e aquelas de pensadores da Antiguidade, notadamente Vegécio – fonte possível para amparar a produção sobre as atividades de armas. Nesse sentido, basta dizer que o tratado de Végecio teve lugar nas bibliotecas de ao menos dez outros cavaleiros ingleses além de John Fastolf, sendo que ao menos sete deles tiveram comprovada experiência marcial na França e/ou na Escócia[139], sendo assim, junto àquelas outras obras, um dos pilares no oferecimento de modelos de condutas morais e de práticas marciais para aqueles guerreiros que, igualmente, custearam a produção escrita.[140]

---

[135] Não se pode inferir com certeza que obra era essa, porém, Caie acredita que, pelo conjunto de textos presentes naquela biblioteca, possa referir-se ao texto em francês *Somme le Roi*, uma tradução da *Summa de viciis et de virtibus*, de Peraldo, presenteada ao monarca Philippe le Hardi em 1279. Contudo, um texto homônimo foi por longa data atribuído a Aristóteles, muito embora sua responsabilidade sobre o mesmo seja controversa. ARISTOTLE. **Nicomachean ethics.** Translated with an interpretive essay, notes, and glossary by Robert C. Bartlett and Susan D. Collins. Chicago; London: University of Chicago Press, 2011. p. IX. BEADLE, R. Sir John Fastolf's French books. In: In: CAIE, G.D.; REVENEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context.** London: Routledge, 2008. p. 105.

[136] **Allmand, C. The De re militari of Vegetius**: the reception, transmission and legacy of a Roman text in the Middle Ages. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011. P. 354-365.

[137] As obras são mencionadas apenas por breves títulos dados pelo inventariante. O estudo de Richard Beadle tenta identificar, nem sempre com sucesso, quais seriam tais livros. BEADLE, op. cit., p. 102-105.

[138] LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988.

[139] NALL, C. **Reading and War in Fifteenth-century England: From Lydgate to Malory.** Cambridge: D.S. Brewer, 2012. p. 29.

[140] O ato de amparar a produção escrita ressalta a associação do cavaleiro à exibição social de sua riqueza, pois da mesma forma que brasões heráldicos, efígies e outros símbolos visuais reforçavam noções do poderio e controle militar-administrativo da nobiliarquia, subvencionar sua feitura e tê-las como bens dispostos em suas bibliotecas era um importante dispositivo associativo entre a persona do cavaleiro e determinadas virtudes esperadas dos membros daquela ordem. COSS, P. Knighthood, heraldry and social exclusion in Edward England. In: COSS, P., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002. p. 47-48.

Entre as obras da posse de John Fastolf com tais preceitos, não estão apenas aquelas de possível proveniência da biblioteca do duque de Bedford, mas também outras que, se não diretamente comissionadas pelo cavaleiro, ao menos teriam sido produzidas por homens de alguma forma ligados ao seu círculo de produção letrada. Dentre elas, figuraram cópias do francês, como aquela ricamente ilustrada da *Épître d'Othéa* de Christine de Pisan (c. 1364 – c. 1431) por Ricardo Francisco[141]e a *Quadrilogue Invectif* de Alain de Chartier[142] (c. 1385/90 – 1430); ou mesmo adaptações para o vernáculo, como *Saber envelhecer* (*De Senectute*) de Cícero, sob o título de *Tullius of olde age*[143].

No entanto, o cavaleiro não amparou apenas textos de teor moralizante. De fato, boa parte dos escritos atribuídos ao seu círculo de produção em ampla medida atende a finalidades mais imediatas, pertinentes ao controle administrativo de seus bens e propriedades. Uma rede variada, composta por homens com habilidades, conhecimentos e origens diversas, foi fundamental à governança de suas propriedades, dentro de um espaço geográfico que não se restringiu à ilha[144], mas se espraiou também por regiões continentais, dentre elas a Normandia. Tais contatos trocavam informações entre si e, sobretudo, com o cavaleiro, a fim de deixá-lo a par de assuntos como o aprovisionamento de víveres, o guarnecimento e reparo de fortalezas, o recrutamento de guerreiros, nobres ou não, a coleta de taxas, enfim, dados cruciais face ao conturbado momento, atrelado ao rumo que os conflitos tomaram a partir de 1439.[145]

John Fastolf, assim, mantinha-os às suas espensas para que se incumbissem não apenas em zelar sobre tais assuntos, como também em registrá-los por escrito, uma vez que tal documentação serviria para contra-argumentar ocasionais pleitos colocados por antigos proprietários espoliados, ou mesmo para realizar a devida cobrança da Coroa em custos relativos à defesa daquelas regiões. Nesse contexto, não seria inesperado que alguns daqueles indivíduos se aventurassem em reflexões sobre as atividades

---

[141] Também conhecido como "Ricardus Franciscus". DRIMMER, S. Failure before print (the case of Stephen Scrope). **Viator**, Medieval and Renaissance studies, California, v. 46, n. 3, p. 350, 2015.
[142] NALL, C. William Worcester Reads Alain Chartier: Le Quadrilogue Invectif and its English readers. In: CAYLEY, E.; KINCH, A. (Eds.). **Chartier in Europe**. Cambridge, UK; Rochester, NY: D.S. Brewer, 2008. p. 135.
[143] MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 218.
[144] Um levantamento sobre quem seriam tais indivíduos e suas funções é realizado em: THORPE, D.E. **Writing and reading in the circle of Sir John Fastolf** (d. 1459). 2011. 391f. Tese (Doutorado). University of York, York, 2011. p. 35 - 64.
[145] Em geral, tais registros resumem-se a correspondências que se encontram editadas desde ao menos o século XVIII. FENN, J. **Original letters, written during the reigns of Henry VI, Edward IV and Richard III.** London: G.G.J. and J. Robinson, 1787.

cavaleirescas, empregando os dados obtidos junto à sua perícia letrada para elaborarem relatos descritivos sobre seu amparador e seus pares, bem como prescritivos sobre a condução das ações de armas nas décadas finais do domínio inglês na França.

No conjunto composto por quase cinquenta nomes,[146] entretanto, apenas Stephen Scrope e William Worcester realizaram tentativas dessa sorte e em vernáculo. Quando contemplado superficialmente, o caso de John Fastolf como financiador de textos com normativas à guerra não dista de outros grandes senhores. Todavia, um ponto dissonante coloca a elaboração prescritiva sob seu amparo em realce: ao contrário de cavaleiros advindos de poderosas famílias nobiliárquicas, como aqueles supracitados, as origens de John Fastolf o situam em meio a uma "baixa aristocracia", que acedeu dentre os estados do reino por meio de sua execução virtuosa das atividades de armas.[147] Sumariamente, o sucesso na prática bélica, e não a genealogia aristocrática foi o fator primordial que lhe permitiu galgar espaço não apenas entre a ordem da cavalaria[148], mas, em última instância, dentro do círculo governativo inglês.

Naquele rol de cavaleiros que promoveram a produção letrada, os duques de Bedford e Gloucester não eram apenas representantes da mais alta fidalguia inglesa, mas dois dos homens mais abastados do reino. Enquanto que o primeiro foi sagrado o mais

---

[146] THORPE, D.E. **Writing and reading in the circle of Sir John Fastolf** (d. 1459). 2011. 391f. Tese (Doutorado). University of York, York, 2011. p. 106.

[147] As origens de John Fastolf são incertas e contestadas em decorrência da informação fragmentária que remete ao período. Um cronista contemporâneo indicou a presença de um certo Hugh Fastolf servindo à expedição de Richard II, na Escócia, muito embora seja temerário inferir a existência de laços consanguíneos. KINGSFORD, G.L. (Ed.). **Chronicles of London.** Oxford: Claredon Press, 1905. p. 16. No estudo de Poulette Scrope sobre a documentação pertinente à administração do castelo de Caister, na documentação analisada, há textos que poderiam indicar sua proveniência de uma família de cavaleiros, em que, após a morte de seu pai, teria permanecido sob a proteção do duque de Bedford, o que pode indicar uma origem nobiliárquica. SCROPE, G.P. **History of the manor and ancient barony of Castle Combe in the county of Wilts.** London: J.B. Nichols, 1852. p. 170-171. Essa última informação sobre o serviço ainda jovem ao duque de Bedford é, contudo, refutada por Sidney Lee, ao afirmar que, em meados da década de 1390, ele foi na verdade pajem de Thomas Mowbray, duque de Norfolk. Lee vai além e afirma que os Fastolf possuíam terras na região de Norfolk desde ao menos os tempos de Eduardo I. LEE, S. Sir John Fastolf. In: STEPHEN, L. (Ed.). **Dictionary of national biography.** New York: Macmillan, 1889. v. XVIII. p. 235. Nos estudos mais recentes, ampliam-se as incertezas. Uma das autoridades de maior erudição sobre o período afirma que a ascendência do cavaleiro remontava ao menos a origens cortesãs. MCFARLANE, K.B. The investiment of Sir John Fastolf's profits of war. **Transactions of the Royal Historical Society,** Cambridge, v.7, 1953. p. 208. De qualquer forma, embora ainda repousem dúvidas sobre suas origens, os indicativos apontam para uma genealogia ligada, na melhor das hipóteses, a algum dos estamentos integrantes da *gentry*; afirmação corroborada na entrada atualizada do *Oxford Dictionary of National Biography.* HARRISS, G.L. **Fastolf, Sir John (1380-1459).** Oxford Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: < http://www.oxforddnb.com/view/article/9199>. Acessado em: 05 set. 2016.

[148] Entre 1400 -1445, apenas 16 indivíduos foram agraciados com o título de "Cavaleiro da Jarreteira" (*Knight of the Garter*), sendo um deles John Fastolf, em 22 de março de 1426. COLLINS, H.E.L. **The order of the garter, 1348-1461**: chivalry and politics in late medieval England. Oxford: Claredon Press, 2000. p. 298.

alto representante do rei ainda em tenra idade,[149] o segundo recebeu este título aos nove anos de idade e aos dez foi sagrado cavaleiro da Ordem da Jarreteira[150]; John Tiptoft, por sua vez, foi nomeado conde de Worcester aos vinte e dois anos e, posteriormente, condestável do reino aos trinta e quatro.[151] John Talbot, com quem John Fastolf viria a ter sérios entreveros, manteve conexões tanto familiares como advindas de títulos que alcançaram o pico da hierarquia reinol.[152] Já o futuro senhor de Caister carecia, em suas origens, tanto de uma genealogia renomada, como das conexões familiares – e riquezas – desses homens que viriam a ser seus pares nas décadas finais de vida: filho de um escudeiro[153], atuou por alguns anos como *butler*[154] de Thomas de Lancanster,[155] tendo servido em posição armígera similar à de seu pai, sob os auspícios dos duques de Clarence, Norfolk e Exeter, por pouco mais de duas décadas.[156] Presente em quase uma dezena de contendas de importância capital para os ingleses[157], foi armado cavaleiro em 1416,[158] já aos trinta e seis anos de idade, pelo duque de Bedford, em função de sua

[149] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 44.
[150] WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 156.
[151] Id. **Encyclopedia of the Wars of the Roses.** Santa Barbara, California: ABC-Clio, 2001. p. 266.
[152] COLLINS, H. Sir John Fastolf, John Lord Talbot and the dispute over Patay: ambition and chivalry in the fifteenth century. In: DUNN, D. (Ed). **War and society in medieval and early modern Britain.** Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 116.
[153] No testamento do cavaleiro, menciona-se que seu pai não avançou para além da posição de escudeiro. Esse dado é mais um indício de suas origens, pois muitos homens preferiam ser escudeiros a cavaleiros, dado que os custos para a sagração eram elevados. Ao se tornar cavaleiro, John Fastolf estava disposto e em condições de arcar pecuniariamente por isso, o que aponta para seu avanço dentro da sociedade governativa do reino. GAIRDNER, J. (Ed). **The Paston letters, A.D. 1422-1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. v. 3, p. 152. É preciso, contudo, refletir com cautela sobre essa questão, uma vez que não apenas membros da *gentry*, mas também da alta nobiliarquia, por vezes não assumiam o título cavaleiresco. SAUL, N. **Chivalry in medieval England.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2011. p. 165.
[154] Uma espécie de mordomo encarregado de guardar e servir vinhos e outras bebidas. Uma descrição de suas funções, junto à de outros serviçais, é oferecida nos regramentos daqueles que compunham o séquito cortesão de Henrique VI. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases.** Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 53.; MYERS, A.R. (Ed.). Some household ordinances of Henry VI. **Bulletin of the John Rylands Library**, Manchester, v.36, n. 2, p. 456-457, 1954.
[155] HUGHES, J. Stephen Scrope and the circle of Sir John Fastolf: Moral and Intellectual outlooks. In: HARPER-BILL, C; HARVEY, R. **Medieval Knighthood IV:** papers from the fifth strawberry hill conference. Woodbridge: The Boydell Press, 1992. p. 110.
[156] COLLINS, H. Sir John Fastolf, John Lord Talbot and the dispute over Patay: ambition and chivalry in the fifteenth century. In: DUNN, D. (Ed). **War and society in medieval and early modern Britain.** Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 115.
[157] FRITZE, R.H.; ROBISON, W.B. (Eds.). **Historical dictionary of late medieval England.** Westport, CT: Greenwood Press, 2002. p. 204-205.
[158] Uma duradoura parceria foi estabelecida com o duque de Bedford até a morte deste em 1435. Em função de suas habilidades como cavaleiro, foram-lhe confiadas as posições administrativas na França e adquiriu uma enorme riqueza, chegando ao baronato e ao conselho régio nos anos finais de sua vida. MCFARLANE, K.B. The investiment of Sir John Fastolf's profits of war. **Transactions of the Royal Historical Society,** Cambridge, v.7, 1953. p. 114.

destacada participação no ano anterior na batalha de Harfleur. A partir desse evento, onde foi reconhecido o seu enobrecimento por via da aptidão para as armas, ele foi elevado aos olhos de seus pares e ocupou várias posições de distinção na governança inglesa em território francês, comandando as Ilhas do Canal[159], os condados de Anjou e de Maine,[160] bem como exercendo as funções de mordomo e *knight-banneret*[161], posição que veio a render-lhe uma admirável riqueza, com a qual regressou em definitivo à Inglaterra.[162]

Essa ampla fortuna nas armas, o lugar que veio a ocupar na sociedade governativa inglesa e também o contato que teve com obras francesas de exaltação da atividade cavaleiresca[163] ajudam a entender o seu comprometimento com o registro de sucessos durante os anos de conflito. Explicariam também que sua figura poderia ter sido eixo de uma narrativa sobre os modelos esperados de cavalaria de seu tempo.[164] Antes dele, não faltaram escritos centrados em experiências de uma vida na produção cavaleiresca da ilha. O século XIII testemunhou a composição da *História de Guilherme, o Marechal* (1146?-1219?) (*L'Histoire de Guillaume le Maréchal*)[165], assim como nos períodos trecentista e quatrocentista vieram à luz as *vitae* de Eduardo, o Príncipe Negro, e dos monarcas Eduardo III e Henrique V, com forte ligação aos saberes cavaleirescos.[166] No que concerne a John Fastolf, entretanto, talvez o mais próximo que se tenha chegado desse tipo de experiência foi o empenho de John Bussard, um letrado, residente em Caister[167], que afirmou ter escrito, por volta de 1460, sobre "as jornadas (*jornes*) que meu mestre

---

[159] Atualmente conhecidas como "as ilhas de Jersey e Guernsey".
[160] SCROPE, G.P. **History of the manor and ancient barony of Castle Combe in the county of Wilts.** London: J.B. Nichols, 1852. p. 174.
[161] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, p. 434-435.
[162] MCFARLANE, K.B. The investiment of Sir John Fastolf's profits of war. **Transactions of the Royal Historical Society,** Cambridge, v.7, 1953. p. 94; 103 - 104.
[163] Muitos desses textos não começaram a circular antes da década de 1440, e o contato dos cavaleiros que viriam a prover o amparo para suas cópias ou mesmo traduções ocorreu em larga medida durante os anos de atividades bélicas na França. No caso de John Fastolf, seu comissionamento da cópia da *Épître d'Othéa* pode ter se desdobrado tanto a partir das cópias adquiridas pelo duque de Bedford, como pode ele próprio tê-la adquirido da biblioteca do duque de Berry. DESMOND, M.R. Reading and visuality in Stephen Scrope's translatio of Christine de Pizan's 'Epistre Othea'. In: GERTSMAN, E.; STEVENSON, J. (Eds). **Thresholds of medieval visual culture:** liminal spaces. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2012. p. 99; TAYLOR, C.D. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 72-74.
[164] BRANDT, W.J. **The shape of medieval history**: studies in modes of perception. New Haven: Yale University Press, 1966. p. 88-91.
[165] BRYANT, N. **The history of William Marshal.** Woodbridge: Boydell Press, 2016. 2016, p. 22-24.
[166] GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 97-100; 198-207.
[167] THORPE, D.E. **Writing and reading in the circle of Sir John Fastolf** (d. 1459). 2011. 391f. Tese (Doutorado). University of York, York, 2011. p. 303.

levou a cabo na França"; narrativas que se "estenderam por uma resma, tendo sido entregues a William Worcester".[168] Não se sabe ao certo que destino este último deu àquele material, contudo, é possível inferir que, para além de uma compilação de registros sobre os feitos marciais do cavaleiro realizada por Luke Nantron, Christopher Hanson e Peter Basset, homens do círculo guerreiro de John Fastolf,[169] o letrado teria idealizado uma tentativa similar no breve excerto que compôs na mesma época, ao qual denominou *Acta domini Johannis Fastolf*. Tanto uma como outra teriam sido concebidas, portanto, não sob as ordens do cavaleiro, mas pouco tempo após a sua morte, muito embora não existam indícios de que o texto de William Worcester tenha sido efetivamente levado a cabo, ao contrário da crônica daqueles contendores.[170]

De qualquer forma, se, por um lado, a composição de uma biografia, uma crônica ou qualquer outro tipo de escrito de caráter descritivo em que John Fastolf fosse destacado como modelo ideal para os saberes sobre a guerra não encontrou ventura; por outro, é preciso frisar a afirmação anterior de que, dentre os letrados sob sua proteção, William Worcester elaborou uma tentativa de reflexão a respeito dos modelos de conduta marcial

[168] GAIRDNER, J (Ed). **The Paston letters, A.D. 1422-1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. 4 v. 3., p. 253-254.

[169] Uma transcrição daquele texto, ainda sem edição e presente no manuscrito *College of Arms MS 9, folios 31-66v*, sob o título em latim de *Livro de feitos militares* (*Liber de Actibus Armorum*), foi gentilmente cedida pela Professora Anne Curry, da University of Southampton. Atribuída a Peter Basset, Christopher Hanson e Luke Nantron, três homens que partilharam de atividades de armas com John Fastolf na França na década de 1420. Em seu prólogo, traduzido parcialmente por essa pesquisadora, e a partir do qual realizo a presente citação, é feita a alegação de que a elaboração do texto foi colocada em prática "através da diligência de William Worcester". A historiadora ainda argumenta que a crônica pode ter feito parte de um projeto mais amplo daquele letrado para arrolar os feitos de armas do cavaleiro e, talvez em algum momento futuro, pudesse servir de base à composição de uma narrativa sobre sua atividade cavaleiresca. Vale mencionar ainda que, na introdução daquela crônica, Peter Basset declara ser "*armigerum Anglice nacionis*", bem como "*Christoforum Hanson de patria almayn*" e "*Luket Nantron natum de Parys*". Assim, a provável origem germânica de Hanson e inglesa de Basset não foram impedimentos para que optassem por realizar aquele relato sobre os anos de conflito em francês possivelmente "pela familiaridade com os despachos e outros documentos" que sua rotina marcial proporcionou no trato com aquele idioma. CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000. p. 85-87.; STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, p. 521 - 793.; ROWE, B.J.H. A contemporary account of the Hundred Years War from 1415 to 1429. **English Historical Review,** n. 41, p. 504-513, 1926.

[170] MCFARLANE, K.B. A business-partnership in war and administration, 1421 - 1445. In:_____. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 211.

em vernáculo: o *Livro da Nobreza*, entre as décadas de 1450-1470.[171] Embora aquele tratado ofereça perspectivas de um homem que não integrou efetivamente a ordem cavaleiresca, ele se situou em uma zona intermediária entre um polo onde figuravam "planos abstratos de reforma"[172] da cavalaria de seu tempo, isto é, prescrições de caráter mais geral, ponderadas a partir de lugares comuns de longa data, presentes em escritos de outrora e realizados por moralizadores laicos e eclesiásticos sem experiências de armas;[173] e, no outro polo, registros realizados por homens com ampla prática guerreira e que ofereciam modelos de enquadramento voltados a seus pares pertencentes aos altos escalões do círculo governativo.[174] Em outras palavras, William Worcester não se dedicou à prática efetiva de armas, o que não o impediu, entretanto, de saber sobre o fazer marcial contemporâneo e se juntar a autoridades como Vegécio. Dessa forma, seu ponto alto está no fato de que ultrapassou o plano dos aconselhamentos voltados aos aristocratas, pois o recorte dado sobre os padrões da governação da guerra estiveram em contato com o ingresso de homens de origens distantes do ápice da governação de gentes e de armas em seu corpo.

Não obstante, ao se estabelecer por alguns anos junto ao cavaleiro no castelo de Caister[175], foi proporcionado a William Worcester um ambiente rico para as inquirições

---

[171] É preciso destacar também que o enteado do cavaleiro, Stephen Scrope (1397-1472), foi responsável pela adaptação ao inglês da *Épître d'Othéa* de Christine de Pisan, entre as décadas de 1440-1460, obra que recebeu depois o título de *The Boke of Knyghthode*. Existem três versões desse manuscrito, produzidas e dedicadas respectivamente a John Fastolf, a Humphrey Sttaford, duque de Buckingham (m. 1460) e a um cavaleiro de seu séquito, John Ashtley (m. 1486). Embora a introdução feita por Curt Bühler conjecture sobre tais dedicatórias, o mais recente e detalhado estudo sobre suas variações encontra-se em: DRIMMER, S. Failure before print (the case of Stephen Scrope). **Viator**, Medieval and Renaissance studies, California, v. 46, n. 3, p. 343-372, 2015.

[172] KAEUPER, R. **Medieval chivalry.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 25.

[173] Jan Verbruggen aponta em seu estudo sobre a escrita da guerra que escritores eclesiásticos forneciam perspectivas sem contato com as armas. Contudo, não era incomum que religiosos tomassem armas ou mesmo que os laicos se convertessem ao monacato, como o cronista de Lanercost ao início do século XIV. VERBRUGGEN, J. **The art of warfare in Western Europe during the middle ages:** from the eighth century to 1340. Translated by Sumner Willard and S.C.M. Southern. Amsterdam; New York: North-Holland Pub. Co., 1977. p. 10-13.

[174] ORME, N. **From childhood to chivalry:** the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530. London; New York: Methuen, 1984. p. 181-210.

[175] Em meados de 1446, John Fastolf ordenou que registros escritos fossem trazidos de Londres ao castelo de Caister, o que pode indicar que em algum momento houve, ou ao menos se concebeu, a existência de um arquivo por lá. SMITH, A. *Aspects of the career of Sir John Fastolf 1380-1459*. 1982. 231f. Tese (Doutorado). University of Oxford, Oxford, 1982. p. 60. A esse fato, é preciso atentar para aquele outro de que ele residiu de forma quase que intermitente naquela fortaleza a partir de 1454 junto a seu séquito letrado. THORPE, D.E. **Writing and reading in the circle of Sir John Fastolf** (d. 1459). 2011. 391f. Tese (Doutorado). University of York, York, 2011. p. 106. Para além disso, no inventário do castelo são listados a existência dos aposentos não apenas de Stephen Scrope e William Worcester, mas também de outros homens ligados a produção letrada, como Henry Inglose e John Bokkyng. GAIRDNER, J (Ed). **The Paston letters, A.D. 1422-1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. v. 3, p. 181-185.

sobre a guerra e a cavalaria. A razão para isso foi que possivelmente contou não apenas com o testemunho de John Fastolf sobre suas aventuras em território continental[176], mas também teria podido ouvir acerca das boas práticas de armas; como quando alegou ter sido informado por seu "amparador" a respeito da atenção dedicada por um dos duques de Lancaster "às leis de armas".[177] Além disso, não é possível descartar, em uma mesma medida, que tenha acedido a relatos similares de outros homens que administravam os bens do cavaleiro e forneciam informações orais sobre os tempos do conflito não apenas em Norfolk, mas no condado de East Anglia, região de eminente tradição cavaleiresca na Inglaterra.[178] Assim, o acesso àquele conjunto supramencionado de escritos sobre a guerra permitiu-lhe conjugar normativas orais e escritas, tanto de outrora como de tempos recentes, para oferecer parâmetros morais relacionados ao fazer guerreiro contemporâneo.

Ao fim e ao cabo, ele dispôs de todo um arcabouço originado pela soma de seus conhecimentos a respeitos de escritos que em alguma medida refletiram sobre os saberes marciais pela confidência de John Fastolf, por ter-lhe servido como uma espécie de "secretário particular" até o final da vida[179] e também pelo contato com outros letrados e guerreiros durante suas viagens para coletar informações pertinentes à administração dos bens do cavaleiro; em tais situações, aproveitou para ampliar seus conhecimentos sobre eventos pertinentes às contendas do outro lado do mar. Isso era feito tanto no contato com indivíduos de alguma forma ligados aos homens de armas, mas também através de sua consulta a arquivos[180] e pela sua voracidade para a aquisição de livros, voracidade "que poderia chegar ao ponto de colocá-lo em dívida" e era "comparável tão somente à de seu

---

[176] A exemplo de seu auxílio imprescindível para debelar o cerco a Paris em 1429. WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 68-69.

[177] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 76-77.

[178] Dois exemplos encontram-se em disputas de âmbito régio julgadas por "cortes cavaleirescas" (*court of chivalry*) protagonizadas por cavaleiros de Norfolk, região onde se localiza Caister; tais cortes julgavam disputas relacionadas a espólios de guerra, apelações de julgamento por combate ou mesmo desentendimentos sobre o uso da heráldica. Vale lembrar, ainda, a sua comunicação constante com membros da aristocracia local, notadamente ligados a família Paston, uma das mais relevantes daquela região. POR Ref das paston letters e a partir de Richmond. CAUDREY, P. William Worcester, The Boke of Noblesse, and military society in East Anglia. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, v. 52, 2008, p. 195.

[179] Em um escrito em forma de anais sobre as guerras anglo-francesas produzido por William Worcester, o mesmo se auto denomina "*Willelmi Wircestre secretarij predicti Iohannis Fastolf*". MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 210.

[180] SCROPE, G.P. **History of the manor and ancient barony of Castle Combe in the county of Wilts.** London: J.B. Nichols, 1852. p. 195.

mestre pela obtenção de vastas propriedades", como bem registra um contemporâneo.[181] Tais obras viriam, direta ou indiretamente, a aparecer em sua construção argumentativa favorável ao reinício dos conflitos e tinham, na denúncia aos comportamentos reprováveis dos homens de armas, o seu eixo motriz.[182]

Nesse histórico, contudo, não há indícios de que tenha chegado a gozar de grande prestígio ou mesmo de que suas ideias tenham sido tomadas em estima pelos contemporâneos.[183] Entretanto, justamente por seu papel secundário nas letras do Quatrocentos é que sua perspectiva ganha importância, pois, ao observar como compreensões mais amplas, sobretudo a respeito dos desvios a acometerem o fazer da guerra, é possível cogitar que aquilo que se pensou repreensível acerca de sua governação recebeu a atenção mesmo daqueles apartados de seu protagonismo, refletindo, talvez, insatisfações que podem ter vindo a ouvir com certa frequência[184]. Não obstante, vale mencionar que William Worcester não esteve apartado da compreensão de que a nobreza de sangue era o caminho para o ingresso na cavalaria, afinal esse ainda era um parâmetro corrente em escritos sobre o tema[185], muito embora seja possível apontar, em uma mesma medida, sua provável relação a outro elemento fundamental à formação guerreira de seu tempo: a possibilidade de integração à ordem de armas através da distinção obtida, em larga medida, pela orientação e direcionamento correto de suas ações.

Ao colocar as virtudes no patamar do sangue como condição de acesso à cavalaria, William Worcester propôs aos cavaleiros coevos um caminho de enobrecimento não propriamente ligado à origem e assim abriu reflexões para uma associação entre o governo das armas e certos padrões éticos, a exemplo do questionamento a respeito do combate entre homens de uma mesma fé cristã, do direcionamento do esforço marcial para fins entendidos como questionáveis e do combater norteado pela expectativa de recebimentos pecuniários regulares, questões essas a serem tratadas mais adiante. Em

---

[181] FENN, J. **Original letters, written during the reigns of Henry VI, Edward IV and Richard III.** London: G.G.J. and J. Robinson, 1787. p. 170-173.

[182] Nesse tratado, foram identificadas ao menos quarenta referências empregadas por William Worcester. Uma lista, incompleta, é fornecida ao final da edição de 1860. NALL, C. Moving to war: rhetoric and emotion in William Worcester's Boke of Noblesse. DOWNES, ST.; LYNCH, A.; O'Loughlin, K. (Eds.). **Emotions and war: medieval to romantic literature.** Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015. p. 117.

[183] DAVIES, N. The epistolary usages of William Worcester. PEARSALL, D.A.; WALDRON, R.A. **Medieval literature and civilization:** studies in memory of G. N. Garmonsway. London: The Athlone Press, 1969. p. 249.

[184] POLLARD, A.J. **The wars of the roses.** Basingstoke: Macmillan Education, 1988. p. 57.

[185] VALE, M.G.A. **War and chivalry:** warfare and aristocratic culture in England, France and Burgundy at the end of the middle ages. London: Duckworth, 1981. p. 14-33.

outras palavras, ele vislumbrou tanto elementos que alicerçaram a atuação guerreira na Cristandade, retomada ao longo dos séculos, como também aqueles sobre o conflito contra os franceses, apresentando, assim, os parâmetros que autorizavam o enquadramento de guerreiros na ordem de armas, fossem de sangue aristocrático ou não.

No que diz respeito ao enquadramento das ações de armas da cavalaria, portanto, é importante relembrar que William Worcester escreveu para uma sociedade onde o latim e o francês ainda predominavam na produção de escritos narrativos, prescritivos e também relacionados à governança do reino.[186] Contudo, embora trilíngue[187], sua decisão por escrever em inglês pode indicar que o idioma vulgar na sistematização dos preceitos sobre a guerra teria por finalidade difundir os eixos constituintes das ações marciais lícitas para além dos ambientes letrados e, qualquer que fosse o meio empregado para tal, o viés do enobrecimento virtuoso se atrela a essa questão.

Dito de modo mais específico, parâmetros compartilhados sobre os fazeres marciais e que sancionavam a homens como John Fastolf não apenas o ingresso, mas, em última instância, a movimentação dentro dos quadros sociais, ligavam-se a um enobrecimento por meio das virtudes que deveriam ser louvadas por escrito, menos no sentido de serem pretensamente difundidas e mais como uma forma de permanecer seguro em um suporte que amparava a memória. Dessa forma, poderiam oferecer com maior autoridade perspectivas sobre as condutas mais corretas a serem adotadas.

Em função disso, é preciso atentar, a seguir, para o fato de que houve uma maior participação de comuns na empreitada marcial inglesa quatrocentista em comparação àquela realizada no século anterior, pois assim será possível refletir sobre como se constituem as definições de nobreza realizadas em escritos contemporâneos e, por conseguinte, se justifica a presença cada vez mais massiva de homens de estados inferiores em combate na França.

Tal preocupação se justifica, pois, conforme apontado anteriormente, ao menos desde o século XIV, a organização dos saberes sobre a guerra atrelou os feitos e triunfos

---

[186] De forma geral, certos aspectos distinguiam a linguagem anglo-normanda e francesa. Por não se tratar de um tema a ser desdobrado na investigação, optei por denominar por "língua francesa" toda e qualquer referência nesse sentido, pois não apenas os estudos empregados utilizam-se desse recurso, como também, os próprios letrados ingleses do período, dentre eles Stephen Scrope, se referem a uma "*French tong*". BUTTERFIELD, A. **The familiar enemy:** Chaucer, language and nation in the Hundred Years War. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 1-25.; BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 122.

[187] FENN, J. **Original letters, written during the reigns of Henry VI, Edward IV and Richard III.** London: G.G.J. and J. Robinson, 1787. p. 173-176.

da elite aristocrática e do monarca às concepções do que se entendia como desejável na atividade cavaleiresca e guerreira de forma mais ampla. A partir desse mesmo século, contudo, o sistema de recrutamento observou a integração nas hostes de homens que normalmente eram marginalizados ou mesmo suprimidos dos relatos, muito em função de sua origem não ligada à aristocracia e pelo envolvimento em atividades criminosas[188], cujo caráter poderia ser questionável na interpretação de moralistas. Em comutação de suas penas por transgressões dentro do reino, embarcavam rumo à França engrossando as fileiras inglesas em busca de ganhos pecuniários e, ocasionalmente, a depender do sucesso de sua atuação, eram agraciados com a titulação cavaleiresca.

Portanto, os tópicos a seguir, que encerram essa primeira parte da investigação, têm por meta compreender como o ofício marcial possibilitou o acesso ao enobrecimento para, em outro momento, ser possível refletir a respeito das reprimendas e das ações descomedidas durante a guerra.

2. CAPÍTULO 2: O ofício de armas

2.1. Uma cavalaria de comuns

Graças às finanças desequilibradas por anos de conflitos que marcaram a primeira metade do século XIV, Walter de Milemete, um letrado membro do séquito de Eduardo III, recomendou ao jovem monarca o robustecimento de suas hostes a partir da integração de indivíduos advindos não das famílias pertencentes à elite governativa reinol, mas, ao invés disso, de comuns. Em suas palavras:

> Após o consenso dos homens notáveis e amparado pelo aconselhamento arrazoado, o monarca deve averiguar por todo o seu reino o paradeiro dos homens jovens e pobres que, embora provenham de uma origem não nobre, possuem corpos sadios e com membros bem distribuídos, além de uma aparência feroz, caráter honorável, destemor no enfrentamento de perigos e aptos a contenderem.[189]

[188] VERDUYN, A. The politics of law and order during the early years of Edward III. **The English Historical Review**, v. 108, n. 429, p. 842 - 867, out. 1993.
[189] NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England***:* treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 49.

Cerca de um século mais tarde, em meados da década de 1440, Nicholas Upton, outro letrado igualmente ligado à produção de saberes pertinentes à guerra, ponderou sobre a mesma questão, oferecendo, porém, uma perspectiva díspar em relação a esses homens pobres. Ao acompanhar o duque de Salisbury em suas campanhas pela França nos anos anteriores, reuniu suas reflexões no tratado conhecido como "Sobre o estudo da guerra" (*De Studio Militari*)[190], onde, em meio aos regramentos oferecidos para os homens de armas, pontuou o que parece ter sido um incômodo para uma parte da elite aristocrática de seu tempo. Segundo ele, "atualmente, observa-se abertamente como muitos pobres (*multi pauperis*), laborando nas guerras francesas, têm se tornado nobres, alguns pela prudência, outros pelo valor, e outros ainda pela fortitude". Em comum em todos os casos é partilhada a ideia de que "as virtudes enobrecem aos homens".[191]

Um conjunto de elementos similares foi pontuado mais adiante, quando o filho de William Worcester apontou um dos pilares dos escritos que, junto ao *Livro da Nobreza*, deveriam informar o monarca inglês acerca da licitude de uma nova empreitada marcial contra a França na segunda metade do Quatrocentos. A esse respeito, ele declarou "minuciosamente como cada estado, de acordo com sua hierarquia adquirida" não apenas "por meio do nascimento", como, fundamentalmente, por meio de "atos de bravura, foi nomeado e designado para funções de grande reverência" do desempenho da prática guerreira. Sua compreensão, no entanto, parece ter sido muito mais do que uma simples recomendação, pois afirmou: "alguns deles foram representantes e comandantes da guerra no campo de batalha, enquanto outros se tornaram capitães de castelos, fortalezas e em cidades de maior e de menor porte".[192]

Naqueles três momentos supramencionados, os letrados expuseram um panorama em que aqueles de alta estirpe a liderarem grupos de guerreiros para combaterem na França observaram, na composição de suas fileiras, uma gradual queda entre os homens que partilharam ascendência similar. Em seu lugar, figuraram aqueles que embarcaram com arcos, lanças e equipamentos de menor custo, dispostos a desempenhar mais de uma

---

[190] CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. **War, government and aristocracy in the British Isles,** c. 1150-1500: essays in honour of Michael Prestwich. Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 221-222.

[191] A tradução desse excerto foi realizada a partir da versão apresentada em: ARMSTRONG, J.W. The development of the office of arms in England, c. 1413-1485. In: STEVENSON, K. (Ed.). **The herald in late medieval Europe.** Woodbridge: Boydell Press, 2009. p. 13. Uma transcrição do original, em latim, encontra-se disponível para consulta em: WAGNER, A.R. **Heralds and heraldry in the middle ages:** an inquiry in the growth of the armorial function of heralds. Oxford: Oxford University Press, 1956. p. 125.

[192] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, p. 524.

função – notadamente de menor destaque[193], e, se em alguma ocasião viessem a se sobressair por seus feitos de armas, poderiam vir a ser agraciados com o ingresso naquela ordem.[194]

A desproporcionalidade marcadamente observada na relação do contingente total enviado à França nas décadas de conflitos entre ambas as Coroas pode ser inferida a partir de registros como aquele em particular, copiado por William Worcester, a respeito da defesa da cidade de Rouen em 1434. Ali, o letrado arrolou a presença de 240 arqueiros frente a apenas oito *knights bachelor*,[195] exemplo pontual amparado pelos levantamentos do período entre 1415, início das campanhas de Henrique V, até 1450, ano da derrocada dos territórios na Normandia e esfacelamento quase que completo das forças inglesas no continente. Houve, pois, uma profunda assimetria entre aqueles que serviram aos reis, alternando, dentre a composição das hostes, 1 indivíduo ligado à aristocracia e com grandes chances de ingressar na cavalaria, em função de sua nobreza consanguínea, para cada 3 arqueiros, em 1415; 1 para 12, em 1430; e até 1 para 20, em 1440[196].

Outro registro da mencionada desproporcionalidade diz respeito ao realizado pelo cronista Jean de Wavrin, que escreve quando era iminente a batalha de Verneuil, em 1424. As hostes inglesas contariam com homens provenientes de três fontes usuais de fornecimento de guerreiros: os séquitos pessoais dos grandes capitães, os reforços recrutados dentro da Inglaterra pela Coroa e enviados no socorro de hostes já em campanha e, finalmente, aqueles homens que recebiam pagamentos fixos para provisionarem as guarnições na Normandia, mas que poderiam ser deslocados para auxiliarem os capitães em campo.[197] A princípio, é concebível a não existência de uma proporcionalidade entre os números de aristocratas e comuns, porém, o que salta aos olhos é que tal disparidade era gritante nos séquitos de alguns de seus principais capitães e

---

[193] Os indivíduos descritos como arqueiros também poderiam desempenhar serviços de carpinteiros, pedreiros, canhoneiros ou mesmo ajudantes desses profissionais da guerra. KING, A. Gunners, aides and archers: the personnel of the English ordnance companies in Normandy in fifteenth century. In: CURRY, A.; BELL, A.R. **Journal of medieval military history**: soldiers, weapons and armies in the fifteenth century. Woodbridge: Boydell Press, 2011, vol. IX, p. 70.

[194] BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 100-101.

[195] Esses indivíduos eram jovens cavaleiros com pouca ou nenhuma experiência em armas, servindo sob a tutela de outros pares de maior vivência nas guerras. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases.** Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 28.

[196] CURRY, A. The English armies in the fifteenth century. In: _____.; HUGHES, M. (Eds.). **Arms, armies and fortifications in the Hundred Years War.** Woodbridge, UK; Rochester, USA: Boydell Press, 1994. p. 45-46.

[197] Idem. The nationality of men-at-arms serving in English armies in Normandy and the *pays de conquête*, 1415-1450: a preliminary study. **Reading medieval studies,** Reading, v. 18, p. 142 - 143, 1992.

mesmo nos de seu "comandante geral", o duque de Bedford, que contava com 240 arqueiros frente a apenas dez homens denominados por cavaleiros.[198]

Naquela hoste, estimada em 8000 homens,[199] inúmeras motivações ameaçavam a sua redução, como deserções, doenças, ferimentos e mortes, comuns a qualquer outra empreitada do período. Nesse sentido, não era incomum que um dos mecanismos empregados para evitar essa defasagem fosse justamente aquele de "armar novos cavaleiros" às vésperas da batalha ou mesmo posteriormente a ela. Recurso usado para manutenção de forças locais a partir da prorrogação do engajamento de seus sobreviventes, os quais eram sagrados não necessariamente considerando a sua linhagem, mas, sobretudo, por se apresentarem "valorosos naquele dia da batalha".[200] O desconhecimento do cronista sobre quem seriam aqueles recém-sagrados, indivíduos de quem confessa desconhecer o nome[201], contrasta com o que se vê em outras ocasiões, em que designa explicitamente o título e as origens aristocráticas de outros em situação similar.[202] Fornece, assim, uma pista de que a integração à ordem de armas era tida como possível aos não-nobres, fossem provindos do reino ou mesmo de outras paragens, desde que apresentassem condutas compatíveis com as do código de armas cavaleiresco[203].

Em certas ocasiões, era possível ainda que fossem mencionados todos em conjunto, quando da divulgação de seus nomes – para obter fama e reputação – pelos resultados obtidos nas contendas sob as ordens dos três leões dourados da monarquia. Nas listas de homens arrolados para as campanhas no século XV, nomes de duques e condes figuravam próximos daqueles de indivíduos como John Fastolf e John Radcliffe (? - 1441); todavia, referidos em ordem hierárquica, em que figuravam primeiramente as

---

[198] Esta era a forma comum dos agrupamentos em tal batalha. O duque de Suffolk contava com 69 *men-at-arms* frente a 204 arqueiros, o de Salisbury com 19 frente a 67, o capitão da localidade de Dreux com 17 frente a 54, bem como as guarnições de Cherbourg e Evreux, que enviaram reforços, contavam, respectivamente, como 15 frente a 45, e 26 frente a 78. WADGE, R. **Verneuil 1424:** the second Agincourt, the battle of the three kingdoms. Stroud, Gloucestershire: Spellmount, 2015. p. 141-143.

[199] JONES, M.K. The battle of Verneuil (17 August 1424): Towards a history of courage. **War in history,** v.9, n.4, p. 387. 2002.

[200] WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. v.3. p. 75.

[201] Ibid., v3, p. 47.

[202] Ibid., v3, p. 164; 165; 201.

[203] Eram tomados certos cuidados no recrutamento desses homens, entretanto, suas conexões locais poderiam levar-lhes a favorecer inimigos de sua região de origem. Nos documentos onde estavam arrolados seus nomes, tempo de serviço e pagamento, também houve um esforço para tentar apontar de onde provinham. CURRY, A. The nationality of men-at-arms serving in English armies in Normandy and the *pays de conquête*, 1415-1450: a preliminary study. **Reading medieval studies,** Reading, v. 18, p. 140 - 141, 1992.

designações dos aristocratas, seguidos por um escalonamento cujo último degrau era o dos arqueiros[204].

Entre os indivíduos de proveniência desconhecida que tentaram a sorte pelas armas figurou Richard Good, que, de mero *men-at-arms* em meados de 1420, ascendeu ao ponto de adquirir terras e o direito a um brasão heráldico duas décadas depois.[205] Junto aos ingleses em contenda, também figuraravam aqueles advindos de outras localidades, dentro e fora dos domínios da Coroa. Os galeses Dafydd ab Ieuan ap Trahaiarn e Gruffudd Dwnn integraram as forças inglesas no início do século, não tendo o primeiro obtido tanto sucesso marcial como o segundo que, após sua participação em Agincourt, foi agraciado a ponto de tornar-se capitão de fortalezas na Normandia, condestável em um castelo em seu reino de origem e "naturalizado" inglês em 1421.[206] O mesmo poderia ocorrer a homens de posição similar e de paragens mais distantes, como o navarro Janico Dartasso (? -1426), que por seus serviços a aristocratas ingleses em um amplo espectro geográfico estendido da Irlanda e França à Prússia, tornou-se escudeiro do rei Ricardo II.[207] O serviço militar, entretanto, não trouxe apenas pequenos progressos na hierarquia social, como ocorreu com outros dois estrangeiros. Um deles, o danês Andrew Ogard, tornou-se capitão das guarnições de Touques e Vires, entre 1422-1423, durante a regência do duque de Bedford e, no ano seguinte, foi sagrado cavaleiro na supramencionada batalha de Verneuil. Quanto ao outro, o aragonês François de Surienne (1398-1462)[208], foi lembrado como uma personagem central quando da troca de acusações entre ingleses e franceses que desembocaram na retomada dos conflitos em 1449.[209] Assim como Ogard, Surienne superou a homens como Dartasso, por ter servido como um prestigiado canhoneiro do duque da Burgúndia[210] e, no cume de sua ascensão por meio das armas, ter sido

[204] BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 108.
[205] Ibid., p. 114.
[206] Ibid., p. 115.
[207] WALKER, S. Janico Dartasso: Chivalry, Nationality and man at arms. **The Historical Association,** Oxford, v. 84, p. 31-51, 1999.
[208] A documentação do período faz diversas menções a uma suposta origem nobiliárquica de Francisco de Sarriera, seu nome de batismo, porém, o curioso é o fato de não precisar quais seriam seus laços aristocráticos. BOSSUAT, A. **Perrinet Gressart et François de Surienne, agentes de l'Angleterre.** Paris, E. Droz, 1936. p. 43.
[209] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 1, p. 243-263.
[210] SMITH, R.D.; DeVries, K. **The artillery of the dukes of Burgundy, 1363-1477.** Woodbridge, UK; Rochester, NY: Boydell Press, 2005. p. 136.

incorporado como cavaleiro à Ordem da Jarreteira[211], fato que aumentou seu reconhecimento a ponto de ter seus serviços recomendados pelo monarca da França ao de Aragão[212], tempos após renunciar formalmente a aliança com Henrique VI[213].

Ainda que o serviço nas hostes régias a combaterem fora das marcas do reino tenha sido uma tradição importante a ser seguida pelos diversos degraus da aristocracia inglesa até meados da passagem do século XIV para o XV[214], todos esses exemplos corroboram um movimento de decréscimo da participação aristocrática nas guerras, observado desde os tempos de Walter de Milemete. Do início do reinado de Henrique VI em diante, há notícias de um aumento significativo não apenas no número total daqueles com origens não aristocráticas a combaterem na França, como também em sua elevação a papeis de liderança das hostes e de fortalezas, conforme pontuou o filho de William Worcester[215].

Embora afirmar que a ascendência do indivíduo calcada em seu vínculo com grandes famílias ligadas à governança do reino ainda tenha permanecido como um elemento importante da organização social inglesa do Quatrocentos, tal asserção traduz apenas parte de um espectro mais amplo que registrou, entre os séculos XI-XV, um declínio acentuado no número dos homens sagrados como cavaleiros na Inglaterra. Ao período do reino anglo-saxão de William, o Conquistador, calcula-se que havia cerca de 6000 residentes na ilha em tal estado, prontos a servi-lo, número, entretanto, reduzido para pouco mais de 3600 no início do século XIII[216]. Já a partir da década final desse século, estima-se a existência de cerca de 3000 homens que cumpriam as prerrogativas nobiliárquicas para tornarem-se cavaleiros, mas pouco mais de 1200 efetivamente foram armados[217]; já no início do século XIV, os números são ainda menos expressivos: acredita-se que de 500 a 1250 membros das hostes inglesas foram efetivamente

---

[211] COLLINS, H.E.L. **The order of the garter, 1348-1461**: chivalry and politics in late medieval England. Oxford: Claredon Press, 2000. p. 300.; KIRKLAND, D. Jean Juvénal des Ursins, and François de Surienne. **The English Historical Review**, Oxford, v. 8, n. 210, p. 263-267, abr. 1938.

[212] Em uma carta do rei francês Carlos VII ao monarca aragonês, o primeiro recomenda "Franciscus de Soriano, miles, dictus Aragonnensis", por seus bons serviços. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 1, p. 310-311.

[213] Ibid., p. 296.

[214] ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415-1450:** the history of a medieval occupation. Oxford: Claredon Press, 1983. p. 248-249.

[215] Conferir a tabela no "Anexo 1".

[216] FAULKNER, K. The Transformation of Knighthood in Early Thirteenth-Century England. **The English historical review**, Oxford, v. 111, n. 440, p. 1-23, fev. 1996. p. 5.

[217] KAEUPER, R. **Chivalry and violence in Medieval Europe.** Oxford; New York: Oxford University Press, 1999. p. 191-192.

adubados[218]. No período quatrocentista, a estimativa é ainda mais significativa frente a esse declínio, sendo contabilizados não mais do que 300 cavaleiros até a terceira década daquele século[219]. Em face desse fenômeno, observado também em outros recantos da Cristandade[220], uma primeira causa a ser conjecturada é a de que os custos para a prestação da atividade guerreira, que em ampla medida envolveu uma série de obrigações e a manutenção de equipamento próprio durante boa parte daquelas centúrias, impediu, antes do século XIV, o ingresso de homens com menos recursos àquele círculo[221]. No século seguinte, esse dado ainda era relevante para homens como John Doreward of Bocking (? – 1420), um nobre terratenente com propriedades em East Anglia, cujos proventos giravam em torno de £50 anuais, permitindo-lhe atuar como um escudeiro (*arminger*)[222], mas não como um cavaleiro. Contudo, houve aqueles outros, a exemplo de Thomas Chaucer (c.1367-1434), filho do afamado poeta Geoffrey Chaucer, o qual possuía uma renda anual de £1000, suficiente para elevá-lo não apenas à cavalaria, mas também ao baronato, mas que optou por não desempenhar o ofício marcial. A decisão de ambos, igualmente partilhada por muitos homens em posições similares em seu tempo[223], foi de permanecerem como escudeiros ou mesmo, em muitos casos, de não ostentarem títulos de armas ao longo de suas vidas[224].

Assim, entrecruzaram-se dois índices sobre o exercício beligerante no período. Durante as campanhas mais expressivas ocorridas na segunda metade do século XIV, o pleito à liderança das hostes era exercido quase exclusivamente pelos membros da alta nobiliarquia, os quais, sagrados em cerimônias como o Banquete dos Cisnes, atuaram diretamente na condução do conflito ao lado do rei, deslocando-se ao campo de batalha[225]. No Quatrocentos, entretanto, aquela realidade começou a estruturar-se de outra forma,

---

[218] SAUL, N. **Chivalry in medieval England.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2011. p. 159.
[219] BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 60.
[220] FLORI, J. **A Cavalaria**: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. Tradução de Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005. p. 123.
[221] PRESTWICH, M. **Plantagenet England:** 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005. p. 201-220.
[222] **A COLLECTION of ordinances and regulations for the government of the Royal Household,** from King Edward III to King William and Queen Mary. London: Printed for the society of antiquaries by John Nichols, 1790. p. 34; 46.
[223] Nas *Parliament rolls, 1439 November*, item 43, p. 63 pdf, há uma petição de súditos para que o rei não cobre taxas relativas à função cavaleiresca daqueles que já solicitaram dispensa dessa posição. A resposta do rei é a de que ponderará sobre isso com mais cautela.
[224] SAUL, N., op. cit., p. 160.
[225] POWICKE, M. The English aristocracy and war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971. p. 128.

por meio da sagração cavaleiresca e do exercício da função de armas, não daqueles que encabeçavam as famílias de maior renome ou mesmo de seus primogênitos, pois, em seu lugar, contenderam os "irmãos mais novos".[226]

Muito embora William Worcester não tenha escrutinado propriamente esse problema, a própria composição do "Livro da Nobreza" é um indício de que o letrado se atentou para o declínio da prática cavaleiresca entre aqueles que poderiam aceder a tal estado, talvez em função de seu lugar como membro da sociedade do mesmo condado que John Doreward de Bocking e John Fastolf. Mais especificamente, a partir das compreensões sobre um amplo histórico de ações armadas dos ingleses contra a França, com participação ativa da aristocracia local, é possível que ele tenha acreditado, ou querido fazer acreditar, que o tempo presente carecia de uma cavalaria a continuar essa tradição bélica, mesmo que, para isso, tivesse de contar com aqueles enobrecidos por meio das virtudes, e não apenas da genealogia.

A distinção familiar como via de acesso à ordem das armas decorreu, em grande medida, do fato de que as "qualidades familiares" eram partilhadas por todos os seus membros e poderiam ser transmitidas às pósteras gerações, ao contrário dos feitos cavaleirescos, que, embora trouxessem prestígio a seus descendentes, eram, em última instância, adquiridos individualmente e poderiam fenecer com seu possuidor[227]. Isso abriu espaço para que outros grupos aspirassem ao enobrecimento, preenchendo lacunas deixadas pelo não exercício da função militar. Finalmente, o referido declínio no número de cavaleiros não significou necessariamente um risco ao fazer da guerra no Quatrocentos, pois os ingleses continuaram seus esforços de ocupação de seus domínios naquelas partes por décadas. No entanto, é possível que a ausência de aristocratas a liderarem a empresa armada no continente tenha sido justamente o elemento a se destacar quando a sorte inglesa passou a evanescer após a década de 1430. Tratou-se, assim, de uma mudança das noções e compreensões sobre as mesmas a respeito do que de fato era fundamental para legitimar a função guerreira no século XV.

No entanto, quando o reinado de Henrique V e, sobretudo, de seu sucessor, testemunharam a ascenção hierárquica, por meio da atividade marcial de homens cada vez mais apartados dos laços consanguíneos com grandes senhores do reino, a exemplo

---

[226] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 78.
[227] SAUL, N. **Chivalry in medieval England.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2011. p. 162.

de John Fastolf, François de Surriene e de outros mencionados por Jean de Wavrin, não foi incomum a diferenciação entre aqueles ligados às tradicionais famílias do reino e outros que se destacaram exclusivamente por meio das realizações armadas. Tal apelo foi realizado empregando-se conjuntamente esforços empenhados em levantar, classificar e, por fim, ratificar as origens de um indivíduo, reunindo uma gama de conhecimentos que atravessavam os campos, nem sempre muito distintos entre si, da história, da heráldica e das leis. Tal movimento, contudo, não foi desprovido de tensões.

Entre os heraldistas ingleses, houve aqueles, a exemplo do supracitado Nicholas Upton, que advogavam que era possível a certos indivíduos, distantes da aristocracia alicerçada na governança do reino, assumirem brasões de armas, desde que, entretanto, fossem experimentados nas armas e virtuosos em seus feitos. Essa concepção parece ter sido adotada também pelo anônimo responsável pelo *Livro de Saint Albans* (*Boke of Saint Albans*), uma coletânea de regulações, publicada em 1468, que reforça tal ponto de vista. Houve, contudo, aqueles que eram ferrenhos opositores à "fidalguia" (*gentilness*) dos não aristocratas, ainda que a Coroa tenha dependido cada vez mais daqueles homens para combaterem e salvaguardarem seus domínios na França. Em 1454, contemporâneo, portanto, de Nicholas Upton, o também inglês Richard Strangways apontou que, na obtenção das armas heráldicas, precediam os feitos guerreiros os direitos de herança, os casamentos e concessão das armas diretamente de um príncipe ou monarca.[228] Esse choque de opiniões apresenta-se, assim, como um indício de que a elevação de homens através de seus feitos armados e não por meio da ascendência consanguínea, embora não fosse uma noção inédita ao século XV[229], marcou uma divisão entre aqueles que se apresentavam como uma elite marcial, mesmo sem que de fato estivessem ligados a realização prática da guerra, e aqueles que, efetivamente, deslocavam-se ao continente para provisionar, guarnecer e combater pelo monarca[230].

A sapiência nesses campos parece ter sido colocada em uso no [231], concedendo a William Worcester autoridade em sua empreitada. Destacada pelo letrado, estava

---

[228] ARMSTRONG, J.W. The development of the office of arms in England, c. 1413-1485. In: STEVENSON, K. (Ed.). **The herald in late medieval Europe.** Woodbridge: Boydell Press, 2009. p. 13 - 15.

[229] MURRAY, A. **Reason and society in the middle ages.** New York: Oxford Univerisy Press, 2002. p. 272.

[230] BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 20

[231] MCFARLANE, K.B. A business-partnership in war and administration, 1421 - 1445. In:_____. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 207.

justamente a meta de "fortalecer a coragem e oferecer conforto aos nobres de armas para que sejam perpetuamente lembrados por seus nobres feitos, como convenientemente é correto que assim o sejam"[232]. Seguindo de alguma forma a tradição sistematizadora da guerra, os primeiros fólios de sua composição elencam, traçam e relacionam a linhagem ininterrupta não tão somente dos reis ingleses, mas também das famílias que prestavam a eles auxílio militar. Uma longa lista de guerreiros, entre os quais "os valorosos homens da nação inglesa descendem",[233] é iniciada pelo herói troiano Bruto, passando pelo rei Artur, William, o Conquistador, Geoffrey, conde de Anjou, fundador da dinastia Plantageneta, Eduardo III, Henrique V, até chegar ao então atual monarca, Eduardo IV[234]. Tal associação entre a genealogia e a função guerreira esteve atrelada à própria estruturação do poder governativo, em que o papel desempenhado pela memória exigia a constante lembrança de um passado que justificava as ações de membros da nobiliarquia de origem consanguínea como modelos para todos os homens de modo descendente; hierarquia esta espelhada na organização militar.

Tendo em conta tal preceito, por volta de 1450, John Fastolf instrui o conselho régio sobre o perfil dos guerreiros a serem enviados em auxílio a Edmund, duque de Somerset (c. 1406-1455), que enfrentava um duro cerco imposto pelos franceses à cidade de Caen, na Normandia. Suas palavras, registradas por William Worcester, recomendavam que tal cavaleiro fosse não apenas "um capitão de estado nobre", mas, sobretudo, "de ilustre condição (*a cheveteine of noble and grete astate*)", somando-se a tais predicados a condição de que fosse "conhecedor das guerras e experimentado nessas". Essa mescla entre o estado nobre, a ascendência consanguínea e a experiência marcial, ou melhor, das primeiras como prerrogativas necessárias a serem complementadas pela terceira, seriam antecedentes para garantirem o êxito bélico, pois, como conclui John Fastolf, somente assim "tal nobre poderio (*noble puissaunce*) será suficiente por si só para capacitá-los a conservar o campo de batalha e a resistir à força e à pujança dos adversários do rei".[235]

---

[232] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 1.
[233] Ibid., p. 9.
[234] Ibid., p. 9-11.
[235] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, v.2 pt2, p. 596.

Em tese, um daqueles a reunir tais elementos foi Stephen Scrope, afinal ele descendeu de uma linhagem bem estabelecida e com intensa ligação ao fazer guerreiro desde o regime dos monarcas plantageneta,[236] tendo desfrutado de certa experiência marcial, terminada por grave enfermidade.[237] Contudo, assim como muitos outros, seu sobrenome, reverberado pelas armas, havia evanescido quase que por completo, contrastando com modestas funções comerciais que assumiu antes de engajar-se nas letras[238]. É nesse sentido que, enquanto o sucesso guerreiro de seus antepassados ainda era reconhecido e ele próprio admitia sua ascendência de "sangue nobre", não era possível garantir, efetivamente, seu próprio reconhecimento da mesma forma sem que se dispusesse a combater em nome do rei; outros tantos homens, como John Fastolf, possivelmente cientes dessa configuração que atrelou cada vez mais o fazer bélico à nobiliarquia, trilharam o caminho inverso para que pudessem, assim, ascender, na via marcial, "por seus dotes naturais de caráter e de conduta (*jentilnes*)".[239]

Por fim, as bases comuns para a constituição nobiliárquica e as prerrogativas para o ingresso nas armas se mantiveram em constante atrito durante a primeira metade do Quatrocentos. Nesse sentido, a partir de conjuntos de conhecimentos possíveis, William Worcester e outros letrados contemporâneos propuseram parâmetros comuns em contestação não à assimilação de comuns ao ofício guerreiro, mas, sobretudo, à sua forma de condução marcial. A despeito disso, sugestões letradas do período ajudam a compreender não apenas a incorporação e mesmo a manutenção do estado guerreiro, mas também as implicações do ofício de armas para o bem comum e para os homens que o exerceram.

Antes de escrutinar propriamente as ponderações a respeito do comportamento daqueles a contenderem e suas implicações com os resultados adversos na passagem da primeira para a segunda metade do Quatrocentos, é preciso questionar o enobrecimento por meio das virtudes, isto é, de que maneira os escritos teriam oferecido bases suficientes para erigirem a aceitabilidade da figura daqueles "novos cavaleiros". Em outras palavras,

---

[236] ROSENTHAL, J.T. Sir Richard Scrope and the Scrope and Grovesnor Depositions. In:_____. **Telling tales:** sources and narration in late medieval England. Pennsylvania: Pennsyvania State University Press, 2003. p. 63-94.

[237] HUGHES, J. Stephen Scrope and the circle of Sir John Fastolf: Moral and Intellectual outlooks. In: HARPER-BILL, C; HARVEY, R. (Eds.). **Medieval Knighthood IV:** papers from the fifth strawberry hill conference. Woodbridge: The Boydell Press, 1992. p. 111.

[238] Durante o período em que acompanhou John Fastolf nas campanhas marciais das décadas de 1410 e 1420, Stephen Scrope foi encarregado pelo seu padrasto para desempenhar funções no abastecimento de arenque às tropas. Ibid., p. 112.

[239] Ibid., p. 119.

quais as configurações de suas proposições a respeito do emprego das virtudes como um meio válido a sancionar os comuns na cavalaria? A essa pergunta deve somar-se a interrogação sobre como tentaram definir as funções mais gerais do ofício em questão.

2.2. Enobrecer por meio dos feitos guerreiros

Olivier de la Marche (1425-1502), um proeminente cavaleiro borgonhês com livre trânsito em diversas cortes de seu tempo, frequentou também a do monarca inglês em uma série de "missões diplomáticas"[240]. A partir dessas experiências, e como um membro destacado da nobreza, esteve em contato com homens em posição similar à sua, o que lhe permitiu ponderar sobre a distinção aristocrática e o ingresso na ordem de armas contemporaneamente a William Worcester. Em certa ocasião, ao escrever para seu amparador, o duque da Borgonha, recomendou parâmetros a serem observados a respeito de quais indivíduos seriam "suficientemente nobres" para se habilitarem em duelos. Em meio a tais reflexões, ele realizou uma série de apontamentos pertinentes às origens da nobreza e da cavalaria, cujo conteúdo, extenso, torna meritória a citação:

> Os fidalgos (*gentils hommes*) são aqueles que de longa data descendem de um homem e de uma mulher do mesmo estado, e, assim como os seus pósteros, também o são por meio do casamento. No que concerne à nobreza, a qual é o início da fidalguia, ela é adquirida, primeiramente, por aqueles que detêm um grande posto junto ao príncipe, o que significa que tanto eles como seus pósteros também o serão. Ulteriormente, os seus herdeiros [...], levando a vida honrosa de um nobre, podem chamar-se também de fidalgos. Logo, quando o servo de um príncipe ou qualquer outro [indivíduo] tiver conduzido sua existência de forma honrosa, e o príncipe o tiver feito cavaleiro, o primeiro enobrece o último e seus descendentes. Por último, seguir a profissão guerreira na qualidade de homem de armas e servir ao príncipe valorosamente, e por longo tempo na guerra, isso também o enobrece [...]. É mais feliz e mais digno de apreço aquele que principia sua nobreza na virtude do que aquele que a finda pelo vício[241].

Em linhas gerais, Olivier de la Marche destacou que, paralelamente à ascendência aristocrática, pelo sangue, era igualmente concebível, pela via militar, a possibilidade de integração à nobiliarquia através do serviço ao príncipe, cabendo àquele sagrado em função do desempenho guerreiro atentar-se ao constante exercício das virtudes como o

---

[240] DREES, C.J. (Ed). **The late medieval age of crisis and renewal, 1300-1500:** a biographical dictionary. London: Greenwood Press, 2001. p. 275-277.

[241] A tradução apresentada parte daquela realizada para o inglês: KEEN, M. **Chivalry.** New Haven: Yale University Press, 1984. p. 150.

meio mais apropriado para manter-se nobre. No entanto, a fronteira entre o enobrecimento aristocrático e o virtuoso nem sempre era tão bem delimitada como faz parecer a exposição do cavaleiro borgonhês, muito embora sua reflexão venha a fornecer um paralelo inicial para o desnudamento de certos indícios das noções coevas entre o enobrecimento e sua manutenção, ou mesmo aquisição, por meio da atividade guerreira.[242]

A princípio, é possível conjecturar que a condução da guerra recomendada por William Worcester e seus pares quatrocentistas remete não apenas à ascendência do indivíduo, mas também à sua condução moral[243], isto é, o exercício das virtudes foi entendido como uma chave para a aptidão marcial. Em outras palavras, o enobrecimento virtuoso não teria sido um fenômeno exclusivamente atrelado à alta aristocracia, pois, conforme já destacado anteriormente, era perfeitamente concebível que outros homens também ali se adequassem desde que cumpridas certas prerrogativas. Isso se admite, talvez, pela noção lançada por William Worcester a respeito dos fazeres bélicos, que deveriam ser regulados muito mais por cuidados corretos do que pela busca por proventos e feitos individuais.

Esse ponto de vista apresentou-se quando o labor daqueles homens passou a ser, em grande medida, norteado pela expectativa de ganhos pecuniários e honoríficos, quando o arnês cavaleiresco passou a significar altos riscos e grande volubilidade dos praticantes, como será melhor destrinchado mais adiante. Por hora, basta afirmar ser praticamente impossível distinguir variações entre o que teria sido tomado como uma espécie de sanha no manejo das armas e do não comedimento das paixões entre homens de estado guerreiro e pertencentes à aristocracia e aqueles outros advindos dos comuns. Em seu lugar, é preciso considerar que a regulação moral de comedimento ou exortação

---

[242] Em certa altura de seu tratado, Stephen Scrope expõe, através da fábula de Latona, o intercurso das virtudes como predicado indispensável à função cavaleiresca. Certo dia, narra, a deusa desejava beber a água de um riacho, porém, foi interrompida por "um grupo de homens sem valor (*felauschip of carles*)", os quais, propositalmente, "começaram a renhir e a turvar a água, apesar de seus pedidos para que não o fizessem e se apiedassem de seu infortúnio". Uma vez não atendida, a punição que infligiu a eles foi transformá-los em sapos para que "vivessem para sempre naquelas águas imundas". O objetivo ali era expor que a perfídia nas ações cotidianas destoava das expectativas em relação a um "bom cavaleiro", o qual deveria evitar "manchar-se pela água da vilania (*vilony*)" – em hipótese alguma admissível na "fidalguia (*gentilnes*)". BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 32.

[243] Verbete *gentilnes:* 1.a. Nobreza distintiva de nascimento.; 2.a. Nobreza de feitio moral ou de modos. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED18413. Acesso em: 23 dez. 2018. Verbete *vilony:* 1.a. Aquele de nascimento vulgar, comum; 1.c. Aquele moralmente corrupto, depravado. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED51146. Acesso em: 23 dez. 2018.

do justo direcionamento de suas armas[244] é sintetizada por William Worcester como uma *Englisshe chevalrie.*[245] Quando considerados por esse viés, projetos de reforma e de edificação, como o apresentado por aquele letrado no *Livro da Nobreza* não diferiam, a princípio, do lugar comum sobre a imprescindibilidade da observação contínua das virtudes em todos os momentos da vida cristã, mas, sim, apontaram, com maior firmeza, para a esfera dos interditos lançados sobre os feitos marciais. Vale ressaltar, no entanto, que sua "distinção" diante de outras tentativas de sistematização teria residido, a princípio, em duas questões.

Em primeiro lugar, ele denota a presença de outros atores que se inseriram irreversivelmente e, com mais tenacidade, na composição dos quadros guerreiros quatrocentistas. Ao focar no exercício das virtudes marciais como a chave a permitir o direcionamento desejado das emendas daquela natureza contra os agravos cometidos pelos inimigos franceses e seus aliados, o moralista sobrelevou, a princípio, a licitude da atuação dos homens de origens incertas junto aos aristocratas, desde que conhecedores e regidos pelo bom governo da guerra, bem como pela busca constante em acondicionar suas ações a esses princípios. Tal ponto não pode ser dissociado daquele outro em que William Worcester apresenta expectativas não sobre uma cavalaria vitoriosa em busca de manutenção ou aumento de sua honra e glórias advindas de sua atuação exemplar, pois inquieta-se, em seu lugar, com outra ordem de armas que vinha enfrentando múltiplas vicissitudes e onde muitos de seus membros foram mortos, aprisionados e seus bens confiscados.[246] Fortalece, desse modo, a impressão de que o conflito "não rendeu frutos senão o prejuízo aos súditos, a destruição de territórios por lá" e o "empobrecimento", tanto da figura régia, como aponta Henrique VI, como "do reino daqui"[247], possivelmente partilhada entre aquelas gerações que voltaram à Inglaterra após labores extenuantes no conflito. É uma ordem armada, pois, que não apenas não cumpriu com os preceitos esperados de sua função, mas que, em decorrência da não observação de certas

[244] TAYLOR, C. D. **Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 109-110.
[245] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 29.
[246] POLLARD, A.J. **The wars of the roses.** Basingstoke: Macmillan Education, 1988. p. 58-62
[247] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, p. 457.

expectativas, viria a ser diretamente responsabilizada pela derrota.[248] Dessa forma, trata-se de expor a guerreiros contemporâneos que não servem de modelo de emulação aos pósteros, mas que, pelo contrário, precisam "corrigir as suas próprias falhas e sobrepujá-las".[249]

Nesse sentido, William Worcester afirmou que "a virtude, e não a linhagem, constitui a nobiliarquia"[250], noção aquele complementada por Stephen Scrope, de forma similar, ao advertir que a origem aristocrática por si só não era a única via de ingresso ao ofício cavaleiresco. Ao realizar sua tradução do tratado de Christine de Pisan ao vernáculo, este último provavelmente não perdeu de vista homens como os duques de Bedford e York, cujos predicados marciais somaram-se às suas origens aristocráticas, figurando assim no rol daqueles "que agregam nobreza à sua fidalguia" e que, portanto, deviam "ser exaltados". Por outro lado, possivelmente um dos índices de seu tempo, houve personagens que, muito embora estivessem "qualificados" para o exercício marcial e o ingresso na cavalaria, se satisfizeram "com a fidalguia que vem de sua consanguinidade (*kynne*), sem adicionar-lhe nada mais", fato então que merecia reprovação. É justamente nesse jogo entre o enobrecimento por via consanguínea e genealógica, por um lado, e virtuosa, por outro, que realiza suas ponderações, ao ponto de asseverar que homens destoantes das práticas virtuosas o faziam devido à falta de retidão e de constante zelo nas ações cavaleirescas, e portanto, "não devem ser considerados nobres".[251]

Nesse sentido, a dedicatória apresentada a John Fastolf na primeira versão de seu *Livro da cavalaria* em meados de 1440[252] traz uma primeira pista sobre as relações entre as virtudes e as armas. Segundo Stephen Scrope, não tão somente grandes aristocratas ou mesmo outros homens, como seu amparador – naquele momento já pertencente ao alto

---

[248] William Worcester arrola uma longa lista de possessões inglesas perdidas para os franceses, indicando os responsáveis por sua defesa e a forma como ocorreram. Seu julgamento aponta para o comportamento pouco diligente de seus capitães, dentre os quais figuram homens com título de cavaleiro. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, p. 619-633.

[249] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 13.

[250] A passagem original em latim está em sua obra "Itinerários". A citação é feita a partir da tradução do excerto apresentada em: ALLMAND, C.; KEEN, M. History and the Literature of War: The Boke of Noblesse of William Worcester. In: ALLMAND, C. **War, Government and Power in Late Medieval France**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 103.

[251] BÜHLER, op. cit., p. 32.

[252] Idem. Introduction. In:_____(Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. xviii.

círculo governativo reino –-, poderiam ser reconhecidos como membros da ordem cavaleiresca. Pelo contrário, era concebível que "qualquer um, independentemente de seu estado (*astate*)[253], compleição (*condicion*)[254] ou distinção social (*degre*)[255], fosse chamado de cavaleiro", isto é, fosse qual fosse o seu lugar e origem na sociedade. Contudo, era preciso atentar-se também a uma outra prerrogativa: a de "defender com resiliência a sua alma".[256] A tradução apresentada de tais termos, contudo, não é suficientemente satisfatória para englobar significados que, no original, parecem se intercalar e permear campos semânticos mais amplos.

O primeiro deles é o da "posição social" do indivíduo na sociedade, considerada a partir de sua integração e "pertencimento" a um grupo com características que lhe permitiam identificar-se e ser identificado entre outros que partilhavam das mesmas prerrogativas e de códigos estabelecidos que ratificassem essa compreensão mútua.[257] Os critérios para essa distinção e circunscrição entre iguais repousavam inicialmente sobre a capacidade de sua figura ser socialmente reconhecida através de um escalonamento que conjugava a posse de bens e a sua eminência no fazer marcial. Contudo, era preciso ir além e cumprir com a expectativa de que possuísse meios físicos e pecuniários para mantê-los, ratificando assim suas virtudes aos olhos dos outros cavaleiros e daqueles sob seu governo. É nesse sentido que William Worcester, por exemplo, destaca que nem mesmo o rei, epítome desses elementos e modelo para os outros homens do reino, "pode desfazer-se de suas heranças em detrimento de um estranho (*straunge parsone*), seja qual for seu *astate* ou *degre*", sem que consequências mais sérias decorram de tal ação[258], pois, como complementa John Trevisa, "através do exemplo de seu modo de viver, todo

---

253 **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY.** Verbete *astate*. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED42672. Acesso em 20 mai. 2018.

254 Ibid. Verbete *condicion*. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED8867. Acesso em 20 mai. 2018.

255 Ibid. Verbete *degre*. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED10882. Acesso em 20 mai. 2018.

256 WARNER, G.F (Ed.). **The epistle of Othea to Hector or the Boke of Knyghthode.** Translated from the French of Christine de Pisan with a dedication to *Sir* John Fastol by George F. Warner. London: Nichols and sons, 1904. p. 3.

257 Tais códigos poderiam estar dispostos em lugares de fácil visualização e pleiteavam a transmissão de mensagens ligadas não apenas ao poderio e prestígio social, mas também à honra e às virtudes ligadas ao indivíduo que os obteve por meio da atividade marcial. O ato de amparar escritos também poderia ser um elemento desses códigos, uma vez que os escritos, notadamente os de natureza descritiva, favoreciam suas famílias e aliados. AISLES, A. Heraldry in medieval England: symbols of politics and propaganda. In: COSS, P.R., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England.** Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002. p. 102.

258 WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 35.

homem desejará buscar grandes méritos"[259]. Tal capacidade está diretamente condicionada, em última instância, à aptidão em recorrer ao uso das armas para o resguardo e ampliação de tais heranças que, em âmbito local, poderiam ser senhorios, de cunho militar ou não, mas também, em sentido mais geral, a defesa de todo o reino.

O segundo campo semântico, que não deixa de estar associado ao anterior, põe em cena que o cuidado com a alma era um constante exercício moral exigido dos cavaleiros, requerendo também o condicionamento de um corpo capacitado para a guerra. Sua preparação visava evitar, conforme o alerta de Stephen Scrope, que "se fizesse capitão de uma hoste ou de partes dela um cavaleiro inapto para as armas", exigindo assim o impedimento do ingresso de homens com corpos despreparados e "sem experiência", bem como daqueles já provados na arte da guerra, porém, sem conhecimento ou cuidado em atentar para as normativas cavaleirescas, ou seja, "sem sabedoria"[260]. Provavelmente, esse tipo de preocupação decorreu do fato de que a participação na guerra era um importante marcador da distinção social, e enobrecer-se pelas armas esteve entre os desígnios dos contendores; jactar-se também integrou esse jogo. Esse cenário foi bem circunscrito por John Trevisa ao alertar que, "ao falarem a respeito da guerra, todos os homens, a princípio, são bons combatentes", porém:

> Quando são colocados à prova frente a certos tipos de feitos e experimentam os rigores do ferro, o vigor da armadura, e sentem o quão laborioso é o contender e quão dolorosos são os ferimentos infligidos pelos inimigos, aquele que não possui a carne resistente e nem a resiliência corporal será expelido da batalha".[261]

A perspectiva lançada pelo anônimo responsável pela tradução de Vegécio na década de 1460 parece corroborar a importância nessa mestria das habilidades marciais. Ao ponderar especificamente sobre as condições daquele que é "alçado à cavalaria", propõe ser fundamental que o postulante "prove que é forte e veloz, e aprenda sobre a disciplina da guerra", pois aquele corpo apto seria corretamente posto a serviço do melhor desempenho marcial, ao ser constantemente exercitado e, além disso, ser conhecedor das autoridades sobre a guerra. A expectativa do anônimo de que fosse recitado em ambiente

---

[259] A tradução foi realizada, a partir da reprodução do excerto, em inglês médio, publicado em: LEWIS, K. **Kingship and masculinity in late medieval England.** London: Routledge, 2013. p. 34.
[260] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 92.
[261] TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 409.

cortesão reflete em parte essa inquietude. Ao elencar o cuidado com a alma a partir de ensinamentos vantajosos para ela, questiona: "como posso aprender com aquele que não possui saberes" sobre a guerra"? Talvez o melhor caminho "para meu próprio governo" seja "ler as histórias de autoridades (*auctoritee*), e tomar conhecimento de como lutaram"[262].

O *Livro da Nobreza* e a adaptação para o vernáculo realizada por Stephen Scrope contam também com a reunião dos saberes dessas autoridades e cada qual a seu modo apontam caminhos similares para aqueles dos quais se esperava o exercício do corpo preparado fisicamente para as agruras do conflito por meio de prescrições a ordenarem seus feitos beligerantes, enfatizando, assim, o cuidado com a alma. Essa atenção foi influenciada, a princípio, pelo modelo original proposto por Christine de Pisan em sua *Épître*, em condenação da prática da violência desmedida e dos excessos cometidos pela cavalaria ao longo do século XIV na França. Contudo, Stephen Scrope possivelmente não encontrou obstáculos para estabelecer paralelos quanto à forma de guerra perpetrada pelos cavaleiros ingleses quatrocentistas, notadamente daquela executada na Normandia, onde esteve presente. Ao adaptar a obra de Pisan ao vernáculo, sequer recorreu ao recurso comum de incluir exemplos de cavaleiros notórios de seu tempo ou atualizar as práticas guerreiras de acordo com novas tecnologias ou táticas de batalha, subterfúgio esse amplamente empregado por William Worcester e por outros textos de sistematização da guerra. Ao invés disso, acreditou ser compreensível e profícuo aos homens de seu tempo os ensinamentos sobre os cuidados de si elaborados pela pensadora francesa, abrindo, assim, certa margem para interpretações sobre a guerra por parte dos seus pretendidos leitores e ouvintes[263].

Para além do corpo treinado e seguidor de boas práticas e aconselhamentos, apenas a posse e exímio manejo do equipamento de guerra não lhes bastava, uma vez que, sobretudo, era preciso que atentassem para "a falta de virtudes" e a essa circunspeção da alma, pois "aquele que encontrasse o demônio", alerta, "jornadeava de modo similar aos que se deparassem com um inimigo sem as suas armas".[264] Havia, portanto, um equilíbrio a ser estabelecido entre as duas esferas, a do corpo e a da alma, pautado, por um lado, na

[262] DYBOSKY, R.; AREND, Z.M. (Eds.). **Knyghthode and bataile:** a XVth century verse paraphrase of Flavius Vegetius. Oxford: Early English Text Society: 1971. p. 12.
[263] BORNSTEIN, D. Military manuals in fifteenth-century England. **Mediaeval Studies,** Turnhout, v. 37, p. 470, 1975.
[264] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 81.

expectativa de que o sucesso marcial era uma busca constante e desejável, não devendo ser reprovados aqueles, aristocratas ou não, que "diariamente se dispunham a realizar grandes vicissitudes e fatigavam-se em busca de tornarem-se renomados, dignos de reverência e de serem chamados de cavaleiros". Percorrer tal caminho era, assim, não deixar de lado valores ambicionados no empenho do "exercício das armas e em feitos de cavalaria", os quais, entretanto, deveriam diligentemente ser acompanhados de "feitos espirituais (*gostly dedys*)". Em outras palavras, ao bom guerreiro pesava menos a origem consanguínea e muito mais a restrição de suas "lamentáveis paixões (*lamentable passions*)",[265] uma vez que "a defesa da alma, tão necessária como a busca pelos feitos de deferência marcial",[266] se não observada constantemente, poderia levá-lo a faltas que debilitavam a orientação de suas armas.

Em certa medida, talvez a decisão de transpor esse texto ao vernáculo sirva justamente de indicativo de que a observação de virtudes a direcionar o governo da guerra não estivesse, em grande medida, sendo levada a cabo. Por isso mesmo, não seria de todo destoante se, em meio a prescrições dessa natureza, o letrado resolvesse comentar sobre o perigo que o descomedimento na prática armada impunha a seus realizadores, aos moldes, por exemplo, do que fez o cronista Adam Usk (1350/2-1430). Este último destacou que a habilidade e circunspecção no fazer marcial daqueles advindos "de uma família de comuns", como o cavaleiro John Oldcastle, poderiam conjugar a possibilidade de "enriquecer com os saques e espólios da guerra" e se tornarem, como ele, "bravos campeões da fé e repletos de zelo cristão". Contudo, mesmo um destacado guerreiro como ele não esteve imune de terminar seus dias na ignomínia, enforcado após "levantar sua espora contra àqueles que o honraram com o privilégio da ordem militar e com o cinto cavaleiresco"[267]. Se os maus exemplos poderiam fazer decair homens afamados que empregavam grande diligência e esforço para se tornarem merecedores da titulação cavaleiresca, o que dizer então daqueles outros de menor estatura na hierarquia das armas? Também já mencionado, François Surienne figurou na vasta lista elaborada por William Worcester daqueles que agiram em desacordo com as premissas cavaleirescas,

---

[265] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 3.
[266] WARNER, G.F (Ed.). **The epistle of Othea to Hector or the Boke of Knyghthode.** Translated from the French of Christine de Pisan with a dedication to *Sir* John Fastol by George F. Warner. London: Nichols and sons, 1904. p. 3.
[267] USK, A. **Chronicon Adae de Usk,** a.D. 1377-1421. Edition with a translation and notes by Sir Edward Maunde Thompson. London: H. Frowde, 1904. p. 301.

como abandonar fortalezas sob seu comando[268], negligenciando, assim, a desejada manutenção das virtudes que o enobreciam, fato grave que, ao fim e ao cabo, levaram a "acusações perpétuas contra a memória" do cavaleiro[269].

Dessa forma, pautar suas ações pelas virtudes aceitas deveria ser algo constantemente cultivado em detrimento de desvios que poderiam levar a punições mais severas[270] e também à perda do estado cavaleiresco[271]. Em qualquer momento da vida, fosse no início da carreira militar, durante as ações marciais, ou mesmo após o recolhimento da mesma, atentar para o fato de que agir segundo princípios virtuosos era um caminho para o enobrecimento e, consequentemente, para a legitimação do guerreiro entre seus pares. Por volta de 1440, John Fastolf tinha regressado da França após ter dedicado boa parte de sua vida ao combate e retirou-se das armas por ter já 60 anos e "a debilidade ter diminuído sua robustez", inviabilizando "sua força física no que concerne ao exercício de feitos de cavalaria"[272]. Finda sua capacidade para continuar na atividade marcial, ainda assim lhe foi oferecido um lugar para que continuasse a contribuir com a cavalaria não por meio de suas ações, mas através do aconselhamento daqueles que ingressavam na ordem.

Dessa maneira, foi indispensável não apenas aos cavaleiros, no apogeu de sua experiência marcial, cingir virtuosamente sua figura e combater os desvios que poderiam afrontá-la, ainda que em idade já avançada. William Worcester observou essa questão por meio da evocação de ao menos dois exemplos distintos. Em um deles, pontuou que o senador romano Quinto Fábio, já impedido pela idade, estava incapacidade de ensinar a

---

[268] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, p. 620.

[269] Ibid., v. 1, p. 280.

[270] Diante de tais acusações, François de Surienne solicitou formalmente seu desligamento da Ordem da Jarreteira; talvez por receio de que as acusações, se levadas a julgamento, pudessem resultar em punições mais severas. Um exemplo nesse sentido foi o do cavaleiro Edward Hastings of Elsing, acusado de utilizar o mesmo brasão que Reginald, Lord Grey of Rothin, durante as campanhas contra os escoceses em 1400. Considerado culpado, foi aprisionado e assim permaneceu por vinte anos, devido à falta de recursos para quitar os débitos gerados por essa contenda. CAUDREY, P. William Worcester, The Boke of Noblesse, and military society in East Anglia. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, v. 52, 2008, p. 196.

[271] Antes de ser executado, em 1464, por rebelar-se contra o rei, o cavaleiro Ralph Gray foi julgado pela corte de armas presidida pelo conde de Worcester. Ali, foi submetido a procedimentos de alto valor simbólico visando destituí-lo da cavalaria: teve suas esporas e brasão arrancados de forma violenta, sendo que o último deveria ser colocado e usado de ponta cabeça pelo cavaleiro, "para que fosse degradado (*disgraded*) de sua nobreza e armas, assim como da ordem da cavalaria". WARKWORTH, J. **A chronicle of the first thirteen years of the reign of king Edward the fourth.** Edited by James Orchard Halliwell. London: Camden Society, 1839. p. 38-39.

[272] WARNER, G.F. (Ed.). **The epistle of Othea to Hector or the Boke of Knyghthode.** Translated from the French of Christine de Pisan with a dedication to *Sir* John Fastol by George F. Warner. London: Nichols and sons, 1904. p. 1.

outros guerreiros como "correr, saltar, justar com lanças e lutar a pé com machados", porém ainda assim se manteve atento para direcionar corretamente as armas dos mais jovens por meio de aconselhamentos, realizados "com grande diligência e ponderação, visando o acréscimo do bem comum da cidade"[273]. No outro, embasou-se na autoridade de Cícero, o qual, igualmente atento ao mesmo objetivo, prestou-se a afirmar que aqueles mais velhos e, portanto, "com maior sabedoria", deveriam direcionar o navio, isto é, o bem comum, "conforme necessário para guiá-lo para todas as costas", agindo assim para o "benefício e segurança" de todos, mais até do que "todos aqueles homens mais jovens cheios de paixões, responsáveis por remar, içar e escalar", ou seja, em levarem a cabo as ações de armas, nem sempre de modo temperado.[274]

Esse panorama em boa medida se assemelha ao de outros textos normativos difusos na Cristandade, como o do cavaleiro ermitão de Raimundo Lúlio, o qual, já conhecido nos círculos letrados ingleses em versões francesas compostas na passagem do século XIV para o XV, veio também a ganhar uma tradução realizada por William Caxton em meados da década de 1480.[275] Se "por meio da coragem e sabedoria e das vicissitudes impingidas contra seu corpo em muitas batalhas" pôde outrora destacar-se, naquela altura passou a observar "como a natureza lhe faltava ao envelhecer, deixando-lhe sem poder e nem virtude (*vertu*) para empregar as armas como costumava fazer". Em outros termos, porém, da mesma medida é o lamento do cavaleiro francês Geoffroi de Charni (c. 1306-1356) sobre uma velhice que não oferece consolo, quando "se apresenta no corpo de

[273] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 62.
[274] Ibid., p. 58.
[275] Ao menos dez manuscritos desse texto foram produzidos em francês, sendo o *St. John's College, Oxford, Codex 102* nas décadas finais do século XIV e o *British Museum, additional MS. 22768*, estimado da primeira metade do Quatrocentos. Ambos, produzidos muito próximos temporalmente à *Épître* de Christine de Pisan, apontam que esse texto integra o conjunto de normativas conhecidas e estabelecidas e que viriam a alcançar as ilhas britânicas. Curiosamente, aquele segundo manuscrito está em um códice que contém a *Árvore das Batalhas* de Honoré Bonet e a *Epístola* de São Bernardo, sendo o primeiro texto uma obra de autoridade empregada por William Worcester, e o outro texto, de ordens cavaleirescas que possibilitavam a concepção do ascetismo guerreiro. Quaisquer que tenham sido os caminhos daqueles textos na seara da sistematização cavaleiresca inglesa do século XV, é igualmente interessante notar que um terceiro manuscrito, o *British Museum Royal MS. 14 E ii*, foi compilado e finalmente entregue ao rei Eduardo IV em 1480, contendo não apenas o texto de Raimundo Lúlio, mas uma versão em francês do texto de Christine de Pisan. A única edição inglesa conhecida do livro da ordem de cavalaria é aquela atribuída à tradução e impressão de William Caxton entre 1483 e 1485. BYLES, A.T.P (Ed.). **Book of the ordre of chyualry.** Translated and printed by William Caxton. Abingdon: Routledge, 2010. p. XVI-XXV.BYLES, A.T.P (Ed.). **Book of the ordre of chyualry.** Translated and printed by William Caxton. Abingdon: Routledge, 2010. p. XVI-XXII.

qualquer um que poderia ter alcançado muito em sua juventude, porém, nada fez em comparação ao que podia e devia fazer em função de sua distinção".[276]

Diferentemente da morte de Charni em batalha, que foi elevado à glória pela defesa da auriflama em troca de sua vida, ou mesmo de seu congênere John Talbot na batalha de Castillon em 1453[277], John Fastolf pôde desfrutar dos louros de sua notável atuação marcial por duas décadas até a sua morte, em 1459. No entanto, é possível que justamente o desejo em manter-se como um paradigma das virtudes marciais o tenha levado a amparar letrados que, em meio às suas reflexões, o destacavam positivamente.

Por isso mesmo, Stephen Scrope, ao adaptar ao vernáculo um modelo que reforçou que a imprescindibilidade do cuidado com os saberes guerreiros deveria pautar a ética de seus praticantes[278], refletiu que muito embora o direcionamento das ações seculares viessem a pautar-se primordialmente em busca de ganhos materiais ou mesmo honoríficos, era preciso contrabalanceá-las, antes de tudo, com a atenção ao correto direcionamento dos labores do presente para provar do sabor do porvir.[279]

Esse intermédio entre a vida ativa e a contemplativa mantinha-se de longa data um ponto de tensão na Cristandade, cujas bases religiosas não deixavam de se chocar com prescrições impostas aos saberes cavaleirescos pelos poderes seculares face às exigências de um modo de guerrear onde ganhos de diversas naturezas realçavam suas cores.[280] Muito embora seja hiperbólico tentar estabelecer aqui uma relação entre os princípios arrolados no tratado traduzido por Stephen Scrope e o ascetismo proposto em regras de ordens militares religiosas, as quais similarmente ganharam vigor com adaptações ao vernáculo nos séculos XIV e XV,[281] vale a pena notar que, tanto em um como nas outras, colocam-se em destaque aqueles desvios por excessos. Sob tal perspectiva, aquele que

---

[276] CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 62.

[277] Sobre a carreira de John Talbot e seu vínculo aos ideais cavaleiresco, cf. POLLARD, A.J. **John Talbot and the war in France,** 1427-1453. London: Royal Historical Society, 1983. p. 122-130.

[278] DRIMMER, S. Failure before print (the case of Stephen Scrope). **Viator**, Medieval and Renaissance studies, California, v. 46, n. 3, p. 347, 2015.

[279] O bom cavaleiro espiritual (*þe good knyȝt goostli*), inclinando-se somente à cavalaria celestial (*knyghthode of heven*), deve retirar-se completamente do mundo e empreender uma vida contemplativa [...]. Essa última é preferível a uma vida ativa, por ser a mais ilustre e digna de deferência, uma vez que a vida ativa o empenha nos labores do presente, ao passo que a vida contemplativa lhe permite provar do sabor do porvir. BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 92.

[280] KEEN, M. **Chivalry.** New Haven: Yale University Press, 1984. p. 76-77.

[281] Entre os séculos XIII e XV, houve uma difusão não apenas de cópias, mas também de traduções ao vernáculo de tais regras ao longo da Cristandade, o que poderia supor um reflexo de sua influência sobre a forma como letrados, a exemplo de Christine de Pisan, viriam a compor as suas ponderações. DEMURGER, A. **Os cavaleiros de Cristo:** templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média (sécs. XI-XVI). Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 76.

combatia vinha a fazê-lo duplamente em seu cotidiano, sendo uma vez no plano militar, contra um inimigo que o exporia a riscos de morte e de perdas incontáveis, bem como, de forma mais significativa, era sua contenda também no plano espiritual, "interior, contra as tentações".[282]

Assim, tal modelo entende a vida terrena como o que denominou de "cavalaria verdadeira", sobretudo em função das intermináveis aflições que o corpo se coloca no embate aos vícios que pretendiam corromper o espírito – um bastião "sempre armado com as virtudes".[283] Não se tratava de requerer daqueles dedicados às armas que se descuidassem de realizações terreais, afinal, antes de tudo, era parte de suas atribuições se colocarem sempre prontos a praticarem "feitos cavaleirescos e de armas em defesa do reino contra seus inimigos".[284] Contudo, frente à possibilidade de cometer ilicitudes durante sua performance guerreira, fosse por meio da negligência ou dos excessos, era preciso atentar também a um cuidado espiritual, de refreamento e ponderação de suas ações a partir das quatro virtudes cardeais, observando-se outros dois parâmetros de boa conduta. Um deles requeria do cavaleiro a ação, como aquele que oferecia "grandes conselhos e sabedoria" com vistas à "manutenção da justiça e da bonança do reino", e o outro exigia-lhe o empreendimento de "infinitos feitos espirituais realizados para a saúde e bem-estar de sua alma".[285]

Embora Stephen Scrope reconheça que a versão original elaborada por Christine de Pisan tenha como epítome desses parâmetros o duque de Berry (1340-1416)[286], John Fastolf poderia ser apontado como um de seus equivalentes na Inglaterra do Quatrocentos, por ter-se alçado, junto a muitos outros advindos de um estado inferior, em defesa dos pleitos da Coroa por longos anos, demonstrando àqueles guerreiros ações amparadas pelas virtudes, conjugadas à aptidão marcial, que não apenas foram a via para seu ingresso na cavalaria, mas possibilitaram aos guerreiros insulares sagrarem-se vitoriosos inúmeras vezes.

---

[282] DEMURGER, A. **Os cavaleiros de Cristo:** templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média (sécs. XI-XVI). Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 158-159.
[283] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 8.
[284] WARNER, G.F (Ed.). **The epistle of Othea to Hector or the Boke of Knyghthode.** Translated from the French of Christine de Pisan with a dedication to *Sir* John Fastol by George F. Warner. London: Nichols and sons, 1904. p. 2.
[285] Ibid., p. 2-3.
[286] WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 178-179.

Conforme apontado anteriormente, muitos desses homens, também como John Fastolf, elevaram-se ao patamar de modelo de combatente a ser emulado por todos os outros membros da hoste e, por isso mesmo, o exercício das virtudes era imprescindível para prover-lhes não apenas a titulação cavaleiresca, mas o seu papel determinante como figuras a encabeçarem a governação, ainda que depois do afastamento das armas. Em outras palavras, apesar de suas atribuições bélicas terem finalizado e fosse desejável, nos anos finais de vida, não atuar nas hostes, podiam exaltar as virtudes guerreiras e aconselhar aqueles ainda em atividade.[287] Para isso, era preciso combater certos vícios, lançados em seu caminho por "aquele vindo do inferno, cujo assédio e espreita o tornam um adversário mortal".[288] Cabia, assim, portanto, não se descuidarem da "proteção da alma, feito que, dentre todas as vitórias e realizações dignas de deferência, é o mais vantajoso e necessário".[289] Nesse sentido, a ascese ao longo da vida marcial é exaltada no momento em que Stephen Scrope pondera, a partir de uma metáfora de cunho bélico: "é inútil o combate a inimigos externos (*foreine enemyes*) se a cidade onde [o guerreiro] habita é repleta de espiões". Dito de outra forma, o letrado tratou de reforçar que de nada adiantaria a manutenção e incremento das habilidades guerreiras, dos dividendos obtidos com a guerra, da fama a correr pelas cortes da Cristandade, se esse mesmo cavaleiro, ao "sobrepujar os males extrínsecos [ao corpo]", não voltasse sua atenção a "combater zelosamente os pecados da alma". Paralelamente ao enaltecimento de sua figura, os membros da cavalaria deveriam carregar consigo a convicção de que "a vitória mais gloriosa" a ser alcançada não era aquela contra seus inimigos, mas sim a de "dominar a si próprio (*ouercome hymself*)" para o controle e afastamento de seus vícios.[290]

Em última instância, o constante cuidado para com uma série de virtudes era necessário para sobrelevar o espírito dos praticantes da cavalaria, ordenando, assim, suas atividades corporais. Nesse sentido, Stephen Scrope apresenta uma proposta de combate

[287] Após a derrota frente às forças de Joana D'arc em Patay em 1429, foi expulso da Ordem da Jarreteira e teve de laborar e gastar boas somas em dinheiro para recuperar o seu título. COLLINS, H. Sir John Fastolf, John Lord Talbot and the dispute over Patay: ambition and chivalry in the fifteenth century. In: DUNN, D. (Ed). **War and society in medieval and early modern Britain.** Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 128-129.
[288] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 8.
[289] WARNER, G.F (Ed.), op. cit., p. 3.
[290] BÜHLER, C.F. (Ed)., op. cit., p. 21.

ao mal que recai sobre os cavaleiros do Quatrocentos[291]: sua negligência provinha das paixões desenfreadas e levadas a cabo durante o exercício marcial, tornando mais do que necessário o conhecimento de que o direcionamento enobrecedor por meio das virtudes os qualificava a desempenharem atividades marciais. Esse mesmo enobrecimento deveria, pois, circunscrever as ações do que denominou por "cavalaria perfeita (*parfit knyghthood*)",[292] a qual, "pareada com a sabedoria",[293] observaria com mais rigor o controle ponderado das armas, direcionando-as para a aplicação da justiça entre os súditos e a defesa dos territórios na França; objetivos que se atrelavam ao do pleito pela submissão completa de todo aquele reino à Coroa inglesa.

Se a restrição e direcionamento das paixões são motes realçados por Stephen Scrope, William Worcester corrobora tal perspectiva, uma vez que o *Livro da Nobreza* advoga pela via militar como o meio mais profícuo de condução virtuosa das ações daquele grupo. Em uma Inglaterra onde as armas cavaleirescas vinham sendo assumidas por aqueles distantes dos que encabeçavam as casas aristocráticas, é possível pensar que os parâmetros destacados por William Worcester se constituiriam como um modelo aparentemente crível, ao menos por uma parte da cavalaria mais tradicional daquele reino – que primou na atividade de armas até a queda da Normandia e da Gasconha. Em face da realização de seus feitos vitoriosos de outrora, era possível que concebessem o desenrolar do conflito pelo prisma da decadência no pós-1440, em que simultaneamente vinham afastando os bons cavaleiros das atividades de armas e já não seduziam seus descendentes.[294] Seja como for, aqueles parâmetros supramencionados permeiam, a princípio, ambos os tratados, e a ênfase dada no último à resiliência física e moral de

---

[291] Kaeuper argumenta que as tentativas de controle das ações cavaleirescas faziam parte de indagações para a manutenção da "ordem pública". Muito embora o monarca e seus pares em parte exaltassem seus valores, por vezes, era preciso fazer conhecer a necessidade de refreamento dos cavaleiros como parte do jogo de exercício do poder régio sobre todos os seus súditos, aristocratas ou não. KAEUPER, R. **War, justice, and public order.** England and France in the Later Middle Ages. Oxford: Claredon Press, 1988. p. 195.

[292] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 8.

[293] WARNER, G.F (Ed.). **The epistle of Othea to Hector or the Boke of Knyghthode.** Translated from the French of Christine de Pisan with a dedication to *Sir* John Fastol by George F. Warner. London: Nichols and sons, 1904. p. 26.

[294] Dois aspectos devem ser considerados nessa questão: o primeiro é o de que a experiência individual de uns poderia ser vitoriosa mesmo em momentos de desastres, angariando ganhos pecuniários e honoríficos mesmo em detrimento dos insucessos da Coroa. Além disso, era possível que houvesse também variações regionais na ênfase dada sobre os valores marciais cavaleirescos em escritos concebidos após a década de 1450, em regiões sob maior risco de invasões inimigas, como nos extremos norte e sul do reino, advogavam pela manutenção do constante exercício das armas. POLLARD, A.J. **The wars of the roses.** Basingstoke: Macmillan Education, 1988. p. 56-61.

William Worcester converge no que se refere às funções consideradas inerentes à ordem de armas.

O cuidado com a alma proposto por Stephen Scrope era, em certa medida, complementado com aquele da preparação do corpo para a guerra por William Worcester, visando não apenas comedi-lo, mas também fortalecê-lo e torná-lo apto a suportar as agruras dos conflitos. É possível observar tais aspectos nas ponderações que ambos fazem acerca da figura de Hércules, que, embora conhecido pela sua excepcional disposição física, a empregou, segundo os letrados, de forma ponderada, a fim de atingir os objetivos traçados antes de iniciar suas aventuras. Vale retomar aqui as palavras de Stephen Scrope antes de propriamente adentrar a percepção de William Worcester. Ao buscar "grandes virtudes", destaca Stephen Scrope, é preciso ao bom cavaleiro "atentar não apenas à força física, mas à firmeza e à obstinação que devem estar presentes em todos os feitos, por meio da deliberação do bom juízo para resistir às atribulações e aos infortúnios que possam recair sobre ele", o que foi perpetrado por Hércules durante a realização de seus "feitos cavaleirescos".[295]

A circunscrição do herói mitológico por um modelo que buscou relacionar a resiliência do corpo com expectativas sobre o cavaleiro se enquadra no contexto de derrotas no conflito, pois, se era sabido e esperado do bom guerreiro almejar a feitura das realizações de armas, era igualmente preciso que sempre ponderasse sobre a possibilidade de sua execução. Acima de tudo, aspirava-se que fossem sopesados não apenas em função dos riscos físicos a que se expunham, mas também dos desvios às virtudes que os enobreciam, não devendo ser "nunca diminuídos na adversidade", porém, na mesma medida, nem "se assoberbarem por sua prosperidade".[296]

Assim como Stephen Scrope, William Worcester recorreu a modelos da Antiguidade, mesclando-os às referências a homens de um passado próximo, notadamente aqueles das décadas onde John Fastolf esteve ativo como cavaleiro.[297] Esse direcionamento do corpo aparece na sua reflexão sobre a referida figura de Hércules em certa altura do *Livro da Nobreza*, cujas aventuras servem ao propósito muito bem definido

[295] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 11.
[296] Ibid., p. 12.
[297] Worcester teria recorrido ao emprego de Vegécio, Tito Lívio, Flávio Josefo e de Bartolomeu, o inglês, através de cópias em francês de propriedade de John Fastolf. NALL, C. **The production and reception of military texts in the aftermath of the Hundred Years War.** 342f. Tese (Doutorado). University of York, 2004. p. 35.

de “encorajar e inspirar confiança em todos os outros nobres homens de nascimento a serem vitoriosos nas expedições de armas”.[298]

É possível, entretanto, confrontar seus comentários nesse sentido com a exata noção que deteve da participação de não-aristocratas nas hostes. Na preparação do tratado, ele utilizou de uma série de apontamentos, em que copiou excertos de escritos diversos, como crônicas, cartas e registros das ações militares de John Fastolf na França.[299] Em um desses documentos, figuram homens como John Martel e John Clerk, cujas origens, não muito bem esclarecidas, são indicadas pelos ofícios que desempenharam: atuaram como arqueiros e *man-at-arms* e, em algum momento, provavelmente durante a campanha, foram enobrecidos por suas realizações marciais, culminando no registro de William Worcester como *chivaliers”*.[300]

Nesse sentido, é possível admitir que aquela cavalaria à qual o letrado se refere era composta por aristocratas e homens cujo enobrecimento virtuoso alçou-os a um estado superior, e que, portanto, requeria tanto de uns como de outros labores de um vigor físico contínuo, a delinear sua experiência, não podendo dissociar-se, contudo, da probidade para levá-los a cabo. Aquele Hércules pintado por William Worcester foi capaz de “maravilhosas empreitadas”, como “domar a altiva besta denominada de Centauro” ou mesmo “matar a serpente Hidra”, porém, a força requerida para tal não se encontrava apenas em um corpo repleto de virtudes físicas, mas, sobretudo, no ato de ter “se afastado de prazeres voluptuosos e luxuriosos”, o que o habilitava, assim, “a grandes tarefas através das quais pôde conquistar renome e reverência”.[301]

É por esse ângulo que o letrado exigiu dos homens de armas de seu tempo a demonstração de uma resiliência ímpar para asseverar que, frente aos insucessos, uma “correção” pudesse vir a “efetivar-se” em contraposição às “lastimáveis queixas e

---

[298] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 21.

[299] NALL, C. **The production and reception of military texts in the aftermath of the Hundred Years War.** 342f. Tese (Doutorado). University of York, 2004. p. 32.

[300] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, p. 529-532. Um bom indicativo de suas origens incertas é a atribuição de suas funções nas hostes – funções estas notáveis no cruzamento de dados realizado pelo projeto *The soldier in medieval England*. Tais registros apontam que ambos serviram tanto como arqueiros como *man-at-arms*. Assim, é curioso que William Worcester os descreva como cavaleiros, indicando a possibilidade de “ascensão” social por meio das armas. A busca por entradas sobre a soldadesca, entre as décadas de 1360-1450, pode ser realizada no site do projeto: https://www.medievalsoldier.org/, bem como uma pormenorização da metodologia empregada em sua abordagem está presente na obra BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

[301] WORCESTER, W. op. cit., p. 21.

sofríveis aflições sucedidas em razão da ultrajante e atroz perda do reino da França".[302] Em ampla medida, era preciso que o impulso para levar a cabo ações de armas fosse perpetrado tendo em mente que o vigor físico por si só era desejável e requerido, porém, não era suficiente para contrapor as virtudes ou mesmo encontrar os resultados almejados sem que fosse guiado pelas mesmas. Em função disso, William Worcester advogou que "não há poder, audácia ou força que resistam e se oponham às grandes expedições daqueles que pugnam de modo ávido e valoroso". Dessa maneira, seu modelo de cavalaria não se limitou a fornecer prescrições moldadas apenas por figuras como Hércules, mas sobretudo relevou as próprias experiências inglesas no conflito, a partir de exemplos daqueles que giravam em torno da Coroa e na esfera da casa de Lancaster.[303]

Esse duplo fortalecimento físico e moral defrontou-se com uma tibieza que enevoou a cavalaria na passagem da primeira para a segunda metade do século XV, pois, em diversos momentos, William Worcester apontou ser relevante a rememoração das funções marciais cavaleirescas mais imediatas. Notadamente, trouxe à tona o tópico da "defesa dos reinos"[304] da Inglaterra e da França, ou seja, do direito à governança de ambos pelo monarca inglês; algo pleiteado desde o início dos conflitos no Trezentos pelos letrados ingleses.[305] Tal ponto voltaria a ser colocado em pauta como um dos motivadores do conflito em momentos de acirramento das relações entre as duas Coroas.[306]

O elemento virtuoso, portanto, pode ser entendido a partir de pelo menos dois aspectos: o primeiro deles, o da distinção dos saberes guerreiros, ou cavaleirescos, como parâmetros de conduta aos homens que compunham a hoste; o outro, e esse é o que interessa aqui, o fato de que essas mesmas virtudes teriam permitido que comuns vislumbrassem a possibilidade de ascender por meio de suas capacidades no manejo das armas – e com isso às prerrogativas de poder e distinção por seu respeito ao código moral

---

[302] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 1-2.

[303] Após a derrota na Normandia, alianças em torno da casa de Lancaster começaram a ruir, e muitos de seus antigos apoiadores começaram a contestar a capacidade governativa de Henrique VI, o que em última instância, associado a outros fatores, levou à Guerra das Duas Rosas e à sua deposição por Edward, filho do duque de York. É de se notar que ao longo do BN, Worcester faz poucas menções a Henrique VI, pois, nos momentos em que se dirige ao monarca do presente, seu nome sofreu um processo de raspagem no manuscrito para ser substituído por Edward IV. NALL, C. **The production and reception of military texts in the aftermath of the Hundred Years War.** 342f. Tese (Doutorado). University of York, 2004. p. 32

[304] WORCESTER, W. op. cit., p. 76.

[305] PRESTWICH, M. **Plantagenet England:** 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005. p. 304 - 306

[306] CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 103-104.

vigente. Dessa forma, suas virtudes, mais do que a origem aristocrática, eram o guia a oferecer meios de suplantar os reveses e atribulações do presente. Em caso de a Fortuna mostrar-se "favorável aos inimigos", não cabia aos contendores ingleses se resignarem, mas, ao invés disso, deveriam aproveitar tal oportunidade para realizar "novos aprendizados, além de reformarem e emendarem seus saberes" acerca das formas corretas de realização da guerra.[307] Acima de tudo, era preciso uma reforma moralizante voltada ao seu "avanço e acréscimo",[308] que destacasse as virtudes a serem seguidas na ocasião de um novo conflito, desta vez, evitando os erros das décadas recentes, que tinham levado às derrotas e perdas de territórios. Era recomendado, assim, enquadrar-se no código de conduta esperado para "exercê-la como em tempos anteriores, quando os nobres atos dos cavaleiros ingleses eram renomados por todo o mundo".[309]

A discussão apresentada até aqui buscou ponderar sobre as perspectivas lançadas em registros que destacaram em grande medida a condução virtuosa das armas em um momento no qual houve um aumento significativo na importância daqueles guerreiros advindos de lugares socialmente inferiores em seus quadros. Dessa forma, houve um choque nas narrativas sobre a realização de feitos de armas e de condutas louváveis e deploráveis, pois ainda destoavam os súditos Plantagenetas, por meio de escritos laudatórios que firmavam a imagem do cavaleiro aristocrata que perpetrava aventuras em algum recanto da Cristandade, negligenciando outros homens que compunham as hostes. Com a intensa profissionalização da guerra, contudo, a comunidade do reino sob a égide dos Lancaster testemunhou o avanço dos comuns não apenas na atividade guerreira – já de longa data normatizada entre as obrigações dos súditos[310], mas inclusive na instituição secular cavaleiresca, à qual tinham acesso esporádico nos séculos anteriores. Tal fator, em larga medida, contribuiu para a elucubração de letrados sobre essa cavalaria realçada não pela origem, mas por suas virtudes; elemento de enobrecimento de Stephen Scrope e William Worcester.[311]

---

[307] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 33.
[308] Ibid., p. 76.
[309] ADAMS, R. **The book of the order of chivalry.** Huntsville, Texas: Sam Houston State University Press, 1991. p. 34.
[310] Como nos estatutos de Winchester de 1285. HEATH, I. **Armies of feudal Europe:** 1066-1300. Sussex: Flexiprint, 1989. p. 171.
[311] TAYLOR, C.D. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 74.

Em suma, uma vez postulada a noção de que as virtudes deveriam nortear o fazer armado, é preciso ponderar a respeito de inquirições no sentido oposto, isto é, dos vícios. Melhor dizendo, vale indagar, em que medida, se o movimento realizado pelos letrados ingleses não foi o de sistematizar, mas de reiterar a importância da boa condução guerreira, é possível dizer que tal compreensão esteve atrelada aos reveses experimentados nos conflitos travados no continente? Nesse sentido, é preciso perscrutar a respeito do afastamento do norte moral desejável, inicialmente lançando luz sobre os contendores adversários para, posteriormente, tentar aperceber eventuais inquietações de mesma natureza em relação aos homens de armas da Inglaterra.

SEGUNDA PARTE: AS ACUSAÇÕES CONTRA OS FRANCESES

3. CAPÍTULO 3: As práticas contrárias ao bom fazer marcial

3.1. A justa medida no conduzir das armas

Das considerações acerca da produção letrada sobre a guerra tratadas anteriormente, cabe avançar pelas denúncias realizadas a respeito de desequilíbrios na conduta marcial notáveis no período quatrocentista. No entanto, se letrados como William Worcester fizeram, por um lado, incisivas acusações sobre os homens de armas de seu tempo, por outro, eles se eximiram de oferecer um escrutínio detalhado sobre como e por quais razões certos tipos de ações vieram a se constituir como incômodos no seu tempo. Mesmo que por vezes as denúncias apresentadas ao longo do *Livro da Nobreza* se refiram a um ou outro lado dos contendores, importa daqui por diante o que diz respeito de forma mais geral às condutas na guerra que incomodaram os homens daquele tempo. Para tanto, serão trazidas à cena outras reflexões contemporâneas que revelem inquietações similares às de William Worcester a respeito do ofício marcial, seja do lado dos Lancaster, seja dos Valois e de seus outros aliados. Em resumo, é fundamental ponderar quais foram e de que forma se constituíram os desvios de ambos a partir do cotejo entre os escritos de William Worcester e de seus contemporâneos, sobretudo ingleses.

Dos apontamentos, especial atenção merecem aqueles com mais claro conteúdo moralizador, referentes ao período em que foi preciso repensar o trato com os inimigos experimentado pelos ingleses, desde o início da campanha de ocupação de Henrique V em 1415[312] até o período de seu expurgo, iniciado décadas depois, em 1449.[313] Ainda que outras investigações tenham lançado luz sobre a logística, as questões econômicas, estruturais e tecnológicas,[314] os arrazoamentos contemporâneos aparecem em outros

[312] Anne Curry advoga em favor da pretensão de Henrique V em rumar para a Normandia com o pretexto de ocupá-la de fato, alterando a condução da guerra marcada por pilhagens e cercos temporários para uma outra de ocupação permanente de territórios. CURRY, A. The English armies in the fifteenth century. In: _____; HUGHES, M. (Eds.). **Arms, armies and fortifications in the Hundred Years War.** Woodbridge, UK; Rochester, USA: Boydell Press, 1994.

[313] Embora não se possa mensurar o êxodo de súditos ingleses expulsos da França, certamente esse foi um incômodo que não passou despercebido pelos letrados do período. GRIFFITHS, R.A. The English Realm and dominions and the king's subjects in the later middle ages: In: _____. **King and country:** England and Wales in the fifteenth century. London, Rio Grande, Ohio, USA: Hambledom Press, 1991.

[314] Esse entendimento do conflito encontra guarida em estudos clássicos como os de Anne Curry e Christopher Allmand, sobretudo na compreensão das formas governativas e "burocráticas", assumidas pela administração inglesa na Normandia. ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415-1450:** the history of a medieval occupation. Oxford: Claredon Press, 1983.; Curry, 1994.

termos. Mais especificamente, mesmo que se tenham considerado as ações armadas e o seu governo no período sob aspectos contabilizáveis[315], as asserções de William Worcester e de outras contrapartes do reino aglutinaram-se em torno dos desvios marciais como a matéria a constituir o núcleo em comum da decadência de ordem moral[316], responsáveis por entravar as engrenagens dos fazeres guerreiros de seu tempo.

Em certa medida, é possível dizer que aquele homem de saberes optou por conferir dois pesos diferentes a essa decadência. Ao ponderar sobre as condutas inimigas, ele não se predispôs propriamente a oferecer emendas voltadas ao seu balanceamento, porém, ao contrário, buscou denunciar os "inconvenientes ao bem comum"[317] causados por ações contrárias às recomendáveis. Por outro lado, ao refletir sobre os ingleses, pontuou suas "grandes faltas" e "danos"[318], os quais eram igualmente nocivos às expectativas de condução virtuosa que circundavam o fazer armado do período. Antes de adiantar quaisquer tentativas de delineamento para tais questões, a serem trabalhadas ao longo dos próximos capítulos, outra questão emerge: uma vez destacada a existência de um mau governo da guerra em vigência entre ambos os lados contendores, é possível denotar um ponto em comum dentre as reflexões contemporâneas sobre o qual se apoiaram as noções recomendáveis do fazer guerreiro e da disposição de seu caráter consideradas como "virtuosas"?[319]

Um exemplo nesse sentido é o das composições de John Lydgate (c. 1370-1449/50), um dos principais nomes da produção letrada no governo dos Lancaster e responsável pela elaboração de ditames direcionados ao ambiente cortesão na passagem da segunda para a terceira década do século XV.[320] Em comum, eles pretenderam oferecer aconselhamentos acerca das boas práticas a guiarem a vida de um príncipe[321], a exemplo do tratado intitulado *A moderação é um tesouro* (*Mesure is tresour*), no qual realça a

---

[315] Essa abordagem, no entanto, não deixou de ser realizada com muito êxito em outras investigações. Uma excelente síntese da configuração do fazer marcial durante todo o período do conflito é: ROGERS, C. The military revolutions of the Hundred Years' War. **The journal of military history,** Vancouver, v. 57, n. 2, p. 241 – 278, abr. 1993.
[316] TAYLOR, C. D. **Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 53.
[317] TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 396
[318] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 73 – 74.
[319] Ibid., p. 78.
[320] GREEN, R.F. **Poets and princepleasers:** literature and the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980. p. 3.
[321] Ibid, p. 71-100.

premissa fundamental pela qual os governantes deveriam pautar-se em suas diversas naturezas:

> Há muito se escreve que a moderação é estimável [...],/ uma vez que ampara a vida virtuosa e acresce a graça.[322]/ A moderação a tudo conduz e governa/ como uma verdadeira fonte e modelo/ para os estados de alta e baixa hierarquia [...],/ pois tudo o que é desejável é moderado./ Dessa maneira, a moderação é a fonte da boa conduta.[323]

Ao recomendar a justa medida das ações como o parâmetro a delinear aquelas entendidas como virtuosas, sem as quais um reino poderia encontrar "sua destruição final"[324], ele concluiu que os homens de estado cavaleiresco deveriam ter por norte "emendar os hostis à justa moderação".[325] Assim como ele, outro afamado homem das letras, Geoffrey Chaucer, destacou, em seu *Conto do cavaleiro* – uma espécie de síntese moral sobre os entendimentos das atividades de armas ao final do período trecentista – ,[326] que "as virtudes são um meio-termo, conforme diz a Ética [a Nicômaco]".[327]

Lydgate e Chaucer matizaram, de modo similar, a concepção aristotélica das virtudes para a definição do bom governo, algo que vinha sustentando reflexões escritas inglesas desde meados do século XIII,[328] e, com ainda mais força, do Quatrocentos. Durante os reinados consecutivos dos três Henriques de Lancaster, para além da glosa de suas composições[329], testemunhou-se ainda a tradução de outros escritos que partilhavam

---

[322] **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED15385. Acesso em 28 jan. 2019.

[323] LYDGATE, J. Mesure is tresour. In: SPONSLER, C. (Ed). **Mummings and entertainments.** Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 2010. Disponível em: < http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/sponsler-lydgate-mummings-and-entertainments>. Acesso em: 07 mar. 2018. Versos 1 – 11; 54- 55.

[324] Ibid, linha 47.

[325] Ibid. linhas 55 - 56

[326] RIGBY, S.H. **Wisdom and chivalry:** Chaucer's knight's tale and medieval political theory. Leiden; Boston: Brill, 2013. p. 27 -34.

[327] Ibid, p. 27.

[328] De lá até o período quatrocentista, a transmissão de saberes legados pelo filósofo ocorreu muito em função de conhecimentos fragmentados presentes nas glosas compostas tanto em solo inglês como em outras regiões da Cristandade. RIGBY, S.H. Worthy but Wise?: virtuous and non-virtuous forms of courage in the later middle ages. **Studies in the age of Chaucer,** Baltimore, v. 35, p. 329 – 371, 2013.

[329] O manuscrito Cambridge, Peterhouse, MS 57 é revelador nesse sentido. Produzido no início do século XIV, ali foram glosados textos da Metafísica, Ética a Nicômaco, Política e Retórica COPELAND, R. Pathos and pastoralism: Aristotle's rhetoric in medieval England. **Speculum,** Chicago, n. 89, v. 1, p. 106, 2014.

da premissa em questão, como o *Governo dos reis e príncipes* de Egídio Romano, vertido ao inglês médio por John Trevisa na primeira década do século XV.[330]

De forma geral, aquela obra sumarizou premissas acerca do equilíbrio das relações do príncipe consigo mesmo e seu entorno, adicionando, na última parte de seu livro final, recomendações de forte inspiração no *Compêndio da arte militar* (*De re militari*) de Vegécio.[331] Em larga medida, aquelas duas fontes parecem ter permeado as concepções sobre a realização da guerra tanto dos homens de armas como dos próprios letrados ingleses do período, dentre os quais, William Worcester não foi uma exceção.[332]

Nesse sentido, o aspecto de maior interesse para a investigação na versão inglesa do governo dos reis e príncipes é o modelo de regramentos que localiza "o que é a cavalaria", no âmbito de cinco esferas, ou saberes respectivos às ações dos homens ou questões morais.[333] Em suma, são delineados os contornos de vícios e virtudes e enumeradas ações referentes aos governos do corpo (*synguler wisedom*), da casa (*wisdome of housbondrie*), do bem-comum ou do reino (*wisdom of regne*), da relação de obediência ao príncipe (*wisdom of cyuel*) e, finalmente, da condução da guerra, intitulada de *wisdom of chiualrie*, ou seja, "saber cavaleiresco", como doravante será mencionado neste estudo como sinônimo de "governo da guerra".[334]

Em síntese, este saber esmiuça a relação de interdependência entre o governo dos homens e a sua contraparte das armas, subordinando a possibilidade do correto desempenho do primeiro à atenção a este último e estabelecendo, assim, uma projeção

---

[330] Produzida sob o comando do cavaleiro Thomas Berkeley (1352-1417), conhecido não apenas por suas habilidades marciais, mas, sobretudo, pelo amparo a regramentos letrados sobre a guerra. Doravante, esse texto será referido como "Governo dos reis e príncipes". HANNA, R. Sir Thomas Berkeley and his patronage. **Speculum,** v. 64, n. 4, p. 892, out. 1989.

[331] ALLMAND, C. **The De re militari of Vegetius**: the reception, transmission and legacy of a Roman text in the Middle Ages. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011. p. 185.

[332] Um dos exemplos mais notórios desses entendimentos é o fato de que Henrique V, versado também nas letras, teria empregado aquele tratado como um manual militar. Segundo um cronista contemporâneo, ao menos em dois momentos do sítio a Harfleur, em 1416, foram ponderados a partir dos ensinamentos do Governo dos reis e príncipes por seus ensinamentos. É importante salientar, ainda, que o "Regimento dos príncipes" (*Regement of Princes*), composto por Thomas Hoccleave como um espelho de príncipes para aquele mesmo governante, tem na obra de Egídio Romano uma das três principais fontes de seu embasamento argumentativo. BRIGGS, C.F. **Giles of Rome's De regimine principum:** reading and writing politics at court and university, c. 1275 – 1525. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 64-65; **GESTA HENRICI QUINTI.** The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 28-29; p. 40-41.

[333] TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle english translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 6.

[334] Uma vez que se trata de termos aproximados, e não exatos, ambos serão empregados indistintamente ao longo da pesquisa para se referirem àquela premissa delineada pelo letrado quatrocentista. Ibid., p. 397.

sobre o equilíbrio desejável aos príncipes e às comunidades até a sua última instância, isto é, o reino. Dessa forma, explica o letrado:

> Cada homem possui duas virtudes da alma, uma por meio da qual ele atinge o Bem e evita danos, e outra pela qual sobrepõe as dificuldades, e por isso mesmo cada cidade e cada reino necessitam de ambas as virtudes e das duas formas de saberes: saberes para legislar e saberes da Cavalaria, pois, assim, através do primeiro é possível à cidade e ao reino atingirem o Bem, o que é profícuo e os leva a evitarem aflições, enquanto, por meio do segundo, levado a cabo por meio dos feitos de armas, sobrepujam aquilo que os subverte. Logo, o ofício da Cavalaria é um tipo de saber pelo qual os inimigos e aqueles outros que arruínam a vida civil e o bem comum são sobrepujados.[335]

Tal concepção dos governos coloca em cena uma justa medida, em que a ordem e a aplicação das leis vinham indissociavelmente atreladas à correta reflexão e execução das condutas armadas, com base nas virtudes aceitas. Em meados de 1450, cerca de uma década após finalizar o *Livro da Cavalaria*, Stephen Scrope, por exemplo, engajou-se em traduzir um segundo tratado, intitulado *Máximas e dizeres dos filósofos* (*Dicts and sayings of philosophers*)[336], texto dedicado ao cavaleiro de Norfolk. Mesmo durante os anos em que dedicou parte de seu labor à escrita do *Livro da Nobreza*, William Worcester não deixou de se envolver paralelamente na tradução tanto do primeiro como do segundo tratado de Scrope.[337]

Dessa forma, em meio a uma série de compilações de ditos ou máximas atribuídos a "afamados filósofos de outrora", dentre os quais menciona Aristóteles, Platão, Sócrates, Ptolomeu e outros,[338] o *Máximas e dizeres dos filósofos*, de modo similar ao "Governo dos reis e príncipes" e ao *Livro da Cavalaria*, apresenta ponderações sobre o equilíbrio

---

[335] TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle english translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 396.

[336] Essa obra foi compilada por volta de 1053 em Damasco. Seu longo processo de inserção na Cristandade até a tradução para o inglês médio por Stephen Scrope é discutido pelo editor da edição inglesa moderna. Vale mencionar ainda que seu título foi dado a posteriori, embora na dedicatória do texto Stephen Scrope mencione que "aqui começa um livro intitulado em francês de *Les ditez de philesophurs* e em inglês, por assim dizer, de *The doctrine of wisdom of the wise auncient philosophurs*". Doravante, essa obra será referida como algo como "*Máximas e dizeres dos filósofos*" BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 1.

[337] No caso daquele último, afirma tê-lo "corrigido e examinado no mês de março do ano de Cristo de 1472 em cotejo ao original, dividindo-o em parágrafos para um entendimento mais claro e prudente", três anos antes, portanto, ao final da alegada data de finalização do "Livro da Nobreza". Ibid., 1941, p. 292

[338] Ibid., p. 1. Nos seus *Itinerários*, William Worcester compila uma série de notas a respeito de saberes acerca dos romanos a partir da crônica de Mariano Escoto. WORCESTRE, W. **The topography of medieval Bristol.** Edited by Frances Neale. Bristol: Bristol Record Society, 2000. P. 152-155.

das ações virtuosas como a chave para que o príncipe evite os males relacionados ao mau governo. Em comum a todas essas, deveriam estar a medida das virtudes a guiá-las, afinal, "de tudo que é terreno, a moderação é aquilo que existe de superior".[339]

Ainda que William Worcester não tenha realizado menções diretas àqueles pensadores, é possível aventar a hipótese de que suas ideias serviram para erigir um pilar de apoio para reflexões sobre os fazeres marciais e os seus respectivos desvios a partir de um modelo pensado de forma mais ou menos coesa ao longo do século XV.[340] No entanto, uma diferença latente entre o *Livro da Nobreza* e as três composições supramencionadas é que um número significativo das reflexões produzidas no Quatrocentos eram traduções ou variações de compilações do *Segredo dos segredos* (*Secretum Secretorum*), caso desse "Governo dos reis e príncipes", do *Máximas e dizeres dos filósofos* e, por conseguinte, do *Livro da Cavalaria*.[341] Mapear os desvios, portanto, oferecia a clara noção sobre as razões pelas quais a boa governação do reino estava sob assédio naquele momento, e William Worcester apresentou aqueles relacionados aos saberes da guerra como o eixo motriz dos descalabros de seu tempo.[342]

Dessa forma, a relação intrínseca entre os governos do reino e da guerra pode ser inferida, por exemplo, da dedicatória presente no *Máximas e dizeres dos filósofos*, em que sua utilidade pedagógica a respeito de ambos os governos é elencada na busca do equilíbrio marcial como meio de se alcançar o caminho virtuoso e, por fim, atuar corretamente na defesa do bem comum. Superando a prolixidade usual com que se enunciavam as razões para a composição de um texto, os letrados mencionam que o príncipe, isto é, John Fastolf, será aconselhado a "ensinar seu filho[343] a como conduzir o reino" e a "ser justo com os súditos". Tais condutas, entretanto, deveriam vincular-se ao

---

[339] BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 270.

[340] Os "manuais de instruções para príncipes" na Inglaterra do século XV tiveram forte influência do Segredo dos Segredos e do panorama aristotélico com que realizou suas ponderações. Eles tiveram sua produção voltada à educação formal de inúmeros aristocratas daquele reino ao longo do século XV. GREEN, R.F. **Poets and princepleasers:** literature and the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980. p. 140-141.

[341] Em alguma medida, as asserções do *Máximas e ditames* dos filósofos foram utilizadas por Christine de Pisan na Epístola de Othea e, subsequentemente, também integraram o rol de conhecimentos de William Worcester por ter auxiliado Stephen Scrope na tradução daquele tratado. GREEN, R.F. **Poets and princepleasers:** literature and the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980. p. 140.

[342] Vale destacar que versões de todos esses textos, a exceção do "Livro da Nobreza", foram compilados e entregues para a instrução moral do cavaleiro John Ashtley após a segunda metade do século XV. Atualmente, encontram-se compilados no manuscrito *Pierpont Morgan Library. Manuscript. M.775,* sob guarda do *The Morgan Library and Museum* em Nova York.

[343] Essa frase ganha sentido de *topos* ao se pensar que John Fastolf não teve filhos e disputas tenazes por seu patrimônio foram travadas e envolveram inclusive William Worcester.

zelo com o "exercício [dos códigos] da Cavalaria [...]", pois, realizado de modo equilibrado, evitavam-se "todas as vaidades"[344], isto é, todos os excessos que poderiam fazê-lo desviar-se das virtudes desejadas tanto na condução do reino como na dos feitos marciais.

William Worcester iniciou o *Livro da Nobreza* mencionando a associação necessária entre ambos os saberes, pois ao mesmo tempo em que manifestou sua "finalidade de amparar e engrandecer o bem público dos reinos da Inglaterra e França", tão somente seria possível fazê-lo por meio da atenção aos "saberes cavaleirescos". Por isso mesmo, acreditou ser incontornável apresentar "exortações e aconselhamentos, amparados por autoridades, com a finalidade de corrigir, emendar e oferecer exemplos de ações de armas".[345] Seu exercício pedagógico da memória marcial relaciona, pois, sentimentos e ações que, quando deslocados do recomendável a um e outro governo, viriam a ser passíveis de repreensão.[346]

Em suma, é possível dizer que a moderação emerge como a virtude "mais recomendável nas ações terrenas",[347] pois, ao mapear a existência de desvios entre os franceses e seus correlatos ingleses, William Worcester pondera sobre a necessidade de reequilibrar tais condutas por meio da emenda de suas ações, a partir da observação correta do governo das armas. Dessa maneira, a máxima de que o meio-termo é louvável e o correto caminho[348] estabelece um ponto de partida para nuançar os apontamentos voltados ao desempenho inapropriado das atividades armadas – por falta ou excesso.

A despeito dos seus julgamentos sobre tais atividades, William Worcester não negligencia que os praticantes de armas estivessem sujeitos a toda sorte de imprevistos, fosse pela ação de súditos ou "variados acasos da instável Fortuna".[349] Entretanto, cabia a eles não se deixarem resignar pela sua ação inevitável, pois, uma vez que ela poderia privá-los a qualquer momento de suas atividades marciais, deveriam, pois, através do

---

[344] BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 4.
[345] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 1-2.
[346] Em muitos casos de letrados quatrocentistas, a "Ética" é citada nominalmente, embora isso não implique que estivessem se referindo corretamente a Aristóteles, por um lado, e que em casos onde não é citado houvesse impedimentos para que se entendesse que se tratava do filósofo grego. ARISTOTLE. **Nicomachean ethics.** Translated by C.D.C. Reeve. Indianapolis; Cambridge: Hacket Publishing Company, 2014. p. 28.
[347] BÜHLER, C.F. (Ed.). op. cit., p. 270.
[348] Ibid. p. 28.
[349] WORCESTER, W. op. cit., p. 3.

cultivo e observação de virtudes, diligenciarem o correto governo das armas justamente a fim de minorarem os danos de suas desventuras. Por isso mesmo, no rol de expectativas lançadas pelo *Livro da Nobreza*, não constam ações guerreiras isoladas, mas sim um panorama maior das condutas marciais tanto dos contendores ingleses como de seus inimigos franceses. Um panorama que é, entretanto, falho no que se refere às variáveis que teriam levado aos insucessos marciais nas décadas finais do conflito e, por isso mesmo, vale ressaltar, uma vez mais, qualquer tentativa nesse sentido somente pode ser efetivada a partir da coleta de dados fornecidos por meio das reflexões de outros contemporâneos.

Uma vez estabelecido que a falta de moderação engendrava caminhos viciosos, como uma diretriz partilhada pelos escritos que se dedicaram a reportar e refletir sobre a guerra no Quatrocentos inglês[350], cabe inquirir, depois de termos, nos capítulos anteriores, mostrado como os escritos quatrocentistas trazem um panorama fragmentado dos saberes da cavalaria, de que maneira tais desvios do governo da guerra são categorizados a partir do *Livro da Nobreza* e de outras reflexões contemporâneas. Uma vez que se estabelece uma espécie de "diagnóstico da derrota" pautado por índices morais, cabe investigar, primeiramente, quais elementos se enquadram como mau exercício dos saberes cavaleirescos, destrinchando, assim, os caminhos pelos quais William Worcester e outros letrados realizaram suas incursões sobre o território de condutas não recomendáveis colocadas em curso pelos contendores franceses e ingleses. Destacam-se sucessivos infortúnios militares experimentados pelos súditos Lancaster a partir do final da década de 1440, em um conflito contra os franceses que se prolongou por quase toda a primeira metade do século XV.

Ao interrogar sobre o outro, atribuindo-lhe desvios em suas condutas, William Worcester lançou mão de elementos presentes em seu quadro interpretativo sobre o governo da guerra. O direcionamento das interrogações será conduzido de forma a contemplar cada um dos lados em questão e, por isso mesmo, caberá inicialmente indagar sobre o problema apresentado a partir do quadro constituído acerca dos desvios dos

[350] Um levantamento a respeito de textos onde as recomendações para a cavalaria figuram, sem serem o elemento central em discussão, é apresentado por Craig Taylor em: English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 64 - 84. Além disso, é importante ressaltar a afirmação de Anne Curry de que, após o reinado de Henrique V, o número de escritos narrativos decresce em número e importância. CURRY, A. Guns and Goddams: was there a Military Revolution in Lancastrian Normandy 1415 – 1450? In: ROGERS, C.; DEVRIES, K.; FRANCE, J. (Eds.). **Journal of medieval military history.** Woodbridge: Boydell Press, 2010, vol. VIII. p. 172 – 173.

inimigos, para, na parte final da investigação, examinar seu foco nos homens sob o governo dos três leopardos dourados. Dessa forma, três caminhos levam a refletir a respeito da denúncia de William Worcester sobre a má condução do governo da guerra pelos adversários: o do falseamento das ações; o da inobservância de reverência honorífica; e o do combate contra homens de fé partilhada. Ao longo desse capítulo, será possível analisar de que forma são apontados como dissimulações nas tratativas de paz pelos adversários franceses.

3.2. Os inimigos franceses demarcados pelo descumprimento de sua palavra

Ao tratar dos homens empenhados no governo da guerra, Stephen Scrope pondera que "a retidão (*trouthe*) é a virtude que deveria estar no coração e na boca de cada bom cavaleiro", pois a "probidade do maior" dentre eles, "Jesus Cristo"[351], deveria direcioná-los a "amá-la e a detestar o falseamento (*falsnes*)".[352] Nesse sentido, a retidão, diante de adversidades, "mais se reforça e se eleva em si mesma", como uma espécie de contrapartida "ao falseamento e à dúvida"; e, por isso, era um caminho a ser seguido por aqueles empenhados em fugir daqueles dois últimos males, que inevitavelmente conduziam a "infortúnios" e, sobretudo, a "vícios".[353]

As repreensões que William Worcester acabou por lançar sobre os adversários, similares às de Scrope, não se restringiram a comentários a respeito das práticas marciais que incomodaram, séculos a fio, religiosos e leigos ao longo de toda a Cristandade.[354] Ao invés disso, a grande singularidade do *Livro da Nobreza* foi denunciar as "intenções" que as conduziram, a fim de apontar para ações inimigas realizadas com o intuito de causar malefícios aos ingleses, de forma contrária a convenções e entendimentos do bom governo das armas.[355] Ainda que não seja possível mensurar tal particularidade em função de sua natureza movediça dentro da esfera de entendimentos e interpretações que um e outro grupo de contendores lançaram sobre a parte adversária, ainda assim vale destacar

---

[351] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 20.
[352] Id. **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 292.
[353] BÜHLER, op. cit., p. 20.
[354] KAEUPER, R. **War, justice, and public order.** England and France in the Later Middle Ages. Oxford: Claredon Press, 1988. p. 199.
[355] Inserido na discussão sobre a guerra justa, que considera não apenas os atos, mas as intenções como fundamentais para pleitear a justiça das ações marciais. COX, R. Asymmetric warfare and military conduct in the middle ages. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 38, n. 1, p. 105, fev. 2012.

que atribuir ao inimigo uma forma ímproba de agir era uma ferramenta vigorosa para romper a paz e justificar as ações armadas.[356]

A razão para isso esteve atrelada à noção de que todas as partes envolvidas no conflito deveriam prescindir do cumprimento de certas etapas a fim de que viessem a evitar a excitação de novas animosidades.[357] Nesse sentido, o *Livro da Nobreza* destaca que os inimigos Valois agiram de modo diametralmente oposto, fato agravado tanto por empregarem meios questionáveis para combater adversários que partilhavam de uma mesma fé, bem como por sua incapacidade em levar a cabo o cumprimento de acordos para a interrupção das animosidades, elementos que caracterizaram sua perniciosidade. Tanto em um caso como em outro, são apontadas ilicitudes por meio de um conjunto restrito de palavras, com certa equivalência semântica, que servem para indicar o desvio de suas condutas. Logo, termos como "logro", "fraude", "ardil" e "falseamento"[358] vinham relacionados àqueles dois eixos supramencionados, cujos meandros visavam estabelecer quais teriam sido as prerrogativas para o estabelecimento de ações não recomendadas.

Nesse sentido, a partir do binômio *trouthe* e *falsness*,[359] William Worcester e outros letrados ingleses definiram o primeiro termo norteador dos saberes cavaleirescos atrelando-o a sentidos de veridicidade, fidelidade e a conotações de caráter ético entrecruzadas ao campo semântico da "lealdade, honra, integridade e justeza".[360] A partir de tal pressuposto, afastar-se da improbidade e agir de modo reto eram caminhos para um

---

[356] TAYLOR, C. D. **Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 80

[357] Como o envio de embaixadas ou a declaração formal junto à corte adversária por meio de heraldistas. Em 1340, Eduardo III enviou uma carta declarando formalmente as hostilidades ao rei francês. Entre 1444 – 1446, Henrique VI e Carlos VII trocaram cartas a respeito de proposições para o fim das hostilidades. Enquanto o primeiro propõe a paz, o segundo menciona que ela será impossível sem que os ingleses cumpram com prerrogativas acordadas anteriormente, como a entrega do condado de Maine. ALLMAND, C. (Ed). **Society at war:** the experience of England and France during the Hundred Years War. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1973. p. 93. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864, v.2, pt.1, p. 356-359; 361-370.

[358] Quando são destacados não a partir de descrições, mas a partir de termos, alguns dos vocábulos correntes que circunscrevem tais noções são *deceive, deceit, fraud, malice (maling, male engyne), fals(enes)*, etc.

[359] Doravante, o primeiro será traduzido como "probidade" e "retidão", e o segundo como "improbidade" e "falseamento".

[360] A discussão proposta por Richard Green a respeito das implicações do termo "*trouthe*" na Inglaterra da passagem do século XIV para o XV abarca os possíveis empregos junto a situações de natureza jurídica, ética e governativa, onde a relação daqueles campos com os códigos de armas mantém-se intrínseca ao longo do período abrangido no estudo. GREEN, R.F. **A crisis of truth:** literature and law in Ricardian England. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002. p. 1-30.

desejável equilíbrio na relação para com os contendores adversários, sobretudo aqueles vencidos ou de poderio inferior, amparados sobretudo na observação da Justiça.[361]

Em certa medida, é possível dizer que William Worcester e outros letrados tomaram a retidão como cerne do trato com os inimigos, fossem intra ou extra reinóis. Ao considerar os "muitos exemplos" válidos de lembrança dos "valorosos senadores romanos", aquele homem de letras ponderou que o norteamento correto da guerra, isto é, quando em busca da "prosperidade geral" e do "bem universal da comunidade", foi "uma das principais causas que levaram aqueles príncipes a se tornarem grandes conquistadores e a dominarem reinos estrangeiros por tanto tempo". Ressalta, pois, que "apenas o emprego da retidão e da Justiça pôde manter suas conquistas".[362]

Tal percepção certamente adveio de uma tradição maior, como atesta um letrado anônimo que, em meados de 1401, pautou uma série de recomendações em benefício de Henrique IV, tanto no governo de seus territórios como no da guerra: "buscar a Justiça, cercar-se de pessoas probas e afastar-se daquelas ligadas ao falseamento (*falshed*)" é algo imprescindível, alega, pois este "mata o corpo e a alma, culminando em ignomínia", ao passo que "a retidão (*trouþe*) age de modo contrário, proporcionando a reverência e a paz".[363] Também foi dessa forma que, décadas mais tarde, uma das traduções para o inglês médio do *Quadrilog invectif*[364], uma das mais importantes fontes a partir de onde William Worcester refletiu sobre os saberes da guerra[365], definiu as ações de armas recomendáveis. Ao descrever o sucesso das ações marciais perpetradas pelos ingleses na década de 1420, seu compositor sustentou que a eles "aliaram-se os ímprobos rebeldes

---

[361] No sentido aristotélico, a virtude situada entre a jactância e a auto-depreciação não possuía denominação, ao passo que John Trevisa, ao traduzir o tratado de Egídio Romano, conceitualizou o elemento virtuoso moderado entre aqueles dois campos viciosos pelo termo "*veritas*". Tanto para o letrado inglês como para o filósofo da Antiguidade, entretanto, permanecia expressa a relação entre as ações de retidão como o ponto virtuoso a mitigar a arrogância e moderar o desdém, sobretudo no trato com familiares, amigos e no governo do reino, algo a que, portanto, príncipes, capitães e quaisquer outros relacionados ao bom governo da guerra igualmente deveriam atentar. RIGBY, S.H. **Wisdom and chivalry:** Chaucer's knight's tale and medieval political theory. Leiden; Boston: Brill, 2013. p. 67-70. Trevisa, p. 99-100.

[362] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 52-53.

[363] ROBBINS, R.H. (Ed.). **Historical poems of the XIVth and XVth centuries.** New York: Columbia University Press, 1959. p. 40.

[364] O título desse tratado pode ser traduzido como "Quarteto de invectivas", pois se trata de um diálogo onde metaforicamente o reino da França lança reprovações aos três estados por terem sido incapazes de fazerem frente aos ingleses. BLAYNEY, M.S. **Fifteenth-century English translations of Alain Chartier's Le traite de l'esperance and Le quadrilogue invective.** London: Oxford University Press, 1974. p. 140-141.

[365] William Worcester Reads Alain Chartier: Le Quadrilogue Invectif and its English readers. In: CAYLEY, E.; KINCH, A. (Eds.). **Chartier in Europe**. Cambridge, UK; Rochester, NY: D.S. Brewer, 2008.

(*vntrue rebellys*) desse reino"[366], isto é, outros franceses, os quais não se importaram em levar a cabo uma "contenda contra-arrazoada", ao "associarem-se de modo ímprobo (*ioyned vntrouth*)" com os invasores insulares a fim de apoiarem os seus "falsos e desonestos feitos (*false and vntrue deedys*)".[367]

A partir dos contornos desse argumento de Alain Chartier, o qual atrelou à improbidade o ato de atentar contra as autoridades legítimas na França por meio da força bélica, William Worcester reverteu-o, a fim de acusar a ilicitude do conflito movido pelos inimigos. Dito de modo mais objetivo, ele ponderou sobre a impossibilidade de se observar laços de reconhecimento mútuo com os contendores Valois, pois, muito embora fosse de bom grado para o bom governo do reino buscar o "correto equilíbrio trazido pela paz (*due meane of pease*)", acreditou-se que os "grandes favores e confiança depositadas sobre seus adversários" foram o motivo principal para a perda da "probíssima herança" dos territórios na França, por meio de uma guerra conduzida, segundo afirma, "por meios iníquos".[368]

Ao fim e ao cabo, é possível conjecturar que o letrado relacionou a realização da guerra contra as posições inglesas conquistadas durante o reinado de Henrique V a ações contrárias à retidão, à fidelidade e à veridicidade, pois os contendores franceses, adeptos do "falseamento", teriam atuado de modo negligente no zelo ao código de armas ao instigarem "fraudes e conspirações"[369] que culminariam no prolongamento do conflito. Dessa forma, a princípio, havia uma nítida oposição ao modo como o *Livro da Nobreza* e também outros escritos definiram os ingleses, pois, apesar das vicissitudes enfrentadas em decorrência das muitas aflições às quais estavam expostos, mantinham-se como

---

[366] Os monarcas ingleses realizaram uma série de alianças com a nobiliarquia continental em detrimento dos reis franceses desde o início das animosidades nos tempos de Eduardo III. Um breve histórico desses tratados é traçado por: CUTTINO, G.P. **English medieval diplomacy.** Bloomington: Indiana University Press, 1985. p. 84 – 113.

[367] BLAYNEY, M.S. **Fifteenth-century English translations of Alain Chartier's Le traite de l'esperance and Le quadrilogue invective.** London: Oxford University Press, 1974. p. 163.

[368] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 25.

[369] Uma discussão mais pormenorizada sobre tais "conspirações" será realizada no próximo capítulo. Ibid., p. 40-41.

homens "retos e obedientes súditos (*verray true obeisaunt subjectis*)"[370], ou, na forma sintética, *"true Englissh men".*[371]

Ao apresentar um conjunto de súditos ou de inimigos como adeptos do falseamento e contrários à manutenção da paz e à busca pela Justiça, produzia-se uma espécie de arquétipo vicioso, desviantes e desatentos ao código de armas guerreiro. Dessa maneira, era possível reduzir o inimigo a alcunhas baseadas em julgamentos morais generalizantes e, da mesma forma que galeses eram definidos como "rudes" e "rebeldes"[372], escoceses como ladrões, traidores e enganadores[373], habitantes de terras "revoltas e habitadas por pessoas de compleição selvagem"[374], aos franceses coube os rótulos de "falta de probidade e falseamento"[375]; qualidades contrárias às "virtudes cardeais"[376] ligadas à "governança da nobreza da Cavalaria".[377] Assim, para William Worcester e outros letrados no Quatrocentos, a marca característica dos homens da França era a de conduzir seus feitos de armas longe dos padrões exigidos, de forma "falseada", colocando em risco "territórios" e o "bem comum"[378], assim como "as pessoas" sob sua responsabilidade, indo de encontro à recomendação de que as atividades marciais

---

[370] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 3.

[371] Há exemplos dessa expressão empregada para representar a fidelidade e o desejo de associação ao monarca mesmo em momentos de incertezas, notadamente aquelas de natureza bélica. Assim, um exemplo que poderia ter se passado nas fronteiras com a Escócia ou entre os combatentes na Irlanda e na França é aquele de uma petição realizada na abertura do parlamento de 1445, onde representantes "das cidades inglesas localizadas em regiões do norte galês" sustentaram um pedido de auxílio militar ao monarca a partir do argumento de que são "*true Englissh men*", no sentido de que partilham de estreitos laços de fidelidade e comprometimento com a Coroa desde os tempos de Henrique IV e que, por tal razão, a contrapartida esperada seria justamente a de que a Coroa os protegesse contra inimigos, a fim de "destruir-lhes a vanglória e o orgulho, de mantê-los em obediência para o bem estar do reino e salvaguardar seus íntegros (*trewe*) súditos ingleses [que residem] por lá". No *Livro da Nobreza*, há ao menos duas passagens que remetem à resiliência dos ingleses em permanecerem fiéis à Coroa inglesa mesmo em face dos ataques de Carlos VII. **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 10, p. 96. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.; WORCESTER, W. op. cit., p. 73; 82.

[372] PENMAN, M. *Anglici caudati:* abuse of the English in fourteenth-century Scottish chronicles, literature and records. In: KING, A.; PENMAN, M. (Ed.). **England and Scotland in fourteenth century:** new perspectives**.** Woodbridge: Boydell, 2007. p. 218.

[373] WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 2. p. 185-190.

[374] WORCESTER, W. op. cit., p. 11.

[375] Ibid., p. 54-55.

[376] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 521.

[377] WORCESTER, op. cit., p. 55-56.

[378] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 121.

deveriam prestar-se justamente a proteger-lhes.[379] Em outras palavras, mesmo que em lados opostos do embate, a circunscrição a regramentos comuns do bem combater deveria guiar as ações dos príncipes envolvidos e dos homens sob o seu comando, ponto esse que não estaria sendo observado pelos contendores adversários.

Tais arquétipos não apenas se constituíam como artifícios retóricos pensados para inferiorizarem os adversários e atrelá-los a desvios de ordem moral. Mais do que isso, traduziam ideias comuns sobre os adversários. O contato com "galeses, irlandeses" e mesmo "franceses" foi uma constante[380] e, face a essa multiplicidade de combatentes advindos de regiões alhures, vituperar o inimigo "em função do território de origem" é um indício de como eles e suas ações foram concebidas pelos ingleses do Quatrocentos. Em um momento no qual a reflexão sobre o insucesso inglês encontrou parte de sua explicação na quebra de expectativas realizadas pelos outros atores das ações pugnantes, relacioná-los à forma desarrazoada com que empreendiam o conflito por meio das "ardilosas conspirações"[381] e o modo fraudulento com que "dissimulavam pretextos"[382] para levá-lo adiante parece ter sido um meio viável de deslegitimar as razões pelas quais contendiam.

Sustentou-se, assim, que o trato entre inimigos deveria fundamentalmente ser sustentado pela "*trouthe*", isto é, pela retidão, pela fidelidade e pela probidade de ações, com as questões concernentes às motivações da empresa marcial, opondo-se fundamentalmente a "*falsenes*", ou seja, ao falseamento e à improbidade, correlacionada aos atos moralmente reprováveis dentro daquela esfera de entendimentos.[383] Nesse

---

[379] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 55 – 56.

[380] Conforme argumenta Bell 2013, uma das dificuldades em se estabelecer com maior precisão as origens dos combatentes é que nos registros sua nomenclatura é genérica, apontando para agrupamentos maiores, como "germânicos" e "franceses", onde englobavam homens de regiões distintas entre si como os ducados da Britânia, Borgonha e Savóia. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 251.

[381] WORCESTER, W. op. cit., p. 3.

[382] Ibid., p. 37.

[383] Ao longo dos registros descritivos quatrocentistas, essa associação é recorrente, corroborando a discussão nesse sentido apresentada por Richard Green a respeito da Inglaterra do último quarto do século XIV. Um cronista londrino, escrevendo durante o século XV, apresenta uma acepção similar. Dentre os muitos excertos de seu relato, vale mencionar como tal binômio vem atrelado ao modo como constrói sua narrativa a respeito de feitos que julga reprováveis. Por exemplo, em um momento em que descreve que as ações dos hereges lolardos, ele as categoriza por meio das "falsidades e traições (*falsnesse and treason*)", bem como, ao tratar da morte do duque da Borgonha pelas mãos do delfim, futuro Carlos VII, ele segue o mesmo caminho ao apontar que ele foi assassinado "de forma falsa e ímproba (*falsly and untrewly)*, contrária aos costumes das leis de armas". **A CHRONICLE OF LONDON, from 1089 to 1483**. London: Longman, Rees, Orme, Brown and Green. 1827. p. 107; 119.; GREEN, R.F. **A crisis of truth:** literature and law in Ricardian England. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002. p. 206 – 247.

sentido, é possível conjecturar que o emprego daquele binômio acionou convenções internalizadas pelos praticantes das funções armadas a respeito do lançamento de sanções contra os guerreiros inimigos franceses, as quais foram reforçadas pelos escritos prescritivos, pois, em meio à sua codificação, residiam entendimentos acerca dos benefícios pragmáticos mútuos trazidos pelo cumprimento das expectativas entre todos os atores envolvidos no universo bélico.[384]

Em meio ao balizamento das noções de retidão e de falseamento, William Worcester vislumbra o microcosmos contemporâneo que o atrelou a atos deliberados contra os bons governos das armas e do reino. Isso porque sua circunscrição do desvio da improbidade dos franceses mostra que aqueles adversários agiam de forma deliberadamente contrária ao governo das armas e, ao fazê-lo, tal ato não apenas sancionava como também exigia a retomada bélica pelos guerreiros ingleses.

Assim, em ampla medida, é possível dizer que, do mesmo modo que o termo "Cavalaria" foi empregado para circunscrever um amplo rol de regramentos sobre ações e condutas, "retidão" e "falseamento" nuançaram dois polos opostos relacionados ao correto desempenho daqueles dedicados às armas. Dessa forma, mesmo que William Worcester não tenha realizado um escrutínio mais rigoroso no sentido de explicitar como e por que eram concebidos daquela maneira, aos moldes da tratadística prescritiva que emoldurou suas concepções sobre o bem guerrear, ainda assim é possível afirmar que seu emprego, ao longo do *Livro da Nobreza*, indica para sua função como um elemento do *ethos* marcial que exigia a probidade como norteadora do governo da guerra, segundo John Trevisa.

Logo, ao arrazoar sobre o falseamento como um desvio do código de armas, William Worcester pretendeu assegurar que uma retomada de armas pelos ingleses seria algo justo e, portanto, lícito. Ao demarcar as balizas a emoldurarem um aspecto vicioso que acometia os adversários, seu conhecimento serviria não apenas como base a sustentar a prerrogativa de um novo conflito, mas também como um alerta de caráter pedagógico aos ingleses para que desvencilhassem suas armas do mesmo desvio.

Avancemos agora das ponderações sobre os procedimentos reprováveis a respeito das armas francesas para o segundo foco de interesse dos tratadistas: a promoção e a honra dos homens de armas. Inseridos na tradição de escritos a respeito da guerra, William Worcester e outros pensadores do Quatrocentos parecem também ter enxergado naquele

[384] STRICKLAND, M. **War and chivalry:** the conduct and perception of war in England and Normandy, 1066 – 1217. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 333.

elemento um paradigma a fundamentar o fazer armado[385] e, por isso mesmo, é preciso refletir acerca de sua acusação de que os contendores inimigos agiram "contra toda a honra e probidade da Cavalaria"[386] em seu embate contra os súditos Lancaster. Lançam, pois, um alerta sobre as intenções incorretas no guerrear, suas implicações e as ilicitudes atribuídas aos adversários.

3.3. Mediar as relações entre guerreiros através da honra

Ao refletir sobre que bases um indivíduo poderia ser designado como guerreiro, João de Salisbury afirmou, no século XII,[387] que "o título de soldado advém não apenas dos labores, como também da honra", vinda não de cada um, mas "diretamente de Deus".[388] De lá para o Quatrocentos, tal quadro não parece ter sofrido alterações significativas, pois, ao mesmo tempo em que letrados se prestaram a conferir importância à honra como um elemento indissociável das expectativas guerreiras, igualmente se esquivaram de melhor defini-la.[389] Ainda assim, entretanto, algumas pistas foram fornecidas a respeito de possíveis entendimentos da sua configuração. Segundo o "Governo dos reis e príncipes", um dos elementos centrais ao norteamento dos governos virtuosos estava atrelado à "magnanimidade" e à "reverência oportuna" (*propre worschip*), dois princípios que, se devidamente observados, lançariam luz sobre a compleição do correto recebimento de "reverências e honras" ou, como serão

---

[385] A busca da honra como força motriz das ações marciais é encontrada em decisões como a de se enviar o futuro William, o Marechal, para a cidade de Tancarville, ainda em sua juventude, o que o narrador descreve como uma "jornada adequada um jovem nobre aventurar-se em outras paragens em busca de honra e para fazer conhecido a seu nome". BRYANT, N. **The history of William Marshal.** Woodbridge: Boydell Press, 2016. p. 35.

[386] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 24-25.

[387] Uma discussão sobre entendimentos honoríficos na Inglaterra entre os séculos XI e XIII encontra-se em: STRICKLAND, M. **War and chivalry:** the conduct and perception of war in England and Normandy, 1066-1217. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 98-131. A respeito dos votos que marcavam o rito de passagem para o ingresso em definitivo para a atividade marcial no *Policraticus*, cf.: HOSLER, J. D. **John of Salisbury:** military authority of the twelfth-century Renaissance. Leiden; Boston: Brill, 2013. p. 43-48.

[388] NEDERMAN, C. (Ed.). **Policraticus:** of the frivolities of courtiers and the footprints of philosophers. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1992. p. 115.

[389] A exemplo do responsável por uma das traduções daquele período do *Segredo dos segredos*. Segundo o letrado, era parte fundamental da "substância das virtudes honrar aqueles que devem ser honrados e prestar reverência àqueles que o fizeram por merecer". MANZALAOUI, M.A. (Ed.). **Secretum secretorum:** nine English versions. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 34.

denominados daqui em diante, "reverências honoríficas".[390] *Grosso modo*, a disparidade entre a magnanimidade e a reverência oportuna situou-se na justa medida com que eram auferidas: enquanto a magnanimidade se relacionava a ações e feitos de maior significância, a reverência oportuna lidava com honras menores e mais triviais, muito embora, nos dois casos, o contraponto fosse exercido, por um lado, no afastamento da pusilanimidade dos que não buscavam feitos honoríficos e, por outro, dos que se excediam em persegui-los.[391] Nesse sentido, a figura do "*honestum"*, aquele obstinado em agir conforme a "honra e a reverência"[392], almejava o "meio termo" como um princípio fundamental a ser levado em conta no agir de modo exemplar.[393]

Contudo, se os conceitos de honra e reverência não apresentavam variações muito perceptíveis[394] foram tidas como meios de conter tanto o excesso quanto a negligência. Por isso mesmo, a afirmação de John Trevisa que "buscar a reverência, por um lado, é algo laudatório, por outro, repreensível", em realidade lançou um alerta sobre a existência de uma zona movediça entre a conduta honrosa e os caminhos corretos para que os homens de armas pudessem se guiar por aquele parâmetro. Isso porque, "enquanto alguns não buscam a reverência", outros "desejam-na com veemência". O equilíbrio era, pois, fundamental, devendo-se "buscar a reverência, não desejá-la em excesso e nem mesmo delimitá-la como um objetivo final".[395] Por isso mesmo, a reverência honorífica relacionou-se "com aquilo que há de melhor entre as virtudes observáveis externamente" ao corpo, isto é, perceptíveis na compleição de um príncipe pelos outros homens, pois, em sentido oposto, quando se notava maior interesse em sua busca do que a atenção ao

---

[390] Ao longo do tratado, muito embora John Trevisa empregue grafias variantes para os termos "*werschep and honor"*, ambos comumente estão atrelados um ao outro.

[391] No *Ética a Nicômaco*, Aristóteles aponta que esse meio termo virtuoso não possui nomenclatura, os extremos contendem entre si como se ele não existisse. No entanto, "onde há excesso e negligência, há um meio termo". ARISTOTLE. **Nicomachean ethics.** Translated by C.D.C. Reeve. Indianapolis; Cambridge: Hacket Publishing Company, 2014. p. 69.; RIGBY, S.H. **Wisdom and chivalry:** Chaucer's knight's tale and medieval political theory. Leiden; Boston: Brill, 2013. p. 58.

[392] TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 42.

[393] A existência desse esforço em delimitar suas condutas dentro daquele parâmetro de forma contínua uma denominação: "*honoris amatiua*", isto é, "amor pela reverência". Ibid., p. 43.

[394] Suas acepções são similares segundo o *Middle English dictionary online*. Além disso, nos tratados prescritivos que embasam a investigação ambos normalmente vem atrelados. Ver: Verbete *honor:* https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary?utf8=%E2%9C%93&search_field=hnf&q=honour. Acesso em 26. fev. 2019; Verbete *worship*. https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary?utf8=%E2%9C%93&search_field=hnf&q=worship. Acesso em 26. fev. 2019.

[395] Trevisa, op. cit., p. 89.

zelo sobre os bons governos, erigia-se assim um dos pilares para delimitar abusos em sua conduta.[396]

Assim sendo, a reverência honorífica delimitou os contornos do reconhecimento social dos riscos aos quais o príncipe, ou mesmo os capitães frente às hostes, se expunham, ao se empenharem para a segurança dos territórios e de outros homens sob seu governo.[397] A figura de um príncipe reverenciável e honrado era necessariamente atrelada àquela do indivíduo virtuoso e servia para inspirar homens de armas, como o já mencionado John Tiptoft, conde de Worcester, responsável por traduzir o *Declamação da nobreza.*[398] Neste tratado, cujo eixo central gira em torno da problemática em questão e que foi consultado por William Worcester para composição do *Livro da Nobreza* [399], Cornélio e Gaio Flamínio, dois dos mais ilustres membros do senado romano, contendem para estipular qual seria a fonte mais autorizada para a concessão da honra a um indivíduo.

Resumidamente, o primeiro esforçou-se em alegar que o acréscimo da reverência honorífica, de maneira similar às riquezas, poderia ser transmitido entre gerações. Gabava-se, pois, por ter herdado não apenas a proveniência aristocrática e os tesouros de seus antepassados, mas também todo o reconhecimento social atribuído à honra adquirida pelos seus feitos de armas. Seu oponente, por sua vez, argumentava em sentido diametralmente oposto, ao pleitear que o elemento honorífico estava intrinsecamente atrelado não às heranças, mas à correta execução dos saberes marciais. Gaio Flamínio, frente aos grandes aristocratas de seu tempo, argumentava que preteria seu próprio bem-estar em prol da defesa da comunidade, que se contentava com "riquezas moderadas", que priorizava se dispor "com vigor e coragem em tempos de guerra" e que agia com "diligência e auxílio de seus amigos e de sua região quando quaisquer deles necessitassem de socorro".[400] Dessa maneira, tais atributos imbuíam uma condução exemplar às suas ações, porém, tão importante quanto realizar feitos de armas, era preciso que fossem

---

[396] John Trevisa chega a circunscrever tal relação como "tirânica". TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 347.

[397] RIGBY, S.H. **Wisdom and chivalry:** Chaucer's knight's tale and medieval political theory. Leiden; Boston: Brill, 2013. p. 60.

[398] Sobre esse texto, conferir a nota de rodapé na tradução do *Livro da Nobreza*.

[399] Não há evidências de que William Worcester tenha consultado a tradução de John Tiptoft, embora seja possível arrazoar seu contato com alguma versão a circular pelo reino na segunda metade do Quatrocentos. WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430-1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 153; 162.

[400] TIPTOFT, J. The declamacion of noblesse. In: MITCHELL, R.J. **John Tiptoft (1427-1470).** London: Longmans, Green, 1938. p. 216.

conhecidos e manifestos entre os seus pares, por isso mesmo, elencara-os frente ao senado romano para que, após a exposição da galhardia de suas ações virtuosas, os mais poderosos na hierarquia da cidade viessem a sancionar sua figura, habilitando-o a "ser reconhecido como mais nobre, reverenciável e famoso do que outros",[401] em detrimento do adversário.

Embora o *Livro da Nobreza* mencione aquele outro tratado em seu prólogo[402] diretamente a partir dos pontos levantados por Cornélio, a busca pela obtenção da honra por meio de virtudes ligadas às ações armígeras e de sua posterior divulgação entre os pares – eixo central da argumentação de Gaio Flamínio – encontrou espaço em meio aos exemplos mencionados pelo letrado inglês. Um deles foi o do cavaleiro John Chandos, que, "de natureza similar à do leão" no campo de batalha, preservou os "direitos de príncipe e os de seus súditos" ao contender contra os adversários na "conquista da França, Normandia, Anjou, Maine e do nobre ducado da Gasconha e da Guiena". Graças a esse histórico de diligência no labor marcial, pôde manter sua honra e seu estado, bem como o daqueles domínios.[403]

Conforme já destacado, os pesos colocados na balança de virtudes pelo sábio inglês e por outros tratadistas do período realçam o equilíbrio recomendável estabelecido pela fama honorífica moderava a pusilanimidade e a vanglória em seus extremos, e era, portanto, a substância que permitia o bom exercício dos governos dos homens e das armas. A atenção àquele caminho, portanto, possibilitava a aptidão do príncipe e dos homens de armas para evitarem seus opostos pautados por ambos os vícios; rastros de improbidade na condução da guerra.[404]

Quaisquer que fossem os ditames em vigência a circunscreverem o acréscimo de honra, aquele guiado pelos saberes cavaleirescos deveria validar seus feitos por meio da distinção de seus pares e cumprimentos do prometido ou acordado. Tal expectativa oferecia uma "garantia" àqueles com prestígio suficiente para empenharem a sua palavra,

---

[401] Apesar de ponderar sobre aspectos mais gerais da honra, Julian Pitt-Rivers acredita que, mesmo aqueles sem atributos virtuosos, alguns poderiam pleitear seu reconhecimento social daquela maneira, por meio do emprego da força e de mecanismos de violência. PITT-RIVERS, J. **Honour and Social Status**. PÉRISTIANY, J.G. (Ed.). **Honour and shame:** the values of Mediterranean society. Chicago: Chicago University Press, 1966. p. 25; TIPTOFT, J. The declamacion of noblesse. In: MITCHELL, R.J. **John Tiptoft (1427 – 1470).** London: Longmans, Green, 1938. p. 226.

[402] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 1-2.

[403] Ibid., p. 46-47.

[404] ARISTOTLE. **Nicomachean ethics.** Translated by C.D.C. Reeve. Indianapolis; Cambridge: Hacket Publishing Company, 2014. p. 32.

permitindo-lhes a circulação no território "internacional" da Cristandade que exigia, em uma mesma medida, ao bom direcionamento das armas, a atenção a acordos estabelecidos.[405] Dessa maneira, pretendia-se estabelecer laços de confiança a partir de promessas erigidas "a respeito de coisas verdadeiras e probas em detrimento daquelas sem sustentação".[406]

Em suma, ao se oferecerem os contornos das vias honoríficas, era igualmente evidenciado o panorama nocivo composto pelo combate iníquo entre homens de uma mesma fé e também pelo descumprimento de pactos firmados entre adversários. Nesse sentido, recomendava-se não "confiar nas palavras amáveis e lisonjeiras dos inimigos sem atentar para os feitos dos mesmos"[407], pois a perquirição de suas condutas anteriores, através do que se relatava por meios escritos e orais[408], fornecia bases para a equiparação da sua diligência em perseguir a honra, a reverência entre seus pares e, por fim, as virtudes da atividade marcial.

Oferecer ou aceitar a palavra de um oponente sem esse exame, sobretudo no desempenho de ações ligadas ao exercício da guerra, era um erro grave, que poderia levar o guerreiro a "colocar a si mesmo" e aos outros sob sua alçada "em risco repentinamente" e, por essa razão, o bom governante das armas deveria "detestar pessoas ardilosas" e "não consentir" qualquer tipo de "malícia fraudulenta".[409] Tal preocupação é corroborada pelo princípio de que os danos causados por aqueles desinteressados em perseguir tal parâmetro virtuoso, cedo ou tarde, manifestar-se-iam por meio de "traições realizadas intencionalmente" pelos opositores, as quais viriam a "trazer prejuízos" em escala mais ampla ao príncipe e a seus homens, como ensinavam os exemplos de "grandes reinos e impérios" em momentos anteriores.[410]

---

[405] BENHAM, J. **Peacemaking in the middle ages:** principles and practices. Manchester: Manchester University Press, 2011. p. 145 – 155.; KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 189 – 218.

[406] TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 88.

[407] BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 4.

[408] Dois pilares da educação dos príncipes eram o "*nurture*", abrangendo do ensino de habilidades que iam do emprego das armas à "etiqueta" em situações formais, e as "*lectures*", que enfatizavam a importância do estudo de obras de função prática ou de acréscimo a tais habilidades. Em seu entremeio, o conhecimento das ações de armas de predecessores serviriam como modelos de conduta ou de reprovação, e por isso poderiam ser ministradas em ambas as situações. GREEN, R.F. **Poets and princepleasers:** literature and the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980. p. 73 - 74

[409] BÜHLER, C.F. (Ed.). op. cit., p. 4.

[410] Id. **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 99.

Destarte, tais ensinamentos propostos pelas autoridades letradas não distavam daqueles outros advindos da "experiência" de "uma conduta adequada de homens em feitos de Cavalaria".[411] Conforme bem observou William Worcester, o anseio partilhado era o de se buscar "oferecer renome e honra" justamente "através das armas"[412] e, por isso mesmo, era fundamental ao "labor cavaleiresco", complementa o guerreiro e cronista John Hardying, atentar que "a honra e o conforto físico não caminham juntos".[413] Era, pois, fundamental ao pariato de armas, composto também pelos combatentes inimigos, contemplar a realização de ações que viessem a acrescer a reverência honorífica.[414]

O princípio em discussão era o que quaisquer expectativas de recompensas conduzissem o bom desempenho marcial. De maneira similar às virtudes da liberalidade e da magnificência, ligadas à correta obtenção e dispêndio de riquezas materiais, "o mesmo ocorre com a honra, quando ela é pretendida em maior ou menor volume do que recomendada", havendo o risco de ser buscada "de modos e em fontes inapropriadas".[415] Por isso mesmo, se o dispêndio não ponderado de bens e sua perda em decorrência dos infortúnios do conflito poderiam levar um homem à pobreza e, em casos extremos, mesmo à perda de seu estado nobiliárquico,[416] a mesma comparação era passível de ser estabelecida em relação à honra e à reverência. Como uma espécie de espólio a ser tomado das mãos dos mais inaptos, sua obtenção e partilha circunscreviam-se a um círculo daqueles que alcançaram notoriedade por meio das armas, que permitia sua inserção no tabuleiro de seu exercício e, uma vez liquidada, poderia apartar o guerreiro do direito ao convívio e de trato junto a seus pares.

Nesse sentido, execrar os guerreiros dos "laços de companheirismo, de amizade, de graça de serviços e de uma outra série de favores"[417] era um desfecho presumível

---

411 STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861 – 1864. p. 522-523.

412 WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 49-50.

413 PERVELEY, S.L. Genealogy and John Hardyng's verse chronicle. In: RADULESCU, R.L; KENNEDY, E.D. (Eds.). **Broken lines:** genealogical literature in late-medieval Britain and France. Turnhout: Brepols, 2008. p. 278.

414 KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 15-16.

415 O sábio explica que se "deve reprovar aquele que ama a honra por buscá-la mais do que deveria e de fontes inapropriadas, e, do mesmo modo, deve-se reprovar aquele que é indiferente a ela por escolher deliberadamente não ser honrado, mesmo por coisas nobres". ARISTOTLE. **Nicomachean ethics.** Translated by C.D.C. Reeve. Indianapolis; Cambridge: Hacket Publishing Company, 2014. p. 69.

416 Id. **Chivalry.** New Haven: Yale University Press, 1984. p. 148.

417 BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 99.

dentro de códigos que, ao julgarem suas ações, definiam que "aquele que é corrompido por condutas errôneas" se deixava levar por uma série de outros desvios. Portanto, aquele negligente em manter seu "ativo honorífico" como moeda a assegurar seu trato com aliados e, sobretudo, inimigos, "deve ser considerado por todos os homens como alguém vil, não nobre, que traz desgraças" e, sobretudo, "digno de ser afastado de todos que mantêm uma boa conduta".[418] Assim, é possível reafirmar que, como quaisquer soldos, fortalezas e territórios, a honra poderia ser "possuída e acrescida, diminuída ou retirada", conforme já se advogava anteriormente.[419]

Ao sopesar o resultado negativo das contendas, os ingleses não teriam sido prejudicados tão somente pela privação do controle efetivo das regiões herdadas pela Coroa, "de bens móveis" ou mesmo "de meios de subsistência que não foram recompensados".[420] Em uma mesma medida, o agravo a ser reparado deveria considerar as "intoleráveis perseguições e misérias" às quais estavam expostos e que levaram William Worcester a inquirir: "o que devemos fazer ou dizer diante da perda de honra?"[421] Tal horizonte foi bem sintetizado pelo duque de York em sua missiva enviada aos burgueses de Shrewsbury em 1452:

> Bem reverenciados amigos, [...] acredito que seja de vosso conhecimento, assim como pela experiência e por aquilo que é de comum dizer e de registro através de toda a Cristandade, quantas glórias, reverências, honra e bravura eram atribuídas por aqueles de outras regiões àqueles deste reino, enquanto o seu senhor soberano manteve o senhorio no reino da França e no ducado da Normandia; e que depreciação, vilania [...] e vilipêndio da honra são geralmente atribuídos à nação inglesa pela perda dos mesmos.[422]

Dado o descalabro, William Worcester e o duque de York vislumbraram que a perda dos domínios para os franceses não se resumiu ao saque de bens materiais inerentes

---

[418] TIPTOFT, J. The declamacion of noblesse. In: MITCHELL, R.J. **John Tiptoft (1427-1470).** London: Longmans, Green, 1938. p. 227.
[419] **A translation of Glanville.** By John Beames to which are added notes, with introd. By J.H. Beale. Washington, Byrne, 1900. p. 232.
[420] A insatisfação daqueles homens que voltaram à Inglaterra foi um dos catalisadores para enfrentar a ineficácia governativa do rei, que fomentou a Guerra das Duas Rosas. Contudo, é preciso cautela sobre a dimensão desse problema, pois relatos contemporâneos levam a crer que eram vistos muitos mais em tom de piedade do que necessariamente temidos. POLLARD, A.J. **The wars of the roses.** Basingstoke: Macmillan Education, 1988. p. 58.
[421] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 49.
[422] GAIRDNER, J (Ed.). **The Paston letters, A.D. 1422 – 1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. v.1, p. 97.

ao jogo marcial.[423] Em uma mesma medida, tais ações levaram igualmente à diminuição da reverência honorífica dos ingleses, perdida a partir de uma guerra conduzida não por parâmetros recomendáveis, mas sim por alegações "dissimuladas" e contrárias aos preceitos que William Worcester considerava corretos.[424]

Em outras palavras, o letrado pretendeu assim realçar que os ingleses, no seu histórico de combate com a França, eram largamente providos desse pilar honorífico; todavia, o mesmo vinha gradualmente se esfacelando graças ao assédio de guerreiros do próprio reino, que já não seguiam seus antepassados. No entanto, quando o mesmo ponto era aferido por meio das ações francesas, uma importante distinção emerge: mesmo que entre eles fosse possível se deparar pontualmente com homens do quilate de São Luís e de Geoffroi de Charny, ambos paradigmas das virtudes e do acréscimo honorífico, o padrão mapeado por William Worcester foi o de que os governantes das armas dos territórios além do mar não dispunham daquele mesmo veio virtuoso.

Ao invés disso, conduziam um conflito que "enchia de pesar o reino da Inglaterra graças ao excessivo derramamento de sangue e à matança de senhores nunca antes observada em nenhum outro reinado".[425] Dessa maneira, os indícios apontam que a fama marcial conquistada por aqueles governados pelos saberes da cavalaria, como o rei santo e o portador da auriflama, eram lumes cintilantes em meio a um firmamento enegrecido pelo desmazelo das condutas virtuosas e passíveis de renome honorífico. Em lugar de empregarem a diligência no empreendimento bélico para a emenda de agravos, os franceses do Quatrocentos pautavam suas ações em "pretextos dissimulados e falsas disputas"[426] e, portanto, a "origem" de sua empresa marcial não poderia advir senão de erros e desvios.

Dessa maneira, são interligadas as noções de improbidade e de negligência à reverência honorífica como marcadores das intenções reprováveis dos inimigos. Junto às acusações de William Worcester sobre sua improbidade, ambas integram os contornos das más condutas e desvios do governo das armas de príncipes e súditos franceses.[427] No

---

[423] KEEN, M. Brotherhood in arms. **History,** n. 47, 1964, p. 2.
[424] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 34.
[425] Essa passagem encontra-se no manuscrito *Inner temple library, petyt MS. 511, vol. XI*, editado em: MATHESON, L.M. **The prose Brut:** the development of a middle English chronicle. Tempe, Arizona: Medieval & Renaissance texts & studies, 1998. p. 307.
[426] WORCESTER, W., op. cit., p. 37.
[427] TAYLOR, C. D. **Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 63.

entanto, ainda se faz necessário escrutinar o eixo final que compôs a denúncia de William Worcester a respeito dos desvios marciais dos adversários: o combate a homens de uma mesma fé. Em princípio, como se observará, tal tipo de conduta não era ilícita em si mesma, desde que observadas certas etapas em sua realização, portanto, cabe indagar as razões para que tenha sido apontada como um interdito quando levada a cabo pelos contendores adversários.

3.4. Combate a homens de um mesmo credo

Junto a membros de seu conselho na cidade portuária de Southampton, o monarca Henrique V permaneceu, durante o verão de 1415, à espera de guerreiros que se deslocavam de regiões longínquas em resposta a seu chamado para uma nova expedição marcial,[428] "a fim de recuperar o ducado da Normandia". Naquele ínterim, cuidou "de ordenar que fossem transcritos, sob os selos do arcebispo da Cantuária e da assinatura de um notário, os pactos e acordos" realizados entre seu pai, Henrique IV, e "alguns dos grandes príncipes da França", em decorrência da recente decisão tomada por aqueles últimos em revogá-los, "em contrariedade a seus próprios juramentos pessoais, assinaturas e selos",[429] segundo um contemporâneo.

Por trás da atitude do monarca, estava a preocupação em oferecer ares de legitimidade a uma expedição que, como qualquer outra realizada em territórios cristãos, poderia se tornar alvo de questionamentos acerca de sua licitude. Ciente dessa possibilidade, o governante certificou-se de que, finalizado o labor dos letrados, cópias daqueles documentos fossem enviadas ao Concílio de Constança[430] e a Sigismundo, "imperador dos príncipes católicos", com a finalidade de que "toda a Cristandade viesse a saber a respeito dos grandes atos de injustiça que os franceses, ambíguos em suas ações, infligiram contra ele". Realizadas todas aquelas etapas, ainda assim, "embora em

---

[428] SUMPTION, J. **The hundred years war:** divided houses. London: Faber and Faber, 2009. p. 415.
[429] **GESTA HENRICI QUINTI.** The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 17-19.
[430] O imperador Sigismundo costurou um acordo entre os príncipes cristãos para terminar com o cisma da Igreja que perdurava desde 1378. Convencido de que as hostilidades anglo-francesas eram um obstáculo central naquela empreitada, ele dirigiu-se pessoalmente em 1416 para a França e, posteriormente, para a Inglaterra em busca de um entendimento final. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 76.

oposição à sua vontade, relutantemente se viu forçado a elevar seus estandartes" contra aqueles" que foram denominados de "rebeldes".[431]

Toda essa trama, narrada por um cronista contemporâneo, sinaliza a atenção ao cumprimento de etapas por parte de um governante que arquitetou seus passos conforme ditavam os bons entendimentos da realização marcial do período. A fim de "evitar o derramamento de sangue cristão"[432] em uma expedição marcial[433], era necessário ao príncipe atentar para todas as medidas que viessem a bem direcionar esse tipo de conflito, uma vez que vertê-lo em choque contra outros homens de mesma fé era algo que, segundo ponderou Henrique VI anos mais tarde, sempre vinha acompanhado de "muitos males".[434] No entanto, conforme sentenciado junto aos grandes nobres do reino na abertura do parlamento de novembro de 1415, o monarca, mesmo assim, viu-se obrigado a "renunciar a todos os tipos de deleites pessoais, bem como ao conforto e à segurança", ao "aperceber-se de que não seria capaz" de exigir e efetivar a correção daqueles homens revoltos "senão por meio do emprego da força da guerra".[435]

A realização de ações armadas, como se nota, deveria ser precedida por cuidados prévios que eliminassem quaisquer margens à contestação de sua licitude e, para isso, era fundamental que premissas inerentes a uma *bellum hostille* entre príncipes cristãos e em

---

[431] **GESTA HENRICI QUINTI.** The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 17-19.

[432] WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. v.2, p. 68-69.

[433] Henrique IV respondeu de forma resoluta a provocação empreendida em meados de 1402 por Luís, duque de Orleans. A partir do que alega um cronista, o nobre francês teria se "precipitado irracionalmente" contra o monarca, desafiando-o para um combate, capitaneado por ambos, entre os 100 melhores guerreiros que pudessem encontrar. Henrique IV observou, por meio de uma carta dirigida ao seu adversário, que "muito embora não houvesse precedentes que pessoas hierarquicamente inferiores pudessem desafiar um rei" para um entrevero daquela natureza, mesmo assim aceitaria o desafio. Esse tipo de prática já havia encontrado precedente no afamado combate dos 30 contra 30. JONES, M. Breton soldiers from the battle of the thirty (26 march 1351) to Nicopolis (25 september 1396). IN: BELL, A.; CURRY, A.; CHAPMAN, A. et. al. (Eds.). **The soldier experience in the fourteenth century.** Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 157-174.

[434] Henrique VI argumentou a ponto de entender que os danos decorrentes daquela situação lastimável eram suficientes para justificarem sua decisão de negociar a paz com os inimigos, mesmo ciente de que, muito embora não fosse o resultado esperado das contendas, aquela escolha era a mais prudente, pois visava "o bem de seus súditos". STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. p. 452.

[435] **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 10, p. 2. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

territórios sob a égide da Santa Fé fossem observadas corretamente.[436] Contudo, graças à volubilidade de entendimentos lançados não apenas sobre quaisquer que fossem as categorizações do conflito, mas sobretudo também a respeito das razões impulsionadoras para as ações de armas, uma preocupação constante era a de fazer conhecer o cumprimento e a atenção aos bons princípios do governo da guerra. Isso porque, do guerreiro anônimo ao príncipe a encabeçar a hoste, estava presente a possibilidade de conspurcação social de todos os seus envolvidos, ao serem atrelados a ações interpretadas como danosas e não recomendáveis.

Dessa maneira, esse outro pilar das denúncias de William Worcester a respeito das ações marciais francesas emergiu da urgência de que a parte contendora adversária explicitasse quais eram as suas intenções em combater, afinal, aquele era um conflito travado em âmbito interno da Cristandade e entre alguns de seus principais membros. Muito embora ao longo do *Livro da Nobreza* estivessem implícitas inquietações com as violências contra a integridade e os bens daqueles ligados aos ingleses nas regiões em disputa, William Worcester preocupou-se em sobrelevar que a tomada dos domínios Lancaster ocorreu devido a uma "breve, súbita e vil invasão"[437], isto é, nem todas as etapas de negociação de uma trégua ou mesmo da paz teriam sido colocadas em prática, conforme se discutirá mais adiante; sobretudo, estava em jogo a negligência ao aspecto honorífico, mediante a inexistência de retidão no trato entre inimigos; pontos que se manifestavam em um grave desvio, acentuado, ainda, pela contenda entre homens de mesma fé. Por isso mesmo, assim como outros tratadistas de tempos anteriores, William Worcester não deixou de lançar um questionamento que viria a delimitar o juízo que realizou sobre as ações marciais dos envolvidos na contenda: "de acordo com a Justiça, amparar e aderir a guerras e a batalhas é ou não algo lícito"?[438]

Ambos os questionamentos, sobre a legalidade da guerra e de seu emprego contra outros membros da Cristandade, revelam como se amparam em uma tradição milenar,

---

[436] Maurice Keen mapeou quatro "estados da guerra" pertinentes ao período, os quais, sinteticamente, remetem as seguintes características: a *guerre mortalle*, onde as batalhas eram combatidas até a morte, sem a possibilidade de aprisionamento dos inimigos; a *guerre couverte*, em que era permissível matar e ferir os inimigos, porém, era proibida a tomada de espólios e a queimada de terras; as tréguas, que serão discutidas mais adiante, além da *bellum hostille*, que organizava questões como a tomada de prisioneiros e preservação de bens e da vida de outros cristãos sob determinadas circunstâncias. KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 101 – 118.

[437] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 48.

[438] Ibid., p. 6.

que reflete e oferece direcionamentos de natureza teológica e civil[439], a qual se demonstrou presente também em um terceiro: "sobre que bases é realizado o arrazoamento acerca dos motivos pelos quais os príncipes devem sustentar a guerra e a prática marcial".[440] Em boa medida, todos eles servem como ponto de partida para denunciar a improbidade francesa na condução do conflito. Para tanto, William Worcester alegou dialogar com o "primeiro livro da "Árvore das Batalhas"[441] de Honore Bonet, o qual considerou as hostilidades entre as duas Coroas no final do século XIV.[442] Sua premissa, segundo o letrado inglês, era a de que "o exercício das armas e da guerra não é lícito e nem justo", uma vez que "seu emprego e prática" comumente vinham atrelados a "atos violentos e ilícitos" e "causam incontáveis males".[443] Pode-se admitir que William Worcester, que não participou diretamente das agruras dos conflitos armados, arrazoou sobre o embate contra a França com base nos entendimentos comuns de sábios como Honore Bonet e de relatos contemporâneos acerca da "imensa quantidade de sangue derramado de e por cristãos que nunca antes haviam se visto em suas vidas".[444] Não seriam poucas as aflições e ilicitudes ocorridas nos conflitos: de "assassinatos, matanças em grande número" e "derramamento de sangue" a "despovoação de territórios, devastação de castelos e cidades de maior e de menor porte por meio de incêndios, entre muitos outros incontáveis danos".[445] Conflitos que faziam com que o domínio inglês no reino da França fosse constantemente "arruinado", uma vez que "todos se diligenciavam a destruí-lo, inclusive aqueles que deveriam aperfeiçoá-lo e acrescê-lo".[446]Diante da perspectiva de que um importante reduto da Cristandade era eivado pelo conflito e que

---

[439] BROUGH, M.W.; LANGO, J.W.; VAN DER LINDEN, H. (Eds.). **Rethinking the just war tradition.** Albany: State University of New York Press, 2007. p. 1 – 16.; COX, R. Asymmetric warfare and military conduct in the middle ages. p. 104 – 106.

[440] WORCESTER, W. op. cit., p. 6 – 7.

[441] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 6-7.

[442] WRIGHT, NICHOLAS A.R. "The Tree of Battles of Honoré Bouvet and the Laws of War." In: War, Literature and Politics in the Late Middle Ages: Essays in Honour of G.W. Coopland. Ed. C.T. Allmand. Liverpool: University of Liverpool Press, 1975, p. 12-31.

[443] BONET, H. **The tree of battles.** English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949. p. 125.

[444] **A PARISIAN JOURNAL, 1405 - 1449.** Translated by Janet Shirley. Oxford: Claredon Press, 1968. p. 198.

[445] WORCESTER, W. op. cit., p. 7.

[446] WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. v.3, p. 12.

suas consequências seriam desastrosas para os envolvidos[447], soou razoável a William Worcester concluir que, "à primeira vista, pode parecer que a continuidade da guerra", sobretudo daquela travada entre homens da mesma fé, "é um feito pernicioso", e, em razão disso, "não seria correto fazê-la perdurar".[448] Tal como ele, ao lançar reprovações sobre uma guerra que entendia ser "fraticida", Thomas Hoccleave enumerou os vários flagelos causados pelas atividades de armas: "quantas pessoas são mortas, quantos campos de grãos são arruinados? Quantas esposas e donzelas são violadas, castelos demolidos e casas de madeira incendiadas? Os danos são incalculáveis e inenarráveis".[449] Além dele, seu contemporâneo, John Gower, também demonstrou incômodo e disparou sua afirmação de que a guerra não era responsável por tão somente alguns males, pois, muito mais do que isso, era "a mãe de todos eles".[450]

O já mencionado cronista e soldado Jean de Wavrin destacou que homens com experiência marcial, assim como os letrados, também sinalizavam os malefícios trazidos pelo recurso à violência praticada entre cristãos. Em meados de 1425, na iminência de um embate contra o duque de Gloucester, Filipe da Borgonha teria afirmado que não hesitaria em pegar em armas para corrigir possíveis injúrias, muito embora relembrasse seu inimigo de que "guerras entre cristãos são ultrajantes a todos aqueles que são retos e fiéis".[451] Talvez o tenha afirmado, porque estavam vívidas as chagas da destruição causada pelos encontros marciais entre combatentes que, embora inimigos, poderiam sentir-se incomodados em liquidar outros que partilhavam de sua fé, como ocorrera no ano anterior em Verneuil. Segundo o letrado guerreiro, mesmo se tratando de um entrevero travado por forças católicas, "a piedade não teve vez, em razão do ódio mútuo

---

[447] Philippe de Mezieres endereçou uma missiva ao rei Ricardo II na qual arrazoou sobre os benefícios mútuos para ambos os reinos de uma paz entre cristãos. A certa altura de sua reflexão, ele destacou: "que Deus proteja e defenda a ambos [os reis], se no âmago de vossos corações há compaixão e doloroso pesar pelo sangue dos cristãos, derramados por vossos predecessores, e se vocês se afastam e se mantem horrorizados aos olhos de Deus sobre o derramamento de sangue que advirá no caso de uma retomada da guerra. Que Deus em Sua graça mantenha os cristãos da Inglaterra e França salvos de tal destino". MÉZIÈRES, P. **Letter to King Richard II:** a plea made in 1395 for peace between England and France. Original text and English version of Epistre au Roi Richart introduced and translated by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1975. p. 43.

[448] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 7.

[449] HOCCLEVE, T. **The regiment of princes.** Edited by Charles R. Blyth. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1999. Disponível em: < http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/blyth-hoccleve-the-regiment-of-princes>. Acesso em 07 mar. 2018. Linhas 5335-5341.

[450] Traduzido a partir do excerto reproduzido em: GRUMMITT, D. Changing Perceptions of the Soldier in Late Medieval England. **The fifteenth century,** London, v. 10, p. 3, 2011.

[451] WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. p. 99 – 100.

que nutriam" e, aparentemente sem constrangimentos, por terem praticado um "grande derramamento de sangue"; atitude "abominável e de uma tristeza irreparável", em especial por serem "cristãos destruindo uns aos outros".[452]

A partir das perspectivas lançadas, seria possível acreditar que levar a cabo a guerra, sobretudo no interior da Cristandade, era algo nocivo, em função de seus incontáveis danos, conforme destacou William Worcester. Tempos antes, Honore Bonet chegou a interrogar: "durante a guerra entre os reis da França e da Inglaterra, os franceses podem devastar licitamente as terras dos ingleses e tomar os seus bens?" Para aquele homem de saber, à primeira vista tal ação deveria sim ser proibitiva, por isso questiona: poderia "haver valor e glória em matar ou capturar um homem que nunca empunhou armas"? Ou em atacar alguém que sequer vestia "uma cota de malha" ou portava "um par de grevas e um elmo?"[453]

Ainda no século XIV, não foram poucos os pontos de vista contrários usados para legitimar o emprego das armas, sobretudo como meio de correção de ilicitudes. V cfb

Ao oferecer uma série de prescrições para o governo do reino ao recém-entronado Eduardo III, Walter de Milemete advertiu, de forma similar ao cronista que registrou a expedição de Henrique V mencionada anteriormente, para o fato de que, "quando outros remédios não são capazes de subjugar os inimigos, amotinados e rebeldes, não resta outra alternativa senão a guerra".[454] Outro olhar significativo sobre o problema foi aquele lançado acerca dos embates entre os hereges lolardos e o clero católico em meados da década de 1390, onde os primeiros contavam, entre seus simpatizantes, com homens de armas da estatura de John Oldcastle e mesmo de John Gaunt, filho de Eduardo III, com importante destaque nos anos finais do governo de seu pai.[455] Nas acusações que lhe foram atribuídas, esteve a de que pregavam em favor de pretensões "pacifistas", no sentido de tencionarem restringir aos católicos não apenas "lutarem contra infiéis e

---

[452] WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. v.3, p. 75.
[453] BONET, H. **The tree of battles.** English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949. p. 153.
[454] NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England***:* treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 56.
[455] FRITZE, R.H.; ROBISON, W.B. (Eds.). **Historical dictionary of late medieval England.** Westport, CT: Greenwood Press, 2002. p. 390 – 391.

pagãos para convertê-los forçosamente à fé cristã", como também de pleitearem que "nenhum cristão pudesse guerrear contra outro pela defesa da Justiça".[456]

Preocupados em refutar esse ponto de vista, teólogos ligados à universidade de Cambridge declararam ser "falso e errôneo", tendo em vista que, se colocados em prática, "não permitiriam a nenhum rei cristão defender seu reino", incapacitando a auto defesa "contra danos sofridos injustamente". Dessa maneira, era não apenas recomendável como também permissível "combater a força com mais força", se a guerra fosse "em prol da proteção da Igreja, da fé católica" ou, tão importante quanto, da "defesa da justiça".[457] Logo, o elemento a garantir a retidão ou falseamento das ações marciais, mesmo daquelas realizadas entre cristãos, era o combate em favor de um propósito adequado e direcionado para a emenda de eventuais desvios. Em síntese, aquele ligado ao ofício das armas e à direção dos homens deveria buscar o "acréscimo de si por meio da promoção da proba justiça (*trewe iustice*)", caso contrário, não seria digno "de governar um reino e sequer de portar um elmo".[458]

Nesse sentido, em contrariedade a John Gower, Honore Bonet conclui que a guerra em si mesma não é uma fonte de males, mas "boa e virtuosa". Em sintonia com os teólogos de Cambridge, ele asseverou que, por meio das armas, "é possível corrigir aquilo que é errôneo e transformar em paz as dissenções"[459], pois "a guerra é algo justo, de acordo com as Sagradas Escrituras, e algo justo deve ser colocado em prática de modo probo".[460] No entanto, as razões, como também as intenções, em executá-las deveriam ser amparadas pela retidão e pela justiça. Os males, portanto, não advinham da "natureza" do conflito, mas, conforme pondera William Worcester, da inobservância "dos bons governos e da boa condução das ações marciais"[461], sobretudo, no caso do Quatrocentos, a partir de "pretextos dissimulados e falsas disputas apresentadas pelos contendores franceses"[462], um povo "orgulhoso", "ardiloso" e "astuto".[463] Tratava-se, assim, de dar a

[456] ALLMAND, C. (Ed). **Society at war:** the experience of England and France during the Hundred Years War. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1973. p. 20.
[457] ALLMAND, C. (Ed). **Society at war:** the experience of England and France during the Hundred Years War. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1973. p. 21.
[458] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 13
[459] BONET, H. **The tree of battles.** English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949. p.125.
[460] Ibid., p. 153 – 154.
[461] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 27.
[462] Ibid., p. 37.
[463] Ibid., p. 41

conhecer em que medida a realização do conflito por parte dos inimigos se desviava dos princípios de uma contenda com a finalidade de corrigir eventuais erros, e passava a ser um guerrear movido por intenções ímprobas, muito embora a demarcação entre uma e outra interpretação fosse extremamente tênue.

Por essa razão, ao apontar para os "cinco motivos principais" a nortearem seu julgamento a respeito da legitimidade do conflito, William Worcester arrazoou que:

> O primeiro motivo refere-se à manutenção do que é correto e da Justiça; o segundo, à resistência a todos os malfeitores que perpetram ímprobas aflições e oprimem as pessoas dos territórios que o rei ou príncipe governam; o terceiro remete à recuperação de terras, senhorios e bens [*que*] foram iniquamente saqueados, tomados à força, ou usurpados, os quais deveriam permanecer em posse do rei e do príncipe do respectivo senhorio, ou mesmo na de seus respectivos súditos, que porventura possam conservá-las. Os demais remetem à violência, sendo o primeiro relacionado com a busca da vingança em razão dos danos e prejuízos causados por outrem; enquanto o segundo se refere à conquista de territórios estrangeiros sem qualquer título que ofereça direitos sobre os mesmos [...].[464]

Em boa medida, o paralelo com a expedição de Henrique V é inevitável. O monarca inglês preocupou-se em oferecer as escusas para que sua empresa fosse sancionada, uma vez que "não foi capaz de encontrar nenhum outro remédio ou meios pelos quais pudesse alcançar suas prerrogativas", senão pelas armas. Nesse sentido, ordenar a cópia de documentos sobre acordos firmados para com seus adversários antes de partir efetivamente para o combate ratificava a legitimidade da ação marcial que pretendeu emendar o que os franceses, por meio de sua reprovável e injusta violência, laboraram para usurpar e conservar para si mesmos.[465] De modo similar ao cronista que registrou tais intentos do monarca em 1415, William Worcester pretendeu esclarecer os parâmetros daquele ponto nodal nas relações armígeras entre aqueles dois povos cristãos em guerra. Seu olhar, no entanto, destoou daquele outro narrador ao não sopesar a retidão dos súditos e do monarca Lancaster, mas, em vez disso, considerar a improbidade dos adversários e de seus objetivos almejados com o conflito.

Desse modo, não bastava ao bom governante, tanto de homens como de armas, sancionar toda a destruição e, sobretudo, a tomada de vidas durante as empreitadas

---

[464] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 6-7.

[465] **GESTA HENRICI QUINTI.** The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 14-15.

marciais. Também não era suficiente atentar para a diligência do emprego da violência; era preciso ir além e expor que a guerra praticada pelos franceses não era empreendida para corrigir agravos, resistir a malfeitores e recuperar territórios perdidos, pois, ao invés disso, era regida pelo desejo de vingar os resultados negativos que levaram à conquista inglesa iniciada no reinado de Henrique V e consolidada ao longo das décadas seguintes. Nesse sentido, os Valois privavam o rei inglês de sua "herança legítima",[466] ao recorrerem a uma forma de violência ilícita, contrária ao bom governo da guerra.

Não apenas isso, mas o frágil ponto de equilíbrio em uma balança que poderia pesar de modo impreciso fazia com que "o emprego das armas e o exercício da guerra" fossem levados a cabo "em expedições ilícitas", em busca de magnificência, por orgulho ou "intenção deliberada de destruir reinos e territórios através do grande poderio régio".[467] Isso fez com que descambassem não apenas para "extorsões" e "crueldades", mas adentrassem em um terreno ainda mais perigoso: o da "tirania";[468] uma das mais graves acusações que se poderia atribuir àqueles responsáveis pelo governo de armas ao longo do período.[469]

Além disso, é fundamental observar que a divisão apresentada por William Worcester, a fim de pontuar as justificativas para distinguir situações em que era ou não lícito o emprego das armas, oferece uma perspectiva contrária, por exemplo, daquela dos supramencionados teólogos de Cambridge. Enquanto estes últimos advogaram em prol do uso da força contra força, o primeiro foi mais cuidadoso em elencar os motivos supramencionados e biparti-los em duas categorias: na primeira, posicionou a busca da Justiça, a resistência aos malfeitores e a recuperação de territórios, relacionando-as "à retidão"; na segunda, a reconquista sem pleitos e a pretensão de obter vingança foram associadas justamente "à força"[470] e aos desvios que tornavam o empreendimento de armas reprovável. Todo o pano de fundo provido por aquelas razões serve para auxiliar a compreender sua proposta de desvio moral das práticas guerreiras e, por isso mesmo, a divisão apresentada busca atenuar seu desvirtuamento pelos adversários franceses.

---

[466] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 22.
[467] Ibid., p. 6 – 7.
[468] Ibid.
[469] No Quatrocentos inglês, as acepções variáveis de tirania eram retiradas do entendimento de sábios como Aristóteles e Egídio Romano e, portanto, é possível inferir que a afirmação de William Worcester estivesse em sintonia com suas definições. A discussão sobre tais acepções naquele período foi realizada a partir do levantamento e cotejo do termo entre escritos de naturezas diversas em: GENET, J.P. The problem of tyranny in fifteenth century England. **Moreana**, Irving, TX, v. 50, n. 191-192, p. 43-66, jun. 2013.
[470] WORCESTER, W. op. cit., p. 6.

Logo, assim como Honore Bonet apontou a condução indevida e o emprego falseado do combater e do guerrear como pontos a interditarem uma empresa de armas, William Worcester definiu como justo oferecer resistência àqueles que perpetraram "ímprobas aflições, angústia e penúria" por meio de "invasões, erros" e "tiranias" que não deveriam permanecer "sem punição e reparo".[471] Os ingleses, como qualquer outro grupo de cristãos, não deveriam travar guerra contra seus congêneres, "a menos que fosse(m) agravado(s) inicialmente". Por isso mesmo, era seu dever buscarem reverter as injustiças por meio dos "caminhos da paz, da graça e do perdão" a seus inimigos, de modo a "perdoá-lo(s) e emendá-lo(s)".[472]

No entanto, como será demonstrado no capítulo subsequente, as ofertas de conciliação feitas pelos adversários eram "fraudulentas e dolosas"[473], em conformidade com o fato "notório e amplamente conhecido por todos os reinos cristãos" de que ao longo de séculos os adversários franceses "travaram e instigaram guerras e a prática marcial tanto por terra como por mar" contra os ingleses, "sem qualquer embasamento amparado pela Justiça ou por títulos", tornando-se, assim, impossível demonstrar, naquele momento, "modos de se alcançar a paz".[474]

Agindo, pois, com "intenções" contrárias à possibilidade de um entendimento entre as partes, danosas aos cristãos e sem um pleito legítimo, William Worcester inicialmente se esforçou em prover indícios que demonstrassem esse desregramento das ações de armas por parte dos inimigos através da exposição dos direitos adquiridos ao governo daqueles territórios por parte dos monarcas ingleses ao longo dos séculos. Conforme argumentou, as décadas finais de conflito não somente garantiram a manutenção de uma conquista iniciada por Eduardo III e fortalecida por Henrique V, mas permitiram a este último, "por meio de prolongados cercos", conquistar o reino da França[475] e ser coroado como monarca de ambos os reinos.[476] Mais do que isso, o movimento de contraposição dos franceses tinha questionado as premissas de domínio

---

[471] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 49.
[472] Ibid., p. 8 – 9.
[473] CAPGRAVE, J. **The chronicle of England.** Edited by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1858. p. 315.
[474] Worcester, p. 8 - 9
[475] Worcester, p. 15 - 17
[476] Henrique VI foi coroado rei da Inglaterra em Westminster em 1429 e em Paris em 1431. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. Sua coroação é registrada por WORCESTER, W. op. cit., p. 19-20.

inglês por cinco séculos, desde a posse da Normandia ao século IX[477], de Anjou e Maine ao auge do império angevino,[478] e da Gasconha e Guiena do casamento entre sua herdeira, Eleonora, e o monarca Henrique II.[479]

Ao "historiar"[480] essas questões, contudo, William Worcester não se preocupou em apresentar as justificativas dos adversários para a retomada do conflito; pelo contrário, eximiu-se de delimitar quais agravos eram imputados aos súditos Lancaster, segundo a perspectiva de Carlos VII e dos homens sob seu estandarte, para que justificassem a ida às armas segundo parâmetros de busca da Justiça.[481] Tal conduta, no entanto, era de certa forma esperada dos inimigos, pois nem mesmo São Luís foi poupado da improbidade de ações contra os ingleses. Como já apontado anteriormente, William Worcester frisou aquela figura como uma epítome de um príncipe adversário íntegro e sem falseamento de suas ações, em função de seus bons aconselhamentos, tanto sobre o governo da guerra[482] e de seu empenho na expansão da fé durante as cruzadas,[483] como também sobre o governo dos homens.[484] No entanto, segundo suas palavras, mesmo "estando ciente" de que não possuía "títulos que garantissem seu domínio legítimo" às regiões pleiteadas pelos ingleses, ainda assim as "alijou dos reis da Inglaterra" e exigiu "que Henrique III abrisse mão de todos os seus direitos" para que fosse alcançada uma paz entre ambos os reinos.[485]

Nesse sentido, William Worcester propõe que tanto o rei santo como Carlos VII integravam uma longa tradição de monarcas que, no guerrear contra os ingleses, empunhavam suas armas de forma intencionalmente desarrazoada. Forneciam, em função disso, um dos pilares a sustentar o seu diagnóstico moral da derrota, pois tanto o "rebelde"

---

[477] A Normandia estava sob controle inglês há 535 anos. Ibid., p. 22.
[478] Anjou, Maine e Touraine permaneceram sob domínio inglês por 347 anos. WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 23
[479] A Gasconha, desde meados de 1446, quando Eleonora, duquesa da Gasconha e da Guiena, casou-se com Henrique II. Ibid., p. 24
[480] William Worcester auto denomina seu esforço argumentativo de "historier". WORCESTER, W. op. cit., p. 25 e 43.
[481] Fato que causa estranheza, pois ao mesmo tempo em que outros narradores do período, ao mesmo tempo em que o expressavam por meio de julgamentos morais, copiavam, ainda que parcialmente, outros documentos que corroboravam suas versões. Conforme já foi destacado, William Worcester não apenas reuniu uma série de escritos sobre as ações marciais francesas no continente, como chegou a compor em latim uma espécie de resumo de eventos voltados à guerra em forma de anais.
[482] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 8-9.
[483] Ibid., p. 11.
[484] Ibid., p. 81-82.
[485] Ibid., p. 34.

Armagnac do presente, como o rei pio de outrora eram movidos igualmente pela improbidade e a negligência à reverência honorífica quando se tratava de suas motivações armígeras contra o outro grupo de homens de fé semelhante.

No entanto, ao seguir na esteira da acusação de que "direitos e títulos" que chancelavam o governo daquelas regiões teriam sido "subitamente obstruídos"[486] por Carlos VII, isto é, por ações de armas contrárias aos motivos retos e ligados àqueles da força, William Worcester resumia com severidade que a dissimulação das intenções dos adversários, ao travarem a guerra, ao evitarem a paz e ao causarem ímprobas aflições, ignoravam prerrogativas que sancionavam o bom guerrear e, em síntese, iam "contra toda a honra e retidão da Cavalaria".[487]

Ao fim e ao cabo, ele empenhou-se em elencar que as condutas mal direcionadas dos inimigos, sobretudo durante as décadas finais do conflito, configuravam um estratagema voltado não para a conciliação daquela parcela da Cristandade, mas para a efetiva derrocada dos ingleses. Por isso mesmo, uma vez delimitados os sustentáculos das denúncias de William Worcester a respeito das armas inimigas, onde o combate desarrazoado entre cristãos foi um deles, a tentativa de apresentar os desvios que compuseram o desgoverno da guerra no Quatrocentos não se limita a eles. É preciso, assim, avançar e refletir sobre um outro: o da tessitura de acordos entre as partes envolvidas nas contendas como um ardil para favorecer os objetivos marciais dos Valois, seus adversários.

Ao longo dos séculos que foram palco do conflito, uma série de acordos foram firmados visando interromper as hostilidades em períodos pré-determinados e atendendo a demandas específicas, segundo a configuração assumida em cada momento pelo xadrez marcial.[488] No entanto, William Worcester observou que um elemento incomum a pautá-las foi a constante desatenção dos inimigos àquilo que foi pactuado, o que, de um modo ou de outro, acabava por reacender as chamas dos embates. Nesse sentido, até que ponto estariam os inimigos agindo segundo preceitos válidos e recomendáveis? E mais: quando e por que razões tais princípios passariam a ser ilegítimos? Assim como no caso do combate entre cristãos, que implicações se considerava sobre a manutenção da ordem de

---

[486] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 20.
[487] Ibid., 20 e 25.
[488] Um excelente resumo das demandas apresentadas entre as partes envolvidas ao longo dos séculos XIV e XV foi sintetizado por: FOWLER, K. (Ed.). Truces. In._____ **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971. p. 184 – 209.

territórios da Cristandade?[489] É possível, ainda, somar a essas inquirições uma outra: se de fato combatiam sem atenção à justiça diferentemente dos pleitos ingleses, de que forma contrariavam o emprego correto das armas?

Portanto, ao desdobrar as violações de acordos e a volatilidade das recomendações que se evanesciam frente às "expedições de assalto e violentos combates"[490] travados pelos lados envolvidos, quais foram, efetivamente, os incômodos colocados sobre a interrupção do conflito e a consequente fragilização da posição inglesa no continente? Será possível dizer que teriam sido fruto tão somente da não observação diligente dos inimigos do governo da guerra ou, como aventado anteriormente, foram fruto de um estratagema racionalizado? Logo, os questionamentos não pretendem expor os meios de execução da guerra *per se* e nem mesmo as etapas pertinentes à realização de embaixadas. Ao invés disso, é preciso refletir a respeito daquilo que suportaram, isto é, as cadências distintas e normalmente conflitantes entre modos de conceber a realização de um importante estágio da guerra e sua execução como um ponto fulcral a reger os desvios dos inimigos. Responder a tais questionamentos, portanto, será fundamental na circunscrição dos contornos dos desvios do governo da guerra francês daquele período pelo letrado e seus contemporâneos.

4. CAPÍTULO 4: Períodos de paz para preparar a guerra

4.1. O emprego irregular dos períodos de tréguas

Nos idos de 1435, representantes enviados por Henrique VI, Carlos VII e por Filipe, duque da Borgonha, reuniram-se na cidade de Arras para tentar pôr fim às hostilidades que dilaceravam o reino francês desde o reinício das contendas ocasionadas pela morte de Henrique V na década anterior.[491] Enquanto isso, paralelamente à realização dessa embaixada, o cavaleiro John Fastolf, à época já alçado a uma das

[489] KAEUPER, R. **War, justice, and public order.** England and France in the Later Middle Ages. Oxford: Claredon Press, 1988. p. 140 – 141.
[490] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 28.
[491] Mesmo durante a negociação das tréguas, as hostilidades e ações armadas não foram encerradas por completo. Talvez não muito distante dos sentimentos daqueles que habitavam a Paris sob controle inglês naquele momento, a consternação era de que "nenhum membro da nobreza se preocupava em efetivamente por um fim a essa guerra". **A Parisian Journal, 1405-1449.** Translated by Janet Shirley. Oxford: Claredon Press, 1968. p. 290.

principais lideranças militares no território continental, escreveu uma missiva ao conselho régio, na qual colocou em dúvida a perspectiva de que resultados positivos adviriam dos encontros.[492] A seu ver, nenhum daqueles adversários pretendia, de fato, manter-se apartado do assédio aos territórios e súditos ingleses, pois:

> Apesar de todas as cartas, selos, juramentos, sacramentos e promessas, todos os tratados sempre foram quebrados em pouco tempo, sob as cores de dissimulações e logros dos contendores adversários, em todas as ocasiões em que puderam fazê-lo a fim de tramar ou exercer qualquer tipo de vantagem sobre os homens do rei (da Inglaterra). Da mesma forma, os reis de Navarra foram expulsos da França e da Normandia, suas posses tomadas por meio de cercos, pela ação de bandos armados e de traições, e nunca nenhum tratado e nem acordos formais foram mantidos pelos inimigos. A despeito disso, naquela época, ainda eram muito maiores as expectativas depositadas sobre sua fé, firmeza de propósito e retidão (*trouthe*) do que nos dias de hoje.[493]

Não obstante a concepção do cavaleiro, elaborada quando o poderio dos súditos de Henrique VI foi duramente contestado[494], as dúvidas a respeito da postura "dissimulada" e "traiçoeira" dos adversários na busca pela paz figuravam entre as expectativas dos ingleses engajados de longa data nas armas. No período quatrocentista, contudo, tal percepção ganhou força e reverberou em tempos nos quais os lamentos pela derrota eram enunciados em meio às cinzas fumegantes deixadas pelas devastadoras

---

[492] Na descrição dos procedimentos da embaixada, um clima de desconfiança abateu-se sobre ambos os lados, que sequer se encontravam um com o outro, mas dependiam de mediadores para apresentarem suas propostas e ouvirem as réplicas. DICKINSON, J.G. **The congress of Arras 1435.** A study in medieval diplomacy. New York: Biblo and Tannen, 1972. p. 130.

[493] Ao mencionar a expulsão dos reis de Navarra, John Fastolf refere-se a Carlos II e a seu irmão, Filipe, os quais se aliaram aos ingleses em vários momentos durante as décadas de 1350-1360, desafiando o poderio do então monarca francês, João II. Gozando de grande popularidade na Normandia, ele forçou a assinatura do tratado de Mantes em 1354, em que abria mão da posse de alguns territórios em troca da confirmação de seus direitos em outros na Normandia. No ano seguinte, seus termos foram esmagados pelo tratado de Valognes, e, em 1356, foi capturado pelos franceses. Desse fato decorreu o juramento de Filipe a Eduardo III como rei da França, e, em contrapartida, requeria o reconhecimento dos territórios que ele e seu irmão possuíam na Normandia. Após quase uma década de ações marciais em desafio a Coroa francesa, Carlos foi derrotado pelo afamado Bertrand du Guesclin em Cochrel em 1364, obrigando-lhe a capitular todas as suas fortalezas na Normandia. ORMROD, W.M. England, Normandy and the beginnings of the Hundred Years War, 1259-1360. In: BATES, D.; CURRY, A. (Ed.). **England and Normandy in the middle ages.** London: Hambledon Press, 1994. p. 205-206.; WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 93-94. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 577.

[494] As palavras do cavaleiro foram dirigidas a um público que não apenas participou do conflito, mas que também, pretensamente, estava interessado em sua renovação como meio de frear as investidas marciais adversárias e manter o controle sobre aquelas regiões em disputa. VALE, M.G.A. Sir John Fastolf's "report" of 1435: a new interpretation reconsidered. **Nottingham Medieval Studies,** Nottingham, v. 17, p. 80, 1973.

campanhas encabeçadas por Carlos VII no final da década de 1420, e intensificadas a partir da década de 1440.

Nesse cenário, William Worcester pouco interrogou a respeito de práticas correntes na execução do conflito, pois, em larga medida, interessou-lhe apontar para outro horizonte: aquele do pretenso descumprimento de regras e acordos pré-concebidos para interromper as hostilidades por parte dos contendores adversários. De início, é fundamental ressaltar que a observação de tal incômodo não se constituiu como uma singularidade de seu tratado, uma vez que também ocupou lugar de destaque em escritos que ponderaram sobre o bom governo da guerra em outras paragens dentro de amplas balizas temporais.[495] Se a paz era a perfeita realização das leis de Deus, evitar hostilidades era um passo fundamental para que pudesse vir a ser alcançada e, portanto, buscá-la era uma ação virtuosa esperada dos príncipes cristãos.[496]

Nesse sentido, não causa qualquer espanto que William Worcester a tenha alçado a um papel central e demarcado ações no sentido oposto como desvios, sobretudo ao atrelá-los à conduta dos adversários; condenando-os especialmente por se tratar de um conflito travado entre dois dos mais destacados reinos da Cristandade. A isso, soma-se o fato de que não era incomum no período a interpretação da guerra como uma espécie de ação judicial, com etapas a serem cumpridas e, na busca de atribuição do agravo a um dos lados em detrimento do outro, não havendo razões para duvidar que os entendimentos de William Worcester tenham destoado desse sentido. Assim como a *bellum hostile*, mencionada em outro momento anterior, a trégua constituiu-se como um dos quatro "estados de guerra" concebíveis no período[497], em que, *grosso modo*, deveria ser observada após uma série de etapas que expressavam o seu caráter intermitente. Ou seja, ela compreendia um adiamento temporário cujo intervalo poderia perdurar por alguns dias ou mesmo anos a fio até ser retomada de seu ponto anterior.[498]

Logo, na expectativa de que o conflito viria a ganhar vida novamente em algum momento mais adiante, recomendava-se que certos cuidados fossem considerados, a fim de que nenhum tipo de vantagem viesse a ser obtida pelas partes contendoras durante o

---

[495] Essa questão permeou inúmeras interrogações por séculos a fio, não apenas no combate entre cristãos, mas nas relações marciais com inimigos de outros credos. O destaque é o tratado *Sobre tréguas e paz* (*De treuga et pace*), composto pelo papa Gregório IX durante o século XIII o qual se dedicou exclusivamente sobre o tema. Cf. JOHNSON, J.T. **Ideology, reason and the limitation of war:** religious and secular concepts. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1975. p. 43-45.; Russell, 1975.

[496] BENHAM, J. **Peacemaking in the middle ages:** principles and practices. Manchester: Manchester University Press, 2011. p. 2.

[497] KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 104.

[498] Ibid.

período de inatividade armada, buscando-se, o quanto fosse possível, que as condições de hostes e lugares se aproximassem daquelas de quando houve a interrupção, para que, assim, não fossem oferecidas vantagens indevidas a nenhuma das partes. Por essa razão, acordos como aquele realizado em 1417, objetivando a entrega do castelo de Falistes para os ingleses, proibiam não apenas a movimentação de tropas, mas também o envio de provisões, o aprisionamento e ataque a pessoas, bem como a construção ou reparo de muralhas danificadas pelas ações anteriores à ratificação da cessão de hostilidades.[499] No entanto, o elemento prescritivo era amplamente passível de subversão, e é preciso adiantar que nenhum dos lados parece ter atentado à risca para os termos acordados. Por isso mesmo, o mecanismo empregado para tentar garantir o seu cumprimento era obrigar representantes das partes envolvidas, como os capitães daquela fortaleza, "a jurarem, em nome de suas respectivas honras, que durante o tratado não realizariam e nem encorajariam nenhum tipo de violação".[500]

Infelizmente, assim como nos eixos apresentados no capítulo anterior, William Worcester igualmente se eximiu de escrutinar as prescrições e entendimentos sobre o assunto como fizeram outros tratadistas.[501] Além disso, emudeceu quanto à recorrência contumaz por parte dos homens de armas ingleses naquele tipo de prática, fato sobre o qual não poderia alegar desconhecimento frente às incisivas reclamações realizadas por John Fastolf nesse sentido.[502] Desse modo, é impossível localizar em seu tratado reflexões

[499] GAIRDNER, J (Ed). **The historical collections of a citizen of London in the fifteenth century**. London: Camden Society, 1876. p. 118-119.
[500] Ibid, p. 119.
[501] BONET, H. **The tree of battles.** English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949. p. 155; 188-192.; BYLES, A.T.P (Ed.). **The book of fayttes of armes and of chyualrye.** Translated and printed by William Caxton. London: Oxford University Press, 1937. p. 241-292.; LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988. p. 110.
[502] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt. 2, p. 619-633.

que recriminem tais práticas quando realizadas pelos súditos Lancaster em períodos de tréguas.[503]

Dado o histórico de viagens de William Worcester em missão para defender os interesses de seu amparador, e onde possivelmente estabeleceu conexões com homens ligados direta ou indiretamente aos assuntos marciais[504], tal omissão é um dado que não pode ser ignorado e deve compor o conjunto de indícios sobre essa acusação lançada sobre os franceses. A partir dessa mescla de horizontes e interesses, é possível inferir que, a partir de suas reclamações, ele teria pretendido minar a licitude das ações inimigas, e sobretudo o pleito de Carlos VII àquela Coroa, por meio do destaque à inobservância daquele aspecto do governo da guerra. Contudo, de que forma tal perspectiva viria a se consumar?

Em alguma medida, essa estratégia torna-se, no *Livro da Nobreza*, eixo central da interrogação lançada sobre a conduta marcial dos contendores adversários. Ao mesmo tempo em que enfraquecia a possibilidade de manutenção dos territórios em disputa, era preciso fortalecer o argumento de uma retomada de armas a fim de defender a Inglaterra como herdeira daquelas regiões. Dessa forma, conforme foi já mencionado, o treinamento

---

[503] Um exemplo são aquelas levantadas por dois heraldistas franceses. O primeiro denunciou a ilicitude da ocupação e fortificação de St. Jacques de Beuvron, por súditos de Henrique VI, "em oposição direta ao teor da trégua". Ao final da década de 1440, o condado de Maine foi entregue por ordem expressa do monarca Henrique VI a Carlos VII. No entanto, muitos dos homens de armas que guarneciam suas fortalezas se deslocaram para outras em regiões fronteiriças, como a de St. Jacques de Beauvron, onde poderiam vir a combater os franceses em caso de reabertura das disputas. Maurice Keen argumenta que, de fato, aquele foi um movimento estratégico levado a cabo por ordem do duque de Somerset. O segundo alertou para relatos de violência perpetrados por um grupo de ingleses, denominados pejorativamente por "falsos rostos" (*faulx-visaiges*), possivelmente pelo emprego de máscaras, os quais se dirigiram a região entre Paris e Amiens disfarçados com trajes "desregrados, assustadores e usando capacetes pintados de várias cores para que não fossem reconhecidos". Seu objetivo era o de "invadir casas durante a noite" a fim de "cortar as gargantas de nobres em suas camas", ações que possivelmente seriam tratadas como atos de banditismo, não fosse o fato de que poderiam levar a captura da fortalezas mal guarnecidas, e portanto, ao constituir-se como "algo costumeiro (ocorrido) durante a trégua", poderia trazer implicações posteriores aos governantes imbricados na tessitura da paz. O emprego de máscaras para a perpetração de delitos ocorreu também em 1417 em Rouen, quando um grupo de homens com suas faces escondidas assassinou o bailio da cidade. STEVENSON, J. (Ed.). **Narratives of the expulsion of the English from Normandy, 1449 – 1450.** London: Longman, Green and Roberts, 1863. p. 256.; STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861 – 1864. V.1, p. 212.; SUMPTION, J. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. v.4, p. 528.

[504] Ele viajou não apenas pela Inglaterra mas também esteve em Gales e na Normandia tratando de assuntos de John Fastolf. ALLMAND, C.; KEEN, M. History and the Literature of War: The Boke of Noblesse of William Worcester. In: ALLMAND, C. **War, Government and Power in Late Medieval France**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 93.; HUGHES, J. Stephen Scrope and the circle of Sir John Fastolf: Moral and Intellectual outlooks. In: HARPER-BILL, C; HARVEY, R. (Eds.). **Medieval Knighthood IV:** papers from the fifth strawberry hill conference. Woodbridge: The Boydell Press, 1992. p. 121. SCROPE, G.P. **History of the manor and ancient barony of Castle Combe in the county of Wilts.** London: J.B. Nichols, 1852. p. 195.

e interesse que do letrado pelas genealogias[505] confluíram para legitimar o senhorio dos monarcas ingleses sobre todas as regiões supramencionadas, pois, segundo advogou, seus pleitos estavam amparados, contrariamente aos dos adversários, em "conhecimentos corretamente adquiridos através de ilustres registros ordenados em várias crônicas, bem como em muitos outros livros historiados por autoridades".[506] Para além da autoridade asseverada pelo registro escrito, seus direitos igualmente eram expressos pelo simbolismo que os reis carregavam em suas armas heráldicas, a saber, o "campo avermelhado com dois leopardos dourados em razão do título da Normandia"[507], representados dessa forma até que, posteriormente, viesse a ser integrado um terceiro leopardo, dessa vez em função do título de duque da Gasconha.[508]

Nesse contexto, o juízo partilhado por William Worcester e outros homens do período era o de que não cabia outra alternativa aos franceses senão tentar tomá-los pelas armas, estas favorecidas pelo uso irregular dos períodos de tréguas. Dessa maneira, William Worcester argumentou que aqueles inimigos combatiam sem um pleito legítimo a fim de tomarem regiões pertencentes à Coroa inglesa, direcionando suas armas de forma injusta e, portanto, ímproba. Despojados de retidão e submetendo ao assédio regiões sob domínio inglês por meio de alegações indevidas de posse amparadas pela força das armas, os adversários colocavam em curso condições que não vislumbravam uma paz final e nem o equilíbrio na governança dos homens, preceitos tão almejados pelos príncipes. Em seu lugar, procuravam postergar o conflito em benefício de suas próprias demandas.

Em vista desse panorama, cabe aqui enfatizar um último ponto. Assim como a interrupção temporária das animosidades era parte integrante do jogo marcial no Quatrocentos, empregar artifícios para ludibriar o inimigo, a fim de obter vantagens e exaltar a busca de termos mais favoráveis, figurava entre as recomendações do fazer

---

[505] MCFARLANE, K.B. The investiment of Sir John Fastolf's profits of war. **Transactions of the Royal Historical Society,** Cambridge, v.7, 1953. p. 113.

[506] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 24.

[507] Ibid., p. 22-23.

[508] O emprego das armas heráldicas extrapolava o reconhecimento de direitos à governança de regiões. Seus usos procuravam mesclar tal aspecto a qualidades marciais que tornavam mecanismos de reconhecimento da capacidade do governo dos homens e também das armas em uma sociedade ainda marcadamente dependente de elementos visuais e orais. WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 24-25.

marcial daquele período.[509] A fim de explicitá-lo, é válido evocar apenas um exemplo do próprio *Livro da Nobreza*. Em tom pedagógico, William Worcester recorreu à narrativa elaborada por Leonardo Bruni (1370-1444) sobre um certo "mestre das ciências", o qual, durante o sítio de Florença pelos romanos, agiu "sob as sombras da traição" e "contra a Justiça". Isso porque, ao falhar em "convencer os senadores a entregarem a cidade ao príncipe", decidiu, por conta própria, levar os seus pupilos, "filhos dos governantes e outros homens valorosos" daquela localidade, "para dentro do alcance do cerco e do poderio" do inimigo.

Segundo a lógica marcial do século XV, sua atuação não deveria ser repreendida de pronto, pois, afinal, era corriqueiro que reféns fossem mantidos para garantirem o cumprimento efetivo de termos acordados em cercos.[510] No entanto, dois pontos tornavam sua conduta ilícita. O primeiro foi o do emprego de menores, e não de representantes dos governos da cidade, pois defendia que, "enquanto as crianças fossem mantidas cativas, seus pais lhe entregariam a cidade sem prolongarem a guerra". Já o segundo foi o fato de que não se prontificou a fazer aquelas crianças reféns em razão da interrupção das atividades armadas e do acréscimo do bem comum. Pelo contrário, ele "pensou que poderia receber uma grande recompensa e agradecimentos" dos assediadores. No entanto, o propósito de emenda é realçado a partir do resultado de suas ações. Em razão de sua descomedida surpresa, não foi agraciado, mas sim foi ordenado que tivesse suas roupas "arrancadas" e fosse "açoitado nu, com varas cortantes, por seus próprios pupilos", em razão "de seu grande engodo".[511] Essa passagem do *Livro da Nobreza* substancia a argumentação do letrado no sentido de que o ardil posto em prática, a princípio, não seria capaz de causar espanto a qualquer um habituado à atividade de armas no período. O ponto de ilicitude localizava-se justamente nas intenções ímprobas

---

[509] A prática do logro contra o adversário sob a finalidade de infligir-lhe prejuízos se insere nesse panorama, pois recaía sobre os príncipes e capitães de hostes o cálculo sobre a justa medida do emprego de ações para obter vantagens sem incorrer em interditos. Nesse sentido, Vegécio, por meio da tradução de Egídio Romano, sintetiza o objeto em discussão, ao destacar que a validez do emprego de meios ardilosos para "semear discussões, discórdias e controvérsias entre seus inimigos". Entretanto, enfatiza, embora fosse prática comum ao período, o guerreiro deveria ponderar antes de fazê-lo, uma vez que "isso é algo de pouco valor (*worþ*), contrário às boas condutas (*maners*) e aos princípios morais (*þewes*). TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 420.

[510] KING, A. 'Then a great misfortune befell them': the laws of war on surrender and the killing of prisoners on the battlefield in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 43, n. 1, 2016, p. 1 – 12.

[511] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 54.

e na obtenção de vantagens pessoais, em detrimento do bem comum, que motivou o mestre a levar a cabo tal conduta. Além disso, o parâmetro recomendável para sua emenda advinha não de um dos habitantes da cidade, mas do próprio inimigo, o virtuoso príncipe Camilo, que liderava as hostes romanas que a cercavam. Em tom de desaprovação, o homem de armas arguiu junto ao letrado que a forma mais recomendável de se combater deveria favorecer "aqueles providos da capacidade de realizarem [a guerra] por meio da bravura e de feitos de armas justos", em contrariedade aos "meios fraudulentos, injustos e traiçoeiros", os quais deveriam ser evitados, sobretudo, "sob falsos acordos e alianças impróprias"[512], a exemplo daquela que lhe foi proposta.[513]

A retidão e a honra cavaleiresca eram, pois, conforme já afirmado em outras ocasiões, identificadores da boa governança dos príncipes guerreiros e, em contrapartida, a desatenção a elas era um indício de possíveis desvios. À vista disso, cabe questionar de que forma foram delineados os acordos para pôr fim às hostilidades entre homens de armas ingleses e seus inimigos franceses.

4.2. A pretensão pela paz duradoura de dois reinos governados pelo mesmo monarca

A certa altura do *Livro da Cavalaria*, Stephen Scrope apontou que as palavras de um cavaleiro deveriam sempre ser "claras e seguras". A princípio, o letrado referia-se ao "comportamento reverenciável e à boa expressão no falar" como fundamentais ao acréscimo da figura dos príncipes, pois seriam "elas pertinentes aos nobres que desejam a sua porção de reverência".[514] Passível de uma série de entendimentos[515], as palavras e promessas, sobretudo pelos governantes, eram o elemento garantidor do cumprimento de acordos pré-estabelecidos entre as partes em disputa.

---

[512] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 54.

[513] Durante o cerco a Rouen, em 1419, Henrique V teria declarado que não tomaria a cidade "por meio de um ardil", pois, alega, "ela é minha por direito". BELLIS, J. (Ed.). **John Page's the siege of Rouen.** Edited from London, British Library, Ms Egerton 1995. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2015. p. 24.

[514] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 22-23.

[515] Dentro da discussão sobre o emprego das palavras como campos de embates morais, tanto entre preceitos laicos como eclesiásticos, a "fala imoral" poderia levar a graves consequências, da anulação de juramentos à perda de reputação. Cf. WOOLGAR, C.M. **The senses in late medieval England.** New Haven: Yale University Press, 2006. p. 90-93.

A prática dos juramentos e de quaisquer meios que viessem a sacramentar os acordos, como o apelo à fé e à invocação da honra pessoal daquele em nome do qual haviam sido realizados, era uma etapa fundamental dos processos de estabelecimento de tréguas. Não apenas os governantes, mas também aqueles que submetiam sob suas leis deveriam demonstrar meios e intenções em acordar, confirmar e garantir a paz de forma coletiva.[516] Em contextos de oposição, isto é, de inexistência de confiança mútua entre as partes, exigia-se que se avançasse um passo adiante por meio do oferecimento de certas garantias para que imperasse a avença entre elas, como, por exemplo, ao se tornarem reféns.[517]

William Worcester não ficou alheio à afirmação das *Máximas e dizeres dos filósofos,* que alertava os soberanos para tal possibilidade. Ali, recomendava-se a não confiarem "na adulação e nas palavras agradáveis de seus inimigos sem atentar-se a seus feitos", sob o risco de "serem prejudicados dentro de pouco tempo".[518] Por sua vez, ao tecer acusações contra os inimigos, a premissa básica do letrado era de que o cumprimento efetivo do que fora acordado e ratificado a partir do empenho da palavra das partes contendoras somente poderia existir quando havia reconhecimento mútuo da reverência honorífica de um lado a outro, como homens de um mesmo estado e seguidores de um mesmo conjunto de normativas.[519] Isso não significa, de qualquer forma, que, uma vez marcados pela fluidez e pelo emaranhamento de possibilidades interpretativas, quaisquer acordos e juramentos realizados estivessem isentos da possibilidade de serem contestados ou fraudados em momentos posteriores.

Durante as décadas de conflito, a desconfiança mútua marcou os acordos de interrupção entre ingleses, franceses e outros atores envolvidos, como os duques da Borgonha e da Bretanha, não em função da suposta incapacidade, inabilidade ou mesmo desinteresse em fazê-las cumprir, mas sim por agirem em desacordo com o que fora previamente estabelecido. Aquele era um movimento válido a integrar o jogo de ardis próprios das atividades marciais, ainda que presente o risco de incorrer em implicações mais sérias para os seus realizadores. Dessa forma, é possível dizer que, se a capacidade

---

[516] CHAPLAIS, P. The making of the treaty of Paris (1259) and the royal style. **The English Historical Review,** Oxford, v. 67, n. 263, abr. 1952, p. 238.
[517] BENHAM, J. **Peacemaking in the middle ages:** principles and practices. Manchester: Manchester University Press, 2011. p. 153.
[518] BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 4.
[519] PITT-RIVERS, J. Honour and Social Status. PÉRISTIANY, J.G. (Ed.). **Honour and shame:** the values of Mediterranean society. Chicago: Chicago University Press, 1966. p. 33.

de comandar as hostes era um pré-requisito fundamental ao governo das armas, uma das confluências da maestria na arte de lidar com o inimigo reivindicava a habilidade em conduzir acordos para suspender as hostilidades. Como exemplo disso, é possível mencionar o impasse ocorrido durante o cerco a Rouen em 1419, quando forças inglesas e aquelas no interior da cidade mediam os limites de sua resistência em função do cerco. Em determinado momento das negociações, o cavaleiro Robert de Umfraville (c. 1363-1437)[520], escolhido como mediador entre uns e outros, parece ter se amparado nesse tipo de entendimento, pois recomendou aos inimigos de Henrique V que "não se dirigissem ao monarca sem antes receberem aconselhamentos", pois "uma palavra errada e descuidada pode causar-lhes um ataque violento". Foi o que de fato veio a consumar-se dentro de pouco tempo, justamente em função da natureza descomedida de suas propostas para convencer os ingleses a levantarem o cerco e partirem.[521]

Aquele tipo de arrazoamento, que exigia do governante das armas a habilidade em bem combater e, em contrapartida, em alcançar a paz por meio da tessitura de acordos, parece ter norteado os guerreiros do Quatrocentos, e, nesse sentido, é emblemático o imbróglio que se seguiu à assinatura do tratado de Troyes em 1420. Suas cláusulas forçavam duras imposições ao enfermo Carlos VI, rei da França, o qual não pôde contar nem com o aconselhamento, nem com a pujança de seus mais experientes capitães, executados sumariamente durante o embate no campo de Agincourt cinco anos antes. Derrotado e forçado a negociar, aquele monarca deparou-se com medidas que impunham o alijamento ao direito de sucessão ao trono do delfim, o qual deveria ser transmitido "em perpetuidade e fielmente" ao monarca inglês "e a seus herdeiros".[522]

Do outro lado das disputas, favorecido por ter encabeçado uma das mais vitoriosas campanhas inglesas ao longo do conflito, Henrique V gozou da "boa aventurança e experiência tanto na feitura da guerra como na articulação da paz",[523] e recorreu a suas

---

[520] Esse cavaleiro foi o amparador daquele outro, John Hardying. PERVELEY, S. L. **John Hardyng's Chronicle: a study of the two versions and a critical edition of both for the period 1327 – 1464**. 760f. Tese (Doutorado). University of Hull, Hull, 2004. p. 17.

[521] Durante vários momentos ao longo dos meses em que perdurou o cerco, os inimigos recorreram a argumentos para tentar demover Henrique V de sua conquista. BELLIS, J. (Ed.). **John Page's the siege of Rouen.** Edited from London, British Library, Ms Egerton 1995. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2015. p. 19-21.

[522] GAIRDNER, J (Ed). **The historical collections of a citizen of London in the fifteenth century**. London: Camden Society, 1876. p. 130.

[523] ROBBINS, R.H. (Ed.). **Historical poems of the XIVth and XVth centuries.** New York: Columbia University Press, 1959. p. 6.

habilidades em costurar entendimentos[524] para isolar seu adversário ao governo daquele reino e assegurar o domínio dos territórios setentrionais e a oeste, que integravam o antigo império Angevino. Para isso, precaveu-se em buscar a legitimação de seu pleito através da anuência dos "nobres pares da França", garantindo-lhes a manutenção de seus respectivos títulos, bens e riquezas, desde que consentissem em prover para que seu governo transcorresse "de forma veementemente honesta e em segurança".[525]

Essa cláusula foi fundamental para evidenciar as expectativas mútuas de Henrique V e de seus novos súditos. A segurança e a honestidade esperadas de seu governo somente seriam possíveis se o seu pleito, levado a cabo pela força das armas, fosse também confirmado como legítimo por outros homens que partilhavam de ativo honorífico, isto é, os pares da França. A premissa era, então, de que o tratado pretendia estabelecer, segundo William Worcester, "uma paz duradoura", pois confirmava "que todas as divisões e disputas entre os reinos da Inglaterra e França deveriam cessar terminantemente".[526] Entretanto, para o infortúnio dos ingleses, Henrique V não foi capaz de levar a cabo a unificação das Coroas pelas quais contendeu ao longo de quase uma década, pois veio a fenecer dois meses antes de seu rival francês, em decorrência de uma enfermidade adquirida, anos antes, no campo de batalha.[527] Frente ao decesso de ambos, seguidos pela elevação do infante Henrique ao trono de ambos os reinos, à época com apenas nove meses de idade, é possível deduzir o peso da compleição virtuosa e honorífica do príncipe para a manutenção do que fora previamente delineado, pois, sem a figura do rei, foi acionado um catalisador que acelerou a fragmentação dos termos acordados.

O temor materializado foi o de que, sem o ativo honorífico dos monarcas e dos membros de suas nobiliarquias para manterem as amarras do tratado, logo ele viria a tornar-se letra morta, e abriria campo para a reconfiguração de forças, confirmada pela ascensão do delfim, sagrado Carlos VII em 1429, após a vitória em Patay junto à dama de Orleans, Joana D'Arc. Dessa forma, a chamada "paz duradoura", observou William

---

[524] Mesmo preocupado em direcionar a atividade de suas embaixadas a um acordo junto aos franceses, Henrique V ainda se envolveu na negociação de tratados com Castela e Portugal, bem como nas contendas entre Polônia, Lituânia e a Ordem Teutônica. CUTTINO, G.P. **English medieval diplomacy.** Bloomington: Indiana University Press, 1985. p. 107.

[525] GAIRDNER, J (Ed). op. cit., p. 137-138.

[526] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 39

[527] Carlos VI morreu em 21 de outubro de 1422, ao passo que Henrique V feneceu em 31 de agosto do mesmo ano.

Worcester, "não perdurou por dois anos completos, tendo sido interrompida" justamente "pouco após a morte do vitorioso príncipe Henrique V".[528]

Pouco menos de um mês após os decessos de Carlos VI e de Henrique V, o duque de Bedford, então governante geral dos territórios continentais, convocou o parlamento de Paris e procurou asseverar a manutenção da paz frente às incertezas causadas pelo evento atípico. A fim de confirmar a separação definitiva da Normandia da Coroa francesa, o aristocrata Lancaster teria de lidar com o pleito lançado ao trono pelo delfim, o qual contava, por um lado, com a simpatia de senhores franceses, que seguiram-no para o sul, onde estabeleceu o reino de Bourges[529]; por outro, os Estados Gerais e o Parlamento, alinhados aos ingleses, declaravam-no incapaz de suceder ao trono devido aos seus "crimes terríveis".[530]

Nesse sentido, pode-se dizer que a reputação honorífica de Carlos era débil, uma vez que havia sido deserdado pelo tratado de Troyes e, por isso mesmo, uma das primeiras medidas tomadas pelo duque de Bedford foi precaver-se de possíveis desventuras, ao exigir que representantes dos três estados "renovassem seus juramentos para a continuidade do tratado de uma paz final entre ambos os reinos, [...] dirigindo-se até ele e prometendo pessoalmente manter sua obediência a Henrique [VI], rei da França e da Inglaterra".[531]

Se, por um lado, o elemento honorífico era considerado em alta estima a ponto de ser evocado como um pilar de sustentação de acordos, por outro, indivíduos de vasta experiência nos governos das armas e dos homens permaneciam atentos à possibilidade de encontrarem rachaduras que expusessem fragilidades naquele suporte como elemento garantidor das premissas em jogo durante momentos de excepcionalidade, a exemplo do decesso não de um, mas de ambos os monarcas em um intervalo tão curto de tempo. Em cenários como esse experimentado após 1422, era fundamental que homens com reconhecida reverência e probidade fossem mobilizados com o fim de garantir os acordos, ou, ao menos, era o que deveriam ter feito, caso tencionassem fortalecer a paz entre ambos os reinos.

---

[528] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 39.
[529] NEILLANDS, R. **The hundred years war.** London: Routledge, 2001. p. 239-240.
[530] Em referência ao assassinato premeditado do duque da Burgundia na década anterior. Um comentário sobre o evento foi adicionado posteriormente ao final do capítulo 4 do *Livro da Nobreza*.
[531] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. p. LXXVII -LXXX.

A força dos laços firmados era, pois, sancionada pelas palavras empenhadas em mantê-los, que exerciam um papel tão significativo no universo dos praticantes do ofício das armas quanto a habilidade em empunhá-las e em liderar os homens na guerra. Isso porque, nas situações em que ficava evidente a incapacidade em atrelar a imagem do governante à honra para garantir suas ações, o enfraquecimento das amarras construídas por meio do assentimento mútuo e amparadas na lei e na tradição ganhavam contornos mais nítidos. Sem elas, aqueles responsáveis pelas atividades de armas viam-se diante das possibilidades de ações contrárias ao que havia sido ratificado anteriormente, em conformidade com as configurações de poder do momento.

Isso significa dizer que, dada a natureza pouco convencional de eventos como aquele ocorrido entre 1420 e 1422, isto é, do reconhecimento formal de um rei inglês à Coroa francesa e o seu decesso poucos meses antes de efetivamente assumir aquele título, as limitações dos códigos de armas para fixar a prática de condutas desejáveis ficou patente. Ele foi escancarado sobretudo por meio da abertura de brechas para que a trégua fosse rompida, criando oportunidades aos atores interessados em seu fracasso de agirem abertamente em sentido contrário ao que fora estipulado. Assim, os movimentos belicosos realizados entre as décadas de 1420 e 1450 ignoravam o alerta de Henrique V, na cláusula final de Troyes, que exigia o comprometimento de todos os súditos, sobretudo da nobiliarquia francesa, "ao que fora acordado e à paz", pois, ao agirem de forma contrária, estariam sujeitos a toda espécie de retaliações "contra suas vidas" e a tudo aquilo "de que podem ser privados por nossa parte"[532], bens, títulos e a subsequente perda do capital honorífico advindo de ambos. Logo, a situação do delfim Carlos em meados da década de 1420, no início das campanhas empreendidas em busca de seu título, era dificultada pelo seu capital honorífico "limitado", que impediu o reconhecimento por seus coetâneos de sua capacidade de participação não apenas no governo dos homens, como também no das armas[533] e, consequentemente, em movimentos para travar acordos. Não obstante, outro obstáculo que se colocava em seu caminho era o fato de não gozar de

[532] GAIRDNER, J (Ed). **The historical collections of a citizen of London in the fifteenth century**. London: Camden Society, 1876. p. 138

[533] Em 1417, ele chegou a reunir alguns milhares de homens e sucedeu em garantir o controle temporário de Rouen. Contudo, com as forças somadas de Henrique V e de Filipe, o Bom, o jovem e pouco experiente delfim viu-se incapacitado de manter bons resultados em batalha. Prova do esvaziamento de seu poder foi a fracassada convocação de tropas (*arrière-ban*) que realizou em nome do rei naquele mesmo ano, em boa medida ignorada pela nobiliarquia francesa. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. SUMPTION, J. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. v. 4, p. 522.

reconhecimento como representante legítimo da hierarquia governativa, tendo de enfrentar a forte oposição daqueles que pretendiam vê-lo alijado do poder régio.[534]

Dessa forma, no início da década de 1420, ambos os reinos careciam da cabeça do corpo governativo em seu pleno vigor, tornando assim ainda mais fundamental e ao mesmo tempo delicada a configuração dos poderes sem a sua regulação e, por conseguinte, realçava-se a importância da atenção aos arranjos previamente assentidos. Nesse contexto, a probidade em cumprir com a palavra dada fornecia o eixo central de sustentação do elemento honorífico a delinear a compleição dos homens de armas. Tal entendimento já se fazia presente em escritos séculos antes, por meio das definições de *preudome*, ou seja, homem de valor, que incluíam não apenas a bravura em combate e a realização de feitos armados, mas, como no caso supramencionado de Henrique V diante de Rouen em 1419, "a sagacidade nos aconselhamentos sobre a guerra e a diplomacia".[535]

No período quatrocentista, John Trevisa ofereceu ainda um ângulo suplementar da questão, ao destacar a obrigação do príncipe em recompensar os que o serviam de acordo com sua escala hierárquica, não bastando lhes oferecer apenas presentes, bens e riquezas. Deveria, em uma mesma medida, conceder-lhes "reconhecimento" de acordo com seu comportamento virtuoso e probo[536], sobretudo as ações de cunho marcial. De certa maneira, William Worcester delineou esse anseio pelo cumprimento de acordos como uma prática amplamente recomendável para além do próprio manejo das armas.

Para ele, tão fundamental quanto a "bravura" nos feitos de armas, por ser exemplar dos "homens valorosos" e garantia para agirem com "propósito, inclinação e aquiescência comuns"[537], era igualmente preciso o reconhecimento e acréscimo constantes de "renome e honra". Nesse sentido, menciona a importância do "envio ocasional, quando necessário, de embaixadas aos príncipes compostas por homens estimados como valorosos e de

---

[534] O delfim Carlos detinha uma série de opróbios contra si: ele foi proclamado delfim em 1417 e autoproclamou-se tenente geral da França em 1418. Com o assassinato do duque da Burgundia em 1419, com o qual foi condescendente, ele foi alijado do poder por Filipe, o bom, sucessor daquele ducado, e por sua própria mãe, a rainha Isabel, ambos apoiadores dos ingleses. Na primeira metade da década de 1420, ainda encarou uma série de derrotas militares, dentre as quais em Cravant e Verneuil, mencionadas por William Worcester, tendo obtido reconhecimento geral como monarca tão somente após a reconciliação com o duque da Borgonha em 1435. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 88-89.

[535] STRICKLAND, M. **War and chivalry:** the conduct and perception of war in England and Normandy, 1066 – 1217. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 99.

[536] TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 99.

[537] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 4.

estado elevado, reverenciados em diversas regiões"; os quais, "de modo prudente", estariam habilitados a "propor e declarar a causa urgente e necessária deste reino."[538] Sem a capacidade de guerrear e de costurar acordos que minorassem as ações de armas, o governante não seria julgado apto para sua função por seus pares e nem mesmo pelos inimigos.

Dessa maneira, em um dos polos da questão em pauta, a habilidade para garantir o cumprimento de acordos atuou como fator de aglutinação entre ambas as nobiliarquias, permitindo um consenso, ainda que temporário e forçado pelas armas, para que o tratado de Troyes viesse a ser costurado. No entanto, diante da "honra tão excelsa"[539] obtida por Henrique V, que aparentemente consagrava os esforços iniciados por Eduardo III, apresentava-se a impossibilidade de controle de todas as regiões reclamadas. Por isso mesmo, no outro polo, agravado pela morte de tantos membros da aristocracia em tão pouco tempo, estava o fato de que Troyes não seria consolidado, pois, se havia o reconhecimento mútuo do capital honorífico entre os atores de outrora, sem eles o acordo para pôr fim às hostilidades tornava-se, na prática, nulo. Em outras palavras, o cenário que se configurou após 1422 testemunhou o afrontamento direto de Carlos VII e de nobres que o apoiaram, por um lado, contra os ingleses e os seus aliados da Borgonha e pontualmente da Bretanha, resultando no período com o maior registro de atividades marciais no histórico de todo o conflito.[540]

Diligenciar o cumprimento do que fora estipulado era, portanto, uma tentativa de refrear ações marciais que, ao longo de mais de oito décadas, causaram "grandes males não tão somente a ambos os reinos, graças ao grande cisma ocorrido entre os mesmos, mas também à Santa Igreja". Em boa medida, a expectativa sobre os franceses proferida pela letra do tratado de Troyes era a de que, após a morte de Carlos VI, os membros de sua nobiliarquia, sobretudo aqueles ligados ao ofício das armas, deveriam se portar como "súditos probos" dos ingleses, isto é, zelosos para com as promessas realizadas em 1420:

---

[538] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 49.

[539] Ibid., p. 20.

[540] William Worcester parece ter se incomodado com a escalada do conflito e seu resultado negativo para os ingleses, sobretudo na famigerada derrota de Patay em 1429, com consequências nocivas à reputação de John Fastolf. A seu ver, a série de ações marciais que se seguiram nas décadas subsequentes solapavam os termos negociados em 1420, e assim poderiam ser consideradas ímprobas, isto é, "contra toda a retidão e a Cavalaria". CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 109.; WORCESTER, W. op. cit., p. 20.

obedecer tão somente o monarca Lancaster, seus herdeiros e aqueles que imbuíssem de autoridade, "sem oposição, contradição ou imposição de dificuldades".[541]

Grosso modo, ainda que William Worcester tenha apontado para o emprego das armas como o meio mais recomendável para o engrandecimento da Cavalaria e aumento da reverência a ela,[542] sua inquirição igualmente ofereceu indícios de que um dos incômodos relacionados a desvios de seu próprio tempo teria sido o das ações ponderadas dos inimigos em relação a acordos para o refreamento ou mesmo cessação de atividades guerreiras. No entanto, seu esforço em denunciar os monarcas ingleses quanto às ações francesas acordadas em Tours foi soterrado pelo que circunscreveu como "as sombras e dissimuladas alegações de trégua e abstinência de guerra ".[543]

Por trás desse tipo de acusação, esteve, pode-se conjecturar, o juízo de que as perdas observadas a partir da década de 1420 até a expulsão final dos ingleses em 1453 não eram resultantes tão somente dos "variados acasos da instável Fortuna".[544] Para o letrado, a má condução do conflito por parte dos franceses era marcada por uma forma de ação sistemática e refletida, através da qual os contendores inimigos negligenciavam paulatinamente os princípios da probidade e da reverência honorífica, dos "grandes favores e confiança" depositados sobre eles pelos ingleses.[545]

Nesse sentido, William Worcester calculou que as tréguas, de longa data, não refreavam o conflito nem direcionavam as armas pela honra. Pelo contrário, seu emprego contumaz teria se constituído de um estratagema racional e, portanto, refletido e funcional, que paulatinamente sabotava qualquer possibilidade de uma paz duradoura.

4.3. A interrupção deliberada das hostilidades durante as décadas de ocupação inglesa

Durante os confrontos travados contra membros da aristocracia inglesa e adversários na Bretanha, Escócia e Gales,[546] na primeira década do Quatrocentos, Thomas

---

[541] GAIRDNER, J (Ed.). **The historical collections of a citizen of London in the fifteenth century**. London: Camden Society, 1876. p. 132-133.
[542] WORCESTER, W. op. cit., p. 76.
[543] Ibid., p. 25-26.
[544] Ibid., p.1-3.
[545] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 25-26.
[546] SUMPTION, J. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. v. 4, p. 1-277.

Hoccleve (c. 1367-1426), responsável pelo "Gabinete do Selo Régio" (*Office of Privy Seal*)[547], compôs o seu *Regimento dos príncipes* (*Regement of princes*)[548], um conjunto de versos que mesclam a promoção do monarca com uma série de recomendações para a sua instrução.[549] Ali, em meio a prescrições que almejavam, dentre outros objetivos, nortear os saberes cavaleirescos, o letrado não apontou apenas condutas a serem seguidas em tempos de guerra, mas conferiu especial atenção à importância da concórdia para o bom desempenho da governança e destacou três coisas "capazes de levarem os homens à paz: a obediência a Deus, a nossa própria humildade e o correto governo de nossos vizinhos".[550] Advertia ainda sobre o risco das guerras sem condução apropriada e das intenções desvirtuadas de seus idealizadores, alegando que, "quando homens com propósitos maliciosos chegam a um entendimento, tal paz é inaceitável para Deus", pois "uma paz forjada, como a que foi aquela selada pelo beijo de Judas em Cristo, é uma inimiga da paz verdadeira [...] e, atualmente, esse tipo de paz tem sido observada!"[551]

William Worcester não chega a ser tão explícito, porém, sugere que o excesso de tréguas e tratados entre os reis da Inglaterra e da França resultava em práticas danosas e maliciosas, em especial pelos inimigos dos súditos dos Lancaster. Asseverou que, "em todas as situações em que os franceses encontravam alguma oportunidade para seu próprio benefício ou alguma alegação para quebrar a trégua, eles o faziam para lançar uma nova guerra contra esta terra".[552] Foi assim, por exemplo, em relação ao tratado de Brétigny, em 1362, cujos termos se mostrariam impraticáveis a longo prazo e cujas

---

[547] Responsável por encabeçar o "Gabinete do selo régio" (*Office of Privy Seal)*, tal função exigia de Thomas Hoccleve que as decisões tomadas pelo rei e seus representantes fossem transcritas em cartas e autenticadas com o selo pessoal do monarca para que, posteriormente, fossem transmitidas para gabinetes em outras regiões de domínio inglês. Além disso, ainda deveria incumbir-se de compor e enviar missivas diplomáticas para governantes de outros reinos. FRITZE, R.H.; ROBISON, W.B. (Eds.). **Historical dictionary of late medieval England.** Westport, CT: Greenwood Press, 2002. p. 444-445.

[548] Doravante mencionado como *Regimento dos príncipes*. Sua nomenclatura não é uma coincidência, pois suas prescrições têm como bases aquelas do *De Regimine Principum* de Egídio Romano, tendo sua provável data de composição foi entre os anos de 1410 – 1411. PERKINS, N. **Hoccleve's Regiment of princes: counsel and constraint.** Cambridge: D.S. Brewer, 2001. p. 3-4.

[549] BRIGGS, C.F. **Giles of Rome's De regimine principum:** reading and writing politics at court and university, c. 1275 – 1525. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 62-63.

[550] HOCCLEVE, T. **The regiment of princes.** Edited by Charles R. Blyth. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1999. Disponível em: < http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/blyth-hoccleve-the-regiment-of-princes>. Acesso em 07 mar. 2018. Linhas 5034-5036.

[551] Ibid., Acesso em 07 mar. 2018. Linhas 5072-5079.

[552] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 34.

brechas foram exploradas pelos juristas de Carlos V para ampararem demandas que levaram ao reinício do conflito anos mais tarde.[553]

O letrado, entretanto, destacou tão somente o seu resultado infrutífero: aquela que deveria ter sido uma "paz duradoura" fracassou em "escassos oito anos".[554] Atribui o resultado desfavorável aos ingleses a uma trégua que teria sido "quebrada de maneira fraudulenta com pretextos dissimulados e falsas disputas apresentadas pelos contendores franceses".[555] Tais incômodos punham em suspeição a validade dos acordos realizados com o inimigo. Uma suposta testemunha dos conflitos no século XIV[556], o poeta-soldado Laurence Minot, por exemplo, asseverou que "uma guerra ímproba foi travada graças à traição francesa";[557] ponto de vista partilhado pelo cronista anônimo contemporâneo de Henrique V, que afirmou haver uma "propensão dos franceses em agirem com falsidade e de modo traiçoeiro contra nosso território".[558]

As indagações a respeito da improbidade francesa e, por conseguinte, seus usos das tréguas para fins escusos prosseguiram em escritos como a crônica de Adam Usk, que avaliou a "duplicidade" das ações adversárias como um ardil a demarcar suas condutas em ambas as situações.[559] Outros foram mais mordazes em suas acusações, e relacionaram os desvios ligados à suspensão das atividades guerreiras como uma parte indelével da conduta inimiga. Foi o caso do anônimo responsável pela *Gesta Henrici Quinti,* ao afirmar que "os franceses são traiçoeiros e empregam a paz apenas para conquistarem por meio das palavras aquilo que não conseguem por meio da força bruta".[560] Para ele, as intenções francesas atingiam o ápice da improbidade por não se restringirem apenas a denegrir os ingleses, mas também a desrespeitarem outros atores de sobrelevada importância, a exemplo do "supremo príncipe" Sigismundo, Sacro Imperador germânico.[561] Em linhas complementares, o teólogo e bispo John Capgrave

---

[553] Uma cópia completa das cláusulas do tratado pode ser encontrada na *Crônica do Anônimo de Canterbury*. KEEN, M. Henry V's diplomacy. In: _____. **Nobles, knights and men at arms in the middle ages.** London: Hambledon Press, 1996. p. 223-228.
[554] WORCESTER, W. op. cit., p. 37.
[555] Ibid.
[556] Muito embora trate de eventos relacionados ao século XIV, os manuscritos onde estão registrados os seus escritos são datados do início da centúria posterior. TAYLOR, J. English historical literature in the fourteenth century. Oxford: Clarendon Press, 1987. p. 242 – 243.
[557] ROBBINS, R.H. (Ed.). **Historical poems of the XIVth and XVth centuries.** New York: Columbia University Press, 1959. p. 38.
[558] KINGSFORD, C.L. (Ed.). **Chronicles of London.** Oxford: Claredon Press, 1905. p. 125.
[559] **THE CHRONICLE OF ADAM USK 1377 – 1421.** Edited and translated by C. Given-Wilson. Oxford: Claredon Press, 1997. p. 265.
[560] **GESTA HENRICI QUINTI.** The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 137.
[561] Ibid.

(1393-1464) relatou que "alguns acreditavam" que o imperador deveria encabeçar os esforços por uma paz entre um lado e outro no início dos conflitos na década de 1410, embora "o monarca francês e o seu conselho tivessem sempre se apresentado de modo dúbio". Isso porque, segundo avaliou, enquanto "havia um tratado em vigor", os franceses "reuniram uma grande esquadra, com carracas e galeões, a fim de retomarem Harfleur".[562] O mesmo letrado, em um outro registro, complementa que "tais atos iam de encontro às suas promessas por escrito", pois demonstravam "claramente como seu modo de lidar com as tratativas eram fraudulentas e ardilosas", as quais, por meio de "bufonarias, poderiam nos fazer baixar a guarda antecipadamente, e assim destruir-nos".[563]

Tais acusações, ao que tudo indica, podem ter, até certo ponto, ecoado as posições dos ingleses a respeito do assunto. Se ao longo das décadas de conflito negociavam conjuntamente "com toda a sinceridade em seus propósitos", os adversários, por sua vez, "agiam com dissimulação, pois abertamente levaram a cabo o que tinham em mente sob as cores de uma pretensa negociação de paz: o que desejavam não era de fato negociar, mas meramente discutir a paz, prolongando-a a fim de retardá-la".[564] Nesse sentido, aqueles letrados construíram a imagem do inimigo com cores desfavoráveis, um artifício empregado de longa data para a legitimação de ações contra os mesmos.[565] Em certa medida, isso demandava constante rememoração para assegurar a justiça das ações inglesas e, subsequentemente, lançar interrogações acerca da licitude daquelas praticadas pelos inimigos.

As mesmas acusações lançadas pelos ingleses contra os inimigos também o foram da parte destes contra os súditos Lancaster. Como exemplo, é possível mencionar o juízo emitido por homens como o nobre borgonhês Hughes de Lannoy (? - 1456), afamado por sua carreira militar[566] e empenho no mundo das letras na primeira metade do

---

[562] CAPGRAVE, J. **The chronicle of England.** Edited by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1858. p. 314.
[563] Id. **The books of the illustrious Henries.** Translated from the Latin by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts, 1858. p. 137.
[564] **GESTA HENRICI QUINTI.** op. cit., p. 135.
[565] ALLMAND, C. The reporting of war in the Middle Ages. In: DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 1-16.
[566] A ordem do Tosão de Ouro foi fundada por Filipe da Borgonha em DATA. Por mais informações baseadas no BOULTON, D.J.D. **The knights of the crown:** the monarchical orders of knighthood in later medieval Europe 1325-1520. Woodbridge: Boydell, 1987. p. 356-396.; SUMPTION, J. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. v. 4, p. 446; 758.

Quatrocentos[567]. Responsável pela condução da embaixada do duque Filipe da Borgonha enviada à Inglaterra em 1433,[568] ele menciona que os ingleses estariam cientes de que a trégua anterior negociada em Troyes já era letra morta e, em face do poderio dos seus adversários, sugeriu que se empenhassem "para fazer a paz com o delfim por meio de quaisquer que fossem os termos que pudessem obter".[569] Ao expor essa proposta na presença do monarca, o cavaleiro considerou que os ingleses deveriam se agarrar a termos que potencialmente não viriam a se sustentar ao longo do tempo, a fim de evitar novas hostilidades. Nesse sentido, é possível indagar que as acusações de "duplicidade" dos franceses, em agir em meio às "sombras de dissimuladas alegações de uma paz ",[570] visando retardarem o reinício de um conflito para o qual não estariam preparados para combater, seriam, em uma mesma medida, uma forma de ação concebível também para os ingleses.

Contudo, mesmo que vislumbrassem tal possibilidade de conduta, ainda assim eles procuravam se desvencilhar desse tipo de ardil, deslocando-o ao campo das práticas empregadas exclusivamente pelos adversários. Ao responder à sugestão do emissário borgonhês, Henrique VI, por meio de seu conselho, externou que "a trégua de quatro meses" oferecida pelo delfim não passava de um estratagema para que pudesse "provisionar as localidades e cidades obedientes a ele [...], bem como retardar os cercos, exércitos e empreitadas" do monarca e do duque, "as quais têm sido dispendiosas"[571], agravando assim, portanto, a evasão de recursos do erário régio.

Mesmo com um tabuleiro de poder reconfigurado no início da década de 1450, contornos similares consubstanciaram o jogo de acusações entre os representantes da

---

[567] Também conhecido por Ghillebert de Lannoy, os *Ensinamentos paternais* construiram uma argumentação que partilhou de certos princípios com aquela oferecida pelo *Livro da Nobreza*. Ao escrever em meados de 1440, ele ofereceu exemplos a respeito da disciplina da cavalaria, retomou-os dos letrados clássicos e defendeu que a honra era inalcançável sem as virtudes, na mesma medida que os saberes cavaleirescos não eram sem a disciplina. TAYLOR, C. D. **Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 42. Uma discussão a respeito da produção letrada voltada a temas interligados aos saberes da guerra na Borgonha quatrocentista, onde o trabalho de Ghillebert de Lannoy está incluído, encontra-se em: VALE, M.G.A. **War and chivalry:** warfare and aristocratic culture in England, France and Burgundy at the end of the middle ages. London: Duckworth, 1981. p. 17 – 32.

[568] O conteúdo integral de seu relato está disponível em: STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861 – 1864. v. 2, pt. 1, p. 218 - 248.

[569] Ibid., p. 239.

[570] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 1-3.

[571] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861 – 1864. v. 2, pt. 1, p. 255 – 256.

autoridade militar inglesa naquele momento, o duque de Somerset, e os seus pares da embaixada de Carlos VII em 1449.[572] Em boa medida empregando um vocabulário e argumentação que acusavam os ingleses de traição e improbidade, dessa vez os membros da embaixada francesa acusaram formalmente o duque de Somerset de ações similares àquelas reprovadas por Henrique VI em 1433. Segundo eles, o aristocrata continuamente se empenhava em "reparar e fortificar" certas localidades nas regiões fronteiriças com os domínios do monarca francês, quando o fim das hostilidades acordadas em Tours cinco anos antes ainda estava em vigência.[573]

Ainda que tenham negado quaisquer responsabilidades sobre tais práticas, o duque de Somerset, frente àquelas acusações, expressou que estaria disposto a "realizar quaisquer reparações e restaurar tudo a seu estado original".[574] A partir disso, exigiu que o mesmo fosse "prometido e feito" pelo monarca francês, isto é, que oferecesse "provas incontestes" de seu desígnio em "manter a paz e preservar a trégua". No entanto, alega, tal "oferta [foi] então rejeitada" por Carlos VII.[575]

Abaixo do monarca, o duque de Somerset foi a autoridade máxima a conduzir o governo da guerra do outro lado do mar, no prenúncio da expulsão inglesa do reino da França e, por isso, o fato de ajuizar dúvidas acerca dos desígnios dos adversários não era algo a ser ignorado. Pouco tempo antes, ele enviou dois de seus emissários ao Parlamento para que dirigissem aos pares do reino suas ponderações nesse sentido e, dessa forma, o abade de Gloucester, junto ao chanceler inglês na Normandia, relatou a seguinte situação ocorrida na região fronteiriça entre a Normandia e Maine:

> Além de contarem com uma grande e bem equipada hoste, o inimigo diariamente fortifica, repara e reforça todas as guarnições nas regiões fronteiriças àquelas sob a obediência do rei, movendo-se e adentrando-

[572] Segundo alega Carlos VII, o diálogo estabelecido entre ele e o duque de Somerset foi realizado por meio de cartas enviadas e entregues "pelos mestres Guillaume Cousinot e Pierre de Fontevil, nossos conselheiros e embaixadores", além de "Jehan l'Enfant e Jehan Hannefort, conselheiros de nosso gracioso sobrinho da Inglaterra". STEVENSON, J. (Ed.). **Narratives of the expulsion of the English from Normandy, 1449-1450.** London: Longman, Green and Roberts, 1863. p. 383.

[573] STEVENSON, J. (Ed.). **Narratives of the expulsion of the English from Normandy, 1449-1450.** London: Longman, Green and Roberts, 1863. p. 402, 434.

[574] A partir de indícios coevos produzidos pelas partes interessadas no debate a respeito da ilicitude da tomada de Fougières pelos ingleses, Maurice Keen argumenta que aquela teria sido uma ação premeditada do duque de Somerset, pois houve um deslocamento de vários senhores com ampla experiência marcial para a região fronteiriça com a Bretanha depois da entrega do condado de Maine entre 1446-1448. Ali, começaram a fortificar as fortalezas mesmo contra as regulações nesse sentido estabelecidas pelo tratado de Tours de 1444, indicando uma possível ação orquestrada para o reinício das animosidades. KEEN, M. English diplomacy and the sack of Fougères in 1449. **The Journal of the historical association,** Oxford, v. 59, n. 197, p. 375-391, out. 1974.; p. 377-379.

[575] STEVENSON, J. (Ed.). op. cit., p. 424

> as, armados em grandes números, contrários aos termos das tréguas, e cometendo incontáveis assassinatos, aprisionando súditos do rei, como se estivessem em pleno exercício da guerra. Além disso, lamentavelmente, cometem muitos danos, como roubos incontáveis, opressões e saques. Muito embora tenham sido convocados pelo duque de Somerset para repará-los, nunca se dispuseram a fazê-lo. Dessa maneira, pode-se supor, frente a seus feitos perversos e inclinação contrária, que sua *intenção não é a de proceder, efetivamente, para nenhuma conclusão profícua da paz*.[576]

Esse tipo de relato, contudo, já havia sido precedido pelo alerta emitido em 1448 a partir da capital normanda pelo cavaleiro Thomas Roo. Segundo ele, fosse de fato a intenção dos franceses "evitar a ruptura da paz tão desejada por todos os cristãos probos, bem como os lamentáveis perigos que se seguiriam e os incalculáveis danos ao bem público", eles "não teriam iniciado uma guerra sem terem previamente expressado a questão ao rei [Henrique VI]".[577] Ao partilhar perspectiva semelhante, o duque de Somerset fez saber aos emissários de Carlos VII que se preocupar com "a honra do rei [Henrique VI]" deveria ser fator imprescindível a nortear as discussões sobre o conflito, exigindo assim que fossem cumpridas todas as etapas requeridas para a busca de um entendimento. Por si só, ela "deveria ter sido uma razão suficiente [para que a intenção de Carlos VII de guerrear fosse] expressa junto a ele", evitando-se o reinício de um conflito levado a cabo "subitamente".[578] Em outras palavras, ao agirem dessa maneira, os inimigos minavam a honra de ambas as partes ao mesmo tempo, diminuindo drasticamente a possibilidade de se refrear um conflito entre homens da mesma fé; fator esse duramente rejeitado, como vimos.

Tal perspectiva, que generalizava as más intenções nas ações dos franceses em empregarem os períodos de paz para reorganizarem de modo vantajoso suas forças, foi chancelada por William Worcester, constituindo assim um dos desvios fundamentais da cavalaria, na sua argumentação. Mesmo que não seja possível mensurar a penetração daquele entendimento na sociedade inglesa quatrocentista, fato é que, em alguma medida, aquele se constituiu como o lugar a partir do qual foi possível tentar compreender por quais razões suas armas, outrora eficientes, tornaram-se inábeis, de modo a deixar atônitos

---

[576] Grifo meu. **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry & Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 12. p. 17. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

[577] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. p. 203-204.

[578] STEVENSON, J. (Ed.). **Narratives of the expulsion of the English from Normandy, 1449-1450.** London: Longman, Green and Roberts, 1863. p. 428.

até mesmo aqueles experimentados em seus labores.[579] Ao triunfarem no emprego daquele logro, os franceses colocaram em xeque a capacidade dos governantes seculares ingleses em prover e sancionar mecanismos para garantirem o cumprimento de acordos, algo que trouxe ao reino e aos súditos, notadamente aos homens de armas, prejuízos que não se restringiam apenas àqueles de natureza material.[580]

Uma petição feita ao monarca Henrique VI em 1452[581] por súditos que viviam nos territórios continentais, e posteriormente copiada por William Worcester, aponta para o horizonte em que uma série de desfechos indesejáveis se abateram sobre os ingleses, frente ao disparate causado pela conduta francesa direcionada à quebra de acordos. Produzida paralelamente ao *Livro da Nobreza*, ali foi apontado que um resultado evidente das "pesarosas consternações pela perda tanto do condado de Maine como do ducado da Normandia, a despeito das tréguas e interrupção de hostilidades", foi, a princípio, o "estado de mendicância" pelo qual "eclesiásticos, nobres, soldados e outros" foram obrigados a viver.

As aflições resultantes do desvio de conduta por parte dos franceses favoreceram a constituição de um cenário muito mais calamitoso para o governo da guerra inglês do que aquele pintado pelos habitantes de Maine e da Normandia. Por um lado, não teriam sido poucos aqueles guerreiros que, frente à oportunidade de irem de encontro aos adversários, decidiram não fazê-lo,[582] "permanecendo no reino da França como rebeldes",

---

[579] NALL, C. Moving to war: rhetoric and emotion in William Worcester's Boke of Noblesse. DOWNES, ST.; LYNCH, A.; O'Loughlin, K. (Eds.). **Emotions and war: medieval to romantic literature.** Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015. p. 119.

[580] Em boa medida, indícios acerca de uma tentativa de responder aquele questionamento estariam localizados no terreno do "esvaziamento" do capital honorífico inglês. No Quatrocentos, as ordens cavaleirescas eram um lugar por excelência da atribuição e reconhecimento social da honra entre a elite guerreira da Cristandade. No entanto, fato é que, independentemente do prestígio exercido sobre os homens de armas, os governantes seculares, não apenas o rei, eram a fonte mais importante para o provimento de honra, demonstrado através de títulos, postos na hierarquia governativa e presentes, os quais acresciam a reputação, prestígio e *status* de seus recebedores, demonstrando socialmente o seu reconhecimento como um membro valoroso daquele grupo. TAYLOR, C. D. **Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 60.

[581] Aquela petição foi traduzida a partir do cotejamento entre a edição moderna de Christopher Allmand e aquela outra oferecida por Joseph Stevenson. ALLMAND, C. (Ed). **Society at war:** the experience of England and France during the Hundred Years War. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1973. p. 175-176.; STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. p. 598-603. v. 2, pt.2, p. 633.

[582] Ao longo do período de ocupação, muitos daqueles responsáveis por encabeçarem as defesas inglesas estabeleceram laços com os habitantes locais e, quando confrontados com a possibilidade de cercos, saques e batalhas na passagem da década de 1440 para a posterior, optaram por realinharem o foco de suas alianças ao monarca Valois. BARKER, J. The foe within: treason in Lancastrian Normandy. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 305-320.

a exemplo de John Edward, "um galês que rendeu traiçoeiramente" a fortaleza de La Roche Guyon e ainda "jurou fidelidade ao inimigo".[583] Por outro, houve aqueles que se deixaram abater quando diante da impossibilidade de prosseguirem com as contendas em função do logro do inimigo. Nesse sentido, William Worcester bem asseverou: "muitos soldados foram reduzidos à extrema penúria" e outros, ainda, "em razão de profunda tristeza, adoeceram e vieram a fenecer", como o escudeiro Oliver de Kathersby, que, após retornar de seu cativeiro na França, "faleceu em razão do pesar em seu coração [...] e em estado de grande pobreza".[584]

A partir de exemplos como esses, sustentados por uma argumentação levada a cabo a partir do "historiar"[585] dos eventos, o letrado afirma que, em mais de uma ocasião, os monarcas e súditos ingleses foram e ainda vinham sendo assediados por meio de ardis, isto é, por "dissimuladas alegações de tréguas"[586], projetados para impedirem o pleno exercício das "virtudes refinadas dos bons governos e da boa condução das ações marciais".[587] Ainda que, por um lado, ele não tenha pretendido adentrar nas minúcias a respeito de tal acusação que repetidas vezes marcou as composições cronísticas, por outro, um ponto partilhado com as mesmas foi o de sistematizar uma série de momentos do passado do reino, a fim de demonstrar que a conduta viciosa dos inimigos se tratava de um elemento permanente. Em outras palavras, o seu processo de seleção sobre o que relatar ou omitir sobrepôs momentos mais longínquos com outros ainda vívidos na memória dos homens de armas que os vivenciaram nas expedições à França durante a primeira metade do século XV, com a pretensão de demarcar as intenções ímprobas daqueles adversários em seu processo de tomada dos territórios ingleses no continente.

---

[583] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 621.

[584] Ibid., p. 633.

[585] Embora seus muitos ofícios sob o amparo de John Fastolf não lhe tenham permitido atuar como um homem de saberes em tempo integral, suas viagens pelo reino e pela França permitiram-lhe coletar dados para a escrita do *Livro da Nobreza* nas bibliotecas de Londres e Cambridge, onde fez cópias de passagens de eventos do passado mais distante e de eventos mais próximos, a fim de ampararem seus argumentos. No entanto, mesmo quando buscava informações em escritos de sábios da Antiguidade, seu interesse pela história contemporânea era fundamentalmente centrado nas relações anglo-francesas. Dentre as anotações compiladas por ele e posteriormente editadas por Joseph Stevenson, está uma composição analística que cobre os períodos de 1324 até meados da década de 1480. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 331.; STEVENSON, J. (Ed.). op. cit., p. 743-793.

[586] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 34.

[587] Ibid., p. 26 – 27.

Provas incontestes dessa maquinação dos inimigos, segundo William Worcester, eram as mais de uma dezena de tréguas e de tratados de paz rompidos entre 1203 e 1451 com os ingleses[588], a exemplo daquele assinado em Paris no ano de 1259. Considerada uma das pedras de toque das relações anglo-francesas durante a segunda metade do século XIII[589], aquele acordo não apenas legitimou a submissão senhorial do monarca inglês ao francês, como veio figurar no centro das discussões sobre a retomada dos conflitos em momentos díspares, como 1298 e 1337. Mesmo contrariando o fato de os monarcas ingleses terem prestado juramento aos reis da França pelo domínio de regiões naquele reino entre 1259 a 1329[590], "tal cessão de territórios", observa, "foi e é inválida", uma vez que o monarca abriu mão "de todos os seus direitos sobre a Normandia e as regiões de Anjou, Maine e Touraine", algo que nem por meio da "lei imperial e nem por bom senso"[591] deveria ter sido efetivado.[592] Dessa maneira, ele pontuou que, já naquele momento, os adversários pretendiam diminuir a legitimidade do pleito inglês[593], algo que não distou das formas como concebiam a questão ao longo de toda a segunda metade dos séculos XIII e XIV. Em razão disso, nas tratativas levadas a cabo naqueles períodos, um

[588] Os acordos pontuados são aqueles realizados em 1203, 1279, 1285, 1303, 1313, 1324, 1325, 1340, 1363 e 1420. Isso não significa que tenham sido os mais relevantes, pois se deve considerar as fontes as quais William Worcester consultou e suas escolhas em mencioná-los especificamente. Worcester, p. 33-39.

[589] Muitas dificuldades se imporiam a cada renovação do juramento de homenagem, como a indefinição se o rei da Inglaterra estaria obrigado a prestar auxílio militar ao monarca da França, ou mesmo se a Gasconha, anteriormente governada como um alódio, agora deveria ser mantida sob o senhorio inglês a partir de juramento ao monarca da França. Uma síntese acerca das implicações daquele tratado para ambos os reinos e de seu emprego posterior para embasar o início da Guerra dos Cem Anos em 1337 é realizada por: CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 36-57. PRESTWICH, M. **Plantagenet England:** 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005. p. 296-297.

[590] O último monarca a fazê-lo foi Eduardo III em 1329, juramento o qual foi revogado em 1337 quando lançou guerra aberta à França por seu pleito àquela Coroa. SUMPTION, J. **The hundred years war:** trial by battle. London: Faber and Faber, 1990. p. 110.

[591] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 34.

[592] Muito embora a assinatura do tratado de Paris tenha garantido um período de três décadas de cessão das hostilidades para com os franceses, a perspectiva que William Worcester parece ter adotado foi a de que, ao implementarem cláusulas que diminuíram os diretos governativos do monarca inglês na França, os adversários se utilizaram de prerrogativas ilícitas para causarem danos aos ingleses, como ao desconsiderarem que a herança sobre a Gasconha advinda do casamento de Henrique II com a duquesa Eleonora. Ibid., p. 35.

[593] Ibid.

aspecto em comum se sobressaía: a de que as tréguas eram insustentáveis, ou mesmo indesejáveis para a manutenção da paz por um período muito prolongado de tempo.[594]

Após dois séculos, William Worcester continuou a falar em uma utilização do período de tréguas pelos franceses em seu benefício próprio. Ainda que não tenha sido capaz de observá-lo *in loco* durante as assinaturas das tréguas de 1420 em Troyes, 1423 em Amiéns ou em 1435, no Congresso de Arras – em função de sua "tenra idade" ou porque era um estudante em Oxford –, é crível conceber que tenha podido discernir com maior propriedade durante uma outra efetuada anos mais tarde, entre 1444 e 1445, quando experimentou o clima de expectativas e de descontentamentos[595] causados pelas negociações. Conquanto não existam evidências de que tenha testemunhado qualquer uma de suas etapas, ele dispunha de posição privilegiada por servir John Fastolf[596] e por habitar Londres naquele período;[597] o que torna viável conjecturar que ao menos tenha tido contato com informações a respeito da embaixada enviada em 1445 até aquela cidade, e cuja relevância pôde ser mensurada pela presença não apenas dos emissários de Carlos VII, mas também de outros notáveis senhores da Cristandade.[598]

---

[594] Junto ao supramencionado tratado de Bretigny, outro exemplo mencionado pelo *Livro da Nobreza* nas relações anglo-francesas no Trezentos foi o suposto refreamento proposital das ações inglesas por seus adversários após a vitória em Sluys em 1340. Embora sábios coetâneos levantassem como causas para aquele desdobramento desfavorável à incapacidade de Eduardo III em levantar estipêndios para dar fôlego a sua expedição, graças a atritos com membros do Parlamento e a incompetência de seu tesoureiro[594], na perspectiva do letrado quatrocentista, o elemento central causador daquela vicissitude foi a "trégua [realizada] a partir do mês de setembro até as festividades de São João no ano seguinte" a qual, concluiu sinteticamente, foi "algo que trouxe grande malefício à conquista do rei Eduardo. Ibid., p. 36.

[595] ALLMAND, C. **The hundred years war:** England and France at war c. 1300 – c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 35-36.

[596] Conforme apontado anteriormente, William Worcester nasceu em 1415 e ingressou em Oxford em 1432, tendo sido integrado ao séquito de John Fastolf tão somente a partir de 1438. No início da década de 1440, ele viajou à Normandia a fim de reunir evidências a respeito de um processo envolvendo a morte do sobrinho de John Fastolf no cerco de Saint Denis em 1435, bem como realizou uma série de viagens ao longo de sua vida, com destaque para o périplo pela região sul da Inglaterra em 1478, alguns daqueles apontamentos que vieram a ser registrados em seu *Itinerário*. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. v.2, p. 332.; MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 199 – 203.

[597] Ele teria vivido em Londres até meados de 1454, quando se mudou para o castelo de Caister. Gransden, op. cit., p. 328. Além disso, ele realizou viagens até aquela cidade sob a finalidade levar à cabo demandas de John Fastolf. Cf. FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Claredon Press, 1911. p. 18-19.; RICHMOND, C. William Worcester: 1459-1460. In: _____. **The Paston Family in the fifteenth century:** Fastolf's will. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 54-106.

[598] Dentre os emissários presentes, estavam aqueles de Henrique IV da Espanha, de Rene, rei da Sicília, Nápoles e conde de Anjou, João II, conde de Alençon e do duque da Borgonha. Ainda esteve Jacques Juvenal de Ursins, à época arcebispo de Reims e que viria a escrever tempos depois o tratado sobre saberes cavaleirescos "Le Jovençal". STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.1, p. 87-97.

Ao apresentarem as demandas do monarca Valois, os representantes franceses declararam, na presença de Henrique VI, que Carlos VII desejava "proceder muito mais em busca de uma paz do que da guerra, e o que o movia e o que deveria movê-lo era a reverência a Deus, [...] a proximidade entre ambas as casas [...] e a amizade de que partilhavam". Isso porque os princípios norteadores almejados por aquelas conversas eram para evitar "o derramamento de sangue e outras injúrias".[599] Declarar suas intenções a partir da evocação dos laços consanguíneos (e não do sangue cristão) e da aspiração em evitar o conflito indicava um desejo de sancionamento jurídico e moral daquele monarca, pois a princípio apresentavam uma perspectiva de que suas demandas iriam ao encontro de meios de conciliação com seu "sobrinho da Inglaterra", norteadas pelas expectativas lançadas pelos ditames do governo da guerra.[600] Talvez por isso mesmo teriam soado favoráveis para o estabelecimento de um clima propenso ao encerramento em termos aceitáveis para os envolvidos. Mesmo homens de armas experientes, em princípio, parecem ter considerado a questão sob tais termos, a ponto de o enviado francês prosseguir seu relato com a afirmação de que as partes "chegaram a relações tão amistosas que o senhor de Suffolk amaldiçoou qualquer um que viesse a aconselhar que ambos [os reis] deveriam guerrear novamente".[601]

Essa reação do duque não teria sido isolada, mas um produto do entusiasmo que dividia membros do parlamento e do conselho régio iniciado pela interrupção de hostilidades na trégua acordada em 1439, e que perdurou por toda a década de 1440. Enquanto alguns defendiam a continuidade dos esforços marciais contra os franceses, outros apregoavam a possibilidade de se negociar o fim junto aos contendores adversários.[602] Na abertura do parlamento de 1445, o representante dos comuns expressou a recomendação coletiva de que, por meio do empenho pessoal e da "coragem

---

[599] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.1, p. 120-121.

[600] WHETHAM, D. **Just wars and moral victories**: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages. Leiden; Boston: Brill, 2009. p. 67.

[601] STEVENSON, J. (Ed.). op. cit., v.1, p. 122.

[602] Apesar de nomes importantes do conselho régio defenderem a implementação de maiores esforços para a defesa do reino, do rei e dos súditos na França por meio das armas, o duque de Suffolk foi capaz de costurar um entendimento que agradou naquele momento, tanto as duas câmaras do parlamento como aos inimigos franceses. Ele propôs o casamento entre Henrique VI e Margareth de Anjou, pois a aliança com os Angevinos colocava a casa Lancaster em estreita proximidade com príncipes que desfrutavam de grande influência junto a corte de Carlos VII, bem como suas terras, localizadas ao sul da fronteira com a Normandia, seriam de importância estratégica no caso da retomada do conflito. ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415-1450:** the history of a medieval occupation. Oxford: Claredon Press, 1983. p. 244-245.; WATTS, J. Henry VI and the politics of kingship. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 222-223.

cavaleiresca" de Suffolk, a trégua tinha persistido e provido "grande e excepcional conforto a todos os súditos do rei", bem como proveito para o reino e os tempos vindouros.[603] Ainda alguns meses antes daquela fala, o próprio Henrique VI dirigiu uma missiva a Carlos VII, onde apontou a necessidade de um "esforço vigoroso" a ser realizado por ambas as partes a fim de se chegar a uma "uma paz perpétua e alentadora entre nós e os dois reinos", em nome da "tranquilidade e alívio dos mais pobres, que de longa data têm sido afligidos e enfraquecidos em função do prolongamento dessa guerra pestilenta".[604]

Por meio de indícios dessa natureza, é possível inferir que as palavras lançadas aos inimigos não se restringiam a meros artifícios retóricos, mas sim tinham evidenciado diferentes graus de expectativas sobre a possibilidade de se chegar a um entendimento viável para com aqueles adversários. No entanto, tal perspectiva era apenas um dos lados daquela moeda. Naquele momento, ainda vigoravam os impasses que mantinham sob ataque esse aparente pano de fundo de concórdia, enevoando a segunda perspectiva em jogo.

Cabe relembrar que Carlos VII havia sido excluído do direito à Coroa francesa pelo tratado de Troyes em 1420, e suas guerras de conquista nada mais eram do que a contraposição, pelas armas, ao pleito de Henrique VI àquele mesmo título. Nas tratativas de 1439, os emissários ingleses chegaram a se referir a Carlos VII como "nosso adversário", quebrando o protocolo que cercava a boa execução de uma embaixada e exigindo, em tom belicoso, o cumprimento de suas demandas, bem como demonstrando maiores pretensões em impor, e não negociar, os termos que julgavam justos naquela ocasião.[605] Em 1445, porém, a situação inverteu-se: ao mesmo tempo em que expressavam a vontade de Carlos VII em colocar um ponto final no conflito e, para tanto, o mesmo "consentiu e confirmou uma trégua na esperança de alcançar a paz", os representantes franceses não deixaram de observar, na presença de Henrique VI, que em caso de fracasso da embaixada, ele já tinha "seu exército a postos, integrado por todos os

---

[603] **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 11, p. 19. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

[604] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.1, p. 358.

[605] É preciso mencionar que no período em que era negociada a trégua de Arras em 1435, os ingleses apresentavam-se confiantes em seu poderio graças ao sucesso de conquistas prévias, sobretudo aquelas em Agincourt e Verneuil. ALLMAND, C. The Anglo-French negociations, 1439. **Historical Research,** Londres, v. 40, n. 101, p. 9, mai. 1967.; DICKINSON, J.G. **The congress of Arras 1435.** A study in medieval diplomacy. New York: Biblo and Tannen, 1972. p. 24.

senhores que partilhavam de laços consanguíneos, os quais prometeram servir-lhe para quaisquer que fossem os seus propósitos".[606]

Mesmo considerando as fortunas do período próximo a 1429, a posição francesa nunca se mostrou tão firme até meados de 1444, em que houve uma alteração drástica na disposição das forças contendoras. Por isso mesmo, o endurecimento da mensagem francesa colocou em primeiro plano uma perspectiva díspar em relação àquela dos ingleses. Enfim, é possível acreditar que pretenderam firmar uma trégua, de acordo com suas condições, para posteriormente alcançarem uma paz final que reconhecia os direitos de Carlos VII aos territórios em seu reino e a submissão de Henrique VI, caso ainda viesse a governá-los como duque.[607]

Tal cenário, no entanto, veio a se configurar com maior nitidez apenas alguns anos mais tarde, e a partir de um olhar retrospectivo, portanto, buscou-se localizar naquele acordo o ponto nodal de uma cronologia de descalabros que se seguiriam até os insucessos militares do período entre 1449 e 1453. Em certa medida, o movimento dos franceses e de seus aliados da Borgonha foi no sentido de retardar, e não evitar, um novo conflito. Ao realizar seu relato durante a década de 1460,[608] um cronista anônimo observou que, na convenção de Tours em 1444, "foi assegurada uma trégua e abstenção da guerra", porém, prosseguiu a traição, cujas nuances "ali germinadas seriam logo conhecidas pela alienação de Anjou e Maine, assim como pela privação fraudulenta de toda a Normandia".[609] Em tons similares, John Lydgate expressou preocupação nos versos que compôs a respeito do mesmo tratado.[610] Assim como o cronista anônimo, o tom de sua reflexão foi o de que, por detrás de uma "adulação dissimulada" e da "linguagem

---

[606] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.1, p. 119.

[607] ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415-1450:** the history of a medieval occupation. Oxford: Claredon Press, 1983. p. 278-279.

[608] GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. v.2, p. 222-223.

[609] DAVIES, J.S. (Ed.). **An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V, and Henry VI written before the year 1471.** London: Camden Society, 1856. p. 61.

[610] John Lydgate desfrutou de prestígio durante a década de 1440 pelo amparo recebido às suas produções letradas por parte do duque de Gloucester, o qual era abertamente contrário as negociações de paz com Carlos VII e a soltura do duque de Orleans, aprisionado desde a batalha de Agincourt em 1415. Tal postura fez com que ganhasse apoio entre aqueles senhores favoráveis à continuidade do conflito na França, especialmente após os rumores, que viriam a se confirmar, a respeito da cessão de Maine. Embora não se tenha uma data precisa a respeito da composição do poema, conjectura-se que ele partilhe do ponto de vista do duque a respeito do diálogo com os inimigos. SAYGIN, S. **Humphrey, duke of Gloucester (1390-1447) and the Italian humanists.** Leiden, Boston: Brill, 2002. p. 41 - 47.; WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 157.

laudatória" empregada pelos inimigos, residia o tempo todo "uma falsa paz", cujos "logros encobertos" que a sustentavam não foram apercebidos pelos ingleses.[611]

De modo similar, William Worcester[612], nos anais e outras anotações compiladas sobre as ações marciais no continente que compôs anos depois da assinatura daquele tratado[613], sentenciou de forma brusca, em uma das entradas concernentes ao ano 1446, que, "neste ano, a França foi perdida"[614], referindo-se aos eventos que viriam a compor a gênese da derrocada marcial inglesa. Isso porque a movimentação militar efetiva dos franceses veio a ocorrer tão somente entre 1447[615] e 1448[616] e, nos meses que se seguiram à trégua de Tours, a chegada de Margareth de Anjou à cidade de Londres, marco do acordo costurado pelo duque de Suffolk, ainda era entendida como um movimento em curso durante 1445 para uma interrupção segura das hostilidades. Não obstante, também é preciso apontar que a entrega do condado de Maine, a primeira região a ser privada do governo inglês e onde o poderio Lancaster no continente começou a esmorecer[617], começou a ser negociada em 1447 e efetivada no ano seguinte.[618] Dessa forma, mesmo o

---

611 WRIGHT, T. **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 2. p. 261.

612 Conforme discutido anteriormente, William Worcester compôs o texto pouco após 1451 e inseriu várias anotações adicionais nas margens e entrelinhas, as quais ele próprio data de 15 de junho de 1475. WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430-1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 95.

613 Entre 1453 e 1472, William Worcester rascunhou uma série de apontamentos e cópias de excertos de outros escritos que possuem grande proximidade com os temas tratados no *Livro da Nobreza*. É possível que esse escrito analítico tenha sido composto nesse momento, talvez como recurso mnemônico para relembrar dos eventos que amparavam sua argumentação naquele primeiro escrito.

614 Em uma das entradas para o ano de 1446, ele indica que aquele é o "vigésimo terceiro ano" do reinado de Henrique VI. Uma vez que o mesmo se iniciou em 1422, ele está se referindo a 1445. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. p. 764.

615 Em meados de 1447, o conselheiro régio *Sir* Thomas Roo apontava para a "estranha movimentação de tropas" que tomavam o campo contra o rei, enquanto que, simultaneamente, o heraldista inglês havia sido enviado para negociar nova trégua. Essa atitude dúbia por parte dos franceses exigia uma contramedida de urgência por Henrique VI, "a fim de evitar a ruptura da paz tão desejada por todos os Cristãos probos, bem como dos lamentáveis perigos que se seguiriam e dos incalculáveis danos ao bem público". STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.1, p. 203-204.

616 CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 114-115.

617 ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415-1450:** the history of a medieval occupation. Oxford: Claredon Press, 1983. p. 261.

618 Ao final de 1445, Henrique VI prometeu ceder o controle irrestrito de Maine até abril do ano seguinte em troca da prorrogação da trégua até abril de 1447. Muito embora manifestações contrárias de capitães e outros súditos acerca da entrega daquele território tenham sido registradas, algumas inclusive compiladas por William Worcester, fato é que, em 16 de março de 1448, as fortalezas por toda a extensão do território foram alienadas nas mãos dos inimigos, o que trouxe grande reprovação ao monarca e ao duque de Suffolk, então corresponsável pelo governo da França inglesa. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 634-717.

acordo em vigência, o casamento real para afirmá-lo e a renúncia de um território tradicionalmente integrante da herança Angevina[619] não foram suficientes para evitar o assédio dos franceses, o que pode ser um fator explicativo para a postura mais agressiva assumida pelo letrado sobre os desdobramentos da paz de 1444.

Ainda assim, é inegável que a questão assumiu papel central no *Livro da Nobreza*, e, tal como as composições de John Lydgate se equilibraram sobre os interesses do duque de Gloucester na boa governança do reino e na das armas, em certa medida, William Worcester exprimiu descontentamentos vigentes com os insucessos e a subsequente perda de territórios – e proventos – conquistados pela espada e pólvora por homens da baixa nobiliarquia, como John Fastolf.[620] Outro aspecto a ser considerado é que as denúncias do letrado acerca do subterfúgio dos inimigos para a interrupção de hostilidades com fins ilegítimos ocorrem justamente sobre os desfechos da única convenção que lhe foi possível testemunhar em idade madura e em posição até certo ponto privilegiada. Enquanto iniciava o *Livro da Nobreza* em meados de 1451, o reino inglês ainda exauria seus recursos para tentar manter o controle das últimas regiões submetidas ao governo de Henrique VI.[621]

Em vista disso, William Worcester avaliou que as "tréguas dissimuladas"[622] vivenciadas pelos ingleses naquele e em outros momentos da história do reino decorreram de "conspirações" [623] e "logros" concebidos pelos contendores adversários. Por isso mesmo, é possível pensar que tentou estabelecer uma ponte que conecta aquele desvio às margens do passado e do presente, pois evocou um suposto pragmatismo e a recorrência linear dos inimigos àquele tipo de prática, de tempos mais longínquos até as décadas finais de conflito. Seu juízo, portanto, foi o de que "nenhuma dessas tréguas foi observada ou

[619] Da qual descendiam os Lancaster por meio dos Plantanegeta.
[620] O caso de John Fastolf é um exemplo de como o sucesso marcial rendeu-lhe não apenas fama, mas riqueza, conforme já discutido anteriormente. No entanto, é preciso apontar que ao menos de 1436, John Fastolf vinha liquidando suas terras na França, em um movimento observado entre outros homens de armas. Isso pode ter significado que, se eram rentáveis até a primeira metade da década de 1430, foram perdendo seu valor pelas dificuldades de sua defesa. ALLMAND, C. The Lancastrian Land Settlement in Normandy 1417-1450. **The economic history review,** v. 21, n. 3, p. 472-473, dez. 1968.; Vale 1973 fastolf report, Smith 1982.
[621] VALE, M.G.A. **English Gascony, 1399-1453:** a study of war, government and politics during the later stages of the Hundred Years War. London: Oxford University Press, 1970. p. 131-153.
[622] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 41.
[623] O vocábulo "conspiração" manifesta-se em ao menos cinco ocasiões ao longo do tratado.

mantida, mas, pelo contrário, sempre foram quebradas quando podiam obter alguma vantagem contra nós, como abertamente demonstrado".[624]

Era crucial fundamentar e divulgar essa realidade entre "todos os príncipes cristãos", pois em meio a tal pariato residia o capital honorífico para avalizar a licitude de suas ações. Assim como a presença do Sacro Imperador Sigismundo durante as negociações anteriores a 1415 e a de representantes das mais notáveis Coroas em 1444, todos estavam igualmente sujeitos aos "regramentos e à orientação da justa e nobre Cavalaria"[625], fato que os posicionava alternadamente como juízes e também como aqueles que eram julgados por um dos mais fortes conjuntos de códigos unificadores da Cristandade.[626] Nesse sentido, pretensamente se dirigindo ao mesmo tempo aos membros da cavalaria dentro e fora do reino, William Worcester alerta para que "suspeitem de qualquer trégua levada a cabo" pelos adversários franceses, "bem como por seus aliados e súditos ou qualquer outro de seus cúmplices",[627] os quais, de um modo ou de outro, corroboraram com aquela "injúria passada e esse súbito golpe de iniquidade"[628] levado a cabo pela injusta forma com que aqueles sujeitos ao governo de Carlos VII empregavam a interrupção de hostilidades para fins escusos.

Ao arregimentar justificativas para uma retomada de armas pelo monarca em meados de 1475, o filho de William Worcester anunciou que as "petições e demandas" realizadas pelos inimigos nas décadas anteriores, "em seu conteúdo, eram das mais desarrazoadas", constituindo-se, a seu ver, em "erros" para tratar de questões de grande importância".[629] A convicção de William Worcester, nesse sentido, parece não ter esmorecido e manteve-se perene ao longo de sua vida, visto que o mesmo diligenciou

---

[624] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 39.
[625] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861 – 1864. v.2, pt.2, p. 522.
[626] KAEUPER, R. **Medieval chivalry.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 8.
[627] WORCESTER, W. op. cit., p. 39.
[628] Ibid., p. 75.
[629] STEVENSON, J. (Ed.). op cit., p. 522.

seus esforços para compilar uma ampla gama de indícios que viessem a sustentar sua tese durante as quase três décadas em que laborou na composição do tratado.[630]

Vale destacar, por fim o emprego ardiloso das tréguas. Longe de se constituir como um desatino das atividades de armas quatrocentistas, foi um dos pilares do programa de ações pragmáticas idealizados pelos contendores. Ingleses e franceses parecem ter pautado o trato com o inimigo nas máximas de Vegécio: "aqueles que desejam a paz, devem estar preparados para a guerra", afinal, "aqueles que anseavam pela vitória" e por "resultados favoráveis" careciam não apenas de "bem instruir seus cavaleiros a respeito de feitos de armas", pois, para além disso, era crucial "lutar empregando a indústria da experiência e habilidade (*craft of kunnynge*)", em lugar de depositar sua sorte tão somente "no acaso".[631] Tal perícia exigida dos governantes das armas recomendava, em última instância, que se furtassem ao confronto direto com o inimigo como sua alternativa primeira.[632]

Dessa forma, recorrer aos períodos de interrupção de hostilidades como um mecanismo para recuperação da "máquina de guerra", isto é, do recrutamento das hostes, do fluxo de dinheiro para o pagamento de homens, víveres e reparação de localidades afetadas pelo conflito até a sua retomada futura não foi uma novidade para os ingleses no século XV, fosse no campo das reflexões prescritivas como na execução prática do ofício marcial. Os conflitos contra os escoceses, que se estenderam paralelamente e, em muitos momentos, se mesclaram àquele contra os franceses, ensinaram a duras penas, sobretudo aos senhores do norte do reino, a como lidar com toda série de embustes dos

---

[630] A tais pistas, recolhidas entre tratados morais, escritos cronísticos e listas que destacavam do arrolamento de homens a outros elementos fundamentais à boa governança dos territórios e dos corpos dos que ali combateram, somava-se ainda o fato de que não realizou alterações significativas no texto, sobretudo naquelas passagens sobre a conduta questionável dos adversários. Ele tão somente adicionou informações sobre feitos de armas e eventos ligados à interrupção das tréguas anos após a expulsão das armas inglesas de quase toda a França, complementando assim a expectativa de oferecer um escrito mais completo, onde os desvios franceses fossem denunciados a qualquer um dos três diferentes monarcas que governaram o reino durante o seu período de composição.

[631] LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988. p. 104.; VEGETIUS, F.R. **Epitome of military science.** Translated with notes and introduction by N.P. Milner. Liverpool: Liverpool University Press, 2011. p. 63.

[632] O emprego efetivo de Vegécio como um manual para o bom combater não é uma hipótese de todo sustentável, porém sua inegável popularidade entre homens de armas no Quatrocentos não pode ser desconsiderado. PRESTWICH, M. **Armies and warfare in the middle ages:** the English experience. New Haven: Yale University Press, 1996. p. 186.

adversários.[633] Em uma mesma medida, nos confins do território da Irlanda, a reflexão letrada também instruiu a respeito do ponto em debate.[634]

Dessa forma, importa menos considerar até que ponto William Worcester pretendeu dirigir-se àquela parcela dos súditos que defendiam a retomada dos conflitos nas terras do outro lado do mar,[635] e muito mais considerar que, ao fazê-lo, partilhou de sua recusa em conceber que a perda dos territórios e a impossibilidade de efetivação dos pleitos ingleses na França decorreram de uma somatória de fatores que levaram à superioridade governativa de Carlos VII.[636] A eficaz política de alianças e de estrangulamento da "logística" inglesa empregada por aquele monarca foi fortalecida pelo emprego maciço de novas tecnologias militares[637] e o estabelecimento da racionalização do recrutamento de suas hostes pelo sistema das *compaignes d'ordonnance*, permitindo-lhe assim potencializar a eficiência de sua força armada por meio da manutenção continuada de guerreiros experientes, estabelecendo um novo paradigma da organização de hostes até então.[638]

Compreendida tardiamente, tal dinâmica foi objeto de assombro dos homens de letras e também dos de armas na Inglaterra. "Hoje comenta-se que Cherbourg caiu, e

---

[633] MACDONALD, A. Trickery, mockery and the Scottish way of war. **Proceedings of the Society of antiquaries of Scotland,** Edinburgh, v. 143, 2013, p. 319-338.

[634] Pode-se mencionar James Yonge, um letrado que finalizou uma tradução do *Segredo dos segredos* em 1422 sob os auspícios de James Butler, conde de Ormond e tenente da Irlanda designado por Henrique V. Ao mencionar o dito que atribuiu a São Bernardo de que "a fraqueza do inimigo não deve ser entendida como uma paz, mas como uma trégua por tempo limitado", sugeria aos ingleses definirem o melhor curso para suas armas até o reinício das contentas e, por isso mesmo, o aconselhamento ao príncipe foi o de que: "se tu acreditas que teu oponente não concebe os mesmos ardis que ti, então te colocaste em perigo", e, em função disso, sentenciou: "nunca se deve confiar no inimigo". BORNSTEIN, D. D. **The chivalric manual in fifteenth-century England**. 398f. Tese (Doutorado). New York University: New York, 1970. p. 108.; YONGE, J. **The gouernaunce of prynces.** STEELE, R. (Ed.). **Three prose versions of the secreta secretorum.** London: EETS, 1898. p. 164.

[635] POLLARD, A.J. **The wars of the roses.** Basingstoke: Macmillan Education, 1988. p. 57-68.

[636] Expurgado do direito à Coroa pelo tratado de Troyes, ele teve de pavimentar seu caminho ao trono em um reino destroçado pelas guerras internas lideradas pelos seus mais poderosos duques e agravada por um habilidoso inimigo externo. Ele não foi capaz de sobrepujar todos por meio das armas, e portanto, recorrer à diplomacia foi uma via largamente explorada para alcançar o seu objetivo. O duque da Borgonha foi o caso mais emblemático, pois, para se aliar a Carlos VII, exigiu o pedido público de perdão por parte do monarca pelo assassinato de seu pai anos antes, bem como garantiu que o ducado da Borgonha tão somente integraria o reino da França após a sua morte. Após o seu decesso, nos anos finais do governo de Carlos VII, novas animosidades se colocaram no horizonte, levando a um novo conflito entre eles.

[637] Uma das grandes inovações militares da Guerra dos Cem Anos no Quatrocentos foi o emprego mais volumoso das armas de fogo de cerco. SMITH, R.D.; DeVries, K. **The artillery of the dukes of Burgundy, 1363-1477.** Woodbridge, UK; Rochester, NY: Boydell Press, 2005, p. 16-54.

[638] Dentro do recente estudo comparativo entre os sistemas de recrutamento inglês e francês nos séculos XIV e XV, há uma menção especial sobre o alcance possibilitado por aquela inovação no modo de reordenar o recrutamento das hostes. GUNN, S.; JAMME, A. Kings, nobles and military networks. In: FLETCHER, C.; GENET, J.P.; WATTS, J. (Eds.). **Government and political life in England and France, c. 1300 – 1500.** Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 44.

agora não temos um único pedaço de terra restante na Normandia, bem como os homens estão apreensivos de que Calais seja assediada em breve"[639], informava uma carta a John Paston datada de 17 de agosto de 1450. Ao mesmo tempo, o cavaleiro John Hardyng, logo depois, demonstrou sua perplexidade com o fato de aquelas mesmas incursões francesas levarem os ingleses, "em um período de dois anos, a perderem mais do que em todo um século".[640] Foi em face dessa incapacidade interpretativa da configuração assumida pelo conflito, sob a liderança do monarca adversário, que William Worcester e seus congêneres realizaram suas acusações.[641] Para isso, ele voltou sua artilharia retórica contra os franceses e abriu fogo por meio da negação de que Carlos VII, seus súditos e aliados tivessem atuado segundo as regras do jogo marcial. Isso porque, ao pleitearem a interrupção das hostilidades por meio de falsas promessas e se aproveitarem para atacar durante os interstícios de ações armadas, suas ofensas teriam transgredido os princípios para o bem guerrear e, dessa maneira, "o tempo está mais propício para a correção do que para as queixas"[642], isso é, exigiam uma resposta, pelas armas, de sua contraparte inglesa.

Conforme será exposto na sequência, entretanto, tal emenda não foi o que veio a ocorrer e, de uma maneira similar aos adversários que teriam direcionado o seu guerrear sem a devida atenção aos contrapesos impostos pelas condutas recomendáveis, os ingleses também teriam modelado suas ações por meio de desvios. Logo, ainda que o cerne dos infortúnios suportados pelos súditos Lancaster estivesse exclusivamente depositado sobre as ações iníquas dos adversários, de que forma seria possível levar a cabo sua emenda por meio da força, se igualmente se deixaram conduzir inapropriadamente na execução das atividades de armas? Na reflexão a seguir, portanto, será preciso interrogar quais foram as máculas visíveis no governo da guerra dos súditos Lancaster, e de que forma teriam sido decisivas para comprometer a manutenção dos domínios ingleses na França.

---

639 GAIRDNER, J (Ed.). **The Paston letters, A.D. 1422-1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. v.2, p. 162.

640 PERVELEY, S. L. **John Hardyng's Chronicle: a study of the two versions and a critical edition of both for the period 1327-1464**. 760f. Tese (Doutorado). University of Hull, Hull, 2004. p. 547.

641 É preciso apontar também que, enquanto Carlos VII gradualmente construía sua reputação marcial, Henrique VI nunca se engajou em uma única expedição marcial, tanto em função de sua debilidade física causada por uma enfermidade, como pela própria compleição favorável ao término do conflito por vias diplomáticas. Em uma das únicas menções a ele no *Livro da Nobreza*, o monarca é referido como "príncipe inocente". Worcester, p. 38-39.

642 WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 3.

TERCEIRA PARTE: OS INGLESES E OS DESVIOS NA PRÁTICA MARCIAL

5. Capítulo 5. A intemperança guerreira marcada por comportamentos reprováveis

5.1. Os apetites do corpo e o direcionamento inadequado das armas

Em novembro de 1450, uma parcela significativa dos territórios, até então governados pelos ingleses no continente, foi perdida para os contendores inimigos. Da campanha encabeçada pelo cavaleiro Thomas Kyriell para se contrapor ao esfacelamento das posições na Normandia – destroçada nas cercanias do vilarejo de Formigny –[643] à rendição da fortaleza de Cherbourg[644], respectivamente em abril e agosto daquele mesmo ano, o poderio inglês naqueles domínios colapsou de forma ruidosa, tornando praticamente irreversível a manutenção das disputas de longa data entre ambas as Coroas.[645] Ainda assim, em um cenário adverso, o Parlamento reuniu-se para discutir planos a respeito da "defesa do reino, da proteção do mar e do auxílio aos súditos", além de declarar o interesse em "pacificar, punir e resistir" às pessoas de "disposição rebelde", responsáveis pela "grande desordem" observada naqueles lugares.[646]

Dada esta demanda, exigiu-se sobriedade dos parlamentares para que barrassem o espraiamento de tal adversidade e, por isso, foi externada a intenção do monarca de ser "permanentemente acompanhado por pessoas virtuosas, e de ninguém mais".[647] Para além da advertência, seguiram-se reprimendas a guerreiros que estariam agindo em desacordo com as boas práticas de seu ofício, bem como foi apresentada uma lista com os nomes de quatro cavaleiros, treze escudeiros e ainda uma proeminente figura do reino, o duque de Suffolk, para que fossem privados da presença do rei em função de seus "comportamentos impróprios". Embora não sejam explicitadas as condutas motivadoras da proibição para

---

[643] Muito embora essa batalha tenha merecido breve atenção por parte de cronistas ingleses, como John Hardying, um relato contemporâneo detalhado foi o realizado pelo heraldista de Berry, ligado a Carlos VII. PERVELEY, S. L. **John Hardyng's Chronicle: a study of the two versions and a critical edition of both for the period 1327-1464**. 760f. Tese (Doutorado). University of Hull, Hull, 2004. p. 547.; STEVENSON, J. (Ed.). **Narratives of the expulsion of the English from Normandy, 1449-1450.** London: Longman, Green and Roberts, 1863. p. 330-338.

[644] CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 115.

[645] Anne Curry acredita que se deve ponderar sobre uma "longa história da guerra", iniciada não em 1337 por Eduardo III, mas sim desde a privação da Normandia do controle inglês em 1201. Ibid., p. 32-43.

[646] **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry & Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 12, p. 1. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

[647] Ibid., p. 17-18.

acederem ao mais alto círculo governativo reinol, algumas pistas foram deixadas pelos membros do Parlamento, indicando o descumprimento das leis régias e a existência de prejuízos causados aos territórios em questão.[648]

Foi sinalizado, assim, que as condutas entendidas como inadequadas ao exercício marcial estariam diretamente ligadas aos resultados adversos da guerra na França, e a sua correta execução, pois, era um dos pilares de sustentação do reino. Na mesma medida em que se deveria atentar para o combate diligente a inimigos externos que afrontavam o poderio inglês, era fundamental atentar para o "âmbito interior", ou seja, as ações dos próprios combatentes sujeitos ao rei. Por essa razão, ao mesmo tempo em que foi proposto ao governante seguir a moral cavaleiresca na condução dos seus súditos e na manutenção da ordem pública[649] dentro das fronteiras do reino, também se entendeu como desejável a eles que moderassem suas próprias condutas na execução do ofício guerreiro. Ambas as recomendações visavam o mesmo objetivo: evitar ações marciais desordenadas, como aquelas observadas em regiões de embarque de tropas e nos domínios do outro lado do mar para onde eram enviadas.

É fundamental ressaltar, no entanto, que as reflexões inglesas ao longo do Quatrocentos não se reduzem à mera desqualificação dos inimigos por suas condutas majoritariamente viciosas; nem ao louvor, como modelos excelsos de virtudes, dos príncipes e guerreiros submissos ao monarca Lancaster. Para além da alegada improbidade atribuída aos franceses, o *Livro da Nobreza* e a produção escrita do período também voltaram suas atenções aos súditos Lancaster e destacaram suas condutas reprováveis na guerra, associando-as à perda dos territórios, como já haviam sido denunciadas acerca dos governantes da ilha bem antes da chegada de William, o Conquistador. William Worcester chega mesmo a parafrasear um dos primeiros cronistas, Gildas, a realizar o registro da história naquela região com o objetivo de destacar tal desconforto. Segundo ele, em um tipo de advertência muito próxima àquelas lançadas contra os homens de seu tempo, "o orgulho, a avareza e as paixões desenfreadas da carne,

---

[648] **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry & Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 12, p. 16-17. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

[649] KAEUPER, R. **War, justice, and public order.** England and France in the Later Middle Ages. Oxford: Claredon Press, 1988. p. 134-183.

comuns entre os velhos bretões, senhores deste reino, fizeram com que Deus permitisse que os saxões" conseguissem "expeli-los desta terra".[650]

Dessa maneira, William Worcester e outros cronistas alegaram que a má condução das armas por parte da própria cavalaria inglesa era um precedente perigoso já ocorrido em outros tempos e, novamente, durante o século XV, constituiu-se como um elemento central dos grandes prejuízos enfrentados nos territórios continentais, pois, tanto em um momento como no outro, tais descalabros minaram as possibilidades de reparação dos agravos cometidos pelos adversários.

Entretanto, aqui, mais do que oferecer uma diagnose sobre o transvio na execução das ações de armas pelos homens daquele tempo, é fundamental indagar quais foram os comportamentos considerados inapropriados para os praticantes do ofício armado. Ou melhor, de que forma o seu mau desempenho teria sido o elemento medular para a derrocada frente aos contendores adversários. Dado que o governo da guerra vinha sendo exercido com frequência cada vez menor por homens ligados a uma aristocracia tradicional, seria possível relacionar os desvios a uma possível rejeição àqueles "novos cavaleiros", de estratos inferiores, que desempenharam as funções de armas, ou a rejeição teria sido percebida também entre os grandes senhores do reino empenhados no combate em favor dos Lancaster?

Em certa medida, o mau desempenho foi explicado pela ineficiência das hostes a combaterem no continente, da qual se soube quando John Tiptoft, cavaleiro e conde de Worcester, alçado a tesoureiro da Coroa em 1452,[651] teve acesso a informações sobre os excessos e desmazelos cometidos durante a defesa dos territórios continentais. Nesse sentido, os temas tratados em sua tradução da *Declamação da nobreza* teriam soado familiares aos problemas experimentados na condução da guerra,[652] quando uma de suas personagens principais, Cornélio, alegou que os vícios, assim como as virtudes, eram

---

[650] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 50-53.

[651] WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 266.

[652] Possuidor de uma biblioteca que contava com obras voltadas para a importância do bom direcionamento do governo das armas, seu interesse pela produção letrada permaneceu atrelado a questões bélicas. Ele recebeu uma versão do *Fall of Princes* de sua primeira esposa. Vale ressaltar que ele também possuiu uma versão da *Guerra de Jugurta*, do pensador clássico Salústio, e uma lista de obras que teria composto, sobretudo traduzido, consta na edição moderna daquele tratado. Vale ressaltar ainda uma consideração sobre a crônica que teria produzido, ainda sem edição moderna, realizada por Antonia Gransden. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 480.; TIPTOFT, J. The declamacion of noblesse. In: MITCHELL, R.J. **John Tiptoft (1427-1470).** London: Longmans, Green, 1938. p. 150; 164-165; 242.

passíveis de serem herdados pelos descendentes. Dado o histórico laborioso de seus antecessores na defesa da cidade, ele se julgou, assim, mais valoroso do que seu oponente, Gaio Flamínio. No entanto, este último apontou que apenas os feitos do presente praticados por aquele que exigia seus méritos para si é que permitiam emoldurar a compleição moral de um guerreiro e, devido ao torpor de Cornélio para a atividade de armas, estivessem os seus pais e antepassados ainda vivos "e fossem informados de seus vícios, condenariam-no, por seus deméritos, a grandes penas, à morte ou ao exílio perpétuo".[653] Em certo sentido, assim como se acreditou que os grandes aristocratas dos tempos de Eduardo III e seus descendentes sob o comando de Henrique V conduziram o conflito sob parâmetros virtuosos, os tempos de Henrique VI testemunharam condutas de homens aos moldes de Cornélio, conhecidos por suas vidas "viciosas e miseráveis".[654]

Ainda que os praticantes de armas do Quatrocentos pudessem vir a se espelhar nos exemplos de seus "audazes e valentes antepassados", presentes "em várias regiões, especialmente na França, Normandia e nos ducados da Gasconha e da Guiena"[655], nas décadas finais do conflito, o cenário passou a ser diametralmente oposto: ali, eles se permitiram protelar[656] seu exercício. Sinteticamente, William Worcester destacou o motivo para essa alteração de um paradigma de virtuosidade a nortear as empreitadas bélicas para outro pautado pelos desvios: "nos desviamos da retidão e nos excedemos nas faltas, cometendo, portanto, crimes imputáveis e pecados das paixões"; sem destrinchar com mais rigor seus incômodos, para além de localizar esse cerne de desvios na "opressão" e na "avareza" dos homens de armas contemporâneos.[657] Assim, ao circunscrever genericamente tais incômodos, o letrado percorreu um caminho mais empenhado em acusar do que em especificar os desvios a entremearem as armas inglesas.

A seu modo de ver, se durante décadas de combates nos territórios continentais a "ira flamejou através da coragem", tempos antes do início de sua reflexão tal ímpeto dos ingleses "luziu e apagou", notadamente em razão "de nosso embotamento e da torpe preguiça cotidiana".[658] Ainda que alguns, aos moldes do duque de Bedford, tenham

---

[653] Uma introdução comentada do tratado encontra-se no anexo da edição empregada nesse estudo. TIPTOFT, J. The declamacion of noblesse. In: MITCHELL, R.J. **John Tiptoft (1427-1470).** London: Longmans, Green, 1938. p. 230-231.
[654] Ibid.
[655] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 19-20.
[656] Ibid., p. 9.
[657] Ibid., p. 75 – 76.
[658] Ibid., p. 6.

laborado em sentido contrário, sem receio de realizarem o "derramamento de sangue de bons cristãos" e auxiliados pelo "poder dos nobres senhores desta terra"[659] em prol da salvaguarda e da aplicação da justiça, houve aqueles muitos outros guerreiros insulares guiados pela prática de comportamentos viciosos. Por isso mesmo, para o infortúnio dos súditos Lancaster, o esforço, durante décadas, para conquistar e manter a herança inglesa no continente foi em vão, em razão desse cenário de desvios, e todo o esforço armado, concluiu o letrado, "atualmente não possui mais proveito".[660]

Diante de um quadro como esse, em que comportamentos impróprios estariam guiando a conduta armada, William Worcester alertou que as ações desviantes praticadas tornavam os guerreiros ingleses capazes de "tolerarem tibiezas" e agirem "de modo vil, deixando-se levar por certas sensualidades (*sensualites*)"; fato agravado, ainda, pela incidência em práticas ligadas a "volúpias (*voluptuous delitis*)" e "deleites indolentes (*idille delites*)" da carne. Assim, o não refreamento das paixões desencadeadas durante a prática da guerra teria trazido forte desestímulo "ao exercício contínuo das armas"[661] e, subsequentemente, à sua correta execução. Se colocarmos em paralelo as inquietudes do *Livro da Nobreza* com aquelas de outros letrados, emergem determinados tipos de ações ali definidas como "sensuais", "voluptuosas" ou mesmo "indolentes", todas elas atribuídas ao fazer marcial.

Dentro do panorama em questão, explicações relacionando a intemperança e o insucesso marcial espraiaram-se pela produção escrita do período,[662] mas foi William Worcester quem sistematizou ao menos três canalizadores do "infortúnio e da ruína" que recaíam sobre os homens do reino: a "dissimulada alegação de trégua" dos franceses; a "concupiscência de apetites desenfreados do corpo empregados de maneira imprópria"; e, ainda, a "falta de pagamento e de provisões" destinadas a abastecer os "bons grupos de homens" que combatiam tanto na Normandia como em outras regiões.[663]

---

[659] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 17.
[660] Ibid.
[661] Os verbetes do Middle English Dictionary Online apontam nesse sentido, sobretudo o verbete 1. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED39439. WORCESTER, W. op. cit., p. 22.
[662] John Bliese elenca listas de fatores explicativos das vitórias, o que leva a pensar em sua contraparte, de topoi comuns na explicação de derrotas, também seja concebível. BLIESE, J.R.E. Rhetoric and morale: a study of battle orations from the central middle ages. **Journal of Medieval History,** v. 15, p. 201-226, 1989.
[663] WORCESTER, W. op. cit., p. 33.

Uma vez que o primeiro pilar daquela tríade já foi explorado anteriormente, cabe escrutinar os outros dois, responsáveis pelo estado de desordem da cavalaria inglesa segundo William Worcester. Em alguma medida, é possível argumentar que o letrado provavelmente elegeu ambos os pilares, amparado nas recomendações do *Alexandreis*[664], uma obra de teor moralizante sobre a governança dos reinos e da conduta dos príncipes realizada pelo sábio Walter de Chatillon (1135?-1180), conhecida na Inglaterra ao menos desde o reinado de Henrique II (1133-1189).[665] Ambos se aproximam ao advogarem que os desmazelos causados pelo contato dos combatentes com as mulheres e com a ebriedade estiveram intrinsecamente ligados à indolência e à concupiscência do corpo guerreiro. À certa altura do tratado de Walter de Chatillon, lê-se que o filósofo Aristóteles exorta o jovem Alexandre a tomar as armas por meios virtuosos e, para isso, se predispõe a aconselhá-lo sobre quais tipos de condutas deveria seguir ou mesmo evitar.[666] Dentre elas, advertiu que, tão importante quanto sobrepujar seus adversários, era esquivar-se do contato com Vênus, "pois a mente torna-se torpe dentro de sua forja", ao passo em que terríveis guerras originam-se da convivência com Baco, pois a embriaguez leva muitos para o túmulo ao debilitar-lhes a razão", enfraquecendo "aqueles que são probos".[667]

Por sua vez, William Worcester colocou-se em uma função similar à de Aristóteles ao aconselhar os guerreiros ingleses: "não se deixem mais afligir, tolerar tibiezas e nem ajam de modo vil, deixando-se levar por certas sensualidades e deleites ociosos, pois o *Alexandreis* menciona que os deleites voluptuosos são contrários ao exercício contínuo das armas".[668] E mais: ainda parafraseando o filósofo grego, afirmou que "a boa coragem do coração não deve ser aplacada, subjugada e nem reduzida em função da falta de prática e abandono das armas", isto é, da indolência (*nedlesnes/nedeles*) e da inação em seu exercício, pois, a partir delas, "desventuras podem decorrer".[669]

---

[664] Em ao menos duas ocasiões, William Worcester menciona "Walter Malexander", isso é, o *Alexandreis* de Walter (de Chatillon), como fonte de reprimendas a serem observadas por homens de armas.
[665] Acredita-se que o tratado tenha sido composto entre meados de 1176 e 1184, e alguns dos seus versos figuram no epitáfio do monarca, morto apenas cinco anos depois, demonstrando assim a sua rápida e ampla circulação. Também é válido ressaltar que alguns autores acreditam que manteve contato com João de Salisbury. CHANTILLON, W. **The Alexandreis of Walter of Chantillon:** a twelfth-century epic, a verse translation. Translated by David Townsend. Pennsylvania: University Press, 1996. p. XIV-XV.
[666] Ibid., p. 8.
[667] Ibid., p. 10.
[668] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 22.
[669] Ibid., p. 26.

Em conjunto, portanto, o contato com mulheres e a embriaguez teriam sido, em um primeiro momento, os elementos a desestabilizarem o fazer marcial inglês da primeira metade do Quatrocentos, retardando assim a "providência e o auxílio em tempo hábil",[670] tão necessários aos súditos da Coroa do outro lado do mar, como também aos próprios congêneres de John Fastolf. Tal qual como foi nos tempos de Gildas, quando os saxões sobrepujaram seus inimigos em função dos desvios destes últimos[671], fez-se fundamental diagnosticar os vícios dos ingleses para que se pudesse superá-los nas contendas contra os Valois. No entanto, é fundamental ressaltar que, assim como no caso da acusação de improbidade francesa, William Worcester não se aprofundou em um exame mais preciso a respeito das causas do mau uso das armas, a exemplo do que fizeram as reflexões prescritivas que marcaram lugar no *Livro da Nobreza*, a exemplo de Walter de Chatillon, Christine de Pisan e Honore Bonet, tendo preferido restringir-se a denunciar a relação nociva entre o mau governo das armas e o do reino.

Por isso , é fundamental levantar tais causas nas reflexões ou em traduções para o inglês, realizadas em momentos anteriores, para melhor situarmos de que forma o incômodo com a indolência dos guerreiros e os seus desdobramentos, por meio do contato com mulheres e da embriaguez, foram tomados como índices estruturantes para o descomedimento da prática armada no Quatrocentos.

5.2. O desnorteamento guerreiro relacionado às mulheres e à embriaguez

No início do século XV, a tradução de Vegécio, finalizada sob o amparo do cavaleiro Thomas Berkeley, já advertia contra os guerreiros que se tornavam "néscios", quando expostos "a indolência (*idelnesse*)". A seu ver, tais homens ameaçavam o "labor árduo que beneficia e adensa a hoste", pois tinham diminuídas suas capacidades de combater.[672] Esse paradigma, no entanto, não era inédito e foi apontado séculos antes por João de Salisbury, o qual, também amparando suas reflexões naquelas do sábio ibérico, partiu da mesma prerrogativa para condenar a inaptidão e a negligência como

[670] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 26.
[671] Ibid., p. 50-53.
[672] LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988. p. 156.

responsáveis por desorganizarem o governo da guerra em seu tempo, sobretudo quando urgia a necessidade daqueles que deveriam efetivá-lo ao ingressarem na batalha.

O principal foco dessa reprimenda eram os mais jovens, que "se deliciavam" muito mais "sob um teto ou sob uma sombra" do que no ato de manejar as armas, bem como se apartavam dos exercícios marciais diante da possibilidade de "dormirem até o raiar do sol, de adiarem feitos honoráveis em lugar da fornicação e de perseguirem outros tipos de prazeres sensuais", como tocar instrumentos musicais e deleitarem-se com o vinho. Em razão de tudo isso, concluiu que a "indolência (*idlenes*)" causada por longos períodos de paz, somada ao grande fausto, transforma as hostes em forças impotentes.[673]

Nesse sentido, ele lançou o alerta para o fato de que a desatenção ao correto desempenho das armas deveria ser combatido sob pena de causar danos irreversíveis, como uma derrota em campo de batalha ou a perda de fortalezas e territórios. Motivo pelo qual considerou ser imperativo refrear as paixões guerreiras, uma vez que, fatalmente, "os choques de povos, enfrentamentos de armas, matanças em grande escala e desastres terríveis sempre acompanham ou seguem na esteira dos apetites sensitivos".[674] Entre João de Salisbury e os sábios do Quatrocentos, Walter de Milemete, da mesma forma, não deixou de considerar os desvios das armas inglesas como fonte de desventuras nos enfrentamentos contra franceses e escoceses na primeira metade do século XIV. Em tom de admoestação, propôs que o rei e, subsequentemente, todos os príncipes encarregados das armas evitassem os "deleites" e o "costume às atividades vis e viciosas incompatíveis com a vossa dignidade", pois era o caminho mais curto para que viessem a "desgraçar-se e a afastar-se de suas respectivas honras" em decréscimo "à estima de vossos súditos" e em favor do "contentamento de vossos inimigos".[675] Embora não mencione nominalmente quais seriam aquelas atividades, certamente fez coro a outros letrados contemporâneos aos desregramentos relacionados à incapacidade marcial de Eduardo

---

[673] Na tradução de 1408 de Vegécio, é dito ainda que as cidades de outrora não ofereciam paixões e deleites através dos quais as vontades dos guerreiros podiam apartar-se da avidez pelas armas. HOSLER, J. D. **John of Salisbury:** military authority of the twelfth-century Renaissance. Leiden; Boston: Brill, 2013. p. 42-43.; LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988. p. 51.; **THE STATESMAN'S BOOK OF JOHN OF SALISBURY, being the fourth, fifth, and sixth books, and selections from seventh and eight books, of the Policraticus.** Translated into English with an introd. by John Dickinson. New York: Russell & Russel, 1963. p. 172.

[674] Id., p. 174.

[675] NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England***:* treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 47.

II.[676] Acusado de "indolência", foram-lhe atribuídas acusações de deter-se em demasia em certas "ocupações impróprias", que iam da escavação de poços, telhar habitações e remar até ao contato com companhias reprováveis, ligadas às artes mecânicas ou bufões e cantores.[677] Ou seja, condenava as ocupações com "afinidades às das mulheres".[678]

Dessa forma, além de apontar algumas "vaidades e frivolidades não condizentes com as ocupações do filho de um monarca",[679] adiantava acerca dos deleites recomendáveis, como "a caça com cães e o exercício com armas e cavalos",[680] que ajudavam a aperfeiçoar as habilidades no trato com o armamento.[681] Todavia, já no Quatrocentos, Stephen Scrope apontou a caça,[682] assim como a música[683], como igualmente a serem evitadas, sobretudo por aqueles "mais jovens", pois poderiam do mesmo modo levá-los a se entregar apenas aos "deleites do corpo". Do seu ponto de vista, "a indolência gera(va) mais indolência", em um círculo vicioso que fatalmente levaria ao "erro".[684]

---

[676] Não por acaso, seus feitos militares são silenciados no *Livro da Nobreza*. Embora seja conhecido pelo fracasso em Bannockburn, ele se envolveu em sérios conflitos contra a nobiliarquia inglesa, derrotando aqueles que se opunham a seu governo e capturando o duque de Lancaster, seu maior exponente, fato que viria a causar sua derrocada anos depois. BARROW, G. W. S. **Robert Bruce and the community of the realm of Scotland**. Berkeley: University of California Press, 1965. p. 290-332.

[677] Várias reprovações foram vocalizadas contra as condutas do monarca e atribuíam seus sucessos marciais, sobretudo na fragorosa derrota de Bannockburn em 1314, à indolência e deleites não aptos para um rei. Um resumo dessas reprovações a partir da documentação coetânea foi escrito por: CHILDS, W.R. 'Welcome, my brother: Edward II, John of Powderham and the chronicles, 1318. In: WOOD, I.; LOUD, G.A. (Eds.). **Church and chronicle in the middle ages.** Essays presented to John Taylor. London: Hambledon Press, 1991. p. 160-161.

[678] **THE STATESMAN'S BOOK OF JOHN OF SALISBURY, being the fourth, fifth, and sixth books, and selections from seventh and eight books, of the Policraticus.** Translated into English with an introd. by John Dickinson. New York: Russell & Russel, 1963. p. 179.

[679] Ibid, p. 200

[680] NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England***:* treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 47.

[681] As recomendações, embora falassem do preparo dos garotos a partir dos 14 anos de idade, eram voltadas para os filhos da aristocracia. Quanto aos inferiores ao status cavaleiresco, a fronteira entre "arqueiros" e "homens de armas" delimitada na documentação nem sempre é clara, pois não era incomum a muitos atuarem na primeira função até serem promovidos à segunda. Também não era incomum aos mesmos homens que atuavam como arqueiros serem arrolados, as vezes na mesma campanha, em funções inferiores, como sapadores e marceneiros. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 138-139; 202-203.; ORME, N. **From childhood to chivalry:** the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530. London; New York: Methuen, 1984. p. 1-43.

[682] BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 77-79.

[683] Ibid., p. 81.

[684] Jean Wavrin condena a indolência como a "mãe de todos os vícios, ponto de vista também partilhado por Stephen Scrope. BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 84.; WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864, v.1, p. 3.

No âmbito das reprovações de atividades e ações, o excesso no consumo de bebidas alcoólicas e o gasto da potência corpórea com prostitutas foram enquadrados como desvios igualmente favorecedores da indolência, agindo, cada qual a seu modo, em detrimento do exercício das atividades guerreiras. Na recomendação realizada aos heraldistas para que renunciassem "a todos os vícios", não fossem "frequentadores de tavernas" e se furtassem aos "jogos de dados", de "apostas" e dos "lugares e mulheres desonestas", aos adeptos dos deleites é associada a "perda de virtudes".[685] Em linhas gerais, a inquietação com aquele e "outros tipos de indolência" deveu-se ao fato de que, cedo ou tarde, conduziriam aqueles ligados à feitura marcial "a todo o tipo de vaidades"[686] e de prejuízos, levando assim à possibilidade de que os príncipes e capitães dispendessem insensatamente as receitas do reino por meio do contato frequente com "mulheres, vinho e caça", fornecendo um mau exemplo a seus homens. Por conseguinte, a fim de satisfazerem aqueles desejos, poderiam recorrer à guerra "em demasia"[687], isto é, empregarem-na não para emendar distorções por meio da justiça, mas utilizá-la como um atalho pelo qual poderiam buscar com maior celeridade os meios para se saciarem.

Os modelos sugeridos pela tratadística, como se vê, condenavam a busca excessiva dos deleites[688], admitindo, para a aristocracia, apenas as atividades sob fins pedagógicos, que favoreciam o desenvolvimento do corpo e a sagacidade do espírito.[689] Consideravam, vale reafirmar, que práticas e ações desviantes poderiam desencadear

---

685 TWISS, T (Ed.). **The black book of the Admiralty.** London: Longman, 1871. v. 1. p. 298-299.

686 BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 4.

687 Em um terceiro momento, ainda, é mencionado que havia três coisas a serem evitadas por um príncipe: o excesso do consumo de vinho, a companhia em tempo demasiado de menestréis e outros músicos, e a lascívia para com as mulheres. Ibid.; p. 228; 266.

688 RIGBY, S.H. **Wisdom and chivalry:** Chaucer's knight's tale and medieval political theory. Leiden; Boston: Brill, 2013. p. 73.; TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p.43.

689 Sabe-se, por exemplo, que John Fastolf possuiu tabuleiros e peças de xadrez em seu castelo de Caister, jogo, segundo Stephen Scrope, "honesto e refinado por meio do qual os cavaleiros, em épocas propícias, poderiam vir a se deleitar". O próprio monarca Henrique V foi conhecido como um exímio jogador de "*palm*", um ancestral do tênis moderno, atividade também entendida como recomendável, sobretudo aos homens mais jovens destinados às atividades de armas. Segundo a crônica de Edward Hall, Henrique V teria sido descrito pelo marechal Boucicault como um "garoto mensurável mais pelo campo de tênis do que por aquele outro de batalha. **A PARISIAN JOURNAL, 1405-1449.** Translated by Janet Shirley. Oxford: Claredon Press, 1968. p. 220.; CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000. p. 237.; BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 101-102. GREEN, R.F. **Poets and princepleasers:** literature and the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980. p. 56-57.; HAWKYARD, A. Sir John Fastolf's 'gret mansion by me late edified': Caister castle, Norfolk. In: CLARK, L. (Ed.). **The fifteenth century V.** Of mice and men: image, belief and regulation in late medieval England. Woodbridge, Suffolk: Boydell, 2005. p. 58.

sérias adversidades, sobretudo no que dizia respeito a formas de contato com mulheres e com bebidas alcoólicas. Em boa medida, ainda que tais interações viessem a integrar o horizonte de expectativas do fazer marcial, pairavam preocupações sobre como ambas poderiam vir a incapacitar o governo virtuoso das armas, uma vez que foram atreladas à desorientação dos guerreiros, servindo assim como razões para condutas nocivas de toda a hoste contra as regiões sob controle da Coroa ao longo do período em questão.

No que diz respeito à primeira delas, é preciso salientar que não foram incomuns os casos de guerreiros ingleses, elevados por meio da fortuna da guerra, a se envolverem com mulheres dos territórios onde combateram e se estabeleceram. Três homens naquela situação, durante a segunda metade da década de 1440, foram Hugh Hamond, um arqueiro estacionado em Rouen[690], John Edward e Richard Merbury, capitães das fortalezas de La Roche Guyon e Gisors, respectivamente. Conforme as localidades em seu entorno foram cedendo às investidas dos contendores adversários, muitos se viram obrigados a se deparar com as demandas impostas pelos inimigos vitoriosos. John Edward, por exemplo, cedeu a fortaleza sob a promessa de que, com isso, seria garantida a manutenção das terras de sua esposa[691]; Richard Merbury agiu de modo similar, preocupado não apenas em assegurar terras como em garantir a libertação de seus dois filhos feitos reféns em uma ocasião anterior em Ponthieu.[692]

Não foram raras as ocasiões de cavaleiros partiram rumo ao continente e lá se estabeleceram com suas cônjuges e rebentos. No entanto, houve também aqueles que buscaram a companhia de mulheres locais, enquanto se estabeleciam nos recém-adquiridos domínios após a primeira metade da década de 1420. Ao passo em que os alicerces do poderio inglês do outro lado do mar vinham sendo gradualmente estabelecidos, os capitães das regiões ocupadas tiveram de se defrontar frequentemente com desvios de conduta e transtornos causados pelos apetites sexuais de seus homens, uma vez que colocavam em risco a boa governança daquelas terras. Por isso mesmo, longe de constituir mera trivialidade, a lascívia era uma preocupação genuína dos responsáveis pela organização e liderança dos guerreiros ligados ao monarca inglês. Exemplo disso foi a ordem emitida pelo duque de Salisbury, advertindo para que nenhum guerreiro tivesse contato ou tomasse "para si qualquer mulher comum", isto é, aquelas

[690] BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 257.
[691] STEVENSON, J. (Ed.). **Narratives of the expulsion of the English from Normandy, 1449-1450.** London: Longman, Green and Roberts, 1863. p. 277.
[692] Ibid., p. 289-290.

"presentes em prostíbulos", e nem as alojassem (*loggyng*)", sob pena de perderem "um mês de seus soldos".[693]A esse respeito, Henrique V advertiu sobre os riscos que prostitutas representavam para as hostes. Embora não tenha sido recomendado o seu banimento total, o que poderia gerar ainda maiores problemas para o controle e refreamento dos combatentes, o monarca proibiu o contato com elas pelo menos durante a realização de expedições;[694] sujeitando-as a castigos físicos se agissem em contrariedade à lei e mantendo-as a uma distância de quase cinco quilômetros dos guerreiros, "especialmente durante o cerco de cidades, castelos ou fortalezas". Em caso de serem encontradas em local proibido e em descumprimento da vontade régia, deveriam ter "o braço esquerdo quebrado como forma de punição".[695] Entretanto, tais regulações nem sempre foram bem sucedidas, pelo que se deduz das instruções proclamadas na cidade de Rouen, já sob o domínio inglês no ano de 1421. O duque de Bedford julgou fundamental ir além e estipular penalidades além daquelas de natureza pecuniária e de punição das mulheres, exigindo o aprisionamento de todos aqueles guerreiros, responsáveis pelas guarnições, que insistissem em aproximar-se delas com intenção de prazer carnal.[696]

No entanto, considerava-se que não apenas o contato com prostitutas poderia levar ao descomedimento dos homens de armas, pois, pelo mesmo motivo, o contato com mulheres consideradas virtuosas também desencaderia graves desvios. Um precedente emblemático de perfídia foi o da expedição liderada pelo cavaleiro John Arundel em auxílio do duque da Bretanha em 1376. De acordo com o cronista Thomas Walsingham, uma empresa de armas recomendável foi estabelecida em auxílio ao duque da Bretanha. Eles estavam muito bem preparados "com equipamentos, cavalos", e ainda teriam recebido "ouro como pagamento do rei" antes de seu embarque, além de contarem com homens "com fama, habilidades marciais e bravura no enfrentamento dos inimigos". No entanto, ao solicitar abrigo para si e seus homens em um convento, enquanto esperavam para cruzar rumo ao continente, o cavaleiro teve seu pedido rechaçado sob a alegação de que "a maioria de seus companheiros eram jovens e poderiam facilmente pecar mortalmente" contra aquelas mulheres, uma vez que, movidos pela "devassidão", não

[693] No original, traduzido a partir da transcrição de: CURRY, A. Soldiers wives in the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 205.
[694] CURRY, A. Sex and the soldier in Lancastrian Normandy, 1415-1450. **Reading Medieval Studies,** Reading, v. XIV, p. 20, 1988.
[695] CURRY, op. cit., p. 249.
[696] CURRY, op. cit., 1988, p. 21.

tardariam a "atacá-las violentamente e violá-las", como de fato veio a ocorrer pouco tempo depois. Daquele ato descomedido, resultaram ainda outros, como a pilhagem das cercanias em busca "de alimentos e de outras coisas de que necessitavam"[697], mostrando, assim, que aquela hoste era formada por um grupo de homens sem o controle de suas paixões.

Embora ocorrida em um momento anterior, a conduta de John Arundel e de outros foi aqui lembrada por sintetizar um tipo de ação guerreira recorrente nos conflitos e que permite traçar um paralelo com aquelas outras ocorridas durante o Quatrocentos. Assim como relatos cronísticos do reinado de Eduardo III nos levam a acreditar que o monarca lançou ordenações a fim de regular desvios daquela natureza,[698] Henrique V viu-se diante de problemas similares, ao lidar com os riscos de que o comportamento dos guerreiros sob seu comando viesse a se tornar irrefreável, quando, em campanha, se deparassem com uma situação parecida. Foi assim, por exemplo, durante o cerco à cidade e fortaleza de Caen, em 1417, onde, diante de uma localidade indefesa e que, segundo um cronista contemporâneo, contava com ao menos "150 mulheres" em seu interior, o monarca foi enérgico em agir para refrear o ímpeto de seus homens. Uma vez capitulados os inimigos, ordenou que "nenhum homem" tivesse a "audácia de deflorar" as mulheres ali presentes, as quais deveriam permanecer "livres para partirem em paz" e, em caso de descumprimento de sua vontade, declarou expressamente que não hesitaria em aplicar a pena capital a qualquer um de seus guerreiros.[699]

Evitar desfechos trágicos como aquele conferido por John Arundel às mulheres de religião supramencionadas devido à intemperança de contendores e de seu desvio das armas em função do trato para com as mulheres foi, pois, motivo de preocupação. Houve, por um lado, a possibilidade de que ilicitudes fossem punidas pela ação dos governantes

[697] **THE CHRONICA MAIORA of Thomas Walsingham, 1376-1422.** Translated by David Preest; with annotations and notes by James G. Clark. Woodbridge: Boydell Press, 2005. p. 97-98.
[698] A partir de relatos cronísticos do reinado de Eduardo III, acredita-se que o monarca tenha lançado ordenações a fim de regular esse mesmo tipo de desvio. HEWITT, H.J. **The organization of war under Edward III, 1338-62.** Manchester: Manchester University Press, 1966. p. 97; 123.
[699] BRIE, F.W.D. **The Brut, or the chronicles of England.** London: Early English Text Society, 1906-1908. p. 384.

terrenos, a exemplo do que pretendeu Henrique V[700], e mesmo pelo divino.[701] Por outro, no entanto, também foi testemunhado um determinado grau de tolerância àquele tipo de ação[702], pois, afinal, a presença de prostíbulos ou mesmo de meretrizes em meio aos bandos armados era um componente constante durante as campanhas militares por toda a Cristandade[703] e, ainda que tenha sido fundamental regular tal contato, o excesso de medidas de refreamento dos guerreiros poderia influenciar no declínio de sua disposição para a atividade marcial.

Foi sobre esse frágil equilíbrio que as tentativas de moderação por parte de capitães e mesmo do próprio monarca precisaram abordar com cautela aquele elemento. Segundo afirmou o guerreiro e letrado Nicholas Upton, as práticas carnais extenuavam o corpo, tornando-o "efeminado", isto é, "fraco e incapaz de combater", o que levaria ao esfacelamento de sua aptidão em continuar os objetivos da expedição armada;[704] tibieza que, por sua vez, não esteve desvinculada da referida embriaguez.

Na primeira metade do Quatrocentos, o cavaleiro John Hardying descreve, em sua crônica, a fundação do reino inglês, atribuindo-o a um ato de "vingança" perpetrado por Deus contra a princesa Albina e suas irmãs. Segundo seu relato, elas foram acusadas de terem praticado "atos de lascívia" por terem consumido uma quantidade "abundante de bebidas" a fim de seduzirem os gigantes que habitavam a ilha e conceberem seus filhos, os quais viriam a ser primogênitos a encabeçarem importantes dinastias, como a escocesa e a galesa. Em função de tal ato torpe, seus rebentos foram imbuídos de vícios e foi preciso

---

[700] Como em 1399, quando proclamou-se que "o rei ordena e concede aos os seus súditos um perdão geral para todos os tipos de crimes e delitos, a exceção de assassinatos, estupros de mulheres e roubos notórios". KINGSFORD, C.L. (Ed.). **Chronicles of London.** Oxford: Claredon Press, 1905. p. 62. Também é possível citar que era uma constante e poderia incorrer severas punições aos seus perpetradores, de seu aprisionamento, perdas pecuniárias e até o enforcamento, conforme apontado nas supramencionadas ordenações de Henrique V. CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 240.

[701] O próprio caso do John Arundel e dos outros homens sob seu comando é emblemático, pois o cronista atribui o desastroso fenecimento em uma tempestade na costa da Irlanda tanto a punição recebida pelo ataque ao convento como a excomunhão recebida das mãos de religiosos que tiveram suas igrejas aviltadas pelas ações daqueles guerreiros. **THE CHRONICA MAIORA of Thomas Walsingham, 1376-1422.** Translated by David Preest; with annotations and notes by James G. Clark. Woodbridge: Boydell Press, 2005. p. 98.

[702] É um ponto nebuloso, porém a cronística em geral parece convergir nesse sentido. KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 121.

[703] CURRY, A. Sex and the soldier in Lancastrian Normandy, 1415-1450. **Reading Medieval Studies,** Reading, v. XIV, p. 17-18, 1988.

[704] A tradução desse excerto foi realizada a partir dos fragmentos do tratado de Nicholas Upton, composto durante a década de 1440, e apresentados em: Ibid., p. 23-24.

que Deus enviasse, a fim de corrigi-los, o guerreiro troiano Bruto, que os subjugou e garantiu a dominação dos ingleses sobre toda a ilha.[705]

Sumariamente, a relação estabelecida foi a de que os excessos ébrios e carnais, e não os seus respectivos consumo e prática, é que levavam a desvios guerreiros. Foi nesse sentido que o *Livro da boa governança e regimento do corpo* (*The booke of goode governance & guyding of the body*)[706], ao mesmo tempo em que recomendou a ingestão de "vinhos fortes e espessos, sobretudo no inverno", como algo positivo à saúde corpórea, por outro advertiu, dentre as coisas que "levam um homem a enfraquecer e adoecer gravemente", que estavam os dois elementos supramencionados, isto é, "permanecer em constante companhia de mulheres" e "tomar vinhos".[707]

Mesmo que condenadas, as expectativas dos guerreiros era de serem "abundantemente saciados"[708], e, a esse propósito, Henrique V julgou necessário estabelecer restrições. Durante a pilhagem de regiões inimigas, foi estabelecido que, se alguém viesse "a encontrar vinhos ou outros víveres", deveria "tomar para si somente o quanto precisasse", pois era fundamental "preservar o restante para a hoste sem qualquer destruição". Em caso de subversão da regra, a pena era de apreensão do "cavalo e arnês".[709] As ordenações do monarca foram fundamentais, pois ele encabeçou pessoalmente o comando dos guerreiros em batalhas e assédios ao longo de duas

---

[705] O mito fundador de Albion e de Bruto atravessaram séculos dentre os letrados ingleses. Eles estiveram presentes no século XIV e, especificamente no XV, o letrado John Rous, contemporâneo de William Worcester, reafirmou-o. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 323.; PERVELEY, S. L. **John Hardyng's Chronicle: a study of the two versions and a critical edition of both for the period 1327-1464**. 760f. Tese (Doutorado). University of Hull, Hull, 2004. p. 240.

[706] Trata-se de uma versão inglesa quatrocentista da adaptação do *Secretum Secretorum* realizada originalmente por João de Sevilha no século XII. MANZALAOUI, M.A. (Ed.). **Secretum secretorum:** nine English versions. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. XXV.

[707] Ibid., p. 8-9.

[708] O Parlamento de fevereiro de 1445 demonstrou preocupação com possíveis fraudes na mensuração de barris por parte de alguns mercadores e da subsequente impossibilidade de corrigir tal problema de forma célere. Caso viessem a falhar, "o rei, seus senhores, os cavaleiros, escudeiros e outros comuns teriam seus carregamentos atrasados e teriam de enfrentar uma longa espera até que pudessem aceder a qualquer quantidade". **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 11, p. 124. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

[709] CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 248.

décadas.[710] Por isso mesmo, desde a época de sua coroação, quando " se inclinou às virtudes"[711], seu traquejo em lidar com a condução das armas esteve diretamente relacionado à sua habilidade de reconhecer as dificuldades impostas pelas reações descomedidas, incluindo o consumo exacerbado da bebida inebriante.

No ano de 1415, enquanto os ingleses estavam sob o comando de Harfleur rumo a Calais e, portanto, pouco mais de um mês antes de serem interceptados em Agincourt, a hoste inglesa, segundo os cronistas, "foi em busca de vinho" no vilarejo de Boves, na Picardia, o que causou "um profundo aborrecimento" ao rei. Assim como quantias monetárias e reféns eram moedas de troca para apaziguar os ânimos das hostes, fez parte do jogo marcial exigir de cidades amedrontadas pela possibilidade de cerco, de massacre de seus habitantes ou da queima de suas cercanias, que provessem "uma quantia de pão e vinho" a fim de "revigorar(em) o exército".[712] Desse modo, foi perspicaz o monarca em negociar para que a localidade realizasse o pagamento de uma garantia a seus homens para que não queimassem as suas parreiras, além de não se oporem à passagem livre por seu território, da mesma forma que viria a ocorrer novamente no cerco a Rouen em 1419, onde os sitiados propuseram apaziguar a ira de Henrique V e de seus homens com o oferecimento de vinho em troca de sua "graça, perdão e piedade".[713]

O cumprimento dessas medidas era fundamental não apenas para as cidades ameaçadas pelos guerreiros, pois aqueles que a tomaram pretendiam frear paixões decorrentes de seu consumo excessivo e que poderiam vir a colocar em risco o sucesso da expedição.[714] Nesse sentido, a presença do monarca provavelmente serviu para inibir condutas reprováveis, porém, a tensão existente pelo desejo de se apoderarem daquele bem móvel, no primeiro caso, foi explicitada por meio da inquirição dirigida a ele por seus homens, isto é: por qual razão foram "proibidos" de saquearem as reservas da região? Além disso, também inquiriram se, ao menos, poderiam "encher suas garrafas" com a

---

[710] Ainda antes de assumir o trono, Henrique Bolingbroke vagou pela Cristandade participando de torneios e demonstrou sua afeição ao ideal cruzadístico. Em seu retorno à Inglaterra, combateu contra os galeses, enfrentou a revolta liderada por Henry Percy que pretendia destronar a seu pai e, posteriormente, conduziu em pessoa o conflito contra Carlos VI. Uma reflexão sobre suas atividades em âmbito cavaleiresco estão em: TAYLOR, C.D. Henry V, flower of chivalry. In: DODD, G (Ed.). **Henry V:** new interpretations. Woodbridge, U.K.: York Medieval Press, 2013. p. 217-248.

[711] CAPGRAVE, J. **The chronicle of England.** Edited by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1858. p. 303.

[712] **GESTA HENRICI QUINTI.** The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 63.

[713] BRIE, F.W.D. **The Brut, or the chronicles of England.** London: Early English Text Society, 1906-1908. p. 412.

[714] BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 207-208.

bebida. Frente ao risco de diminuição do ímpeto da hoste e, assim, do subsequente controle sobre seus homens, o monarca então teria replicado que "muitos iriam encher" não tão somente "as suas garrafas", como também "fartar as suas barrigas, e isso era o que verdadeiramente lhe incomodava, pois preocupava-se com o fato de que ficariam exageradamente embriagados"[715] e, portanto, suscetíveis à intemperança.

No que se refere ao consumo aceito para encorajar os combatentes[716] e, de certa forma, estabelecer ou mesmo fortalecer laços de "solidariedade" dos guerreiros, tanto entre si como para com os seus capitães,[717] vale lembrar que Henrique IV, antes da batalha de Shrewsbury em 1403[718], "completamente armado, ingeriu um gole de vinho, montou em seu cavalo, ordenou suas fileiras para a batalha e exortou seus homens".[719] Em linhas similares, Walter de Milemete, no século anterior, aconselhara o rei Eduardo III a, no dia de combate, "instruir cada soldado de seu exército a beber um ou dois goles de um bom vinho". Dessa forma, segundo o tratadista, "cada um deles tornar-se-á mais valente e sua força corpórea mais poderosa".[720] Esse era certamente um conselho amparado no entendimento de longa data de que a defesa de qualquer tipo de fortaleza ou guarnição requeria muito mais do que homens e muralhas robustas, mas também a disponibilidade permanente daquela bebida em meio aos víveres.[721]

Nesse sentido, se a sua presença, em meio aos combatentes, foi desejável a princípio, sua total ausência poderia provocar resultados negativos. Thomas Walsingham

---

[715] Essa passagem é relatada de forma mais ou menos idêntica por Jean le Fèvre, Jean de Wavrin e Enguerrand de Monstrelet, e o seu cotejo foi apresentado em: CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000. p. 142. O cronista responsável pela *Gesta Henrici Quinti* confirma a grande quantidade de vinho na localidade, porém o teor de sua narrativa, amplamente favorável ao monarca, restringiu-se a dizer que a hoste "foi bem reabastecida com o vinho ali presente". **GESTA HENRICI QUINTI.** The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 69.

[716] MACDONALD, A. Courage, fear and the experience of the later medieval Scottish soldier. **The Scottish Historical Review,** Edinburgh, v. XCII, 2, n. 235, out. 2013, p. 186.

[717] Segundo relata um cronista contemporâneo, durante o inverno de 1294 -95, Eduardo I e alguns de seus homens permaneceram confinados no castelo de Conwy, em Gales, e apenas uma pequena porção de vinho restava ali, reservada ao rei. A fim de contornar a situação, o monarca exigiu que a mesma fosse igualmente dividida pelo monarca dentre todos. PRESTWICH, M. The victualling of castles. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 169.

[718] SUMPTION, J. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. p. 57.

[719] WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. v.2, p. 60.

[720] NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England***:* treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 61.

[721] PRESTWICH, M. The victualling of castles. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 169.

relatou que, às vésperas de Agincourt, os guerreiros ingleses viram-se obrigados a armarem seu acampamento, abatidos não apenas "pela febre e pela fome", como também "forçados pela fortuna adversa a beberem apenas água pelo intervalo de quase dezoito dias". Alerta quanto aos perigos que aquela situação poderia ocasionar[722], narra que os guerreiros do rei da Inglaterra "foram sustentados" de modo insuficiente com "água, carne seca e avelã", uma dieta incompatível com aqueles que iriam se defrontar com "uma poderosa hoste composta por milhares"[723] de inimigos. Seu espanto, pois, deveu-se à capacidade dos ingleses de infligirem uma notável derrota aos franceses, mesmo sem terem consumido a bebida.[724]

Logo, não é de todo improvável pensar que o alerta de sábios ingleses, sobretudo de William Worcester, contra a indolência das ações armadas, tenha tido bases similares, afinal, os conhecimentos de letrados e contendores insulares sobre o consumo etílico se aproximaram. É notável que o comedimento e atenção a esse respeito por parte do próprio monarca Henrique V estendeu-se de um ponto a outro de sua carreira marcial, pois, de modo similar, a supramencionada ocasião em que viandou com sua hoste pela região de Boves, onde o seu sucesso contra os inimigos, ainda não havia sido consolidado.

Durante a negociação do acordo de paz que viria a sacramentar a breve união de ambas as Coroas sob um único rei, um cronista anônimo relatou que era sabidamente conhecido o fato de os "vinhos daquela região serem fortes e os ingleses não estarem acostumados com os mesmos". Em razão disso, um breve incidente entre os homens que o acompanhavam poderia trazer sérias implicações às tratativas e, por esse motivo, aquele "príncipe prudente, desejoso de saúde e bem estar dos seus", segundo o autor do relato, "fez com que fosse proclamado entre sua hoste que nenhum homem deveria atrever-se a

---

[722] Em grandes expedições, o vinho era mais do que um item acessório, mas uma necessidade a fim de evitar doenças causadas por más condições sanitárias. STRICKLAND, M. **War and chivalry:** the conduct and perception of war in England and Normandy, 1066-1217. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 264.

[723] O original, em latim, foi traduzido por Anne Curry para o inglês, versão a partir da qual realizo a tradução do excerto em questão. CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000. p. 51.

[724] Nesse sentido, a tentativa de regrar o consumo do vinho foi uma constante por todo o período, dentro e fora dos domínios ingleses. Na perspectiva do cavaleiro Geoffroi de Charny, o norte das ações armadas deveria ser a busca incessante pelo acréscimo da honra e, em meio a esse objetivo, o contato com as bebidas não deveria ser uma "fonte de deleites". Aconselhou seus pares de armas a consumirem "a contento mas em quantidade suficiente", isto é, "de forma moderada" e "não em excesso", pois assim era possível evitar que o corpo viesse a se tornar "moroso", e, portanto, inapto para a guerra. CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 61.

beber nenhum vinho sem que se adicionasse água", sob o risco de não apenas "desagradá-lo", como também de vir a "sofrer punições conforme a sua vontade".[725]

Assim, tanto em uma ocasião como em outra, minorar os riscos de seu consumo exacerbado entre homens de armas foi um preceito fundamental para o bom exercício do governo da guerra. A recomendação, portanto, foi para que se mantivessem "apartados da embriaguez, uma vez que a sabedoria governada pelo vinho se equipara a um cavalo que derruba o seu mestre"[726], isto é, mesmo aqueles aptos para a prática das armas, quando entorpecidos durante as etapas de sua realização, poderiam colocar em risco a si e a toda a hoste.

Ao se conceber, portanto, como "fundamental" que "os responsáveis por capitanearem a guerra" direcionassem "a maior atenção possível para que as mulheres e o vinho não esmorecessem o coração do guerreiro"[727], regular tais aspectos foi um dos focos para conter os reveses experimentados pelas armas inglesas no continente. O elemento em comum naquela discussão foi o de que importava menos planejar medidas para afastar os combatentes daqueles elementos passíveis de despertarem paixões imoderadas, e muito mais de se tentar estabelecer limites para o seu controle diligente.

Os vícios que acometeram as armas inglesas não se limitaram àqueles apresentados até aqui. Ainda que a prática da guerra pudesse oferecer atrativos para aqueles mais hábeis em seu desempenho, houve quem tenha decidido manter-se afastado de sua realização. Houve os que combateram em troca de estipêndios.[728] Houve os que fugiram do combate a despeito do acirramento dos conflitos. Houve aqueles que assumiram o governo das armas, porém, para utilizarem de tal posição para executar ações ilícitas contra os súditos que deveriam reger. Mas vejamos como tais questões foram tratadas pelos contemporâneos.

---

[725] KINGSFORD, G.L. (Ed.). **The first English life of king Henry the fifth.** Oxford: Clarendon Press, 1911. p. 159.
[726] BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 108.
[727] **THE STATESMAN'S BOOK OF JOHN OF SALISBURY, being the fourth, fifth, and sixth books, and selections from seventh and eight books, of the Policraticus.** Translated into English with an introd. by John Dickinson. New York: Russell & Russel, 1963. p. 196.
[728] Esse ponto será escrutinado mais adiante.

5.3. A recusa em combater

Durante o mês de março de 1436, o cavaleiro Richard Fitz Eustace, junto a outras autoridades inglesas a exercerem o governo do território da Irlanda, exigiu que um outro homem de mesmo estado, Thomas Stanley, então tenente do rei, reunisse os homens de armas e arqueiros naquela região. Dentre os objetivos daquela ordem, esteve o de verificar e dispensar todos aqueles "equipados inadequadamente ou inaptos para o combate", devendo, pois, serem "substituídos por outros mais eficientes". Não obstante, um requerimento complementar exigiu que todos aqueles que se colocavam ilegitimamente a serviço do rei, isto é, "passando-se por outras pessoas ou ainda agindo de maneira dissimulada", deveriam ser sumariamente "apreendidos". Em meio a tais exigências colocadas sobre os guerreiros, uma delas pontuava a necessidade de declararem, "sob juramento", seus nomes e outros detalhes que permitissem aos oficiais régios identificá-los e, assim, atestar a sua presença.[729]

Ainda que o relato se refira à Irlanda, as preocupações eram similares a outros territórios ocupados e conservados por meio da força das armas, como a França. Por essa razão, exigia-se a vigilância constante da Coroa e de seus representantes tanto sobre as vontades e insatisfações das populações locais, que poderiam descambar para sublevações devido à sujeição conflituosa aos reis ingleses, como também sobre os próprios combatentes. À semelhança dos descomedimentos ligados a mulheres e bebidas, esquivar-se do ofício marcial ou realizá-lo com finalidades aparentemente ilícitas eram julgados comportamentos graves e de desvirtuamento das armas.

Em períodos anteriores, o demorado afastamento das armas era atribuído a extensos períodos de paz, sob a proteção das muralhas das cidades.[730] No entanto, outro movimento é característico no século XV inglês, pois, em uma época de extenuantes combates contra os adversários, aqueles que deveriam empregar suas habilidades no manejo das armas optaram em favor de uma "vida citadina" (*cyvil life)*[731] e na administração de lugares, bem como na de seus habitantes, de modo nem sempre

---

[729] **CALENDAR OF PATENT ROLLS.** Henry VI, 1422-1461. London, H.M.S.O., 1907. v.2, p. 535.
[730] A certo momento da tradução de 1408 de Vegécio, é apontado que, em comparação ao tempo presente, "nas cidades, maiores e menores, não havia paixões e nem deleites pelos quais as vontades dos guerreiros poderiam vir a ser apartadas do ardente desejo pelas atividades de armas". LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988. p. 51.
[731] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 76.

virtuoso.[732] Em outras palavras, não foram apenas os excessos resultantes do cotidiano marcial a trazerem má fortuna aos súditos Lancaster, mas igualmente a negligência para com as atividades armadas e os interesses ilícitos. Nesse sentido, é possível que a reunião da hoste realizada por Richard Fitz Eustace tenha se deparado tanto com homens dissimulados e inaptos para o combate, como também com guerreiros displicentes.

A propósito do distanciamento de atividades de natureza bélica na primeira metade do Quatrocentos, é preciso considerar, entretanto, que este esteve diretamente ligado à ausência do monarca na liderança das hostes e também ao notável índice de letalidade experimentado entre os guerreiros, sobretudo graças ao crescente emprego da artilharia e de armas de fogo de curta distância.[733] Um novo movimento torna-se, pois, perceptível na guerra quatrocentista: a diminuição do engajamento aristocrático nas contendas do outro lado do mar.[734] Por essa razão, ao passo em que o conflito se torna quase contínuo após a segunda metade da década de 1410, oferecendo oportunidades "sem precedentes para o guerreiro profissional"[735], sobretudo daqueles de estado inferior ao de cavaleiro, a colaboração nas guerras na França foi se tornando menos atrativa a homens com interesses governativos em territórios dentro da Inglaterra.[736]

Um aumento do número de homens de estado cada vez mais apartado da hierarquia governativa a assumirem efetivamente as armas e a postularem o ingresso na cavalaria se tornou notável.[737] Concomitantemente, o interesse de letrados e de seus pares engajados nas contendas a se dedicarem aos escritos e saberes levou-os a se ausentarem das atividades de armas. Um desses casos foi o da família Paston, cujo patriarca, William (1378-1444), manteve-se como escudeiro por toda a vida e, ao invés de preparar seus

---

[732] Conforme apontado no capítulo anterior, o período pós-tratado de Troyes testemunhou um dos intervalos de maior intensidade das atividades marciais de todo o histórico dos conflitos.

[733] A artilharia já era usada no século XIV, porém seu uso se intensificou no XV. A integridade do corpo, assim, também era colocada em risco não somente nas escaramuças realizadas nas cercanias das fortalezas ocupadas no continente, mas durante um cotidiano marcado pelas incertezas, causadas por uma variedade de riscos, desde moléstias e carestia até o envolvimento de homens de carreira similar em "altercações provocadas em meio a hoste e em razão de animosidades anteriores. ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415-1450:** the history of a medieval occupation. Oxford: Claredon Press, 1983. p. 201.

[734] Tais argumentos partem de levantamentos quantitativos realizados sobre a documentação produzida a respeito do arrolamento e pagamento das hostes. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 33; 42.

[735] O emprego do termo "guerreiro profissional" refere-se àqueles que atuavam com certa regularidade nos conflitos. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 20.

[736] Maurice Keen advoga que, em certa medida, o afastamento dos homens de armas da alta aristocracia foi arrazoado a partir dos elementos em questão. KEEN, M. The end of the Hundred Years War: Lancastrian France and Lancastrian England. In: JONES, M.; VALE, M. (Eds). **England and her neighbours: 1066-1453.** London: Hambledon Press, 1989. p. 297-311.

[737] Sobre esse fato, conferir os gráficos no "Anexo I" da presente investigação.

rebentos para a guerra e o ingresso na ordem cavaleiresca, aconselhou seus filhos a "aprenderem as leis" como o meio mais correto de "defenderem a si próprios".[738] Em outras palavras, seu ponto vista foi o de priorizar a aquisição de saberes letrados como meio de garantir o lugar na sociedade reinol, relegando a outros a prática bélica e, consequentemente, as agruras do combate.

Ao que parece, seu conselho é ilustrativo das convicções de ao menos parte da aristocracia inglesa empenhada em afirmar sua distinção frente aos outros grupos, pois, se alguns se dedicaram às demandas do conflito, outros concordaram com William Paston. Por quaisquer que sejam as razões, estes últimos são os que levaram William Worcester a lastimar, em tom lamurioso, "que muitos descendentes de sangue nobre e nascidos para as armas, como filhos de cavaleiros, escudeiros e outros de sangue fidalgo", preferiam dedicar-se à prática das leis e preteriram as armas cavaleirescas em favor dos "assuntos civis" (*civile matier*).[739]

Tal ponto de vista não foi isolado, pois foi defendido por outro letrado laico contemporâneo, John Fortescue (c.1395 – c.1477), que pôde observar de perto as atividades de armas e fez jus a seu título cavaleiresco, contendendo na batalha de Towton, em 1461, junto aos apoiadores do rei. Naquele que viria a tornar-se um de seus mais afamados escritos, o *Em louvor às leis da Inglaterra* (*In praise of the laws of England*), o sábio e guerreiro asseverou que, "devido aos grandes custos", não havia muitos aptos a "aprendem as leis para além dos filhos dos nobres, uma vez que os pobres e os comuns não podem custear (o aprendizado) de seus filhos".[740] A princípio, pois, distinguiu-se de William Worcester ao naturalizar o ato de relegar as armas a um segundo plano, pois embora "cavaleiros, barões e outras pessoas ilustres" estivessem mais preocupados "com sua nobreza e com a preservação de sua honra e reputação do que aqueles de outros estados". Mas depois considera que, em seu tempo, não buscavam esse fim por meio do emprego da violência justa, e sim dos estudos da "ciência legal", da "sagrada escritura" e da "leitura de crônicas", assumiriam o protagonismo outrora delegado à atividade de

[738] GAIRDNER, J (Ed). **The Paston letters, A.D. 1422-1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. 4 v. 2, p. 72.
[739] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. By John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 77.
[740] FORTESCUE, J. **On the laws and governance of England.** Edited by Shelley Lockwood. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1997. p. 68.

armas como o meio mais confiável "para a aquisição da virtude e desencorajamento do vício".[741]

Diante de um quadro em que membros distintos da aristocracia entenderam ser de bom grado manterem a si e a seus descendentes das atividades guerreiras, Ricardo, duque de York, lançou uma admoestação contra seus pares de armas em meados de 1440, a partir da recomendação de seu conselho, formado por John Fastolf, William Oldhall[742] e William ap Thomas[743], cavaleiros de vasta experiência bélica. Apesar de o duque ter sido designado pelo monarca para "interceder, assegurar, salvaguardar e defender os territórios da França e da Normandia"[744], o principal obstáculo no qual esbarrou foi o do "descomprometimento" de homens comuns que, mesmo capazes de cumprirem com todas as prerrogativas necessárias para conduzirem as hostes no continente, deixavam de fazê-lo. Dessa maneira, o aristocrata foi firme ao asseverar que "alguns", mesmo "possuindo direitos para cobrarem impostos e liderarem as hostes por anos a fio", não o fizeram, pois optavam, quando eram conclamados a se exporem aos riscos da função guerreira, por "permanecerem na Inglaterra e não se diligenciarem ou empregarem suas gentes a serviço do rei e nem agirem em prol de sua conquista".[745]

O descontentamento desse duque com a displicência dos guerreiros não foi um ato isolado. Em plena contraofensiva de Carlos VII para retomar territórios na Borgonha e na Normandia em meados de 1429, o conselho governativo daquela última região viu-se forçado a enviar o escudeiro Jean Corbuissier até a Inglaterra para "solicitar e apressar os grandes senhores, capitães, e a hoste designada pelo rei" à França, uma vez que permaneciam ociosos e se viram obrigados a cruzar o mar com celeridade a fim de combatê-los na França.[746] Pairava, então, a preocupação com a defesa ineficiente dos

---

[741] FORTESCUE, J. **On the laws and governance of England.** Edited by Shelley Lockwood. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1997. p. 69.

[742] William Oldhall desempenhou funções de capitão e bailio durante a década de 1430, simultaneamente a John Fastolf. Além disso, são atribuídos a ele "feitos notáveis" nas fronteiras de Anjou e Maine, bem como na batalha de Verneuil em 1424. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 61.; COLLINS, H.E.L. **The order of the garter, 1348-1461**: chivalry and politics in late medieval England. Oxford: Claredon Press, 2000. p. 41.

[743] William ap Thomas fora trazido para o serviço inglês por Henrique V e participou de expedições à Normandia junto ao duque de York. SEWARD, D. **The hundred years war:** the English in France, 1339-1453. London: Constable, 1978. p. 174.

[744] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 586.

[745] Ibid, p. 590.

[746] Idem. **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864, v.2, pt.1, p. 121.

territórios outrora governados pela Coroa, colocados assim em risco não apenas em função dos "inimigos que nos rodeiam", segundo refletiu um letrado anônimo pouco tempo após o congresso de Arras[747], mas também em função da própria "preguiça e imprudência" daqueles responsáveis por sua manutenção armada.[748]

Quando o bailio da capital normanda, Jean Salvain, recebeu ordens para atuar em socorro da fortaleza de Ivry em 1424, ele ordenou a proclamação e publicação da normativa para que guerreiros de variados graus na hierarquia marcial "permanecessem de prontidão", desde "condes, barões, cavaleiros e escudeiros" até "todos aqueles outros acostumados ao ofício das armas, nobres e não nobres", mesmo os de "outras nações".[749] No entanto, em face da possibilidade de não ter aquela demanda prontamente atendida, e assim encarar a insuficiência na mobilização de guerreiros, ele enfatizou em sua convocação que, em caso de descumprimento, todos eles corriam o risco de atraírem para si a "cólera" do monarca[750], o que implicaria em punições, como a perda de bens móveis e imóveis.

Longe de ser um evento isolado, três anos depois o mesmo bailio recebeu ordens expressas do conde de Warwick, dessa vez para um evento de maior magnitude. Diante da notícia de que seriam "atacados" nos campos de Avranches "pelos inimigos e adversários do rei", dentre os quais estava o delfim, o nobre ordenou, por meio de carta enviada a Jean Salvain em 17 de março de 1427, que ele rumasse para a fortaleza acompanhado "pelo maior número de indivíduos que conseguisse encontrar e compelisse a segui-lo". Não obstante, recordou-lhe que deveria informar a todos os homens que, diante de possível negativa, seriam considerados "rebeldes e desobedientes ao rei".[751] Alguns dias depois, o bailio fez uso de suas atribuições e, ao replicar as ordens do conde por meio escrito, acrescentou que diante dos perigos apresentados por inimigos com "intenção de contender, queimar, devastar e ocupar o território do rei", era imprescindível contrapor-se a tais danos. Contudo, assim como no socorro a Ivry, relatou a obrigação de

[747] Acredita-se que o tratado tenha sido composto entre meados de 1436-1438. HOLMES, G.A. The 'Libel of English policy'. **The English historical review**, Oxford, v. 76, n. 299, p. 193-216, abr. 1961. p. 193.
[748] WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 2. p. 187-188.
[749] STEVENSON, J. (Ed.). op. cit.,. v.2, pt.1, p. 25-26.
[750] Ibid
[751] Ibid., v.2, pt.1, p. 69.

"impor" aos guerreiros que fossem em auxílio do conde, "sob pena de confisco de suas pessoas e apreensão de seus bens".[752]

Ao não se restringir à convocação dos homens de armas e reforçar a possibilidade de punição daqueles que eventualmente viessem a se furtar do combate, a atitude do conde e do bailio são bons indicadores de um problema que teria persistido pelas décadas adiante. Tal disposição a evitar a participação nas contendas, ou ao menos a agir de modo displicente, também parece ter influenciado no fracasso da supramencionada expedição liderada pelo cavaleiro Thomas Kyriell a Formigny, em 1450. A partir de um ponto de vista similar ao de seu amparador[753], William Worcester não deixou de ponderar que o infortúnio enfrentado naquele momento deu-se, sobretudo, "em razão de muitos capitães de menor importância" se estenderem "mais do que o necessário em seus deslocamentos, tanto após ele ter desembarcado, como enquanto ele se dirigia para alguma fortaleza ".[754]

Assim, pautado pela consternação acerca do afastamento das armas, William Worcester alertou os responsáveis por empunhá-las: "a reverência da cavalaria e dos saberes Cavaleirescos repousa sobre o fato de que, para obtê-la, é preciso diligenciar vossas ações"[755], pois, somente quando observadas de modo laborioso, eles seriam capazes de evitar o giro adverso da roda da fortuna "contra essa terra".[756] Dessa maneira, alegou que não seria correto atribuir os insucessos armados a fatores como a "influência de constelações", pois o cerne do problema localizava-se no fato de que os contendores ingleses, outrora "da estirpe de leões de furiosa coragem, resiliência" e dispostos a realizarem "atos de bravura", nos tempos em questão, se afastavam de suas condutas armadas e voltavam-se a prática de "pecados e desventuras"; norteados, sobretudo, "pela falta de prudência e de governança política no tempo correto". Por isso mesmo, apartar-se das armas significou "negligenciar o bem comum".[757]

---

[752] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864, p. 73.

[753] A narrativa desse excerto do *Boke of Noblesse* se aproxima tanto no vocabulário empregado como na argumentação apresentada por John Fastolf a respeito de recomendações para uma contraofensiva em defesa do condado da Guiena. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864, v.2, pt. 2, p. 595.

[754] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 41.

[755] Ibid., p. 31.

[756] Ibid., p. 48.

[757] Ibid., p. 51.

Logo, o reino testemunhava um árduo período para o oferecimento de emendas, pois, enquanto membros da aristocracia permaneceram displicentes em relação ao exercício das armas, muitos outros do ofício marcial, fossem ou não grandes senhores do reino, integravam os conflitos e cometiam toda a sorte de abusos e faltas contra o bom governo dos homens em territórios sob o domínio do monarca inglês.

5.4. Atos guerreiros ilícitos

Nos registros régios de maio e julho de 1442, é apontado o papel exemplar no desempenho das ações bélicas do cavaleiro Thomas Hoo, um destacado contendor nas décadas finais do Quatrocentos. De acordo com aqueles apontamentos, o renomado membro da ordem da Jarreteira[758] atendeu ao chamado para se juntar a Ricardo, duque de York, então "tenente e governador geral da França", e a outros "200 homens de armas e 2300 arqueiros" na reunião da hoste (*muster*) que viria a cruzar para o outro lado do mar, "a fim de defender a Normandia".[759] No entanto, enquanto alguns se diligenciavam e se dispunham a correr riscos para bem exercer a função bélica, houve aqueles que, longe de negligenciarem o que era a prática louvável da guerra, conforme apontado anteriormente, empregaram de sua condição armada para realizar abusos e atos repreensíveis contra os súditos dessas regiões.

No conjunto de registros aqui examinado, é significativo o datado de 16 de julho, pouco menos de um mês após o embarque dos primeiros contendores rumo ao continente. Ali, ordenou-se o julgamento de dois cavaleiros, William Thomas e James de Audeley, guerreiros de menor estatura social que deveriam seguir para o mesmo destino com um alto dignitário do reino e membro da linhagem régia, Edmund Beaufort.[760] Em comum, os três compartilhavam a acusação de desvios que envolviam a violência armada contra os súditos da Coroa inglesa dentro de seus próprios domínios, contrariando o princípio de

---

[758] Thomas Hoo foi sagrado cavaleiro em 1/7/1445. COLLINS, H.E.L. **The order of the garter, 1348-1461**: chivalry and politics in late medieval England. Oxford: Claredon Press, 2000. p. 294.

[759] **CALENDAR OF PATENT ROLLS.** Henry VI, 1422-1461. London, H.M.S.O., v. 4, p. 106.

[760] Edmund Beaufort (c. 1406-1455) descendeu da linhagem de John Gaunt, um dos filhos de Eduardo III. Ele foi designado por Henrique VI pela defesa de Calais em 1436 contra o duque da Borgonha após aquele último ter alternado sua aliança em favor de Carlos VII. Em função disso, ele foi recompensado com a titulação para a ordem da Jarreteira no mesmo ano. Em 1443, com a morte de seu irmão, ele viria assumir o seu mais importante título: o de duque de Somerset. COLLINS, H.E.L. **The order of the garter, 1348-1461**: chivalry and politics in late medieval England. Oxford: Claredon Press, 2000. p. 294.; GRUMMITT, D. **The Calais garrison:** war and military service in England, 1436-1558. Woodbridge, UK; Rochester, NY: Boydell Press, 2008. p. 25-26.; WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 46-47.

que deveriam resguardá-los.[761] A extensa lista das acusações abarcava infrações iniciadas por "traições, insurreições e rebeliões", e que foi se intensificando para "graves delitos, prevaricações, opressões, extorsões, conspirações, conluios, interferências, auxílios indevidos, ambidestrismos, dissimulações, falsidades, desobediência, ardis e transgressões, ofensas e negligências".[762]

Do outro lado do mar, ingleses e aliados, encarregados da gestão de fortalezas e das pessoas, receberam acusações similares durante o exercício de suas funções, reclamações devidas não somente aos bandos armados, mas também aos atos individuais de violência.[763] No primeiro caso, é possível mencionar o requerimento produzido em Westminster, no ano de 1450, em favor de Isabelle de Lallinge, uma nobre borgonhesa que alegou ter sido "capturada, levada para o mar e saqueada", provavelmente por aqueles ligados ao monarca Henrique VI.[764]

Mesmo que a petição não identifique quem a atacou, a reclamação e sua posterior indenização realizadas pela corte régia permitem conjecturar que os membros da embarcação não eram meros piratas ou homens desgarrados da hoste inglesa. Em alguma medida, é possível conjecturar que detivessem algum grau de comando na cadeia bélica, ou ainda que contassem com a anuência de um responsável ligado a ela e sob o pagamento da Coroa, aproveitando-se do período de inatividade de contendas para realizar tal ilicitude[765], aos moldes do que fez o cronista e combatente Enguerrand de Monstrelet. Durante o desempenho de sua capitania no castelo de Frévent em 1422, exercida em favor dos ingleses durante a regência do duque de Bedford, ele procedeu em conluio com outros homens de armas para emboscar, roubar e posteriormente dividir o fruto do saque

[761] COSS, P. **The knight in medieval England, 1100-1400.** Stroud: Sutton, 1993. p. 161.
[762] **CALENDAR OF PATENT ROLLS.** Henry VI, 1422-1461. London, H.M.S.O., v. 4, p. 106.
[763] ROWE, J.H. Discipline in the Norman garrissons under Bedford, 1422-35. **The English Historical Review,** Oxford, v. 46, n. 182, p. 196, abr. 1931.
[764] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864, v.2, pt.2, p. 474.
[765] O emprego de corsários nos conflitos durante o século XV foi uma constante, muito embora tenha variado de acordo com as circunstâncias da guerra. As atividades de rapina legitimadas institucionalmente ocorriam lado a lado com outras procedidas sem qualquer respaldo dos príncipes ao longo de todo o período. Sobre o debate a respeito dos meandros legais de ambas as atividades, bem como uma mostra sobre a atuação de corsários e piratas durante a Guerra dos Cem Anos, cf.:Heebøll-Holm, T.K. **Ports, piracy, and maritime war:** piracy in the English Channel and the Atlantic, c. 1280-c. 1330. Leiden: Brill, 2013. p. 9-13.; SUMPTION, J. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. p. 89-129.

realizado contra um grupo de mercadores que se deslocava por aquela região, ainda que protegidos por um salvo-conduto do supramencionado duque.[766]

A partir dos exemplos oferecidos pela conduta condenável daqueles ligados ao esforço marcial Lancaster na França, é possível destacar que o teor do alerta lançado sobre sua imoderação teve duplo significado. Ao mesmo tempo em que guerreiros se afastaram do fazer armado e do comprometimento com a prática e aplicação da justiça, suas ações distaram da proteção aos domínios ingleses no reino na França, ignorando assim a expectativa de irem de encontro aos inimigos que os assediavam. Ao contrário, eles próprios se mostravam agentes nocivos nos territórios sob jurisdição do governo inglês.[767]

Por terem se mostrado antíteses dos "muitos outros valorosos homens no exercício de armas que, como verdadeiros mártires e almas abençoadas, encontraram seu derradeiro fim através da guerra",[768] William Worcester admoestou seus contemporâneos – sobretudo aqueles pertencentes aos mais altos degraus da hierarquia reinol – a se engajarem ativamente nos combates do outro lado do mar. Contudo, era fundamental que, caso de fato decidissem rumar em direção ao continente, evitassem condutas como as de Edmund Beaufort e de Enguerrand de Monstrelet; e o meio mais acertado para isso era que fossem "iniciados e instruídos desde a juventude em coisas pertinentes e próprias à nobreza" e ao "exercício das armas"[769], a fim de que tomassem contato com parâmetros recomendáveis a guiá-los.[770]

De qualquer maneira, ser acusado e condenado por desvios como aqueles supramencionados não parece ter findado suas carreiras, afinal, tais acusações nem sempre deixaram marcas indeléveis em sua honra e houve casos em que foram perdoados, permanecendo ativos na condução da guerra na França. Exemplo disso é o de Enguerrand

---

[766] O relato completo e as justificativas empregadas para suas ações e para o recebimento de seu perdão encontram-se em: STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.1, p. 10-20.

[767] As ordenações do duque de Bedford lançadas entre 1423 e 1428 pretenderam evitar ações contra os súditos e manter a ordem pública, porém seu constante reforço parece indicar um problema de difícil superação para os governantes de homens e de armas na primeira metade do quatrocentos. ROWE, J.H. Discipline in the Norman garrissons under Bedford, 1422-35. **The English Historical Review,** Oxford, v. 46, n. 182, p. 196, abr. 1931.

[768] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 3-4.

[769] Ibid., p. 78-79.

[770] GREEN, R.F. **Poets and princepleasers:** literature and the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980. p. 135-167.

de Monstrelet que, a despeito dos seus delitos sujeitos a pena capital,[771] foi perdoado e permaneceu sob a graça do duque de Bedford[772] e ligado à vida marcial.[773] Outro exemplo foi o provável retorno ao continente de William Thomas, que se encontrou arrolado à hoste do virtuoso Thomas Hoo na defesa da guarnição de Mantes, na Normandia, em 1446.[774] Da mesma maneira, Edmund Beaufort viria a desempenhar um papel-chave nos eventos a se desenrolarem após a assinatura do tratado de Tours em 1444.[775]

Dessa maneira, muitos dos capitães, bailios e outros homens responsáveis pela guarda das localidades e pela proteção a seus habitantes, quando não se abstiveram de empreenderem o combate, por "medo do inimigo", decidiram realizar "acordos" com os mesmos a fim de protegerem seus bens e suas vidas. Em meio a isso, no entanto, também é possível conceber que, entre uma e outra possibilidade, figurou uma terceira: a da interrupção das hostilidades.[776]

Foi o que ocorreu, por exemplo, na rendição da fortaleza de Falaise, conquistada pelos Lancaster, em 1417, e retomada pelos Valois, em 1450.[777] Naquele primeiro momento, quando Henrique V exigiu a capitulação da cidade, entre os seus defensores, e portanto, aliados dos inimigos, encontravam-se homens "nascidos na Inglaterra, Gales e

---

[771] Nas ordenações de Henrique V, é mencionado que "não se deve roubar víveres, forragens ou qualquer outro item que venha para o alívio da hoste" e, consequentemente, aqueles a abastecê-las, citando nominalmente aos mercadores. A punição poderia variar do "aprisionamento do corpo a ser punido segundo a vontade do rei" até a "pena de morte" por "enforcamento". CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 241.; STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.1, p. 13.

[772] Ele recebeu o perdão do duque ao se comprometer a reparar os agravos cometidos. Cf. Ibid., v.1, p. 10-20.

[773] Dentre os fragmentos conhecidos de sua vida, o editor de sua crônica aponta que é sabido que ele foi apontado como bailio de Cambray em 20 de junho de 1436, posto que ocupou até janeiro de 1440. É preciso notar, contudo, que àquela data ele já não estava mais a serviço dos ingleses, em função do rompimento da aliança borgonhesa no ano anterior por meio do tratado de Arras. **THE CHRONICLE OF Enguerrand de Monstrelet**. Translated by Thomas Johnes. London: H. G. Bohn, 1810. v.1, p. XXIII.

[774] É importante notar que a entrada para William Thomas figura por um período de quase vinte anos 1428-1448. Uma possível explicação é que se tratem de vários homônimos. No entanto, também é possível pensar que se trate de um mesmo indivíduo com um vasto histórico de participação nas armas ao longo das duas décadas, tendo atuado ao menos em três oportunidades sob o comando de Thomas Hoo entre 1443-1448, todas na mesma localidade da guarnição de Mantes, na Normandia. Cf. https://www.medievalsoldier.org/dbsearch/.

[775] As acusações de 1442 não foram as últimas lançadas contra ele. Ele foi formalmente acusado pelo seu rival, o duque de York, pelos fracassos na França em 1449-1450, bem como por John Fastolf, este último, assim como muitos antigos combatentes, trocou a aliança Lancaster pela York ao início da década de 1450, e possivelmente o teor de suas inquirições reflitam essa alteração de posicionamento. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 718-722.

[776] Ibid., p. 619-633.

[777] Ibid., p. 633.

Irlanda" e que atualmente "se situavam ali contrários ao rei e a seus aliados". Mais grave ainda, existia a possibilidade de que viessem a se aproveitar da interrupção do cerco para "pilharem e roubarem os burgueses" antes de partirem, possibilidade antecipada por Henrique V, o qual exigiu que, "caso o fizessem, deveriam ser executados e os seus bens confiscados".[778]

Em ocasião posterior, quando foi a vez de Carlos VII ditar os termos de capitulação, o monarca adversário igualmente se preocupou em lançar sua "proibição" para a prática de "atividades marciais dentro ou nas cercanias da cidade", por parte dos ingleses que iriam deixá-la. Para isso, desautorizou que partissem com qualquer coisa "para além das roupas que estavam usando", incluindo qualquer item que pudesse ser empregado "na realização da guerra", e exigiu deles, sob juramento, que uma vez que lhes fosse oferecido "salvo-condutos", partiriam rumo à Inglaterra sem demora.[779]

Ainda que tais condutas não fossem incomuns, apresentavam-se ao olhar de moralistas como exemplos do enfraquecimento moral do corpo marcial inglês, pois, ao final da primeira metade do Quatrocentos, não eram mais do que um reflexo pálido e decadente de uma "linhagem tão antiga e valorosa" que descendeu "do nobre sangue de Tróia" e que, por séculos a fio, se manteve "sem máculas e deformidades perante a lei, dentre os mais poderosos em todas as regiões, dentro e fora da Cristandade".[780] Assim, no primeiro plano daquele cenário, figurou a perspectiva do gradativo "declínio" de seu poderio, justamente em função do mau direcionamento que tornou cada vez mais raro observar alguns "poucos" que se engajaram voluntariamente no exercício das armas.[781]

Ao denunciar a existência de elementos viciosos a prejudicarem as ações bélicas de seu tempo, William Worcester e os seus pares referiam-se, ainda que indiretamente, a uma realidade que assistiu ao aumento paulatino no número de homens advindos dos estratos inferiores da hierarquia social a embarcarem, combaterem, habitarem e,

---

[778] GAIRDNER, J (Ed). **The historical collections of a citizen of London in the fifteenth century**. London: Camden Society, 1876. p. 118-119.
[779] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 732-733.
[780] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 43
[781] Ibid.

finalmente, perderem por completo o controle dos domínios ingleses na França.[782] Não obstante, é possível conjecturar que seus alertas foram não só sobre o descalabro marcial de uma aristocracia displicente, a qual agia em descompasso com a feitura bélica pujante de seus antepassados.[783] Em alguma medida, também trouxeram à tona a necessidade de se observar o comportamento daqueles outros de consanguinidade secundária.[784] Somadas as ações de uns e outros, elas formaram um panorama dos vícios considerados responsáveis por prejudicar o bom governo dos territórios no continente.

Até aqui, portanto, foi possível elencar alguns dos eixos das faltas correntes nas décadas finais dos conflitos. No entanto, junto a elas, havia ainda a cobiça, a qual, segundo uma das muitas traduções quatrocentistas do *Segredo dos segredos*, ligavam-se diretamente às tentações lançadas contra o corpo guerreiro, isto é, aquelas dos "desejos da carne". A partir desse desvio, advinham muitos outros: "o desejo de riquezas, a falta de arrependimentos, a improbidade e a presunção", os quais, uma vez congregados, implicavam na "destruição da fidelidade e na confusão de todo o labor e acréscimo virtuoso dos homens";[785] eram graves consequências, pois, para aqueles que justamente deveriam afastar-se de uma vida reprovável. As paixões e os deleites engatilhados pelos desejos da carne dos contendores atuaram, assim, como o ponto inicial para uma série de desvios que influíram sobre o modo como foi executado o contender, isto é, daquele marcado pelo saque e pela pilhagem dos inimigos em campanhas sazonais e de curta

---

[782] De qualquer forma, ainda é preciso ter cautela a respeito de um apontamentos dessa natureza, uma vez que mesmo contando com um número inferior de homens para guarnecerem quase um terço do território francês, os dois Henriques mantiveram-no sob seu controle por pouco mais de três décadas, contando justamente com o auxílio daqueles guerreiros alvos de acusações letradas. Nesse sentido, se ainda havia lugar para a esperança na recuperação dos territórios perdidos, elas deveriam ser depositadas, "entre todos os estamentos", naqueles com maior "preparo" para lidar com a situação graças aos conhecimentos adquiridos por meio da dedicação de seus dias de "grandes perigos nas conquistas e guerras". Ibid., p. 77-78.

[783] A maioria das casas nobiliárquicas que combateram no século XIV não demonstravam "boa vontade" para prosseguir os labores marciais no Quatrocentos, e por isso mesmo, abstiveram-se de enviar quem as pudesse representar do outro lado do mar. KEEN, M. The end of the Hundred Years War: Lancastrian France and Lancastrian England. In: JONES, M.; VALE, M. (Eds). **England and her neighbours: 1066-1453.** London: Hambledon Press, 1989. p. 311.

[784] No Quatrocentos, mesmo os arqueiros teriam algum resquício e grau de ligação para com os homens que exerciam o governo local, diferentemente do grande número daqueles outros de origens campesinas que integraram as hostes durante o século anterior. Eram assim membros distantes de uma aristocracia que agiu sobre a cadeia proporcionada por aqueles laços para a realização do ajuntamento de homens e da organização da guerra. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 152-154.

[785] MANZALAOUI, M.A. (Ed.). **Secretum secretorum:** nine English versions. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 130.

duração ao longo do século XIV[786] àquele outro que pretendeu moderar as mesmas práticas devido à necessidade de se ocupar e administrar o território conquistado após a segunda metade da década de 1410.

A partir dessa prerrogativa, que alterou significativamente as feições do tabuleiro bélico, exigiu-se a criação de uma "burocracia" para o seu gerenciamento, o constante diálogo entre os dois lados do reino e o manejo frente aos anseios de uma população em constante assédio por príncipes e companhias livres, compostas por súditos que vagueavam entre umas e outras, em busca de tesouros e de ganhos.

Ao lidar com essa questão, tanto reflexões realizadas durante o conflito como também as suas reminiscências após 1453 destacaram que a cobiça de homens com atribuições simultâneas de guerreiros e administradores foi uma importante fonte do descalabro observado pelas armas inglesas. Tal entendimento parece ter prevalecido entre aqueles que viveram ao longo das duas metades do Quatrocentos, como o cronista John Warkworth (c. 1425-1500), cujo escrito é contemporâneo ao *Livro da Nobreza*[787] e que defendeu que o "rancor" contra Henrique VI após 1450 era em certa medida injusto, dado que, embora seu reinado tenha sido marcado pela perda dos territórios na França, tal infortúnio não decorreu primordialmente de suas ações, mas sim da ação de "pessoas cobiçosas" e de "falsos senhores" que agiram em benefício próprio, "em contrariedade aos desejos" do monarca.[788]

Em dupla medida, a cobiça foi tida como um vício responsável por levar os homens "a excederem os limites da razão"[789], perceptível sobretudo quando exigido o pagamento dos guerreiros e o envio de víveres necessários para a sua sobrevivência do outro lado do mar. Nesse ínterim, manifestaram-se vícios, como a mencionada avareza, e também o orgulho, a inveja e a concupiscência do corpo, tornando-se assim preocupações dos responsáveis pela administração do "bem universal da comunidade". Cabe, a seguir,

---

[786] Mesmo com a assinatura do tratado de Bretigny em 1362 que garantiu aos ingleses boa parte do território, sua ocupação efetiva veio a ocorrer tão somente após as expedições de 1417. KEEN, M. The end of the Hundred Years War: Lancastrian France and Lancastrian England. In: JONES, M.; VALE, M. (Eds). **England and her neighbours: 1066-1453.** London: Hambledon Press, 1989. p. 304.

[787] Sua crônica teria sido escrita entre meados de 1478 e 1482. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 251.

[788] WARKWORTH, J. **A chronicle of the first thirteen years of the reign of king Edward the fourth.** Edited by James Orchard Halliwell. London: Camden Society, 1839. p. 12.

[789] TIPTOFT, J. The declamacion of noblesse. In: MITCHELL, R.J. **John Tiptoft (1427-1470).** London: Longmans, Green, 1938. p. 238.

examinar como a destruição[790], de acordo com William Worcester, foi associada à cobiça dos homens de armas ingleses.

6. Capítulo 6. Combater por riquezas e os seus descaminhos

6.1. Os alertas e recomendações a respeito da forma de guerrear no século XV

Em 20 de abril de 1440, Humphrey, conde de Buckingham, celebrou um contrato de arrolamento vitalício junto ao cavaleiro Edward Gray, no qual foi estipulada uma série de obrigações mútuas entre ambos os guerreiros. Da parte do conde, era esperado um pagamento anual equitativo de acordo com a ascensão que Edward Gray poderia alcançar ao longo de sua carreira marcial, isto é, de 60 *marks*, enquanto fosse cavaleiro, 70 *marks* em caso de galgar sua posição como um *knight-banneret* e de 100 *marks* se viesse a se tornar um barão.

O então cavaleiro, por sua vez, deveria dispor-se a permanecer pronto para ir em auxílio do conde em tempos de paz como nos de guerra; em cavalgar com um escudeiro, três arqueiros, um cavalariço, um pajem e sete cavalos, número esse também a ser acrescido em caso de promoção; a não aprisionar e exigir resgate de nenhum contendor inimigo, a menos nos casos permitidos pelas leis de armas; e a compartilhar com o seu superior um terço de todos os seus ganhos, "ao modo como costumeiramente se faz na guerra".[791] Para além de todas essas prerrogativas, ainda lhe foi exigido o cuidado para prover a alimentação tanto de homens como a de cavalos daqueles sob seu comando, bem como de partir com o número de combatentes requeridos pelo conde, segundo suas ordens, para qualquer um dos lados do mar, certificando-se de que todos estivessem devidamente armados, trajados e montados.[792]

À primeira vista, a listagem de encargos pode aparentar certo desequilíbrio em favor do conde, afinal, bastar-lhe-ia garantir o fluxo de pagamentos para exigir, em troca, que o cavaleiro se encarregasse de executar todas as outras etapas da empreitada marcial. No entanto, o rol de parâmetros elencados serve de amostra das expectativas a perfazerem

---

[790] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 52.
[791] JONES, M.; WALKER, S. (Eds). Private indentures for life service in peace and war 1278-1476. **Camden fifth series**, Cambridge, v.3, 151-153; 167, jul. 1994.
[792] Ibid., p. 167.

os cuidados relacionados à logística e execução do conflito na Cristandade durante o período em questão e que foram comumente depositados nas mãos de homens de menor estatura social.[793] De modo geral, em troca de tais serviços, seus superiores proveriam assistência e, em menor medida, terras ou mesmo títulos por tempo determinado ou em caráter vitalício, sem que fosse expectado o seu atrelamento e nem o de seus descendentes de forma hereditária.[794]

Não bastasse serem agraciados pela oportunidade de empunharem suas armas de forma lícita sob o comando do rei, tais pagamentos permitiam-lhes contratar outros homens em posições inferiores na hierarquia social. Assim, em um movimento descendente, a cadeia de comando era constantemente capilarizada e nutrida, em grande medida graças à capacidade daqueles, como Edward Gray, em recrutar e fornecer alimentos, armamentos e vestimentas aos outros homens de armas e arqueiros, atentando-se ainda para a regulação e reposição das hostes e guarnições outros guerreiros na ocorrência eventual de decessos, aprisionamentos, deserções e outros destinos inerentes ao exercício das armas.

No reino da Inglaterra, esse tipo de relação entre grandes aristocratas e homens de menor visibilidade ocorria mesmo antes do auge dos conflitos contra escoceses, galeses e franceses testemunhados durante o final da década de 1290,[795] tendo sido a mobilização de homens por promessa de ganhos pecuniários[796] apenas aprimorada e não uma criação dos monarcas Lancaster;[797] mobilização esta que alcançou seu pleno vigor ao longo do século XV.[798] No entanto, foram muitos os desvios relacionados à gestão dos recursos a

---

[793] CONTAMINE, P. **War in the middle ages.** Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 150-164. Especificamente sobre a Inglaterra: PRESTWICH, M. **Armies and warfare in the middle ages:** the English experience. New Haven: Yale University Press, 1996. p. 83-114.

[794] MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 23-43.

[795] Há indentures que mencionam o combater em troca de dinheiro já em 1292. COSS, P. Bastard feudalism revised. **Past & present,** Oxford, v. 125, n. 1, p. 30-31, nov. 1989.; JONES, M.; WALKER, S. (Eds). Private indentures for life service in peace and war 1278-1476. **Camden fifth series**, Cambridge, v.3, p. 37, jul. 1994.

[796] A face assumida pela organização do conflito permitia a homens como o cavaleiro de Norwich e a Edward Gray vislumbrarem as possibilidades de ganhos advindos de um contender direcionado pela expectativa de ganhos estipendiários regulares e de riquezas adicionais a serem adquiridas como presas de guerra, algo perfeitamente plausível segundo as leis do reino e sob a aprovação da aristocracia a conduzir o conflito.

[797] Prestwich afirmou ainda que as hostes de Eduardo I eram compostas por bases mistas, e um exército completamente formado pelo sistema de contratos viria a ser observado somente ao início da Guerra dos Cem Anos. COSS, op. cit., p. 31.

[798] Esses termos permanecem ao menos até o início da década de 1470, conforme apontam as *indentures* realizadas nesse período. JONES, op. cit., p. 176.

serem empregados no pagamento dos contendores e no gerenciamento de bens móveis fundamentais ao exercício de suas atividades, como alimentos, pólvora e cavalos.

Diante dessa iniciativa dos ingleses para reunir homens dispostos a combater, é fundamental observar que, além de denunciar os males causados pelo contato com as mulheres e com a embriaguez, William Worcester ressaltou, como outro importante desvio de comportamento dos guerreiros ingleses, a "cobiça individual", que imperava "entre algumas pessoas encarregadas do governo dos bens materiais"[799]. [800] Assim, em um cenário onde o desempenho do governo da guerra dependia de recompensa pecuniária, quaisquer empecilhos que pudessem atravancar o seu financiamento contínuo poderia levar à realização de ações descomedidas dos homens nos territórios sob o controle da Coroa inglesa, pois, afinal, as expectativas de ganhos daquela natureza nortearam, em boa medida, o seu ímpeto para o combate.[801]

A partir da década de 1430, quando o pêndulo do conflito oscilou em desfavor dos súditos de Henrique VI, o olhar moralista de letrados, como William Worcester, relacionou, como um dos fatores primordiais daquela guinada, a sanha da obtenção de riquezas dos guerreiros, cujas armas vinham intrinsecamente atreladas a promessas de pagamentos estipendiários. De uma forma ou de outra, bem sintetizou William Worcester, "sem receberem sua recompensa (*estipêndio*) e pagamento", os governantes ingleses se deparam com o fato de que os homens de armas "não partem facilmente" para o exercício de suas obrigações, recusando-se, "em tempos de necessidade", a desempenhar suas funções.[802] Na prática, isso se traduziu em uma série de imbróglios que foram minando o poderio Lancaster no continente, pois impossibilitaram o socorro a fortalezas assediadas até a proteção de regiões.

Frente a essa realidade, a relação entre o fluxo de dinheiro, a boa governança das armas e a do reino foi sintetizada por Worcester a partir da metáfora das idades do homem:

---

[799] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 29-30.

[800] Nesse sentido, o filho de William Worcester reconheceu que "seu pobre pai" deteve certo "privilégio" na época em que "decidiu escrever sobre tal assunto", pois pôde recorrer a conhecimentos e "saberes de mestres da filosofia", como Vegécio e Frontino, e também foi salutar sua relação de proximidade com um guerreiro que "atuou continuamente nas guerras por cerca de quarenta e quatro anos. Ele atuou como seu físico particular até os últimos dias de vida. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861 – 1864. v.2, pt.2, p. 522.

[801] ALLMAND, C. The Lancastrian Land Settlement in Normandy 1417-1450. **The economic history review,** v. 21, n. 3, p. 467-472, dez. 1968.

[802] WORCESTER, W. op. cit., p. 29-30.

enquanto os rendimentos de um reino ultrapassavam os gastos do rei, era possível comparar o primeiro a uma criança, pois a expectativa era a de que perdurasse por longa data. Quando ambos se equiparavam, assemelhou-se a um homem adulto, em seu estado de equilíbrio e de perfeição. No entanto, quando suas receitas eram inferiores às expensas do monarca, o reino era como um homem de idade avançada, sobre o qual não havia expectativa de que viesse a conservar-se por muito tempo.[803]

Em poucas palavras, se, por um lado, o sistema de recrutamento baseado em contratos de duração pré-estipulada (*indentures*) entre os capitães e homens de menor estado foi impulsionado e ganhou vigor durante a ocupação inglesa dos territórios continentais[804], por outro, eram requeridos cada vez mais recursos da Coroa a fim de viabilizarem tanto as expedições como o fortalecimento de castelos e baluartes sob seu controle, do outro lado do mar. Conforme giravam as engrenagens daquele mecanismo, pouco a pouco aumentavam as dificuldades em garantir o seu correto funcionamento.[805] Não apenas isso, mas a expectativa de que a guerra e o direcionamento da potência das armas contra inimigos externos viria a prover os ingleses a orientação de diretrizes virtuosas,[806] sendo sobreposta pelo desejo excessivo de ganhos; um núcleo de "paixões e obstáculos" a causarem o infortúnio dos súditos Lancaster.[807]

Por isso, assim como na etapa anterior da investigação se refletiu a respeito de um de desvios a demarcarem a atividade marcial inglesa, agora é fundamental inquirir sobre as características de um outro, isso é, das condenações realizadas pela soma do que aquele letrado e outros de seus contemporâneos disseram a respeito da cobiça e da avareza. De que forma o agir pautado pela cobiça prejudicou os intentos dos contendores ingleses?

---

[803] BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 130.

[804] CURRY, A. Guns and Goddams: was there a Military Revolution in Lancastrian Normandy 1415-1450? In: ROGERS, C.; DEVRIES, K.; FRANCE, J. (Eds.). **Journal of medieval military history.** Woodbridge: Boydell Press, 2010, vol. VIII. p. 171-188.

[805] O período marcado pela segunda metade do século XIV e a primeira do quatrocentos testemunhou um decréscimo severo no número de guerreiros, resultando assim em gastos estipendiários mais elevados, bem como no aumento da produção do material bélico. POSTAN, M.M. The costs of the Hundred Years' War. **Past & present,** Oxford, n. 27, p. 37, abr. 1964. É preciso notar que esse problema já era apontado no tratado moralizante de Walter Milemete durante o XIV, o qual fez uma grave reprovação acerca dos homens avarentos (*covetous*), bem como realizou recomendações ao envio de víveres. NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England***:* treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 47-50.

[806] RICHMOND, C. William Worcester: 1459-1460. In:_____. **The Paston Family in the fifteenth century:** Fastolf's will. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 78

[807] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 41.

Mais do que isso, em que medida se desdobraram os ônus e malefícios decorrentes de tal postura? A fim de responder a essas questões, é essencial mencionar que a associação entre a cobiça e a avareza nas armas dos ingleses não foi notada exclusivamente por e nos tempos de William Worcester. Durante a década final do Trezentos, o frade dominicano John Bromyard mostrou preocupação semelhante de admoestar os guerreiros a se comportarem frente ao exercício de suas atribuições. Em meio a suas reprimendas, o religioso alegou ter ouvido "um certo cavaleiro" comentar a respeito do "avanço cheio de orgulho da hoste inglesa" rumo ao conflito, algo que mais se assemelhou a uma marcha "daqueles que iam a um casamento do que à guerra". Tão grave quanto o modo de deslocar-se eram as razões pelas quais manejavam as suas armas, pois, asseverava, não apenas os "príncipes" como toda sorte de homens, de "cavaleiros" a "soldados", decidiram ir à guerra "com um espírito diferente", isto é, "por meio de suas ações cruéis e desejos de aquisição" de riquezas, "eles se inclinam com maior propensão aos caminhos do demônio em detrimento daqueles de Deus".[808]

Em termos e cronologia próximos, o letrado responsável pela tradução de Vegécio, finalizada em 1408, contrapôs o fazer marcial contemporâneo, marcado por desvios, com o das eras romanas, pautado pelas virtudes. A seu ver, "nos tempos de outrora, os cavaleiros contendiam em busca do ganho de reverência, para o acréscimo do bem comum, e não buscavam outro tipo de recompensas senão víveres", necessários à sua subsistência. Nesse sentido, ainda que fossem "pagãos", eram muito "melhor governados do que nossos cavaleiros cristãos", pois, em concordância com termos apontados por John Bromyard, aqueles últimos contendiam "pela crueldade da vilania, ou ainda, em razão da cobiça".[809]

Tanto em um como em outro caso, a perspectiva colocada foi a de que a cobiça, tal qual como uma "gangrena", deveria "ser extirpada" do corpo dos guerreiros, pois uma vez ali entranhada, ainda que entre aqueles considerados "sábios e corajosos", era capaz de diminuir a confiança no valor de seus pares e dos outros homens do reino.[810] Em última instância, ao nortearem as suas armas por aquele desvio, poderiam causar resultados

---

[808] O documento original, em latim, foi traduzido por Christopher Allmand. A tradução apresentada aqui parte daquela versão para o inglês, reproduzida em: ALLMAND, C. (Ed). **Society at war:** the experience of England and France during the Hundred Years War. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1973. p. 39.
[809] LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988. p. 62.
[810] HOCCLEVE, T. **The regiment of princes.** Edited by Charles R. Blyth. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1999. Disponível em: < http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/blyth-hoccleve-the-regiment-of-princes>. Acesso em 07 mar. 2018. Linhas 4000-4005.

desastrosos à empresa marcial do monarca, conforme afirmou o franciscano John Somer em uma das versões de sua crônica possivelmente copiada por William Worcester.[811] O religioso atribuiu o rompimento das tréguas com os franceses e a consequente perda de toda a Normandia, em 1479, "à cobiça e à negligência de seus capitães e governadores".[812]

Tal desvio, no entanto, argumentou William Worcester, não foi um fator inédito no histórico de tribulações enfrentadas pelas armas do reino. Assim como, durante o reinado de João I, a Normandia foi perdida e formalmente cedida para aqueles mesmos inimigos em 1201, no intervalo entre 1449 e 1450, os súditos de Henrique VI testemunharam "um infortúnio e ruína similares". Tanto lá como cá, destacou o letrado, a falta de "providência" e de auxílio militar "em tempo hábil"[813] foram atribuídos à atuação imoderada dos homens "subordinados" ao monarca, que agiam sistematicamente, de "forma controversa", isto é, "tomando remunerações e desfalcando os pagamentos vindos do rei".[814]

Diante de tais realidades, o correto desempenho das armas foi colocado em segundo plano frente às expectativas nutridas pelos guerreiros. Ao invés de combaterem amparados por parâmetros virtuosos e de elevação de sua honra, eles teriam optado por "enriquecerem por meio de uma particular avareza", profundamente associada a "atos legalmente e moralmente impróprios".[815] No entanto, de modo contrário ao que ele e os outros letrados supramencionados levam a crer, é preciso distinguir que nem todos os tipos de condutas reprováveis teriam sua natureza pautada pela cobiça. Em meio às queixas direcionadas a condutas naquele sentido, houve outras que indicam a ineficácia ou mesmo a inaptidão de alguns capitães em lidar com as suas atribuições, a exemplo do cavaleiro Thomas Browne.

Designado em meados de agosto de 1453 para realizar o transporte de trigo que deveria abastecer as tropas enviadas para a defesa de Bordeaux, uma das últimas regiões

---

[811] Esse escrito aproximou-se muito mais do formato analítico do que propriamente de uma crônica. A certa altura de um de seus manuscritos, há uma entrada redigida, acredita-se, por William Worcester, o qual atribui aquele texto ao frade franciscano John Somer de Bridgewater. Cf. **THE CHRONICLE OF John Somer.** Edited by Jeremy Catto and Linne Mooney. **Camden fifth series**, Cambridge, v.10, p. 205, jul. 1994.; WAKELIN, D. Humanism, reading, and English literature: 1430-1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 94.

[812] **THE CHRONICLE OF John Somer.** Edited by Jeremy Catto and Linne Mooney. **Camden fifth series**, Cambridge, v.10, p. 281, jul. 1994.

[813] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 33.

[814] Ibid., p. 71 - 72

[815] Ibid., p. 50 – 53.

que à época ainda resistiam às investidas das hostes de Carlos VII, o guerreiro causou espanto ao postergar sua designação sem apresentar maiores justificativas, mesmo diante da possibilidade de um assédio inimigo. No mês de outubro daquele ano, "devido à inexistência de socorro"[816], a investida dos adversários concretizou-se e culminou na perda da região, demonstrando assim proceder de forma contrária ao modo "diligente e laborioso" requerido para resolver a questão dentro de pouco tempo.[817] Em termos similares, foram registrados outros casos equivalentes, como o do arqueiro John Pennaly, pouco mais de uma década antes, o qual foi flagrado "retardando" sua partida em Londres, ainda que estivesse a serviço do rei e fosse responsável por auxiliar o conde de Huntingdon, tenente do rei na Aquitânia, a "manter e abastecer aquela região"[818] em pleno período de assédio de homens ligados a Carlos VII.

Logo, é fundamental considerar que tais situações se constituíram como expressão da falta de cuidados para com as armas, e certamente comprometerem a boa realização da guerra tanto quanto outros imprevistos, a exemplo de tempestades e de surtos de doenças que poderiam levar "à morte em maior número do que a espada".[819] No entanto, é preciso igualmente pontuar, frente a esse tipo de circunstância, o incômodo quanto à conduta daqueles que, no desempenho de seus afazeres, se preocupavam muito mais com o enriquecimento do que com as demandas colocadas pela Coroa.

Contudo, aquela não era uma equação tão simples como se pode ponderar em um primeiro momento. Se, por um lado, houve de fato excessos praticados por homens em busca do butim, por outro, um olhar mais atento indica, a princípio, que, mais do que o enriquecimento por si mesmo, houve a expectativa de pagamento como um elemento imprescindível para assegurar a realização desejável da guerra. Em boa medida, aquele foi um dos motores a impulsionarem as atividades armadas durante o Quatrocentos. O julgamento de ações viciosas foi, nesse sentido, próximo dos ensinamentos de Christine

---

[816] Nesse momento, o reino encontrava-se com altos débitos e muitos daqueles responsáveis pela organização e envio de suprimentos retardavam-no em fazê-lo pela insegurança do pagamento a ser recebido pela Coroa. VALE, M.G.A. **English Gascony, 1399-1453:** a study of war, government and politics during the later stages of the Hundred Years War. London: Oxford University Press, 1970. p. 151-153.; WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 41-42.

[817] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 485-486.

[818] Uma série de homens são acusados sob o verbo "tarrying" (retardar) suas partidas. **CALENDAR OF PATENT ROLLS.** Henry VI, 1422-1461. London, H.M.S.O., v. 4, p. 127.

[819] VILLALON, L.J.; KAGAY, D.J. **The hundred years war (part II):** different vistas. Leiden; Boston: Brill, 2008. p. 115-116.

de Pisan, a qual "exorta e aconselha que cada comandante e capitão dos homens de armas deve receber bons pagamentos e garantias para que possa remunerar seus soldados", ação essa "primordial" a uma "boa condução" da "expedição armada em tempo hábil". No entanto, se, por quaisquer razões, adverte, "os pagamentos não forem realizados adequadamente aos soldados", tal "negligência e malogro" causam o efeito inverso.[820] Em razão disso, ainda que sob intentos virtuosos, "nenhum comandante consegue angariar e manter por muito tempo bons homens de armas" que venham a permanecer "mal pagos"; fator a impedir de mantê-los reunidos "por muito tempo em um mesmo lugar". A lógica, portanto, foi a de que, "quando seu pagamento míngua" por quaisquer razões, os contendores ficam "desencorajados"; situação que, em seu extremo, poderia levar-lhes a pedir "permissão ao seu príncipe para partirem", ou, ainda mais grave, "vão-se embora sem pedi-la".[821]

Um caso que ilustra essa recomendação é aquele do descontentamento apresentado pelo duque da Borgonha, quando, ainda aliado aos ingleses em 1430, apontou a estreita relação entre o pagamento contínuo e o encorajamento da hoste. Naquele momento, o duque condicionou o emprego de suas armas em prol da empreitada da Coroa inglesa às recompensas de natureza pecuniária. Por isso mesmo, destacou ao rei da Inglaterra que, segundo haviam previamente acordado, devia "custear a cada mês o pagamento de meus homens que estão diante da cidade de Compiègne", bem como seria de responsabilidade do monarca "pagar" pelos custos da "artilharia"[822] sob o seu comando – uma das mais pujantes na Cristandade até então.[823] Em face da negligência do próprio monarca com a observação daquele preceito, a situação progressivamente piorou, dado que, apesar de todas as vezes que lhe escreveu a respeito, o pagamento não tinha sido realizado de forma contínua. Em tom de advertência similar ao de William Worcester, ele denunciou a negligência e asseverou: "caso não envie o dinheiro rapidamente para prover os pagamentos" daqueles sob sua alçada, o cenário inevitável "que observo diariamente" é um no qual, "por falta de pagamentos, meus homens estão partindo e se desobrigando"

---

[820] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 30.
[821] WORCESTER, W. op. cit., p. 30 – 31.
[822] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861, v.2, pt.1, p. 157.
[823] Um estudo sobre o emprego crescente da artilharia e sua relação com o predomínio militar dos duques da Borgonha ao longo do século XV é: SMITH, R.D.; DeVries, K. **The artillery of the dukes of Burgundy, 1363-1477.** Woodbridge, UK; Rochester, NY: Boydell Press, 2005.

das atividades marciais "por conta própria".[824] Nesse sentido, o duque demonstrou preocupação com o fato de que a reverência honorífica do monarca seria contestada em caso de derrota, pois, afinal, um governante que não era capaz de arcar com tal compromisso poderia ter associada à sua imagem grandes desonras e danos.[825]

Tal relação também pode ser medida pela queixa apresentada pelo duque de Gloucester ao Parlamento de janeiro de 1437, onde relatou que a defesa da cidade de Calais contra o mesmo duque da Borgonha, naquele momento inimigo dos ingleses, dependia com urgência "do pagamento a ser feito para os soldados" a fim de arcar com os seus "estipêndios". Em linhas gerais, suas preocupações foram as referidas anteriormente: sem receberem, "os soldados desertam e diariamente partem da supramencionada cidade e de suas marcas para buscarem sua subsistência em outras paragens". Dessa maneira, em caso de um resultado adverso, acentuou o aristocrata, "nenhuma culpa ou acusação de negligência" deveria ser direcionada nem a ele, nem aos guerreiros sob seu comando.[826]

Ao fim e ao cabo, A expectativa de que o cumprimento dos acordos para garantir os pagamentos daqueles engajados nas atividades guerreiras seria realizado pelos senhores, a exemplo do firmado entre o rei e ambos os duques, se constituiu como o elemento a azeitar o bom governo da guerra. No entanto, diante da crescente incapacidade em efetivá-los, configurou-se um forte indício da "falta de autoridade" por parte dos governantes das armas e, consequentemente, o esmorecimento do correto exercício guerreiro nas décadas finais do conflito. Foi nesse sentido que William Worcester concluiu que "a simples falta de remuneração" desordenou as armas inglesas, fazendo "com que o ducado da Normandia fosse perdido";[827] argumento esse em estreita relação com aquele de John Sommer.

Assim, o enfrentamento daquela problemática foi um dos desafios para a governação inglesa durante o período de domínio dos territórios na França. Ao encabeçar a liderança dos ingleses na Normandia, pouco após a morte de Henrique V e durante a

---

[824] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861, p. 159.
[825] Ibid., p. 158.
[826] **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 11, p. 5 – 12. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.
[827] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 30 – 31.

minoridade do herdeiro, o duque de Bedford precisou lidar não somente com queixas de interrupção dos pagamentos aos homens a guarnecerem suas fortalezas, mas também com o desejo de muitos outros que, sob a prerrogativa do combate às forças do delfim, se aventuraram por aquelas regiões. Em razão disso, ele enviou seus representantes para ouvir as reclamações contra possíveis excessos das forças inglesas, fazendo obrigatória a proclamação pública de suas ordenações, tanto em inglês como em francês, para que soldados e habitantes locais tomassem ciência de quais práticas sob a escusa das armas não seriam toleradas; e ainda se preocupou em obrigar seus capitães, por meio dos termos acordados nas *indentures*, a afastarem a si e seus homens de ilicitudes na busca por riquezas.[828]

Seu zelo pelo bom gerenciamento das armas não se restringiu apenas a refrear atuações isoladas de capitães sob seu comando, mas também na sua própria forma de conduzir as hostes em campo de batalha. Nesse sentido, William Worcester descreveu como, no dia de sua vitória na batalha de Verneuil em 1424, ele "exortou seus homens" e enfatizou que não se deixassem "levar pela cobiça e nem se deixassem afetar" quando avistassem "jóias e a riqueza de correntes de ouro, itens ornamentados com pedras preciosas" e "anéis caídos diante de si ou abandonados no campo de batalha", uma vez que tal forma de conduta "poderia ocasionar a derrota" de sua hoste "caso não se mantivessem firmes até que Deus lhes mostrasse seu poder e fortuna". Sua recomendação, pois, era de que, ao invés de agirem sob o norteamento da cobiça, fossem em seu lugar diligentes no contender, e que pusessem em prática tão somente "aquilo que viria a garantir-lhes reverência".[829]

Dessa maneira, o comedimento do duque era comparável, segundo William Worcester, ao dos bons exemplos dos guerreiros da Gália, os quais contenderam e venceram os romanos, sobretudo por seu desapego a "bens terrenos".[830] Aquela era, pois, uma forma recomendável de combater, pois evitava o desvio dos intentos marciais em razão dos tesouros que viessem a se colocar sobre o seu alcance, permitindo, assim, a

---

[828] ROWE, J.H. Discipline in the Norman garrissons under Bedford, 1422-35. **The English Historical Review,** Oxford, v. 46, n. 182, p. 194-195, abr. 1931.

[829] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 30-33.

[830] Eles serviam como modelos a serem emulados pelos homens de armas coevos, pois, mesmo frente aos "formidáveis despojos de guerra" decorrentes de sua vitória, "como arneses para cavalos e baús cheios de ouro e de prata", esses combatentes do passado decidiram que era mais prudente lançá-los ao rio do que suportarem o fardo de mantê-los para si, pois assim se manteriam focados em combater e não em retardarem a hoste carregando aqueles tesouros. Ibid.

obtenção de resultados favoráveis, ao mesmo tempo em que a hoste era preservada da intemperança que pudesse colocá-la em risco.

De acordo com o relato de Jean de Wavrin, a atenção do duque ao preceito supramencionado não se restringiu ao universo das recomendações a respeito da guerra, mas, efetivamente, ao responder ao assédio da cidade de Meulan no ano anterior, encabeçou a hoste inglesa e direcionou-a ao campo de batalha "de forma muito bem ordenada, como alguém acostumado e instruído na guerra"; isto é, tal como em Verneuil, ele teria renunciado à possibilidade de obter tesouros das mãos de adversários, em um primeiro momento a fim de sobrepujá-los e, assegurada a vitória, passou a exigir a entrega "de todo o ouro, prata, baixelas, joias e outros bens de valor" como condição para poupar as suas vidas.[831]

Logo, ao atentarem para ações como aquelas realizadas em Verneuil e Meulan pelo duque, e que também foi seguida por Henrique V anos antes em Agincourt[832], William Worcester e outros letrados aludiam que o fluxo corrente de pagamentos e de aprovisionamento visava refrear as ações de guerreiros para que pudessem defrontar os inimigos, uma vez que, ambos suficientemente fornecidos, possibilitariam não apenas assegurar a permanência de homens sob suas ordens para que não tornassem a atribular as regiões sob seu domínio e, da mesma forma, combateriam de modo ordenado e para fins retos. Dessa maneira, inspirados nas reflexões de Vegécio[833], os letrados ingleses consideraram que o aconselhamento mais prudente era o de que integrassem as hostes aqueles "leais ao príncipe e experimentados no contender",[834] em detrimento de uma turbe desqualificada para as ações marciais. Só os primeiros estariam aptos a responder as vicissitudes colocadas sobre eles, tanto pelas dificuldades inerentes às campanhas, como

---

831 WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. p. 7-10.

832 WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 30 – 33. Uma discussão sobre esse evento é apresentada em nota correspondente da tradução da fonte. Durante a batalha de Agincourt, instruiu a seus homens "a não conservarem nenhum tesouro, despojos, joias e baús com ouro e prata, fossem aqueles que eventualmente lhes pertenciam e viessem a perder {durante a batalha}, fossem aquelas joias que tivessem obtido, mas tão somente deveriam se atentar aos seus direitos e ao ganho de reverência".

833 A tradução de Vegécio de 1408 menciona que a escolha dos guerreiros deve pautar-se por aqueles mais aptos em detrimento sobre vastos números. LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988. p. 47.

834 TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 413.

para refrearem os ímpetos por tesouros e seguirem as demandas colocadas pelo monarca e seus respectivos príncipes.

Para além da figura do duque de Bedford, esse tipo de cuidado foi atribuído a um outro de seus pares, aquele de Gloucester, quando o mesmo firmou acordo junto ao monarca para a manutenção de Calais e de outras regiões subjacentes por nove anos consecutivos, a partir de 1435. Os 260 homens de armas a serem custeados pelo rei para a defesa daquela guarnição deveriam permanecer de prontidão às necessidades impostas "em tempos de guerra", e justamente para isso é que o duque receberia diretamente do rei "os pagamentos e tudo aquilo que é devido a ele e aos homens de armas, besteiros, arqueiros e outros soldados". Em contrapartida, a fim de evitar que se aproveitassem de sua permanência na França para cometerem eventuais ações imoderadas contra os habitantes da cidade e de sua cercania, exigiu-se que o aristocrata realizasse o controle dos combatentes por meio de "inspeções" efetuadas "de tempos em tempos". Assim como a outra supramencionada, consumada pelo cavaleiro Richard Fitz Eustace na Irlanda em 1436, ali também se exigiu que os nomes dos guerreiros fossem compilados e "colocados por escrito, juntamente aos valores pecuniários que lhes eram devidos", a fim de que fosse possível auferir as ocasiões "em que partiam para ou daquela cidade", como também "de lá para qualquer outro lugar"[835], facilitando qualquer levantamento futuro de seus bens em caso de suspeitas sobre suas ações.

Assim como nos casos mencionados anteriormente, tal preocupação em evitar a busca de ganhos por meio de saques, que dessa forma apartariam os guerreiros do bom combater, deu-se da mesma maneira ante a possibilidade de que nem sempre os homens que lutaram na França permaneceram, de fato, sob o controle restrito de seus respectivos capitães. A postura do duque de Gloucester pode ser justificada quando se observa que, décadas antes, nas ordenações de Henrique V, exigiu-se o cumprimento de medidas similares, isto é, para que os capitães de seu exército demonstrassem, perante os representantes do rei, "todos os tipos de soldados (ali presentes) e suas armas, armaduras e artilharia", em acordo com os números estipulados em seus contratos. Tanto lá quanto aqui, exigiu-se que estes últimos deveriam, quando requeridos, exibir "tão somente sua própria armadura sem fraudes", notadamente também no caso dos "arcos e flechas".[836]

---

[835] **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 11, p. 6-9. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.
[836] Id., p. 249.

Ainda nesses termos, é possível pensar que foi a partir de uma inquietação de mesma natureza que Henrique VI ordenou ao cavaleiro Thomas Blount, em 1431, que defendesse junto a seus representantes na França a obrigação de reunirem e contabilizarem os homens que permaneciam sob suas ordens naqueles territórios. No entanto, a despeito da ordem do monarca, aqueles encarregados agiram de forma contrária a regramentos como aqueles ordenados à época do monarca anterior, pois "não obedeceram e nem realizaram tal reunião e contagem, e nem mesmo atestaram por quais razões deixaram de fazê-lo". Ademais, a exemplo do alerta relacionado ao duque de Gloucester, este outro se situa dentro da primeira metade da conturbada década de 1430, quando parte dos domínios anglo-borgonheses sofreu um bom número de reveses graças aos ataques vitoriosos de Carlos VII; e a administração inglesa se esforçou para contrapô-las.[837]

Ainda assim, é possível acreditar que o grau de desregramento nesse sentido parece ter alcançado um patamar em que não era possível atribuir com exatidão a culpa por tal descuido "aos capitães, tenentes ou aos próprios homens de armas" e, em face disso, o rei apontou para o fato desconcertante de que, "dessa forma, não é possível precisar o número de guerreiros com que podemos contar, e nem mesmo se as guarnições e fortalezas estão protegidas de forma satisfatória", algo que, dentro de pouco tempo, poderia trazer "grandes inconvenientes".[838]

As palavras do rei e do duque, pois, apenas reforçam a ideia de que frente à falta de pagamentos e de víveres diversos, aqueles que juraram "servir bem e lealmente"[839] poderiam deixar de empregar seus esforços de forma diligente. Por isso mesmo, quando o monarca relatou ser mister encarar a "reprovação, vergonha e vilania" que a eventual perda da Guiena viria a causar em uma missiva enviada ao abade de Bury em 1442, a única forma de contrapor aquele destino funesto, ponderou, era tanto por meio da "resistência conjunta" e diligente dos senhores e dos demais súditos como pelo empenho de uma "soma notável de dinheiro".[840] Quando um e outro elementos eram considerados

---

[837] CURRY, A. The first English standing army? Military organization in Lancastrian Normandy, 1420-1450. In: ROSS, C. (Ed.). **Patronage, pedigree and power in later medieval England.** Gloucester: A. Sutton, 1979. p. 201-202.

[838] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.1, p. 183-184.

[839] Id. **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.1, p. 9

[840] Id. **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 466.

em conjunto, permitiam, alega, não apenas a "partida sem demora de nosso exército"[841], como também garantiam que aqueles a chegarem "do outro lado do mar" permanecessem exclusivamente sob as ordens da Coroa.

Dessa maneira, é possível vislumbram-se os dois extremos da lógica em vigência: uma vez reunidos e enviados os homens, era fundamental garantir-lhes o pagamento para que bem contendessem, preservando sempre em pauta, contudo, que ainda assim poderiam cometer desvios. A fim de evitá-los, era preciso contrapor tal possibilidade por meios como aquele recomendado pelo monarca, isto é, evitando realizar o seu pagamento integral de imediato e efetuando-o "metade em mãos, durante a composição das *indentures*", e a outra metade "na reunião e contagem dos homens". Tal medida, pode-se concluir, não distou daquelas outras que pretenderam executar por meio de Thomas Blount e do duque de Gloucester.[842]

O ímpeto para o combate dependia, assim, de que os capitães ingleses se atentassem ao suprimento de víveres, pólvora e de outros bens necessários ao exercício marcial, assegurando a possibilidade de que um homem viesse a contender em conformidade aos regramentos que sancionavam a licitude de suas ações. Foi, portanto, uma contramedida à tentação de partirem por conta própria ou mesmo se agruparem às margens da lei para pilharem ou mesmo desertarem para as fileiras inimigas, como o caso dos supramencionados John Edward e Richard Merbury.

De qualquer forma, é preciso considerar uma outra face desse mesmo problema. Se houve acusações de desvios causados pelo mau gerenciamento dos recursos a viabilizarem a empresa marcial inglesa, houve também quanto à fragilidade na salvaguarda dos bens e da própria integridade dos guerreiros. Diante do qual é fundamental inquirir como tais preocupações influíram sobre os desdobramentos na realização da guerra e na manutenção dos domínios ingleses na França.

6.2. A insegurança para os contendores ingleses

Para além da possibilidade de guerreiros realizarem ações movidos pela cobiça, os registros atribuídos a tratadistas ou a capitães de diversos estados, como os duques de

---

[841] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 488.
[842] Ibid., p. 479.

Bedford, Gloucester e mesmo John Fastolf nem sempre buscaram explicitar que a denunciada avidez dos combatentes na busca por riquezas, sobretudo daqueles advindos de graus inferiores da hierarquia social, poderia estar ligada diretamente às vulnerabilidades a que estavam expostos em grau muito mais elevado do que suas contrapartes dos estados mais altos da aristocracia. Em princípio, é preciso considerar que, se homens como John Fastolf foram capazes de elevar sua fama marcial e incrementar o enriquecimento de seus bens móveis e imóveis por meio da atividade de armas, foi somente a partir da exigência do recebimento de estipêndios e parcelas do espólio que lhes eram devidas que o cavaleiro pôde expectar alguma salvaguarda de situações marcadas por resultados adversos. Isso porque, em consequência de um único evento desfavorável a qualquer momento da execução do ofício bélico, o guerreiro poderia expor a si, seus pares de armas e mesmo as suas famílias a danos irrecuperáveis.[843]

A exemplo de tais receios, é válido aludir à solicitação realizada pelo escudeiro Thomas Hostell a Henrique VI em 1429. De acordo com suas alegações, ele teria combatido tanto em favor daquele monarca como também do anterior[844], sendo ferido com gravidade em duas ocasiões: na primeira, durante o cerco a Harfleur em 1415, uma seta lançada por uma catapulta (*springolt*) "atingiu-lhe a cabeça, feriu-lhe um dos olhos e quebrou-lhe o maxilar". Posteriormente, durante um combate marítimo, teve suas mãos "fraturadas" e foi "golpeado" por uma arma "de ferro pontiagudo", a qual perfurou sua armadura, fazendo-a "penetrar em seu corpo". Uma vez "ferido e mutilado", encontrava-se em sua velhice e em estado de grande pobreza, "sem meios para conseguir se manter, sem socorro para além de esmolas" e sem que "nunca houvesse sido recompensado por tais serviços" prestados à Coroa.[845]

Certamente nem todos os contendores alcançaram o sucesso de John Fastolf ou se rebaixaram aos infortúnios de Thomas Hostell, mesmo se considerados aqueles que ocuparam posições similares. No entanto, é possível conceber que as tribulações às quais

---

[843] Andy King pontuou que o emprego do pagamento de resgates era comedido pelos próprios guerreiros, pois sabiam que em caso de pedidos exagerados, poderiam ser vítimas do mesmo problema no futuro, arruinando o seu poderio econômico. KING, A. 'Then a great misfortune befell them': the laws of war on surrender and the killing of prisoners on the battlefield in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 43, n. 1, p. 1-12, 2016.; WALTER, K.T. Peril, flight, and the sad man: medieval theories of the body in battle. In: ASHE, L.; PATTERSON, I. (Eds.). **War and Literature.** Cambridge: D.S. Brewer, 2014. p. 24.

[844] Segundo o *Medieval Soldier Database*, há uma entrada de sua participação sob o comando do barão Thomas Carew e do conde Hugh Courtenay em 1420.

[845] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.1, p. 421.

estavam expostos poderiam fazê-los transitar com facilidade entre um e outro destino, como parece ter sido o caso de três arqueiros que combateram e feneceram em uma mesma batalha em 1403. As inquirições realizadas sobre os seus bens apontam que, enquanto dois deles possuíram pequenas propriedades e rendas ligadas aos proventos advindos de sua atuação marcial para serem transmitidas a seus herdeiros, o terceiro, William Eddesley, não legou nenhum bem senão duas vacas e uma quantia irrisória em dinheiro.[846]

No entanto, se a supramencionada relação entre o consumo excessivo de vinhos e o contato com mulheres foram apontados como gatilhos de ações descomedidas, a falta de pagamentos, de garantia de manutenção do butim e mesmo do aprovisionamento colocava em risco a vida dos guerreiros. Afinal, sem o pagamento diligente e nem a expectativa de sua obtenção a curto prazo, a própria vida daqueles indivíduos era colocada em risco, sobretudo quando a região onde estavam experimentava inflação de preços em decorrência da passagem de uma hoste. Tal preocupação não passou batida entre guerreiros e letrados ao longo do período de conflitos.

William Worcester registrou que, durante o mesmo cerco a Harfleur onde esteve presente Thomas Hostell, a cidade teve seu aprovisionamento cortado, o que levou a "uma situação de grande carestia", a ponto da "cabeça de uma reles vaca" ser vendida a um valor exorbitante, impedindo assim os combatentes de obterem recursos para sua subsistência e culminando com "a morte de mais de 500 soldados ingleses", justamente "em decorrência da falta de mantimentos".[847] Longe de ser uma realidade isolada, houve relatos de situações em que eles experimentaram agruras tão ou mais severas quanto aquela, como durante o assédio à fortaleza de Cravant, em 1423, quando por falta de abastecimento, defensores se viram forçados a sacrificarem animais, de cães e gatos até seus próprios cavalos, a fim de consumirem de sua carne e de beberem do seu sangue.[848]

O aumento na disputa por víveres ocorria ainda junto aos habitantes das cidades, tornando o fluxo de pagamentos para a manutenção dos guerreiros uma das mais importantes tarefas da administração dos territórios na França. É nesse sentido que

---

[846] BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 155.

[847] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 15-16.

[848] Conforme relatou Jean de Wavrin sobre os guerreiros cercados em Cravant no ano de 1423 a espera de socorro. WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. v.3, p. 41.

possivelmente foi de conhecimento comum dos capitães de armas a recomendação de Vegécio para que, "em tempos de guerra", fossem mantidos longe das muralhas e outras praças fortificadas "todas as crianças, bem como aqueles que fossem velhos e débeis", justamente em função do temor que viessem a "devorar avidamente e a destruir os víveres destinados à subsistência dos homens de armas ocupados em sua defesa".[849]

Em cercos mais prolongados, a exemplo do realizado contra Rouen em 1419, as condições podiam ser ainda mais severas. Frente a um inverno rigoroso e ao estrangulamento de seu abastecimento imposto pelo cerco encabeçado por Henrique V, seus defensores viram-se obrigados a "consumirem vinagre" por falta de água, mas também a ingerirem as carcaças de animais por falta de alimentos, e mais, com algum possível exagero do autor, os corpos de bebês falecidos durante o assédio. Era sabido, pois, que as atribulações causadas não apenas pelo clima insólito, como também pela "sorte das batalhas e da guerra" levavam ao "tormento causado pela escassez e pela fome"[850], e, nesse sentido, a imagem fixada foi a de que, quando "a fome e a angústia" recaíam sobre uma cidade sitiada, "a benevolência e o amor ficavam para trás"[851], desestabilizando assim qualquer possibilidade do bom desempenho marcial, mesmo em localidades do porte da rica capital normanda.

Um constante desafio dos capitães das armas, nesses contextos, foi, pois, excitarem o brio dos combatentes diante de todas essas condições funestas. Para tanto, recomendava-se laborar a fim de garantir-lhes a correta organização de provisões, pois, quando tais requerimentos não eram conjugados, a força física e a moral dos combatentes poderiam minguar frente às adversidades impostas pelos contendores adversários. De acordo com a crônica de Edward Hall, escrita no século posterior a partir do ajuntamento de uma série de registros do Quatrocentos,[852] o marechal Boucicault explanou para os guerreiros franceses em Agincourt as razões pelas quais os ingleses, naquela ocasião,

---

[849] LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988. p. 164.

[850] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860.

[851] BELLIS, J. (Ed.). **John Page's the siege of Rouen.** Edited from London, British Library, Ms Egerton 1995. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2015. p. 14-15.

[852] Anne Curry aponta que, dentre o material consultado por aquela crônica, finalizada em meados de 1532, estiveram escritos quatrocentistas como as crônicas de Enguerrand de Monstrelet, do cavaleiro John Hardying, as crônicas de Londres e aquela outra atribuída a Peter Basset e Christopher Hanson. CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000. p. 231. Uma breve discussão sobre tais usos e a seleção temática daquela crônica foi realizada em: GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 470-471.

estariam enfraquecidos para combatê-los. Seu argumento era de que, após algumas semanas de campanha, Henrique V e seus homens estariam com seus corpos debilitados em função da escassez de víveres e assim, naquele momento, ao defrontar a pujança armada da hoste encabeçada por ele, avalia:

> [...] um pequeno punhado de pobres ingleses que ingressaram nessa região com a esperança e desejo de obterem algum ganho ou benefício, razão pela qual seus víveres foram consumidos e esgotados. Dada a escassez diária, estão enfraquecidos, exauridos e quase sem vigor [...]. Vejam que basta mantê-los por um mês longe de suas camas aquecidas, de suas carnes suculentas e de suas bebidas insípidas, bem como deixá-los experimentar do frio e a sofrer com a fome [...] para que se testemunhe não apenas o mitigar de sua coragem como [...] o forte desejo de retornarem a seu reino [...]. A coragem é perceptível nos ingleses quando o clima agradável e os víveres os seguem, da mesma forma que a fraqueza os molesta e os aflige quando são acometidos pelo frio e pela carestia.[853]

Embora o desfecho da batalha tenha se mostrado adverso à previsão do guerreiro francês, fato é que o cerne de seu raciocínio se aproxima de inquietações como as de John Page e Thomas Hostel ao apontarem para a imprescindibilidade da atenção aos pagamentos, a distribuição do butim e da existência constante de víveres como elementos incontornáveis ao exercício virtuoso das armas. Por isso mesmo, as diversas cópias das ordenações para as hostes produzidas entre os séculos XIV e XV[854] atribuíram penas severas, que poderiam chegar à decapitação, ao "soldado que roubar" de outro dos seus pares "víveres, cavalo e forragem".[855]

Ao atentarem a esse tipo de precaução, os homens ligados ao ofício marcial pontuaram que os desvios de bens, observados de uma ponta a outra na cadeia de comando, encobriam o alvo de suas armas, isto é, o combate ao inimigo e a manutenção das regiões ocupadas por meio da aplicação da justiça. Foi cada vez mais fundamental ao monarca e aos seus representantes formularem meios de enfrentarem atos reprováveis de guerreiros sob seu governo, nomeadamente aquelas ligadas à cobiça e à avareza.

---

[853] CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000. p. 237.

[854] É possível notar esses elementos de forma repetitiva por exemplo nas ordenações para as campanhas de 1385 e nas de Henrique V. CURRY, A. Disciplinary ordinances for the English and Franco-Scottish armies in 1385: an international code? **Journal of Medieval History,** v. 37, p. 269-294, 2011.; Id. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 239-249.

[855] Id. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 241.

A exemplo disso, uma série de ofícios que entrelaçaram conhecimentos e experiências governamentais e militares pretenderam corrigir tais comportamentos. Ainda que não necessariamente tenham sido criações do Quatrocentos, ofícios como os de bailios[856], viscondes, mestres de ordenações e da artilharia do rei[857]ganharam notoriedade entre os representantes do rei por garantirem o bom desempenho marcial em seus domínios na França, gerindo a distribuição de víveres e armamentos, mas também tentando frear displicências.

A esse respeito, William Worcester alegou ter encontrado informações a respeito de como John Fastolf, no exercício de funções similares, zelava pelo bom governo dos homens e de lugares. De acordo com o letrado, aquele cavaleiro "prudentemente" abasteceu "cada castelo, fortaleza e cidades, tanto as de maior como as de menor porte com cereais, carnes de porco e de boi, além de peixes secos com e sem sal". Seus cuidados, entretanto, não se restringiram a prover alimentos, pois também cuidou de adquirir, "ano a ano, tecidos brancos e vermelhos tanto para os trajes de seus homens como para os de seus cavalos", possivelmente como parte do esforço, ainda esporádico, de padronização indumentária marcial,[858] observado na Inglaterra desde meados do século anterior.[859] Junto a esse cuidado, o cavaleiro também aparelhava "as armarias com equipamento para que um homem nu estivesse prontamente apto a realizar suas tarefas em prol do rei e do supracitado regente."[860]

Dessa maneira, agir aos moldes daquele cavaleiro, concluiu William Worcester, nada mais era do que atentar ao "bem comum", uma vez que o proveito do reino e de seu domínio estava intrinsecamente ligado "ao abastecimento e à sábia governança",

---

[856] ROWE, J.H. Discipline in the Norman garrissons under Bedford, 1422-35. **The English Historical Review,** Oxford, v. 46, n. 182, p. 196 - 197, abr. 1931.

[857] ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415-1450:** the history of a medieval occupation. Oxford: Claredon Press, 1983. p. 201-202.

[858] A indumentária militar ainda não havia encontrado uma padronização aos moldes dos exércitos modernos, porém há relatos esporádicos de seu uso não apenas na Inglaterra, como em outros recantos da Cristandade. CONTAMINE, P. **War in the middle ages.** Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 190-192.

[859] Décadas antes Henrique V ordenou a "todos que contenderem em nosso lado", a "independentemente de seu status ou origem", a "carregar as armas de São Jorge", sob o risco de que caso viesse a ser morto ou ferido, "ninguém seria culpabilizado nesse sentido". Tal advertência, entretanto, não refreou a tomada de Paris em 1430 por "escoceses vestidos como ingleses, portando a cruz vermelha". CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 244.; STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.1, p. 41.

[860] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 68.

independentemente de tratar-se de "uma área rural", de "um vilarejo" ou ainda de uma "cidade de maior ou menor porte".[861] Foi em função do reconhecimento da diligência de John Fastolf sobre tais aspectos que "o regente da França e os senhores do alto conselho régio concederam-lhe a guarda de tantos castelos; tarefa para a qual ele dispunha anualmente de 300 lanças e arcos"[862], pois seus cuidados possibilitaram que os capitães bem contendessem em nome do rei, a exemplo da supressão da revolta ocorrida em Paris em 1421, atribuída justamente a esse aspecto.

Assim, o aprovisionamento e pagamento poderiam servir como meios de minorar "quaisquer traços de vanglória"[863] nas ações de seus governantes. Porém, a questão demonstrou-se muito mais intrincada, uma vez que mesmo com as medidas ponderadas para ordenar os cuidados a serem efetivados por aqueles capitães, a exemplo de John Fastolf, ainda assim não foram capazes de impedi-los de praticarem ações descomedidas. Dos senhores de alta estima na hierarquia reinol até aqueles outros ainda a galgarem suas posições por meio da guerra, desviaram-se dos cuidados para com o governo dos domínios ingleses conforme as circunstâncias se apresentaram favoráveis a seus ganhos pessoais, pondo em risco, assim, os lugares e homens pelos quais eram responsáveis.

Ao negligenciarem o norteamento de suas armas, deixaram em segundo plano não apenas a defesa dos pleitos da Coroa, como também o acréscimo do renome e dos bens de seus realizadores. Na sequência, portanto, vale interrogar formas como tais pontos se desenrolaram, pois, afinal, sem o cumprimento da expectativa do aprovisionamento regular pelos grandes senhores, aqueles outros homens com menor estatura social se viram às margens de vicissitudes e da "pobreza". No entanto, uns e outros, de modo aproximado, eximiram-se de direcionar seus esforços em prol do bem comum e não se afastaram de "pensarem em traições" e de agirem "com improbidade" contra os próprios súditos Lancaster dentro dos domínios ingleses.[864]

---

[861] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 67.
[862] Ibid., p. 68
[863] Ibid., p. 68.
[864] BYLES, A.T.P (Ed.). **Book of the ordre of chyualry.** Translated and printed by William Caxton. Abingdon: Routledge, 2010. p. 86-87.

6.3. A cobiça dos capitães e dos combatentes comuns

No início da década de 1440, membros do conselho régio debateram a possibilidade de atenderem ou não a demanda imposta pelos inimigos Valois para que liberassem o duque de Orleans, aprisionado décadas antes nos campos de Agincourt.[865] Descontente com aquele que foi um dos alicerces da trégua sacramentada pouco tempo antes, o duque de Gloucester lançou uma série de reprimendas e de denúncias contra o cardeal Henrique Beaufort (c. 1375-1447), então responsável por conduzir tais tratativas.[866] O religioso, um dos nomes mais proeminentes da governação inglesa nas décadas finais do conflito, foi acusado pelo guerreiro de dispor-se contra o bem comum, pois, a seu ver, era sabido que, para além de ter articulado à soltura de um adversário, ele também não se furtava de acrescer a sua própria fortuna devido à postura que assumiu no trato com o aprovisionamento dos territórios no continente.[867]

Segundo o duque, nenhuma posição na cadeia de comando e na chefia dos exércitos presentes na França e no ducado da Normandia "poderia ser efetivada sem que algum benefício fosse concedido" àquele mandatário da Igreja, implicando assim em alusão ao seu enriquecimento por meio do recebimento de subornos.[868] Diante do descompromisso do religioso, restava lamentar que, em um contexto oposto, em que "tais benefícios tivessem sido bem governados", eles, os ingleses, "teriam sido capazes de sustentar as guerras por muitos anos".[869]

Àquela época, fizeram-se cada vez mais cruciais as tentativas de garantir o rumo do governo de armas em direção a um objetivo comum e profícuo diante do avanço bem sucedido de Carlos VII e de seus aliados sobre os territórios ingleses. No entanto, uma acusação de natureza similar foi lançada contra outro grande senhor a encabeçar o comando das armas Lancaster: William de la Pole, duque de Somerset (1396-1450). Durante o Parlamento de novembro de 1449, ele foi formalmente acusado de ter se eximido da boa execução das leis "por força da cobiça, pelo emprego de meios ardilosos"

---

[865] O duque de Orleans foi capturado na batalha de Agincourt em 1415 e mantido prisioneiro até o início da década de 1440.
[866] WATTS, J. Henry VI and the politics of kingship. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 143.
[867] Ibid., p. 182.
[868] Por detrás desse cenário, esteve a disputa entre dois grupos de conselheiros do rei. Um deles, o qual era integrado pelo duque, era favorável à continuidade do conflito contra os franceses. Por isso, procurou minar os esforços do cardeal para a sua interrupção. WATTS, J. op. cit., p. 143-150.
[869] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 450.

e também por realizar "recomendações insidiosas (*sinistre suggestions*) na expectativa de obter extensos ganhos para si próprio". Graças àquelas condutas, foi igualmente relacionado à extorsão e corrupção[870] no continente ao final da década de 1440 e foi-lhe atribuída a responsabilidade por "assassinatos, matanças, roubos, revoltas, comportamentos ilícitos e outros crimes" ocorridos nas regiões sob seu governo. Para elencar apenas um desses momentos, é possível referir-se a quando aconselhou o monarca a ceder-lhe um castelo na Guiena "para amparar as suas guerras e seus exércitos", porém, sem a devida manutenção daquele senhor "para pagar os estipêndios de seus principais oficiais, conselheiros, capitães e soldados", o poderio do rei "foi reduzido a tal ponto" que "nem os súditos e nem as terras" naquela região "puderam ser minimamente defendidos."[871]

Em razão desses procedimentos inapropriados, notaram-se reações como as de John Fastolf, que, no exercício de suas prerrogativas como membro do conselho régio, redigiu uma série de inquirições dirigidas a William de la Pole, em meados de 1450. Ali, o cavaleiro solicitou esclarecimentos sobre "por quais razões (o duque) cobrava resgates e pilhava os oficiais (régios) que estavam na Normandia", isto é, dos próprios homens sob amparo de Henrique VI; e também "por quais razões permitiu que as fortalezas permanecessem sem artilharia e outras provisões". Não obstante, o cavaleiro indagou qual o destino do dinheiro depositado em sua guarda para compensar os súditos que perderam suas posses na entrega do condado do Maine aos inimigos em 1448, e acusou que, ao invés de fazer o seu uso conforme ordenado, "não lhes deu qualquer quantia, mas empregou-o em seu próprio benefício".[872]

Conquanto sejam desconhecidas as respostas oferecidas pelo duque[873], fato é que ele foi responsabilizado pelo Parlamento, permaneceu por algum tempo aprisionado na torre de Londres, "dadas as muitas acusações de traição" que lhe foram atribuídas, para ser, em seguida, expurgado do reino. Em seu trajeto rumo ao exílio, em decorrência dos

---

[870] WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 259-260.

[871] **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry & Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 12, p. 23-26. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

[872] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 720 e 722.

[873] A edição de Joseph Stevenson não realiza qualquer menção às mesmas.

graves atos que levaram ao seu enriquecimento e ao desmazelo das armas,[874] foi decapitado e teve o seu corpo "atirado nas areias de Dover e sua cabeça fincada a uma lança".[875]

As acusações do Parlamento e os questionamentos de John Fastolf parecem sintetizar incômodos de muitos outros responsáveis pela governação das armas inglesas em relação a seus pares. A princípio, o que chama a atenção em ambos os casos é que as acusações não se limitaram a apontar a falta de cuidados de ambos os guerreiros com as suas atribuições na liderança das armas inglesas no continente. Mais do que isso, por sua desatenção e aparente cobiça, foram diretamente responsabilizados pelos fracassos e aflições enfrentados na execução da guerra de defesa daqueles respectivos domínios. Embora tenham sido apenas dois daqueles a chefiarem a empresa marcial até 1453, é possível acreditar que estivessem longe de ser os únicos condenados pelo mal-estar quanto ao bom desempenho bélico no Quatrocentos, como consta nos comentários e recomendações. William Worcester parece ter se mantido atento a essa questão, pois não se restringiu de afirmar que, quando as "grandes recompensas" expectadas por aqueles a cruzarem o mar para combaterem na França não vieram, houve quem não se constrangeu em "extorquir os mais pobres".[876] Na prática, isso significou que, sem o aprovisionamento, bens e dinheiro terminavam desviados por homens como o cardeal Beaufort e William de la Pole, comprometendo a manutenção dos territórios no continente. Mais do que isso, tal descalabro teria sido um fator diretamente responsável por levar os guerreiros ingleses mais distantes da nobreza a conduzirem as suas armas de modo intemperado, tanto em direção aos territórios inimigos, sem a autorização de seus superiores, como também contra as regiões e pessoas a quem deveriam proteger, sob o pretexto, em ambos os casos, de angariarem os meios necessários para o acréscimo de

[874] Sobre sua morte, é importante considerar a divisão em curso entre a aristocracia entre os apoiadores dos Lancaster e daqueles outros que os acusavam pela responsabilidade da derrota na França, reunidos sob a égide dos York. Tambem é preciso considerar as acusações de enriquecimento do mesmo enquanto esteve frente às armas inglesas e no círculo próximo ao monarca, ligado ao cardeal Beaufort. POLLARD, A.J. **The wars of the roses.** Basingstoke: Macmillan Education, 1988. p. 20-35.; WATTS, J. Henry VI and the politics of kingship. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 180-199.

[875] Alguns versos anônimos descrevem que, durante sua partida, o duque estaria aprisionado a uma tábula de madeira para impedir-lhe os movimentos. Ao solicitar uma confissão, vários nobres ingleses são evocados para oferecer-lhe o perdão, porém o tom amargo dos versos prega que "os falsos traidores tenham um fim torpe", e ainda inquire: "onde está (o duque de) Somerset, por qual razão ele não se apresenta também?". FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Claredon Press, 1911. p. 129.; ROBBINS, R.H. (Ed.). **Historical poems of the XIVth and XVth centuries.** New York: Columbia University Press, 1959. p. 189.

[876] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 51.

seus bens pela execução de seu ofício marcial ou até mesmo a fim de garantirem a sua subsistência durante a permanência do outro lado do mar.[877]

Por isso mesmo, se aristocratas como o cardeal Beaufort e o duque de Somerset não teriam se intimidado de realizar ações nesse sentido, por quais razões seria de se pensar que homens de menor estado, muitas vezes afrontados pelas decisões daquela natureza por parte de seus capitães e de membros da alta governança, também não viandariam pela mesma trilha? Em perspectiva aqui, pois, estava o fato de que, diante do ameaçador sucesso dos adversários, era necessário aos governantes das armas inglesas cercear outros ataques que pudessem vir tanto daqueles responsáveis pelas hostes como pela defesa de fortalezas, isso é, de seus próprios comandados. Um desafio constante, portanto, em razão do vasto território a ser administrado.

Para tentar combater esse problema, notado durante pouco mais de uma década em que esteve à frente do governo interino da França, o duque de Bedford propôs uma série de medidas para criar "forças regulares" a serem mantidas diretamente sob seu comando, dinamizando o sistema de *indentures* então vigente. Ao garantir pessoalmente o aprovisionamento de um grupo mais coeso de homens, pôde observar mais de perto suas ações de armas e ordená-las com maior possibilidade de sucesso.[878] Seu intento, porém, não foi levado adiante, e as vicissitudes impostas pelo projeto de consolidação do domínio inglês no continente foram constantemente ameaçadas pelas próprias armas inglesas, as quais não raramente se voltaram contra os habitantes daquelas regiões[879], tanto por terra como também pelo mar.

Graças à ampla experiência que deteve nesse assunto, as palavras de John Fastolf conferem peso a essa questão, ao pontuar a imprescindibilidade de que "fossem corretamente aprovisionados" todos aqueles encarregados de executar as conexões marítimas entre os dois reinos. Assim como ele próprio se preocupou em abastecer castelos em sua guarda, o cavaleiro julgou ser fundamental o zelo sobre os "almirantes" e os seus subordinados, peças-chave para garantirem o fluxo de víveres e de guerreiros a

---

[877] WRIGHT, N. A. R. 'Pillagers' and 'brigands' in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 9, n. 1, p. 16, 1983.

[878] CURRY, A. John, duke of Bedford's arrangements for the defence of Normandy in October 1434: College of Arms MS Arundel 48, fólios 274r-276v. **Annales de Normandie,** Rouen, 62e année, v. 2, p. 239, 2012.

[879] Não se tratava apenas dos franceses que juravam lealdade à Henrique VI. Muitos ingleses começaram a adquirir terras e bens imóveis nos territórios conquistados. ALLMAND, C. The Lancastrian Land Settlement in Normandy 1417-1450. **The economic history review,** v. 21, n. 3, p. 468, dez. 1968.

viandarem de um lado a outro dos domínios ingleses.[880] No entanto, aqueles mesmos homens poderiam estar dispostos a se aventurar não apenas pelas zonas limítrofes entre os reinos, mas também extrapolarem as fronteiras das práticas lícitas frente à possibilidade de obterem ganhos em regiões mal guarnecidas.[881] Ao se depararem com provisões ineficientes, pagamentos negligenciados e a possibilidade de realizarem saques sem sofrerem quaisquer tipos de punições, poderiam conceber a viabilidade de "roubarem os probos súditos do rei e os seus antigos aliados em lugar dos inimigos"[882], deixando assim de serem um alívio para os habitantes de territórios continentais para se tornarem parte crucial de suas aflições.

Em termos similares, um letrado anônimo acusou os homens do mar de "espoliarem nossos amigos", isto é, os aliados de Henrique VI, os quais deveriam, ao invés disso, serem "poupados". Evidentemente, ele não questionou a prática do butim, mas o ponto sobre o qual foi focalizada e, nesse sentido, julgou fundamental que se diligenciassem para, em vez disso, "aprisionarem os inimigos". No entanto, reconheceu que tais ações seriam de difícil emenda, pois eram movidas, na verdade, pelo "poder chamado de cobiça" e das suas "falsas cores lançadas sobre nossos olhos", as quais impediam "os bons guerreiros" de aperceberem o quanto tais condutas eram "vexatórias" no âmbito da Cristandade.[883] Dessa maneira, William Worcester veio a corroborar tais queixas, ao apontar para um mesmo sentido: aqueles "bons homens de armas com instrução e experiência", cuja capacidade "de governarem as pessoas para que permaneçam em avença"[884], não apenas deixavam de bem exercitar o ofício marcial e assim prestar o socorro necessário aos que eram acometidos pelas incursões inimigas, como eles próprios eram fontes dos males enfrentados em detrimento de seus ganhos individuais.

---

[880] Assim como na composição das hostes, a esquadra de navios era composta por embarcações confiscadas pelo monarca e capitaneadas por cavaleiros e escudeiros que poderiam governá-los tanto em terra como no mar.

[881] FRIEL, I. Winds of change? Ships and the Hundred Years War. In: CURRY, A.; HUGHES, M. (Eds.). **Arms, armies and fortifications in the Hundred Years War.** Woodbridge, UK; Rochester, USA: Boydell Press, 1994. p. 187-189.

[882] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 583.

[883] WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. p. 183-185.

[884] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 24.

Diante da evolução da cupidez no exercício das armas, as ordenações voltadas a regularem as ações de guerreiros que embarcaram nas esquadras inglesas da primeira metade do Quatrocentos[885] tiveram o mesmo rigor daquela sobre o governo das hostes que combatiam por terra, concebidas por Henrique V. Assim como nesta última, a primeira exigiu a "punição e confisco" de bens daqueles "audaciosos o suficiente" para se engajarem no assédio a castelos e em "roubos e pilhagens" de suas cercanias "sem a permissão de seu almirante", independentemente de seu estado.[886] Malgrado tais ordenações tenham sido concebidas na tentativa de controlar com maior rigor as atividades em territórios inimigos, é possível considerar, a partir do alerta levantado anteriormente por John Fastolf, que igualmente refletiram a preocupação com a sanha depredatória dos guerreiros ingleses também nas regiões sob domínio de seu próprio monarca. Do mar à terra, tais ameaças se materializaram até mesmo antes de os guerreiros serem transportados para seu destino final.

Ao passo em que os franceses "tomavam toda a Normandia sem muita resistência" durante 1449, um grupo de soldados reunidos em Portsmouth, um dos principais canais de ligação entre a ilha e o continente[887], postergou a travessia marítima por mais tempo do que o esperado, e acabaram por "pilhar e empobrecer a região", segundo o autor de um relato.[888] Aquele, no entanto, não foi um evento isolado, pois, no ano seguinte, Adam Moleyns, "um homem cobiçoso" por ocupar o bispado de Chichester, deslocou-se até a mesma localidade a fim de "realizar o pagamento em dinheiro de certos soldados, bem como para embarcar os proventos"[889] que custeariam a campanha. Entretanto, é possível que ele tenha sido mais um dos muitos oficiais régios que, "tomando remunerações e desfalcando os pagamentos vindos do rei", agiu em desacordo com as recomendações de William Worcester para que evitassem a prática de "subornos, deduções, reduções, divisões ou arrecadações indevidas", pois, alerta o letrado, tais práticas tencionavam "enganar" os guerreiros e, fatalmente, os fariam "empobrecer".[890] No entanto, de acordo

---

[885] TWISS, T (Ed.). **The black book of the Admiralty.** London: Longman, 1871. v. 1. p. LXXVIII.
[886] Ibid., p. 25-35.
[887] FRIEL, I. Winds of change? Ships and the Hundred Years War. In: CURRY, A.; HUGHES, M. (Eds.). **Arms, armies and fortifications in the Hundred Years War.** Woodbridge, UK; Rochester, USA: Boydell Press, 1994. p. 189.; LAMBERT, C.L. **Shipping the medieval military:** English maritime logistics in the fourteenth century. Woodbridge, Suffolk; Rochester, N.Y.: Boydell & Brewer, 2011. p. 5; 19.
[888] FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Claredon Press, 1911. p. 128.
[889] DAVIES, J.S. (Ed.). **An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V, and Henry VI written before the year 1471.** London: Camden Society, 1856. p. 64.
[890] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 71-73.

com o relato, o religioso sequer teve a chance de ser reprochado, pois, após um entrevero entre ele e os guerreiros, marcado pelo emprego de "linguagem rude", estes últimos acusaram-no de "reduzir os seus pagamentos", e, ali mesmo, terminou "cruelmente assassinado".[891]

Entre a década de 1440 e a posterior, a consternação sobre os homens de armas ganhou um elemento adicional em relação aos eventos ocorridos em Portsmouth. O temor foi o de que a violência desmedida provocada por bandos armados como aquele na região portuária poderia voltar-se contra o que restava dos domínios ingleses, tendo em vista a possibilidade de ingressarem, nas hostes do inimigo, as companhias livres que se mantiveram ativas por todo o período[892] ou simplesmente se agruparam para pilhar tais territórios. Afinal de contas, tratava-se de homens com habilidades e disposição para o combate aparentemente sem o temor de perdas pecuniárias, pois, naquele momento, "não tinham do que viver, a despeito de roubos". Nesse sentido, um cronista anônimo, ao escrever posteriormente sobre o fracasso da empresa armada enviada ao continente, justificou que a decisão de despachar indivíduos para o serviço militar em troca do perdão régio teria sido acertada, pois, desde os tempos que Eduardo III enviou à guerra aqueles sabidamente ligados a ações ilícitas, foi uma política empregada a fim de "mantê-los em uma ocupação" proveitosa. [893] Dessa forma, ele possivelmente acreditou nos juízos de seu tempo, de que afastá-los da ociosidade – e do território insular, oferecendo-lhes a chance de contenderem no continente – seria o meio adequado para levá-los a realizarem ações virtuosas, isto é, buscarem a "salvaguarda e manutenção dos direitos do rei".

Se esse foi o arrazoamento inicial dos capitães de armas, tal cálculo nem sempre se mostrou correto, visto que a possível destruição causada pelo ímpeto marcial desordenado poderia vir a se tornar um problema para os súditos a habitarem do outro lado do mar. Ainda assim, parece ter sido válido apostar em tal medida, pois assim era possível evitar danos ao território insular, a exemplo do que se registrou a respeito de um terceiro grupo de guerreiros. Pela mesma época dos dois casos anteriores, ele sequer chegou a ser transportado "graças a recursos insuficientes e a limitação da quantidade de

---

[891] DAVIES, J.S. (Ed.). **An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V, and Henry VI written before the year 1471.** London: Camden Society, 1856. p. 64.

[892] Um debate mais amplo abrangendo essa questão com documentação de vários pontos da Cristandade está em: CONTAMINE, P. **War in the middle ages.** Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 150-165.

[893] VILLALON, L.J. "Taking the king's shilling" to avoid "the wages of sin": royal pardons for the military malefactors during the Hundred Years War. In: VILLALON, L.J.; KAGAY, D.J. **The hundred years war (part II):** further considerations. Leiden; Boston: Brill, 2013. p. 357-436.

dinheiro" e, assim, deixados à sua própria sorte, aqueles que até pouco tempo "haviam atuado como soldados", passaram a agir como "ladrões e assassinos"[894], possivelmente em regiões adjacentes ao seu local de embarque.

Quando equiparadas, pois, as razões de sucessivos fracassos armados, as narrativas e recomendações convergiram para asseverar a perspectiva de que, ao privarem os guerreiros da possibilidade de obtenção de bens, de seus pagamentos e de meios para sua correta realização da guerra, a consequência mais provável era a da realização de ações imoderadas a fim de obtê-los. Conforme tem sido demonstrado até aqui, os ataques letrados visaram não apenas os capitães e os grandes senhores do reino, pois aqueles sábios entenderam que o protagonismo dos desvios das armas inglesas foi partilhado também dentre homens que ainda buscavam galgar o seu espaço entre os grandes guerreiros reinóis. Tal proposição é corroborada pela completa omissão nos registros, em muitos dos casos, a exemplo daqueles mencionados anteriormente, dos nomes e da posição hierárquica de seus perpetradores.[895]

Ademais, também é preciso apontar que, durante o período de conflito, normalmente era autorizado e considerado lícito aos guerreiros realizar sua própria manutenção a partir do que "obtivessem daquilo que a própria região poderia oferecer"[896], saqueando-a com a conivência ou mesmo a recomendação dos capitães e príncipes. Em meados de 1410, "homens de armas" e "arqueiros" enviados em auxílio do duque de Borgonha, "muito bem pagos" para o exercício de sua função, alega o letrado John Capgrave, viram-se diante de vicissitudes que os obrigaram a permanecer por mais tempo do que o esperado nas imediações de Paris. Diante disso, "faltaram-lhe víveres, especialmente a carne", obrigando-os assim a "obtê-los dos inimigos", fosse em combate, fosse pelo saque de regiões circunvizinhas protegidas pelo monarca adversário.[897]

Vale também a ressalva de que, no limiar entre a licitude daquele tipo de conduta e a falta de moderação durante ações belicosas, se situaram as dificuldades em refrear os impulsos de homens que nem sempre distinguiram com clareza o ato de apresar bens dos adversários em batalha e o de importunarem populações circunvizinhas às fortalezas que

---

[894] FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Claredon Press, 1911. p. 136-137.
[895] É importante notar que listas com os nomes de guerreiros e sua posição hierárquica eram compostas e por vezes não deixavam de ser consultadas e mesmo copiadas por cronistas em seus relatos.
[896] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 593.
[897] CAPGRAVE, J. **The chronicle of England.** Edited by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1858. p. 300.

guarneciam, uma vez que ambas as situações poderiam facilmente serem classificadas como legítimas, sob pretexto de angariarem meios para sua sobrevivência. A exemplo disso, um letrado anônimo presente em Paris na primeira metade do Quatrocentos relatou que, em abril de 1430, cerca de 300 guerreiros ingleses partiram para tomar um castelo em suas proximidades, porém, desviaram-se de seu intento e passaram a saquear a região. Ao contrário da expedição relatada por John Capgrave, não o fizeram sob a premissa de garantirem sua sobrevivência, porém, em seu lugar, foram "incitados pela cobiça". Dessa forma, contrariaram o objetivo inicial de capturar a fortaleza em questão, e enquanto se ocupavam de roubar um edifício religioso, uma guarnição de inimigos nas imediações foi alertada de sua passagem, aproveitando-se de sua desorganização para atacá-los e tomarem para si os seus cavalos, todo o butim adquirido anteriormente, bem como para cobrar resgate dos que foram aprisionados e coletar os despojos dos cadáveres daqueles outros menos afortunados.[898]

Foi diante da recorrência de práticas condenáveis como a daqueles guerreiros que a empresa armada inglesa no continente foi colocada em risco e, nesse sentido, William Worcester sentenciou que "os capitães se importam mais com a tomada de bens do que com a reverência e com a aplicação da justiça". Mais do que isso, quando voltam suas armas contra os próprios súditos ingleses, prossegue, deixam de prezar por aqueles que "se sujeitam e resolutamente prestam juramento" de se manterem sob as ordens do monarca, afligindo-os em elevado grau. Diante do receio de que viessem a ser acossados pelos guerreiros, os súditos eram "oprimidos e continuamente taxados injustamente de diversas maneiras"[899], pagando-lhes "indenizações, talhas, subsídios e tributos insustentáveis" com a esperança de não serem vitimados. A situação parece ter alcançado seu pico quando senhores e capitães a habitarem e defenderem as fronteiras passaram a

[898] **A PARISIAN JOURNAL, 1405 - 1449.** Translated by Janet Shirley. Oxford: Claredon Press, 1968. p. 247.
[899] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 30.

cobrar o "*appatis*"[900] não apenas dos súditos Lancaster, mas até mesmo "dos contendores adversários para que não fossem molestados".[901]

Ao usurparem igualmente populações dentro e fora das marcas inimigas por meio daquela prática como também das talhas (*taillis)*[902], contribuíam sobremaneira para a escalada de tensões que tornaram ainda mais complexo o xadrez governativo da administração local, uma vez que criavam um forte clima de instabilidade a ser administrado pelos representantes régios.[903] No entanto, é preciso ressaltar novamente as zonas obscuras sobre as quais se situaram tais interditos, pois nem sempre tais práticas eram tomadas necessariamente por ilícitas e, por vezes, eram assistidas pelos próprios príncipes do reino. Durante a passagem de uma expedição liderada pelo duque de Gloucester contra Flandres em 1436, por exemplo, um cronista londrino reportou que tais cobranças foram realizadas sobre a população local "a mando dos senhores" que o acompanhavam.[904]

Assim, é possível conjecturar que o rei e outros aristocratas se opuseram a tais práticas tão somente quando realizadas "sem a autoridade constituída de um senhor"[905] ou ao menos de um capitão, pois essa ausência poderia favorecer a prática de excessos

---

[900] Em termos mais gerais, constituiu-se de uma forma de proteção com duas formas distintas. Na primeira, tratou-se de algum tipo de arrecadação de recursos realizada, de forma temporária e com a aprovação das autoridades, em áreas fronteiriças a fim de custearem as guarnições locais sob a finalidade de oferecerem proteção aos habitantes da região. No entanto, a segunda, referiu-se a somas extraídas de modo coercitivo da população sob o mesmo pretexto, sem a anuência ou mesmo conhecimento das autoridades. Tanto em um caso como em outro, no entanto, era um tipo de benefício às expectativas de ganhos dos guerreiros, pois não foram incomuns casos em que receberam sem que tivessem, de fato, de combater aos inimigos. ALLMAND, C. (Ed). **Society at war:** the experience of England and France during the Hundred Years War. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1973. p. 85.

[901] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 73.

[902] No original *"tailis"*, comumente era empregada no plural *"tallage*" para referir-se a um conjunto de taxações nem sempre muito bem discerníveis não apenas sobre as terras, mas também sobre bens móveis e pessoas. Sua abrangência era ampla e normalmente eram cobradas tanto daqueles que habitavam os campos como as cidades, sob o pretexto de uma necessidade específica, em larga medida identificada com expedições militares. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases.** Cambridge: D.S. Brewer, 2004, p. 270.; HARRISS, G.L. **King, parliament, and public finance in medieval england to 1369.** Oxford: Claredon Press, 1975. p. 14

[903] Sobre a prática em si, cf. TAYLOR, C. D. **Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 218-220.; WRIGHT, N. A. R. Ransoms of non-combatants during the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 4, v. 17, p. 325, 1991. Um exemplo pontual de seus empregos e danos sobre as populações da Gasconha pode ser conferido em: VALE, M.G.A. **English Gascony, 1399-1453:** a study of war, government and politics during the later stages of the Hundred Years War. London: Oxford University Press, 1970. p. 47; 180.

[904] KINGSFORD, C.L. (Ed.). **Chronicles of London.** Oxford: Claredon Press, 1905. p. 142.

[905] Do ponto kk em diante há vários outros proibindo a retirada forçada de itens. CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 248.

daqueles guerreiros de condição inferior contra outros súditos ingleses por meio das ações de "pilhadores" e de "brigandinos".[906] Ainda que não tenha recorrido diretamente a tais termos, William Worcester vislumbrou os perigos desse tipo de descontrole em moldes similares a seus contemporâneos,[907] ao advogar que todos aqueles guiados pela "indisciplina da compleição da cobiça e da rapina", notadamente os que deveriam ter algum apreço pela honra, atuavam como reles "saqueadores, ladrões e extorsionários", e não como "homens de armas praticantes da Cavalaria".[908]

Em razão disso, na prática, houve ao menos uma tentativa de se regular sobre ações daquela natureza. Por volta de dezembro de 1423, o duque de Bedford lançou um conjunto de regramentos a fim de contrapor o estado de "destruição da coisa pública em nosso território" causado por capitães, "tanto franceses como ingleses", que realizavam a cobrança (*appatisser*) contra "vilarejos e pessoas", exigindo "grandes somas de dinheiro, grãos, vinhos e muitas outras coisas" daqueles "mais pobres", em boa medida "por meio da violência" e sem que tivessem "qualquer autoridade" para tal.[909] Se, por um lado, John Fastolf estimulou os homens de armas a buscarem a sobrevivência com os itens obtidos

[906] Ao longo de seu governo sobre os homens e as armas dos territórios continentais na função de regente, o duque de Bedford deparou-se com o constante desafio de limitar as atividades daqueles indivíduos. Uma vez que os capitães das hostes poderiam agir duplamente contra a justiça do rei, isso é, tomando para si daqueles que deveria proteger e governando-os sob circunstâncias arbitrárias, o regente, na tentativa de barrar tais desvios, delegou maiores poderes a figuras como a do *vicomte*, um civil, em geral membro da burguesia local, encarregado pela organização local dos víveres a serem enviados e também pelo emprego local das hostes; bem como a do *bailli*, responsável por aplicar a justiça sobre aqueles guerreiros. No entanto, tais termos eram possíveis marcadores sociais para os desvios dessa natureza, uma vez que era empregado para oferecer uma distinção um pouco mais nítida àqueles não aristocratas engajados em atividades de guerra contra outros não aristocratas. ROWE, J.H. Discipline in the Norman garrissons under Bedford, 1422-35. **The English Historical Review,** Oxford, v. 46, n. 182, p. 196, abr. 1931. WRIGHT, N. A. R. 'Pillagers' and 'brigands' in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 9, n. 1, p. 16-17, 1983.

[907] Cronistas como Adam Usk relataram como o papa colocou em um mesmo nível de desvios e excomungou "todos os hereges, cismáticos, piratas e brigandinos" em meados de 1404. No entanto, talvez de forma pejorativa, um cronista anônimo de Londres relatou a chegada do duque de Norfolk ao Parlamento de novembro de 1450 "com um grande número de pessoas vestindo *brigandiers* e sete trombetas anunciando a sua chegada", da mesma forma que, meses antes, o rebelde Jack Cade foi descrito portando um par daquela indumentária "como se fosse um senhor ou cavaleiro, muito embora não passasse de um homem de origem inferior (*knave*). DOUGLAS, D. C. **English historical documents.** London: Routledge, 1996, v.4, p. 260.; FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Claredon Press, 1911. p. 137.; USK, A. **Chronicon Adae de Usk,** a.D. 1377-1421. Edition with a translation and notes by Sir Edward Maunde Thompson. London: H. Frowde, 1904. p. 273.

[908] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 30-33.

[909] ROWE, J.H. Discipline in the Norman garrissons under Bedford, 1422-35. **The English Historical Review,** Oxford, v. 46, n. 182, p. 203, abr. 1931.

dos inimigos, armados ou não[910], também não deixou de comentar, em tom reprobatório, que "nenhum dos capitães deveria, em hipótese alguma, cobrar resgates, *appatis* e nem favorecer quaisquer regiões ou localidades por onde viandassem", sobretudo "em nome de vantagens estipendiárias individuais (*singuler lucre*)" ou mesmo para qualquer outro tipo de "proveito próprio". Ao invés disso, deveriam atentar-se somente em "realizar e executar devidamente as suas funções (marciais)"[911], evitando assim destinos infaustos como o da supramencionada expedição de 1430.

Tais ponderações, pois, deixam ver o pragmatismo na condução das armas, pois consideraram o difícil equilíbrio a ser mantido no direcionamento do esforço marcial inglês; equilíbrio entre encabeçá-lo e permanecerem "na graça e complacência do mundo" –, sem cometerem desvios, sobretudo contra os súditos Lancaster e contra os homens sob seu comando. Dessa forma, o meio termo dos responsáveis por levá-lo adiante foi afrontado pelo desafio de efetivar a manutenção dos territórios e enfrentar os contendores adversários durante épocas de penúria causadas pelo mau gerenciamento dos recursos, ao passo em que era fundamental restringir comportamentos movidos pelo desejo de enriquecimento ou excessos na busca pela sobrevivência dos guerreiros do outro lado do mar.

A solução, portanto, decorreu da habilidade em não se prescindir da prerrogativa do pagamento dos estipêndios "de forma justa e proba, sem negligenciá-los ou reduzi-los" e, a esse propósito, William Worcester resumiu parte das inquietações do período ao verificar a possibilidade de evitar que os guerreiros ingleses não se vissem forçados a "viver da pilhagem, extorsão e rapina dos territórios dos amigos que estão sob obediência do príncipe"[912], como apontado nos casos supramencionados.

Mesmo cientes de que suas próprias armas poderiam causar danos aos domínios do rei de um lado a outro do mar, o caminho proposto foi o de tentar conciliar as expectativas para a boa realização marcial, que passavam diretamente pelo aprovisionamento correto, a fim de evitar condutas marcadas pela cobiça. Até por isso, É

---

[910] Uma vez declarado o conflito, a exceção de certos grupos, como religiosos e mercadores, todos aqueles em território inimigo eram considerados hostis, sendo sancionada a violência contra os mesmos. Isso porque mesmo que não combatessem, poderiam auxiliar no aprovisionamento de guerreiros e fortalezas adversárias. COX, R. Asymmetric warfare and military conduct in the middle ages. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 38, n. 1, p. 104, fev. 2012.

[911] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 580.

[912] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 30-33.

significativo que, mesmo diante das penas severas recomendadas nas ordenações de Henrique V, como mutilação, aprisionamento e decapitação, aos que cometiam desvios originados ou decorrentes de ações daquela natureza, houve casos em que a sugestão foi mais branda, contemplando a possibilidade de redirecionar o ímpeto guerreiro idealmente contra os inimigos franceses e seus aliados.

Uma petição realizada durante o Parlamento de outubro de 1435, cerca de um mês após o abandono da aliança formal dos borgonheses por meio do tratado de Arras, destacou as duas faces do problema. Por um lado, houve o reconhecimento de que as mencionadas ordenações do monarca anterior, datadas de duas décadas atrás, pretenderam salvaguardar vítimas, ou, ao menos, recompensá-las de atos ilícitos, como "assassinatos, roubos e pilhagem" cometidos durante os períodos de trégua, por "homens sob o comando do rei e de seus súditos". Segundo se afirmou, no entanto, alguns daqueles de melhor condição resolveram "instigar, aliciar, auxiliar, pagar, apoiar e manter" outros indivíduos inferiores em tais ações, razão pela qual, a princípio, os primeiros poderiam ser condenados por "alta traição" contra a Coroa e a dignidade do rei.

Diante de uma nova realidade enfrentada pela crescente animosidade gerada pela quebra da aliança entre o monarca Lancaster e Filipe da Borgonha, encerrou-se não apenas um profícuo período de manutenção de territórios contra as investidas de Carlos VII e, dali até o final do conflito, aumentava a probabilidade de que Calais, um dos importantes locais de desembarque das hostes no continente, bem como a Normandia, viesse a se tornar alvo dos novos inimigos, como de fato veio a ocorrer já no ano subsequente.[913] Em função das implicações daquele contexto, a petição foi além do simples requerimento para que fossem afrouxadas as penas contra quem apoiava atos ditos condenáveis por guerreiros de estado inferior, pois solicitou que fossem perdoados de quaisquer desvios "pelos sete anos subsequentes, após o primeiro dia desse Parlamento", uma vez que tais punições "são tão rigorosas e atrozes" que "refreiam" o seu ímpeto em auxiliarem no combate aos adversários, os quais, por sua vez, sentiam-se "encorajados a contender" contra os ingleses.[914]

---

[913] SAYGIN, S. **Humphrey, duke of Gloucester (1390-1447) and the Italian humanists.** Leiden, Boston: Brill, 2002. p. 71-72.

[914] **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 11. p. 32-33. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

As circunstâncias apontam que não era possível efetivar os esforços da realização da guerra sem contar com aqueles mesmos homens que vieram a colocá-los em risco. Sem a possibilidade de emendá-los, "inúmeras cobranças e incomensuráveis tormentos" praticados por eles iam de encontro aos esforços de Henrique V, do duque de Bedford e de tantos outros governantes locais das armas inglesas, uma vez que grandes senhores, como o cardeal Beaufort e o duque de Suffolk, bem como seus comandados, optavam por levar "tais malefícios às últimas instâncias". Para conter tais aflições, era fundamental assegurar o pagamento dos guerreiros e seu aprovisionamento diligente para que não movessem suas armas contra outros "cristãos" que viviam sob a autoridade e as leis dos monarcas Lancaster.[915]

Em face de tal destempero, William Worcester não se eximiu de exprimir o seu incômodo a respeito dos "tormentos e crueldades" lançados àqueles súditos do outro lado do mar.[916] A seu ver, e à semelhança dos argumentos mencionados no Parlamento de 1435, o ponto fundamental era dirigir a punição aos homens que cometiam atos condenáveis no exercício de suas atividades de armas, combatendo as causas de suas "faltas", ou seja, a "escassez de mantimentos, a penúria de dinheiro, a falta de provisões de artilharia e o cuidado com as reservas de armamentos", os quais, de diversas maneiras, obrigavam os súditos a dois destinos igualmente ignóbeis: "fugirem em direção ao contendor adversário, abandonando sua região de origem", ou então, ao invés disso, fenecerem "em decorrência de tal pobreza e escassez extrema".[917]

Longe de ser mera figura retórica do letrado, o desalento que se abateu nos súditos e combatentes ingleses pode ser amostrado pela missiva composta em nome dos habitantes de Rouen, na qual está expressa a lamúria dos desamparados por um governo da guerra inglês deficiente, que, em última instância, falhou em assegurar-lhes guarida. Insatisfeitos, eles pontuaram ao monarca, em meados de 1441, que as promessas régias para sua defesa e aprovisionamento não foram cumpridas e, assim, esperavam "em vão pelo envio de reforços para se contraporem aos adversários", sem a possibilidade de que pudessem nutrir, naquele momento, "nem esperança e nem ambições" para reconfortá-

[915] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 73.
[916] Ibid., p. 71-73.
[917] Ibid., p. 73.

los.[918] A descrença apresentada contra a gestão da guerra e dos homens de armas incidiu diretamente sobre aquela outra dos homens, pois, desamparados, tanto os súditos insulares a se deslocarem rumo à França para contender e ocupar; franceses que optaram por permanecerem sob o governo dos Lancaster, e também aqueles indivíduos e grupos advindos de outras paragens da Cristandade para as terras sob a sujeição de Henrique VI, todos guinaram da submissão à Coroa inglesa à "rebelião" ao final da década de 1440, graças, sobretudo, à falta de socorro daqueles que deveriam estar "comprometidos a salvaguardá-los, defendê-los e ampará-los".[919]

Outro retrato desse abatimento causado pelo descalabro do governo da guerra veio dos habitantes de Maine, à época de sua rendição formal aos inimigos em 1448. Embora tivessem contendido para manter o domínio de Henrique VI naquela região, seus esforços marciais não foram recompensados, uma vez que não foram socorridos em tempo pelo rei e seus representantes armados em tempos de necessidade. Ainda de modo similar, alguns pedidos de auxílio da Normandia escancararam ao rei e aos membros do Parlamento de fevereiro de 1449 a dura escolha à qual tiveram de se submeter em vista do desmazelo que enfrentaram: devido à "grande pobreza" que se espraiou pelo território em decorrência das incursões adversárias, era-lhes impossível manter o pagamento regular de taxações, sobretudo para custear os guerreiros de sua defesa. Assim, viam-se forçados a "partirem e renunciarem ao território, permitindo que os domínios (do rei) fossem abandonados ao inimigo".[920]

Frustradas as expectativas de auxílio armado, segundo William Worcester, aqueles súditos teriam entendido ser o único caminho possível migrarem da "suserania e obediência" ao monarca para servir os adversários, algumas vezes impondo resistências, em outras, sem qualquer exigência. A situação pode ser resumida por uma máxima traduzida pelo letrado: "quando um monarca reina amparado pela retidão e pela justiça, ele é o rei de seus súditos"; no entanto, "quando reina por meio da violência e da iniquidade", conforme aquela apresentada pelas armas dos guerreiros insulares que

---

[918] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 605.

[919] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 71-73.

[920] **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry & Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 12, p. 17-18. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

levaram ao subsequente expurgo inglês das regiões em litígio, "seus súditos curvar-se-ão para outro".[921]

Assim sendo, após a rendição de dezenas de castelos[922], populações rumaram novamente em direção à Inglaterra[923] e outras ainda juraram lealdade a Carlos VII, conforme atesta a missiva redigida em 1447 por um rei de armas, na qual relatou a existência de capitães ingleses amplamente dispostos a cederem castelos sob o seu poder para os adversários; um indício inconteste, alegou, "dos vícios e dos pecados presentes entre aqueles de nossa nação (*nacion)*".[924] O próprio monarca, inclusive, reconheceu naquela mesma década que regiões sob seu controle estavam desoladas não apenas em razão dos estragos causados pelos inimigos, mas também graças a má governança das armas inglesas.

Diante do exposto, ao também refletir, poucos anos antes da queda definitiva do domínio Lancaster na França, e mesmo alinhado com a Coroa até aquele momento[925], John Capgrave observara um processo de esfacelamento da capacidade das armas inglesas de cumprirem com as expectativas depositadas sobre o seu ofício. A seu ver, eles, de "conquistadores de todas as nações", passaram a ser "conquistados por todas elas".[926] Na década anterior, um anônimo foi mais audacioso ainda ao externar o seu receio sobre a diminuição do poderio inglês: prenunciou que os domínios externos à

---

[921] BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 130

[922] William Worcester listou de forma parcial aqueles localizados sobretudo na Normandia. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864. v.2, pt.2, p. 619-633.

[923] O resultado desse descalabro foi retratado sob o olhar de um cronista londrino o qual demonstrou sua insatisfação não apenas com o avanço vitorioso dos franceses entre 1449-1450, mas com o fluxo de toda sorte de indivíduos rumo à Inglaterra. De acordo com o seu relato, "todos os ingleses expulsos da França, Normandia e Anjou dirigiram-se à essa terra em grandes grupos sob enorme desalento e pobreza para se estabelecerem e viverem de esmolas". Era provável que dentre eles houvesse indivíduos com conhecimentos na arte das armas, e, em parte refletindo os olhares aviltantes lançados contra a profissão guerreira, dentro de pouco tempo, afirmou, "eles passaram a roubar e tumultuar, atormentando a comunidade espiritual e temporal, terminando, muitos deles, enforcados" em função de tais condutas. FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Claredon Press, 1911. p. 128.

[924] GRUMMITT, D. Changing Perceptions of the Soldier in Late Medieval England. **The fifteenth century,** London, v. 10, p. 193, 2011.

[925] Aquele tratado foi produzido entre 1446-1447 quando John Capgrave atuou como uma espécie de panegirista do monarca na tentativa de alcançar a sua graça, muito embora tenha se aliado aos York nos anos seguintes. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 389-90.

[926] CAPGRAVE, J. **The books of the illustrious Henries.** Translated from the Latin by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts, 1858. p. 156.

Inglaterra corriam sérios riscos de serem integralmente perdidos,[927] em razão "da cobiça e dos ganhos individuais". Ao alegar ter testemunhado "reuniões de tropas (*mustres*)", afirmou que elas o faziam "ruborescer" e experimentar "da tristeza no coração" em face de que "nosso dinheiro", voltado ao empreendimento da guerra, "foi gasto com pouco proveito" e levou "nossos inimigos a prevalecerem em grande medida".[928]

Em suma, diante do que foi discutido, pode-se admitir que foi requerido dos capitães ingleses o bom governo das riquezas enviadas à França, a organização dos homens de armas e o seu afastamento de ações gananciosas que viessem a comprometer a heranças dos monarcas Lancaster. Os "ricos tesouros", ou seja, os pagamentos, víveres, armamentos e todo tipo de bens que poderiam advir dos butins ou mesmo dos lucros acordados por meio das *indentures* não deveriam ser o objetivo da atividade guerreira realizada do outro lado do mar, pois era fundamental reparti-los de modo ordenado para municiar, prover e garantir o correto exercício da guerra aos homens nela empenhados. Em razão disso, William Worcester defendeu que fossem distribuídos amplamente entre seus "verdadeiros súditos", de acordo com a necessidade de cada expedição, empenhando-se mesmo "joias, baús de ouro e de prata", como de fato o fizeram o monarca e os senhores do reino em ocasiões anteriores. Ao agirem por meio de sua magnificência, seria possível externar publicamente a pretensão para que os homens de armas corressem riscos de vida e de empobrecimento em prol do direcionamento virtuoso das armas, impelindo assim não apenas a "conquista" dos títulos a que pleiteava Henrique VI, como também executando o tão almejado "socorro" aos "súditos mais desamparados e necessitados".[929]

Em boa medida, reprovar condutas entendidas como de proveito pessoal em detrimento daquelas voltadas a nutrirem benefícios à ordem social permearam a base de reprimendas lançadas contemporaneamente, e são tratadas no *Livro da Nobreza*. No

---

[927] O autor daquele tratado advogou por uma postura mais belicosa como a única possibilidade de enfrentar as vicissitudes impostas à Inglaterra por seus inimigos após a reconfiguração de poderes definida pelo tratado de Arras em 1435, ponto esse partilhado com o *Livro da Nobreza*. No entanto, o conselho régio se deparou com sérias dificuldades para custear novas companhas militares, tendo optado por concentrar os recursos na defesa dos territórios na Normandia em detrimento da defesa naval e de uma guerra contra os antigos aliados borgonheses, algo que se provaria decisivo no insucesso da manutenção das regiões do outro lado do mar. HOLMES, G.A. The 'Libel of English policy'. **The English historical review**, Oxford, v. 76, n. 299, p. 202 - 205, abr. 1961.

[928] WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v.2, p. 190.

[929] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 80.

entanto, o esforço de William Worcester não foi o de sumarizar as causas dos desatinos das atividades armadas inglesas, mas, de certo modo, configurou-se como um amplo chamado, direcionado a todos os súditos do rei, para combaterem, independentemente de não possuírem "corpos com tais habilidades": os "homens de religião e fé" deveriam auxiliar por meio de sua "boa coragem"; por sua vez, os "cidadãos, burgueses e bons comuns" deveriam "demonstrar poderio" e empenharem seus "corpos e bens com largueza" para resistirem aos inimigos; os grandes senhores deveriam buscar a reparação de agravos pelas ofensas realizadas pelos inimigos, preservando-se de conduzir suas armas para fins próprios[930], pois, afinal, a "cobiça é justamente aquilo que afasta qualquer um de sua ascendência nobre".[931]

A exemplo dos romanos, que testemunharam tanto a queda de sua cidade por seus vícios no combate a seus inimigos ou se reergueram por adotarem posturas mais austeras para o bom direcionamento da guerra, os ingleses, na primeira metade do Quatrocentos "se encontraram em uma situação de grande carestia", em que "lhes faltava tanto a carne como o dinheiro para sustentar e amparar sua bravura". No entanto, ainda assim deveriam inspirar-se no modelo dos antigos para que, diante de tamanhas vicissitudes, não viessem a faltar-lhes "a nobre coragem e a boa esperança" para enfrentarem as adversidades causadas pelo modo reprovável com que muitos de seus guerreiros conduziram suas ações contra seus próprios domínios.[932]

Uma vez que o governo virtuoso de suas armas constituiu-se como a forma mais desejável de evitar os descompassos causados tanto pelos inimigos como por aqueles ingleses viciosos em atuação na França, coube a William Worcester apontar que, se emendados os desvios relacionados ao governo da guerra, pavimentar-se-ia o caminho para a tão almejada obtenção da "reverência, prosperidade e bem-estar".[933] Tal expectativa, portanto, foi justamente aquela a encerrar o *Livro da Nobreza*, onde o sábio exortou a "todos de coração avarento", sobretudo aqueles empenhados no exercício beligerante, para que cambiassem as suas posturas para outra pautada pela "liberalidade" e voluntário provisionamento de guerreiros, "às custas de seus bens móveis e tesouros em favor do bem comum". Dessa maneira, estariam novamente aptos a viabilizarem sua

---

[930] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 81.
[931] BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 162.
[932] WORCESTER, W. op. cit., p. 83.
[933] Ibid., p. 83 – 84.

defesa contra os adversários, a manterem o controle sobre o mar e a terra, e, enfim, a se manterem "sempre capazes" no exercício de suas atribuições como "senhores, mestres e nobres governantes", nos moldes de seus antepassados.[934]

[934] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860. p. 84.

CONCLUSÃO

O citado tratado *Máximas e dizeres dos filósofos* aponta que observar preceitos recomendáveis para a ação armígera era fundamental para os príncipes desejosos em manterem o reino e os súditos em concórdia. O ensinamento, retomado de tratados mais remotos sobre a guerra, teve larga aceitação entre os ingleses na primeira metade do Quatrocentos, dado que era seguido de outros que associavam leis e procedimentos bélicos na manutenção da ordem. Melhor dizendo, o escrito descrevia que, do mesmo modo que os reinos eram mantidos em avença por meio de leis implementadas pelos monarcas e seus representantes, a boa governança dos homens dependia, complementarmente, dos saberes cavaleirescos, pois, graças à atenção diligente em compreender e bem executar o fazer marcial, o reino permaneceria em paz e em segurança. Entretanto, quando a execução da guerra levada a cabo segundo preceitos recomendáveis era negligenciada por aqueles que compunham o braço armado do rei, a segurança do reino e dos súditos tornar-se-ia um labor infrutífero, devido às ações descomedidas em tempo de conflito. O tratado alerta, ainda, que os súditos dispendiam suas riquezas para custearem as armas encabeçadas pelo monarca e os outros senhores do reino, por isso esperavam que fossem empregadas para fortalecer uma governação amparada pela justiça e contrária, portanto, à realizada de modo iníquo.[935]

William Worcester e seus contemporâneos, atentos a tais ensinamentos, observaram que, na primeira metade do Quatrocentos, era notável o decaimento nos modos marciais, tanto por parte dos guerreiros e senhores ingleses, como dos inimigos franceses. O que foi aqui examinado por ele foram as ponderações letradas e os receios dos homens da ilha a respeito das tensões latentes no seio das contendas, especialmente nas décadas da ocupação Lancaster na França. Destacamos aqui as acusações feitas por Worcester a respeito da improbidade dos adversários nos acordos de trégua ou os problemas de custeio para a manutenção das regiões e de guerreiros ingleses para defendê-las. Não bastassem tais obstáculos a desafiarem a capacidade dos responsáveis pela administração, ainda tiveram de fazer frente a outros contendores ingleses, seus pares de armas, que, por suas posturas impróprias, colocavam em risco a autoridade sobre os territórios do outro lado do mar.

---

[935] BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 176.

De um polo a outro das denúncias correntes nos escritos, emerge o desregramento como uma das principais causas de derrota e favorecimento do poderio dos adversários. Nesse sentido, combater e regular a prática de excessos do corpo guerreiro, evitando desvios – recomendação conhecida de longa data na Cristandade e retomada na Inglaterra quatrocentista –,[936] mostrou-se especialmente relevante quando investidas contra as regiões de domínio da Coroa, perpetrados pelos inimigos e pelos próprios guerreiros ingleses, sobrepuseram o anseio comum de aplicação da justiça e de correto governo dos homens. Assim, ponderações de viés moralizador, nos escritos examinados, incidiram, por um lado, sobre a improbidade dos contendores adversários, por outro, recaíram sobre os seus conterrâneos, denunciados por suas paixões desmedidas no trato com as mulheres, no prazer da embriaguez e, sobretudo, por sua cobiça.

Às ações destemperadas são atribuídas, em larga medida, a destruição ligeira das conquistas do monarca Henrique V, já fragmentadas durante o reinado de seu herdeiro. Tal fato ocorreu não apenas por meio da pressão externa exercida por Carlos VII e seus aliados, ao perseguirem os meios necessários para retomarem a dianteira do conflito, mas, sobretudo, pelo fato de que os próprios homens de armas sob o governo dos Lancaster cederam às suas paixões, manchando igualmente a sua honra e, até mesmo, em certas ocasiões, sujando o fio de suas espadas com sangue de ingleses. Para mais, desobedeciam a preceitos correntemente aceitos quanto ao comprometimento de cada estado às suas obrigações com o rei e com o reino, evitando transgressões dos guerreiros que poderiam culminar em ações de destruição irreversível.[937]

Diante desse horizonte, muitos foram os letrados que lamentaram a decadência vivida pela cavalaria inglesa, que se eximiu de combater de modo justo para se engajar em atos moralmente inaceitáveis, a exemplo daquele contra os habitantes de Rouen em 1441. Confrontados com a total inépcia no provimento de socorro militar contra as incursões inimigas, os súditos ingleses vivenciaram um cenário em que parte da ameaça que se abatia sobre eles vinha daqueles que deveriam protegê-los. Assim, declararam a

---

[936] A necessidade de se refrear os males causados pelos guerreiros em meio a guerras formaram um conjunto coeso de prescrições formulados em outros pontos da Cristandade. Na Inglaterra anterior ao século XV, é possível destacar quando João de Salisbury mencionou ser fundamental punir os guerreiros indisciplinados "em seus bens, honra e corpo". KAEUPER, R. **Chivalry and violence in Medieval Europe.** Oxford; New York: Oxford University Press, 1999. p. 11-29.; **THE STATESMAN'S BOOK OF JOHN OF SALISBURY, being the fourth, fifth, and sixth books, and selections from seventh and eight books, of the Policraticus.** Translated into English with an introd. by John Dickinson. New York: Russell & Russel, 1963. p. 190.

[937] ROBBINS, R.H. (Ed.). **Historical poems of the XIVth and XVth centuries.** New York: Columbia University Press, 1959. p. 232-233.

Henrique VI que sua liderança do conflito se assemelhava a um navio à deriva, "agitado no mar pelos muitos ventos, sem capitão, sem piloto, sem leme e sem vela". Como resultado dessa impotência absoluta, confirmada nos anos subsequentes até amargurarem sua derrota final, as armas inglesas abandonaram os súditos "longe do porto da segurança e do auxílio humano", destinando-os a uma cruel fortuna e a adversidades de todo tipo.[938]

Ao longo deste estudo, as relações estabelecidas a partir da observação de que boas práticas vinham sendo deturpadas ou mesmo descuidadas por aqueles que deveriam justamente zelar por sua execução foram esmiuçadas. O lamento dos habitantes da capital normanda foi, entretanto, apenas um dentre tantos outros a bem exemplificarem a avaliação dos próprios ingleses sobre as suas armas. Se em tempos de outrora foram capazes de fazer frente a todos os que eram contrários "aos bons desígnios e ao bem comum" daquele reino, isto é, eram "conquistadores", segundo as palavras de Henrique V[939], ao longo do reinado de seu sucessor, tais qualidades foram gradualmente alteradas, até que, ao início da década de 1450, passaram a "capitular" e a serem "conquistados" não apenas pela pujança e organização marcial dos inimigos, mas em função de sua própria incapacidade de refrear a suas paixões na via marcial.

O esforço, nesta investigação, foi o de demonstrar que os cuidados com o governo da guerra contemplavam as obrigações dos guerreiros, estabelecidas por meio de juramentos e asseveradas por escrito nas *indentures*. Foi, igualmente, de esmiuçar os ímpetos, de enriquecimento ou pela simples satisfação corpórea, dos cavaleiros e demais guerreiros em prejuízo do bem comum e de sua própria honra. A partir do entrecruzamento de leituras foi possível notar que a presença dos guerreiros que se deslocaram para combater os adversários franceses e a guarnecerem as regiões no continente de posse dos Lancaster não significou somente o socorro tão aguardado para robustecer as regiões sob assédio. Em muitos casos, ela foi a própria fonte de flagelos a erodirem com até mais vigor os próprios ingleses e a sua Coroa do que os seus inimigos.

Durante as campanhas realizadas entre 1389 e 1414, não foi incomum a presença de cavaleiros advindos dos estratos inferiores da sociedade e com algum grau de ligação com a aristocracia a dedicarem grande parte de seu tempo à administração local na Inglaterra e, pontualmente, a atenderem às expedições de caráter temporário encabeçadas

---

[938] STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864, v.2, pt.2, p. 606.
[939] KINGSFORD, C.L. (Ed.). **Chronicles of London.** Oxford: Claredon Press, 1905. p. 46.

pelos reis. Contudo, a partir da década de 1410, com a proposta de expansão dos domínios do reino e a tentativa de consolidação do controle direto sobre os territórios franceses consumada por Henrique V, muitos dos que partiram permaneceram por lá.[940] Isso produziu uma ruptura entre os que gradualmente se furtaram a observar os bons princípios das atividades marciais para se voltarem a seus próprios interesses naquelas regiões, naturalizando a expectativa de recebimento de auxílios vindos da Inglaterra a serem complementados pela busca de recursos nas localidades na França, tanto "oficialmente", combatendo os adversários em campanha, quanto no engajamento em atividades de rapina e de extorsão quando não estavam sob as ordens do rei.[941]

Afinal, fato é que a guerra esteve imbricada no jogo social do Quatrocentos, e o conjunto de sugestões e de inquietações elaboradas sobre a sua condução foi sustentado sobre princípios da ordem e da moral cristãs. Ao mesmo tempo em que vimos a exigência do emprego das armas para corrigir agravos, assistimos a um cenário muito distante das realidades idealizadas pelos testemunhos de letrados e de outras figuras diretamente envolvidas nos conflitos. Em comum, eles compartilharam a inquietação com a condução da guerra não gerida pelos princípios aceitos de longa data, bem como contrária às demandas do rei e do reino.

[940] BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 125-129.
[941] KING, A. The English gentry and military service, 1300-1450. **History Compass,** London, v. 12, n. 10, 2014, p. 763-764.

ANEXO 1: Sobre o *Livro da Nobreza*: introdução e o estilo da escrita de William Worcester

Em meados da década de 1950, Kenneth Bruce Mcfarlane, um dos mais eruditos estudiosos do período quatrocentista inglês, dedicou-se a esboçar elementos pontuais de uma biografia de William Worcester. De lá para cá, a vida do letrado de Bristol já foi objeto de escrutínio de investigações pontuais as quais, via de regra, lançaram luz a respeito das inúmeras aptidões daquele homem ligado aos baixos estados da *gentry*[942], sobretudo no que diz respeito ao seu ávido interesse em coletar e realizar registros sobre um amplo rol de saberes, a exemplo da astrologia, geografia e história[943] como também da medicina e mesmo de questões militares[944], amostras, portanto, da mente arguta daquele que também foi um viajante, inventariante e permaneceu fiel ao cavaleiro John Fastolf até os dias finais.[945]

Dentre os seus escritos, figuraram os três volumes dos *Antiquitates Anglie,* o *De Agri Norfolcensis familiis antiquis,* e o *Acta domini Johannis Fastolf,* todos perdidos[946], além, é claro, daqueles outros legados ao presente: registros de viagem no *Itinerarium*[947], a tradução do *Da velhice* de Cícero[948], a revisão intitulada *Ditos e máximas dos filósofos,* em companhia de Stephen Scrope[949], e sua reflexão mais admirável, o *Livro da Nobreza*.[950] Muito embora sua figura não tenha permanecido negligenciada por completo

---

[942] MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 201.
[943] BROADWAY, J. The afterlife of William Worcester. Disponível em: < http://xmera.co.uk/Worcestre.pdf http://xmera.co.uk/Worcestre.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020. p. 1.
[944] WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430-1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 94.
[945] Mcfarlane, op. cit., p. 203.
[946] DAVIES, N. The epistolary usages of William Worcester. PEARSALL, D.A.; WALDRON, R.A. **Medieval literature and civilization:** studies in memory of G. N. Garmonsway. London: The Athlone Press, 1969. p. 251-253.
[947] WORCESTRE, W. **The topography of medieval Bristol.** Edited by Frances Neale. Bristol: Bristol Record Society, 2000.
[948] WORCESTER, W. **Tullius de senectute.** Westminster: William Caxton, 1481. Disponível em: < https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?view=toc>. Acesso em: 07. mar. 2019.
[949] BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941.
[950] WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860.

nas centúrias subsequentes a sua morte[951], o olhar acadêmico do século XX pontuou o seu exercício de múltiplos ofícios.[952] De qualquer forma, ainda que tenha vivido em um universo das letras balizado ao início do Quatrocentos por figuras como John Trevisa, Geoffrey Chaucer e, ao seu final, por William Caxton, sua figura ganha mais relevância quando vislumbrado o fato de que, juntamente a John Rous, é reconhecido como o primeiro humanista da Inglaterra.[953]

Essa mesma energia com que investigaram a respeito de sua vida, no entanto, não confluiu para o escrutínio de seus escritos, sobretudo o *Livro da Nobreza*, e assim apenas dois elementos daquele tratado parecem ser pontos pacíficos. O primeiro é o de que teria sido iniciado, em meados da década de 1450, como uma espécie de reflexão *post-mortem* do conflito, a fim não de lamentar, mas de refletir a respeito dos porquês da derrota militar perante os franceses durante o reinado de Henrique VI.[954] A bem dizer, ele pretendeu menos relatar e mais refletir a respeito daquele incômodo que permeou a sociedade reinol durante a segunda metade do Quatrocentos, norteando seus entendimentos a partir de um eixo moralizante que enxergou nos desvios os pontos-chave na condução da guerra daquele momento.

O segundo aspecto é que aquele tratado foi um labor empreendido por longa data, um trabalho em constante construção, mesmo décadas adiante dos eventos que circundaram a perda dos domínios continentais, realizado não como uma atividade primeira de William Worcester, mas sim como um exercício reflexivo entre as outras atribuições que desempenhou durante e após décadas de serviço em nome de John Fastolf.[955]

---

[951] No século XVIII, uma coletânea de missivas trocadas entre membros da *gentry* e ligados à família Paston, editada no século XVIII, registrou algumas delas como sendo do letrado, na mesma medida em que a edição realizada no século posterior. FENN, J. **Original letters, written during the reigns of Henry VI, Edward IV and Richard III.** London: G.G.J. and J. Robinson, 1787.; GAIRDNER, J. **The Paston letters, A.D. 1422-1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. 4 v.

[952] Uma reflexão que buscou pontuar seu exercício de funções ligadas às demandas de John Fastolf, sobretudo a de inventariante, à ocasião de decesso do cavaleiro, foi a de: RICHMOND, C. William Worcester: 1459 – 1460. In:_____. **The Paston Family in the fifteenth century:** Fastolf's will. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

[953] GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000. p. 308-341.

[954] ALLMAND, C.; KEEN, M. History and the Literature of War: The Boke of Noblesse of William Worcester. In: ALLMAND, C. **War, Government and Power in Late Medieval France**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 92.

[955] WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430-1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 95.

De qualquer maneira, frente a um cenário dos saberes marcado pela sistematização fragmentada dos entendimentos desejáveis a respeito da guerra, o *Livro da Nobreza* é fundamental como testemunho a creditar os insucessos das armas de Henrique VI em parte à conduta imoderada de inimigos, mas, sobretudo, à intemperança dos próprios ingleses em contender. Dessa forma, para além da investigação que perquiriu tais elementos, integra o presente anexo a tradução integral do tratado, realizada a partir do cotejo entre o único manuscrito conhecido, *MS. 18 B XXII*, atualmente sob guarda da *Royal Collection* do *British Library,* e a edição publicada em 1860 por John Gough Nichols.

Nesse sentido, vale ressaltar que a escrita de William Worcester é marcada por repetições de termos e pela variação entre a primeira pessoa do singular (alguns breves comentários de caráter subjetivo) e a segunda do plural (ao se dirigir por meio de recomendações e alertas tanto aos monarcas ingleses como aos praticantes do ofício marcial). Sempre que possível, privilegiei a legibilidade do texto, sem prejuízos para sua compreensão geral.

Ademais, o texto original é marcado por inserções realizadas posteriormente, ora por William Worcester, ora pela mão de outro escriba, não identificado, com a finalidade de oferecer explicações e exemplos que corroboram a argumentação. Tais inserções foram apontadas na presente tradução entre parênteses e em itálico. Não obstante, pontualmente também foram adicionados certos vocábulos para complementar o sentido de frases, os quais, por sua vez, estão demarcados entre colchetes. Além disso, é preciso mencionar que o letrado realizou algumas citações em latim e que foram mantidas entre aspas e sublinhadas.

Dessa forma, o acréscimo de informações realizado contemporaneamente corrobora a possibilidade de que o *Livro da Nobreza* foi sendo adaptado segundo os sabores da segunda metade do século XV, quando a derrota inglesa na França foi um dos elementos da retórica dos apoiadores de Eduardo de York, futuro Eduardo IV, contra as políticas e ações ineficazes de Henrique VI para a manutenção e defesa de territórios no continente. Uma vez que muitos homens do reino optaram por se aliarem ao primeiro depois de anos a fio de colaboração com o regime Lancaster[956], pode ter sido desejável também adaptar o texto às mudanças nas configurações de poder do reino, algo

[956] A exemplo de John Fastolf, que apenas estreitou laços já iniciados em 1441. MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 162.

corroborado pelo fato do nome de Henrique VI ter sido raspado e alterado para o de Eduardo IV, e, subsequentemente, para o de Ricardo III.[957]

Soma-se à tradução do *Livro da Nobreza* uma introdução realizada pelo filho de William Worcester, cujo nome é desconhecido. A escolha por verter aquele excerto se justifica pelo fato de serem mencionadas características a respeito de como a compilação final teria sido concebida em algum momento durante a década de 1470, uma vez que foram esboçados sumariamente pontos "acerca das opiniões a respeito de instruções para a guerra" de uma documentação que não foi legada de forma integral até o presente. Nesse sentido, é importante observar que, atualmente, o manuscrito do *Livro da Nobreza* não está acompanhado de qualquer outro texto, bem como não possui imagens marginais, o que talvez possa indicar um trabalho incompleto, o qual, por razões desconhecidas, permaneceu ou foi deliberadamente isolado de outros documentos complementares.

Sobre a tradução de nomes próprios

Um dos desafios tradutórios foi o da padronização de nomes próprios, pois, ao longo da narrativa, a erudição de William Worcester fez com que recorresse não apenas a exemplos de ações armadas inglesas, mencionando os seus perpetradores, mas valeu-se também de exemplos retirados de sábios franceses e da Antiguidade para amparar sua argumentação. Com vistas a explicitar os critérios de padronização, optei por classificá-los dentro dos três grupos mais recorrentes ao longo do texto, isto é, dos monarcas, de outros membros da nobiliarquia e dos homens de saberes. Cada qual seguirá um tipo de princípio norteador, conforme explicado na sequência:

1. Monarcas

Os nomes de monarcas referenciados por William Worcester são, na sua quase totalidade, aqueles da Inglaterra e da França, os quais se encontram consagrados em língua portuguesa. Assim, nomes como Eduardo, Henrique, Carlos e Ricardo apresentar-se-ão em lugar de suas versões em inglês e francês moderno, muito embora seja preciso apontar algumas exceções, sobretudo do período de governo anglo-saxão, como Bituito

[957] MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 162.

e Cnut. Nesses casos específicos, optei por manter a grafia padrão de acordo com obras bibliográficas mencionadas em suas respectivas notas explicativas.

2. Membros da aristocracia

Os nomes de membros da aristocracia apresentam dentre os seus percalços a designação ligada a topônimos, o que nem sempre viabiliza uma tradução elucidativa. Por exemplo, enquanto que Richard of York a princípio comportaria "Ricardo de Iorque", Thomas of Clarence apresenta um ruído maior se traduzido seu primeiro nome e mantido o segundo. O mesmo vale para nomes e sobrenomes incomuns em língua portuguesa, como os de Humphrey, duque de Gloucester e do cavaleiro John Fastolf, respectivamente. Frente a tal impasse, o princípio padronizador foi o de manter a todos eles em sua forma inglesa moderna.

3. Sábios e personagens romanos

Por sábios, são abarcados todos aqueles pensadores do período clássico e também da França sobre os quais William Worcester estruturou suas recomendações e reprimendas. Muito embora, em sua maioria, existam versões consagradas de seus nomes em língua portuguesa e não existam razões para que sejam alterados, a exemplo de Catão, Cícero, Vegécio e mesmo dos generais Aníbal e Camilo, há, é claro, algumas exceções. Christine de Pisan, por exemplo, pode ser referenciada como "Cristina de Pisano" ou mesmo "Cristina de Pizan" e, frente à falta de um critério aparente, optei por manter o padrão empregado em inglês moderno pelas obras de referência.[958] Há também aqueles outros como Honore Bonet, por vezes referido pela bibliografia anglófona como Honore Bovet.

Por fim, é preciso mencionar o caso do próprio autor do tratado em questão, William Worcester. Embora os nomes de sábios ingleses de maior renome possuam versões consagradas em língua portuguesa, como Rogério Bacon, João de Salisbury e

[958] É preciso notar que em língua inglesa há também discrepâncias nesse sentido. Dois exemplos de obras de referência nesse sentido são: BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970.; SUMMIT, J. The city of ladies in the library of gentlemen: Christine de Pizan in England, 1450-1526. In: _____. **Lost property:** the woman writer and English literary history, 1380-1589. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2000. p. 61-108.

Guilherme de Ocam, optei por não traduzir o nome de William Worcester para Guilherme Worcester pelo mesmo princípio que mantive anglicizados os nomes de membros da nobiliarquia. Soa-me mais palatável mencionar William, o conquistador sem que existam, a princípio, prejuízos ao entendimento do leitor; porém, ao contrário dele, William Worcester ainda está por iniciar sua jornada em meio acadêmico brasileiro e, por essa razão, creio ser prudente apresentá-lo pela denominação ainda em língua inglesa.[959]

Apesar de todos esses cuidados, é preciso reconhecer que tais critérios são insuficientes para resolver de forma satisfatória os obstáculos levantados pela tradução de nomes. Isso porque aqueles mais comuns, a exemplo de John, podem remeter tanto a reis, duques, cavaleiros e mesmo a homens de menor importância social. Além disso, um fator complicador é que mesmo no corpus documental empregado, há variações na grafia de nomes, podendo ser ora mencionados em inglês, ora em francês, como John e Jean, ou ainda em latim, no caso específico do eclesiástico *Iohannes Wallensis*. Logo, a fim de seguir a normatização apresentada, ele será traduzido por "João" no caso de monarcas ingleses e franceses, porém mantido como "John" em outras menções.

Da mesma forma, também é preciso notar que as duas dinastias inglesas mencionadas ao longo do tratado, Plantagenet e Lancaster, possuem correlatos no idioma nacional: Plantageneta e Lencastre. No entanto, enquanto que Plantageneta parece ser um consenso em meio a trabalhos historiográficos produzidos por aqui, Lancaster parece ser empregado lado a lado com sua versão portuguesa Lencastre. Ao fim, optei por manter os termos "Plantageneta" e "Lancaster".

Sobre os topônimos

Em uma mesma medida, os topônimos também estão longe de encontrarem um consenso. Assim, foram consultadas edições modernas de documentos contemporâneos, bem como obras historiográficas que ponderaram a respeito do conflito e seus respectivos mapas com designações daqueles lugares. Logo, o caminho tomado foi aquele de manter os seus correspondentes em suas línguas modernas, a exemplo de Shrewsbury, Nájera e Fougères.

[959] É preciso mencionar que, para além de variações gráficas de seu nome, William Worcester também assinou documentos ao longo de sua vida como William Botoner. DAVIES, N. The epistolary usages of William Worcester. PEARSALL, D.A.; WALDRON, R.A. **Medieval literature and civilization:** studies in memory of G. N. Garmonsway. London: The Athlone Press, 1969. p. 249.

Sobre os valores pecuniários

Os valores pecuniários não partilharam de uniformidade para sua padronização ao longo do período entre as regiões mencionadas na tradução, a exemplo da libra inglesa, da parisiense e a de Tours, denominada *tournois*, todas com valores e proporções próprias. De qualquer forma, não cabe discutir tais nuances, porém pontuar que os principais elementos daquela terminologia do século XV possuem nomenclatura em língua portuguesa, a saber: as libras (*pounds*), o xelim (*shillings*) e o pêni (*pence*) ou dinário (*denar*), este último representando a duodécima parte do xelim e este, por sua vez, a vigésima parte de uma libra.[960] Não obstante, é preciso mencionar que as transações pecuniárias poderiam ser conduzidas tanto a partir do "dinheiro de cômputo" (*money of account*) como do "dinheiro de pagamento" (*money of payment*). Na Inglaterra, o chamado *"mark"* foi o dinheiro de cômputo mais utilizado, equivalente a dois terços de uma libra, isso é, a 13 xelins e 4 dinários.[961]

Além disso, William Worcester mencionou o *tornouis* e o *salut,* unidades monetárias emitidas ou ao menos empregadas durante a governação dos territórios na França, que em nada se relacionaram com a moeda empregada dentro da Inglaterra e que, especialmente no caso daquela última, sofreram fortes flutuações e desvalorização, sobretudo em períodos contínuos de conflito.[962] Tais medidas, no entanto, eram expressões de valores de mensuração, ao passo em que as moedas, enquanto objetos físicos empregados para o pagamento, possuíam outras denominações. Nesse sentido, basta mencionar que dentre muitas daquelas moedas correntes no período, duas foram mencionadas ao longo do *Livro da Nobreza*: o nobre (*noble*) inglês e o *ecu* francês, denominado por contemporâneos de William Worcester como coroa (*crown).*[963]

De qualquer forma, tais referências pretendem tão somente apontar, de modo superficial, para as unidades de medida contemporâneas a fim de que se possa dimensionar as grandezas destacadas pelo letrado. Nesse sentido, basta dizer que, em meados de 1350, uma libra esterlina representou, sob circunstâncias regulares, o

---

960 CASTOR, H. **Blood and roses:** one family's stuggle and triumph during England's tumultuou civil war. New York: Harper Collins, 2006. p. X.
961 GREEN, D. **The Hundred Years War**: a people's history. New Haven: Yale University Press, 2015. p. XII.
962 Uma discussão sobre ambas é apresentada por: **A PARISIAN JOURNAL, 1405-1449.** Translated by Janet Shirley. Oxford: Claredon Press, 1968. p. 33-34.
963 **A PARISIAN JOURNAL, 1405-1449.** Translated by Janet Shirley. Oxford: Claredon Press, 1968. p. 33-34.

pagamento equivalente a cinco dias de serviço para um *man-at-arms* com seu cavalo, pajem e equipamento de guerra.[964] Mediante as flutuações de valores, em 1436, quando as ofensivas de Carlos VIII e do duque da Borgonha causaram a reconfiguração do esforço marcial no continente, a expectativa média dos rendimentos anuais advindos de propriedades giraram em torno de 60 libras para um cavaleiro, de 24 libras para um escudeiro e de algo entre 15 a 19 libras para um arqueiro.[965] Já a média esperada com os pagamentos anuais pela atuação guerreira era de 9 libras para homens hierarquicamente inferiores aos grandes aristocratas, porém em função de comando como capitão de uma hoste ou de uma guarnição, o qual poderia ser um cavaleiro, um escudeiro e até mesmo um arqueiro, em certos casos.[966]

Frente ao modelo de pagamento a nortear toda a logística de arrolamento e de serviço durante o Quatrocentos, o aumento gradual daqueles custos esteve em consonância com as dificuldades para o custeio da guerra e os desdobramentos lançados sobre o eixo moral escrutinados na última parte da investigação.

[964] SUMPTION, J. **The hundred years war:** divided houses. London: Faber and Faber, 2009. p. 593.
[965] SEWARD, D. **The hundred years war:** the English in France, 1339-1453. London: Constable, 1978. p. 251.
[966] BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 106.

TABELAS E MAPAS

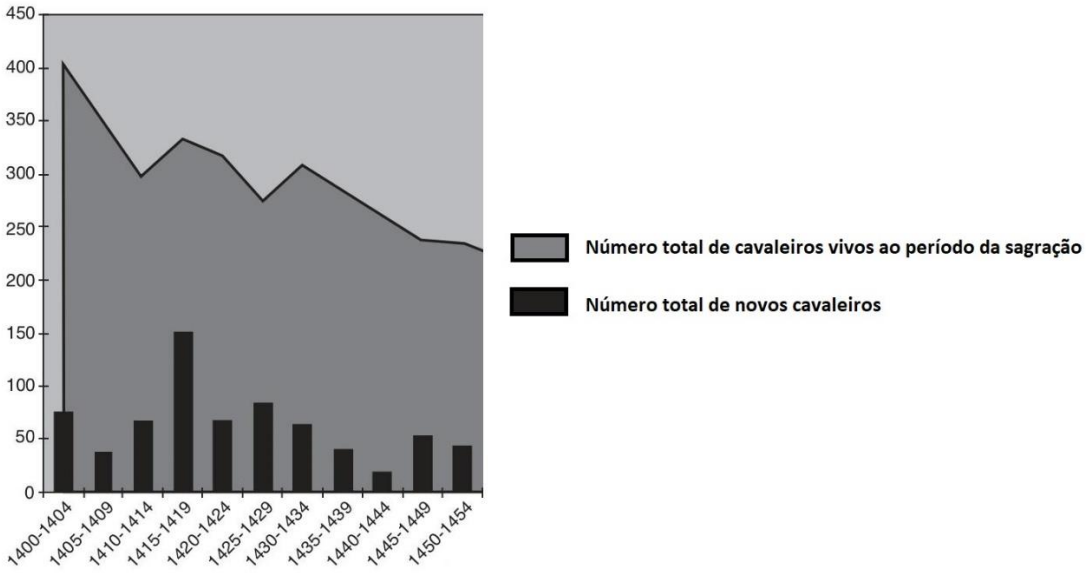
Tabelas a respeito da flutuação no número de homens de armas a serviço da Coroa durante a primeira metade do Quatrocentos.[967]

Ano	Campanha	Proporção de men-at-arms em relação a arqueiros
1415	França	1: 4
1415	Expedição Marítima	1: 2
1416	Expedição Marítima	1: 2
1417	França	1: 3.5
1418	Expedição Marítima	1: 2.1
1419	Calais	1: 3
1419	Expedição Marítima	1: 2.1
1420	França	1: 3.5
1420	Expedição Marítima	1: 2
1421	França	1: 3
1423	França	1: 3
1423/9	Gasconha	1: 200
1424(?)	França	1: 3
1425	França	1: 3
1426	França	1: 3
1427	França	1: 3
1428	França	1: 5.1
1429	França	1: 7
1429	França	1: 19
1430	França	1: 11.6
1430	França	1: 3
1431	França	1: 4.1
1431	Gasconha	1: 35
1432	França	1: 5.1
1433	França	1: 4.5
1434	França	1: 5.6
1434	França	1: 4
1435	França	1: 1.6
1436	França	1: 5.5
1436	Calais	1: 7.3
1436	França	1: 4.3
1437	França	1: 5.9

[967] Adaptado a partir de: BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 272-274.

1438	França	1: 3.8
1439	França	1: 3.1
1439	Gasconha	1: 6.7
1440	França	1: 19.6
1441	França	1: 3.7
1442	França	1: 11.5
1442-3	Gasconha	1: 28.5
1443	França	1: 6.6
1444	França	1: 3
1448	França	0: 1.000
1449	França	1: 9.2
1450	França	1: 9.3
1450	França	1: 3.
1451	Calais	1: 4.4
1453	Gasconha	1: 9.9

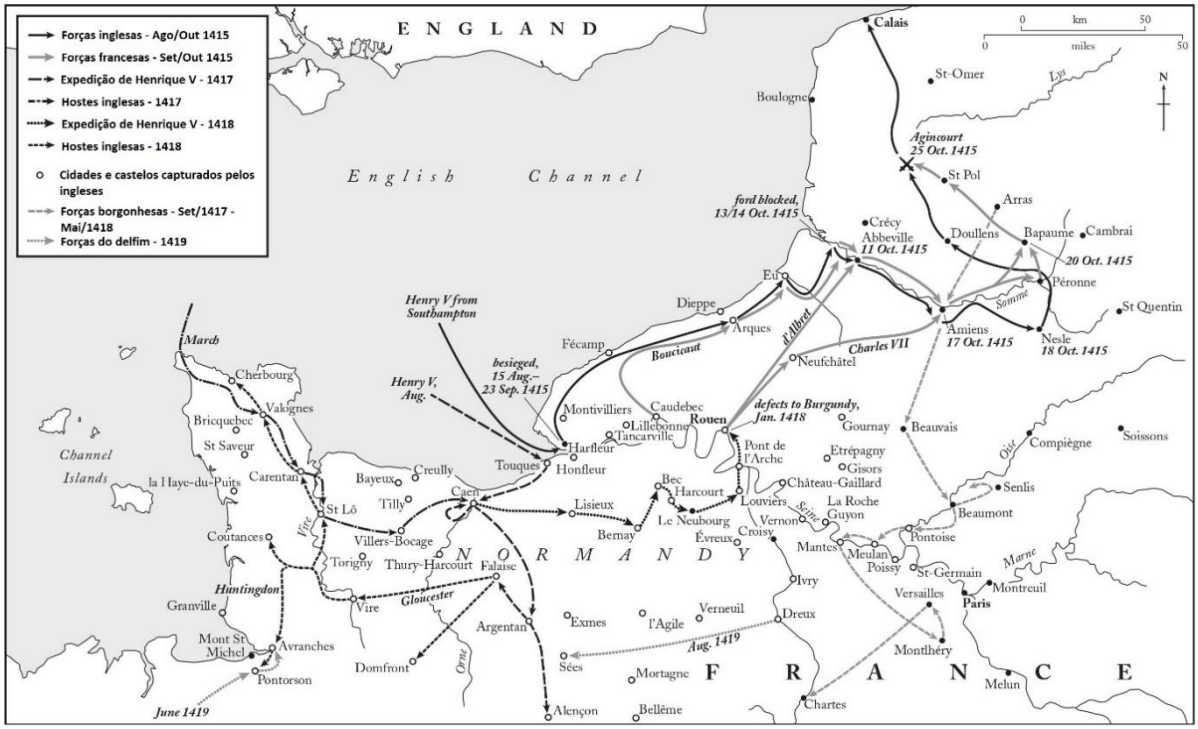
Distribuição de homens sagrados cavaleiros (1400 – 1453)[968]



[968] Adaptado a partir de: DAW, B.M. English knighthood in decline: the last years of the Hundred Years War, 1435 – 53. **Bulletin of the John Rylands Library,** Manchester, v.3, n. 87, 2001, p. 201 – 220.

Mapas dos domínios ingleses na França: 1415 – 1453[969]

1. Campanhas de conquista: 1415 - 1419



[969] Ambos os mapas foram adaptados a partir de: GREEN, D. **The Hundred Years War**: a people's history. New Haven: Yale University Press, 2015. p. XIX – XX.

2. Máxima expansão territorial dos domínios ingleses na França (1429)



ANEXO 2: Tradução integral do Livro da Nobreza

DEDICATÓRIA AO REI EDUARDO IV

As guerras dos ingleses na França e na Normandia[970]

Ao mais distinto, poderoso e excelente príncipe cristão Eduardo, o qual, graças à divina providência, é o terceiro rei da Inglaterra e da França[971], senhor da afamada ilha da Irlanda e de muitas outras ilhas e territórios habitados, situados nas cercanias de ambos os reinos e a eles pertencentes.

Dignificado e exaltado seja Deus, todo poderoso, o qual deve ser temido e obedecido com toda a devida reverência e submissão por vossos verdadeiros e afetuosos súditos, em razão de vosso acréscimo e promoção do bem público no que diz respeito à defesa e à conservação equânime de ambos os reinos supramencionados, através do exercício das quatro virtudes cardeais, denominadas, Justiça, Prudência, Fortaleza e

---

[970] Tanto o título como o subtítulo não constam nos respectivos fólios do manuscrito "*Lambeth MS. 506*". Essa introdução foi traduzida a partir de sua edição publicada em 1864 por Joseph Stevenson e por ele denominada de *As compilações de William de Worcester concernentes às guerras dos ingleses na França e na Normandia* [*The collections of William of Worcester respecting the wars of the English in France and Normandy*], realizada apenas quatro anos após aquela do *Boke of Noblesse* por John Gough Nichols. Na obra em questão, o editor arrolou uma série de documentos pertinentes às décadas de governo inglês na França durante o século XV, sendo de especial interesse a última seção do volume, a qual apresenta a dedicatória aqui traduzida, composta pelo filho do letrado. Assim como em algumas passagens do *Boke of Noblesse*, o nome de Henrique VI (r. 1422-1461/ 1470-1471) foi apagado e substituído pelo de Eduardo IV (r. 1461-1470/ 1471-1483). Nessa introdução, o nome daquele último sofreu o mesmo processo, desta vez em detrimento do nome de seu irmão e sucessor, Ricardo III (r. 1483-1485). Além disso, muito embora evidências internas do texto forneçam indícios para contextualizar sua produção à época da invasão da França em 1475 por Eduardo IV, a passagem mencionando que John, duque de Bedford (1389-1435), "foi escolhido {para exercer tal ofício} pela aquiescência dos senhores da França sob *vossa obediência*" (grifo meu) indica que, nesse caso, nem Ricardo III e nem Eduardo IV se encaixam em seu alvo, mas sim Henrique VI. Isso pode significar que, assim como o *Boke of Noblesse*, a introdução igualmente foi escrita e revisada ao longo dos anos. Seja como for, junto ao tratado, estão uma série de outros documentos pertinentes ao tema da guerra e do governo dos territórios na França, reunidos para que o monarca a aceder ao texto pudesse vir a arrazoar com maior embasamento a respeito de como proceder no trato para com aqueles inimigos. Infelizmente, nem todos os documentos indicados encontram-se editados, porém, mesmo assim, oferecem uma boa perspectiva de como teria sido concebido o códice completo. MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 212-213.

[971] Muito embora o pleito sobre a coroa francesa lançado por Eduardo III em 1337 tenha sido transmitido aos seus herdeiros, essa situação não se alterou até o reinado de Henrique V. Após o sucesso na campanha de Agincourt em 1415, meia década depois foi assinado o tratado de Troyes junto a Carlos VI, que o reconhecia como herdeiro ao trono francês em detrimento do delfim. Conforme relata o próprio William Worcester, Henrique VI foi coroado com grande pompa em Paris em 1429. Curiosamente, o parlamento de outubro de 1472 contraria tal perspectiva, denominando Henrique IV, Henrique V e Henrique VI de "os três últimos reis usurpadores". **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 13, p. 13-14. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

Temperança; cada uma delas em sua devida ordem e empregadas conforme se fazem necessárias.

Ó príncipe excelente e digno de honra, vossa poderosa e nobilíssima coragem é diariamente inclinada e incitada a cumprir obrigações pertinentes às supramencionadas virtudes cardeais, em especial a da Fortaleza, a fim de subjugar vosso grande adversário na França, por meio do poder de Deus, clamando a Ele acima de todos por Sua graça e socorro, [*como São Paulo aconselhou em sua epístola* "Gratia in me non vacua fuit[972]"]. Igualmente tal virtude {se faz necessária} para submetê-lo a uma nova conquista, ou então para que se possa garantir uma paz final, ambas com a finalidade de recuperar vosso verdadeiro título de herdeiro e governante do supramencionado reino da França e do ducado da Normandia; este último deve permanecer sob vosso poder sem {o intermédio de} qualquer outro soberano que lhe seja superior, à exceção de Deus, como é mencionado em escritos antigos.

Dessa forma, é possível observar que a preparação do mais corajoso príncipe tem se mostrado, diariamente, notável e mais intensa, sob o propósito de empreender vossa digníssima expedição, com o intuito de recuperar, de forma exitosa, a supramencionada herança.[973] A justa posse da mesma deu-se por um período longo e ininterrupto, como se faz presente nos ilustres registros de vossos nobres ancestrais, reis desta terra, onde é demonstrado como eles assenhorearam-se dela por muitos anos, fato esse conhecido por todos os príncipes cristãos.[974]

Eu, vosso humilde súdito, graças a meu parco arrazoar, não estou apto a compreender o raciocínio e os livros que muitos sábios filósofos de grande autoridade escreveram sobre a virtude da Fortaleza. Entretanto, meu pobre pai, William Worcester – que por certo tempo foi servo e súdito de seu reverenciado mestre, o cavaleiro John

---

[972] Refere-se 1 Coríntios, 15:10. "Mas pela graça de Deus sou o que sou; **e a sua graça para comigo não foi vã**. **DOUAY-RHEIMS BIBLE.** Disponível em: http://www.drbo.org/chapter/53015.htm. Acesso em: 07 mar. 2019.

[973] Em 1472, Eduardo IV submeteu ao Parlamento uma petição para o emprego de "13.000 arqueiros" para sua expedição à França, a qual viria a ser levada a cabo apenas três anos mais tarde. **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 14, p. 3-8. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

[974] O título ao ducado da Normandia foi um elemento central nos conflitos entre ingleses e franceses mesmo em séculos anteriores a Guerra dos Cem Anos. À época do estabelecimento dos normandos, no século X, a região foi reconhecida como um território sob seu domínio daqueles homens a partir do governo do então duque Rollo e, posteriormente, William, futuramente conhecido como o Conquistador, o qual viria a se tornar também rei da Inglaterra em 1066. CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 33.

Fastolf, que atuou continuamente nas guerras por cerca de quarenta e quatro anos[975] – decidiu escrever sobre tal assunto. Ele compilou o presente livro para o príncipe mais ilustre e digno de honra, vosso nobilíssimo irmão e predecessor[976], segundo sua modesta sabedoria e em conformidade com os saberes de mestres da filosofia, como {Públio Flávio} Renato Vegécio, em seu *Livro das Batalhas*; {Sexto} Júlio Frontino, em seu *Livro dos labores da cavalaria*, conhecido em grego como *Estratagemas*[977]; e também de uma nova obra de autoridade {Honore Bonet}, chamado de *A Árvore das Batalhas*. Contudo, apesar dos ensinamentos das autoridades supramencionadas, {ainda assim} era mais relevante a experiência dos homens em feitos de Cavalaria, levados a cabo por meio das armas e com condutas adequadas, tanto em terra como sobre o mar.

Sob vosso gracioso perdão e nobre correção, submeto-me, humildemente, a assumir a tarefa de rememorar, nesse pequeno codicilo[978], por meio do exemplo, os regramentos e a orientação da justa e nobre Cavalaria do príncipe de grande renome em seus dias, John, duque de Bedford, regente do reino da França, o qual partilhou ascendência consanguínea com vossos progenitores. Ele foi escolhido {para exercer tal ofício} pela aquiescência dos senhores da França sob vossa obediência, bem como pelo comum consentimento dos senhores da Inglaterra, tendo concordado em ser o regente do mencionado reino da França e do ducado da Normandia. Sob o grande renome da Cavalaria, ele permaneceu {no exercício} daquela função por 13 anos, até a sua morte, fato sobre o qual, em seguida, se fará uma breve menção.

Junto a seu exemplo na forma de conduzir os feitos de armas, ações marciais, expedições militares, cercos e retomadas de localidades, todas realizadas em seu tempo

---

[975] A príncipio, sabe-se que ele foi armado cavaleiro em 1416 e atuou no governo dos homens e das armas tanto nos territórios da ilha da Irlanda como em regiões da França até se retirar de vez em 1439, quase sexagenário. Conferir a breve discussão presente no tópico 2.2 da tese. MCFARLANE, K.B. The investiment of Sir John Fastolf's profits of war. **Transactions of the Royal Historical Society,** Cambridge, v.7, 1953, p. 93.

[976] Em conformidade com a discussão apontada na primeira nota explicativa, é possível que essa passagem possa ter sido concebida tanto com Eduardo IV em mente, como com Ricardo III, uma vez que aquele último sucedeu a Eduardo IV em 1483.

[977] No original denominado de "*Boke of Knyghtly Laboures*", a obra de Sexto Júlio Frontino não apenas foi um texto amplamente conhecido na Cristandade, como costumeiramente era anexado ao *De re militari* de Vegécio, formando uma obra de pretensa teoria militar. Além disso, não era incomum o emprego de ambas as obras para o amparo de prescrições como denota a dedicatória. Um deles foi a tradução de William Caxton "*The boke of fayttes of armes and of chyualrie"*, impressa em 1489, realizada a partir do "*Le livre des faits d'armes et de chevalerie*" de Christine de Pisan. BYLES, A.T.P (Ed.). **The book of fayttes of armes and of chyualrye.** Translated and printed by William Caxton. London: Oxford University Press, 1937. p. 1.

[978] No sentido de um "adendo a um documento de caráter legal". Verbete *codicil.* **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED8238. Acesso em: 23. out. 2019.

de regência, menciono também aqueles outros exemplos nobilíssimos e prudentes de feitos de guerra, através dos vários movimentos {de tropas}, cercos, ações marciais no mar e em terra e os bons resultados obtidos pelo justo e vitorioso príncipe de nobre memória, o rei Eduardo III, o qual laborou continuamente por 35 anos para a conquista do reino da França. Igualmente, é preciso assentar os exemplos de grandes e variadas expedições e de nobres feitos de armas, realizados graças à Cavalaria de desmedida bravura na conquista empreendida pelo ilustre e famoso príncipe Henrique V, denominado rei, tanto no ducado da Normandia como no reino da França. Ali, ele esteve presente em pessoa por sete anos completos e 15 dias.

Imediatamente após a sua morte, o dito John, duque de Bedford, tornou-se regente daquele reino durante os anos de juventude do rei {Henrique VI}, o qual tinha à época apenas nove meses de idade e, pelos estatutos da França, deveria ter 14 anos de idade para tornar-se apto a assumir o seu comando. No décimo quarto ano de seu governo, John morreu enquanto exercia a função de regente.[979] A fim de manter um registro perpétuo para a memória de que exerceu tal ofício e dignidade de modo duradouro, e em razão da grande autoridade e proeminência que tal função proporcionava, sua vontade foi a de que seu corpo fosse enterrado dentro do reino {da França} na catedral de Rouen, onde também repousa o rei Ricardo, Coração de Leão.

Caso o dito duque de Bedford tivesse se recusado a assumir a função regencial no momento da morte do monarca Henrique V, um senhor de elevada posição e membro do pariato da França teria sido declarado regente por meio de eleição do parlamento dos três estados. Tal fato teria sido um grande retrocesso tanto para a nobreza desse vosso reino como para a pretensão ao título de vossa nobre herança e, na mesma medida, para a sustentação e a elevação do sangue daqueles membros da realeza que devem, por suas nobres prerrogativas, suceder na coroa da França.

O dito duque encarregou-se do governo do bem público, mantendo e defendendo os ditos reinos e ducados. Em pouco tempo, reuniu um massivo poderio de cavaleiros, cujos nomes são mencionados nesse livro compilado para vossa excelentíssima Pessoa régia, bem como as obrigações e posições a eles atribuídas sob tal intento, de modo que tanto o grande renome da cavalaria e dos atos e feitos de reverência por eles obtidos devem permanecer, como uma memória perpétua para que jamais venham a ser esquecidos. Deve-se considerar também a proximidade dele com vosso nobilíssimo

[979] Essa menção a quatorze é aqui traduzida em conformidade ao texto da edição empregada. Na realidade, o duque morreu em 1435, e não no ano anterior.

sangue, da mesma forma que se estreitaram laços graças à mais ilustre princesa, a mãe da rainha, a senhora Jacquetta, a duquesa de Bedford, com a qual foi casado.[980]

Nesse escrito, declara-se minuciosamente como cada estado, de acordo com sua hierarquia adquirida por meio do nascimento e atos de bravura, foi nomeada e designada para funções de grande reverência; alguns deles foram representantes e comandantes da guerra no campo de batalha, enquanto outros se tornaram capitães de castelos, fortalezas e cidades de maior e de menor porte.[981] Do mesmo modo, certo número de senhores e nobres, graças às suas longas experiências na guerra e em função de sua sabedoria e boa conduta, foram designados com poderes delegados para o grande conselho da França, a fim de aconselharem a respeito das supramencionadas virtudes cardeais da Justiça e da Temperança, as quais devem ser administradas com moderação.

Eles também foram responsáveis em ordenar e providenciar todo tipo de arsenais, fortificações e equipamentos de guerra, agindo de modo similar às artérias para o acréscimo da guerra em sua conquista.[982] Com o emprego da quarta virtude cardeal, chamada de Prudência, pondera-se que ela produz maior efeito e melhor conduz àquela outra virtude, a da Fortaleza, tanto na conquista do campo de batalha, como também no cerco e na guarnição de castelos, fortalezas e de cidades de maior e de menor porte, tanto as de maior como as de menor porte.

---

[980] Jacquetta de Luxemburgo (1415/6-1472) casou-se com o duque de Bedford em 1443. Após a morte do marido, ela casou novamente com um nobre inglês, Richard Woodville. Dessa união nasceu Elizabeth Woodville, a qual seria desposada por Eduardo IV. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 8.

[981] No original, tanto o responsável por essa dedicatória como também William Worcester empregam os termos *cite* seguido de *town*, tanto no singular como no plural. Atualmente a distinção entre um e outro é dada não tão somente em função de seu tamanho e número de habitantes (que em geral são estipulados por *city* para aquelas de maior porte e *town* para as de pequeno), mas pelo título conferido pelo rei às mesmas, fazendo com que mesmo pequenas localidades sejam chamadas de *city*. Além disso, as *cities* possuem prerrogativas especiais, como na permissão para a existência de uma catedral ou mesmo da construção de muros; prerrogativa que exigia a autorização real para a cobrança de impostos para erguê-los proporcionais ao poderio econômico do povoamento para angariá-los. Em um escrito datado de 1443, John Lydgate (1385?-1449) aparentemente utilizou-se de modo análogo de ambos os termos, ao mencionar que "a paz é como uma princesa, filha da Caridade, responsável por manter a tranquilidade nas cidades sob proteção régia (*cités and roial touns*)". Os verbetes do *Middle English Dictionary Online* parecem confirmar tais hipóteses, denominando como *city* um lugar maior e cercado por suas muralhas e catedrais, enquanto *town* é menor e com alguma relevância local. A fim de denotar essa distinção, optei por traduzir, daqui em diante *cities*, por "cidades de maior porte" e *towns* por "cidades de menor porte". Verbete "cite": **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED7804. Acesso em: 19 jun. 2018.; Verbete "toun": Ibid., Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED46572. Acesso em: 19 jun. 2018.; WOLFE, M. **Walled towns and the shaping of France:** from the medieval to the early modern era. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 57-74.

[982] No sentido de que eram responsáveis por distribuírem tais provisões, as quais eram vitais ao bom andamento do conflito.

Aqui também são mencionados os diversos tipos de soldos, taxas e pagamentos que àquela época foram alocados e atribuídos a cada um dos oficiais e conselheiros. Enumera-se aqui a hierarquia dos oficiais régios, como o chanceler, o tesoureiro, precedentes do parlamento, os juízes[983], os mestres de solicitações[984], o camareiro[985], os recebedores[986], os procuradores[987], os defensores[988], e todos os outros oficiais régios e administradores em concordância com os costumes da França, com os diversos tipos de pagamentos e taxas para cada um respectivamente. Declara-se a quantia de rendimentos e lucros ordinários, com os emolumentos anuais do dito reino e ducado por um período de alguns anos, pertinentes às rendas senhoriais e a outros cômputos específicos

[983] Provavelmente refere-se aos *justice-in-eyre* ou mesmo aos *justice of the Peace*. Em ambos os casos, tratava-se de homens com título cavaleiresco com atribuições de aplicadores da justiça régia em âmbito local. Competia-lhes, por exemplo, ouvir e arbitrar casos na esfera de uma localidade, reunindo-se costumeiramente quatro vezes ao ano em sessões de júri e com poderes capitais. William Worcester apresenta uma relação hierarquizada, escalonando os graus de poderes de forma descendente, uma vez que tais postos vão gradualmente sendo ocupados a partir do século XIV por membros da *gentry*, assumindo funções administrativas que lhes garante poder e prestígio, ao mesmo tempo em que eram frutos de queixas por ações indevidas, como o desvio de víveres que deveriam abastecer as hostes que embarcavam para a França. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases.** Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 168.

[984] Esse termo foi cunhado a partir da expressão original apresentada por William Worcester: "*Maysters of requests*". Esse cargo detinha por finalidade tratar de casos sob jurisdição das "*courts of requests",* órgão jurídico de menor importância sob a responsabilidade do "Guardião do selo régio" (*Lord Privy Seal)*. Ali, eram realizadas audiências, apresentadas por indivíduos de menor estatura social e servos do rei, sendo julgadas em pouco tempo pelos "*masters of requests"*. COKE, E. **The fourth part of the institutes of the laws of England:** concerning the jurisdiction of courts. London: W. Clarke and Sons, 1809. p. 96-98.

[985] No original "*Maystre of the Chambre of Accomptis*", possivelmente William Worcester está se referindo ao cargo originalmente denominado de "*chamberlain*". O indivíduo a ocupar tal posição normalmente era um membro da aristocracia laica, com ao menos o título de escudeiro "*squire*". Sua principal tarefa era a de supervisionar os membros do séquito do monarca, cuidando para prover-lhe os alimentos e segurança em seus aposentos privados. Tal função difere daquela do responsável pelo guarda-roupas (*wardrobe*) no sentido de que, enquanto aquela se dedicava às finanças de todo o séquito, esse cuidava especificamente das finanças do monarca. GIVEN-WILSON, C. **The English nobility in the late middle ages:** the fourteenth-century political community. London: Routledge, 2003. p. 91.; GREEN, R.F. **Poets and princepleasers:** literature and the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980. p. 5.

[986] Esse termo foi cunhado a partir da expressão original apresentada por William Worcester: "*receyvoures"*. Dentro da hierarquia do séquito régio, os recebedores eram aqueles que ficavam a cargo da administração das propriedades, cabendo-lhes entregar seus dividendos ao tesoureiro. Embora uma função inferior, ainda assim era um posto de confiança e, ocasionalmente, poderiam vir a aconselhar os seus superiores. GIVEN-WILSON, C. **The English nobility in the late middle ages:** the fourteenth-century political community. London: Routledge, 2003. p. 92; 97.

[987] Esse termo foi cunhado a partir da expressão original apresentada por William Worcester: "*procutours".* Esse era um termo genérico para referir-se a qualquer um que fosse incumbido a agir em nome de outrem, nesse caso o monarca ou mesmo a Coroa, representando-os legalmente. Verbete *procutour*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED34788. Acesso em: 19 out. 2019.

[988] Esse termo foi cunhado a partir da expressão original apresentada por William Worceste: "*vocatis*". Refere-se a um defensor reponsável por interpelar junto às instâncias jurídicas do reino. Verbete *advocat.* Ibid. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED614. Acesso em: 19 out. 2019.

relacionados a remunerações diversas,[989] entregues ao regente como parte de vossa justa herança.

Aquela última está atrelada ao condado de Maine, o qual ele[990] conquistou junto aos condados de Harcourt e Dreux; dos viscondados de Elbeuf, Lillebonne, Beaumont; do baronato de La Rivière Thibouville; e dos baronatos e senhorios da Antuérpia e Newburgh; assim como de outros senhorios de grandes rendas, as quais vinham aumentando em função da cobrança de diversas taxas, talhas e impostos dos comuns, como o *gabelle*[991], advindo da taxação anual do sal; os *quaterismes*[992], das bebidas; assim como aqueles excedentes adquiridos pelas presas de guerra e das trocas por prisioneiros capturados nos conflitos[993]; e, por fim, das declarações de pagamentos ordinários, custos e encargos para a custódia e salvaguarda do dito reino {da França}, ducados e condados durante o período daquela regência.

Nesse livro também são mencionados um destacamento[994] da valorosa cavalaria e uma declaração de um ano de seus custos e encargos à época em que o ilustríssimo e poderoso príncipe Ricardo, duque de York, vosso nobilíssimo pai, tornou-se regente em sua segunda expedição.[995] Naquela ocasião, ele liderou seu exército na França e na Normandia, com vistas a resguardar aquele ducado durante o período em que foi acordada a última trégua entre o rei[996] Henrique VI e o seu adversário da França, Carlos VII. Aqui são informadas quantas lanças a cavalo e a pé[997] foram concedidas e designadas para

---

[989] O termo original "yefte" pode referir-se a remunerações advindas de heranças, títulos, etc. Verbete *yefte*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: Cf. https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED53959. Acesso em: 19. out. 2019.

[990] O duque de Bedford.

[991] Uma espécie de taxa senhorial. Verbete *gavel.* Ibid. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED18302. Acesso em: 19. out. 2019.

[992] Uma taxa de cerca de 25% sobre o valor das bebidas. Verbete *quatrime.* Ibid. https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED35480. Acesso em: 19. out. 2019.

[993] Isto é, do pagamento de resgates.

[994] Mesmo sob o risco de anacronismo, o termo é empregado pela falta de outro mais preciso. Assim, o seu sentido na passagem é do um grupo específico de guerreiros, no caso, aqueles que compunham a expedição liderada pelo duque de York.

[995] No original está "governaunte", porém, o autor parece se referir ao fato de substituir Bedford como regente.

[996] No manuscrito há uma rasura, assim como no BN, nas situações em que Henrique VI é denominado rei. Tal processo era usual durante as revisões quando se alterava o nobre a ser presenteado e havia dissenções. Conferir a primeira nota sobre essa introdução.

[997] O termo original "*lance*" era outra designação possível para os *"men-at-arms*", a qual, por sua vez, era uma designação um tanto quanto genérica, que abarcava uma pletora de guerreiros, isto é, desde homens da alta nobiliarquia até outros com estado sub-cavaleiresco, à exceção de arqueiros. Empregada em outros pontos da Cristandade, tal designação na Inglaterra comumente tencionava referir-se a um único guerreiro, enquanto, nos territórios franceses e italianos, remetia a uma unidade de três homens: um líder com armadura completa da cabeça aos pés (porém, não necessariamente um cavaleiro ou aristocrata), um segundo com armadura mais leve e um pajem. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 99-100.

ingressarem nos castelos, fortalezas e cidades de maior e de menor porte, cujo armamento completo foi-lhes providenciado sem quaisquer reservas. Posteriormente, o desenrolar dos eventos mostraram que, mesmo antes de seu período como regente terminar, tal ofício foi transferido por sua majestade a Edmund, duque de Somerset, o qual o assumiu em substituição ao duque de York.[998]

Também é apresentado um resumo do conteúdo de vários artigos, como aqueles sobre a conferência em Calais, onde injustas petições foram demandadas pelo conselho régio em nome de Carlos, o supramencionado grande adversário.[999] Ali esteve presente o bispo de Winchester, cardeal da Inglaterra, acompanhado por outros representantes na embaixada enviada por esse reino, acompanhados ainda pelo duque de Orleans, o qual permaneceu por um longo período, de 24 anos, aprisionado[1000], e também por outros membros da embaixada dos contendores franceses, no décimo oitavo ano do rei[1001] Henrique VI.

Tais petições e demandas, em seu conteúdo, eram das mais desarrazoadas, e foram propostas pelos representantes dos franceses durante a conferência da mais solene embaixada reunida na cidade de Arras, {a qual perdurou por} 10 semanas ou até mais; ocasião na qual o cardeal da Inglaterra e muitos outros homens de diversos estados nobiliárquicos desse reino estiveram reunidos. Ali também estiveram presentes os dois cardeais de Saint Cross, de Ypres, enviados papais, bem como outros homens de elevado

---

[998] Ricardo, duque de York, era descendente direto de Eduardo III, o que o tornava um postulante ao trono, pleito que tentou levar a cabo em 1460. Antes disso, entretanto, ele foi nomeado como o responsável pelas campanhas militares na França em 1440 e, muito embora tenha recebido amparo financeiro da Coroa, sua atuação foi pífia, sendo substituído pelo duque de Somerset em 1443 e transferido para o governo dos territórios irlandeses no mesmo ano. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 268.

[999] Um dos membros atuantes das embaixadas inglesas, o cardeal de Winchester, Henry Beaufort (c.1375-1447), voltou a ocupar um lugar pivotal na conferência de Calais em 1439. Amplamente favorável a um acordo de paz final com os franceses, ponto de vista partilhado pelo monarca, enfrentou a tenaz oposição do duque de Gloucester e de outros simpatizantes da continuidade do conflito. DICKINSON, J.G. **The congress of Arras 1435.** A study in medieval diplomacy. New York: Biblo and Tannen, 1972. p. 33-37.; WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 48.

[1000] Aprisionado na batalha de Agincourt em 1415, o duque de Orleans permaneceu por 25 anos em cativeiro, sobretudo pelo desinteresse dos monarcas ingleses em libertá-lo. Sua sorte mudou quando Carlos VII, já fortalecido por vitórias contra os ingleses e por meio de seus representantes enviados à embaixada de 1435, apresentou, como condição incontornável a uma nova paz, a necessidade de sua libertação. Henrique VI, por sua vez, condescendeu afirmando que "não se parece com os costumes ou com as leis das armas aprisionar perpetuamente um homem que foi feito cativo de forma honesta na guerra, sendo que o mesmo está pronto para arcar com o pagamento de seu resgate". STEVENSON, J. (Ed.). Lp, v1, p. 58; LP, v2, pt.2, p. 458.

[1001] Essa palavra está apagada no original.

estado da representação francesa. Tudo isso ocorreu à época do último ano de vida do dito regente da França, o duque de Bedford.[1002]

Após a dissolução daquela última conferência, onde se aguardou que os termos propostos fossem satisfatoriamente estudados, seus originais, junto às respostas diligentemente consideradas, foram enviados por escrito pelos conselheiros de ambos os monarcas para os representantes desse reino, à época presentes em Rouen. Em suas respostas, eles recomendaram a preservação de vosso direito à coroa da França. Dessa forma, caso tais petições e demandas venham a ser apresentadas futuramente por vossos contendores adversários sobre Vossa Alteza para que responda em conformidade com as exigências da ocasião, vosso conselho, nobre e prudente, pode emendar a situação por meio de respostas aos erros e demandas apresentadas por eles a tais questões de grande importância.

Por fim, na última parte desse codicilo, foram registrados por escrito os pontos de vista e arrazoamentos do mordomo-mor do séquito[1003] do dito regente. Elaborado na cidade de Rouen e enviado ao conselho de Arras, eles contrariam e invalidam as demandas do grande adversário.[1004] Além disso, demonstram-se também os arrazoamentos sobre as questões pétreas que embasam o justo título de herança, bem como sobre o estímulo e a efetivação da guerra contra os mesmos, após as circunstâncias e as perspectivas de uma guerra contra eles ser considerada a melhor forma de ação.

Ainda que agora[1005] tais circunstâncias, arrazoamentos e causas {do conflito} tenham se alterado de forma drástica, graças à fortuna e às venturas mundanas, tal qual ocorreu nos dias da morte do dito regente, segundo a opinião de muitos, elas não devem ser colocadas de lado, esquecidas, e nem seu bom propósito perdido.

Isso porque é possível argumentar, acerca daquilo previamente discutido {nas tratativas de paz}, que um homem é capaz de elaborar, arrazoar e embasar mais adequadamente {seu ponto de vista}, caso assim se faça exigir no momento.

[1002] John Bedford faleceu apenas uma semana antes da conclusão da tratativa de paz em 24 de setembro de 1435 entre o duque da Borgonha e de Carlos VII. Cf. Wagner, 2006, p. 178.

[1003] Esse termo foi cunhado a partir da expressão original apresentada por William Worcester: "*Gret Stiward of the howsolde*". O mordomo do séquito costumava exercer autoridade áulica sobre seus membros, com poderes para julgar infrações cometidas dentro dos limites de sua jurisdição. Tal cargo, por vezes ocupado de forma hereditária por um membro da alta aristocracia, igualmente exigia o cumprimento de funções de natureza civil, e não militar, junto aos membros mais próximos do monarca. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases.** Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 265; VALE, M.G.A. **The princely court**: medieval courts and culture in north-west Europe, 1270-1380. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 24

[1004] Ou seja, dos franceses.

[1005] Isso é, em 1475

Na mesma medida, na última parte deste escrito são mencionados certos aconselhamentos e instruções a respeito do estímulo à guerra. Tais recomendações foram empreendidas por meio de grande deliberação do alto conselho de guerra para o supracitado ilustre e poderoso príncipe, vosso nobilíssimo pai, à época de sua segunda expedição; ocasião em que foi eleito para governar o reino da França. Foram essas consultadas e copiadas a partir de escritos que contêm o conhecimento do que foi previamente discutido, aconselhado e recomendado naquele período.

Muito embora hoje tais pontos tragam pouco conforto e as circunstâncias tenham se alterado, seu conhecimento por parte de homens de grande circunspecção e com grande experiência marcial pode vir a auxiliá-los a proferir objeções e a aconselharem com maior segurança sobre aquilo que for mais oportuno e expediente para o estímulo à guerra, como tem feito atualmente vosso grande contendor adversário.

Aqui também é detalhada uma grande parcela do inventário das grandes provisões {realizadas pelo} mencionado duque de Bedford, assim como da artilharia de guerra, que restou em apenas um dos seus principais castelos da Normandia, Rouen, além de outras regulações e {os números de} artilharia em outros dos principais castelos da França, como Saint Julian de Maunce, Maine, Sainte-Suzanne[1006], e também em outros castelos, fortalezas e cidades de maior e de menor porte nos ducados da Normandia, Gasconha e Guiena, bem como nas ilhas de Jersey e Guernsey.

Finalmente, este codicilo menciona pontos sumariamente esboçados acerca das opiniões a respeito de instruções para a guerra elaboradas pelo nobre príncipe Edmund, duque de Somerset, quando da época em que ficou encarregado de ser o representante do rei para a proteção do reino da França e do ducado da Normandia. Caso tais pontos tivessem sido arranjados e levados a cabo pelo mencionado duque, os territórios, castelos, fortalezas e as cidades de maior e de menor porte não teriam sido perdidas de modo tão similar e em um período de tempo tão curto, tanto nos ducados da Guiena e da Gasconha, como de fato o foram, e nem no ducado da Normandia, como tais pontos mais claramente levam a crer.

[1006] Segundo acusações contemporâneas levantadas no parlamento, tais regiões fazem parte do território entregue aos franceses “de forma traiçoeira e ímproba” por William de la Pole, duque de Suffolk. FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Claredon Press, 1911. p. 123.

O LIVRO DA NOBREZA

INTRODUÇÃO

O Livro da Nobreza, compilado para o mais ilustre e poderoso príncipe Eduardo IV, com a finalidade de elevar e promover o bem público dos reinos da Inglaterra e da França

Primeiramente, é preciso reverenciar a Santíssima Trindade e evocar Sua graça e adoração ao início de cada bom trabalho. Deve-se também mencionar que essa pequena epístola foi escrita para substanciar a coragem e oferecer conforto aos nobres homens das armas para que sejam perpetuamente lembrados por seus nobres feitos, como convenientemente é correto que assim se faça e como também é especificado por meio da autoridade do nobre senador de Roma, Gaio {Flamínio}, sob os seguintes termos[1007]: E, portanto, somos uma geração de suprema nobreza, capaz de narrar os seus maiores feitos; sendo capaz de exigir a honra pública em seu benefício; sendo capaz de reivindicar a glória da república para vingar a honra por razões hereditárias. Todavia, eles mesmos fazem parte do corpo e da imagem muito clara de seus pais; em seus rostos mostram isso razoavelmente e todos reconhecem essa nobreza. O que ainda dizem as pessoas nobres, se não aquelas que nasceram dos pais mais nobres?

CAPÍTULO 1

O remédio para a desventura da República

A seguir são apresentados exemplos evidentes e razões para asseverar em prol de uma correção a ser efetivada em função das lastimáveis queixas e sofríveis aflições sucedidas em razão da ultrajante e atroz perda do reino da França, bem como dos ducados

[1007] Conforme mencionado ao longo da primeira parte da pesquisa, William Worcester era versado não apenas em inglês, mas também em francês e em latim. Em certas passagens do *Livro da Nobreza*, ele transcreve passagens de algumas de suas possíveis fontes, em latim, às quais recorreu para reforçar a argumentação desenvolvida ao longo dos respectivos capítulos. Sua tradução para a língua portuguesa foi parcialmente realizada e totalmente revisada por Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, Doutora em História e professora de Latim, Filologia e Língua Portuguesa (Instituto de Linguagens – Departamento de Letras – Universidade Federal de Mato Grosso).

da Normandia, Gasconha e Guiena[1008]; e também dos condados de Maine[1009] e Poitou.[1010] No sentido de socorrer e de retomar o supramencionado reino, bem como seus ducados [*e condados*], serão apresentadas exortações e aconselhamentos, amparados por autoridades, com a finalidade de corrigir, emendar e oferecer exemplos de ações de armas, sejam aquelas advindas da experiência e também aquelas outras conhecidas, realizadas e declaradas por meios diversos. Em ambos os casos, tanto um como o outro têm por finalidade encorajar e aplacar os corações da nação inglesa, originada a partir do nobre e venerável sangue de Tróia mais de mil anos antes do nascimento de Cristo; seus vestígios, assim como as provas da antiga linguagem advinda dos que partilhavam o sangue de {Marco Júnio} Bruto, permanecem, até os dias de hoje, tanto no principado de Gales como na antiga província e ducado da Cornuália, a qual era chamada, naqueles tempos, de "Grécia corrupta".[1011]

Tempos depois, o valente duque Cerdic chegou a esse reino, originário do poderoso sangue da Saxônia, outrora também conhecida como uma província na Germânia. Ele travou uma violenta guerra com Artur, rei daqueles de sangue bretão,

[1008] O ducado da Aquitânia, também chamado de Guiena (*Guyen[ne]* no original), detinha a Gasconha entre outras regiões sob sua jurisdição. Ali, o poderio do monarca inglês era reconhecido através do título de duque desde o século XII, em função de integrar o antigo Império Angevino, cuja natureza do controle efetivo tenha sido objeto de inúmeras disputas e arrazoamentos na Coroa francesa através de tratados como o de Paris, de 1259, e o de Bretigny em 1360. Ao longo período Quatrocentista, tal disputa manteve-se entre os reis Lancaster, reconhecidos então como duques por parte dos gascões, e os monarcas Valois, que pleiteavam seu domínio sobre uma região que, a seu ver, integrava o reino da França. Bons retrospectos, tanto acerca de tais disputas, bem como especificamente sobre os desdobramentos dos conflitos naquelas paragens no século XV, encontram-se disponíveis em: VALE, M.G.A. **English Gascony, 1399 – 1453:** a study of war, government and politics during the later stages of the Hundred Years War. London: Oxford University Press, 1970.

[1009] Uma apresentação concisa sobre a expulsão inglesa, não apenas dessas regiões, mas como de todo o norte da França, encontra-se disponível em: GRIFFITHS, R.A. **The reign of King Henry VI:** the exercise of royal authority, 1422-1461. London: E. Benn, 1981. p. 178-205.

[1010] No original "*Pointiff*". É muito provável que seja um erro de grafia e que se refira ao condado de Poitou, pois o mesmo integrava parte do império Angevino junto às regiões mencionadas anteriormente por William Worcester. CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 32.

[1011] Tal expressão pode ser uma referência às alterações linguísticas causadas pelas influências de vários dialetos naquela região de intenso intercâmbio cultural. POLWHELE, R. **Historical views of Devonshire.** Exeter: Cadell, 1793. p. 192.

sendo-lhe permitido, entretanto, que aqui habitasse.[1012] Os saxões também descendiam da nação dos gregos, conforme descrito por Bartolomeu, no *Livro das propriedades*.[1013] Posteriormente, vieram os destemidos homens da nação danesa, os quais também possuíam ascendência grega e, sob a liderança do grande rei magistrado Cnut, subjugaram essa terra e aqueles de sangue saxão.[1014]

Ulteriormente, vieram os nobres normandos, também provindos da nação danesa, de onde descende William, o Conquistador, o qual subjugou essa terra e do qual descendeis[1015] diretamente. Por fim, menciono o vitorioso sangue dos Angevinos, que integra a linhagem real através do casamento entre o poderoso conde Geoffrey Plantageneta, filho e herdeiro de Fulk, rei de Jerusalém, e a senhora Matilda, imperatriz e única filha do rei de grande renome, Henrique, o primeiro da Inglaterra, cuja linhagem perdura diretamente de forma valorosa até os dias de hoje.

Ademais, a mencionada nação inglesa permanece aturdida e atônita acerca da necessidade de reparação e retomada de uma nova conquista em prol de seu justo e verdadeiro título acerca da herança do reino da França e do ducado da Normandia. Aquele último foi perdido iniquamente no ano de 1450 do nosso Senhor, dentro do espaço de quinze meses, através de ardilosas conspirações empreendidas pelos franceses, sob as

---

[1012] Retratado pela literatura como Cercic (e por Cerdicius segundo William Worcester), o personagem em questão liderou uma das invasões saxãs contra a Britânia, reinando entre 519 e 534. Para o responsável pela *Anglo-Saxon Chronicle*, Cercic "combateu os britânicos" em 519, e "a partir daquele dia, a família real dos saxões do Oeste passaram a governar". Já Roger Howeden relatou que "no ano de 494, Cerdic chegou à Britânia com cinco navios" e "foram atacados por uma grande quantidade de pessoas", ao que, devido a sua "persistência, os bretões fugiram, e os saxões, gradualmente, foram estendendo seu domínio sobre a área costeira, travando, contudo, muitos conflitos com os nativos". Esses eventos também são mencionados na crônica de John Somer, empregada por William Worcester durante a composição do *Boke of Noblesse*. Igualmente, também é possível conceber que tenha retirado esse dado da crônica de Mariano Escoto, conforme ele próprio menciona em seus *Itinerarios.* **AN ANGLO-SAXON chronicle.** Edited by M.J. Swanton. Exeter: University of Exeter Press, 1990. p. 16. WENDOVER, R. **Flowers of History.** Translated from the latin by J.A. Giles. London: H.G. Bohn, 1849. p. 26-27. **THE CHRONICLE OF John Somer.** Edited by Jeremy Catto and Linne Mooney. **Camden fifth series**, Cambridge, v.10, p. 201-285, jul. 1994.; WORCESTRE, W. **The topography of medieval Bristol.** Edited by Frances Neale. Bristol: Bristol Record Society, 2000. p. 157.

[1013] William Worcester refere-se a Bartolomeu, o inglês, e a seu "Livro das propriedades das coisas". Aquela obra, composta na segunda metade do século XIII, teria dentre suas metas providenciar instruções, norteamento espiritual e encorajamento moral aos irmãos mais jovens em seu *studium*. Dentre as cópias existentes na Cristandade, uma delas foi traduzida para o inglês médio por John Trevisa em 1398. KEEN, E. **Journey of a book:** Bartholomew the Englishmen and the Properties of things. Canberra: The Australian University Press, 2007. p. 2-5.

[1014] Cnut (990-1035) foi sagrado monarca da Inglaterra, Dinamarca e Noruega entre 1013-1035, tendo ainda influência direta sobre outras regiões como Gales, Escócia e Irlanda. Uma discussão pormenorizada sobre seu reinado pode ser encontrada em: BOLTON, T. **The empire of Cnut the Great:** conquest and the consolidation of power in Northern Europe in the early eleventh century. Leiden; Boston: Brill, 2009.

[1015] O tratado foi direcionado, originalmente, para Henrique VI (r.1422-1461/ 1470-1471). Contudo, seu nome foi posteriormente raspado e substituído pelo de Eduardo IV conforme mencionado em outro momento. NALL, C. **The production and reception of military texts in the aftermath of the Hundred Years War.** 342f. Tese (Doutorado) – University of York, 2004. p. 32.

sombras de dissimuladas alegações de uma paz levada a cabo há pouco tempo entre vosso antecessor, o rei Henrique VI, então proclamado monarca, e vosso grande adversário da França, Carlos VII.

Assim, ao passo em que as queixas lastimáveis e dolorosas consternações por parte de vossos retos e obedientes súditos em função da perda das supramencionadas regiões não foram mitigadas e nem ouvidas, restou-lhes, por muitos dias, pouco consolo. No entanto, mesmo assim, nem os sofrimentos, inquietações e desavenças dos últimos tempos, em razão de conflitos internos[1016], podem impedi-los, da maneira como for possível, de repararem e de se recuperarem das ultrajantes derrotas sofridas por esse reino, o qual tem sido enfraquecido e subjugado através de súbitos e variados acasos da instável Fortuna. {Além disso}, o tempo para o alívio e para o socorro não foi empregado em prol daqueles em necessidade tanto de uma graça maior como também de um remédio mais vantajoso para encorajar-lhes a uma nova conquista; da mesma forma, tal auxílio e socorro não surgirá através da conclusão de um tratado que garanta a paz duradoura para sua recuperação.[1017] É preciso seguir, assim, o conselho do bom senador de Roma, Boécio, que, na segunda parte de seu primeiro livro da consolação, afirma: "o tempo está mais propício para a correção do que para as queixas".[1018]

Dessa forma, todos os vossos amados súditos, {isto é}, tanto aqueles que lhe devem reverência por meio da amizade, como por meio de nobres alianças, devem deixar para trás essas vãs consternações e colocarem de lado os pensamentos e a grande tristeza causada por aqueles lamentáveis assuntos e paixões, lançando-os ao esquecimento. Entretanto, eles não devem se afastar da recordação dos atos e feitos de armas dos afamados e vitoriosos reis, príncipes, condes, barões e nobres cavaleiros, assim como de muitos outros valorosos homens no exercício de armas que, como verdadeiros mártires e almas abençoadas, encontraram seu derradeiro fim na guerra; alguns foram feridos e outros aprisionados em função {da defesa} de tão justo título da conquista sobre a vossa herança na França e na Normandia, Gasconha e Guiena.

Todos devem lembrar-se também do afamado rei e poderoso príncipe Eduardo III, primeiro herdeiro do reino da França; do príncipe Eduardo, seu filho mais velho, e de

[1016] Os termos originais "*cyvyle bataille*" possivelmente fazem menção aos choques entre apoiadores das casas de Lancaster e York durante a Guerra das Duas Rosas.
[1017] Tanto no sentido de recuperação dos territórios perdidos como da excitação do brio para a retomada das armas.
[1018] Tradução do latim realizada a partir da versão bilíngue presente em: STEWART, H.F.; RAND, E.K. (Eds.). **The theological tractates & the consolation of philosophy.** Translated by H.F. Stewart and E.K. Rand. London: Heinemann, 1968. p. 134-135.

todos os nobres irmãos daquele último, os quais {diligentemente} lutaram em busca de seus títulos e de seus direitos, pela força das armas, até meados do ano de Cristo de 1415, realizando uma nova conquista ao subjugarem tanto o reino da França e o ducado da Normandia sob as ordens daquele príncipe de abençoada memória, o rei Henrique V. Além disso, os três nobres príncipes, vossos irmãos[1019], prestaram grande auxílio para o grande renome e reverência desse reino, assim como outros duques e senhores de grande poderio, representantes designados para a feitura da guerra naquelas localidades, como é notoriamente conhecido por toda a Cristandade.

CAPÍTULO 2

Como, durante a guerra, todo homem [*valoroso*] nas armas deve ter a compleição semelhante à de um leão

De modo geral, conclui-se que todo homem deve fazer com que as paixões advindas dos sofrimentos que foram causados pelos infortúnios transformem seu espírito e o tornem vivaz, com coragem ardente, atos de bravura e destemor, de modo similar à compleição de um leão. Assim como a ira, a fúria e o destemor são tomados por virtudes no leão, na mesma medida as ditas compleições são tomadas por virtudes e renomadas por seu valor entre todos aqueles que se empenham nas armas. Estes devem, portanto, ser furiosos e destemidos contra seus oponentes e não se portarem de modo deplorável e pesaroso após algum dano ter-lhes sido causado.

Assim, com um coração intrépido, é preciso que levem a cabo vossa bravura através da realização de feitos de armas, para que, dessa forma, todos os homens valorosos, que devem ser mantidos juntos e resolutos, possam agir com propósito, inclinação e aquiescência comuns, a fim de que se encontrem presentes em muitos

[1019] Além do primogênito que veio a governar a Inglaterra após a sua morte, Henrique IV (r. 1399-1413) teve outros três filhos, todos sagrados duques e com importante participação nos conflitos contra os franceses: Thomas, duque de Clarence (1389-1421); John, duque de Bedford (1389-1435) e Humphrey, duque de Gloucester (1390-1447).

lugares, como um próspero desabrochar[1020], e que sejam encorajados, através do destemor da força[1021] e do poder, à justa execução de ações contra nossos antigos adversários franceses, em face de seus iníquos opróbios[1022].

Aqueles últimos, recentemente, lograram usurpar-nos o supramencionado reino[1023] e seus ducados através de dissimulações injustas e pelas sombras da alegação da abstinência de guerra e de uma trégua - a qual foi concluída, firmada e sacramentada há pouco tempo na cidade de Tours, no vigésimo oitavo dia de maio, no ano de 1444 da era de Cristo.[1024] Por meio de tais ardis, aquela [*última*] trégua foi perdurando ano após ano e, no findar de cinco anos, causou a esse reino onerosas despesas, até que finalmente eles conspiraram e se empenharam em seu próprio favor e proveito, algo confirmado

[1020] É possível que William Worcester estivesse fazendo uso da ideia amplamente difundida pelo *éthos* cavaleiresco de que aqueles guerreiros deveriam vaguear por distintas paragens da Cristandade, empregando suas armas sob os auspícios de outros príncipes em busca de fama e renome. Isso se dá pelo fato de parte da aristocracia de seu tempo não demonstrar interesse em trilhar o caminho das armas, conforme destaca no capítulo 64. Tal ponto é corroborado pela queixa realizada por William Caxton ao final de sua tradução do *Livro da ordem de cavalaria* de Raimundo Lúlio: "Ó, cavaleiros da Inglaterra, onde encontra-se a nobre prática cavalereisca outrora exercida? Ao contrário daqueles tempos, vocês dormem, são ociosos e se afastam da verdadeira Cavalaria". ADAMS, R. **The book of the order of chivalry.** Huntsville, Texas: Sam Houston State University Press, 1991.; KEEN, M. **Chivalry.** New Haven: Yale University Press, 1984. p. 179-183.

[1021] Muito provavelmente no sentido de força física.

[1022] Para o termo original "*halden*", cf. STRATMANN, F.H. **A middle-English dictionary, containing words used by English writers from the twelfth to the fifteenth century.** Edited and revised by Henry Bradley. Oxford: Oxford University Press, 1891. p. 320; 331.

[1023] Isso é, a França.

[1024] Em meados de 1440, Henrique VI engajou-se em estabelecer uma paz duradoura junto a Carlos VII (r. 1422-1461) influenciado pela impossibilidade dos ingleses em manter acesa a chama do conflito graças às dissensões internas entre seus principais comandantes, bem como à falta de dinheiro para enviar e conservar suas hostes. Negociando, assim, sob termos desvantajosos, o intervalo de cinco anos enquanto perdurou esse interstício de ações de armas permitiu aos inimigos franceses a reorganização de seus exércitos. Contudo, pelas convenções de armas, durante tais intervalos de contendas entre dois ou mais príncipes cristãos, eram proibidas a obtenção de vantagens que poderiam ser postas em uso no caso de um eventual reinício das animosidades. Tal entendimento estava ligado a princípios éticos da honra e do juramento, eixos fundamentais às atividades cavaleirescas e implícitos nas palavras de William Worcester. Conferir a discussão sobre a probidade francesa no capítulo 3 da presente tese. CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 114.; KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 209-217.

diariamente por meio da experiência. Sob tal pretexto, eles lançaram vitupérios contra esta terra e precipitaram o rompimento da trégua.[1025]

CAPÍTULO 3

Como os contendores franceses se anteciparam em transgredir e em romper a trégua

Uma das primeiras ações nesse sentido foi a de tomarem vossos navios e mercadorias em pleno mar, mantendo aprisionados súditos e homens de nascimento nobre que estavam sob obediência de vosso predecessor[1026], como o nobre e íntegro cavaleiro *Sir* Gilis, filho do duque da Bretanha. Este, em razão de grande retidão, amor e zelo que nutria por vosso reino, recebeu um tratamento incompatível com sua valentia e veio a fenecer na prisão.[1027] Além dele, antes do cerco a Fougères, o cavaleiro *Sir* Simon Morhier, prefeito de Paris, um senhor favorável aos ingleses e líder do conselho régio, foi aprisionado em Dieppe e obrigado a pagar um grande resgate para ser libertado.[1028] Pouco tempo depois, possivelmente no mês de janeiro, antecedente à tomada de Fougères, certo Mauncelle, escudeiro, viajava de Rouen para Dieppe acompanhado por outras vinte pessoas, onde todos foram feitos prisioneiros naquela cidade, sob as sombras de

[1025] Dentre os termos para o início das conversas de paz, era exigida não apenas a já mencionada soltura do duque de Orleans, mas também o casamento de Henrique VI com Margaret de Anjou, sobrinha de Carlos VII e a cessão do território de Maine, até então sob posse inglesa. Contudo, o aragonês sagrado cavaleiro da Ordem da Jarreteira Francisco de Sarriera, também conhecido como François de Surienne (1398-1462), atacou a fortaleza de Fougiérs em 1449 sob as ordens do duque de Somerset, marcando o estopim que deflagraria a retomada dos conflitos. William Worcester acusou-o de traição por esse ato, em boa medida sob influência de seu amparador, que o responsabiliza, junto ao duque de Somerset, pelos infortúnios que recaíram aos ingleses em decorrência daquela ação desastrosa. MCCULLOCH, D.; JONES, E.D. Lancastrian politics, the French war, and the rise of the popular element. **Speculum**, Chicago, v. 58, n. 1, p. 95 – 138, jan. 1983.; STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, p. 451-460; 620; 718.

[1026] Isso é, do monarca Henrique VI.

[1027] A cronologia de seu aprisionamento e morte, bem como os desdobramentos para as relações anglo-francesas, estavam ligadas diretamente a seu favorecimento de Henrique VI. KEEN, M. English diplomacy and the sack of Fougères in 1449. KEEN, M. English diplomacy and the sack of Fougères in 1449. **History: the journal of the historical association,** London, v. 59, n. 197, 1974, p. 379-387.

[1028] Simon Morhier foi mais um dos diversos indivíduos advindos da *gentry* cuja família não havia provido sequer um único cavaleiro para as guerras contra os franceses no século anterior. Sua fortuna nas armas em eventos como a batalha de Rouvray em 1429, onde encabeçou a liderança daquela hoste junto a John Fastolf permitiu-lhe galgar a posição de tesoureiro geral. BARKER, J. **Conquest:** the English kingdom of France, 1417-1450. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012. p. 100; BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 77; NEWHALL, R.A. **Muster and review:** a problem of English military administration 1420-1440. Cambridge: Harvard University Press, 1940. p. 83; STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864, v.2, pt. 2, p. 531.

dissimuladas alegações de uma trégua.[1029] Ulteriormente, o senhor Fauconberge também foi aprisionado por meio de um ardiloso e iníquo estratagema, disfarçado de salvo-conduto por vosso adversário[1030] em Pont-de-l'Arche, no décimo quinto dia de maio, no ano de 1449 da era de Cristo. Também é preciso dizer que a supramencionada fortaleza de Pont-de-l'Arche foi tomada no mesmo dia pelos ardis colocados em efeito contra o dito senhor Fauconberge[1031], fato que se apresenta contrário à referida trégua, forjando, portanto, falsas prerrogativas a respeito de tão detestável disputa.

A fim de corrigir esses grandes malefícios que foram conspirados, demostrados e colocados em prática, todos[1032] devem pesar tais eventos e questões passadas. Venham e juntem-se àqueles de vossa linhagem, parentes consanguíneos, súditos, aliados e todos que vos apoiam de boa vontade. Se ao princípio,[1033] a ira flamejava através da coragem, agora, por razão de nosso embotamento e da torpe preguiça cotidiana, tal esforço luziu e apagou, uma vez que o derramamento de sangue de bons cristãos realizado durante a conquista de seus predecessores atualmente não traz mais proveito. Conforme as palavras de Jó, brademe lamentem-se amigos e parentes consanguíneos, atentem com compaixão a vosso sangue.

CAPÍTULO 4

Uma questão de grande responsabilidade e importância: deve-se estipular se é lícito travar a guerra contra outros de sangue cristão

[1029] Nos anais em latim de William Worcester que compõem o conjunto de escritos editados por Joseph Stevenson, o letrado menciona que um certo Walter Mauncelle foi adubado junto a outros homens na ocasião do casamento de Eduardo IV. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864, v.2, pt.2, p. 784.

[1030] Em escritos contemporâneos, é comum a referência aos franceses e principalmente ao seu rei como "adversário(s) da França" no sentido de apontar para a suposta ilicitude de seu governo frente ao pleito àquela Coroa pelos monarcas ingleses. N.T.

[1031] Pouco tempo após o ataque a Fougères, Robert de Floques e Jean de Brézé, capitães dos territórios na Bretanha de Évreux e Louvier, tomaram de surpresa a cidade de Pont-de-l'Arche com o auxílio de um mercador, Guillaume Hoel. Naquela ocasião, William Neville, conde de Kent e senhor de Fauconberge (1405-1463), foi aprisionado pelas mãos de um arqueiro, permanecendo cativo por três anos. Sobre sua carreira marcial e uma descrição contextualizada desse evento, cf.: BARKER, J. **Conquest:** the English kingdom of France, 1417-1450. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012. p. 374-376.; BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 38-39.

[1032] Em referência à cavalaria inglesa.

[1033] Nos momentos de sucesso marcial. N.T.

A princípio, é preciso refletir sobre uma questão à qual a senhora Christine {de Pisan}[1034] faz menção no segundo capítulo da Árvore das Batalhas[1035], a saber: de acordo com a Justiça, amparar e aderir a guerras e a batalhas é ou não algo lícito? Na opinião de muitos, entende-se que o exercício das armas e da guerra não é lícito e nem justo, pois seu emprego e prática, em conjunto a atos violentos e ilícitos, causam incontáveis males, como assassinatos, matanças em grandes números, derramamento de sangue, despovoação de territórios, a devastação de castelos e de cidades de maior e de menor porte, por meio de incêndios, dentre muitos outros incontáveis danos.

Dessa maneira, à primeira vista, pode parecer que a continuidade da guerra é um feito pernicioso, e não seria correto fazê-la perdurar. A tal questionamento pode-se responder que as expedições armadas, assim como as guerras realizadas e fundamentadas sobre uma causa justa e um título reconhecido são amparadas por Deus, conforme sugerido pela senhora Christine no primeiro livro da *Árvore das Batalhas*[1036], isto é, sobre que bases estão sustentadas as razões sobre as causas pelas quais os príncipes devem apoiar a guerra e a prática marcial.[1037] Nesse sentido, a supramencionada senhora Christine elencou cinco motivos principais, sendo três deles relacionados à retidão e outros dois à força.[1038] O primeiro motivo refere-se à manutenção do que é correto e da

---

[1034] Doravante, mencionada apenas pelo primeiro nome.

[1035] Muito embora os diversos textos de Christine de Pisan fossem conhecidos pela aristocracia inglesa, os mesmos normalmente eram atribuídos a homens quando traduzidos ao vernáculo. Stephen Scrope argumenta, no prólogo de sua tradução da *Épître d'Othéa*, que, "por recomendação e preces dirigidas por uma sábia e nobre senhora da França, chamada Christine, esse livro foi compilado e amparado pelos famosos doutores do ilustríssimo e nobilíssimo clero da Universidade de Paris". Outras traduções de seus textos tanto da Epístola como do *Livro da cidade das damas* (*Le livre de la cité des dames*) foram realizadas e impressas ao final do século, onde também se atribuem suas respectivas composições a homens que eram, na realidade, os seus tradutores ou mesmo, no caso dos *Provérbios morais* (*Les proverbes moraulx*) a Geoffrey Chaucer, sem oferecer fundamentação para tal. Vale atentar que o cerne da mensagem, isso é, de que guerras com objetivos justos são recomendáveis, foi copiado diretamente de Christine de Pisan. BORNSTEIN, 1970, p. 215.; SUMMIT, J. **Memory's library:** medieval books in early modern England. Chicago: The University of Chicago Press, 2008. p. 62; WARNER, G.F (Ed.). **The epistle of Othea to Hector or the Boke of Knyghthode.** Translated from the French of Christine de Pisan with a dedication to *Sir* John Fastol by George F. Warner. London: Nichols and sons, 1904. p. 3.

[1036] A *Árvore das Batalhas* é um tratado composto por Honoré Bonet, o qual serviu de modelo para outros tratados sobre a guerra e a cavalaria, como o *Le livre des faits d'armes* de Christine de Pisan, conhecido na Inglaterra já na primeira década do século XV, mas que viria a ser traduzido e publicado somente em 1489 enquanto que uma versão em escocês médio já era conhecida em 1456.

[1037] Ao comentar sobre os arrazoamentos da manutenção dos conflitos, Honoret Bonet ampara sua argumentação de que a guerra é boa e virtuosa, uma vez que primordialmente deve ser travada para reparar agravos e resolver desentendimentos. Ainda, ele prossegue: "se na guerra muitas ações ruins são perpetradas, essas nunca se originam de sua natureza, mas, ao invés disso, de seu emprego incorreto, como quando um homem de armas ataca uma mulher e lhe causa vergonha e a injúria, ou ateia fogo a uma igreja. Tais casos não estão atrelados, portanto, a natureza da guerra propriamente, mas, em última instância, a sua má condução". BONET, H. **The tree of battles.** English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949. p. 125.

[1038] Dado o desdobramento do tratado, William Worcester refere-se ao emprego não racional da força física de modo não racional e prudente, algo que, sob sua concepção, é demeritório ao cavaleiro.

Justiça; o segundo, à resistência a todos os malfeitores que perpetram ímprobas aflições e oprimem as pessoas dos territórios que o rei ou príncipe governam; o terceiro, remete à recuperação de terras, senhorios e bens [*que*] foram iniquamente saqueados, tomados à força, ou usurpados, os quais deveriam permanecer em posse do rei e do príncipe do respectivo senhorio, ou mesmo na de seus respectivos súditos, que porventura possam conservá-las.

Os demais remetem à violência[1039], sendo o primeiro relacionado com a busca da vingança em razão dos danos e prejuízos causados por outrem; enquanto o segundo refere-se à conquista de territórios estrangeiros sem qualquer título que ofereça direitos sobre os mesmos, de maneira similar a quando o rei Alexandre sobrepujou os romanos. Muito embora a conquista ou a vitória obtida por meio da violência ou do poder régio soem como feitos de armas valorosos, ainda assim nenhum príncipe cristão deve empregar aqueles dois últimos motivos. Não obstante, no que concerne aos três primeiros, o príncipe deve atentar, antes de iniciar uma expedição armada, para como a mesma será empreendida em nome de uma causa justa e que {será objeto} de uma grande discussão guiada pelos aconselhamentos dos homens mais sábios e estimados do reino ou território no qual se encontra. Tal empreitada deve ser realizada para fins de uma contenda justa, como requer a correta execução da Justiça – uma das quatro virtudes cardeais.

Entretanto, se, ao invés disso, o emprego das armas e o exercício da guerra forem levados a cabo em expedições ilícitas sob fins de magnificência, orgulho e de intenção deliberada para destruir reinos e territórios através do grande poderio régio, não serão concebíveis maiores tiranias, extorsões e crueldades [*perpetradas por meio de discórdias*]. É o caso daqueles que buscam a vingança sem possuírem prerrogativas e títulos nobiliárquicos para tal, e enunciam “longa vida ao mais forte”, [*o que*] significa permitir que aqueles com maior possibilidade de empregarem excessivamente a violência subjuguem o campo de batalha.[1040]

[1039] No sentido de uso exacerbado e descomedido da força, ultrapassando a licitude e justeza das ações marciais, conforme William Worcester ilustra logo na sequência. N.T.

[1040] Essa é uma tradução aproximada para o termo original “*maistren*”. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED26571. Acesso em: 15 jun. 2019.

[A exemplo de quando o duque da Borgonha, em razão dos conflitos internos pelo domínio do trono[1041], expulsou da cidade de Paris os apoiadores e amigos do duque de Orleans no ano de 1412 da era de Cristo, massacrando violentamente centenas de milhares sem qualquer título, {amparado pela} justiça e perpetrando tal ato tão somente por vingança a uma contenda particular entre ambos os príncipes, {iniciada} em função da morte do duque de Orleans, assassinado na vigília de São Clemente por Raoul d'Anquentonville da Normandia, no ano de 1407 da era de Cristo.[1042] Também foi assim[1043] na batalha de Saint-Cloud[1044], próxima a Paris, a qual foi empreendida pelo duque da Borgonha, com o auxílio de capitães ingleses enviados desse reino, e foi vigorosamente travada pelo supramencionado duque, o qual ganhou o campo de batalha contra os contendores adversários.

Entretanto, o duque de Orleans pagou por outro exército,[1045] composto por ingleses, para socorrer o revés que lhe incorreu em Saint-Cloud, e as dissenções entre o duque de Orleans e o duque da Borgonha perduraram por onze anos na França, até que, no ano de 1418 da era de Cristo, Felipe, duque da Borgonha, um grande defensor daquela terra, lamentavelmente foi morto em Montreux, tendo a cidade de Paris

---

[1041] Tal menção relaciona-se ao conflito entre os aderentes dos Armagnacs e dos Bourbons, duas facções que protagonizaram uma disputa acirrada pelo controle da regência francesa durante o período de senilidade de Carlos VI e, posteriormente, durante a minoridade do delfim. Nesse contexto, tanto Luís I, duque de Orleans, como João sem Medo, duque da Borgonha, foram assassinados. Esses eventos inflamaram os membros de suas dinastias e, no caso desse último, foi um fator crucial para motivar o ingresso de seu sucessor junto aos ingleses na guerra contra a Coroa francesa. Uma das cláusulas acordadas pelo tratado de Arras de 1435 foi a do pedido de perdão, por parte de Carlos VII, em nome da Coroa, a Filipe, o Bom, neto do duque assassinado, bem como a isenção daquele último em prestar juramento de fidelidade ao monarca francês por seu título enquanto estivesse vivo, cabendo tão somente ao seu sucessor fazê-lo. NEILLANDS, R. **The hundred years war.** London: Routledge, 2001. p. 193-271.

[1042] A aparente confusão no trecho refere-se ao fato de que William Worcester menciona dois duques de Orleáns. O primeiro, Luís (1392-1407), foi assassinado por partidários do duque da Borgonha, fazendo com que seu filho, Carlos (1407-1465), assumisse seu título. O planejamento e assassinato do duque da Borgonha levou a desdobramentos posteriores de inimizade entre borgonheses e os apoiadores do delfim, sacramentando o apoio daqueles primeiros aos ingleses no tratado de Troyes em 1420. Uma breve descrição a respeito desses eventos pode ser conferida em: SUMPTION, J. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. p. 234-277.

[1043] No contexto de injustiças causadas pelo uso desmedido da força e das prerrogativas do príncipe para a violencia. N. do T.

[1044] O cronista francês Enguerrand de Monstrelet oferece uma narrativa sobre o evento em sua crônica, escrita poucas décadas mais tarde. Sumption, v.4, p. 303-304 pdf; **THE CHRONICLE OF Enguerrand de Monstrelet**. Translated by Thomas Johnes. London: H. G. Bohn, 1810. p. 198-200.

[1045] Muito embora a Coroa inglesa estivesse afinada aos interesses dos duques da Borgonha, provavelmente William Worcester faz menção a aventureiros ingleses de baixa origem social que atuavam como "mercenários" nos conflitos, podendo lutar contra qualquer um dos lados de acordo com o pagamento. Essa complexa rede de patronato e filiação armígera considerava não apenas as alianças entre os príncipes, pois mesmo em tese lutando contra seu próprio monarca, tais homens poderiam recorrer a questões técnicas para tentar justificar, nem sempre com sucesso, a opção por tal curso de ação. KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 82-100.

novamente sido tomada pelos borgonheses. No mesmo ano, o senhor Jean de Villiers[1046]*, principal capitão e condestável do conde de Armagnac, foi morto pelos comuns].*

CAPÍTULO 5

Como São Luís exortou e aconselhou seu filho a não travar guerras contra outros cristãos

São Luís, o abençoado rei da França, exortou e ordenou em seu testamento – escrito por suas próprias mãos à época de sua morte no ano de Cristo de 1270 – que seu filho Filipe, o qual governou posteriormente, protegesse o reino e que não travasse guerra contra nenhum cristão, a menos que fosse agravado inicialmente. Se o adversário busca os caminhos da paz, da graça e do perdão, é vosso dever perdoá-lo e emendá-lo de modo a agradar a Deus. Porém, apesar do aconselhamento desse sagrado rei, é notório e amplamente conhecido por todos os reinos cristãos que nossos adversários travaram e instigaram guerras e a prática marcial tanto por terra como por mar contra esse nobre reino, sem qualquer embasamento amparado pela Justiça ou por títulos, sem demonstrarem, assim, modos de se alcançar a paz. Nesse sentido, é preciso defender vosso probo título dos agressores, sem que se demonstre qualquer sinal de tirania, assentando, conjuntamente, o dever de conquistar vossa legítima herança.

CAPÍTULO 6

Uma exortação do corajoso planejamento para a correção de um agravo cometido[1047]

Ó, valorosos homens da nação inglesa, que descendem do nobre sangue de Bruto de Tróia, não se permitam afligir para que vossa ilustre e respeitável coragem não seja subjugada e nem embaída pelos vossos conhecidos adversários da França; e também não se permitam serem repreendidos e nem retardem {vossas ações} nessa questão, pois ela resultará em vossa mais absoluta desonra e opróbio aos olhos das nações estrangeiras,

[1046] No original "*Lyseladam*", uma corruptela para Jean de Villiers de l'Isle Adam (1384-1437), proeminente guerreiro borgonhês. Sobre sua carreira marcial, cf. Capítulo 59.

[1047] As recomendações de capítulo foram copiadas do *Le livre des Faits d'Armes et de Chevalerie*, de Christine de Pisan. BORNSTEIN, D. D. **The chivalric manual in fifteenth-century England**. 398f. Tese (Doutorado). New York University: New York, 1970. p. 194.

sem que isso possa ser remediado a tempo [*como vossa majestade agora compreende*].[1048] Vós, que antes fôsseis conquistadores, agora capituleis e sois conquistados, em função da negligência e de um bom e diligente remédio, pela falta de provisões para os homens de armas, recursos pecuniários e meios para arrecadar um número suficiente de mantimentos em épocas e ocasiões apropriadas, cujo pagamento deveria assisti-los. Não fostes, pois, vós aqueles que outrora, através de vossa grande [*bravura*], coragem, destemor, brio e força, afrontastes e curvastes o poderio e a grande força de destemidos e audazes guerreiros de todas as nações estrangeiras que ousaram se lançar contra esta terra?

CAPÍTULO 7

Sobre como muitos reis valorosos dessa terra realizaram grandes conquistas não apenas em regiões distantes na Terra Santa, mas também para a defesa e os direitos dessa terra e do ducado da Normandia

Menciono o exemplo e sabedoria do rei Artur, sob cujo estandarte foi derrotado e feneceu o imperador de Roma por meio de batalha[1049], tendo também conquistado uma grande parte das regiões ocidentais para Roma. Várias outras conquistas anteriores a seus dias foram realizadas por muitos reis valorosos desse reino, como Brennius, irmão do rei Belinus, um duque audaz que viveu antes da Encarnação e venceu e conquistou Roma, à exceção de seu capitólio.[1050] Posteriormente, seguiram-se outros reis e príncipes vitoriosos, como Edmundo *"Ironside"*, o qual lutou muitas batalhas e aniquilou os

[1048] Essa passagem está anotada por uma segunda mão. Provavelmente se refira ao fato de Eduardo IV estar planejando uma nova campanha contra os franceses.

[1049] Assim como outros letrados posteriores a Geoffrey of Monmouth, Ranulf Hidgen relata em sua *Polychornicon* ceticismo a respeito deste evento "em função da inexistência de evidências de que Artur matou" não o imperador romano, mas o seu representante, "Lúcio Hibério". Uma breve discussão é apresentada nos apêndices da seguinte edição: MONMOUTH, G. **The history of the kings of Britain.** Edited and translated by Michael A. Faletra. Peterborough, Ontario: Broadsview, 2008. p. 290-291.

[1050] Segundo a narrativa de Geoffrey of Monmouth, ambos os reis experimentaram sérios entreveros pelo controle da Britânia. Uma vez selada a paz entre ambos, marcharam contra as tribos gálicas e, posteriormente, Roma, subjugando parte de seus domínios. Nas palavras do cronista "quando os cônsules perceberam que ninguém poderia opor-se a matança perpetrada por Belinus e Brennius, obtiveram uma permissão do senado para negociar sua paz e amizade. Foram-lhes oferecidos muitos presentes de ouro e prata, bem como um tributo anual em troca da paz para governarem". MONMOUTH, G. **The history of the kings of Britain.** Edited and translated by Michael A. Faletra. Peterborough, Ontario: Broadsview, 2008. p. 76.

daneses em nome do zelo pela Inglaterra.[1051] E que feitos e ações vitoriosas William, o Conquistador, realizou em batalha contra os contendores franceses [*tendo empreendido muitas conquistas*]!

Depois dele, seu filho, Henrique, defendeu a Normandia, tendo construído e fortificado muitos castelos robustos em suas terras, a fim de preservar o ducado contra os contendores franceses.[1052] Seu irmão Roberto empregou as armas de modo vitorioso para a conquista da Terra Santa e, em função de sua grande bravura, foi eleito rei de Jerusalém, porém, recusou em razão da excepcional cobiça para tornar-se duque da Normandia. Ao retornar para seu lar, nunca mais foi agraciado com vitórias.[1053] É válido igualmente rememorar como o nobre guerreiro Fulk, conde de Anjou, pai de Geoffrey Plantageneta, vosso nobre ancestral, delegou o condado para seu filho e travou guerra contra os sarracenos na Terra Santa. Em função de seus nobres feitos, ele foi coroado rei de Jerusalém no ano de Cristo de 1131.[1054]

O rei Ricardo I, intitulado Coração de Leão, dirigiu-se à Terra Santa em uma cruzada em companhia de Baldwin, arcebispo de Canterbury; Hubert, bispo de Salisbury; Randolf, conde de Chester; Robert Clare, conde de Gloucester; levando a guerra às terras

---

[1051] Suas façanhas são descritas na *Historia Anglorum*, do cronista Henry of Hundigton (c. 1088-1157). Em linhas gerais, William Wocester refere-se aos conflitos no período final de sua vida, relatados por Hundigton: "Ele combateu os daneses na Nortúmbira, subjugando-os gloriosamente e matando muitos reis vigorosos", até ser morto em combate. HUNTINGDON, H. **Historia Anglorum:** the history of the English people. Edited and translated by Diana E. Greenway. Oxford: Clarendon, 1996. p. 333.

[1052] Filho de William, o Conquistador, Henrique I seguiu o caminho inverso de seu pai e, já coroado rei da Inglaterra, marchou rumo à Normandia para assegurar seus direitos por lá em oposição aos senhores locais. O cronista Florence of Worcester narra que "a época de sua chegada, quase todos os barões normandos desertaram o conde, seu senhor, e concorreram em multidão para o lado do rei, graças ao ouro e prata que ele trouxe consigo, colocando os castelos e cidades fortificadas em suas mãos". Esse é um paralelo importante com a argumentação de William Worcester sobre a importância do dinheiro para o bom desdobramento dos conflitos em seu tempo. **THE CHRONICLE OF FLORENCE OF WORCESTER with the two continuations: comprising annals of English history, from the departure of the Romands to the reign of Edward I.** Translated from the latin with notes and illustrations by Thomas Forester. London: H.G. Bohn, 1854. p. 213.

[1053] Roberto II, duque da Normandia, foi um importante personagem na Primeira Cruzada (1096-1099). Embora tenha sido um de seus líderes, foi forçado a voltar para a Normandia em função da disputa do condado com seu irmão, Henrique I. Sobre sua atuação na Terra Santa e o evento ao qual William Worcester faz menção, cf: AIRD, W.M. **Robert Curthose, duke of Normandy:** c. 1050-1134. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2008. p. 153-190.

[1054] Nas duas primeiras cruzadas, os monarcas ingleses empenharam-se em ir à Terra Santa, cabendo a outros grandes senhores fazê-lo. Fulk Fitz Warin (1089/92-1143), então conde de Anjou, abdicou do título em nome de seu filho para casar-se com a herdeira do trono de Jerusalém, sob o título de Fulk V. Sobre os laços estabelecidos pelo governo angevino, as cruzadas e suas posteriores implicações para os ingleses, cf. BARTLET, R. **England under the Norman and Angevin kings, 1075-1225.** Oxford: Claredon Press, 2000. p. 111-120.

dos infiéis em companhia do rei da França, Filipe {II}, o 'enviado por Deus'[1055], onde venceram os sarracenos pela força do poder régio no ano de Cristo de 1192[1056], aprisionando o rei de Chipre junto a tantos outros homens. Ele também subjugou a terra da Síria e a ilha de Chipre, além da grande cidade de Damasco, por meio de um cerco, onde veio a fenecer o rei da Espanha chamado de Ferranus. Através de uma vigorosa guerra empreendida contra seu adversário Filipe, o 'enviado por Deus', rei da França, o mencionado rei Ricardo defendeu e manteve os ducados da Normandia, Gasconha, Guiena[1057], os condados de Anjou, Maine, Touraine[1058], Poitou, Auvergne e Champagne, nos quais ele era rei, duque, conde e senhor, por meio de sua herança, da mesma forma que seus predecessores haviam sido antes dele.[1059]

De modo similar, o sábio rei Eduardo, o primeiro após a conquista, laborou e colocou-se em grande risco entre os Sarracenos no território da África, enquanto ainda era príncipe, por volta do ano de 1270 da era de Cristo. Ali, presenciou a conquista da grande cidade do reino de Túnis [*local onde naquele mesmo ano São Luís, rei da França, feneceu, e a cruzada teria perdido ímpeto em função de sua morte, caso o exército do mencionado príncipe Eduardo não estivesse por lá preparado para realizar a santa viagem à Jerusalém, como de fato a fez junto a muitos outros nobres da Inglaterra*]. Ele também se empenhou nobremente na defesa e salvaguarda da grande cidade de Acre, localizada nas terras da Síria, a qual teria sido perdida e entregue aos sarracenos, caso não fosse possível contar com o poderio [*de seu exército*]. Por um ano inteiro, ele acampou

---

[1055] William Worcester referencia seu epíteto em francês, isso é, *Dieu donné*, que se refere ao suposto milagre de seu nascimento, pois seu pai, Luís VII, casou-se por três vezes e teve de esperar por muitos anos por um herdeiro. HAYES, D.M. Christian Sanctuary and repositor of France's political culture: the construction of holiness and masculinity at the Royal Abbey of Saint-Denis, 987-1328. In: LEWIS, K.; CULLUM, P.H. (Eds.). **Holiness and masculinity in the middle ages.** Cardiff: University of Wales Press, 2004. p. 135.

[1056] Na batalha de Jaffa.

[1057] O ducado da Guiena corresponde a um território onde os ingleses buscaram constituir um domínio independente, a integrar a herança do monarca desde o casamento de Henrique de Anjou (que viria a se tornar Henrique II) e Eleonora da Aquitânia em 1152. Uma discussão sobre o governo e, sobretudo, os conflitos ocorridos ao longo do século XV até sua retomada pelos franceses é realizada no estudo seminal de Malcolm Vale: VALE, M.G.A. **English Gascony, 1399-1453:** a study of war, government and politics during the later stages of the Hundred Years War. London: Oxford University Press, 1970.

[1058] Há uma menção que essa região foi cedida aos franceses pelo duque de Bedford. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861, v.1, p. 20.

[1059] Ricardo I (1157-1199), também conhecido pelo epíteto "Coração de Leão", dispendeu grande parte de sua vida empenhado nas cruzadas e em combates pela manutenção de seus territórios da França. Assim como Fulk Fitz Warin, ambos eram duques com poderio efetivo na ilha e no continente. A seleção desses exemplos por William Worcester reforça seu ponto de vista que um monarca inglês também pode assenhorar regiões no continente, cujo poder é independente da Coroa francesa. Sobre os anos conflituosos de combates por aqueles ducados, cf: GILLINGHAM, J. **Richard I.** New Haven; London: Yale University Press, 1999. p. 283-320.

por lá, tendo permanecido naquela região em uma época em que uma grande pestilência e mortandade reinaram, as quais foram responsáveis por trazerem enorme ruína para seus homens.

Ali também ele foi ferido de modo quase letal em seus aposentos, graças ao ato traiçoeiro de um ímprobo mensageiro sarraceno enviado a mando do sultão da Babilônia, em função não apenas da guerra cruel e violenta que o supramencionado Eduardo empreendeu contra os sarracenos, mas também do grande medo e dúvidas que ele sentia em relação ao dito príncipe Eduardo e do seu poder; eventos esses que podem ser observados com maior embasamento a partir dos labores daquele monarca.[1060] Seu pai, o rei Henrique III, feneceu enquanto seu filho estava na Terra Santa lutando contra os sarracenos. E quão valoroso foi Ricardo, imperador da Alemanha[1061] e irmão do dito rei Henrique, pois realizou grandes feitos de armas na Terra Santa no ano de 1240 da era de Cristo. Ademais, o dito rei Eduardo manteve sob seu jugo a Irlanda, Gales e a Escócia, os quais eram revoltosos e habitadas por pessoas de compleição selvagem. Ele também protegeu e defendeu os ducados da Gasconha e Guiena, sua herança legítima.

CAPÍTULO 8

Como o rei Eduardo III sagrou-se vitorioso na batalha de Sluys, obteve Caen por meio de um assalto, venceu a batalha de Crécy [*e conquistou Calais por meio de um cerco*]

A respeito de tais assuntos, tratarei a seguir a respeito de como, no ano de 1340 da era de Cristo, o mais nobre, famoso e renomado cavaleiro, o rei Eduardo III, por meio de seu poderio régio, venceu [*no dia de São João Batista*][1062] a grande batalha marítima de Sluys contra Filipe de Valois, o qual se autointitulava rei francês. Mesmo com seu

[1060] Antes de assumir o trono em 1272 como Eduardo I, aquele nobre participou de uma expedição à Terra Santa, onde relatos minoram o impacto de sua presença quando considerado o contexto mais amplo. Independentemente disso, ele sofreu um ataque em seus aposentos e ficou convalescente, esperando pela retomada dos conflitos mesmo com um tratado de paz assinado em 1272. Com a morte de seu pai, retornou sem realizar grandes feitos à Inglaterra e com uma dívida vultuosa concernente aos custos de sua expedição, muito embora tenha cumprido um dos preceitos para integrar-se a ética da cavalaria de seu tempo: o combate ao inimigo infiel. PRESTWICH, M. **Edward I.** Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988. p. 66-86.

[1061] No original "*emperoure of Almaine".* Ricardo da Cornuália (1209 – 1272) foi um membro da dinastia Plantageneta e irmão do monarca Henrique III. Para além de sua atividade como cruzado e conde de territórios na Inglaterra e França, em 1257, ele foi eleito como "rei dos romanos", título também conhecido como "rei da Alemanha" em sua função integrando ao Sacro Império Romano Germânico. PRESTWICH, M. **Plantagenet England:** 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005. p. 103.

[1062] 24 de junho.

poderio, a grande esquadra de navios daquele último foi destruída, tendo sido contabilizada em 230 navios de tamanhos variados[1063], além de 2500 homens.[1064] Depois disso, no ano de 1346 da era de Cristo, o supramencionado rei Filipe tencionou invadir a Inglaterra e manteve, sob seu pagamento, um grande número de navios genoveses e de outras regiões. Por isso mesmo, o referido rei Eduardo III preferiu guerrear no território de seu adversário[1065] e, para tanto, viajou com 112 navios, dirigiu-se à Normandia a partir de La Hague, obtendo os territórios de Contentin [*a partir de Cherbourg*[1066]] até chegar a Caen, onde, por meio de grandes contendas, invadiu a cidade e tomou-a. Ali, ele combateu contra o capitão e os burgueses do meio-dia até o anoitecer.[1067]

Nessa ocasião, o conde d'Eu, condestável da França, o conde Tancarville[1068] e outros cavaleiros e escudeiros foram feitos prisioneiros, porém o castelo e a torre principal ainda resistiam, defendidos pelo bispo de Bayeux junto a outros homens; em face disso, o rei preferiu partir, pois ele não pretendia infligir danos a seus homens [*em caso de um cerco*]. Após esse evento, no ano de Cristo de 1346, ele aniquilou e venceu o mencionado rei Filipe na grande e devastadora batalha de Crécy, ocorrida na Picardia no vigésimo sexto dia de agosto daquele ano. Ali, o rei da Boêmia foi morto, além do filho do imperador Henrique e de grande parte do sangue nobre da França composto por duques, condes e barões, como o conde de Alençon, irmão do rei francês, o duque da Lorena, o conde de Blois, o conde de Flandres, o conde de Harcourt, o conde de Sancerre, o conde

---

[1063] No original "*shippis and barges*". Ao empregar ambos os termos, William Worcester fornece um indício de que haveria diferenças entre os tipos de embarcações destruídas, porém aquele último termo possuía conotações genéricas que impedem uma tradução mais precisa. De qualquer forma, um *barge* era menor do que um galeão, e empregado para um sem-número de funções, algumas delas marciais, como o patrulhamento da costa, reconhecimento do território e ataques repentinos a regiões inimigas. Além disso, a partir da segunda metade do século XIV, aquele termo passa a englobar também o que previamente se designava por galeões. Uma discussão sobre o termo pode ser conferida, especialmente nas p. 283-284, em: TINNISWOOD, J.T. English galleys 1272-1377. In: ROSE, S. (Ed.). **Medieval ships and warfare.** New York: Routledge, 2016. p. 276 – 315.

[1064] Após partir da Inglaterra em 22 de junho de 1340, Eduardo III dirigiu-se até o porto de Sluys, onde a frota francesa o aguardava em formação defensiva, como "uma linha de castelos enfileirados", todos amarrados por uma corrente. Ao avançarem sobre os ingleses, estavam contra a corrente marítima e o sol, sendo fragorosamente derrotados, muito embora grande parte das mortes tenham ocorrido em função de afogamentos e não pela batalha em si. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook.** Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 60-61; PRESTWICH, M. **Plantagenet England:** 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005, p. 311-312.

[1065] Isso é, na França.

[1066] Atualmente denominada de Cherbourg-Octeville.

[1067] Esse itinerário é confirmado pela narrativa do cronista Geoffrey le Baker. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook.** Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 70.

[1068] Jean de Melun, conde de Tancarville (c. 1325-1382). Ele será mencionado logo a seguir.

de Fiennes, além de outros 50 cavaleiros que igualmente vieram a ser mortos[1069], bem como um grande número de súditos, como é historiado mais claramente no trigésimo nono capítulo dos atos do dito rei Filipe.[1070]

Não obstante, também é preciso mencionar que, dotado de plena nobreza, o duque de Derby empreendeu uma campanha militar na mesma época em que governava o ducado da Guiena sob a autoridade do mencionado rei Eduardo, onde subjugou uma região que ia da cidade de São João Evangelista até Poitiers, contra a qual ele também triunfou.

CAPÍTULO 9

Como Davi, rei dos escoceses, foi feito prisioneiro

Nos tempos do mencionado rei Eduardo, Davi, rei dos escoceses, foi feito prisioneiro, segundo meu entendimento, na batalha próxima a Durham, na marca com a Escócia.[1071] Eduardo manteve a Bretanha sob seu domínio, venceu Charles de Blois, seu duque, e realizou um cerco contra uma robusta fortaleza denominada *La Roche Derrien*, guarnecendo-a, após subjugá-la, com súditos leais.[1072] Após muitas investidas, grandes escaramuças e uma batalha vigorosamente pelejada, o mencionado duque foi capturado com sete ferimentos e apresentado ao mencionado rei Eduardo. Além disso, o monarca derrotou Calais por meio de um cerco longo e audaz, tanto pelo mar como por terra; os sitiados, tomados pela fome, não receberam auxílio do rei Filipe e, em função da falta de mantimentos, renderam-na ao rei Eduardo no quarto dia de agosto do ano de Cristo de 1347.[1073]

[1069] O cronista anônimo de Canterbury apresenta uma lista enumerando esses mesmos mortos, porém relacionando-os à batalha de Poitiers, ocorrida em 1356. **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346-1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 22-29; 83-85.

[1070] Sobre esse documento, cf. VILLALON, L.J.; KAGAY, D.J. **The hundred years war (part II):** different vistas. Leiden; Boston: Brill, 2008. p. 267-268.

[1071] Ele refere-se a batalha de Neville's Cross, ocorrida em 1346.

[1072] Essa fortaleza era um dos principais redutos ingleses na região da Bretanha. Durante a guerra de sucessão do ducado, apoiadores de dois pretendentes ao seu controle foram apoiados, respectivamente, pelos reis da Inglaterra e França. Charles de Blois, sob o apoio daquele último, atacou a fortaleza em maio de 1347, tomando-a e recebendo o amparo de habitantes da região. SUMPTION, J. **The hundred years war:** trial by battle. London: Faber and Faber, 1990. p. 573-576.

[1073] Um excelente resumo acerca do evento em questão pode ser conferido em: SUMPTION, J. **The hundred years war:** trial by battle. London: Faber and Faber, 1990, p. 535-592.

Ele também subjugou grande parte da Normandia e, também em seu tempo, o filho mais velho, Eduardo, príncipe de Gales, no décimo nono dia de setembro do ano de Cristo de 1356, aniquilou o exército de João, então chamado de rei da França, diante da cidade de Poitiers, em cuja ocasião aquele último foi feito prisioneiro. Naquela batalha, foram mortos o duque de Bourbon, o duque de Atenas, o senhor de Clermont, *Sir* Geoffrey Charny, que conduzia a auriflama[1074], e também foi feito prisioneiro, junto ao rei João, o filho mais novo de *Sir* Filipe, [*o Ousado*][1075], duque da Borgonha, por cujo resgate, seu e de outros senhores, o rei Eduardo recompensou o príncipe com {o valor} de 2600 *Sterlings*. Naquele dia, também foi capturado *Sir* Jacques de Bourbon, conde de Ponthieu, e Charles, seu irmão, duque de Longville, primos de segundo grau do monarca, além de *Sir* Jean de Melun, conde de Tancarville; *Sir* Guillaume de Melun, arcebispo de Sens; o conde de Dammartin, o conde de Vendôme; o conde Vaudémont; o conde de Saarbrücken; o conde d'Alençon; *Sir* Arnoul d'Audrehem, marechal da França; e muitos outros cavaleiros e nobres, chegando ao número de 1700 prisioneiros, além de 70 cavaleiros *banneret*, que foram mortos.[1076]

{Para além deles, também foram capturados} o filho mais velho do rei Carlos, auto intitulado duque da Normandia; o irmão do rei, duque de Orleans; o duque de Anjou; o conde de Poitiers, posteriormente chamado de [*Jean*], duque de Berry; o conde de Flandres, com alguns outros senhores, bateu em retirada e escapou da batalha.[1077] Posteriormente, no ano de Cristo de 1357, no décimo sexto dia de abril, o mencionado príncipe Eduardo partiu de Bordeaux para a Inglaterra pelo mar, trazendo consigo o rei João, desembarcando no quarto dia de maio e chegando a Londres no vigésimo dia do

---

[1074] Geoffrey de Charni (c. 1306-1356) foi marechal da França e responsável por carregar a auriflama, a qual, quando desfraldada em campo de batalha, simbolizava a guerra total, isto é, sem possibilidade de capitulação ou aprisionamento do inimigo. Além disso, ele também se aventurou pelo caminho das letras e compôs três tratados, onde prescreve as qualidades necessárias e as expectativas do bom governo aos cavaleiros. CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 15.

[1075] O epíteto segue a tradução daquela empregada na edição brasileira da obra. GUENÉE, B. **O ocidente nos séculos XIV e XV:** os Estados. Tradução de Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Edusp, 1981. p. 95.

[1076] Assim como o cronista anônimo de Canterbury, que registrou a lista de mortos poucos anos depois da batalha de Poitiers, William Worcester aponta para o título em detrimento dos nomes dos cavaleiros fenecidos, indicando assim a grande mortandade da nobiliarquia francesa e a dificuldade de arrolar com precisão a lista que também contava com aqueles outros capturados. **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346-1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 83-85.

[1077] Essa acusação de fuga imputou-lhes a covardia. Contudo, é interessante pensar que dentro do fazer da guerra essa era uma opção a ser considerada, como o fez John Fastolf em Patay em 1429, onde também lhe recaiu a mesma acusação. COLLINS, H.E.L. Sir John Fastolf, John Lord Talbot and the dispute over Patay: ambition and chivalry in the fifteenth century. In: DUNN, D. (Ed). **War and society in medieval and early modern Britain.** Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 114-140.

mesmo mês. O rei Eduardo, seu pai, tendo se encontrado previamente com o rei João no campo de batalha, prestou-lhe grande honraria e reverência.[1078] Tempos depois, no ano de Cristo de 1367, no mês de maio, o dito rei João teve o pagamento de seu resgate estipulado em três milhões de escudos de ouro, cada dois deles equivalendo a um nobre, sendo que 600 mil escudos foram pagos pelo mencionado rei João em sua chegada a Calais. Nos anos subsequentes, ele seria obrigado a pagar, sob certas garantias declaradas nas cláusulas da paz acordada entre ambos os reis, 400 mil, até que o montante de três milhões de coroas[1079] estivesse completamente quitado, algo que, segundo se diz, não foi realizado.

Depois disso, os príncipes Eduardo e Henrique e o nobre duque de Lancaster lutaram em Nájera, na Espanha, junto ao rei Pedro, contra o bastardo Henrique, que se auto intitulava monarca daquele reino. Mesmo aquele último tendo 6300 homens em sua hoste, Eduardo derrotou-o; motivo pelo qual o mesmo abandonou o campo de batalha, e muitos nobres cavaleiros da Inglaterra, Gasconha e Guiena, junto a outros valorosos nobres, combateram-nos vigorosamente. Entre muitos bons homens praticantes da Cavalaria, *Sir* John Chandos destacou-se naquela batalha [*atuando na vanguarda*], pois ele tinha em seu séquito 1200 cavaleiros de alta estirpe[1080] e 1000 homens a cavalo[1081]. Também estavam presentes *Sir* William Beauchamp, filho do conde de Warwick; o senhor Hugh Hastings, senhor de Neville; Rais, um bretão senhor de Aubterré, em companhia de muitos outros gascões: *Sir* Ralf Hastings, *Sir* Thomas Felton, *Sir* Robert Knolles, *Sir* Hugh Courtney, *Sir* Philip Courtney, *Sir* John Trevet, [*Matthew de Gournay, da companhia*[1082] *do conde de Somerset*] e muitos outros notáveis da cavalaria Inglaterra. Juntos, atravessaram as altas montanhas dos Pirineus próximos a Roncesvalles, no

---

[1078] O cronista anônimo de Canterbury relata a chegada do monarca francês à Londres, onde um desfile foi realizado por várias ruas da cidade, levando os expectadores "a grande regozijo". **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 35.

[1079] Há esse lapso entre denominar a mesma quantia de dinheiro como escudos e depois como coroas no original.

[1080] No original, "*penon*" refere-se a um tipo de estandarte alongado e estreito fixado a uma lança, com marcas e símbolos que permitiam distinguir a seus portadores, os quais geralmente eram os chamados *knight bachelors* (cavaleiros recém sagrados de altas famílias aristocráticas). Verbete *penon*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED32856. Acesso em: 19 jun. 2018.

[1081] No original "*horsmen*", empregado para marcar uma diferenciação com aqueles apontados na nota anterior por não serem sagrados cavaleiros. Em geral, mesmo arqueiros poderiam empregar cavalos para o transporte, assim como outras categorias de guerreiros sem o título cavaleiresco também utilizavam-no como meio de combate.

[1082] O termo original "*comitatus"* refere-se a acompanhantes próximos, ou mesmo membros do séquito, de um determinado senhor. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases.** Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 80.

território de Pamplona, partindo da cidade de Bordeaux rumo à Espanha. Lá *Sir* Bartholomew Clekyn, representante do rei francês, foi feito prisioneiro de guerra, junto ao marechal da França, o Basco, e muitos outros nobres notáveis. A supramencionada batalha de Nájera ocorreu no ano de Cristo de 1366[1083], no terceiro dia de abril.

CAPÍTULO 10

Como o rei Henrique V conquistou [*a Normandia e a França*]

É preciso mencionar como em seu tempo o nobre príncipe Henrique V, em um espaço de sete anos e 20 dias, veio, por meio de prolongados cercos, [*a triunfar sobre a cidade de Harfleur em 15 dias, nomeando a seu tio, Thomas Beaufort, então conde de Dorset, como capitão. Aquele conde, por sua vez, nomeou seu representante Sir John Fastolf, cavaleiro, e concedeu-lhe a chefia de 1500 soldados[1084]; estes, junto ao barão de Carew, que contava com 33 cavaleiros, continuamente defenderam aquela cidade contra o poderio da França pelo período de um ano e meio após a partida de Henrique V.[1085] Tal cidade foi cercada pelos contendores franceses tanto por terra como por mar, sendo ali empregada uma grande força naval composta por carracas, galeões e navios da Espanha.*

Nesse entremeio, John, duque de Bedford, conde das marcas galesas e um de vossos mais nobres ancestrais, acompanhado por muitos outros nobres e com uma poderosa frota de navios, combateu e tomou muitas das carracas e navios atracados na foz do rio Sena antes de se dirigirem a Harfleur, ocasião onde vários homens vieram a fenecer, inclusive por afogamento. Logo depois, os suprimentos de Harfleur foram cortados, levando a uma situação de grande carestia, ao ponto da cabeça de uma reles

---

[1083] O ano correto de sua realização é 1367. Sobre a batalha de Nájera e a atuação inglesa nos conflitos ibéricos, cf. SUMPTION, J. **The hundred years war:** trial by fire. London: Faber and Faber, 1999, p. 540-591.

[1084] O termo "soldado" (*soudeour*) já era amplamente empregado durante o século XV, porém sem a conotação de um indivíduo pertencente a forças armadas permanentes, algo que viria a ser efetivado somente após as ordenações de Carlos VII em 1449 e é considerado um estágio embrionário das forças marvóticas da Era Moderna. Não obstante, as categorizações presentes na Inglaterra dos séculos XIV – XV indicam que havia um desejo mais forte de se estabelecer as divisões hierárquicas entre membros da aristocracia e em relação a outros combatentes de fora dessa esfera. Cf. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013; WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006, p. 90-91.

[1085] A denominação Carew ainda se faz presente para aquela localidade. Quanto ao evento narrado, é possível comparar suas similaridades com aquela realizada na *Gesta Henrici Quinti.* **GESTA HENRICI QUINTI.** The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 119-121.

vaca ser vendida por 15 xelins e oito dinários, enquanto a língua era negociada por 40 dinários, fato esse que contribuiu para a morte de mais de 500 soldados ingleses, em decorrência da falta de mantimentos.

Quanto à segunda expedição, ela foi realizada anteriormente à época do mencionado John, conde de Huntington, ter sido agraciado com a patente de almirante das novas forças destinadas a resgatarem Harfleur. Aquele cerco foi renovado por grandes navios e carracas dos contendores franceses, [os quais] foram combatidos e sobrepujados através de uma luta vigorosa.

Dessa maneira, foi possível fornecer mantimentos a Harfleur em um momento em que o duque de Dorset estava na Inglaterra para acompanhar de perto a vinda do imperador Sigismundo[1086]*. Eu menciono brevemente tal incidente com a finalidade de que não sejam esquecidas como duas vigorosas batalhas marítimas vieram a ser travadas dentro do espaço de um ano e meio, e como a cidade de Harfleur foi defendida e mantida contra o poderio da França, que a cercou naqueles tempos. Além disso, com o intento de vigiá-la e guardá-la nas noites de inverno, ouvi Sir John Fastolf dizer que cada homem responsável pelo patrulhamento e vigia conduzia um cão de caça*[1087] *amarrado a uma corda*[1088] *para latir e alertar, caso algum inimigo se aproximasse dos fossos ou mesmo da cidade com a intenção de escalar suas muralhas.*

O príncipe Henrique V], após travar muitas batalhas a grande custo para seus súditos, conquistou [*a cidade de Harfleur*], assim como o ducado da Normandia e, posteriormente, o reino da França. Ambos foram subjugados, graças a seus grandes atos de bravura e também com o auxílio do poderio de seus nobres senhores e dos comuns, fazendo assim com que o vigoroso poder real da França fosse curvado através de cercos prolongados, ocorridos tanto em sua primeira expedição a Harfleur como naquela segunda, onde ele vigorosamente cercou Caen e as cidades de Rouen, Falaise[1089], Argentan, Maunt, Vernon, Melun, Meaux, Embry, e muitos outros castelos, fortalezas e cidades de maior e de menor porte; algo que não pretendo relatar para não me estender.

[1086] Sigismundo foi uma das figuras centrais para o fim do Grande Cisma da Igreja Católica do Ocidente. Visitou as cortes da Borgonha, França e, em 1416, a da Inglaterra, pretendendo assim angariar apoio para a unificação da Igreja, ocorrida dois anos depois. Cf. DREES, C.J. (Ed). **The late medieval age of crisis and renewal, 1300 – 1500:** a biographical dictionary. London: Greenwood Press, 2001. p. 102; 449.

[1087] Verbete "*Mastif*". **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED27036. Acesso em: 15 jun. 2019.

[1088] Verbete lĕs(se. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/m/middle-englishdictionary/dictionary?utf8=%E2%9C%93&search_field=hnf&q=lies. Acesso em: 15 jun. 2019.

[1089] John Fastolf liderou o cerco a essa localidade em 1417.

Ele também travou grandes combates marítimos contra um bom número de enormes carracas e navios que cercaram Harfleur após a mesma permanecer sob domínio inglês.

Além disso, ele obteve uma grande vitória na batalha de Agincourt no ano de Cristo de 1415, em sua primeira expedição, onde muitos duques, condes, senhores e cavaleiros foram mortos e feitos prisioneiros; de forma que, ainda hoje, isso permanece na lembrança dos homens daquela época que se encontram vivos.[1090] Após esses eventos, o monarca casou-se com a filha do rei francês, Carlos VI, e, em função dessa aliança, grande parte do reino da França foi entregue à sua autoridade.

Essa nobre conquista permaneceu sob o jugo da nação inglesa por 35 anos contínuos e assim foi mantida pelo poder régio. Fundamentalmente, em seu princípio, tal fato deu-se devido ao {empenho} do nobre e afamado príncipe John, duque de Bedford, regente e governante do reino da França por 13 anos. Esse, contando com o auxílio e poder dos nobres senhores desta terra, foi-lhe possível zelar tanto pelo seu reino da França como pelo ducado da Normandia, subjugando os inimigos e mantendo-os à distância.

CAPÍTULO 11

Como nos tempos de John, duque de Bedford, o conde de Salisbury, seu representante, sagrou-se vitorioso na batalha de Cravant

Conforme registram as evidências, no primeiro ano do reinado de Henrique VI, o tio do monarca tomou sobre si a responsabilidade e a designação de regente do reino da França, e aqui se faz menção ao fato de que ele se sagrou vitorioso na batalha de Cravant.[1091] Naquele tempo, Thomas Montagu, nobre conde de Salisbury, além do conde de Suffolk e do senhor Willoughby[1092], marechal da Borgonha, juntos a uma grande força também composta pela hoste de Filipe da Borgonha, apoiou o grupo de contendores sob as ordens de John, regente da França e duque de Bedford, o qual igualmente contava com

[1090] A batalha de Agincourt foi amplamente comemorada por um número significativo de registros cronísticos, tanto na Inglaterra como na França e em regiões subjacentes. Para uma discussão sobre tais registros, cf: CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000.

[1091] A batalha de Cravant ocorreu em 31 de julho de 1423 nas cercanias daquela cidade borgonhesa, impedindo o avanço das forças leais ao delfim em direção à Paris. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 104-105.

[1092] Robert, conhecido como o senhor Willougby, iniciou sua carreira militar por volta de 1412 junto ao duque de Clarence, chegando a ser encarregado de capitanear Paris em 1435. Ele foi um dos muitos indivíduos cujos laços familiares compeliam seus membros a tomarem as armas nas guerras encabeçadas pelos monarcas ingleses. ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415-1450:** the history of a medieval occupation. Oxford: Claredon Press, 1983, p. 248-249; **A PARISIAN JOURNAL, 1405-1449.** Translated by Janet Shirley. Oxford: Claredon Press, 1968, p. 296.

o auxílio dos probos súditos desta terra. Dessa maneira, sobrepujaram os inimigos que, reunidos, chegavam a um número estimado de 9 mil franceses e escoceses na batalha de Cravant, ocorrida no ducado da Borgonha. Ali, foram mortos 4 mil inimigos, além de outros 2 mil terem sido feitos prisioneiros, dos quais grande parte eram escoceses, sendo que o conde de Buchan era seu capitão. Aquele último, pouco tempo antes, foi responsável pela malsucedida campanha {inglesa} em Baugé, onde o famoso e vitorioso cavaleiro Thomas, duque de Clarence, vosso primo de primeiro grau, foi morto enquanto, na liderança de uma pequena companhia, combatia pelo direito do monarca à Coroa da França.[1093]

Naquela ocasião, junto a muitos outros senhores nobres, barões, cavaleiros e escudeiros da Inglaterra, eles enfrentaram um número muito maior de escoceses que lhes atacaram no campo de batalha, e nunca antes havia se observado tão grande derrota de senhores e de homens de sangue nobre. Conforme foi relatado, cerca de 250 cotas de malha[1094] foram mortos e feitos prisioneiros pelos escoceses que lutavam junto aos contendores franceses, muito embora Deus, em sua infinita bondade, logo após a mencionada batalha de Cravant e aquela outra em Verneuil, lançou sua punição contra os escoceses por sua vingativa crueldade e por causarem a morte do vitorioso príncipe, o duque de Clarence, e de outros nobres senhores e cavaleiros que o acompanhavam.

[1093] Em 22 de março de 1421, um exército franco-escocês derrotou um pequeno destacamento inglês próximo ao vilarejo de Baugé. Tal fato por si só já seria meritório de registro por se tratar de uma das poucas derrotas inglesas até então no campo de batalha, porém, como destacou William Worcester, o evento foi marcado pela morte do duque de Clarence, o qual fazia parte da linha sucessória ao trono inglês. Milner, 2006, p. 484-507.

[1094] Esse tipo de proteção corporal, que poderia ou não envolver os membros superiores e a cabeça, recebeu diversos nomes desde ao menos o século XI. Independentemente de seu formato ou terminologia, aquele era um um tipo de material custoso, indicando certo nível de nobreza, conforme indica o fato de que aqueles que o usavam na ocasião descrita por William Worcester foram feitos prisioneiros e não executados logo após a batalha. Dessa forma, pode-se inferir que seriam homens sem sagração cavaleiresca, mas ainda assim como prestigio e dinheiro o suficiente para usar tal material, como os escudeiros e, além disso, pode também ser um termo genérico, na mesma medida que *men at arms* englobava uma ampla gama de guerreiros. Um breve levantamento e histórico sobre a existência desse tipo de material sob a guarda da Torre de Londres indica que na segunda metade do século XIV esse tipo de indumentária, junto a outras que compunham o conjunto defensivo de soldados ordinários, passaram a ser produzidos e estocados com maior frequência a mando da Coroa, política essa que parece ter perdurado até meados da centúria posterior. CONTAMINE, P. **War in the middle ages.** Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 184-188. RICHARDSON, R.T. **The medieval inventories of the Tower armouries**, 1320-1410. 374f. Tese (Doutorado) – University of York, York, 2012, p. 31-50.

CAPÍTULO 12

Como John, duque de Bedford, envolveu-se pessoalmente na batalha de Verneuil

Nessa mesma época, pouco após Cravant, no vigésimo sétimo dia de agosto do ano de Cristo de 1423, terceiro do reinado de Henrique VI, o duque John Bedford obteve uma grande vitória na batalha de Verneuil em Perche, onde aniquilou seus adversários da França e da Escócia. Ali, John, autointitulado duque de Alençon, representante dos contendores franceses, foi feito prisioneiro da mesma forma que o supramencionado conde Buchan da Escócia. {Este último, o qual também era} marechal da França e foi responsável pelo decesso do nobre príncipe Thomas, duque de Clarence, acabou derrotado e morto.[1095] Além dele, também morreram o conde de Douglas, sagrado duque de Touraine, assim como seu filho e herdeiro, os quais estiveram no campo de batalha de Shrewsbury[1096] contra o rei Henrique IV e, em outra ocasião, lutando contra John, duque de Bedford, em Homildon Hill[1097], na Escócia, junto a muitos outros grandes senhores franceses que também pereceram ou foram feitos prisioneiros.

CAPÍTULO 13

Como foram rendidas grandes partes do condado de Maine, além da cidade de Le Mans e muitos outros castelos

Não muito tempo depois para além do que foi relatado, a cidade de Le Mans, vossa antiga herança no condado de Maine, foi conquistada e subjugada pelo regente, o duque

[1095] Desastrosa para aqueles adversários, provou-se ainda pior para os escoceses que os auxiliavam, pois tamanho foi seu desbarate a ponto de não voltarem a ter uma participação efetiva no continente até o final da Guerra dos Cem Anos.
[1096] Contanto com o apoio de vários membros da alta nobiliarquia reinol, Henrique de Lancaster destronou Ricardo II e veio a intitular-se Henrique IV. Como parte das promessas realizadas para o apoio recebido naquele período, estava a cessão de terras ou pagamentos vultuosos, o que em pouco tempo levou a Coroa a endividar-se e a ficar impossibilitada de quitar tais débitos. Um desses nobres, Henry Percy, rebelou-se, levando o monarca a mobilizar suas tropas para combate-lo. Em 1403, Henry Percy e seus aliados foram derrotados na batalha de Shrewsbury, onde foi morto e os outros líderes capturados. SUMPTION, J. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. p. 112-115.
[1097] Sobre essa batalha, cf. NEILLANDS, R. **The hundred years war.** London: Routledge, 2001. p. 192.

de Bedford, com auxílio do poderio dos senhores e de outros que lhe prestaram auxílio[1098] [*o conde de Salisbury, {Thomas}, lord Scales, John Fastolf, Sir John Popham, Sir N. Mongomery[1099], Sir William Oldhall, todos cavaleiros, e muitos outros nobres de valor*]. Desde então, o condado de Maine passou a prestar auxílio em dinheiro, no valor de 1200 libras, com a finalidade de dar suporte e amparo às guerras na França, bem como socorro dos súditos obedientes ao rei que executaram atividades marciais para avançar aquela conquista.

Não obstante, o regente da França, com a força de seu sangue nobre e a de seus senhores, sagrou-se vitorioso no campo de batalha, na supramencionada batalha de Verneuil, em Perche, onde se reuniram 4000 guerreiros sob as ordens dos contendores franceses e lá, John, autointitulado duque de Alençon e representante de Carlos VII, a quem se denominava rei da França, foi feito prisioneiro, junto a outros senhores, barões, cavaleiros e outros nobres de valor. O pagamento do resgate somente daquele primeiro foi de 1160 *salux* junto ao regente, o duque de Bedford, sem mencionar outros custos e obrigações, algo que, ao fim e ao cabo, veio a ser de grande auxílio à conquista. Essa batalha ocorreu no ano de 1424 da era de Cristo[1100], terceiro do reinado de Henrique VI.

[1098] A princípio a informação de William Worcester não parece de todo correta. Le Mans foi tomada em 1425, pouco tempo após a batalha de Verneuil, ocorrida no ano anterior, "a mando do regente". Entretanto, ela foi retomada por apoiadores do delfim em 1428 quando estava sob o governo de John Talbot, o qual conseguiu expulsá-los pouco tempo depois. Neillands argumenta que a cidade foi tomada pelo duque de Salisbury, em conformidade com o relato de William Worcester, o qual menciona sua presença dentre os participantes. **A PARISIAN JOURNAL, 1405-1449.** Translated by Janet Shirley. Oxford: Claredon Press, 1968, p. 204; 223-224; NEILLANDS, R. **The hundred years war.** London: Routledge, 2001, p. 250.

[1099] Quanto aos companheiros de armas de John Fastolf naquela expedição, N. Mongomery e John Popham tem as identidades mais obscuras. Aplicando o critério de busca para aqueles nomes a partir da batalha de Verneuil, isso é, 1424, o "*Medieval Soldier Database*" indica a existência de um John Montgomery, servindo como arqueiro em 1417 e atuando como cavaleiro ao início da década de 1430, ao passo em que há menção a um Nicholas Montgomery, porém o mesmo serviu em 1394. Não é impossível, entretanto, que se trate do mesmo indivíduo, pois, embora não fosse comum, era possível contar com homens de idade avançada nas hostes inglesas. Quanto a John Popham, o mesmo teria iniciado como um "*men-at-arms"* em 1415 e encerrado suas atividades em 1434. Se partirmos da pressuposição de que todos os registros para aqueles nomes se refiram, respectivamente, apenas aqueles dois guerreiros, é possível que tenham sido homens que, assim como John Fastolf, ascenderam hierarquicamente em função de seu desempenho marcial.

[1100] Ao longo do tratado, William Worcester recorre à repetição de certas passagens. Isso pode ser um erro durante o seu processo de composição e revisão, mas também é possível conceber que se trate de uma estratégia mnemônica para a fixação de determinados nomes e eventos caso o texto fosse lido em voz alta para as cortes, por exemplo.

CAPÍTULO 14

Como Henrique VI foi coroado rei graças ao poderio dos grandes senhores

Um grande ato para ser lembrado e, portanto, digno de registro por meio da escrita, foi vossa[1101] coroação como rei da França na nobre cidade de Paris, no ano de Cristo de 1429, nono de vosso reinado, em uma esplêndida solenidade, que contou com a presença dos senhores espirituais e temporais. Ali, foi apoiado pela grande força e poderio, tanto em bens como em riquezas, de vosso ilustre tio Henry, cardeal da Inglaterra e bispo de Winchester, e, da mesma maneira, com a grande força e poderio de vosso tio John, regente do reino da França e duque de Bedford. Ambos estiveram presentes naquela ocasião em que demonstraram a disposição em levar a cabo responsabilidades no sentido de resistirem ao grande inimigo da França, que se denominava delfim, sob seus próprios custos.[1102] Desde que o reino da Inglaterra começou a ser habitado, nunca, em situação similar, se viu um ato digno de tanto valor ser realizado, e por isso o renome advindo daquela coroação espraiou-se por todos os reinos cristãos.

Ó príncipe, mui nobre e cristão, apesar das grandes batalhas e conquistas realizadas naquele reino pelo famoso rei e cavaleiro Eduardo III, ele nunca alcançou honras tão excelsas senão pela valentia dos ingleses[1103], os quais, por meio da bravura, elevaram-no. E por isso governou de maneira tão nobre, como fora brevemente historiado e especificado anteriormente, juntamente a outros membros da nobiliarquia, os quais foram audazes e valentes antepassados, em várias regiões, especialmente na França, Normandia e nos ducados da Gasconha e da Guiena. {No entanto}, tal governo foi subitamente obstruído por conta da usurpação perpetrada contra toda a retidão e a Cavalaria.

Dessa forma, a fim de reparar tal intrusão inadequada lançada contra vós, protegei-vos, animai-vos e fortificai-vos contra o poderio de vossos adversários da França. Agora é o momento para vestir vossa armadura em defesa contra vossos inimigos, com as cotas

---

[1101] Aqui, William Worcester refere-se a Henrique VI, porém não alterou o pronome de tratamento ao presentear Eduardo IV.

[1102] Uma prática comum era a de que indivíduos com mais posses desempenhassem suas funções marciais com seus próprios recursos pecuniários para bancar todas as etapas da campanha. Quando finalizada, os mesmos poderiam solicitar o ressarcimento do monarca. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 9.

[1103] Isso é, mesmo tendo sido um dos monarcas mais destacados pelos seus feitos marciais durante a Guerra dos Cem Anos, nem mesmo ele foi capaz de levar a cabo o pleito pela coroa francesa, cabendo a Henrique VI ser o único rei inglês a efetivá-lo em função dos êxitos de seu pai, asseverados pelo tratado de Troyes em 1420.

de malha do destemor de vossos antecessores, mantendo a lembrança das conquistas vitoriosas de vossos nobres predecessores, cujas vestes {de combate} foram testemunhadas por muito mais histórias, crônicas e escritos do que esse meu humilde esforço, o qual é insuficiente no oferecimento de relatos detalhados por meio desta breve epístola.

CAPÍTULO 15

Sobre a nobreza de Heitor e de outros poderosos reis da Grécia

Permitam que seja trazida à memória a necessidade de seguir os passos da reputação e da nobre coragem adquiridas por meio dos poderosos feitos de armas do valente cavaleiro Heitor de Tróia [*do qual vossa nobreza ascende*][1104], os quais foram levados a cabo no cerco daquela cidade em prol da lembrança perpétua da Cavalaria. Igualmente é preciso retomar os feitos de armas de Agamenon, o audaz rei da Grécia, que, através de uma guerra cruel e feroz contra os troianos, foi capaz de conquistar aquela cidade em um período de dez anos.

Similarmente, é preciso lembrar-se do famoso cavaleiro Ulisses, o qual despendeu todos os seus dias em realizações marciais, bem como das doze audazes expedições marciais e feitos aventureiros que Hércules realizou, como é ilustrado e mencionado no sétimo verso do quinto livro de Boécio, afastando-se de prazeres voluptuosos e luxuriosos, e estando sujeito a grandes tarefas através das quais pôde conquistar renome e reverência.[1105] Embora as doze expedições marciais de Hércules sejam impossíveis de serem realizadas e empreendidas por qualquer mortal [*por serem apenas uma poesia*], {onde ocorrem atos}, como arrancar a pele de um leão ameaçador em pé sobre duas

[1104] Assim como outros reinos da Cristandade, ingleses e franceses pleiteavam que seus monarcas descendiam dos sobreviventes de Tróia. DESMOND, M.R. Reading and visuality in Stephen Scrope's translatio of Christine de Pizan's 'Epistre Othea'. In: GERTSMAN, E.; STEVENSON, J. (Eds). **Thresholds of medieval visual culture:** liminal spaces. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2012. p. 97.

[1105] Essa passagem faz menção ao final do livro IV na edição empregada para consulta desta tradução. Cf. BOETHIUS. **Tractates, de consolationi philosophiae.** Translated by H. F. STEWART and E.K. Rand. London: Heinemann, 1968. p. 361-363.

patas[1106], lutar e derrotar os gigantes Anteu e Polifemo[1107], matar a serpente chamada de Hidra, domar a altiva besta chamada de Centauro, que é metade homem e metade fera, e muitos outros maravilhosos feitos a ele atribuídos por meio da escrita; todas foram compostas em poesia a fim de encorajar e inspirar confiança em todos os outros nobres homens de nascimento a serem vitoriosos nas expedições de armas. Dessa maneira, concluindo, não há poder, audácia ou força que, mesmo empreendidos de forma bravia [*e com prudência*], possam resistir e opor-se aos grandes atos de grande valor.[1108]

CAPÍTULO 16

Como um conquistador deve empregar especialmente três coisas

Vegécio, em seu *Livro da Cavalaria*, aconselha que um conquistador deva empregar especialmente três coisas utilizadas pelos romanos, as quais fizeram com que, durante aqueles tempos, tenham se sagrado vitoriosos sobre seus inimigos. A saber, a primeira delas era a ciência, pela qual se deve compreender a prudência, a ser observada antes que se possa desfrutar do alívio trazido pelo sucesso frente às adversidades; a segunda é o exercício e a prática constante dos feitos de armas; e a terceira é o amor natural que um príncipe deve ter para com seu povo, pois executar essa proba diligência é benéfico para o bem comum. Tal ato deve ser entendido como a realização da justiça proporcional, pois isso os mantém em tranquilidade e em paz entre si.

CAPÍTULO 17

Como homens de nobreza devem se apartar das sensualidades e dos deleites

Não se deixem mais afligir, tolerar tibiezas[1109] e nem ajam de modo vil, deixando-se levar por certas sensualidades e deleites ociosos, pois o *"Alexandreis"* de Walter {de

[1106] Na heráldica, o termo se refere a um quadrupede em pé, como o simbolo heráldico da coroa escocesa é justamente o "*lion rampante*", expressão originalmente empregada por William Worcester.
[1107] Ambos eram gigantes filhos de Poseidon. Enquanto que o o primeiro foi derrotado por Hércules, segundo a Farsália de Lucano, o segundo foi sobrepujado por Odisseu na Ilíada. Em ambos os casos, o elemento moralizador recai sobre o fato de que os gigantes são superados não apenas pelo emprego da força física, porém, sobretudo, pela a inteligência e a experiência para lidar com adversidades, ponto em consonância ao argumento central de William Worcester.
[1108] Essa passagem é obscura, mas provavelmente ela se refere ao fato de que mesmo que os franceses estivessem lutando de forma corajosa, não seriam capazes de fazer frente aos ingleses pois esses tinham maior justiça em suas ações.
[1109] No sentido de debilidade moral, tornar-se fraco (frente ao contexto de derrotas para os franceses).

Chantillon}[1110] menciona que os deleites voluptuosos são contrários ao exercício contínuo das armas. Logo, a partir do exemplo do javali que não conhecia sua força até ser perseguido e ver seu próprio sangue, peleje encorajando seu coração valente à guerra, e sua força será despertada e revivida novamente, colérica, furiosa e bravia como a de um leão, direcionada contra todas as nações que sem pleitos a quaisquer direitos os apartam de vossa herança legítima. E o que é mais sagrado, imaculado ou justo do que realizar a guerra contra as transgressões e danos causados por vosso adversário em detrimento de vosso título legítimo, uma vez que não são concebíveis outros meios para se alcançar a paz? Logo, ao se considerar, a partir dessa breve declaração, que vossos direitos e títulos a aquele reino e regiões são notórios: [...][1111]

CAPÍTULO 18

Aqui é feita uma breve menção ao primeiro título da Normandia, e como o mesmo deve ser exercido livremente {em detrimento da submissão à Coroa francesa}

Vosso antigo direito e pleito ao ducado da Normandia é conhecido por toda a Cristandade, e está muito bem registrado em livros dignos de confiança, como velhas crônicas e histórias que atestam a ascendência de William, o Conquistador, e do duque

[1110] No original "*Walter Malexander"*, uma possível referência ao *Alexandreis* de Walter de Châtillon, composta no século XII. É sabido que manuscritos daquele tratado foram produzidos na Inglaterra desde o início do século XIII, bem como sábios ligados à universidade de Oxford, onde William Worcester realizou seu treinamento letrado, compuseram antologias com textos diversos na segunda metade do Quatrocentos, dentre os quais figuravam a referida obra. É preciso destacar, ainda, o interesse de William Worcester no conhecimento dos feitos do rei Alexandre, o qual ocupa boa parte do *Dicts and Sayings of the Philosophers*, cuja tradução realizada por Stephen Scrope contou com sua participação. No entanto, é preciso ressaltar que a tradução daquele último texto, assim como as outras produzidas na Inglaterra do XV, advém daquela realizada na França dos *Dits Moraulx* por Guillaume de Tignonville, possivelmente antes de 1402, e não do texto de Walter de Châtillon. Seja como for, é fundamental denotar a proximidade entre os preceitos morais indicados por aquele letrado a respeito do decaimento do corpo guerreiro em função das paixões ligadas ao sexo e ao vinho e a preocupação de William Worcester a respeito dos prazeres voluptuosos. BRIDGES, V. Reading Walter of Châtillon's *Alexandreis* in medieval anthologies. 2015. p. 1-21.; BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. XI-XVII.; CAUDREY, P. William Worcester, The Boke of Noblesse, and military society in East Anglia. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, v. 52, 2008, p. 192.; CLARK, J.G. University monks in late medieval England. In: FERZOCO, G.; MUESSIG, C. (Eds.). **Medieval monastic education.** London; New York: Leicester University Press, 2000. p. 67.

[1111] Como mencionado anteriormente, a divisão em capítulos foi realizada por John Gough Nichols para ordenar com maior rigor a leitura do tratado. Entretanto, no manuscrito os títulos não se separam do corpo do texto, sendo realçados apenas por marcações com símbolos em tons avermelhados e pela técnica de sublinhar suas palavras. Assim, a leitura deve ser realizada pela conjunção da última frase com o título do capítulo posterior da seguinte maneira: "Logo, ao se considerar a partir dessa breve declaração que seus direitos e títulos a aquele reino e regiões são notórios, aqui é feita uma breve menção ao primeiro título da Normandia, e como o mesmo deve ser exercido livremente".

Rolo, o qual foi cristianizado e nomeado Roberto. Aquele último saiu da Dinamarca por volta do ano de Cristo 912, e foi o legítimo duque da Normandia por mercê de Carlos, o Simples[1112], rei da França, o qual casou sua filha com Rolo e entregou-lhe o mencionado ducado. Posteriormente, Ricardo, duque da Normandia, no ano de 945 da era de Cristo, em batalha ante a cidade de Rouen aprisionou Luís, rei da França, o qual renunciou àquele ducado em nome de Ricardo e de seus sucessores para que o governassem livremente sob seu poder e proteção, sem o questionamento de ninguém, senão o de Deus, como foi mencionado anteriormente do que foi visto e lido.[1113]

Posteriormente, William, o Conquistador, tornou-se rei da Inglaterra, do qual vossa majestade e seus nobres progenitores ascendem e recebem o título de monarca há 535 anos[1114], detendo {como prova} as armas {heráldicas}, "campo avermelhado com dois leopardos dourados", em razão do título da Normandia.[1115]

CAPÍTULO 19

Há quanto tempo o rei detém o título e os direitos de herança de Anjou e Maine

No que diz respeito a vossa outra herança, concernente tanto aos vossos direitos como aos de vossos progenitores sobre o ducado de Anjou e os condados de Maine e Touraine, é notoriamente sabido entre todos os príncipes cristãos, e também através de escritos que indubitavelmente atestam que a senhora Matilda, filha e única herdeira do poderoso rei Henrique I, casou-se com o imperador germânico. Após o fenecimento daquele último, ela, então imperatriz, casou-se no ano de 1127 da era de Cristo com Geoffrey Plantageneta, filho de Fulk, rei de Jerusalém, o qual era conde de Anjou, Maine e Touraine, e daquele enlace resultou o nascimento do ilustre e renomado monarca Henrique II, o qual, em função dos direitos de sua mãe, herdou a coroa da Inglaterra e o ducado da Normandia.

Já a respeito dos direitos de seu pai, Geoffrey Plantageneta recebeu-os de forma ininterrupta, inconteste e sem quaisquer disputas de pleito os condados de Anjou, Maine

[1112] Carlos III foi rei da França entre 893-922 e da Lotaríngia entre 911 até 919/23.
[1113] William Worcester menciona anteriormente a chegada dos Normandos, porém aqui há o acréscimo de novas informações, permitindo-nos pensar que o letrado tenha planejado incluir dados suplementares em uma versão futura. Na passagem em questão, ele pretende dizer que isso foi dito e lido em outros tempos e está atestando aqui tal informação.
[1114] Essa data está incorreta em relação a 1066, porém se aproxima do reinado de Rolo.
[1115] No original "*feelde of gulis two libardis of golde*".

e Touraine, os quais permaneceram sob domínio inglês por 347 anos. *[Os nobres atos dos ditos condes de Anjou, assim como suas linhagens genealógicas foram notavelmente registradas em crônicas chamadas de "*Ymago historiarum" *pelo mestre Ralf de Diceto, decano de São Paulo à época de São Tomás da Cantuária.*[1116] *Assim, os exércitos dos nobres condes seriam reverenciados por suas bravuras, permitindo-lhes sagrarem-se como reis de Jerusalém. Vossa alteza descende da linhagem masculina, isso é, de Geoffrey Plantageneta, conde de Anjou, ao passo que o condado de Maine foi unificado por meio de casamento ao condado de Anjou, entretanto, seria muito prolixo escrever sobre isso].*

CAPÍTULO 20

Aqui se faz menção ao título da Gasconha e da Guiena, e como há muito tempo tiveram sua posse transferida

Deve-se rememorar vossa antiga herança e justo título aos ducados da Gasconha e da Guiena, com as regiões, baronias e direitos senhoriais[1117] que vos pertencem. Assim se faz saber, por meio de conhecimentos corretamente adquiridos através de ilustres registros ordenados em várias crônicas, bem como em muitos outros livros historiados por autoridades, que, por volta do ano de 1307 da era de Cristo, William, duque da Guiena, morreu, sem deixar um herdeiro masculino, durante a viagem que realizava a Santiago {de Compostela}[1118], tendo duas filhas e herdeiras, chamadas de Eleonora e Alice. O rei Luís da França, em sua juventude, com o consentimento de seu pai Luís, o Gordo, desposou Eleonora, a qual havia herdado todo o condado.

[1116] Ralf de Diceto (1120/30 – 1201) foi um eclesiástico ligado à igreja de São Paulo, em Londres. Seus dois principais escritos são a *Abbreviationes Chronicorum* e o *Ymagines Historiarum.* Aquela última obra, mencionada por William Worcester, é uma crônica universal que trata da criação do mundo até meados de 1148 a partir de uma espécie de resumos compilados de uma boa variedade de outras fontes. Uma breve biografia e discussão acerca de seus escritos encontra-se em: GRANSDEN, A. **Historical writing in England I**: c. 550 – 1307. London: Routledge, 2000. p. 230 – 236.

[1117] Os responsáveis pelo governo de uma determinada região exerciam amplos direitos sobre a aplicação da lei e da justiça sobre aqueles hierarquicamente inferiores. Para uma discussão mais detalhada sobre o tema na Inglaterra do tardo medievo, cf. DAVIES, R.R. **Lords and lordship in the British isles in the late middle ages.** Edited by Brendan Smith. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 158-170.

[1118] JONES, W.; RUSSELL, W. **The History of Modern Europe**: with a view of the progress of society from the rise of the modern kingdoms to the Peace of Paris, in 1763. New York: Derby & Jackson, 1857. p. 156.

Após o rei Luís alcançar a maioridade[1119], os arcebispos de Sens, Reims, Rouen e de Bordeaux, junto a outros barões, informaram ao dito rei Luís que Eleonora possuía parentesco de sangue tão próximo ao seu que ele não poderia, licitamente aos olhos da Igreja, mantê-la como esposa e, portanto, sob o aconselhamento dos mesmos, ambos se separaram legalmente, e Luís casou-se com Constança, filha do rei da Espanha. Eleonora, duquesa da Gasconha e da Guiena, por sua vez, dirigiu-se para Bordeaux. Então o supramencionado Henrique II da Inglaterra, que era filho e herdeiro do conde de Anjou, casou-se com ela por volta do ano de Cristo 1146, tornando-se duque da Gasconha e da Guiena, assim como seus herdeiros depois dele, de quem vossa majestade descende.

A partir daquele dia, Henrique II integrou a seu brasão de armas o leopardo de ouro, similar àqueles outros dois leopardos que já portava como duque da Normandia.[1120] Dessa forma, pelos direitos adquiridos através de sua mãe, a imperatriz Matilda, ele era rei da Inglaterra e duque da Normandia e, pelos direitos adquiridos através de seu pai, Geoffrey Plantageneta, era conde de Anjou, Maine e Touraine; pelos direitos de sua esposa, a senhora Eleonora, era duque da Guiena, o qual, junto ao ducado da Gasconha, tem estado em posse contínua de seus nobres progenitores há 328 anos completos, até que, por meio da intrusão de vosso adversário Carlos VII da França, foi privado da posse daquelas regiões no mês de junho do ano 1451 da era de Cristo[1121], da mesma forma que ele o fez também com sua herança da França, Normandia e do condado de Maine, através das sombras da dissimulada alegação de trégua, agindo assim contra toda a honra e probidade da Cavalaria.

CAPÍTULO 21

Como o historiador continua a proceder em seu discurso de admoestação

Parece-me apropriado que todas as nações cristãs se engajem em batalhas se assim for necessário, e esse será o caso se a vossa herança não puder ser recuperada pelo correto

[1119] A maioridade aqui era entendida no sentido da capacidade de tomar decisões sem a necessidade da anuência de pais, conselheiros ou quaisquer outros anteriormente responsáveis. Entendia-se que aos 14 anos era possível engajar-se na guerra, e mesmo antes, por volta dos 7, algumas responsabilidades concernentes à práticas educacionais eram atribuídas ao indivíduo. Para uma discussão sobre a tratadística que versou sobre o assunto no reino ingles, cf.: ORME, N. **From childhood to chivalry:** the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530. London; New York: Methuen, 1984. p. 6-43.

[1120] Aqui é apresentada uma explicação para a origem das armas inglesas.

[1121] Possivelmente aqui William Worcester direcionou o texto a Henrique VI e não revisou tal informação ao dirigir-se a Eduardo IV.

equilíbrio trazido pela paz. Assim, em nome de vossa defesa pela retomada do vosso reino da França, do ducado da Normandia e subsequentemente do ducado da Gasconha, que todos os príncipes cristãos venham a saber abertamente que aquela é vossa probíssima herança, a qual foi perdida por meios iníquos e que o combate é por sua salvação. Foi assim como escreveu [*o mestre Alain Chartier, também conhecido como Alain de Auriga, o qual foi secretário de Carlos {VI}, o Bem Amado, em seu livro "*Quadrilogue {Invectif}"[1122]*, composto no ano de 1422 da era de Cristo, sob tais termos: "contra Henrique V, denominado rei"*[1123]*, ao incitar os contendores adversários a travarem guerra contra o rei Henrique. Segundo*] disse o famoso e eloquente escritor Cícero em seu livro de retórica, dado que um homem provê o seu sustento em uma região ou território, ele é impelido pela razão natural a defendê-lo; em uma mesma medida, tanto a lei natural como a lei imperial[1124], esta última sancionada pelo papa e pelo imperador, igualmente irão ceder e assentir.

Nesse mesmo sentido, Catão corroborou Cícero. Portanto, não tarda a tratar dessas grandes e inoportunas perdas resultantes de infortúnios, de grandes favores e da confiança depositada sobre vossos adversários; perdas essas a se abaterem sobre essa terra devido às dissimuladas alegações de trégua e de abstinência de guerra então acordadas em Tours entre Carlos VII, vosso adversário da França, e vosso predecessor Henrique VI. A isso

[1122] Trata-se da obra *Quadrilog Invectif*, ou, em tradução livre, "O diálogo invectivo entre quatro partes". Composto por volta de 1422 por Alain Chartier, naquele momento notário do então delfim e futuro monarca Carlos VII, ali é apresentada uma alegoria em que a França, representada sob forma humana, acusa a nobiliarquia, ou melhor, os desvios cometidos pela mesma, como as causas de suas desventuras. Além disso, um sem número de paralelos podem ser estabelecidos entre o momento vivido pela França após o Tratado de Troyes, dilacerada pelas dissenções entre alguns de seus duques mais poderosos e o delfim, e a Inglaterra após 1453, fragorosamente derrotada no conflito. Uma discussão pormenorizada sobre tais aproximações foi realizada por: NALL, C. William Worcester Reads Alain Chartier: Le Quadrilogue Invectif and its English readers. In: CAYLEY, E.; KINCH, A. (Eds.). **Chartier in Europe**. Cambridge, UK; Rochester, NY: D.S. Brewer, 2008. p. 135 – 147.

[1123] Era comum quando um escritor indicava dúvidas ou mesmo não aceitação de seu público alvo pretendido pelo título da figura abordada.

[1124] Maurice Keen argumenta que entre os séculos XIV e XV, não havia uma única base legal para a lei de armas, mas, ao invés disso, várias delas que se entrelaçavam a elementos como os costumes locais e a figura de autoridade da região onde a pretensa ilicitude teria ocorrido. Ao longo do período, juristas defendiam a existência de uma *jus gentium*, isso é, preceitos razoáveis e em comum que possibilitavam o governo das gentes pertencentes ou não à Cristandade, ao passo que o afunilamento das questões jurídicas exigiam a observação por outros tipos de códigos, como por exemplo aqueles voltados à proteção de mercadores, eclesiásticos ou mesmo para a punição de desvios cometidos em âmbito marcial. De qualquer forma, todas essas leis deveriam ser regidas, em última instância, pela *jus divinum* (autoridade divina) e pela *jus naturale* (razão natural). Essa discussão também foi realizada por Honore Bonet na "Árvore das Batalhas". BONET, H. **The tree of battles.** English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949, p. 125-126; KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965, p. 1-22.

ainda se soma o pouco tempo dedicado ao exercício e à prática da guerra, o que ocasiona a perda da coragem ou mesmo medo de iniciar uma nova retomada {das armas}.

Não mesmo! Que Deus nos proteja disso! Pois como disse o famoso poeta Ovídio, aquele que pauta a busca de boa fortuna pela desventura do próximo nunca será bem-sucedido. Walter de Chantillon[1125] concordou com tais dizeres, ao afirmar que a boa coragem do coração não deve ser aplacada, subjugada e nem reduzida em função da falta de prática e abandono das armas por um curto espaço de tempo, e nem por repentinos combates e ataques impulsivos, dos quais desventuras podem decorrer.

CAPÍTULO 22

Como um grande número de romanos foram aniquilados pelos cartagineses em razão do descuido com o exercício de armas

Ó, Deus todo piedoso! Quão terríveis foram as perdas dos romanos quando combateram contra os valentes homens de Cartago, pois, por descuido e negligência, deixaram de lado o exercício das armas, ainda que por pouco tempo. Contando com a participação de incontáveis homens nobres e corajosos, todo o poderio dos romanos foi reunido para a batalha, a qual, segundo dizem, teria sido travada entre o duque Caio {Terêncio Varrão}[1126] e Aníbal, príncipe de Cartago. A derrota do primeiro em Apúlia foi tamanha que os anéis de ouro tomados dos dedos dos cadáveres dos romanos, que eram homens dignos de exaltação e renome, foram avaliados e mensurados em 12 *quarters* ou mais; esses foram levados por Aníbal para Cartago como um sinal da vitória, segundo o relato realizado por Tito Lívio em seu livro de batalhas romanas.[1127]

[1125] Conferir nota anterior sobre esse letrado.

[1126] Os dois generais romanos presentes eram Caio Terêncio Varrão e Lúcio Emílio Paulo Macedônico.

[1127] O evento em questão é a batalha de Cannas (216 A.C.), onde o general cartaginês Aníbal derrotou uma força romana muito superior numericamente. Segundo Tito Lívio, em sua *História de Roma,* o filho de Aníbal, Mago, apresentou ao senado cartaginês "uma grande quantidade de anéis de ouro [...], a fim de demonstrar o tamanho da derrota romana, pois somente aqueles de mais alto status usavam aquele ornamento". Essa passagem é retomada novamente por William Worcester no capítulo 34. Titus Livius, Ab Urbe Condita, livro 23, capítulo 12. LÍVIO, T. **The history of Rome** (Ab urbe condita). Translated with introduction, by Rev. Canon Roberts. London: J.M. Dent, 1912, livro 23, capítulo 12. Disponível em: https://en.wikisource.org/wiki/From_the_Founding_of_the_City/Book_23#12. Acesso em: 20 jun. 2019.

CAPÍTULO 23

Como, após a mencionada aniquilação, um pequeno número de romanos versados na guerra...[1128]

...mesmo em função do ocorrido, os valorosos romanos não deixaram para outro dia a sua esperança e confiança de reestabelecimento. Em conformidade à vontade, reverência e permissão divinas, eles praticaram o manejo das armas diariamente, e após se acostumarem a empregá-las novamente na guerra, a experiência os instruiu e os encorajou. E então, através da exortação e do fortalecimento de um de seus príncipes, o qual reuniu aqueles poucos romanos que sobreviveram da batalha anterior para guerrearem novamente, sucedeu que, por meio do habilidoso emprego das virtudes, dos bons governos e da boa condução das ações marciais, eles se prepararam adequadamente, ao passo que os cartagineses não estavam cientes de seu aprovisionamento. Ao se oporem a Aníbal em certos desfiladeiros com passagens estreitas controladas pelos romanos, levaram à aniquilação e destruição daquele último, bem como de seu grande exército de Cartago.

CAPÍTULO 24

Como homens com conhecimentos e experiência nas armas são mais valiosos do que quaisquer pedras preciosas ou opulentos tesouros[1129]

A senhora Christine disse, no primeiro livro da *Árvore das Batalhas*, que não há nada mais digno de recomendação do que um território ou região que estejam

[1128] A passagem não se encontra disponível devido ao extravio de um ou mais fólios do manuscrito.

[1129] O pretexto de William Worcester é o de mensurar que mesmo que os tesouros sejam importantes para o bom governo do reino ao possibilitarem o pagamento diligente dos guerreiros, é fundamental que, por outro lado, o governo da guerra seja levado a cabo de modo virtuoso pelos seus responsáveis. De certa forma, esse paralelo também é estabelecido por John Lydgate em seu texto *A moderação é um tesouro* (*Mesure is tresour*). Sobre essa relação, conferir o capítulo 3 da investigação. LYDGATE, J. Mesure is tresour. In: SPONSLER, C. (Ed). **Mummings and entertainments.** Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 2010. Disponível em: < http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/sponsler-lydgate-mummings-and-entertainments>. Acesso em: 07 mar. 2018. Versos 1-11; 54-55.

aprovisionados e abastecidos com bons homens de armas com instrução e experiência.[1130] Isso porque o ouro, a prata e as pedras preciosas não conseguem sobrepujar e conquistar os inimigos, bem como nos tempos de paz não são capazes de governarem as pessoas para que permaneçam em avença. Por sua vez, um homem armado e poderoso é capaz de ambos.[1131]

CAPÍTULO 25

Como um pequeno grupo de romanos, com grande experiência e perícia na guerra, aniquilou 1800 franceses graças ao ímpeto de seu príncipe, que foi gradualmente emendado

Pode-se igualmente considerar o exemplo do rei Bituito, o qual afrontou os romanos com 1800 homens de armas do território da Gália, como anteriormente era chamada a França. Ao ver uma companhia tão reduzida de romanos se aproximando, ele os menosprezou, proclamando, com grande orgulho, que não estavam em número suficiente sequer para alimentar os cães de sua hoste.[1132] Entretanto, aquela pequena companhia era tão bem experimentada e instruída nas armas que bastou para sobrepujar e destruir o rei da Gália e toda a sua grande hoste.[1133] Tal história pôde ser comprovada em cada expedição e batalha ocorrida entre vossos predecessores e o adversário da França

---

[1130] Não há uma passagem específica na *Árvore das Batalhas* a respeito do tema, pois ele é recorrente ao longo de vários capítulos do tratado. Em certo momento, Honore Bonet aponta que "os fundamentos verdadeiros da guerra" são escorados por dois pilares. O primeiro é o da "força e poderio dos homens", isto é, de sua força física para manejar as armas e capacidade de angariar recursos e outros combatentes para a empreitada marcial. O segundo é a "posse das armas", uma vez que "um homem desarmado dificilmente sairia ileso da batalha, sendo provável a sua morte". Nesse sentido, ele indica para a necessidade de um grupo de homens com aptidão para o combate por meio da experiência contínua em atividades marvóticas. BONET, H. **The tree of battles.** English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949, p. 130-131.

[1131] É o que afirma o John Trevisa ao dizer que os saberes da cavalaria servem não apenas para o combate aos inimigos externos, mas para aqueles outros súditos intra renóis que venham a vislumbrar atos de sedição. TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle english translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997, p. 397.

[1132] Isto é, o número de cadáveres não proveria "alimento" o suficiente para os cães.

[1133] Bituito governou a Gália por parte do século II. A passagem a qual William Worcester se refere possivelmente advém de algum outro relato mais recente, contudo é mencionado, sob termos díspares, por Paulo Orósio em sua *História contra os pagãos,* no século V, e também por Flávio Eutrópio em seu *Breviarium Historiae Romanae*, escrito na centúria anterior: "Durante o 627º ano de fundação da cidade [ou seja, de Roma], os cônsules travaram guerra contra os gauleses transalpinos, [...] matando uma grande quantidade deles [...]. Uma presa de guerra considerável, que consistia de colares de ouro, foi trazida à Roma. Bituio rendeu-se [...] e foi levado até Roma, onde os cônsules realizaram um triunfo com grande glória. EUTROPIUS. **Historiae Romanae, libri septem**. Edited by C. Bradley, with gramatical notes adapted to the public school latin primer by John T. White. London: Longmans, 1883. p. 92-93.

nos últimos 35 anos em que ela permaneceu sob a posse contínua, em razão das conquistas do rei [*intitulado*] Henrique V, até ser efetivamente perdida.[1134]

Foi assim na batalha de Agincourt, onde a vitória foi obtida por aquele rei [*com um número reduzido* {de homens}].[1135] Nas batalhas sobre o mar, outra vitória foi obtida, dessa vez contra as carracas, por John, duque de Bedford e conde das regiões fronteiriças, ambos seus principais comandantes [*com um número reduzido de homens em comparação com a grande marinha francesa*]. Também assim sucedeu na expedição de Cany, cujo êxito foi obtido por Thomas Beaufort, conde de Dorset e posteriormente duque de Exeter; [*o conde de Armagnac, condestável da França, tinha sob seu comando cerca de 10000 guerreiros contra 900 da companhia do conde de Dorset*].[1136] {Também foi dessa forma} na batalha de Cravant, vencida por [*John, duque de Bedford e seu representante*] Thomas Montagu, conde de Salisbury e pelo [*senhor*] Robert Willoughby; na batalha de Verneuil[1137], disputada e vencida por John, regente e duque de Bedford, pelo conde de Salisbury e pelo conde de Suffolk, [*além dos senhores Willoughby, Poynings[1138], Sir John Fastolf, e muitos outros nobres homens de armas*]; e na batalha de

---

[1134] As batalhas enumeradas na sequência tiveram como um de seus pontos em comum a participação de John Fastolf. Mais do que o emprego de outras fontes na seleção do que escolheu narrar, é possível que William Worcester tenha ouvido tais relatos em primeira mão do cavaleiro. É importante destacar que ele tencionou compor uma crônica dos feitos de John Fastolf, empreitada a qual, entretanto, não chegou a levar a cabo. Cf. essa discussão na primeira parte da investigação.

[1135] Uma excelente síntese e discussão acerca dos relatos cronisticos produzidos na Inglaterra, França e alhures sobre esse evento nos séculos XV e XVI foi realizada por: CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000.

[1136] Um ano após a vitória em Agincourt, os ingleses prosseguiram em expedições marciais na França. A cidade de Harfleur, sob seu controle, fornecia uma excelente base para desembarque na Normandia, porém exigia o provisionamento constante para o grande número de guerreiros estacionados ali para sua defesa. Em função disso, o conde de Dorset cavalgou com suas tropas até Cany, a pouco mais de 50 kilometros de distância, saqueando vilarejos inimigos e, na sua volta, o conde de Armagnac foi ao seu encontro, ocasionando em uma batalha em que os ingleses se sagraram vitoriosos. No entanto, a disparidade no número de guerreiros é mais crível se entendida como um artifício retórico a amparar o argumento de que homens bens treinados são mais úteis a uma turbe sem experiência nas armas. Sobre esse evento, cf. WADGE, R. **Verneuil 1424:** the second Agincourt, the battle of the three kingdoms. Stroud, Gloucestershire: Spellmount, 2015. p. 84-85.

[1137] Sobre essa batalha, cf. WADGE, R. **Verneuil 1424:** the second Agincourt, the battle of the three kingdoms. Stroud, Gloucestershire: Spellmount, 2015. p. 154-174.

[1138] Robert Poynings (c. 1419 – 1461) foi uma personagem envolvida com a casa York durante a Guerra das Duas Rosas. Ele atuou como representante régio na tomada de juramentos das hostes do condado de Surrey em 1434. Em uma carta escrita por John Payn, homem ligado ao séquito de John Fastolf, é realizado um relato sobre como foi incumbido pelo cavaleiro de entregar uma carta, porém, devido a sua filiação ao guerreiro, acabou sendo aprisionado pelo capitão da cidade de Kent, na Inglaterra. Ao ser levado para execução, Robert Poynings tomou sua defesa e afirmou ao capitão que se o fato ocorresse, "mais de cem homens iriam morrer", salvando assim a vida daquele. Ele também esteve envolvido na revolta de Jack Cade em 1450, e William Worcester, em uma carta escrita em 1454, demonstra afeição a ele ao mencionar que "possui o coração muito bom", e por isso, deseja-lhe que "Deus o conforte probamente". GAIRDNER, J (Ed). **The Paston letters, A.D. 1422 – 1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. v.2, p. 154; 324-325.; **CALENDAR OF PATENT ROLLS.** Henry VI, 1422 – 1461. London, H.M.S.O., 1901 - 1911. v.2, p. 379.

Rouvray pelejada [*contra o bastardo de Bourbon e o bastardo de Orleans*] por *Sir* John Fastolf e *Sir* Thomas Rempstone, capitães, para provisionarem o cerco de Orleans[1139]; no resgate da cidade de Avranches, empreendido por Edmund, duque de Somerset, pelo conde de Shrewsbury e pelo senhor Fauconberg, capitães; {também foi assim} na segunda vitória em Harfleur obtida [*através de um cerco*] {liderado} por John, duque de Somerset, Edmund, conde de Dorset, e pelo conde de Shrewsbury; {na mesma medida, ocorreu algo similar} no resgate a Caen, movido por *Sir* John Fastolf, *Sir* Richard Harington e sua companhia [*contra 1300 homens*], {bem como} em muitas outras [*expedições de assalto e*] violentos combates travados, demasiadamente extensos para serem narrados aqui.

Em qualquer batalha, expedição, campanha, [*cerco*] e resgate de lugares {levados a cabo} de acordo com as boas práticas, tem-se sempre observado que o poderio da França se dá pelo número em dobro ou triplo de homens reunidos contra o vosso poder {régio} e, ainda assim, vossos direitos e títulos são tão firmes e afortunados, defendidos por homens tão instruídos e hábeis nas armas, que mesmo contando com poucos deles, foi possível triunfar sobre um grande número de contendores adversários.

CAPÍTULO 26

Como Vegécio, em seu Livro da Cavalaria, igualmente recomendou a prática constante de armas

Vegécio, em seu livro de Cavalaria, disse: ó todos aqueles que conhecem as grandes maravilhas e hostis vicissitudes {inerentes} às atividades de armas e da cavalaria – as quais estão contidas e são mensuradas por meio de feitos levados a cabo pelos que são experimentados em tais labores –, por meio de uma conduta sábia e prudente, estais cientes de que podeis realizar campanhas marciais a qualquer instante. Ó, nobre cavalaria inglesa, não permitam que o aturdimento[1140] diminua vossa coragem e nem debilite vossa determinação. Que vós exciteis vossos corações audazes a tomarem as armas e a

[1139] WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006, p. 154.
[1140] Isso se refere à atitude dos franceses em atacarem subitamente regiões sob controle inglês como retribuição à tomada de Fougères. Os franceses, entretanto, atacaram "subitamente", aprisionando bens e pessoas, como o senhor Fauconberg, indício irrefutável de suas más intenções por ser "algo não costumeiro e contrário a retidão e a razão" segundo argumenta o duque de Somerset. STEVENSON, J. (Ed.). **Narratives of the expulsion of the English from Normandy, 1449-1450.** London: Longman, Green and Roberts, 1863. p. 428-429.

realizarem expedições armadas inspirados por tantos bons exemplos de feitos de armas vitoriosos que vos antecederam, realizados por vossos nobres progenitores! Que sirvam de lição para que não vos deixem desencorajar! Considerem que vós já fostes reconhecidos por todos os lugares como os mais renomados na realização de feitos de armas, porém, atualmente, vós tendes sido considerados em causas marciais como canhestros, de pouco valor e reputação.[1141]

Supõe-se que tal fato decorre da negligência no exercício de armas nesses últimos 24 anos em que os territórios foram perdidos por meio da dissimulada alegação de trégua, pela falta de aprovisionamentos suficientes tanto de artilharia como da correta preparação para a guerra e para o pagamento de soldados em sua época estipulada. {A isso se soma} a cobiça individual que impera entre algumas pessoas encarregadas do governo dos bens materiais, pessoas que não partem facilmente {junto às hostes} sem receberem sua recompensa [*estipêndio*] e pagamento em tempos de necessidade, {demonstrando} falta de coragem e de atos de bravura. Durante a guerra, nunca deverão se mostrar menos ferozes e corajosos na realização de feitos de armas, uma vez que assim poderão vir a ser estimados e reverenciados futuramente, como tem sido até o presente dia.

CAPÍTULO 27

Como a senhora Christine aconselhou que os soldados fossem pagos corretamente

Deveis ler a primeira parte da *Árvore das Batalhas*, onde a senhora Christine exorta e aconselha que cada comandante e capitão dos homens de armas deva receber bons pagamentos e garantias para que possa remunerar seus soldados pelo tempo que julgarem que venha a perdurar a campanha marcial. Tal questão deve ser particularmente observada por todos os capitães, pois é a causa primordial da boa condução de sua expedição armada em tempo hábil, e, se os pagamentos não forem realizados adequadamente aos soldados, tal conduta e negligência [*causam o efeito inverso*]. Ultimamente, nota-se claramente que nenhum comandante consegue angariar e manter por muito tempo bons homens de armas que sejam mal pagos ou mesmo que permaneçam

[1141] Uma série de significados, sobretudo morais, eram atrelados ao emprego do lado direito ou esquerdo do corpo, uma vez o toque com um ou outro lado imputava diferentes propriedades àquele ou aquilo que era tocado. Uma discussão sobre o assunto no âmbito letrado inglês pode ser conferido em: WOOLGAR, C.M. Touch, virtues and holiness. In:_____. **The senses in late medieval England.** London: Yale University Press, 2006. p. 29-32.

estacionados por muito tempo em um mesmo lugar[1142], uma vez que, quando seu pagamento míngua, ficam desencorajados e, caso exista a possibilidade, pedem permissão ao seu príncipe para partirem, ou mesmo vão embora sem pedi-la.

Tal fato traz excesso de confiança e de vantagens para vossos adversários da mesma maneira que as tréguas dissimuladas, e também quando os capitães se importam mais com a tomada de bens do que com a reverência e com a aplicação da justiça. Igualmente quando negligenciam a prática de largueza para com vossos diligentes súditos, não recompensando e nem prezando aqueles que se sujeitam e resolutamente prestam juramento para se manterem sob vossas ordens, mas, ao invés disso, fazem com que sejam oprimidos e continuamente taxados injustamente de diversas maneiras, recaindo-lhes severos encargos e talhas. Como se não fosse suficiente, ainda buscam provisões tanto para os cavalos quanto para os homens em territórios {daqueles súditos} sem recompensá-los ou acordarem os seus valores. Uma vez que a falta de autoridade faz com que vossos homens não recebam seus pagamentos e estipêndios, a simples falta de remuneração [*fez com que o ducado da Normandia fosse perdido*].

A mesma senhora Christine, no décimo quarto capítulo, menciona que um comandante bom e nobre deve empregar a Justiça para satisfazer a Deus durante o exercício da liderança de uma companhia na guerra. Além disso, a fim de permanecer não apenas na graça e complacência do mundo, mas também na dos homens de seu séquito e daqueles outros sob seu comando, ele deve pagar-lhes seus estipêndios de forma justa e proba, sem negligenciá-los ou reduzi-los, para que assim {os guerreiros} não precisem viver da pilhagem, extorsão e rapina dos territórios dos amigos que estão sob obediência do príncipe.

Dessa forma, a hoste nunca deve permanecer desguarnecida, mas, ao invés disso, deve ser provisionada com todas as despesas necessárias e com mantimentos em quantidade suficiente. Deve-se providenciar {ainda} que os mercadores e negociantes de víveres possam ir e vir, e que sejam efetuados pagamentos razoáveis, e que nenhum

[1142] O sistema de *muster*, isto é, de agrupamento de homens para partirem em direção à guerra sob um capitão definido, exigia o cumprimento de uma série de etapas. Em linhas gerais, uma vez acordados os termos das *indentures*, algo equivalente a um contrato temporário onde eram listadas as obrigações de ambas as partes, parte do dinheiro era entregue pelo tesoureiro ao capitão para que, por sua vez, pudesse realizar o pagamento inicial a seus homens. Uma vez chegado o dia da *muster*, o tesoureiro dirigia-se até o local pré-acordado para conferir a conformidade da presença de todos. Era possível também que tais checagens ocorressem durante a campanha, e, ao seu final, o capitão apresentasse suas justificativas sobre possíveis acréscimos de despesas em função de particularidades da expedição. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 9.

homem, sem realizá-los, possa tomá-los à força, como declarado nas proclamações feitas pelo vitorioso príncipe Henrique V à sua hoste [*e também nos estatutos realizados por John, regente da França e duque de Bedford, no Parlamento em Caen, no segundo ano de reinado de Henrique VI, acerca da condução da guerra, os quais entreguei selados à vossa majestade, no dia anterior a vossa partida de Londres, e que permaneceram em posse de Sir John Fastolf por sua grande autoridade*].[1143]

E que nenhum dano ou agravo sejam cometidos contra os mercadores. É extremamente arriscado e perigoso para uma hoste quando a cobiça da pilhagem e da rapina reina com mais força entre os homens de armas do que sua intenção de observar e manter as prerrogativas daqueles ligados a seu príncipe. A reverência da cavalaria e dos saberes Cavaleirescos repousa sobre o fato de que, para obtê-la, é preciso diligenciar vossas ações; de tal modo, aqueles que se prestam à indisciplinada propensão da cobiça e da rapina deveriam ser chamados de saqueadores, ladrões e extorsionários, e não de homens de armas praticantes da Cavalaria.[1144] Por exemplo, a senhora Christine defendeu que os homens de armas da região da Gália, que hoje corresponde à França, obtiveram uma grande vitória sobre os romanos, reunindo-se em uma grande hoste ordenada para batalha próxima ao rio Reno na Borgonha,[1145] e ali obtiveram formidáveis despojos de guerra, como arneses para cavalos e baús cheios de ouro e de prata, porém, como não atribuíam valor e nem apreço a bens terrenos, lançaram-nos no rio.

Algo similar é dito sobre o regente John, duque de Bedford. No dia de sua vitória na batalha de Verneuil, ele exortou seus homens, enfatizando em suas palavras[1146] que não cedessem à cobiça e não se deixassem afetar[1147] ao avistarem joias e a riqueza de

---

[1143] As ordenações do Henry V foram copiadas ao longo do Quatrocentos e oferecem parâmetros de conduta para as campanhas inglesas até o final da primeira metade do século. É possível que aqui esteja se referindo ao conjunto de documentos que deveriam ter sido arrolados junto ao tratado e que foram editados por Stevenson no século XIX.

[1144] Essa afirmação se assemelha ao que assevera Christine de Pisan a respeito do auto escrutínio a ser realizado para o ingresso na ordem da Cavalaria. BYLES, A.T.P (Ed.). **The book of fayttes of armes and of chyualrye.** Translated and printed by William Caxton. London: Oxford University Press, 1937. p. 48-49.

[1145] O rio Reno serviu como fronteira para o império romano. É possível que Worcester tenha feito menção a partir de algum comentário a que tenha acedido sobre o período, como as Guerras Gálicas de Júlio César ou mesmo a batalha de Arausio de Tito Lívio. De qualquer forma, não há menção a esse evento na edição do "Árvore das Batalhas" empregada nesse estudo.

[1146] No original "*oration*". Esse termo remete às palavras dirigidas pelo príncipe a seus homens antes da batalha a fim de exaltá-los e relembrar as razões, normalmente virtuosas, pelas quais combatem, bem como os perigos que os cercam em caso de derrota. Em certos relatos, é muito provável que tenham sido empregados como artifícios retóricos pelo narrador para evidenciar as qualidades do príncipe no governo da guerra. Embora não se remeta ao período em questão, um excelente estudo sobre o tema é: BLIESE, J.R.E. Rhetoric and morale: a study of battle orations from the central middle ages. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 15, p. 201-226, 1989.

[1147] No sentido de cair na tentação de pegar as joias e deixar a batalha em segundo plano.

correntes de ouro, itens ornamentados com pedras preciosas[1148] e anéis caídos diante de si ou abandonados no campo de batalha, uma vez que isso poderia ocasionar a derrota {da hoste} caso não se mantivessem firmes até que Deus lhes mostrasse seu poder e fortuna. Ao invés disso, deveriam tão somente levar a cabo aquilo que viria a dar-lhes reverência e que, de fato, vieram fazer[1149].

Assim, por meio do julgamento divino, sagraram-se vitoriosos, com grande reverência e riquezas, obtidas através do resgate de prisioneiros e também por suas boas ações de armas naquele dia, pelas quais foram recompensados pelo dito regente, tanto em terras como em bens, recebidos em forma de rendas ou mesmo de propriedades[1150] no condado de Maine no valor anual de 1000 marcos, que equivaliam a 1091 *tournais*, como apontam os registros. Agiram, assim, em oposição ao modo dos romanos, pois, ao perceberem que {os gauleses} pouco se importavam com os bens e tão somente com a reverência, os supramencionados romanos ficaram atônitos e temeram seu poder, pois nunca haviam visto algo assim antes.

Quisera Jesus em Sua altíssima graça que todo príncipe, comandante ou capitão fosse de compleição tão nobre como essa que acaba de ser mencionada! Fui informado de modo confiável por aqueles que estiveram presentes em batalhas com o nobilíssimo e vitorioso príncipe de renome, o rei Henrique V, vosso primo e antecessor[1151], de que ele também empregava tal instrução em suas hostes. Na batalha de Agincourt, por meio de exortação do dito nobre príncipe Henrique V, os homens foram instruídos a não conservarem nenhum tesouro, despojos, joias e baús com ouro e prata, fossem aqueles que eventualmente lhes pertenciam e viessem a perder {durante a batalha}, fossem

---

[1148] O termo original *"nouche"* pode remeter a uma série de jóias como broches, braceletes, brincos, etc, ornamentados com pedras preciosas. Verbete *nouche.* Seu uso no texto não oferece meios de desambiguação. Verbete *nouche.* **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED29927. Acesso em: 24. nov. 2019.

[1149] Isto é, combater aos inimigos.

[1150] Assim como outros membros da *gentry*, John Fastolf foi um daqueles indivíduos a receberem tais adventos em decorrência de seu empenho e sucesso nas armas. ALLMAND, C. The Lancastrian Land Settlement in Normandy 1417-1450. **The economic history review,** v. 21, n. 3, p. 461-479, dez. 1968**.**

[1151] Ou seja, de Eduardo IV.

aquelas joias que tivessem obtido {dos adversários vencidos}[1152], mas tão somente deveriam atentar aos seus direitos e ao ganho de reverência.[1153]

O também nobilíssimo e vitorioso príncipe, vosso primo John, duque de Bedford, seguiu os passos de Henrique V nos dias em que foi regente do reino da França. Na ocasião em que as carruagens contendo seus tesouros e baús foram roubadas pelos lombardos e por outros soldados, lutando sob o comando dos contendores adversários na batalha de Verneuil, em Perche, ele ordenou que a hoste, já apostada para a batalha, não saísse da formação e nem desistisse [*de sua formação*] em razão da conquista ou manutenção de bens terrenos, mas sim que somente se preocupassem em obter reverência pelos direitos da Inglaterra naquele dia, e assim se sagrou vitorioso, obtendo grande renome.

Ademais, é preciso suportar pacientemente a boa fortuna, que é concedida a vossos inimigos no presente, permitindo, pois, que as circunstâncias se tornem uma oportunidade para um novo aprendizado, para afiar a justa coragem, e para reformar e emendar vossa sagacidade, pois Ovídio, o laureado poeta, disse que ocasionalmente desventuras ensinam aqueles que foram conquistados a serem sábios. Dessa forma, aqueles que em outras circunstâncias foram derrotados nas ações e feitos de armas em decorrência da falta de previdência ou mesmo pelo simples infortúnio, [*em uma ocasião posterior*] tais desventuras ensinaram-lhes a se tornarem conquistadores.

Ainda não se havia observado tamanho infortúnio e revés da sorte como os que recaem {sobre os ingleses} nos dias de hoje [*à exceção daquele observado à época do rei João. Em seu esplendor, o rei Eduardo III laborou na tomada da Normandia e de muitos castelos e cidades na Guiena em posse de Carlos V*].[1154]

[1152] O sentido da frase é que não se deveria pegar sequer as joias que alguém carregava e perdia durante a marcha ou a batalha, assim como a dos vencidos.

[1153] A princípio, relatos contemporâneos produzidos na Inglaterra não mencionam algo nesse sentido. De qualquer forma, vale a pena mencionar o relato de Pierre de Fenin, um nobre francês presente na batalha, ao alegar que "enquanto os ingleses lutavam contra nossos homens", alguns outros se aproveitaram para pilhar sua bagagem, "onde encontraram muitas joias e coisas de grande valor". Na *The first English life of Henry V*, composto na Inglaterra do Quinhentos, a cobiça de guerreiros franceses é corroborada. Ali, menciona-se que a bagagem da hoste inglesa "foi roubada e levada pelos ladrões franceses" e, dentre os objetos furtados, estavam "muitas joias de grande valor". CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000, p. 116-119; 203-219.

[1154] Aqui é feita uma comparação entre João, aquele que perdeu a Normandia em 1203 e assinou um tratado reconhecendo sua derrota, e, em oposição, a situação do fim do século XIV, quando os ingleses tomaram o controle após a assinatura de Brétigny. Essa noção é retomada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 28

Como o ducado da Normandia foi perdido em função da incapacidade do rei João [*da Inglaterra*] em ordenar um exército adequadamente pago em tempo hábil

Um infortúnio e ruína similares {àquelas ocorridas nos tempos do rei João} recaíram sobre nós em razão da negligência da providência e do auxílio em tempo hábil; pela concupiscência de apetites desenfreados do corpo, empregados de maneira imprópria; pela falta de pagamento e de provisões a fim de quitar os estipêndios dos grupos de bons homens para lutarem na Normandia e em outras regiões; e pela dissimulada alegação da trégua. Graças a tudo isso, ocorreu a privação completa de vosso ducado da Normandia, dos territórios de Anjou, Maine e Touraine, além de uma grande parte da Gasconha e da Guiena, da mesma forma como nos tempos do rei João, pelas mãos do rei Filipe da França, o enviado por Deus, no ano de Cristo de 1203, no início do mês de maio.

CAPÍTULO 29

Como por diversas vezes as tréguas acordadas entre os reis Ricardo I, João I e Eduardo III em busca de uma paz duradoura com os monarcas da França foram posteriormente quebradas por iniciativas destes últimos

Assim ocorreu sob as sombras e dissimuladas alegações de tréguas que, por diversas vezes, foram acordadas entre vossos nobres progenitores, como o rei Henrique II; e também por meio de vários tratados e numerosas tréguas realizadas entre os supramencionados reis João e Ricardo e o monarca francês Filipe, o enviado por Deus. Apesar das muitas e recorrentes tréguas e tratados entre os supramencionados reis da Inglaterra e da França, em todas as situações em que os franceses encontravam alguma oportunidade ou alguma alegação para quebrar a trégua e agir em seu próprio benefício, eles o faziam a fim de lançar uma nova guerra contra esta terra.

Deve-se mencionar que uma trégua foi pactuada em Paris no mês de outubro do ano de Cristo de 1259 entre os reis Henrique III e Luís da França, estando este último ciente de que, mesmo sem títulos que garantissem seu domínio legítimo, mantinha sob seu controle o ducado da Normandia e os condados de Anjou, Maine e Touraine, alijando-os dos reis da Inglaterra; ainda assim, ele pactuou uma trégua com o monarca Henrique

III.[1155] O mesmo rei Luís garantiu a concessão, para o mencionado rei Henrique e seus herdeiros, de todos os direitos e poderes de que poderia dispor no ducado da Gasconha, com três bispados, também chamados de dioceses, além das cidades naquela região, a saber, Limoges, Cahors e Périgord, bem como Agenois e Poitou em perpetuidade. Quando a paz foi alcançada entre ambos os monarcas, estabeleceu-se a condição de que Henrique III deveria abrir mão de todos os seus direitos, em favor do rei Luís, sobre a Normandia e as regiões de Anjou, Maine e Touraine, fazendo com que seu domínio tradicional a tais regiões fosse diminuído.

Mesmo se o rei Henrique III tivesse, por conta própria, realizado tal ação, ela não possuiria força e nem efeito, pois nunca fora permitida pela autoridade do parlamento e dos três estados de seu reino. Deve-se admitir, assim, que nem por meio de qualquer lei imperial e nem por bom juízo se pode esperar que um príncipe possa vir a ceder seus ducados, condados ou mesmo os senhorios herdados a um estranho, seja qual for seu estado, sem a anuência e o consentimento de um parlamento composto por senhores temporais e espirituais e com a convocação dos comuns, em número suficiente, conforme ditam os costumes.

Em suma, tal cessão de territórios realizada pelo rei Henrique III ao rei Luís foi e é inválida. {Em sentido contrário, isto é,} se quaisquer ações nesse sentido por parte do rei Luís ao rei Henrique referentes ao ducado da Gasconha tiverem sido colocadas em prática, as mesmas permanecem, na prática, com pouco efeito, tendo em vista que aquela região já pertencia à herança do dito rei Henrique, por meio de seu antecessor, o rei Henrique II, este casado com a senhora Eleonora, duquesa e herdeira da Guiena, como mencionado anteriormente. Assim, a cessão por parte do rei Luís do mencionado ducado da Guiena em favor do rei Henrique III foi uma confirmação da posse daquele último, bem como da renúncia perpétua daquele território por parte de quaisquer outros reis da França.

Vale ainda mencionar que houve uma trégua, sucedida por um período de paz, no ano de 1279 da era de Cristo, em Amiens, entre o rei Eduardo I e o rei Filipe da França, em que ao monarca inglês cabia o controle pacífico de todas as terras da Gasconha. Outra

[1155] Um aspecto interessante do tratado de Paris é que a despeito dos pontos mencionados por William Worcester, nenhum monarca inglês conseguiu revertê-los até o início da Guerra dos Cem Anos. Além disso, algumas das áreas entregues ao comando inglês tinham sofrido alterações dentre seus mandatários, os quais nem sempre eram simpáticos à sujeição aos reis Plantagenetas, tornando o equilíbrio de poder ainda mais tênue. Grosso modo, é possível creditar que tais disputas não resolvidas dessas quase oito décadas viriam a ser um fator primordial a reacender as chamas do conflito nos tempos de Eduardo III. CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 36-37.

trégua, com subsequente período de paz, foi realizada em Paris, no ano de 1286 da era de Cristo, entre os mesmos monarcas, também concernente ao ducado da Guiena.[1156] Entre eles também foi firmada uma outra, em Paris, no ano de 1303 da era de Cristo,[1157] no mês de maio, na qual foi estipulado que mercadores e toda a sorte de homens poderiam transitar entre os reinos da Inglaterra e da França sem qualquer impedimento, porém, tal acordo não perdurou por muito tempo.

Subsequentemente, no reinado de Eduardo II, uma trégua foi acordada concernente ao ducado da Guiena, aquela no ano de 1313 da era de Cristo, em uma cidade que em latim se denomina *Pissaicus*.[1158] Também no ano 1324 da era de Cristo, o rei Carlos da França e de Navarra confiscou algumas cidades e fortalezas na Guiena em função da não-realização do juramento de fidelidade por parte de Eduardo II pelo dito ducado, as quais, posteriormente, foram devolvidas por intermédio de Edmund, duque de Kent, seu representante.[1159] Outra paz foi realizada no ano de 1325 da era de Cristo, entre o rei Eduardo II e o rei Carlos de Valois da França, por meio do qual se realizou o casamento entre o mencionado rei Eduardo II e Isabel, filha do rei Carlos da França e única herdeira do reino da França. Naquele tempo, o rei Eduardo concedeu a seu irmão, Edmund, a representação régia do ducado da Guiena, o qual foi por ele nobremente governado.

De modo similar, no ano 1340 da era de Cristo, décimo terceiro do reinado de Eduardo III, aquele monarca sagrou-se vencedor na batalha de Sluys contra seu adversário, Filipe de Valois, e realizou o cerco de Tournai, na Picardia, no qual aquele

---

[1156] Em 1279, Eleonora de Castela, esposa de Eduardo I, herdou o condado de Ponthieu e um acordo foi realizado junto ao rei francês em 1279, conhecido como tratado de Amiens. Anos depois, Eduardo I prestou juramento por Agenois e, em comum ao momento anterior, estava a fórmula de juramento empregada, a qual reconhecia a supremacia do monarca francês sobre aquelas regiões: "Eu me torno seu homem (isso é, submeto-me a vosso serviço) pelas terras que recebo de vós neste lado do mar, em concordância com o modo de estabelecer a paz realizado entre nossos ancestrais". Tradução nossa, a partir de: CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993, p. 39.

[1157] Em maio de 1303, um novo tratado de Paris foi assinado, visando assegurar que todas os territórios tomados por Eduardo I na guerra travada entre ambos os monarcas entre 1294-1303 seriam mantidos, desde que o mesmo aceitasse a submissão por elas ao seu adversário. Ibid, p. 42.

[1158] Muito provavelmente William Worcester referiu-se à comitiva encabeçada pelo próprio monarca que rumou até Paris em 1313 a pedido do papa e de Filipe IV. Lá, participou de uma série de negociações a respeito das escaramuças ocorridas na Gasconha, tendo obtido o perdão do monarca francês para todas as acusações contra ele e seus súditos. PHILLIPS, J.R.S. **Aymer de Valence, earl of Pembroke, 1307-1324:** baronial politics in the reign of Edward II. Oxford: Claredon Press, 1972. p. 64.

[1159] Em 1324, territórios sob controle inglês foram confiscados devido a um ataque de súditos gascões aos franceses. A solução encontrada foi exigir o pagamento de indenização pelos estragos causados pelo conflito, além de Eduardo II nomear a seu filho, o futuro Eduardo III, como duque da região, e enviá-lo para prestar homenagem ao monarca francês. CURRY, A. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993. p. 43.

monarca[1160] e os senhores franceses que o acompanhavam foram notavelmente derrotados e humilhados. Em função disso, aqueles últimos realizaram uma trégua a partir do mês de setembro até as festividades de São João no ano seguinte, algo que resultou em grande malefício à conquista do rei Eduardo.[1161] Enquanto isso, os bretões, em razão de uma trégua dissimulada, lançaram uma guerra mortal contra essa terra, e uma grande batalha foi travada contra eles pelas mãos do duque de Northampton, o representante do rei na região, resultando-lhes uma grande derrota e, desse modo, foram subjugados e mantidos como súditos. No ano de 1363 da era de Cristo, no décimo nono dia de janeiro, outra grande trégua com duração de um ano foi estabelecida com Filipe de Valois, que se declarava rei, e com seus aliados. Contudo, ela foi por ele quebrada três anos depois, ao exigir que os bretões fossem às armas contra os vossos progenitores.[1162]

Não foi a única ocasião onde o nobre rei Eduardo III viu-se em guerra contra o dito Filipe. A partir do mês de julho do ano 1347 da era de Cristo, o vigésimo de seu reino, sagrou-se vitorioso com a tomada da vigorosa cidade de Caen, [*e*] protagonizou a terrível batalha de Crécy, sendo que o castelo de Calais, por meio de um duro cerco, cedeu poucos dias depois e...[1163]

Não obstante, uma paz final[1164] foi formalmente acordada com total consentimento do rei João da França, o qual, mesmo prisioneiro, ainda se manteve como a autoridade máxima daquele reino. Aquela paz foi firmada por vários artigos solidamente amparados pela autoridade papal, confirmando que deveria ter sido efetivada em não mais do que seis ou sete anos. No entanto, uma guerra mortal perdurou por mais treze anos a partir daquela data, até que uma paz geral definitiva foi realizada pelo acordo entre os reis

[1160] No original é repetido o nome de Filipe de Valois.
[1161] É preciso apontar que, mesmo vitorioso em seus primeiros movimentos na busca do pleito pela Coroa francesa, Eduardo III enfrentou graves problemas entre 1340-1341. Devido à falta de pagamento, aliados no continente passaram a desertar, e o Sacro Imperador Luís, até então seu aliado, passou a negociar também com Filipe de Valois, fato que culminou na remoção daquele do título de vicário imperial. Teve de lidar com a suspeita do Parlamento de que a Inglaterra não se tornaria submissa à França em caso do sucesso da conquista, bem como precisava garantir o pagamento a banqueiros italianos que financiaram sua conquista, e ainda lidar com o pleito de Davi II, filho de Robert Bruce, pela Coroa escocesa, iniciando um conflito contra Eduardo Balliol, o qual era apoiado por Eduardo III. Ibid, p. 58 – 60.
[1162] Isso é, os antecessores de Eduardo IV, nomeadamente Eduardo III e seu filho Eduardo.
[1163] Esse trecho encontra-se não terminado.
[1164] Em setembro de 1347, uma trégua foi firmada entre ambos os lados contendores nas cercanias da recém tomada cidade de Calais. Em tese, ela deveria restringir o número de ingleses no território e extinguir as ações armadas até o ano seguinte. Entretanto, as entrelinhas não impediam que capitães agissem de forma independente, sem a anuência do monarca, para iniciarem expedições privadas contra os territórios franceses, acentuando o flagelo sobre os súditos Valois. Sobre o tratado e esse período em questão, cf. SUMPTION, J. **The hundred years war:** trial by fire. London: Faber and Faber, 1999. p. 1-50.

Eduardo III e João da França no mês de maio de 1360[1165], em Brétigny, com o consentimento do papa e a mediação de cardeais, arcebispos, bispos, abades, duques, condes, barões e senhores; e pelo comum acordo entre as partes da Inglaterra e da França.

Tal acordo foi confirmado pelo papa e sacramentado por ambos os reis, tanto por suas respectivas partes, como também por seus enviados, de maneira tão digna e resoluta que todos os príncipes cristãos pensaram que perduraria de modo estável para sempre. Entretanto, tal paz duradoura mal perdurou por oito anos, pois foi quebrada de maneira fraudulenta por pretextos dissimulados e falsas disputas apresentadas pelos contendores franceses, como aquelas do conde de Armagnac e de outros senhores da Guiena.[1166]

Tempos depois, o rei Carlos V da França, filho do rei João, sob a alegação da dita trégua e da paz duradoura feita por seu pai, retardou todas as conquistas do rei Eduardo III, bem como a de seus filhos e a de seus representantes, assim com os apartou de todas as terras conquistadas por aquele monarca na França, Normandia, Borgonha, Flandres e muitos outros condados, baronatos e senhorios. {Também foi assim em relação a} uma grande parte do ducado da Guiena, cujos condados e senhorios, da mesma forma como na Gasconha, deveriam ser concedidos plenamente sem qualquer necessidade de homenagem ou de reconhecimento de preeminência de status,[1167] senão por decisão do nobre rei Eduardo e de todos os seus herdeiros, para nunca mais retornarem para os seus adversários da França, nem por meio de homenagens e nem de juramentos. Isso está expressamente ordenado e inscrito nos registros de todas as homenagens realizadas pela

[1165] O tratado de Bretigny é possivelmente um dos mais emblemáticos de todo o período de conflitos, pois formalizou a posse dos territórios na França ao monarca inglês, além de exigir uma vultosa soma para o resgate do rei francês, a qual nunca foi inteiramente paga. Uma versão de seus pontos foi copiada poucos anos após sua assinatura pelo cronista anônimo de Canterbury. **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346-1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 67-105.

[1166] Em 1369, Eduardo III encontrava-se velho e adoecido, fato que fez o governo do reino ser levado a cabo por um de seus filhos, John Gaunt. A partir de ataques simultâneos à várias regiões, combinados com a inabilidade inglesa em angariar fundos para uma resposta armada, levou a uma série de entreveros desfavoráveis aos ingleses que perduraram pelas décadas seguintes. SUMPTION, J. **The hundred years war:** divided houses. London: Faber and Faber, 2009. p. 18-60.

[1167] Aqui empregado no sentido de o rei da Inglaterra não ter de prestar juramento formal ao rei na França como duque daquela região.

Guiena e Gasconha, produzidas pelo conde de Armagnac, o senhor da Bretanha[1168], viscondes, barões, cavaleiros e escudeiros, e todos os outros nobres notáveis dos ditos ducados; homenagens essas realizadas ao rei Eduardo e ao príncipe Eduardo, duque da Guiena, representante do rei.

Tais homenagens foram prestadas na catedral de Saint Andrew, em Bordeaux, no décimo nono dia de julho, no ano de 1363 da era de Cristo, onde estiveram presentes *Sir* Thomas Beauchamp, conde de Warwick, um intrépido e bem afortunado cavaleiro daqueles dias, bem como *Sir* John Chandos de Herefordshire[1169], visconde de Saint-Sauveur [*na Normandia*], que esteve presente em muitas batalhas. Ele comandou cerca de mil lanças e atuou como representante[1170] do rei Eduardo com uma vigorosa hoste de indivíduos bem armados na Guiena. Ademais, depois que o príncipe Eduardo recebeu todas as homenagens concernentes ao domínio de Bordeaux, Bourdelois e Bazadois[1171], como o senescal da Gasconha, ele e os ditos representantes dirigiram-se a todas as outras regiões e receberam as homenagens e juramentos tanto em nome do rei Eduardo III, em função de seu título régio, como por seu título de duque da Guiena. Não houve diferenças entre as duas homenagens prestadas ao rei e ao duque da Guiena, exceto pelo fato de que aquele a prestar homenagem, durante o pronunciamento de seu voto ao duque, reservava-se a mencionar tal excelência e a {expectativa de} proteção de seu senhor soberano, o rei Eduardo.

[1168] É possível que se refira ao senhor da Bretanha. O verbete "*bretein*" no *Middle English Dictionary Online* aponta que essa pode ser uma forma variante de *Britain*, isso é, Bretanha. Esse termo pode ser encontrado grafado de forma similar em documentos contemporâneos. Um cronista anônimo de Londres menciona que Henrique VII ordenou a proclamação da prisão de um indivíduo que se auto declarava monarca "*through out all England, France, Scotland, Bretten and Sayland*". Em uma carta escrita em 1462, um certo John Ruse menciona ter ouvido sobre uma frota de navios avistada na costa oeste do reino, composta por "*lx. seile of Spanyards, Brettenys, and Frenshemen*". Outra possibilidade é que se refira à localidade de Breteville, cujo visconde acompanhou o séquito do arcebispo de Reims nas negociações com Henrique V ao final de sua primeira campanha na segunda metade do século XV. GAIRDNER, J (Ed). **The Paston letters, A.D. 1422-1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904, v.4, p. 57.; **GESTA HENRICI QUINTI.** The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 157-159. FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Claredon Press, 1911. p. 32.

[1169] John Chandos foi um dos capitães mais destacados em seu tempo, e, além de ser um homem de confiança do príncipe Eduardo, seu heraldista produziu um panegírico àquele último, onde não deixa de realizar um vívido registro das guerras no período. **THE LIFE** of the Black Prince: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Claredon Press, 1910. p. LIV-LX.

[1170] Do original *"comissarie":* representante de uma autoridade superior a quem certas funções são delegadas com poder de agir. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary?utf8=%E2%9C%93&search_field=hnf&q=comissarie. Acesso em: 23 out. 2019.

[1171] Todas as três regiões próximas geograficamente e integrantes do ducado da Gasconha. MALTE-BRUN, M. **A system of universal geography:** or a description of all the parts of the world, on a new plan, according to the great natural divisions of the globe. Boston: Samuel Walker, 1834, v.3. p. 1021.

[*Logo o príncipe Eduardo*] recebeu as homenagens de todos os vassalos e súditos nas senescalias de Agen, Landes, Périgord, Courson, Rouergue, Limousin, Saintonge e nos condados de Bigorre, Aiguillon, Poitou e Poitiers. Dessa forma, pode-se considerar que os condados e regiões referidos compreendiam um amplo território e muitos milhares de pessoas estavam e ainda haverão de estar sob vossa obediência.[1172] {Ainda a respeito daqueles tempos}, o príncipe Eduardo e os representantes régios empreenderam suas jornadas por oito meses até o quarto dia de abril do ano 1364 da era de Cristo, para que pudessem receber todas as homenagens devidas. Entretanto, atualmente, no ano de 1451 da era de Cristo[1173], após toda a Normandia ter sido perdida, e da mesma maneira a Gasconha e a Guiena[1174] terem sido entregues em razão da falta de assistência [*de um exército*] em tempo hábil, muitos de seus verdadeiros súditos foram conquistados pelos adversários da França.

Desse modo, milhares de pessoas nobres, assim como muitas outras, foram coagidas pelo uso da força, contra seus propósitos e o desejo presente em seus corações, a prestarem homenagem ao vosso adversário, em decorrência da completa privação do ducado da Guiena, bem como da Normandia. Com a ajuda do todo-poderoso Deus e de São Jorge, defensor e protetor primaz de vossas terras, e com o conforto oferecido por vossos verdadeiros súditos, ambos não permanecerão por muito tempo sob o domínio e nem sob a governança dos adversários.

Quanto aos últimos tempos, uma paz duradoura foi firmada solenemente com o rei Carlos VI em Troyes, Champagne, no vigésimo primeiro dia de maio do ano 1420 da era de Cristo.[1175] Tendo sido registrada na corte do parlamento, ela confirmou que todas as divisões e disputas entre os reinos da Inglaterra e França deveriam cessar terminantemente. Entretanto, aquela paz duradoura não perdurou por dois anos completos, tendo sido interrompida pouco após a morte do vitorioso príncipe Henrique V, o qual se casou com a rainha Catarina. Por fim, a última das grandes tréguas levadas a cabo foi aquela de Tours entre Henrique VI, o príncipe inocente, e Carlos VII, seu

[1172] De Eduardo IV.
[1173] Outro indício das várias temporalidades a entrecortarem a escrita do texto. Possivelmente não foi revisado para Eduardo IV.
[1174] A Guiena veio a ser efetivamente perdida após 1453. Esse é um possível indício das revisões que sofreu o texto por antecipar em dois anos tal evento.
[1175] O tratado de Troyes foi firmado em 1420, e, em linhas gerais, estabelecia que Henrique V herdaria a Coroa da França após a morte de Carlos VI, deserdando desse modo o delfim. Uma cópia dos pontos daquele tratado é apresentada por um cronista londrino Quatrocentista em: GAIRDNER, J (Ed). **The historical collections of a citizen of London in the fifteenth century**. London: Camden Society, 1876. p. 128-138.

adversário da França, no vigésimo quarto ano de seu reino, formalmente jurada e sacramentada, e posteriormente quebrada pelos contendores franceses.

Nenhuma dessas tréguas foi observada ou mantida, a despeito de quaisquer sacramentos, juramentos [ou] promessas realizadas por vosso adversário e por seus duques, condes e barões, mas, pelo contrário, sempre foram quebradas quando quer que pudessem obter alguma vantagem contra nós, como abertamente demonstrado. Assim, elas servem como um espelho para que todos os príncipes cristãos suspeitem de qualquer trégua levada a cabo por vosso dito adversário, bem como por seus aliados e súditos, sejam eles o duque da Bretanha, o duque de Orleans ou qualquer outro de seus cúmplices[1176], pois houve algum momento em que vossos nobres progenitores tiveram confiscada a posse do dito ducado da Normandia?

Desde os dias do duque Rolo da nação da Dinamarca, no ano 912 da era de Cristo, ela foi adquirida por meio de uma conquista {militar} sobre Carlos, o Simples, o qual ofereceu sua filha em casamento ao dito duque, tendo o domínio sido continuado sucessivamente pelos seus herdeiros por 251 anos, período durante o qual nunca esteve nas mãos de um monarca da França, até ter sido perdida nos tempos do rei João da Inglaterra.[1177] Em razão dos infortúnios ultimamente enfrentados [s*ob as alegações de trégua e a fim de diminuir Artur da Bretanha*[1178]], ela foi perdida e cedida ao rei Filipe, o enviado por Deus, no ano 1203 da era de Cristo, entre o primeiro e o segundo ano do reinado do rei João. A partir do primeiro ano de seu reinado, a posse do dito ducado da Normandia foi descontinuada por 136 anos, isto é, até o ano 1339 da era de Cristo, quando seu direito e sua posse foram restaurados pelo vosso nobre progenitor, o rei Eduardo III, o qual, por muitos anos lançou cercos e confrontou, por meio de batalhas, Filipe de Valois e João da França, usurpadores daquele reino.

[1176] O rancor inglês aqui se deve ao fato de os duques da Bretanha e Orleans terem se aliado ao monarca francês após décadas de apoio formal à Coroa inglesa, frustrando não apenas os planos para o prosseguimento do conflito, mas efetivamente pondo em risco a estabilidade das regiões conquistadas. No tratado de Amiens de 1423, John Bedford chegou a firmar uma aliança pessoal com aquele primeiro duque e também com o da Borgonha, porém suas expectativas foram frustradas poucos anos depois com o reinício das animosidades entre todas as partes. LOBANOV, A. The treaty of Amiens (1423): towards a reconsideration. **Proslogion,** St. Petersburg, v. 2, n. 14, p. 242-261, 2016.

[1177] A extensão de tempo correta são 292 anos, pois o ducado foi perdido por João I em 1204.

[1178] Arthur de Richemont (1393-1458) foi duque da Bretanha e condestável da França, sendo responsável pela articulação do tratado de Arras em 1435, o qual levaria ao tratado de Tours em 1444. Além de ter participado em campanhas vitoriosas como as de Formigny e aos cercos de Caen e Cherbourgh em 1450, sua marca mais significativa, entretanto, foi ser o encarregado do rei em organizar as *companies d'ordonnance*, uma espécie de embrião de forças armadas permanentes que viriam a aumentar a superioridade francesa nas décadas finais do conflito. Por todas essas razões, certamente era um alvo do rancor inglês. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 33-34; 91-92.

CAPÍTULO 30

Como o rei Eduardo III se aliou àqueles de elevado estado e começou a contender na França

O rei Eduardo aliou-se com poderosos príncipes para que o socorressem e o assistissem nas guerras. Primeiro, aliou-se com Luís, imperador germânico, a quem recompensou com cinquenta mil sacos de lã para que provisionasse e fornecesse guerreiros sob seu pagamento para que fossem em auxílio da sua conquista.[1179] Posteriormente, ele se aliou com o conde de Hainault e com o conde de Flandres, e também com o duque da Bretanha – alianças essas que forneceram grande socorro e auxílio em sua conquista da França e da Normandia, pois ele obteve por meio da primeira incursão feita pelo mar 2500 cidades e castelos e, dali em diante, ele reinou e continuou exercendo atividades de armas por 34 anos, subjugando o rei francês e os seus respectivos aliados em detrimento do direito de suas heranças, como podem perceber mais claramente aqueles que se deleitam com a leitura do livro de seus atos do [*mestre*] {Jean} Froissart.

Seus dias continuaram a proceder dessa maneira até o tempo da dissimulação realizada sobre a grande paz firmada em Brétigny no ano 1360 da era de Cristo entre ele e o seu prisioneiro, o rei João da França. Após a morte deste último, seu filho, Carlos, o Sábio, causou grandes obstáculos às conquistas do rei Eduardo III na França, Normandia e em parte da Guiena. Desde então, esforços mais efetivos e feitos de armas foram realizados pelo vitorioso príncipe Henrique V, o qual acompanhou pessoalmente muitos cercos, tomando castelos de assalto, além de ter participado de batalhas e expedições a partir do segundo ano de seu reinado, [*priorizando-as*] até o dia de sua morte no intervalo de sete anos. Parte desses esforços foram brevemente especificados anteriormente.

Além do mais, seus verdadeiros e obedientes súditos foram expulsos das terras e propriedades[1180] a eles conferidas por vossos predecessores, assim como também o foi o grande e poderoso príncipe Richard, duque de York, vosso pai[1181], o qual realizou duas

---

[1179] Sobre esse evento, cf.: BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel:** 1290-1360. Translated by Nigel Bryant.Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 75-76.

[1180] Após a expulsão dos ingleses da França, muitos se queixaram das terras perdidas que eram fontes de rendimentos. Conforme aponta por meios quantitativos, boa parte dos guerreiros ingleses na França, especialmente nas décadas finais do conflito, eram originários das camadas inferiores da *gentry*, ou mesmo sem quaisquer ligações com a nobiliarquia, uma vez que sua perspectiva era a de ascender por meio das armas e adquirir bens, terras e títulos. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 207.

[1181] A menção a Ricardo, duque de York, como pai do monarca evidencia que essa passagem é voltada a Eduardo IV.

expedições como representante e governante da França, cujo serviço prestado a eles em sua conquista não foi recompensado por sua perda.[1182] Ó, meu Deus, bradavam eles! Quem na época poderia fielmente acreditar que os contendores franceses ou que seus aliados iriam mantê-las, levando-se em consideração, pois, as diversas vezes em que fomos ludibriados e prejudicados por meio de tais tréguas dissimuladas como as anteriormente ditas?

Mesmo que todos esses inconvenientes tenham recaído sobre nós por meio das conspirações e logros sobre as sombras de tais tréguas dissimuladas, é preciso que fique bem claro que, embora eles nunca antes tivessem se apresentado de modo tão orgulhoso, audaz e potente, e nem mesmo tão ardiloso e astuto em tais fraudes e conspirações, por Deus, eles serão sobrepujados e trazidos ao correto lugar ao qual pertencem. {Isso ocorrerá} quando a proba diligência {na retomada das armas} for demonstrada por nós ao executarmos a busca por tais direitos, uma vez que o título e pleito à herança ao trono da França são legítimos, como é verificável brevemente através dos exemplos enunciados anteriormente.

CAPÍTULO 31

Por quais razões Deus permite que ocasionalmente aqueles com direitos e títulos legítimos sejam sobrepujados? Mesmo que isso ocorra, nenhum homem deve sentir-se desencorajado a buscar seus direitos

Por vezes, Deus permite que aqueles com direitos e títulos legítimos e que vivem de acordo com as Suas leis sejam penosamente perseguidos e expostos a grandes perigos, labores e aflições; bem como, ocasionalmente, que sejam sobrepujados, aprisionados ou mortos em batalha, de acordo com a divina providência, quando Ele assim determina, mesmo que tais pessoas jamais tenham deixado de serem boas, e suas altercações, títulos e direitos legítimos se apresentem mais probos do que nunca. Contudo, {ainda} não havia sido experimentado tamanho infortúnio como aquele que recaiu no ano 1450 da era de Cristo, quando um notável exército foi sobrepujado em Formigny, onde o cavaleiro *Sir* Thomas Kyriell, representante régio naquela expedição, [*foi aprisionado junto a cerca de*

[1182] Em meados de 1440, o duque de York ofereceu uma série de recomendações ao monarca a respeito de como a guerra deveria ser conduzida enquanto ele fosse o representante régio na França. Dentre suas asserções, estavam a de que, em caso de fracasso nas expedições, não devolveria o dinheiro pago pelo rei e pelos súditos, além de não ser culpabilizado pelo insucesso em caso de pagamento e envio de víveres de forma não diligente. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861, v.2, pt.2, p. 585-591.

outros 900 homens] em razão de muitos capitães de menor importância não terem seguido as ordens estipuladas durante aquele combate repentino, e também por demoraram mais do que o necessário em seus deslocamentos, tanto após ele ter desembarcado, como enquanto ele se dirigia para alguma fortaleza.[1183]

Um outro grande exército em deslocamento foi obstado pela negligência na pronta realização de seu pagamento no ano de 1450 da era de Cristo. Eles estavam prontos para se dirigirem à Guiena, porém, permaneceram estacionados na costa da Inglaterra por quase um quarto do ano, esperando que seu pagamento fosse realizado.[1184] Nesse meio tempo, a cidade de Bordeaux foi perdida por falta de socorro. Entretanto, que Deus nos proteja de que, por tais adversidades, sejamos profundamente desencorajados.

Busquemos exemplos a respeito do que foi relatado. Está escrito no livro dos Macabeus, no oitavo capítulo, como o venerável Judas Macabeu, ao ver o povo de Deus enormemente enfraquecido e desorientado em função de seus muitos fracassos, disse a seus cavaleiros: "Ouçam, é melhor prosseguirmos e morrermos em batalha do que continuarmos por um extenso período a permitir a continuidade das grandes paixões e aflições que causam o nosso infortúnio".[1185] E desde aquele tempo em diante, pela vontade de Deus, e também pela boa coragem e confiança que lhes foi inspirada, eles se tornaram conquistadores e sagraram-se vitoriosos em todas as suas batalhas.

Outro exemplo é aquele de São Luís da França, o qual, na tentativa de expandir a fé cristã, dirigiu-se com grandes exércitos à Terra Santa [*por volta*] do ano 1270 da era de Cristo, e sofreu grandes adversidades entre os sarracenos. Ele e seus cavaleiros foram subjugados e aprisionados pelo sultão da Babilônia, que exigiu o pagamento de um grande

---

[1183] Em resposta ao ataque inglês a Fougeres em 1449, Carlos VII iniciou uma série de cercos à localidades da Normandia na expectativa de retomar o seu controle perdido décadas antes sob o governo de Henrique V. Em uma tentativa de parar o seu avanço, o monarca inglês despachou um pequeno exército sob o comando de Thomas Kyriell, os quais foram ao encontro do inimigo na vila de Formigny, alcançando-os em 15 de abril de 1450. Incapaz de fazer frente ao poderio do adversário, os guerreiros ingleses reminiscentes na Normandia foram derrotados e muitos deles mortos, fato que veio selar a retomada do ducado. É válido destacar que essa justificativa levantada por William Worcester se aproxima daquela outra, inclusive textualmente, elencada por John Fastolf. Cf. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864, v.2, pt.2, p. 595. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 127 – 128.

[1184] Um cronista contemporâneo chegou a afirmar que "um grande poderio de soldados foi enviado a Calais para guarda-la e, em seguida, partirem para a Guiena". No entanto, muito embora não mencione esse período de retardo na costa inglesa, ele destaca que foram reunidos "a grandes custas dos comuns de Londres, a ponto que cada pessoa de boa reputação foi taxada e cedeu parte de seus bens [...], taxação aquela levada a cabo por meios estranhos e ardilosos", o que indica o problema recorrente do pagamento das hostes apontado por William Worcester. FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Claredon Press, 1911. p. 126.

[1185] Essa passagem está no Livro 2 de Macabeus, capítulo 8, versículo 16. **DOUAY-RHEIMS BIBLE.** Disponível em: http://www.drbo.org/chapter/46008.htm. Acesso em: 12 dez. 2019.

resgate; além disso, seus homens morreram em grande número em razão de doenças, fome e sede, até que Deus o socorreu, e ele retornou à França sob grande reverência.[1186]

CAPÍTULO 32

Outra admoestação feita pelo historiador

Ó, grande e poderoso príncipe, rei da Inglaterra e da França, e também vós, nobres príncipes e audazes senhores de variadas condições, velhos e jovens, de uma linhagem tão antiga e valorosa que descende do nobre sangue de Tróia, conforme consta nos registros de muitos cronistas e em histórias de nobres sábios, assentadas e estabelecidas por sua autoridade. Somente vós mantivestes sem máculas e deformidades perante a lei dentre os mais poderosos em todas as regiões, dentro e fora da Cristandade, garantindo sob vossa regência e governo uma quantidade expressiva de nobres homens da Cavalaria, os quais fizeram com que seu reino se sobressaísse a todas as outras terras tanto em dimensão como em suas proporções.[1187]

Permitam que tais antepassados sirvam como espelhos, em função de suas qualidades, e que permaneçam perante vossos olhos em lembrança contínua, a fim de que o exercício de seus nobres atos de conquista os levem ao êxito o mais vigorosamente possível, da mesma forma que eles alcançaram por meio da proeza e da valentia com as armas, como é bem demonstrado aqui, que, por meio de feitos vitoriosos, foi-lhes constituída a reverência. Contrariamente a outras nações, eles sempre favoreceram e demonstraram o renome e a excelência da coragem de vossos respectivos antecessores, tanto em regiões desconhecidas – dentre os sarracenos na Síria e na Turquia, como

[1186] Nessa passagem William Worcester mescla dois momentos das empreitadas cruzadísticas do rei Luís. Na primeira, em meados da década de 1250, ele foi aprisionado junto a outros guerreiros cristãos e foi libertado apenas o pagamento de um vultoso resgate, além da promessa de uma trégua de dez com os infiéis. De lá, ele partiu para a Palestina e retornou à França em 1254. Em julho de 1270, ele partiu uma segunda vez para o norte da África, e, ao chegar em Tunis, adoeceu e veio a falecer. BIRD, J.; PETERS, E.; POWELL, J.M. (Eds.). **Crusade and Christendom:** annotated documents in translation from Innocent III to the fall of Acre, 1187-1291. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013. p. 348-349.

[1187] Possivelmente William Worcester refere-se a área total que o reino inglês chegou a ter com a anexação efetiva de vastas porções de terras na França, ou ainda, que proporcionalmente ao tamanho do reino inglês, houve uma quantidade expressiva de bons guerreiros sob o governo do monarca.

também nas regiões próximas: na França, Espanha, Lombardia, Prússia e em outras.[1188] Dessa maneira, vós deveis enaltecer e exaltar sempre a Deus, pois, desde a morte do príncipe Eduardo e do bom Henry, duque de Lancaster[1189], [*tem havido poucos como eles no exercício das armas*].

CAPÍTULO 33

Aqui é feita uma breve menção ao valor de Henrique V e seus irmãos Thomas, John e Humphrey, quatro nobres príncipes

Nos últimos tempos, onde estavam aqueles que descendiam de sangue nobre e eram tão corajosos em feitos de armas como foi o poderoso príncipe de renome de vossa linhagem, Henrique V, bem como os três poderosos e nobres príncipes, seus irmãos, dos quais dois são primos de vossa linhagem? Em seus dias, eram como os pilares e as colunas de sustentação daqueles que resistiam na [*última conquista e na*] posse de vossa justa herança, tanto no reino da França como na manutenção da justiça, tranquilidade e da paz de seu reino da Inglaterra, assim como nos ducados da Normandia, Gasconha, Guiena e no condado de Maine.

Aponto e relembro brevemente como Thomas, duque de Clarence, em sua juventude, no ano de Cristo de 1403, representante de toda a Irlanda, e posteriormente representante e governador de vossos ducados da Gasconha e Guiena, defendeu vossos verdadeiros súditos dos adversários, mantendo-os sob vossas leis e protegendo vossos direitos. Posteriormente, em companhia do vitorioso príncipe Henrique V, laborou por meio das armas na nobre conquista da França e no ducado da Normandia, tornando-se representante de suas regiões fronteiriças. Em meio a seus adversários em Baugé, no ducado de Anjou, travou uma inesperada batalha de maneira valorosa, contando em sua companhia com apenas alguns senhores e nobres. Deixando sua hoste para trás, lançaram-se, sem esperá-la, contra um grande número de inimigos franceses e escoceses, sendo

[1188] A prática de errar beneficiava aos cavaleiros engajados nesse tipo de conduta do renome adquirido em paragens diversas, fosse combatendo em torneios ou nas guerras de outros príncipes. Isso porque expunham-se a perigos físicos e a riscos de perdas financeiras, como quando eram aprisionados, tinham sua armadura, armamentos e cavalos confiscados pelos inimigos e assim por diante. Em contrapartida, isso permitia-lhes criar e estreitar laços com outros homens de armas, favorecendo a possibilidade de estreitamento de futuras alianças, como na guerra e na realização de casamentos. KEEN, M. **Chivalry.** New Haven: Yale University Press, 1984. p. 224.

[1189] Vale ressaltar que Henrique V é chamado de duque de Lancaster, provavelmente por razão dessa passagem ter sido escrita quando John Fastolf debandou em favor dos York durante a Guerra das Duas Rosas. Contudo, ele ainda será chamado de rei em momentos mais adiante.

morto por eles no ano de 1421 da era de Cristo. Contudo, Deus, por seu poder, permitiu que os capitães dos escoceses fossem subjugados posteriormente nas batalhas de Cravant, Verneuil e Rouvray.[1190]

Similarmente, seu segundo primo, John, duque de Bedford, que em sua juventude foi representante das marcas, realizou grandes expedições militares e batalhas contra os escoceses, mantendo-os em sujeição. Posteriormente, ele foi feito almirante e mantenedor do mar, onde esteve presente em uma grande e mortal batalha, na qual derrotou carracas, galeões e outros grandes navios. Por certo tempo, também foi representante e protetor dessa terra[1191]; e zelou pela conquista da França e da Normandia nos dias do devoto príncipe Henrique VI, tendo sido nomeado regente e governador sobre todos os súditos da França e da Normandia por 13 anos, conquistado o condado de Maine, além de ter defendido, mantido e governado tais regiões em grande tranquilidade e paz, para a grande reverência de ambos os reinos. Lá, encontrou seu fim sereno em Rouen, no ano de 1435 da era de Cristo, no décimo quarto dia de setembro, onde ainda jaz.

Por fim, é preciso mencionar o terceiro irmão, Humphrey, duque de Gloucester, cujo notável poder foi colocado à disposição da conquista da Normandia junto a seu outro irmão.[1192] Na batalha de Agincourt, ele foi ferido gravemente e, posteriormente, foi capaz de vencer e [c*om o auxílio do nobre conde da marca e do conde de Suffolk*] submeter, em detrimento de seus adversários na Normandia, o castelo de Cherbourg, as cidades de Bayeux, Constances, com todos os arredores de Contentin e Avranches, Saint Louis, Carentan e Valognes, bem como todas as fortalezas e vilarejos naquela região fronteiriça, por meio da força e de cercos. Desde então, ele atuou como o protetor e defensor do reino da Inglaterra no período em que o monarca Henrique VI era jovem, mantendo grande justiça, tranquilidade e paz dentro de vosso dito reino.[1193]

Na ocasião em que vossa nobre cidade e o castelo em Calais foram cercados no ano de 1436 da era de Cristo, sem grande demora, ele vigorosamente foi ao seu

---

[1190] Em todas elas, John Fastolf esteve presente e sagrou-se vitorioso.

[1191] Em seu leito de morte, Henrique V teria solicitado a Bedford que assumisse a regência do reino até a maturidade do futuro Henrique VI. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 177.

[1192] O duque do Bedford.

[1193] Pouco antes de sua morte, Henrique V nomeou o duque de Gloucester como tutor e protetor de seu filho e futuro rei, então com menos de um ano de idade. Dessa forma, ele pretendeu agir como regente, porém teve seus poderes limitados pelo conselho régio integrado por seu irmão, o duque de Bedford, o qual lhe impôs a chefia daquele conselho, o qual exerceria o governo do reino de modo compartilhado entre seus membros. SAYGIN, S. **Humphrey, duke of Gloucester (1390-1447) and the Italian humanists.** Leiden, Boston: Brill, 2002. p. 18-29.

resgate.[1194] Muitas outras soberanas e principescas disposições de caráter foram demonstradas por ele no seu reino da Inglaterra, como quando [*se diz, doou livros de todas as sete ciências no valor de 1000 marks para a universidade de Oxford, tanto aquelas da divindade como as das leis espirituais e civis*[1195]*, e*] estimou o nobre clericato de vosso reino. Ele também teve grandes custos e gastos para demonstrar gentileza e favores a todos aqueles advindos de fora do reino, fossem membros de embaixadas, mensageiros e da nobreza, que buscavam a reverência das armas, os quais, provindos de várias regiões, visitaram essa terra, tendo recebido generosos presentes, com grandes recompensas entregues a eles, para o renome de seu nobre estado, cujo nome se difundiu entre todos os reinos cristãos e pagãos. Após muitos invernos vividos de modo valoroso, ele encontrou seu fim na cidade de Bury {St. Edmunds}, no ano de 1447 da era de Cristo, no vigésimo quinto dia de fevereiro.[1196]

Logo, foram sobre esses vigorosos feitos que se mantiveram os quatro nobres príncipes em seus dias, e subsequentemente muitos de seu nobre sangue, como primos e outros aliados de proximidade consanguínea, com títulos de duques, condes, barões, os quais faleceram na época da última conquista da França e da Normandia.

CAPÍTULO 34

Por qual razão foram ordenados os cavaleiros da ordem e irmandade de São Jorge

Deve-se mencionar os valentes cavaleiros escolhidos para comporem a nobre e valorosa Ordem da Jarreteira[1197], fundada pelo justo e nobre príncipe e rei Eduardo III no castelo de Windsor no vigésimo terceiro ano de seu reino e cujos membros devem ostentar

---

[1194] As relações entre o duque de Gloucester e o da Borgonha chegaram a um nível insustentável quando aquele último abandonou a aliança com os ingleses após o tratado de Arras em 1435. Nesse contexto, ainda se somam a morte do duque de Bedford em 1435 e o descrédito do cardeal Beaufort junto aos pares do reino, ambos os quais advogavam por uma paz final com os franceses em oposição a Gloucester, favorável a retomada dos conflitos. Alçado a principal liderança militar do reino nesse período, tais fatores foram agravados por disputas pelo controle de territórios na Normandia, o que o levou a liderar uma expedição a Flandres e a organizar a defesa bem sucedida de Calais em resposta à contra-ofensiva de seu adversário borgonhês. Ibid., p. 69-72.

[1195] A seu interesse letrado no amparo da produção e cópia de escritos, muitos de cunho moralizante e voltados aos saberes da cavalaria, foram mencionados na primeira parte da investigação. Duas inquirições a respeito do tema, e mais especificamente sobre o papel e a importância de sua doação de obras para a biblioteca de Oxford, foram realizadas em: PETRINA, A. **Cultural politics in fifteenth-century England:** the case of Humphrey, Duke of Gloucester. Leiden; Boston: Brill, 2004. p. 224-258; SAYGIN, op. cit., p. 81-97.

[1196] Sua morte ocorreu em 23 de fevereiro de 1447. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 157.

[1197] Sobre o papel dessa ordem entre os séculos XIV e XV, cf. COLLINS, H.E.L. **The order of the garter, 1348-1461**: chivalry and politics in late medieval England. Oxford: Claredon Press, 2000.

na perna essa insígnia. [*Segundo dizem*], {ela representa} o valor daquele que, ao estar na batalha, não deve fugir, independentemente da fortuna que lhe recair, devendo assim suportar o que Deus lhe enviar.[1198] Tal ordem foi fundada por aqueles realizadores de proezas, atos de bravura e provados em armas por seus grandes labores na guerra e com valentes feitos de armas, os quais juntaram-se a Deus e devem ser relembrados.

Fosse nos perigos da batalha ou dos cercos dos quais participaram em função do justo título da coroa da França, eles sempre levaram adiante tal empreitada seguindo o mais sublime exemplo de boa coragem junto a seus companheiros, sempre objetivando obter a predominância {nos feitos de armas}. Ó, meu Deus! Nunca houve testemunho de que qualquer um deles tenha batido em retirada ou fugido de batalhas ou dos feitos de valor[1199], mas, ao invés disso, avançavam {sobre o inimigo} antes de qualquer outro {guerreiro}, como o fez o nobre cavaleiro, um membro da Jarreteira, *Sir* John Chandos, como um leão lutando no campo [*na batalha de Nájera, na Espanha, com o príncipe Eduardo*[1200]]. De natureza similar à de um leão, defendeu o reino da França de vossos adversários, preservando vossos direitos de príncipe e os de seus súditos, auxiliando na conquista da França, Normandia, Anjou, Maine e do nobre ducado da Gasconha e da Guiena, mantendo a honra e estado dos mesmos, para o bem de ambos os seus reinos e socorro dos verdadeiros súditos desta terra.

Além disso, eles assumiram a compleição de leões, lutando com grande força, vigor e de maneira inflexível para se contraporem a seus inimigos, muito embora boa parte dos contendores adversários tenham evitado, fugido ou abandonado o campo e seus companheiros, em situações em que deveriam ter resistido. Por exemplo, a nobilíssima expedição realizada no ano de 1431 da era de Cristo, em Senlis[1201], onde, de um lado, o vosso representante e autoridade estiveram presentes e, do outro, Carlos VII, vosso grande

---

[1198] Propositalmente ou não, William Worcester realiza uma rima no original: "*what fortune fille shuld not voide the feeld, but abide the fortune that God lust sende*".

[1199] Embora a tentativa de enaltecer a ordem possa ser parte do jogo de intenções de William Worcester para exaltar a retomada do conflito e a convencer os homens de armas a buscarem pautar suas ações por meio dos saberes cavaleirescos, igualmente é possível pensar que o letrado tentou minorar os opróbios que recaíram sobre o nome de John Fastolf, o que foi formalmente acusado de fugir da batalha de Verneuil por outro membro da Jarreteira, John Talbot. No artigo de Collins, há um cotejo de relatos contemporâneos em que, muito embora alguns deles denigram a imagem do cavaleiro, outros, como Jean de Wavrin, o qual esteve presente naquele evento ao lado dos ingleses, defendem que sua retirada foi fundamental para salvaguardar a vida e a integridade de seus companheiros de armas, uma vez que a batalha já estaria perdida para os ingleses. COLLINS, H.E.L. Sir John Fastolf, John Lord Talbot and the dispute over Patay: ambition and chivalry in the fifteenth century. In: DUNN, D. (Ed). **War and society in medieval and early modern Britain.** Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 122-124.

[1200] No original "*Fizar*".

[1201] NEILLANDS, R. **The hundred years war.** London: Routledge, 2001. p. 263.

adversário da França, com todo o seu poderio expresso pelos 1500 guerreiros a seu lado. Embora tenha se mantido em prontidão para guerrear por três dias no campo, fugiu sem lutar contra vosso parente John, duque de Bedford, naquela ocasião representante régio, o qual igualmente permaneceu presente no campo de batalha por três dias.[1202] Pouco tempo depois da valorosa expedição a Senlis, vosso dito adversário da França dirigiu-se à cidade de Paris com todo o seu poderio real, tencionando adentrar a mesma e expulsar a vosso dito primo, o duque de Bedford.

Ao tomar conhecimento desse fato, aquele último imediatamente tomou medidas [*muito embora tivesse recebido tal aviso subitamente e tivesse poucos homens sob seu comando*] para afrontar novamente aquele adversário, o que o colocou em grande perigo. Entretanto, ele conseguiu adentrar Paris, guarnecê-la e defendê-la como prometido, enviando notícias posteriormente e trazendo alegria e conforto {aos seus habitantes}. Quanto ao vosso dito adversário, que tencionava tomar aquela cidade através de um numeroso cerco, resistiu vigorosamente com homens e artilharia, porém, foi gravemente ferido, ficando feliz em partir de imediato.

Nessa questão, mostra-se evidente que os senhores verdadeiramente obedientes ao rei e os nobres comandantes, também verdadeiros súditos, renunciaram a seus corpos, colocando-os em risco frente ao perigo da morte ou de se tornarem prisioneiros, e ainda assim Deus os auxiliou para que, através de Sua graça e de seus atos de bravura, acompanhados do sábio governo, [*eles*] fossem capazes de obter a vantagem sobre os adversários. Assim, foram capazes de manter tanto a dita cidade como o campo junto a outros homens que ali resistiram, quando os contendores adversários se apresentaram em dobro ou triplo de seus números, como dito anteriormente. Naquela ocasião em que a mencionada cidade foi tão vigorosamente assediada, o cavaleiro *Sir* John Radcliff, junto a seus companheiros, obteve grande reverência.

Ó justos e nobres mártires! Em função do verdadeiro e justo título à Coroa da França, pelo bem da majestade real, pela dignidade de ambos os reinos da Inglaterra e da França, e na defesa do que é correto e na busca de reverência, em várias ocasiões eles se colocaram em perigo, assim como era feito no tempo dos valorosos romanos. Portanto,

[1202] Esse tipo de prática poderia estar ligada a *journeé*, isso é, quando ambos os lados contendores acordavam um dia e local para a realização da batalha, e, por motivações de diversas ordens, era possível que uma iu mesmo as duas hostes abandonassem o campo sem lutarem. Seja como for, é um aspecto interessante de ser levantado no *Boke of Noblesse*, uma vez que ao mesmo tempo em que William Worcester critica aquele que morrem por lutarem de modo imprudente e em sob condições desvantajosas, ao mesmo tempo a fuga também poderia vir a ser motivo de reprovação. Cf.: JONES, M.K. The battle of Verneuil (17 August 1424): Towards a history of courage. **War in history,** v.9, n.4, p. 390-391, 2002.

pode-se dizer que estavam sempre dispostos e obedientes ao soberano, mesmo em face dos riscos e do perigo de morte. Que assim Jesus tivesse desejado à época da breve, súbita e vil invasão sofrida em consequência do desonroso confisco de terras e da expulsão da França, Normandia, Anjou, Maine e dos ducados da Gasconha e Guiena, ocorridos dentro do espaço de um ano e quatorze semanas, isto é, a partir do décimo quinto dia de maio do ano de 1449 da era de Cristo até o décimo quinto dia do mês de agosto do ano de 1450, quando cada castelo, fortaleza e cidade passíveis de serem defendidos nos ditos ducados [*foram entregues por meio da força ou de acordos feitos com os contendores adversários*[1203]].

Caso elas tivessem sido permanentemente provisionadas com o número necessário de homens, com quantidade suficiente de artilharia, víveres, e seus pagamentos tivessem sido realizados rigorosamente, eles poderiam ter sido encorajados e compelidos a manterem com firmeza tais territórios. Isso porque, antigamente, eram da estirpe de leões[1204] de furiosa coragem, resiliência e {dispostos a realizarem} atos de bravura naquelas regiões da Normandia, tendo sido capazes de conquistá-la, mantê-la e defendê-la pelo intervalo de 35 anos completos e sete dias, desde o início da última conquista, no terceiro ano do rei Henrique V, até que a roda da fortuna girou contra essa terra. Ademais, a conquista da França e da Normandia, empreendida pelo rei Eduardo III, não chegou a durar 34 anos.[1205]

Após a negociação de certas condições, um breve período de paz foi acordado entre ele e o rei João da França, em que ficou estipulado que aquele último deveria entregar uma parte do dito reino e ducado, além de certos condados, baronatos e senhorios, os quais deveriam estar sob nosso controle irrestrito na Guiena e em outras regiões. Tudo isso foi amplamente declarado no tratado final de paz realizado em Brétigny e, apesar dos juramentos, sacramentos, e dos selos de ambos os reis e de seus

---

[1203] Dentre os documentos arrolados por William Worcester e editados por Joseph Stevenson no século XIX, está uma lista de lugares e dos respectivos capitães responsáveis por sua defesa. Ali, o letrado aponta de modo sucinto para a maneira como foram perdidos, isto é, por fraude, covardia, traição, e etc. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864, v.2, pt.2, p. 619-633.

[1204] Ou seja, os ingleses, tanto pelo seu vigor moral, mas também uma possível referência ao brasão plantageneta.

[1205] A referência aqui é a de que após o tratado de Brétigny, assinado em 1362, as animosidades foram retomadas e os ingleses enfrentaram adversidades a partir da década de 1370. Assim, William Worcester compara aquele primeiro momento ao vivido após as campanhas de Henrique V, quando entre as décadas de 1410-1440 os ingleses ocuparam de fato vastas regiões no território continental da França.

senhores, ele foi quebrado pouco tempo depois pelos contendores adversários quando puderam tirar proveito da situação, algo ocorrido no ano de 1371 da era de Cristo.[1206]

Ó, meu Deus! Nós, vítimas de intoleráveis perseguições e misérias, o que devemos fazer ou dizer frente à perda de honra, de meios de subsistência que não foram recompensados[1207] e de bens móveis dos quais fomos privados? Devemos nos prolongar nessa aflição, angústia e penúria? Certamente não! Que Deus nos defenda de que tais invasões, erros e tiranias continuem impunes, e tão grande perda não permaneça sem punição e reparo! Uma forma de alcançar o reequilíbrio e, portanto, a correção, pode advir do empenho de vossos senhores em renovar suas antigas alianças com aqueles de regiões e territórios desconhecidos, como os romanos fizeram quando guerrearam na África contra os cartagineses; e como também, em dias mais distantes, o rei Eduardo III deu o exemplo e, similarmente, o rei Henrique V, em nossos dias, assim como o vosso nobre irmão John, duque de Bedford, depois dele.

Tais alianças estão praticamente exauridas para nossa grande desolação; elas costumavam ser renovadas por meio de casamentos daqueles de nascimento privilegiado, e também pelo apreço aos senhores, nobres e mercadores das regiões com as quais nos aliamos, ou desejávamos oferecer renome e honra através das armas aos príncipes com os quais pretendíamos nos aliar. Na mesma medida, também ocorria por meio do envio ocasional, quando necessário, de embaixadas aos príncipes compostas por homens estimados como valorosos e de estado elevado, agraciados com reverência em diversas regiões e que, de modo prudente, pudessem propor e declarar a causa urgente e necessária deste reino. É correto pensar, dessa forma, que vossos verdadeiros súditos da França foram menosprezados e aviltados pela presente situação, porém, nossos supostos aliados os teriam fortalecido com todo o seu poder e pujança em favor da correção daquelas ditas intrusões, as quais, sob as dissimuladas alegações de tréguas, foram lançadas contra nós.

A exemplo desta questão, já se fez menção anteriormente, porém cabe destacar novamente como foram narradas situações similares nas histórias romanas, quando

[1206] Em 1372, desentendimentos sobre a governança da Gasconha levaram a novas campanhas e a oposição entre ingleses e franceses. SUMPTION, J. **The hundred years war:** divided houses. London: Faber and Faber, 2009. p. 61-114.

[1207] Expulsos da França, aqueles homens voltaram à Inglaterra e esse foi um dos catalisadores para o enfrentamento à ineficácia governativa do rei que fomentou a Guerra das Duas Rosas.

Aníbal, príncipe cartaginês, infligiu uma fragorosa derrota a {Caio Terêncio} Varrão[1208], responsável pela hoste romana, resultando na coleta de anéis de ouro das mãos daqueles mortos em batalha, em quantidade suficiente para encher três grandes recipientes.[1209] Isso mostrou que o poder de Roma estava menosprezado e enfraquecido. Dessa forma, quando as notícias chegaram a Cartago, Hanno, um sábio e senador, exigiu conhecer a extensão de tal derrota...

CAPÍTULO 35[1210]

... qualquer que seja o dano, pois é mencionado por Cícero no livro que compôs sobre adivinhações[1211], bem como pelo famoso doutor, Santo Agostinho, no livro do livre-arbítrio,[1212] e, igualmente, por Boécio, em seu livro sobre a consolação[1213], também conhecido como "conforto contra o infortúnio" - de acordo com ele próprio -, que não devemos confiar tão somente naquelas coisas que se assemelham à adversidade ou à má fortuna, as quais, por vezes, nos vem de encontro ou nos atingem pelo lado esquerdo, em razão de nossas ofensas e pelo fato de não atentarmos às leis de Deus. Há aqueles que realizam previsões amparadas por tais bases, as quais, fortuitamente, vêm a ocorrer por meio de profecias, ou ainda por meio de outras influências e mesmo das constelações de

---

[1208] Embora no original William Worcester tenha denominado Caio Terêncio Varrão por "*Camos*", as principais fontes sobre o evento denotam que as forças romanas foram lideradas em conjunto por ele e por Lúcio Emílio Paulo Macedônico. Considerado o teor moralizante do *Boke of Noblesse* e o fato de que considera a derrota militar um desdobramento esperado em caso de desvios morais dos homens de armas, é possível que William Worcester tenha empregado o exemplo de Varrão como alguém despreparado para a função, pois em diversos relatos do evento ele é apontado como o filho de um açougueiro, fato reprovável por Vegécio quando diz que homens rústicos (os que aram a terra, são açougueiros, etc) devem combater, porém devem ser guiados por homens de nobreza. (Cf. Trevisa). Uma discussão sobre a batalha de Canas e as expectativas morais sobre seus comandantes é realizada por DALY, G. **Cannae:** the experience of battle in the Second Punic War. London; New York: Routledge, 2002. p. 119-123. TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle english translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 399-402.

[1209] No original, o vocábulo empregado é "*mui*", o qual, segundo o *Middle English Dictionary Online*, era uma medida utilizada para mensurar objetos secos, como o trigo, ou, nesse caso, os anéis dos combatentes abatidos. Tal medida, segundo o dicionário, a cerca de quatro "*bushel*", uma medida moderna cuja unidade tem serventia similar e equivale a pouco mais de 35 litros. Essa passagem encontra-se também em LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988. p. 75.

[1210] Devido à perda de um fólio, tanto a conclusão do capítulo 34 como o início do capítulo 35 encontram-se indisponíveis, e por tal motivo não há título aqui.

[1211] CICERO, M.T. **On divination.** Translated with introduction and commentary by D. Wardle. Oxford: Claredon Press, 2006.

[1212] Ele se refere ao *De Libero Arbitrio Voluntatis*. AUGUSTINE. **On the free choice of the will, on grance and free choice, and other writings.** Edited and translated by Peter King. New York: Cambridge University Press, 2010.

[1213] Em referência ao *A consolação da filosofia*. BOETHIUS. **The consolation of philosophy.** English translation by H.F. Stewart. London: Heinemann, 1918.

estrelas no céu; entretanto, tais julgamentos não são necessariamente verdadeiros, pois se aproximam da verdade mais como algo contingente do que inevitável, isto é, igualmente passível de vir ou não a ocorrer.[1214]

Se, por ventura, uma constelação ou profecia predissesse que, em determinado ano ou dentro de um tempo específico, a guerra, as doenças ou a escassez de recursos recairiam sobre um território ou região, ou mesmo que a perda de um território viria a se confirmar, isso seria dito de modo incerto, não sendo, pois, algo predestinado e infalível, pois se assim o fosse, deveríamos entender que as profecias, constelações e influência das estrelas seriam mestras sobre o poder de Deus, o que soaria como uma heresia ou mesmo um grande erro.[1215]

Portanto, se tais profecias e influência de ditas constelações pudessem ser tomadas por verdadeiras, ainda assim é preciso considerar que Deus imbuiu as almas dos homens com soberania para que aqueles imaculados fossem capazes de enfrentar situações adversas, assinaladas pelos julgamentos apresentados pelas constelações e profecias. Conforme afirma o famoso astrólogo Ptolomeu em sua principal obra, chamada de *Centiloquium*, "os homens sábios dominam os astros", ou seja, um homem é soberano sobre as sentenças das constelações.[1216]

[1214] Mesmo sem o fólio, é possível inferir, pelo teor das informações subsequentes, que William Worcester tenha pretendido aconselhar sobre necessidade de se manter firme perante as adversidades, em conformidade com a virtude da Fortaleza, destacada na introdução produzida por seu filho. A astrologia era um importante meio de aconselhamento de príncipes, conforme o título que atribui a obra de Boécio, e nesse sentido é importante apontar que no castelo de Caister havia ao menos um tratado sobre o tema. Segundo um registro contemporâneo, WilliamWorcester empenhou-se em criar tábuas astronômicas para o uso de John Fastolf em 1438 e, além disso, no *Boke of Knyghthode*, há sequencias de capítulos tratando da influência dos astros e dos humores nos comportamentos humanos, relacionando-os com virtudes e paixões dos cavaleiros. BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 16 – 22; MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 202.

[1215] A escrita de profecias políticas apontando para períodos de bonança ou de miséria destacavam desvios cometidos por eclesiásticos e nobres laicos em sua governança, mas que acabavam por impingirem a retribuição divina sobre toda uma comunidade ou mesmo sobre o reino. Bons exemplos desse tipo de escrito encontram-se em: ROBBINS, R.H. (Ed.). **Historical poems of the XIVth and XVth centuries.** New York: Columbia University Press, 1959. p. 113-121.

[1216] Tal sentença foi atribuída durante o período medieval ao Centiloquium e também ao Almagesto, dois tratados escritos por Ptolomeu, muito embora ela não se encontre presente em nenhum deles. É possível que William Worcester tenha tido acesso a comentários em latim ou francês, bem como algumas máximas do filósofo sobre a sabedoria e o governo do corpo encontram-se no *Dicts and saying of philosophers*, traduzido por Stephen Scrope e revisado por William Worcester. No castelo de Caister havia uma cópia do Almagesto, além de quatro outros livros sobre o tema. BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 224-228.; Hawkyard, 205, p. 61; TESTER, S.J. **A history of Western astrology.** Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 1987. p. 177.

Dessa maneira, não se deve admitir e nem acreditar que a grande adversidade que recai sobre nós advém de uma profecia ou mesmo da influência de constelações de estrelas, mas tão somente dos pecados e desventuras, assim como da falta de prudência e de governança política no tempo correto que nos levou a negligenciar o bem comum. Preocupamo-nos assim mais em nos magnificar e em enriquecer por meio de uma particular avareza, acostumando-nos a receber grandes recompensas e a extorquir os mais pobres. Em razão de tais atos legalmente e moralmente impróprios, Deus julgou-nos e enviou-nos aflições por meio de Sua divina providência, e, por meio de Seus inúmeros segredos e mistérios que desconhecemos, impingiu-nos tal infortúnio, bem como a privação do dito reino da França e de vossos territórios.

Pode ser percebido por aqueles que leem com diligência as histórias de velhos cronistas, como as de Josefo, no *Antiguidades Judaicas*[1217]; de Orósio, na *História contra os pagãos*[1218]; de Tito Lívio, *Sobre as batalhas romanas*[1219] e, por muitas outras, como mudanças drásticas de reinos e territórios de uma nação para outra de língua diferente são levadas a cabo em razão dos pecados, desventuras e mau governo em vigência no reino conquistado. O velho historiador Gildas menciona como o orgulho, a avareza e as paixões desenfreadas da carne, comuns entre os velhos Bretões, senhores deste reino, fizeram com que Deus permitisse que os saxões, homens de língua danesa, uma nação estrangeira, pudessem expeli-los desta terra na Anglia, na Cornuália e em Gales.[1220]

E onde está Nínive, a maior das cidades em seus dias? E a Babilônia, a grande torre, atualmente habitada por bestas selvagens? E as duas grandes e magníficas cidades de Tróia e de Tebas? E Atenas, que também foi o poço de conhecimento e sabedoria? E

[1217] William Worcester refere-se a essa obra como *Libro antiquitatum*, sendo seu título correto em latim *Antiquitatum iudaicarum*.

[1218] No original ela é citada por sua outra nomenclatura: *Ormesta Mundi*. LAWER, T.; HANNA, R. **Jankyn's Book of Wikked Wyves**: seven commentaries on Walter Map's "Dissuasio Valerii". Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2014. p. 504.

[1219] Muito possivelmente William Worcester esteja se referindo ao *Ab Urbe condita*. Tanto essa obra como aquelas outras mencionadas anteriormente, de Josefo, Orósio, Bartolomeu, o Inglês, Júlio Cesar e Vegécio constam no inventário do castelo de Caister. CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context.** London: Routledge, 2008. p. 102-105.

[1220] Nascido provavelmente nas décadas finais do século V, Gildas é considerado o pioneiro na composição de uma narrativa histórica nas ilhas britânicas com sua *A ruína e a conquista da Britânia* (*De Excidio Britanniae et Conquestu*). No prefácio daquela obra há uma passagem que certamente aproxima o teor de seu escrito com o do *Boke of Noblesse*. Ali, ao declarar o motivo de sua empreitada nas letras, ele esclarece que seu "propósito não se limita a narrar os perigos de uma guerra feroz levada a cabo por valentes guerreiros", pois também é de seu interesse "expor os riscos causados por homens indolentes". Tanto a tradução do título de sua obra como da passagem em questão foram realizadas a partir dos excertos presentes em: GRANSDEN, A. **Historical writing in England I**: c. 550-1307. London: Routledge, 2000. p. 1-2.

Cartago, a formidável cidade, vitoriosa e de grande renome, a qual acabou incinerada pelos romanos? E também Roma, gloriosamente exaltada por todo o mundo, tendo subjugado boa parte dele? E, da mesma forma, Jerusalém?[1221]

A fim de oferecer exemplos das muitas derrotas e conquistas desta terra por nações estrangeiras, desde que o sangue bretão aqui se fixou, é possível mencionar o povo denominado por Pictos, originário da parte mais setentrional do mundo. Depois deles, vieram os saxões que expulsaram o sangue bretão; por sua vez, os daneses conquistaram os saxões, e então os normandos conquistaram estes últimos. Pouco tempo depois, os angevinos da alta França, repleta de nobres cavaleiros de renome, como Geoffrey, conde Plantageneta e de Anjou, que se casou com a senhora Matilda, filha do duque da Normandia, e o rei da Inglaterra, Henry II, cuja filha, chamada de senhora e imperatriz Maud, manteve o sangue normando e dos angevinos até o presente.

Jó, em seu livro, disse que nada cai ou surge na terra sem uma causa e, da mesma forma, outros disseram que nenhuma adversidade nos recai senão por nossa maneira imprópria de viver e pelos pecados que reinam entre nós. Uma vez que, para nossa própria destruição, o orgulho, a inveja, a avareza individual e a concupiscência do corpo atualmente têm tido a primazia sobre nós, não temos tido zelo para com a prosperidade geral e o bem universal da comunidade. É válido relembrar como os valorosos senadores romanos nos deram muitos exemplos, como o de Lúcio Valério, e também o do nobre juiz e senador de Roma, Boécio, [*que grande amor*] sempre dispensou à cidade de Roma. O dito Lúcio Valério dispendeu grandes bens em prol do bem comum da cidade, a fim de zelar e manter a honra da mesma, defendendo-a de seus inimigos, assim como as áreas subjacentes, a ponto de morrer em grande pobreza. Entretanto, graças a seus feitos valorosos, os outros senadores providenciaram seu enterro da forma mais solene, no mesmo nível de sua importância.[1222]

Além dele, o supramencionado juiz Boécio amava que a retidão fosse mantida, e os pobres comuns de Roma confirmavam e defendiam que ele não poupava ninguém, fosse um senhor ou qualquer outro de estado superior. Contudo, ele ficou à mercê dos

[1221] Esse recurso ao questionamento de que os impérios são transitórios foi adaptado quase que literalmente de uma passagem do *Quadrilog Invectif* de Alain Chartier. Cf. BLAYNEY, M.S. **Fifteenth-century English translations of Alain Chartier's Le traite de l'esperance and Le quadrilogue invective.** London: Oxford University Press, 1974. p. 137-139.

[1222] Esse ponto se aproxima daquele apresentado no *Declamacion of Noblesse*, onde Flamínio defende que a riqueza é sobrepujada pelos atos valorosos de homens com habilidades marciais e conhecimentos dos saberes, os quais trazem maiores benefícios para o bem comum. TIPTOFT, J. The declamacion of noblesse. In: MITCHELL, R.J. **John Tiptoft (1427-1470).** London: Longmans, Green, 1938. p. 228.

perigos impostos pelo rei pagão de Roma, e preferiu ser exilado a transgredir a Justiça. Apesar de tais adversidades e tribulações terem recaído sobre ele pelo fato de encorajar e zelar pelo bem comum, todos os homens honrados devem colocá-lo em respeitosa lembrança, entre príncipes valorosos, para que ouçam sobre sua grande fama e renome. Assim, deve-se observar que aquela foi uma das principais causas que levaram os príncipes romanos a se tornarem grandes conquistadores e a dominarem reinos estrangeiros por tanto tempo, porém, apenas o emprego da retidão e da Justiça pôde manter suas conquistas.

CAPÍTULO 36

Uma história nobilíssima a respeito de como Camilo, o duque de Roma, empregou a Justiça em sua conquista

Nos exemplos que li nas histórias romanas de Tito Lívio no livro da primeira década[1223], há o relato de um príncipe chamado Camilo, o qual realizou muitos feitos vitoriosos e amava profundamente o bem comum da cidade de Roma, e por isso foi chamado de o segundo Rômulo, em referência àquele que a fundou. Ele também sitiou a grande cidade de Falistes[1224], que atualmente se chama Florença, a fim de que permanecesse sob o governo das leis romanas. Tal cerco prolongou-se por muito tempo e, após grandes batalhas e escaramuças, veio a acontecer que um mestre das ciências de Florença, que detinha sob seus cuidados crianças das mais variadas idades[1225], filhos dos governantes e outros homens valorosos da cidade, para que os ensinasse as ciências

[1223] A passagem sobre o cerco a Florença, liderada por Marco Fúrio Camilo, é retirada dos escritos de seu contemporâneo, o humanista italiano Leonardo Bruni (1370-1444). William Worcester adapta certos pontos à sua narrativa com a finalidade de destacar as virtudes presentes no nobre Camilo. Nesse sentido, suprime a fala furiosa que o mesmo dirigiu ao mestre, bem como realiza uma menção, não existente no original, da entrega das chaves da cidade ao mesmo. Cf. BRUNI, L. **History of the Florentine people.** Edited and translated by James Hankins. Cambridge, Massachussets; London: Harvard University Press, 2007, vol. 1, p. 43-45.

[1224] Sabe-se que John Fastolf ordenou a feitura de uma grande tapeçaria sobre o cerco de Falistes para decorar seu castelo em Caister. Ela se localizava em uma posição estratégica para ser visualizada por aqueles que entravam no salão principal da fortaleza e, junto a outras peças de decoração que simbolizavam valores cavaleirescos, como a pintura de brasões heráldicos, teria sido parte da tentativa do cavaleiro de restaurar sua reputação, manchada pela acusação de covardia após bater em retirada na batalha de Patay em 1429. HAWKYARD, A. Sir John Fastolf's 'gret mansion by me late edified': Caister castle, Norfolk. In: CLARK, L. (Ed.). **The fifteenth century V.** Of mice and men: image, belief and regulation in late medieval England. Woodbridge, Suffolk: Boydell, 2005. p. 60.

[1225] No original *enfauntes and childryn*. Na concepção de William Worcester, o ponto central é mostrar que crianças de menor e maior idade provenientes da nobreza estão sob o poder do mestre. Sobre as classificações etárias segundo letrados ingleses, cf. ORME, N. **From childhood to chivalry:** the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530. London; New York: Methuen, 1984. p. 1-43.

virtuosas, pensou que poderia receber uma grande recompensa e agradecimentos do nobre príncipe Camilo. Sob as sombras da traição, agindo contra a Justiça, o mencionado mestre labutou para convencer os senadores de Falistes a entregarem a cidade ao príncipe. Ele, então, por meio da bajulação e de palavras lisonjeiras, levou seus pupilos para praticarem atividades desportiva no campo, do lado de fora da cidade, e os enganou com jogos variados até trazê-los para dentro do alcance do cerco e do poderio de Camilo.

Ao se aproximar de sua presença, o mestre disse que havia trazido os filhos de grandes senhores e governadores da cidade, pois, enquanto as crianças fossem mantidas cativas[1226], seus pais entregar-lhe-iam a cidade sem prolongarem a guerra. Entretanto, o justo príncipe Camilo disse que aquela não era a natureza romana, ou seja, aplicar punições a inocentes que nunca haviam causado danos na guerra, e sequer sabiam do que ela se tratava. Por isso, não pretendia fazer com que Falistes fosse despojada da área da cidade e de seus arredores por meios fraudulentos, injustos e traiçoeiros, ou mesmo sob falsos acordos e alianças impróprias. Ao invés disso, alegou, seria tomada por uma guerra que naturalmente favoreceria aqueles providos da capacidade de a realizarem por meio da bravura e de feitos de armas justos.

Em razão disso, o supramencionado príncipe ordenou que o mestre escola, em razão de seu grande engodo, tivesse suas roupas arrancadas e fosse açoitado nu, com varas cortantes por seus próprios pupilos, enquanto o conduziam de volta à cidade. Dessa forma, os governadores e mestres da cidade, tendo ponderado sobre a grande justeza e atos de bravura empregados naquela conquista, enviaram uma embaixada até Camilo, com as chaves da cidade, e dirigiram-se a ele, dizendo: "Ó tu, pai e príncipe da Justiça, consideramos a boa honra e renome dos feitos vitoriosos e da Justiça que reinam dentre vós, romanos, pela admissão daquela última".

A partir dali, foi compreendido que os príncipes romanos empregavam a fé e a Justiça, e {os governadores} laboraram assim para manterem, por meio dela, os habitantes da cidade conquistada, submetidos à sujeição de Roma. Eles ficaram contentes e satisfeitos sob às leis {romanas}, e então lhes entregaram [*as chaves e*] a cidade, {algo de grande acrescentamento} para o renome do dito príncipe, o qual foi amplamente exaltado pelos romanos.

[1226] Estranhamente William Worcester utiliza o vocábulo "*servage*", cujo campo semântico se aproxima de escravidão ou serviços sem contrapartidas por parte do senhor, em vez de, por exemplo, "*ransom*", mais comum ao vocabulário do período. É possível que tenha sido uma tradução literal de um escrito latino.

CAPÍTULO 37

História da senhora Christine, a qual declarou como um príncipe e qualquer um encarregado da governação deve empregar a Prudência e a Justiça através do exemplo do nobre senador chamado {Caio} Fabrício {Luscínio}

A senhora Christine, no décimo quinto capítulo da primeira parte de seu livro, intitulado *Árvore das Batalhas*, oferece um nobre exemplo e explica que, dentre as virtudes que deveriam almejar um príncipe e qualquer um encarregado da governação, como duques, comandantes, governantes de territórios e de cidades, tanto as de maior e de menor porte, estavam aquelas da prudência, sabedoria e grande probidade. A fim de exemplificar tal ponto, ela escreveu acerca do probo senador Fabrício, um líder de hostes romanas. Devido à sua grande retidão, coragem em batalha, atos de bravura e sábio governo, seu adversário, o rei Pirro, ofereceu-lhe um quarto de seu reino, tesouro e bens, para que não apenas se rendesse, mas também se tornasse seu aliado e companheiro de armas. Em resposta a Pirro, Fabrício respondeu que um homem probo não deve ter ódio exacerbado, ao passo em que deve, na mesma medida, desprezar tesouros e riquezas obtidos por meio de traições e falsidades em situações onde pode perfeitamente, por meios honoráveis e retos, subjugar e vencer seu adversário pelas armas, devendo evitar, portanto, falta de probidade e o falseamento.[1227]

A respeito dessa questão, Vegécio, em seu livro da Cavalaria, menciona que, para um príncipe, o qual está compromissado com algo tão importante como o que lhe é entregue, isto é, o comando e a governança da nobreza da Cavalaria, os feitos e as expedições armadas pertinentes ao ofício de comando estão atrelados à confiança no governo do bem público de um reino, ducado, condado, baronato ou senhorio, castelo, fortaleza e cidades de maior e de menor porte - os quais vulgarmente são chamados de bem comum, assim como da segurança e da salvaguarda de todos os territórios mencionados. Em razão da fortuna das batalhas, ele deve não apenas ter uma vasta diligência e cuidado, por todos em sua hoste e pelas pessoas, territórios e cidades que estão sob sua responsabilidade, mas também se empenhar em observar cada obrigação e assuntos que carecem de remédio e socorro por intermédio de sua autoridade. Por isso

[1227] Essa passagem encontra-se na *História Romana* de Dião Cássio. Ali, ele narra como o general Caio Fabrício Luscínio, "um homem incorruptível, firme contra qualquer tipo de suborno" é assediado por Pirro, rei de Epiro e da Macedônia. DIO. **Roman History.** Translated by Earnest Cary on the basis of the version of Herbert Baldwin Foster. London: Macmillan, 1914. p. 287; 339-343.

mesmo, todo o infortúnio que decorre das injúrias contra o bem comum, em razão da negligência de remédios de quaisquer obrigações e assuntos, por menores e ímpares que o sejam, e que em função disso possam se avolumar, caso ocorram, deve ser considerado sua falta.

Logo, para concluir esse ponto, tomemos por exemplos nobres e edificantes a serem seguidos os dos referidos senadores. Igualmente, devemos evitar as ofensas e os agravos contra nosso Criador soberano, ou seja, evitar agir em desacordo com a Justiça, prática essa que vem sendo realizada através de nossa vida pecadora e desventurada, contrária às Suas leis. {Devemos, assim,} preservar-nos para que Ele não mais se coloque contra nós, impingindo-nos tal sofrimento em razão de nossas ofensas e fazendo com que sejamos sobrepujados, repreendidos e punidos como temos sido. Ao invés disso, devemos perseverar em uma vida reta, seguindo os Seus dez mandamentos, para que assim Ele não tenha motivos para nos mostrar o cajado de sua correção, como tem feito.

CAPÍTULO 38

Outra admoestação para que as leis de Deus sejam seguidas, pois não há dúvidas de que, caso contrário, Ele permitirá aos nossos adversários que nos punam com Seu cajado

Ó poderoso Deus, se as coisas são como dizem as Sagradas Escrituras, as quais não devem ser postas em dúvida, não merecemos, afinal de contas, sermos punidos? Observando como diariamente reinam entre nós tantos pecados vis, os quais seguem sem correção, deveríamos saber que somos merecedores de mais correções e maiores punições por parte de Deus, uma vez que Ele é justo e imutável. Pois está escrito no livro de *Crônicas* que, dentre os grandes pecados cometidos pelos israelitas, Deus, em sua retidão, afligiu os filisteus, os quais nunca haviam sido tão maus nem integrado uma disputa tão maléfica como aquela de se tornarem opressores e destruidores da terra da Judéia e do povo de Deus.[1228] Estes últimos, isto é, os israelitas, haviam recebido anteriormente uma lei pelas mãos de Moisés, porém não a seguiram.

[1228] Essa passagem refere-se àquela narrada no Livro 1 das *Crônicas*, capítulo 14. **DOUAY-RHEIMS BIBLE.** Disponível em: http://www.drbo.org/chapter/13014.htm. Acesso em: 14 out. 2019.

CAPÍTULO 39

Como cada um daqueles que ocupam ofícios espirituais e temporais devem se empenhar em suas incumbências para o acréscimo do bem comum

Deve-se lembrar, dentre todas as coisas que são mencionadas nessa epístola, que cada homem, de acordo com seu poder e estado, deve se empenhar e laborar para o acréscimo do bem comum de um séquito da mesma forma como para o de quaisquer região, território, e cidades de maior e de menor porte; pois, como todos os letrados famosos já escreveram, em especial o sábio senador de Roma, Cícero, em seu livro *Dos Deveres*[1229] [*Sobre a república, ao qual Nonius Marcellus*[1230] *faz menção em vários capítulos*], e em outros livros como seu *Sobre a amizade*[1231], *Paradoxos dos Estóicos*[1232] e as *Discussões Tusculanas*[1233], a coisa pública[1234], quando bem cuidada e mantida, é o suporte para o bem-estar e a prosperidade de todas as pessoas.

É preciso, assim, atentar-se à justa explicação desses dois termos, "*res*" e "*publica*", como disse Santo Agostinho no vigésimo oitavo capítulo do quinto livro da Cidade de Deus, bem como o mencionado Cícero, famoso por sua capacidade retórica, proferiu em latim: "A República é a coisa do povo, a coisa da pátria, a coisa do público (acessível) e todos os que pretendem o bem comum do povo, da pátria e o bem-estar das pessoas, pretendem melhorar, preservar, proteger e salvar a justiça e o Estado."[1235]

No sentido de aprender e considerar sobre quais virtudes a república se estende, li um tratado que João de Gales, um nobre letrado, escreveu em seu livro denominado

---

[1229] *De officiis*.
[1230] Nonius Marcellus foi um sábio que viveu por volta do século IX d.C. De possível origem africana, há apenas uma única obra conhecida lhe é atribuída, a *Compendiosa doctrina ad filium*. Tal compêndio provém citações de várias outras obras da literatura romana, revelando-se uma excelente fonte de excertos de pensadores como Salústio, Virgílio e Cícero. BUNSON, M. **A dictionary of the Roman Empire.** Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 258.
[1231] *De amicitia*.
[1232] *Paradoxa Stoicorum.*
[1233] *Tusculanas quaestionibus*.
[1234] No original, "*res publica*".
[1235] Essa referência encontra-se no livro V, capítulo 18 da Cidade de Deus de Santo Agostinho e no Livro I, capítulo 25, de A República, de Cícero. AUGUSTINE OF HIPPONA. **The city of God against the pagans.** With an English translation by George E. McCracken. Cambridge: Harvard University Press, 1957. Vol. 1.; CICERO, M.T. **De re publica; De legibus.** English translation by Clinton Walker Keyes. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1928. p. 64-65.

Diálogo Comum[1236], capítulo 3, primeira parte. Ali, ele diz que "a República ordena pelas suas virtudes o que é conveniente à lei justa e sólida, por meio da harmonia e da unanimidade da fidelidade mútua, por meio da reunião saudável direcionada ao honesto comportamento e ordenada pela intenção." A primeira parte desse argumento foi verificada por Cícero no primeiro livro de sua *Retórica*[1237]: "É necessário que todas as leis da república, diante da comodidade, julguem e restituam o que é necessário. A lei nada mais é que a reta razão e a alma justa que proíbe o que é contrário." Assim, é adequado que todos aqueles responsáveis por ofícios ligados à justiça, a governança, ou mesmo aqueles com maior poder nos territórios e cidades de maior e de menor porte, devem exercer suas funções em prol do bem comum, seguindo o aconselhamento prudente e as boas recomendações dos homens mais velhos e experientes. Isso porque, antigamente, um governante do bem comum era nomeado entre os romanos, possuindo o estado que naqueles dias costumava ser chamado [*por*] todos de alto dignitário, onde estavam inclusos o imperador, reis, príncipes, duques, marqueses, condes, viscondes, barões, baronetes, cônsules, cavaleiros, escudeiros, além de membros do conselho municipal[1238], juízes, bailios, prebostes, oficiais civis[1239] e outros em ofícios similares. Dessa forma, Cícero, no primeiro livro dos deveres, {menciona que}: "as armas possuem pouco valor no campo {de batalha} a menos que haja bons conselhos em casa".[1240]

[1236] Iohannes Wallensis (c. 1260-1283/5) foi um clérigo franciscano responsável por vários escritos de teor moralizante, sendo aquele mencionado por William Worcester o *Summa collationum ad omne genus hominum*, também conhecida como *Communiloquium*. A obra em questão, possivelmente completada entre as décadas de 1260 – 70, era uma espécie de tratado para pregadores e tinha por objetivo, segundo assevera o letrado, "instruir e emendar, não apenas durante os sermões, mas também por meio de conversas amigáveis" de acordo com as circunstâncias, idade e status dos ouvintes. Segundo Daniel Wakelin, sabe-se que William Worcester teve acesso a um outro tratado de João de Gales por volta de 1449, também de teor moralizante: o *Breuiloquium de uirtutibus*. Além dele, John Tiptoft, conde de Worcester, demonstrou interesse pelo texto e possuiu uma cópia do *Communiloquium.* SWANSON, J. **John of Wales:** a study of the works and ideas of a thirteenth-century friar. Cambridge, Cambridgeshire; New York, NY: Cambridge University Press, 1989. p. 63-64; 263. WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430-1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 103.

[1237] Essa passagem é retirada do livro I, capítulo 38 da obra *Da Invenção*, de Cícero. Assim como João de Gales, excertos da obra de Cícero embasaram as concepções de virtudes e de bem comum do *Boke of Noblesse.* CICERO, M.T. **De invention. De optimo genere oratorum topica.** With and English translation by H.M. Hubbell. London: Heinemann, 1949. p. 110-111.; WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430-1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 103.

[1238] No original, "*alderman*", cujas atribuições recaíam o controle de uma guilda, ou mesmo, posteriormente, a magistratura de um vilarejo. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases.** Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 9.

[1239] No original "*maires*". Tal função poderia ser a de um oficial civil em uma cidade inglesa, irlandesa ou galesa, tendo poderes de governo da cidade ou mesmo de ser escolhido para tal função. Verbete *maire*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED26555. Acesso em: 15 out. 2019.

[1240] A tradução deste excerto do Latim foi realizada a partir de sua versão bilíngue para o inglês. CICERO, M.T. **De officiis.** With an English translation by Walter Miller. London: Heinemann, 1913. p. 76-77.

CAPÍTULO 40

Como é mais apropriado que, ao invés de homens mais jovens, aqueles outros mais velhos, experimentados com o passar dos anos, sejam escolhidos como conselheiros, ou mesmo para governarem as cidades em nome do bem comum

Cícero, em seu livro *Da velhice*[1241], diz que um homem mais velho já experimentado pela idade oferece conselhos de forma muito mais proveitosa para a prosperidade e o governo do bem comum de cidades de maior e de menor porte, de vilarejos, assim como para suas respectivas posições de autoridade, do que aqueles outros mais jovens, muito embora esses últimos tenham corpos mais vigorosos. Ele destaca o exemplo de homens em um navio, dentre os quais há aqueles jovens e com vigor para puxar a âncora, enquanto outros, com robustez, cuidam de prender as cordas, e outros, ainda, içam e baixam as velas segundo as ordens do mestre.

Enquanto isso, o mais velho e com maior sabedoria entre eles permanece no controle do leme e da popa [*do*] navio, e direciona-o conforme necessário para guiá-lo para todas as costas, agindo assim para o benefício e a segurança do navio frente aos perigos e as rochas, trazendo mais proveitos e vantagens à embarcação do que todos aqueles homens mais jovens cheios de paixões, responsáveis por remar, içar e escalar.[1242] Por esse motivo, pode-se concluir que homens mais velhos, autorizados por meio de ampla experiência, quando elevados a governantes e conselheiros de reinos, territórios e de cidades de maior e de menor porte, perfazem grandes feitos graças a seus sábios aconselhamentos, ao contrário daqueles outros que laboram no campo e na cidade e que possuem a força física em suas mãos.[1243]

Jó, no livro dos *Reis*[1244], menciona que Roboão não atentou para os conselhos dos mais velhos, preterindo-os pelos dos mais jovens e, em função disso, perdeu [*o*] reino que

---

[1241] *De senectude*.

[1242] Todas essas funções faziam parte das atribuições que marinheiros deveriam realizar durante as viagens. Uma série de regulações sobre as funções dos marinheiros entre os séculos XIV-XV, especialmente em tempos de guerra, podem ser encontradas em: TWISS, T (Ed.). **The black book of the Admiralty.** London: Longman, 1871. v. 1. p. 3-177.

[1243] Essa passagem se aproxima com o discurso feito por Ápio Cláudio Cego ao senado romano. Sobre ele, cf. cap. 43. WORCESTER, W. **De senectute.** Westminster: printed by William Caxton, 1481. p. 18. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext. Acesso em: 20 jul. 2019; TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle english translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 399.

[1244] No texto original, William Worcester menciona apenas ao número "12", ou seja, o capítulo 12 do primeiro livro dos *Reis.*

governava; tal exemplo faz-se necessário para que se mantenha vivo na lembrança dentro do coração de todos os governantes.[1245] Quisera Deus, todo poderoso, que os governantes mantivessem um amor probo e impecável na direção do bem comum por meio dos bons e sábios aconselhamentos, seguindo os caminhos, maneiras e exemplos dos nobres senadores de Roma, isto é, da maneira como se dedicaram ao bem comum, deixando de lado vantagens particulares. Isso porque, nas afamadas regiões e cidades sob seu governo, foi possível reinar por todo aquele tempo através da passagem de vários anos em grande reverência e prosperidade, como os exemplos que apresentarei para serem rememorados e que encontram escritos em muitas histórias, entre as quais se destaca aquela que vem a seguir.

CAPÍTULO 41

Como {Quinto} Fábio, o nobre senador, não era movido pela busca de reverência ou por vanglória, mas tão somente laborou em prol do bem comum de Roma

Na primeira parte do *Da velhice*, Cícero faz menção a um nobre príncipe romano chamado de {Quinto} Fábio, que se engajou em grandes expedições marciais e em batalhas contra Aníbal, príncipe de Cartago, a fim de manter o controle dos territórios romanos e de manter as liberdades e direitos {daquelas regiões} para o bem de todos os seus habitantes. Tal {Quinto} Fábio reprovava o renome e a vanglória, dedicando integralmente sua indústria e pensamento ao bem comum de Roma. Por tal razão, após a sua morte, ele foi posto em maior renome e magnificência entre os Romanos do que quando estava vivo.

Ainda vale mencionar que, segundo os direitos e costumes de seus dias, ele foi muito diligente em aprender e conhecer por meio de augúrios e de adivinhações de pássaros e por outros meios naturais a respeito de eventos vindouros durante as estações do ano. {Também se dedicou a aprender} acerca das épocas em que recaíram sobre os territórios romanos a prosperidade, a riqueza e a abundância e, igualmente, a fome e a escassez de cereais, vinhos [*e*] óleos, algo que trazia grande conforto para o alcance do bem comum. Ele se deleitava enormemente na leitura dos feitos de armas de nações

[1245] Possivelmente uma crítica de William Worcester ao conselho do rei, sobretudo ao cardeal Beaufort, apontado como um dos responsáveis pelos maus aconselhamentos que fizeram Henry VI cederem à pressão dos franceses e entregarem o condado de Maine sem qualquer contrapartida. WATTS, J. **Henry VI and the politics of kingship**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 143-144.

estrangeiras, para que assim pudesse ter lembranças e experiências virtuosas sobre como governar o bem comum; este em situação muito melhor em seus dias do que em tempos passados, uma vez que nunca havia contado com um cônsul que se equiparasse a sua capacidade de governança, à exceção do valoroso Cipião.

De qualquer forma, faz-se necessário que os príncipes e senhores devam conhecer, por meio das causas naturais da filosofia, as estações e anos de prosperidade e adversidade que recaem sobre a região em que estão, a fim de que possam, posteriormente, realizar seu aprovisionamento. Contudo, é uma lástima que poucos dos grandes letrados desta terra sejam doutos sobre tais assuntos ou mesmo que deixem de lecionar tais matérias nas escolas, fazendo assim com que não existam livros sobre o assunto em quantidade suficiente. Probamente, eles colocam a seu encargo a sabedoria sobre questões legais para tomarem conhecimento sobre o que os herdeiros {da aristocracia} pensam sobre o assunto, não se tornando expertos, e, dessa forma, a nobre ciência de questões legais sobre causas naturais que dizem respeito à influência dos corpos celestes tem sido difamada e reprovada.[1246]

CAPÍTULO 42

Como os senadores Lúcio {Emílio} Paulo {Macedônico}, {Caio} Fabrício {Luscino}, {Mânio} Curio {Dentato} e {Tibério} Coruncânio[1247], em sua velhice, dedicaram-se apenas ao estudo e ao aconselhamento visando o avanço do bem comum

[1246] Philip Caudrey argumenta que a *East Anglia*, onde William Worcester teria vivido por décadas, testemunhou muitos casos de homens que se dedicaram ao ofício cavaleiresco por mais de trinta anos. Dessa forma, o lamento do letrado refere-se a gradual perda de conhecimentos que julgava cruciais ao bom governo, tanto dos homens quanto das armas, pois, como observado no capítulo 4, o descuido com a organização e distribuição de víveres parece ter sido uma constante nos territórios administrados pelos ingleses. No capítulo 60, William Worcester volta a tocar no assunto sob a fábula de Lisandro e Ciro. CAUDREY, P. William Worcester, The Boke of Noblesse, and military society in East Anglia. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, v. 52, 2008, p. 198.

[1247] No *Sobre a amizade*, Cícero aponta para suas virtudes a partir do vínculo entre alguns destacados cidadãos romanos. Mânio Curio Dentato (*Manius Curius Dentatus*) derrotou ao rei Pirro em 275 a.C, tendo sido eleito cônsul por três vezes e tido como um modelo de virtudes romanas. Já Tibério Coruncânio (*Tiberium Coruncanus*), o qual William Worcester denomina de *Cornicanus*, foi um eminente jurista que deteve todos os altos postos no governo romano, chegando a também ser cônsul em 280 a.C. Quanto a Lúcio Emílio Paulo Macedônico, ele foi um destacado líder militar, tendo subjugado a Macedônia e se tornado cônsul. Já Caio Fabrício Luscino foi um outro reputado líder militar, cujo episódio de negociação com o rei Pirro destacou suas virtudes, como será apontado mais adiante no tratado. Independentemente de William Worcester ter ou não concebido as funções virtuosas da amizade aplicadas à comunidade política do reino, o fato é que há registros de que possuiu ao menos uma cópia desse tratado e da Ética a Nicômaco de Aristóteles, ambos os quais chegou a emprestar para outras pessoas. CICERO. **De amicitia (on friendship).** Translated from the Latin by Benjamin E. Smith. New York: The Century Co., 1906, p. 161-163.; WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430 – 1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 124-125.

É válido recordar que devem ser seguidos os passos do nobilíssimo cônsul de Roma, Lúcio Paulo, cuja filha se casou com o filho do sábio Catão. Além dele, menciono também os senadores chamados Fabrício, Mânio e Tibério, os quais, assim como o supracitado Fábio, quando alcançaram a velhice, não se dispuseram a nenhuma outra atividade senão as de deliberar, aconselhar e ordenar, amparados por sua autoridade, o que quer que fosse necessário ao bem comum da dita cidade de Roma.

CAPÍTULO 43

Como o alto sacerdote do templo de Minerva, Ápio[1248], embora cego, propôs corajosamente aos romanos guerrear contra o antigo inimigo, o rei Pirro, até que fosse subjugado

O [*alto*] sacerdote do tempo de Minerva, em Roma, chamado Ápio, mesmo cego e debilitado em função de sua velhice, {lembrou} quando Pirro, rei de Épiro, guerreou de modo tão furioso contra Roma que ele [*a enfraqueceu*] e tomou dela grandes territórios de modo que os romanos, contra sua própria honra, consideraram fazer paz e alianças com os mesmos, algo que lhes traria extrema desonra. Entretanto, Ápio, perante os nobres senadores romanos, proclamou e exigiu que seguissem o conselho de Ênio, o sábio cônsul: deveriam elevar seus corações e não deixarem que sua nobre coragem fosse enfraquecida, do contrário, tornar-se-iam súditos de Pirro, seu antigo adversário.[1249]

Deveriam, ao contrário, realizar novas expedições contra o mesmo e destruir seus exércitos e, por meio das sábias exortações de Ápio, os senadores tiveram suas coragens reanimadas, e foram capazes de derrotá-lo.

[1248] Ápio Cláudio Cego foi um eminente jurista, orador e cônsul romano, cujo discurso em questão é mencionado por Cícero no *Da velhice*. Ali, frente a uma Roma derrotada militarmente frente aos cartagineses, Ápio recomenda a continuação do conflito embasado em sua experiência: mesmo "sem estar capacitado" para "empregar" e "ocupar-se" da guerra e em feitos de armas "no ofício da cavalaria" em função de sua "idade avançada", ele aponta que é sempre preciso estar pronto para "resistir" contra aqueles que atentam contra Roma, isso é, em prol do bem comum, como igualmente o fez por meio "de embaixadas" e "da atividade consular". Dessa maneira, ele foi capaz de excitar a coragem de seus conterrâneos para o reinício do conflito, um paralelo evidente com a Inglaterra Quatrocentista a ser traçado em sua leitura por William Worcester. WORCESTER, W. **De senectute.** Westminster: printed by William Caxton, 1481. p. 17 – 19.Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext. Acesso em: 20 jul. 2019

[1249] Ibid., p. 18.

CAPÍTULO 44

Esse capítulo relata como Catão foi requisitado e confirmado em várias funções de autoridade, devido a seus grandes atos de bravura e sabedoria, bem como ele, em seu tempo, encorajou os jovens cavaleiros a partirem para o campo de batalha a fim de aniquilarem Cartago antes que ele viesse a fenecer

Também é preciso recordar, do nobre senador de Roma, Catão, o qual era muito valente, prudente, e de aconselhamentos salutares. Em sua juventude, ocupou-se com o ofício de cavaleiro no exercício {efetivo} das armas[1250] e, em outras épocas, ocupou-se de outras posições, como a de magistrado, juiz encarregado entre os romanos e legado encarregado de embaixadas a territórios distantes. Em sua velhice, em razão da qual não poderia se expor a grandes labores, tornou-se cônsul de Roma, a fim de ocupar-se em aconselhar sobre os modos e os meios como os romanos deveriam sempre ser audaciosos na resistência contra Cartago. Isso era algo que ele verdadeiramente esperou, pois preferiria morrer a ver a cidade {de Roma} destruída.

Na presença dos jovens Cipião {Africano} e {Caio} Lélio, dois jovens nobres cavaleiros de Roma que o visitaram para serem orientados e ouvirem seus conselhos, Catão, então já em idade avançada e que tanto zelou pelo bem comum de Roma, solicitou e implorou aos deuses imortais a permissão para que não morresse até que tivesse notícias da destruição de Cartago por meio da vitória marcial; e que, {igualmente}, fossem vingadas a servidão e as aflições dos nobres romanos aprisionados com Quinto Fábio em Cartago há 33 anos.[1251]

[1250] Tal expressão provavelmente indica que o cavaleiro, mesmo quando não mais exercia sua função guerreira, ainda se mantinha como um membro ativo da ordem, senão com atos de bravura, então pelo direcionamento correto dos valores da Cavalaria. Tal ponto é discutido no capítulo 2 da investigação, onde é apontado que John Fastolf, mesmo em idade avançada, continua a ser um sábio nas armas e tanto o *Boke of Noblesse* como o *Boke of Knyghthode* auxiliam-no a manter sua mente afiada. Também pode ser um indício de uma distinção, apontada na tese, entre aqueles que de fato iam à guerra e daqueles que pretendiam tão somente se beneficiarem do título, porém sem exercer atividades armadas.

[1251] As duas personagens em questão são Caio Lélio (*Gaius Lelius*) e Cipião Africano, o Jovem (*Publius Scipio Africanus*). Sobre a discussão a respeito das virtudes no modelo de amizade apresentado por Cícero, com ênfase em ambos os personagens, cf.: PANGLE, L.S. Cicero's Laelius: political friendship at its best. In: _____. **Aristotle and the philosophy of friendship.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 105-122.

CAPÍTULO 45

Sobre uma disposição de caráter análoga à de Quinto Fábio, de acordo com Catão

Muito embora não pudesse laborar em sua idade avançada, apartando-se do costume de sua juventude em que ensinava a outros jovens cavaleiros a correr, saltar, justar com lanças e lutar a pé com machados, ainda assim Quinto Fábio, em sua velhice, agia com grande diligência e ponderação visando o acréscimo do bem comum da cidade. Ele o fazia através de aconselhamentos, pelo emprego da razão e também das reflexões que realizava, ora de forma solitária, ora junto aos sábios senadores.

CAPÍTULO 46

A definição do ofício que compete ao senado

O termo senado refere-se à reunião de um grupo de homens em idade avançada.

CAPÍTULO 47

Como Catão escreveu que as cidades e territórios governados por homens de pouca idade foram destruídos e seus meios de subsistência mal gastos

Catão disse que aqueles interessados em lerem antigas histórias descobrirão que as cidades orientadas e governadas por homens de pouca idade foram destruídas e levadas à desolação, da mesma forma como ocorreu com Roma e algumas outras. Tais cidades não voltaram a ser reerguidas e nem a prosperar novamente, à exceção daquelas que seguiram os conselhos de homens mais velhos.

O mencionado Catão lançou uma pergunta aos jovens e aprazíveis cavaleiros, Cipião e Lélio, tendo inquirido-os sobre o porquê eles e outros jovens conselheiros despenderam e acabaram com suas heranças, também chamadas de legado, enquanto o bem comum de suas cidades e territórios era destruído. Eneu, o poeta, adiantou-se em responder e disse que aqueles tornados conselheiros com a finalidade de zelar pelo bem comum da cidade, assim como os que deveriam aconselhar Cipião e Lélio, não passavam de novos e recém-criados mestres [*e portanto sem experiência*], oradores ignorantes, jovens com pouco embasamento e inexperientes tanto em questões das leis como na correta orientação [*sobre*] a governança; eles, por sua tolice e pela própria natureza dos

anos de juventude, fizeram com que os patrimônios de Lélio e Cipião fossem perdidos, assim como as regiões sobre as quais detinham o poder de governar.

Assim, aquele que necessita de aconselhamentos prudentes e recomendações seguras deve recebê-los de homens de idade avançada, tanto em relação a questões civis como na condução de exércitos e hostes de homens de armas na guerra tendo em vista a defesa do bem público.

CAPÍTULO 48

Sobre a resposta e o arrazoamento feito por Agamenon, duque e líder da hoste grega contra os troianos

Agamenon, o nobre cavaleiro que era líder e governante das ações marciais dos gregos contra os nobres troianos...[1252]

CAPÍTULO 49

Acerca da sabedoria do rei Nestor, um troiano

Quando {Agamenon} ouviu falar do rei Nestor, e como era tido como o homem mais sábio na prática do aconselhamento, além de possuir grande eloquência quando em idade avançada...

CAPÍTULO 50

Sobre a recomendação da bravura de Ajax, um cavaleiro da Grécia

Na mesma medida, Ajax, um cavaleiro da Grécia, era reconhecido como o melhor guerreiro entre os gregos que combatiam aos troianos. Ele era tão apreciado a ponto de os gregos desejarem apenas que os deuses imortais lhes concedessem não mais do que 40 cavaleiros pugnazes, como Ajax, para que lutassem contra os troianos...

[1252] No original, esses capítulos pequenos se mantém, bem como algumas passagens em capítulos anteriores são claramente voltadas a Henrique VI, sendo possível que tenham sido iniciadas sob a perspectiva de serem finalizadas em momentos posteriores.

CAPITULO 51

Como o duque Agamenon depositou grande confiança nos conselhos dos homens de idade avançada, e por isso solicitou aos deuses imortais que lhe concedessem outros seis homens, como o rei Nestor, pois assim derrotaria Tróia em pouco tempo

Porém, o nobre duque Agamenon solicitou aos deuses seis vetustos similares a Nestor, pois não tinha dúvidas de que assim, dentro de pouco tempo, Tróia seria tomada e destruída.[1253]

CAPÍTULO 52

Como o nobilíssimo senador Públio Décio[1254], tão impetuoso em batalhar, avançou uma enorme distância no combate, em certa ocasião onde os romanos estavam prestes a serem subjugados, tencionando, assim, estimulá-los, nem que para isso tivesse de morrer; foi o que de fato aconteceu, não sem que antes se sagrassem vitoriosos

Analogamente {aos guerreiros supramencionados}, Cícero escreveu que o valente cidadão romano Públio Décio, em certa época, foi escolhido cônsul e comandante das hostes romanas e, ao presenciar como uma delas estava a ponto de ser desbaratada, decidiu dentro de sua alma que iria arriscar seu corpo ao perigo de morte para que assim os romanos combatessem com mais ferocidade e avidez, ao se inflamarem por meio da crueldade de seu fenecimento. Ele então esporeou seu cavalo, e lançando-se dentre os adversários, atracou-se com os mesmos, recebendo tantos ferimentos que caiu morto ao chão. Os romanos, ponderando em seus bravos corações como ele, para o benefício de todos, lançou-se à batalha de modo tão cavaleiresco até a morte acometer-lhe,

[1253] Nestor era conselheiro de Agamenon na Ilíada.

[1254] Públio Décio (*Publius Decius Mus*) foi cônsul romano e empenhou sua vida para derrotar aos inimigos latinos na batalha de Vesúvio em 340 a.C. Tanto esse episódio como a morte de seu filho são narrados por Cícero: " Quando ele (Públio) empreendeu carga contra as fileiras dos latinos, entregando-se à morte e colocando seu cavalo à galope, teria ele vislumbrado acerca de seu próprio prazer? Quando e onde ele teria se deleitado com isso? Ele sabia que viria a morrer em instantes, e assim buscou a morte com maior paixão do que Epicuro teria nos aconselhado a buscar o deleite. Caso sua ação não tivesse sido válida de reputação, seu filho não teria imitado-o [...], e nem o filho deste teria-o feito da mesma maneira quando travou guerra na posição de cônsul contra Pirro. Ele também morreu em batalha, e assim três gerações seguidas realizaram o sacrifício supremo por sua nação". A tradução do excerto foi realizada a partir de: CICERO, M.T. **On moral ends.** Edited by Julia Annas. Translated by Raphael Woolf. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 47.

encorajaram-se, animaram-se e sentiram-se exortados a ponto de lutarem tão vigorosamente contra seus adversários, até que finalmente conseguiram obter a vitória.

[*Lembro-me de que ouvi meu amparador*[1255] *Fastolf comentar, em certa ocasião em que recebeu*[1256] *jovens cavaleiros e nobres, sobre como há duas disposições de caráter entre os homens valentes: uma corresponde propriamente a tais homens valentes*[1257]*, e a outra corresponde aos que são impetuosos*[1258]*. Ele disse que os primeiros devem ser recomendados, muito mais do que os impetuosos, pois estes últimos, sem o discernimento dos bons conselhos, podem se lançar ao campo de batalha para que os outros os considerem corajosos, e tão somente por meio de grandes riscos conseguem escapar, abandonando sozinhos seus companheiros, deixando-os para trás, sobrepujados.*

Quanto ao homem valente, sua forma de conduta é a de lançar-se junto aos seus companheiros na escaramuça ou em combates inesperados, e para tal emprega um sábio julgamento a fim de triunfar sobre seus adversários, mantendo-se assim a si próprio a salvo juntamente com seus companheiros. Portanto, o risco que Públio Décio correu não

---

[1255] No original "*auctor*". Tal vocábulo remete a um indivíduo que, por sua autoridade sobre um assunto, forneça opiniões ou mesmo informações de grande valia.

[1256] Provavelmente William Worcester se refira à reunião de uma corte, em que não era incomum que feitos de armas e outras realizações marciais fossem debatidas para fins de entreter e educar os presentes. Como aponta Nicholas Orme, era comum o envio de jovens para serem educados em outras cortes, e possivelmente esses fariam parte da audiência aqui mencionada. Vale ressaltar também que esse termo pode ser traduzido por "confortar", o que seria pertinente ao contexto de composição do tratado. GREEN, R.F. **Poets and princepleasers:** literature and the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980.; ORME, N. **From childhood to chivalry:** the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530. London; New York: Methuen, 1984.

[1257] O vocábulo original, "*manlie*", possui uma série de conotações que dependem do contexto da narrativa de William Worcester para serem compreendidos. Segundo os verbetes do *Middle English Dictionary Online*, ele pode referir-se a "masculino", trazendo consigo para sua esfera semântica sentidos como "bravio" e "corajoso", tanto em palavras como em ações. Além disso, os outros verbetes prosseguem apontando para, dentre outros, "confiável", "generoso", mas também "nobre", "correto", "valoroso", "cortês", "refinado" em ações, modos e compreensão. Logo, pelo contexto, optei por uma palavra que sobrevalorizasse algum desses aspectos devido ao contexto: é, portanto, válido compreender tal nota de William Worcester em comparação às ações de homens como os Duques de Clarence e Bedford, além de Cipião e Lucius Publius para se ter uma noção de que o código de armas que aborda em seu tratado é fluído e oferece margens interpretativas sobre uma mesma ação, atribuindo valores virtuosos ou ligados às paixões, conforme discutido ao longo da tese. Cf. Verbete *Manli*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED26801. Acesso em: 20 out. 2019.

[1258] Na mesma medida que a nota anterior, aqui optei por traduzir o original "*hardie*" por "impetuoso" dado o direcionamento do relato atribuído à Fastolf, em que diferencia aqueles que empregam virtudes, como a prudência em sua maneira de guerrear, frente àqueles outros que se deixam levar pelas paixões e incorrem em graves consequências, como aquela enfrentada pelos ingleses a partir da década de 1450. A distinção, portanto, é do caráter como conduzem suas ações: uns refletem para agir, ouvem a conselhos dos mais velhos, como Cipião e o próprio Fastolf, apartado da função de armas após 1439, enquanto outros agem de forma impulsiva, sem aconselhamento, ou então valorizando mais os seus jovens companheiros de armas em detrimento daqueles com maior experiência. Cf. Verbete *Hardien*. Ibid., https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED19982. Acesso em: 20 out. 2019.

é compatível com as recomendações das leis cristãs, devido ao desejo, seu e de seu filho, de encontrarem a morte].

CAPÍTULO 53

Como o filho de Públio morreu da mesma maneira

O filho de Públio, que foi eleito e escolhido por quatro vezes como cônsul dentre os romanos, colocou-se em tamanho perigo na batalha em nome da segurança, prosperidade e bem-estar dos romanos, que veio a fenecer de maneira semelhante.

CAPÍTULO 54

Aqui segue a história da nobilíssima e perene recomendação de Marco Atílio {Régulo}[1259], um importante duque das hostes romanas, o qual as resguardou contra a fome e a escassez de cereais, vinhos [*e*] óleos; também é feita menção sobre como ele, graças à fortuna da guerra, foi mantido prisioneiro em Cartago entre seus inimigos mortais, e, embora tenha sido estipulado um resgate, optou por morrer na prisão ao invés {de permitir que} os romanos pagassem uma soma avultante por sua soltura, uma vez que ele estava em idade avançada e extenuado para continuar batalhando

Foi historiado e tornado motivo de valorosa recordação como o probo amante do bem comum dos romanos, Marco Atílio, dedicou-se ao cultivo e à melhoria de terras e pastos, a fim de prover e guarnecer aquele território com uma grande quantidade de cereais e víveres; posteriormente, em função de sua louvável forma de conduta, sabedoria e atos de bravura, tornou-se cônsul e condestável das ações marciais romanas, e desde então, frequentemente sobrepujou seus adversários de Cartago. A certa época, quando já se encontrava em idade avançada, foi aprisionado ali devido às vicissitudes da fortuna ocorridas em batalha.

{Como condição} para sua soltura, os governantes daquela cidade desejaram que ele laborasse no sentido de exigir que Roma libertasse um grande número de jovens guerreiros cartagineses que ali se encontravam prisioneiros. Se assim o fizesse, {ele} seria

[1259] Marco Atílio Régulo (*Marcus Atilius Regulus*) foi mais um dos cônsules romanos a atuarem na guerra contra os cartagineses. Essa passagem foi parafraseada do primeiro livro da obra *Dos deveres*. CICERO, M.T. **De officiis.** With an English translation by Walter Miller. London: Heinemann, 1913. p. 43.

liberto sem a necessidade de efetuar o pagamento do resgate. Entretanto, o mencionado Marco Atílio negou-se veementemente, pois preferia morrer na prisão a permitir que os guerreiros de Cartago fossem libertados por sua causa, pois ele amava o bem comum e aquilo que era proveitoso à Roma. Em razão do nobre Marco Atílio não condescender em libertar tais prisioneiros, ele sofreu tormentos físicos[1260] na prisão, morrendo da forma mais cruel que se pode conceber. Tal ação, deve-se dizer aqui, teria feito mesmo um homem impassível verter lágrimas pelos olhos.[1261] A morte voluntária à qual se submeteu Marco Atílio, em nome do bem estar, prosperidade e proveito de Roma fez com que servisse de exemplos a outros, e assim ser perpetuamente lembrado por seu valor.

CAPÍTULO 55

Como o nobre duque Cipião Africano se colocou em grande risco contra os cartagineses já em idade avançada, preferindo a morte em vez de uma vida de servidão

Para que sejam seguidos os passos dos nobilíssimos e gloriosos campeões, os irmãos Cipião Africano e Cipião Asiático, é preciso lembrar-se de que todos os dias, enquanto estiveram vivos, ocuparam-se de várias expedições marciais e de batalhas contra os africanos, para a salvaguarda e defesa do bem comum de Roma. Cipião Africano deliberadamente preferiu morrer pelas armas da Cavalaria do que viver em servidão e em sofrimento em meio a seus adversários em Cartago.[1262]

[1260] Embora uma prática não recomendada, expor o prisioneiro a suplícios a fim de forçá-lo a realizar o pagamento de seu resgate era uma tática passível de ser empregada. FLORI, J. **Caballeros y caballeria en la Edad Media.** Traducción de Godofredo Gonzalez. Barcelona: Paidós, 2001. p. 159-164; KING, A. 'Then a great misfortune befell them': the laws of war on surrender and the killing of prisoners on the battlefield in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 43, n. 1, 2016, p. 1-12.

[1261] Tal pleonasmo se encontra no original.

[1262] Após impingir uma dura derrota à Cartago, Cipião Africano sofreu um processo acusatório pelo Senado Romano, pois se acreditou que ele "recebeu pagamentos ilícitos" dos inimigos, bem como teria negociado com os mesmos, pois afinal "seu filho foi aprisionado e libertado sem o pagamento de um resgate". No entanto, Tito Lívio aponta que tais acusações eram "amparadas mais por suspeitas do que por provas cabais". Possivelmente William Worcester pode ter se referido ao episódio relatado no livro 38 de Tito Lívio, particularmente do capítulo 50 em diante. Contudo, também é provável, como alguns dos capítulos que se seguem no *Boke of Noblesse*, que tenha se baseado no *Da velhice*. WORCESTER, W. **De senectute.** Westminster: printed by William Caxton, 1481. p. 57. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext. Acesso em: 20 jul. 2019.

CAPÍTULO 56

Como Cipião Asiático, um nobre conquistador romano, ainda em seu tempo, foi invejado, acusado pelo rei Antíoco, [*e*] desgraçadamente morreu na prisão pela falta de pagamento de resgate

Apesar dos muitos triunfos e vitórias obtidos por Cipião Asiático, que subjugou a região da Ásia e enriqueceu substancialmente os tesouros de Roma através de suas conquistas, pessoas invejosas falsamente o acusaram, para o rei Antioco, de ter se apropriado do tesouro de Roma, sendo condenado à prisão, onde permaneceu até o fim de seus dias.[1263]

CAPÍTULO 57

Como Lúcio Paulo, um senador, foi morto em batalha em razão da negligência de sua hoste aos aconselhamentos

Similarmente, Lúcio Paulo, um nobre cônsul romano, não se resguardou e morreu na batalha de Apúlia[1264] junto a outros 300 nobres romanos que foram reunidos por ele de forma desarrazoada e, em decorrência da falta de aconselhamentos, ele não foi capaz de governar-lhes: ao ver outro cônsul romano tomar a iniciativa do ataque e ser subjugado junto a seus homens, o mencionado Lúcio Paulo precipitou-se em direção aos adversários, acompanhado por aqueles outros romanos remanescentes, e morreu junto a eles, pois tencionava que todos soubessem que a dita expedição não foi perdida por sua culpa.

[1263] Em realidade, segundo afirma Tito Lívio, pouco tempo após a morte de Cipião Africano, seu irmão, Cipião Asiático, foi julgado e condenado pelo Senado romano também sob a acusação de ter enriquecido ilicitamente nas campanhas contra os cartagineses.

[1264] No original, William Worcester emprega o termo "*Puylle*", isso é, Apúlia, onde foi realizada a batalha de Canas, já mencionada anteriormente. Em sua tradução do *De Senectute*, ele menciona que uma hoste foi reunida na cidade de "*poyle callid Cannes"*. WORCESTER, W. **De senectute.** Westminster: printed by William Caxton, 1481. p. 56 – 57. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext. Acesso em: 20 jul. 2019.

CAPÍTULO 58

Como Marco Marcelo, um cônsul, pelo bem estar de Roma e sem grande deliberação, lançou-se precipitadamente contra Aníbal de Cartago; este, entristecido pela morte de um duque tão valente, fez com que fosse enterrado com as maiores reverências possíveis[1265]

[*Deve-se*] lembrar de Marco Marcelo, um cônsul romano que menosprezava a morte e, em certo momento, sem grande deliberação ou recomendações, quis combater Aníbal, o príncipe de Cartago, responsável por reunir um grande poderio contra os romanos, os quais eram bravios...[1266]

CAPÍTULO 59[1267]

...de homens, suas abelhas para obter mel, seus campos abastecidos para o sustento dos grandes animais, e para que a cada homem, segundo o seu estado, pudesse abastecer-se. Assim, quando por meio da fortuna o clima se apresentar insólito, como pelo excesso de umidade, frio, calor, ou mesmo por enfermidades nas plantas[1268], ou pela sorte das batalhas e da guerra, tal território, cidade de maior e de menor porte, vilarejo ou lar[1269], abastecido e provisionado com antecedência, será capaz de resistir com maior facilidade, caso tenha de suportar o tormento causado pela escassez e pela fome causados [*pelos*] meios supramencionados. Além disso, o termo "*res publica*", que na língua inglesa é denominado de "bem comum"[1270], igualmente se refere ao abastecimento e à sábia

---

[1265] Situação similar é descrita no relato em que Alexandre, o Grande, persegue incansavelmente o rei Persa Dário, e a sua morte, realiza um cortejo funerário que demonstra toda a sua magnificência. BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 191-192.

[1266] Nesse trecho faltam páginas do manuscrito.

[1267] Sem o fólio na parte inicial.

[1268] No termo original, "*mildewis*". Embora ainda desconhecessem a existência de fungos, algo que veio a ser catalogado somente no século XVIII por Pier Antonio Michelli, as doenças causadas por fungos parasitas já eram observadas de longa data. O termo moderno para tal doença, "míldio", é anacrônico, e por isso optei pela tradução de modo mais genérico. Vale notar ainda que William Worcester demonstrou interesses em muitas áreas, dentre elas a agricultura, e pode ter tido acesso a tratados sobre o tema, como aquele presente no castelo de Caister. HAWKYARD, A. Sir John Fastolf's 'gret mansion by me late edified': Caister castle, Norfolk. In: CLARK, L. (Ed.). **The fifteenth century V.** Of mice and men: image, belief and regulation in late medieval England. Woodbridge, Suffolk: Boydell, 2005. p. 61.

[1269] Esse termo apresenta uma ambiguidade singular, pois ao mesmo tempo em que pode significar "*household*", isto é, o lar ou mesmo o séquito de um indivíduo, também pode significar "exército". **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED27295. Acesso em: 21 out. 2019.

[1270] No original "*comyn profit*".

governança do lar ou de uma área rural, da mesma forma que é o meio de sábia governança de um vilarejo, cidade de maior e de menor porte, território ou região.

[... deve-se lembrar o caso da rebelião que recaiu sobre Paris na ausência do rei Henrique V enquanto estava na Inglaterra com sua rainha. Não sou capaz de apontar quaisquer traços de vanglória quando escrevo a respeito de meu amparador, pois encontro informações em seus livros onde registrou como, em cada castelo, fortaleza e cidade de maior e de menor porte, ele prudentemente as abasteceu com cereais, carnes de porcos[1271] *e de bois, além de peixes secos com e sem sal vindos de fora da Inglaterra por meio de embarcações.*[1272] *Essa forma de conduta foi uma das principais causas pelas quais o regente da França e os senhores do alto conselho régio concederam-lhe a guarda de tantos castelos; tarefa para a qual ele dispunha anualmente de 300 lanças e arcos.*

Analogamente, ele abastecia ano a ano tecidos brancos e vermelhos tanto para os trajes de seus homens como para o de seus cavalos[1273]*, bem como as armarias com equipamento para que um homem nu estivesse prontamente apto a realizar suas tarefas em prol do rei e do supracitado regente. No oitavo ano do reinado do monarca Henrique V, John Fastolf era capitão da bastilha de Santo Antônio de Paris, e Thomas Beauford, duque de Exeter, era o capitão da cidade. Ocorreu que este último aprisionou o senhor Jean Villiers, que contava com grande simpatia dos habitantes da cidade e, em pouco tempo, todos os comuns [tomaram] as armas e se rebelaram contra o duque de Exeter,*

[1271] O termo original, "*larde*", possui ao menos duas acepções. Uma delas é a de "carne de porco curada em salmoura ou por meio de defumação", servindo, portanto, como alimento para os homens que guarneciam tais lugares. Contudo, a segunda acepção, "a banha derretida de porco, empregada para selar ou proteger uma superfície" também é um indicativo de que era empregada para outras finalidades bélicas, como untar mecanismos de armas e equipamentos de cerco. Verbete *larde.* **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE.** Disponível em: Cf. https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED24679. Acesso em: 21 out. 2019.

[1272] Foi justamente em uma dessas incursões para transportar mantimentos que John Fastolf foi surpreendido pelas forças inimigas na supramencionada batalha de Rouvray, também conhecida por batalha dos arenques. Além disso, é preciso mencionar que a realização dessas atividades provinha lucros aos capitães, como o próprio John Fastolf, o qual possuía ao menos seis barcos para o transporte de víveres e outros produtos para as hostes inglesas no continente. MCFARLANE, K.B. The investiment of Sir John Fastolf's profits of war. **Transactions of the Royal Historical Society,** Cambridge, v.7, 1953. p. 115.

[1273] Nas ordenações de Henrique V, é apontado que todos "aqueles combatendo ao nosso lado, independentemente da hierarquia ou da região de origem, devem utilizar o sinal das armas de São Jorge tanto na frente quanto atrás, sob o risco de que se não o fizer e terminar ferido ou morto, ninguém será culpabilizado por isso". Além disso, "nenhum inimigo deve portar o sinal de São Jorge, seja ou não prisioneiro, sob a pena de ser executado". CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 244.

seu exército e aqueles outros que o acompanhavam, obrigando-os, para sua segurança, a se abrigarem na bastilha. [1274]

Ao chegarem lá, a pergunta mais importante que {o mencionado duque} fez ao dito {John} Fastolf foi sobre se havia estoques de cereais, trigo, favas, ervilhas e aveia para alimentar os cavalos, além de outros mantimentos. Sua resposta foi a de que havia em quantidade suficiente para mais de meio ano. Isso ofereceu imenso alívio ao príncipe. Então o duque deixou a artilharia de prontidão para disparar contra os rebeldes com grandes armas e poderosas flechas, as quais eram mantidas em seu acampamento. Na ocasião, o rei e a rainha da França estavam na cidade, defendida contra os rebeldes, e em pouco tempo os burgueses foram obrigados a se submeterem e a se colocarem sob a graça do duque].

CAPÍTULO 60

Catão magnifica o príncipe que estima e ampara os que laboram a terra

Catão escreveu que uma das principais tarefas de um príncipe é a manutenção, proteção e incentivo ao labor da terra. Todos aqueles empenhados em tal atividade deviam ser estimados, pois {a agricultura} é uma necessidade incontornável aos reinos, territórios e cidades, {uma vez que ela permite que sejam} abundantes, ricos e isentos de agitações. O filósofo Sócrates escreveu que Ciro, rei da Pérsia, era valoroso em sabedoria e glorioso no governo de seus senhorios. Em seus dias, um certo Lisandro, da cidade grega de Lacedemônia, tomado como alguém de grande virtude e nobreza, chegou de terras distantes para ver o rei Ciro, que estava na cidade de Sardis, e presenteou-lhe com tecidos de ouro, joias e outras riquezas enviadas pelos cidadãos de Lacedemônia.

Por sua vez, o rei Ciro recebeu-o com toda a reverência em seu palácio e, para demonstrar toda a enorme riqueza real e o prazer que o dito rei Ciro tinha em prestar-lhe reverência e estima, ele trouxe o dito Lisandro para contemplar seus jardins e herbários, sendo que tais jardins eram dispostos a uma distância proporcionalmente apropriada e repletos de árvores viçosas e de frutas diversas. Tais jardins eram muito bem conectados

[1274] Em meados de 1421, Jean de Villiers de l'Isle Adam foi acusado de organizar um conluio para permitir a entrada das tropas do delfim em Paris. Ele foi aprisionado e uma turbe reuniu-se rapidamente enquanto ele era levado para a bastilha. Embora o duque de Exeter tenha conseguido controlar a sublevação graças ao apoio de centena de soldados ingleses, a instabilidade de seu governo fez com que mudasse seus aposentos para a bastilha em função de sua melhor capacidade defensiva. SUMPTION, J. **The hundred years war:** divided houses. London: Faber and Faber, 2009. p. 727.

entre si para que se pudesse passear entre eles e eram organizados em canteiros que contavam com muitas ervas desconhecidas, sendo que os herbários eram preenchidos pela fragrância das flores e ervas de cores variadas, de modo que aquela era a visão mais encantadora e prazerosa que Lisandro já havia presenciado.

Então, o dito Ciro disse a Lisandro que ele havia concebido e ordenado que os herbários fossem planejados, agrupados e construídos, e muitas das árvores foram plantadas por suas próprias mãos. O mencionado Lisandro, contemplando tal beleza e encanto de sua pessoa, além dos ricos tecidos que usava adornados de panos com fios de ouro e de pedras preciosas, disse que a fortuna e a felicidade mundanas estavam entrelaçadas com sua virtude e nobreza régia, uma vez que o dito Ciro, em momentos oportunos, era diligente na preparação, cultivo e labor de suas terras para que produzissem cereais e frutos, sendo a riqueza natural do contentamento terreno o principal motivo de felicidade e regozijo mundanos.

Cícero também escreveu que {Marco} Valério {Messala} Corvino[1275], um antigo cidadão romano, realizou grandes esforços e diligência para laborar terras e torná-las ricas, com sua preparação e cultivo para o bem comum da cidade de Roma. Nos anos de escassez, os jardins de Roma estariam sempre abastecidos com grãos, pois era preciso que o preço do trigo fosse sempre mantido em um patamar razoável.

CAPÍTULO 61

Como os nobres senadores de Roma colocaram-se diante de grande risco e perigo contra seus adversários em prol do bem comum dos romanos

O famoso letrado Cícero, na quinta parte do livro já mencionado anteriormente, rememora quais dos nobres e famosos duques, príncipes e senadores dos romanos abnegaram seus corpos e bens ao expô-los aos riscos extremos do campo de batalha contra seus adversários, em prol do desenvolvimento e manutenção da prosperidade, reverência e bem estar de Roma. Dentre eles, esteve Lúcio {Júnio} Bruto. Quando Tarquínio, que governava outras pessoas, reuniu uma grande hoste contra os romanos a fim de derrotá-los e colocá-los em servidão para que não exercessem sua liberdade, o nobre Lúcio,

[1275] William Worcester baseia todo esse capítulo em passagem do *Da velhice*, no qual Cícero destaca os benefícios para o bem comum apontados por Lisandro e por Marco Valério Messala Corvino (*Marcus Valerius Messalla Corvinus*). WORCESTER, W. **De senectute.** Westminster: printed by William Caxton, 1481. p. 45-46. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext. Acesso em: 20 jul. 2019.

naquela ocasião o responsável pelas hostes romanas, ponderou que era preferível morrer combatendo-o, a fim de subjugá-lo, a permitir que a cidade fosse levada à servidão.

Assim, ele montou seu cavalo, reclinou sua lança e, com uma coragem poderosa, empreendeu carga furiosamente contra Tarquínio bem no meio de sua hoste, e, por puro acaso, ambos causaram ferimentos mortais um ao outro. Quando em meio à hoste houve a compreensão de que Tarquínio, principal inimigo dos romanos, estava morto, ela bateu em retirada do campo de batalha, algo que não teria acontecido se não fosse pelo grande risco de morte intencional {à qual se expos} o dito Lúcio Bruto.[1276]

CAPÍTULO 62

Como um príncipe, ao ser feito regente, governador[1277], duque, comandante, representante, capitão, condestável ou marechal deve sempre realizar o justo pagamento de seus soldados, para evitar que maiores faltas possam vir a ocorrer

Ademais, todo poderoso e ilustre príncipe[1278], de graça e providência benignas, caso agrade vossa alteza ponderar sobre os caminhos da Justiça e da segurança do reino, busque remediar uma transgressão e dano particularmente causados àquele sob seu domínio, os quais, pelas leis de Deus, da razão e da natureza, são condenáveis e repreensíveis. Essa terrível transgressão, como se tem dito costumeiramente, espalha-se e é mais recorrente entre [*o que costumavam ser*] territórios sob sua sujeição na França e na Normandia do que em outras regiões estrangeiras. Para qualquer um que seja bem aconselhado é fácil compreender que se trata de algo que pode muito bem ser emendado e corrigido, e pode vir a ser uma excelente maneira de recuperar vossas terras das mãos dos contendores adversários.

[1276] Toda essa passagem é mencionada em: Ibid., p. 55.

[1277] O termo "*governour*" era passível de distinção dentre outras honrarias concedidas a membros da nobiliarquia reinol. Um excelente exemplo é o do conselho régio de 1453, o qual outorga ao duque de York o título de "chefe do conselho régio" (*chief of the kynges counsaill*), especificando que tal nomenclatura tem sua razão de ser justamente por diferenciar-se daquelas de outros conselheiros, evitando assim chamá-lo de "tutor, tenente, governador e nem regente" (*tutour, lieutenaunt, governou, nor of regent*). **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry & Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 12, p. 40. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

[1278] Worcester volta a se dirigir a Eduardo IV.

Refiro-me ao fato de que tanto homens de soldo como homens de armas[1279], assim como todos aqueles que [*estarão*] sob as ordens de vossos representantes, como os comandantes e capitães, devem ter seus pagamentos realizados mensalmente [*como fazia John, o regente da França*], ou semanalmente, sem que quaisquer remuneração [*de uma dissimulada cortesia*], subornos, deduções, reduções, divisões ou arrecadações indevidas lhes sejam cobradas, tanto nessa terra como na Normandia, a fim de enganá-los, ou ainda que, em razão disso, façam com que empobreçam em territórios estrangeiros,[1280] como tem sido usual naquelas regiões. Por isso, é preciso que tais pagamentos sejam feitos sem atraso ou a necessidade de requerimentos demorados, devendo instituir-se uma punição razoável {para os responsáveis}, segundo as exigências de cada caso.

Também menciono que nenhum de vossos oficiais régios, nem aqueles que são subordinados[1281] e nem os que são comissários[1282], deve ousar agir de forma controversa, cobrando subornos, tomando remunerações e desfalcando os pagamentos vindos do

[1279] Tal distinção proposta por William Worcester não necessariamente reflete dois tipos distintos de combatentes, pois aqueles que lutam na França o faziam, a princípio, pelo rei, o que não excluía a expectativa de serem remunerados para tal. É uma característica marcante do sistema de recrutamento inglês desde o século XIV, aprofundada no XV. De qualquer forma, a distinção que realiza é interessante pois fornece o indicativo de que há aqueles que lutam tão somente em troca de proventos, como de outros que possuem, efetivamente, algum tipo de obrigação militar junto à Coroa inglesa. O sistema de contratos amplamente empregado ao longo do século XIV e aprofundado ao longo do século XV é discutido por: AYTON, A. Military service and the dynamics of recruitment in fourteenth-century England. IN: BELL, A.; CURRY, A.; CHAPMAN, A. et. al. (Eds.). **The soldier experience in the fourteenth century.** Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 9-60; BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-15.

[1280] Muito embora a perspectiva de enriquecimento e acréscimo social fomentassem o desejo de muitos homens a partirem da Inglaterra nas hostes em direção ao continente, a possibilidade de empobrecimento e infortúnios rondavam sua atividade diariamente. É possível mencionar o caso de um certo Thomas Hostelle, o qual escreveu uma carta em 1429 adereçada ao monarca, explicando como, no cerco a Harfleur, em 1416, teve seus "olhos e queixo" feridos por um projétil de uma catapulta (*springholt*), bem como, um ano antes, em Agincourt, sua armadura foi esmagada e sua mão decepada por uma "bola de aço", incapacitando-o para seguir no ofício de armas. O cronista Jean de Wavrin, escrevendo sobre o mesmo período, aponta que, após a vitória em Agicourt, os sobreviventes, mesmo feridos e doentes pela epidemia de cólera que se espalhou pela tropa, foram obrigados a vender todas os bens saqueados para comprarem comida e uma passagem de volta para a Inglaterra. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861, v.1, p. 421; WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864, v.2, p. 218.

[1281] Do original, "*debete*" (*deputy*). O verbete define: "um oficial subordinado".

[1282] Do original, "*commissioner*". O verbete define: "um oficial com poderes cedidos pelo rei ou um de seus principais oficiais para levar a cabo tarefas específicas de cunho administrativo, judicial ou fiscal".

rei.[1283] Assim, nenhum de vossos soldados terá motivos para oprimir aqueles sob vosso poder ou cobrar deles, tomando seus mantimentos sem pagar pelos mesmos, algo que muitos deles têm feito de modo costumeiro e ininterrupto há cerca de 10 a 12 anos, em razão da falta de recebimento de seus proventos[1284], ocasionando, consequentemente, na perda de territórios, sem reparações e nem punições, [como] veio a acontecer para grande ruína de vossos súditos. Essa foi uma das razões pelas quais seus corações se afastaram de nós, rompendo com sua aliança, devido a coerções de toda sorte, como pilhagens, opressões e extorsões.

Além disso, muitos dos oficiais superiores detêm sob seu comando mais representantes e oficiais inferiores do que o necessário, os quais devastam e destroem a vossos súditos por meio de cobranças indevidas, com o intuito de enriquecerem a si próprios. Muitos desses oficiais têm sido de pouca serventia para a salvaguarda de seus territórios, graças à negligência no exercício das armas em sua defesa e de sua proteção em tempos de necessidade. Nunca se ouviu dizer que qualquer território ou cidade bem progrediu no reino e no governo, seja onde for, de oficiais e governantes indolentes que apenas se escondem por detrás de seu suposto renome, os quais, na verdade, são praticantes de extorsões, pilhagens ou subornos.

Ó poderoso rei, bem como vós, poderosos nobres de vosso reino, caso fossem bem aconselhados e informados dos grandes tormentos e do modo como tais opressões e tiranias, rapinas e crueldades que muitos desses oficiais causaram contra os comuns e os camponeses do dito ducado da Normandia, {pelos quais} permaneceram impunes, é correto julgar que certamente vós, de natureza nobre e, portanto, naturalmente piedosos, não teriam permitido que tais faltas injustas permanecessem sem retificação e nem emenda por muito tempo, ou ainda que tal intrusão tivesse ocorrido, caso a realeza da Justiça estivesse em vossas mãos naqueles tempos. Em muitas ocasiões, indivíduos que

---

[1283] Em ambos os casos, a advertência de William Worcester se assemelha àquela feita por William Pagula, no século anterior, acerca de uma prática que parece ter perdurado: a de oficiais régios, em nome da Coroa, se aproveitarem de seu poder e influência para desviarem víveres que deveriam abastecer as tropas em direção à França. NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England***:* treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 73-140.

[1284] Ao contrário dos oficiais régios, William Worcester menciona aqueles que se deslocavam à França e permaneciam por lá por vários anos guarnecendo as fortalezas. Sem os pagamentos em dia, havia aqueles que desertavam, integrando grupos de criminosos ou mesmo companhias de mercenários. Havia ainda aqueles que continuavam a servir a Coroa, porém saqueavam as regiões ao redor das fortalezas, criando animosidades com os moradores que servirão para inflamar o apoio a Carlos VII a partir de 1449. Cf. WRIGHT, N. A. R. 'Pillagers' and 'brigands' in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 9, n. 1, 1983.

se passavam por oficiais dispenderam os meios de subsistência [*de vosso predecessor*] mais do que o necessário; também permitiram que os súditos fossem ameaçados e surrados, além de ferir seus animais com suas armas; ações que os levaram a perder a razão devido a tristeza e, compelidos por meio de tais transgressões, a renunciarem ao reconhecimento de vosso título e de vossas leis[1285], sendo que poderiam ter sido facilmente assistidos e socorridos.

Por conseguinte, eram costumeiramente sobretaxados de modo opressivo com o pagamento de indenizações, talhas[1286], subsídios e tributos sobre suas rendas, liquidando sobre tais montantes outros mais insustentáveis, os quais eram custeados a vossos antecessores, em razão de seus respectivos poderios sobre aqueles domínios, bem como aos senhores que detinham direitos sobre tais regiões por meio de vossa graça. Muitos desses senhores, habitando nas marcas, cobravam o *appatis*[1287] também dos contendores adversários para que não fossem molestados, sendo, portanto, inúmeras as cobranças e incomensuráveis os tormentos perpetrados por eles, levando tais malefícios às últimas consequências.

Meu Deus! Eles estavam cientes de que aqueles eram cristãos e de que viviam sob vossa autoridade, sob vossas leis, respeitando-as como verdadeiros ingleses; pelas quais também vivemos, somos amparados e cuja guerra sustentamos e mantemos da melhor forma possível. Dito isso, por que deveríamos tolerar que tais tormentos e crueldades fossem lançados contra eles? Ó Deus, todo misericordioso e o maior dos juízes, soberano e justo, por quanto tempo mais afligirá esse reino sem desferir a vingança e a punição pela rendição e destituição daquele ducado?

[1285] Isto é, de sua autoridade como rei da França.

[1286] COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases.** Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 270.

[1287] Áreas onde o exercício do poder régio era mais flexível tinham de lidar com o problema de serem taxadas pelos guerreiros enviados pelo monarca para proteger-lhes. Tratava-se de uma prática comum entre guerreiros que viviam sob a possibilidade de não serem pagos, e assim extorquiam aos habitantes da região. Uma das formas mais comuns do exercício dessa prática era a tomada de animais usados para a aragem da terra, os quais eram confiscados até que seus proprietários pagassem para tê-los de volta. Parte do sucesso inglês no governo dos territórios franceses deveu-se à percepção de capitães e mesmo do monarca Henrique V de que era preciso ganhar-lhes a confiança, e por isso mesmo, em suas ordenações, aquele monarca proibiu expressamente a prática, ameaçando "tomar os cavalos e armamentos" de quem a levasse a cabo, obrigando-lhes ainda a "restituir os valores dos danos causados na região onde tiver cometido tão ilicitude". No entanto, conforme indica a admoestação de William Worcester, mesmo com as recomendações régias, a prática teria continuado sendo realizada. CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 248; WRIGHT, N. A. R. Ransoms of non-combatants during the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 4, v. 17, 1991, p. 325.

Permita-me observar e explicar as grandes faltas que se seguiram. Pode-se entender que três fatos contribuíram para grandes danos. O primeiro foi a ira divina e o Seu cajado da vingança, que recaíram sobre nós como forma de Sua punição divina, permitindo que nossos adversários prevalecessem, causando a destruição de nossas terras[1288] por meio de repentinas fortunas [*de dissensões*] nesta terra[1289] no ano de 1450 da era de Cristo, quando vosso [*grande*] adversário perpetrou sua intrusão na mencionada Normandia, por compaixão de vossos respectivos súditos, que vinham sendo fortemente oprimidos, ouvindo, assim, seus clamores, gritos e imprecações.

O segundo foi a rebelião daqueles supramencionados, pois, graças à sua falta de fé[1290], não confiaram na possibilidade de que um exército viria a seu socorro e alívio em tempo hábil, afastando-se de vossa suserania e obediência em favor de vossos contendores adversários. Viu-se, assim, realizarem tratativas ignóbeis à revelia daqueles que estavam comprometidos em salvaguardá-los, defendê-los e ampará-los.

O terceiro foi a escassez de mantimentos, a penúria de dinheiro, a falta de provisões de artilharia e o cuidado com as reservas de armamentos.[1291] Na falta desses, vossos súditos foram forçados a fugirem em direção a vosso contendor adversário, abandonando sua região de origem; ou então viriam a morrer em decorrência de tal pobreza e escassez extrema.

CAPÍTULO 63

Uma advertência sobre como príncipes, senhores e oficiais régios devem reverenciar e salvaguardar a Igreja, defendendo-a de opressões

Ademais, a fim de alcançar a grande compaixão e reverência de Deus, não permita que prelados da Igreja daquela terra, como arcebispos, bispos, abades, priores, deões, arcediagos e seus ministros sejam oprimidos, subjugados e aviltados, pois, nos dias de seu predecessor, eles eram tomados por pouca reverência ou obediência. É bem sabido,

[1288] Os territórios continentais
[1289] Na Inglaterra. Esse é um indício de que essa passagem deve ter sido escrita durante a Guerra das Duas Rosas.
[1290] O termo original empregado foi "*Vainhope*".
[1291] "*Ordnaunce*" é mais genérico e por isso "armas", pois pode ter havido a falta de outros materiais, como lanças, espadas, etc, uma vez que era incumbência da coroa providencia-las. Embora não se refira ao período, o estudo de Richardson aponta para o acréscimo na compra e estocagem de armamentos diversos na Torre de Londres, material aquele que serviria para abastecer as hostes em conflitos principalmente na França. RICHARDSON, R.T. **The medieval inventories of the Tower armouries**, 1320-1410. 374f. Tese (Doutorado) – University of York, York, 2012. p. 165.

por meio da experiência, que homens ultrajaram-lhes por meio de cobranças excessivas e por meio de coerções ocultas, para que pudessem viver com mais tranquilidade junto aos meios de seu sustento. Pastores também foram obrigados a condescender com grandes taxas, pagamentos e recompensas, as quais foram gastas de forma indolente pelos administradores, governadores e senhores das marcas onde viviam ou possuíam seus meios de subsistência.

As pessoas bem estabelecidas e que geralmente eram visitadas por estrangeiros de grande status, tanto religiosos com laicos, em especial aqueles representantes e guardiães de poderes legais, também eram vítimas de pessoas indolentes que esbanjaram e os cobravam em demasia. Eles eram ordenados senão com o intento de manter o nome de sua instituição[1292], orar aos seus patronos[1293] e [*manter a hospitalidade para*] alimentar os pobres e os necessitados em caso de dificuldades. Ó Jesus piedoso! Muitos escritores registraram em suas crônicas que Pompeu, um cavaleiro pagão plenamente dotado de {saberes da} Cavalaria dentre os romanos, teve como causa única de sua morte terrível e desdita o fato de que, em certa ocasião, desdenhou da prestação de reverência e honras a lugares sagrados, como igrejas e santuários, além de ter estabulado seu cavalo no templo do Salomão, no qual aquele último havia erigido a mais soberana igreja ou templo da terra para servir e adorar a Deus.

Segundo o exemplo dos últimos dias do rei João da França[1294], diz-se que os comandantes que integravam seu exército antes de ele ser aprisionado na batalha de Poitiers jactaram-se de terem estabulado seus cavalos na igreja catedral de Salisbury. Após o monarca ser capturado e vislumbrar tal igreja, [*eles*] arrependeram-se. Portanto, nobilíssimo rei e poderosos e renomados senhores, permitam que um remédio apropriado e necessário seja prescrito e ministrado para nós a fim de sanar e reestabelecer-nos dessa enfermidade. Que o mesmo possa ser fornecido pelos fins corretos para que, ao fim e ao cabo, venha a agradar a Deus; que possamos nos afastar e deixar nossa governança vil, a qual permitiu que laicos governassem imoderadamente e, assim, viessem a oprimir a

---

[1292] O termo original "*fundacion*" é genérico e remete a qualquer tipo de organização coletiva, como guildas e hospitais, porém nesse contexto refere-se a monastérios. Possivelmente William Worcester pretendia alertar para o grave nível de desvios cometidos contra os súditos ingleses no continente, onde não apenas os comuns, mas também homens de estirpe e locais a princípio sem conexão imediata com o conflito, não eram poupados mesmo sendo "não-combatentes". É preciso observar, contudo, os limites da concepção do termo, pois arvora alguns anacronismos. COX, R. Asymmetric warfare and military conduct in the middle ages. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 38, n.1, p. 100-125, 2012. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13044184.2011.646745. Acesso em: 01 ago. 2019. p. 104.

[1293] Ele se refere aos religiosos.

[1294] O do tempo de Eduardo III.

Igreja. Esperemos que essa injúria passada e esse súbito golpe de iniquidade, ocorridos nos dias de vosso predecessor, não sejam deliberados em nosso julgamento a ponto de serem decretados, apreciados e determinados como algo que ocorreu para nosso bem e vantagem, mas sim como uma punição de nossas más-ações, para que então possam ser relevadas ao momento de nossa salvação.[1295]

O que disse São Jerônimo entre suas pesarosas consternações acerca da profecia de Joel?[1296] [*Ele disse que*], caso não tenhamos conhecido a Deus na riqueza e na prosperidade, então, ao menos, que o conheçamos em nossa adversidade, de tal modo que, naquelas circunstâncias, nos desviamos da retidão e nos excedemos nas faltas, cometendo, portanto, crimes imputáveis e pecados das paixões, como a opressão e a avareza, mas especialmente o orgulho, a inveja, etc. Devemos nos afastar deles com a coragem que nos cabe, para que assim não sejamos castigados e nem punidos por esse súbito golpe de iniquidade e de vingança, e nem por outros tormentos como temos sofrido diariamente desde os dias de vosso antecessor, causados pelos vossos supramencionados adversários.

CAPÍTULO 64

Como os filhos de senhores e nobres de nascimento devem se devotar à prática das armas em prol da defesa de sua terra

Ademais, em prol da defesa de vossos reinos[1297] e da salvaguarda de vossos territórios em tempos de vicissitudes, e também para o desenvolvimento e acréscimo da Cavalaria e da reverência obtida por meio das armas, comande, funde, estabeleça e ordene que os filhos de príncipes, senhores, e aqueles que em sua maioria se originam e descendem de sangue nobre, como antigos cavaleiros, escudeiros, e outros homens de linhagem ancestral, que, ainda em sua juventude, sejam instigados, estimulados e

---

[1295] Possivelmente William Worcester pretendeu dizer que, muito embora os ingleses tivessem se beneficiado materialmente das ações descritas, elas devem ser vistas como desvios a serem corrigidos, para que não constem em suas almas à época da salvação.

[1296] O profeta aponta que pragas serão lançadas contra os ímpios, exortando aos pecadores à conversão autêntica. Joel, livro 2, versículos 11-17. **DOUAY-RHEIMS BIBLE.** Disponível em: http://www.drbo.org/chapter/34002.htm. Acesso em: 25 nov. 2019.

[1297] Aqui o tom se altera em relação a outros momentos do tratado: Eduardo IV é tratado como rei da Inglaterra e França, título que foi assumido por Henrique V após ser nomeado herdeiro de Carlos VI. Com sua morte poucos meses depois, Henrique VI assume ambas as coroas com apenas nove meses de idade, adicionando um elemento de forte tensão nas disputas entre os Armagnac – Burgundios. De qualquer forma, se Carlos VII já se auto nomeava rei da França antes de 1453, após a tomada dos territórios do controle inglês, ele passa a ser o rei *de facto.*

exercitados nas disciplinas, doutrinas e práticas das escolas de armas. Ali, devem acostumar-se a justar, a empregar uma carga com uma lança, a manusear o machado, espada, adaga e todas as outras armas para sua autodefesa.

Devem também aprender a luta corporal, a esquivar-se, a saltar e a correr, a fim de estimular[1298] seus corpos, deixando-os ágeis e em boas condições, pois quando vossa majestade e vosso reino, em tempos de vicissitudes, tiverem de contar com a assistência deles em expedições para a realização de feitos de armas, eles possuirão a experiência que os tornarão mais aptos e capacitados para prestarem seu auxílio em qualquer região onde venham a ser necessários. Dessa forma, eles não serão [*mal instruídos*[1299]], surpreendidos e nem ficarão atônitos quando tiverem de realizar tais expedições, ou mesmo quando desafiarem ou forem desafiados por outros de ascendência nobre a um duelo proclamado[1300], sob certa pontuação, ou em um combate justo de ser lutado; e também no caso de necessitarem de assistência para preservarem, manterem e defenderem vosso reino contra vossos adversários em tempos de guerra.

Esse era o costume nos tempos de vossos nobres ancestrais, isto é, tanto os reis da França como da Inglaterra. Por exemplo, o rei Eduardo III impunha a exigência da mestria nessas artes a seu nobre filho Eduardo, príncipe, já em sua juventude, assim como aos filhos de todos os nobres, pois assim tornavam-se mais aptos no exercício das armas. [*Conforme fui informado pelo meu amparador*], o cavaleiro Henrique, [*o primeiro*[1301]]

[1298] Sobre a preparação física do corpo guerreiro para o combate, sobretudo a partir da perspectiva de letrados ingleses, cf.: BRUSO, S. Bodies hardened for war: knighthood in fifteenth-century England. **Journal of medieval and early modern studies,** North Carolina, v. 47, n.2, p. 255-277, mai. 2017; WALTER, K.T. Peril, flight, and the sad man: medieval theories of the body in battle. In: ASHE, L.; PATTERSON, I. (Eds.). **War and Literature.** Cambridge: D.S. Brewer, 2014. p. 21-40.

[1299] O termo original "*unkonnyng*" foi inserido posteriormente à primeira versão de William Worcester. Segundo o verbete do *Middle English Dictionary Online*, ele pode relacionar-se àqueles que não foram educados, de modo mais amplo, porém se afunila para questões que, de certa forma, relacionam-se ao modelo de cavalaria apresentado pelo letrado: ignorante de um costume ou lei; ignorante de uma verdade espiritual; tolo, imprudente, insensato, ignóbil; perverso; inapto, etc. Tal descrédito na prática das armas ou mesmo na observância dos códigos cavaleirescos apresentados no *Boke of Noblesse* dialogam com outros escritores contemporâneos.

[1300] Trata-se de um duelo com ritos procedimentais rígidos. Um exemplo contemporâneo desses regramentos é aquele escrito por John Tiptoft, conde de Worcester na segunda metade do Quatrocentos. HARINGTON, H. **Nugae antiquae**: being a miscellaneous collection of original papers, in prose and verse. Selected from authentic remains by the late Henry Harington, and newly arranged, with illustrative notes, by Thomas Park. London: J. Wright, 1804. p. 1-12.

[1301] Essa referência é confusa pois William Worcester não explicita quem é esse Henrique. Pode ser que tenha considerado os Henriques IV, V e VI como I, II e III no sentido de seu governo contínuo. Se for o caso, talvez ele se refira a Henrique IV, porém Fastolf só foi sagrado cavaleiro em 1416 e Henrique IV morreu em 1413, descartando tal hipótese. Pode ser também que ele realize então uma oposição entre Henrique V e VI, pois ao longo do texto o V é tido como um exemplo de rei cavaleiro, ao passo que o VI é mencionado apenas três vezes e de forma negativa. Tais leis de armas a que se refere podem ser justamente as ordenações organizadas pela Curry.

duque de Lancaster, atento às práticas cavaleirescas e conhecido por ter sido uma grande autoridade a instaurar as leis de armas, recebeu jovens cavaleiros, filhos de príncipes e senhores de regiões estrangeiras, como aqueles vindos da Espanha, Aragão, Portugal, Navarra e da França, para serem instruídos, informados e preparados em sua nobre corte na escola das armas, bem como para que atentassem à nobreza, à cortesia e à reverência. Dessa maneira, a honra deles se espalhou, aumentando seus renomes em todas as regiões onde estiveram.

Sob seu exemplo, nos tempos de vossos antecessores, outros nobres príncipes e senhores de grande nascimento estavam acostumados ao exercício de habilidades apropriadas à defesa {da prerrogativa do emprego} das armas e da nobreza que lhes pertencia. Contudo, ultimamente, é lamentável que muitos daqueles que descendem de sangue nobre e são nascidos para as armas, como os filhos de cavaleiros, escudeiros, e outros de sangue nobre, se dediquem a práticas incomuns e a conhecimentos e [*habilidades*] estranhas ao que lhes é apropriado, como o aprendizado dos usos da leis e os costumes do reino, ou seja, questões civis, dispendendo assim grande parte de seu tempo em tais afazeres inúteis, como ocupar um lugar no conselho da corte[1302], ostentando um comportamento cheio de orgulho nas sessões dos condados. {Não bastasse isso}, também atormentam e governam os pobres e simples, cujo modo de vida ignorante faz com que desejem tão somente viver em paz.

E quem pode governar e dedicar-se ao mesmo tempo a tais questões? Do modo como as coisas tem ido, quem, dentre todos os estamentos, tem mais preparo do que aquele que se dedicou 30 ou mesmo 40 anos dos seus dias a grandes perigos nas conquistas e guerras [*de vossos antecessores*]?[1303]

Queira Jesus que eles sejam tão bem instruídos a serem bons homens de armas, comandantes ou capitães no campo de batalha onde quer que venham a estar, pois é lá onde a reverência e os atos de bravura devem ser demonstrados. Aquele é {um lugar} muito melhor, portanto, para {adquirirem tais conhecimentos a fim de} se tornarem capitães e governantes, {ao contrário} do que eles têm aprendido nas sessões diárias do

---

[1302] Muito embora os filhos da *gentry* viessem cada vez mais ocupando poderes terratenentes e deixando as armas de lado no XV, demonstrar socialmente seu vínculo com a atividade de armas era algo desejável. Por essa razão, não era incomum que assumissem armas heráldicas e títulos como o de *esquire* como um símbolo da mobilidade social entre si e em em afastamento daqueles outros em hierarquicamente inferiores. ARMSTRONG, J.W. The development of the office of arms in England, c. 1413-1485. In: STEVENSON, K. (Ed.). **The herald in late medieval Europe.** Woodbridge: Boydell Press, 2009. p. 16.

[1303] Possivelmente essa é uma referência a John Fastolf, o qual se encontrava velho e com ampla experiência marcial na década de 1450. Entretanto, à época em que o tratado foi finalizado (1475), aquele cavaleiro, bem como boa parte dos grandes senhores a combaterem nas décadas finais do conflito, já haviam falecido.

condado, onde condenam falsamente e punem os ignorantes, levando aqueles últimos [*ao empobrecimento*], ao passo que enriquecem e se magnificam ainda mais. Ao invés disso, deveriam preocupar-se em fazer com que os representantes locais da justiça[1304], bem como outros oficiais régios, mantivessem os bons costumes de vossas leis.[1305]

Dessa forma, haveria pouca necessidade de aborrecimentos, reflexões e de esforço para reconquistar vossa herança por direito, ou mesmo para defender o vosso reino de vossos inimigos. Tal prática incomum [*não*] deveria ser o costume e nem a ocupação [*inapropriada*] daqueles de nascimento nobre, [*mas sim apenas daqueles que, por serem o irmão mais jovem, não possuem meios para viver honestamente*].[1306] Se os valentes romanos tivessem permitido que seus filhos dispendessem o seu tempo com tais práticas incomuns, empregando alegações para oprimir [*por meio de costumes e da lei, eles não teriam conquistado por duas vezes*] a cidade de Cartago aos africanos.

CAPÍTULO 65

Como aqueles a ocuparem ofícios relativos à prática legal devem ser escolhidos, dentre aqueles de boa conduta, temperados e virtuosos na disposição de seu caráter, cabendo sua proteção aos senhores e homens de nascimento nobre

Era corrente nos tempos de outrora que a prática e a instrução acerca dos costumes e das leis da terra deveriam ser destinadas tão somente àqueles de modos circunspetos, virtuosos e bem controlados, desde que descendessem de nascimento adequado para ocupar o ofício e que administrassem de forma correta e justa os estatutos e os costumes da lei de seu povo, sem interferir indevidamente em processos, agindo, portanto, contra a Justiça. Oficiais e administradores da lei devem ser protegidos e mantidos pelos príncipes, senhores e homens de reverência quando assim for o caso, especialmente aqueles últimos que vierem a defender-vos e a vosso reino e que possuem terras exclusivamente por meio de vossa graça em função de tais ofícios – que lhes foram transmitidas por vossos nobres ancestrais.

Por tal razão, devem ser instruídos e introduzidos no temor a Deus ao invés de, arrogantemente, ofenderem as Suas leis, razão pela qual ofereço tal exemplo. Está escrito

---

[1304] No original, "*justices*". Conferir nota prévia sobre esse termo.
[1305] Isto é, os costumes do reino e as leis do reino.
[1306] Essa passagem é interessante pois o letrado aponta que os filhos mais velhos, e não os mais jovens, devem se dedicar ao exercício contínuo das armas.

no trigésimo sexto capítulo do profeta Jeremias que, em razão do menosprezo que Joaquim, rei de Judá, demonstrou as admoestações, advertências e as doutrinas divinas organizadas em livros e em outros escritos por Jeremias, aquele rei fez com que fossem lançados ao fogo e desdenhou em ouvi-las, empregando, em vez disso, apenas a sua própria obstinação e vontade, sem quaisquer conselhos. Em decorrência disso, Deus disse pela boca do profeta que ele não teria sucesso em produzir um herdeiro para continuar a sua linhagem e a governar o reino posteriormente. Ademais, Ele disse que o visitaria para castigá-lo, bem como aqueles de seu sangue também sofreriam da mesma forma. E fez-se cumprir a profecia.[1307]

Ó, vocês, que agem da mesma forma, afastem-se dos prazeres das paixões dessa ocupação imprópria, como se especificou anteriormente a respeito dos filhos de homens nobres.[1308] Deixem-se, em vez disso, ser iniciados e instruídos desde a juventude em coisas pertinentes e próprias [*à nobreza*], como o exercício das armas e em tais ocupações de reverência. Uma vez providenciadas e ordenadas, não permitam que se demorem, mas, ao invés disso, que imediatamente se persista em sua prática de modo constante, pois não duvidem de que Deus, que é todo piedoso e incessantemente nos socorre, não repreende os corações mais humildes e cheios de arrependimento, pois, em Sua infinita bondade, aceitará em Seu favor e em Sua graça nosso intento, estando conosco em todas as nossas boas ações e feitos.

CAPÍTULO 66

Como grandes gastos e a pompa no vestir-se devem ser evitados

Assim, em testemunho ao que foi dito, evitem e se afastem da superfluidade e excessos de ostentação e no modo de se vestir. Permitam que cada estado se vista do mesmo modo que os romanos faziam, ou seja, em épocas de aflições, tormentos ou angústias por ocasião de guerras e ações marciais, eles usavam um tipo de vestimenta, enquanto em tempos onde a prosperidade e a felicidade reinavam, empregavam outro.[1309]

[1307] Essa passagem, conforme declara William Worcester, está no trigésimo sexto capítulo do livro de Jeremias. **DOUAY-RHEIMS BIBLE.** Disponível em: http://www.drbo.org/chapter/28036.htm. Acesso em 26. nov. 2019.

[1308] Isso é, da função de letrados e homens das leis em detrimento do ofício das armas.

[1309] A partir dos saberes reunidos por Vegécio, era comum que tratados argumentassem a necessidade do emprego contínuo da armadura para que o corpo se acostumasse a seu peso e ao desconforto, parecendo mais leve e não causando impedimentos quando a situação real de batalha viesse a ocorrer. WALTER, K.T. Peril, flight, and the sad man: medieval theories of the body in battle. In: ASHE, L.; PATTERSON, I. (Eds.). **War and Literature.** Cambridge: D.S. Brewer, 2014. p. 28.

Vosso adversário na França aplicou tais práticas e costumes, evitando todos os trajes, peças de vestuário e ostentações de vaidade de alto valor, expressamente deixando de lado o uso de peles e peliças. Tais vestimentas custosas e a atenção aos estilos em voga, usados em vosso reino, em especial entre aqueles pobres comuns, tem sido uma das grandes faltas que vem causando o empobrecimento de sua terra, além de reforçar o grande orgulho, inveja e raiva entre aqueles supracitados; sendo uma prática inapropriada a trazê-los para grande indigência e pobreza.[1310]

CAPITULO 67

Como grandes danos e faltas recaíram sobre o reino devido ao não pagamento de forma correta dos credores que fizeram empréstimos a altos soberanos

[*Nos tempos de vosso antecessor*], algo amplamente sabido, por meio de exemplos conhecidos, era que os pobres comuns não pagavam integralmente o que deviam por seus empréstimos, víveres e outras mercadorias, frequentemente realizados em nome de vosso predecessor, Henrique VI, denominado rei; e, de diversas formas, atrasavam e dispendiam grande parte daqueles bens. Igualmente estimavam seus débitos e pagamentos, fingindo não terem o suficiente e, assim, desobrigarem-se parcialmente de suas responsabilidades a fim de receberem a outra metade {do pagamento}, motivo de grande ônus e impedimentos aos súditos.

Assim, para evitar tais faltas, nobre e justo rei, por meio do aconselhamento prudente de seus nobres senhores, permita que vossos ricos tesouros sejam distribuídos amplamente entre vossos verdadeiros súditos, tanto joias, baús de ouro e prata, a fim, sobretudo, de auxiliar e impelir vossa conquista, bem como para o socorro de vossos súditos mais desamparados e necessitados. Em particular, tal tesouro pode ser empregado junto àqueles que perderem as suas terras, meios de subsistência e bens durante as guerras. Faça-o ser distribuído em forma de dinheiro, a fim de remediar e socorrer essa grande

[1310] Na tradução do "Segredo dos Segredos" produzida em 1448, é recomendado que em tempos de adversidades, sobretudo naqueles em que a "falta de dinheiro" leva ao "empobrecimento de territórios sob o seu governo", o príncipe deve oferecer "alívio" aos seus súditos, dispondo de suas "riquezas" ligadas não apenas ao "ouro e outro tesouros", mas também de "bebidas, alimentos" e também de "tecidos". A noção era de que, em nome do bem comum, se evitasse a cobiça e o orgulho de sua demonstração, posse e aquisição. Um exemplo disso é o relato de John Capgrave sobre a proibição lançada em 1363 para que aqueles de estado inferior se abstivessem de usar jóias, ornamentos, peliças, bem com de consumirem carnes e bebidas de maior valor. CAPGRAVE, J. **The chronicle of England.** Edited by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1858. p. 222.; MANZALAOUI, M.A. (Ed.). **Secretum secretorum:** nine English versions. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 219.

consternação e necessidade, assim como para defender vosso reino contra seus adversários supramencionados. Costuma-se dizer que um reino se encontra em melhor situação quando está sem tesouros do que sem honra, e também é melhor levar uma vida pobre em um reino rico, em tranquilidade e paz do que ser rico em um reino pobre, onde as discordâncias e as contendas imperam. Caso venha a proceder dessa forma, todo homem, de acordo com o seu estado, também fará o mesmo. Portanto, provejam o exemplo para todos nós, audazes e poderosos homens de bons conselhos e importância, onde cada um deve fazê-lo segundo o seu estado.

CAPÍTULO 68

Como São Luís, rei da França, em seu testamento escrito de próprio punho, aconselhou seu filho [*para que*], após o término de seu reinado, cuidasse e protegesse as boas cidades de sua terra, tanto as de maior como as de menor porte, bem como empregasse a justiça e a paz.

A fim de emular e laborar segundo os abençoados aconselhamentos de São Luís, rei da França, deve-se enumerar, dentre outras advertências e conselhos em seu testamento, um capítulo [*no qual ele*] adverte e prescreve a seu filho, Filipe, que reinou a seguir. Ele deveria empregar e fazer valer toda a sua diligência para que pudesse manter seus súditos em paz e Justiça, e especialmente para proteger e promover os interesses das boas cidades de seu reino, mantendo seus privilégios e liberdades de forma que elas pudessem se desenvolver e manter seu poderio, pois, se fossem bem cuidadas, os inimigos internos de seu reino ou os contendores adversários titubeariam e seriam cautelosos em realizar quaisquer ações marciais contra sua nobre majestade.

Caso os adversários venham a trabalhar contra a honra de vossa pessoa e o bem-estar de vosso reino, os ditos cidadãos, burgueses e bons comuns deverão demonstrar poderio e boa coragem, dispondo de seus corpos e bens com largueza a serem empregados para resistir-lhes. Assim, protejam e poupem aos pobres, em especial os necessitados, como um sinal de que em vossos corações podem recordar e relembrar a vingança das duras afrontas manifestadas contra esse reino, bem como para recuperar a reverência que esse reino perdeu recentemente.

Mesmo aqueles que não possuem habilidades corporais, ou costume de empregá-los na realização de feitos de armas e a compreensão de que tais atividades não lhes

competem, como no caso dos homens regulares e seculares, ainda assim os laicos pedirão que auxiliem com sua boa coragem, e não de modo forçado por meio do pagamento de taxas ou mesmo com servidão nos tempos que se avizinham, mas sim com o livre arbítrio, com um coração cheio de generosidade, como se faz tão apropriado e necessário atualmente. É dessa maneira que os ingleses probos deveriam fazê-lo, isto é, todo homem deveria dispor de seus bens de acordo com suas possibilidades. Assim, em reverência a Deus, que isso seja levado a cabo.

Deve-se mostrar agora, ou ao menos assim deveria ser, quem é considerado bom e vantajoso para o bem comum, e que, igualmente, se dispõe a laborar pelo avanço desse feito de grande necessidade. Aqueles que não dispuserem de meios pecuniários, bens ou tesouros, ainda assim empreguem sua boa vontade. Um nobre reino de grande distinção e de nobre renome como sempre o foi. Quando Deus anseia por demonstrar o Seu poder e quer que sejamos vitoriosos, quem pode se opor? Devem ser confundidos com pessoas de reputação mais simples do que a vossa, as quais vós {aristocratas} e vossos nobres progenitores conquistaram e sobrepujaram várias vezes anteriormente? Faz-se por bem compreender que não possuís guardiães, mantenedores, e nem defensores, mas tão somente Deus, cuja vontade para que assim seja, O faz ao mesmo tempo testemunha e agente.[1311] Alguns dizem que a enchente do Tâmisa o faz transbordar em temporadas de chuvas, porém, apesar de tudo, como o poder e a graça de Deus, vós não estais na extremidade desses temporais, e nem seria possível que chegasse a essa situação de tanta indigência e necessidade.

CAPÍTULO 69

Sobre quando os romanos enfrentaram extrema carestia, em que tanto a carne como o dinheiro lhes faltaram e sua cavalaria foi destruída e, ainda assim, aqueles que [*restaram*], como viúvas e outros, sentiram-se encorajados ao ponto de conseguirem auxiliar Roma a reconquistar seus direitos e liberdades.

Em certo momento, quando os romanos se encontraram em uma situação de grande carestia, faltou-lhes tanto a carne como o dinheiro para sustentar e amparar sua bravura, porém, nem mesmo assim lhe faltou a nobre coragem e a boa esperança. Dessa forma, quando o antigo sangue fidalgo foi vertido em batalha, eles sagraram seus servos

[1311] Talvez seja uma alusão a Henrique VI por ter dependido tanto tempo de guardiães.

como cavaleiros, objetivando prosseguir com sua conquista e para aumentar os números de suas hostes.[1312] Enquanto isso, as reverenciadas senhoras de Roma, em especial as viúvas carpideiras, que naquele tempo não estavam acostumadas a pagar e a sustentar a remuneração dos homens de armas, mesmo assim, quando a necessidade os atingiu, se ofereceram e trouxeram, liberalmente, suas joias e bens, ação pela qual receberam grandes agradecimentos e foram louvadas e, após a vitória, foram bem recompensadas e indenizadas.

Também pude ler acerca de um nobre exemplo no quinto livro de Tito Lívio sobre a segunda década das Guerras Púnicas. Naquela ocasião, os nobres romanos, nos tempos de guerras que há muito se estendiam contra seus adversários africanos, proveram para a defesa de seu território, o qual havia sido abandonado, por meio de impostos, talhas e tributos, além de cederem uma parte considerável de seus bens móveis, a ponto de não terem mais meios de sustento provindos senão de suas próprias terras. Nessa situação, veio a ocorrer que os territórios da Sicília e Sardenha necessitavam prover {o sustento de} um grande exército e uma multidão de pessoas, assim como dos homens que ficaram encarregados de defendê-los e mantê-los tanto por mar como por terra.[1313]

Por essa razão, os comuns de Roma suportaram uma grande quantidade de taxas até que não puderam mais tolerá-las, a menos que os senhores senadores e conselheiros de Roma também fossem taxados. Os comuns de Roma começaram a reclamar e a ressentir-se de tal modo nos mercados abertos contra os de grande estado e senadores, dizendo que eles vendiam os corpos e os bens dos comuns, que não podiam mais pagar por impostos e talhas. Os governadores de Roma, a fim de pacificarem o povo, disseram que iriam realizar um conselho e recomendar um dia para proverem o bem comum, e concluíram que, fosse certo ou errado, eles, senadores, homens de grande estado e governadores deveriam se desfazer amplamente de seus bens, pois assim serviriam como exemplos para os comuns na defesa do território da Sicília e na manutenção da terra e do mar contra os inimigos.

(Marco Valério} Levino[1314], um nobre senador, proclamou que, uma vez que os senadores detinham primazia sobre os bens e o governo da cidade como {forma de}

[1312] Conforme destacada na primeira parte da investigação, a sagração de homens de origens incertas veio a tornar-se uma prática relativamente aceitável face ao cenário de afastamento da alta nobiliarquia das funções de armas.
[1313] Conforme aponta William Worcester, esse episódio é relatado no livro 23, capítulo 21 de Tito Lívio.
[1314] Sobre essa passagem, cf. WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430-1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 121-122.

promoção da{s suas respectivas} reverência e dignidade, da mesma forma era razoável que eles devessem arcar com parte da responsabilidade em defender os comuns e dar o exemplo sobre as mesmas ordens que proferiam a esses últimos. Dessa forma, disseram aqueles nobres, permitam-nos dar o exemplo para os comuns ao dirigirmo-nos a feira ainda mais cedo do que vocês, trazendo grande parte de nossas moedas de ouro e prata, bem como aquelas outras cunhadas[1315] que cada um de nós senadores e homens de estado possuímos, de modo que nenhum de nós retenha para seu próprio uso nada a exceção de anéis e outras joias para fins de reverência de sua {respectiva} esposa e filhos tão somente.

Dessa forma, cada oficial não deve possuir recipientes de prata, à exceção de um relicário e de um aparador. Cada senador deve manter somente uma libra de prata cunhada; e cada homem casado com mulher e filhos deve manter para cada um deles mais ou menos uma onça de prata, e cada cidadão de posses e com certo grau de importância deve reservar tão somente cinco mil *pence* de moedas de latão, pois todo o restante de moedas de ouro, prata e latão deveria ser levado aos tesoureiros da cidade. Subsequentemente, os comuns de Roma, ponderando que os senadores e governantes, por sua própria vontade abriram mão de modo amplo e abundante de seu ouro e do tesouro em prol do bem comum, para a defesa e manutenção do mar com navios e marinheiros, para a defesa e o rechaço de seus adversários, trouxeram espontaneamente e com grande coragem, segundo seu poder e posses, ouro, prata e outras moedas para os tesoureiros e outros dedicados ao câmbio, que estavam compromissados em receber o dinheiro.

A exaltação era tão grande que eles não tinham tempo para escreverem os nomes dos nobres cidadãos, e nem de contar ou mesmo dizer a quantidade total e individual que cada homem trouxe. Por meio dessa boa vontade e dessa forma de procedimento, o bem comum foi acrescido a ponto de que os cavaleiros e outros guerreiros obtiveram mais do que o necessário para defender e manter os territórios da Sicília e Sardenha, bem como para controlarem o mar.

Todas as coisas e regulações pertinentes à guerra foram providenciadas e levadas a cabo de forma honrosa e com grande labor e trabalho, de forma que todos os senadores e conselheiros não precisavam mais tardar em sua atividade, mas, em vez disso, cada um

[1315] Talvez a distinção a que William Worcester se refere diga respeito a uma distinção presente no texto original citado por ele pertinente ao sistema monetário romano, onde o ouro e a prata foram mantidos junto ao emprego de lingotes e de moedas em situações diversas. Para uma discussão sobre o estado da questão, cf. HARRIS, W.V (Ed.). **The monetary systems of the Greeks and Romans.** Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 160-206.

deles se deslocou até seus respectivos territórios para realizarem suas próprias provisões. Os romanos nunca haviam enfrentado tal adversidade como nesse caso de urgência e, por meio dessa liberalidade, conseguiram se recuperar e foram trazidos novamente à reverência, prosperidade e bem-estar.

Que Deus, todo poderoso, permita que todos de coração avarento venham a agir com tal liberalidade e livre contribuição, às custas de seus bens móveis e tesouros, em favor do bem comum, assim como para defendermo-nos de nossos adversários, e para a manutenção tanto do mar como da terra, para que assim sejamos sempre capazes de ser senhores e mestres, nobres governantes como fomos outrora.

Aqui termina essa epístola, a respeito de emendas, no dia 15 de junho do ano de 1450 da era Cristo, décimo quinto do reinado do nobre rei Eduardo IV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Corpus documental

A COLLECTION of ordinances and regulations for the government of the Royal Household, from King Edward III to King William and Queen Mary. London: Printed for the society of antiquaries by John Nichols, 1790.

A CHRONICLE OF LONDON, from 1089 to 1483. London: Longman, Rees, Orme, Brown and Green. 1827.

A PARISIAN JOURNAL, 1405 - 1449. Translated by Janet Shirley. Oxford: Claredon Press, 1968.

A translation of Glanville. By John Beames to which are added notes, with introd. By J.H. Beale. Washington, Byrne, 1900.

ADAMS, R. **The book of the order of chivalry.** Huntsville, Texas: Sam Houston State University Press, 1991.

ALLMAND, C. (Ed). **Society at war:** the experience of England and France during the Hundred Years War. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1973.

AN ANGLO-SAXON chronicle. Edited by M.J. Swanton. Exeter: University of Exeter Press, 1990.

ARISTOTLE. **Nicomachean ethics.** Translated with an interpretive essay, notes, and glossary by Robert C. Bartlett and Susan D. Collins. Chicago; London: University of Chicago Press, 2011.

ARISTOTLE. **Nicomachean ethics.** Translated by C.D.C. Reeve. Indianapolis; Cambridge: Hacket Publishing Company, 2014.

AUGUSTINE OF HIPPONA. **The city of God against the pagans.** With an English translation by George E. McCracken. Cambridge: Harvard University Press, 1957. Vol. 1.

BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook.** Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012.

BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel:** 1290-1360. Translated by Nigel Bryant.Woodbridge: Boydell Press, 2011.

BELLIS, J. (Ed.). **John Page's the siege of Rouen.** Edited from London, British Library, Ms Egerton 1995. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2015.

BLAYNEY, M.S. **Fifteenth-century English translations of Alain Chartier's Le traite de l'esperance and Le quadrilogue invective.** London: Oxford University Press, 1974.

BRIE, F.W.D. **The Brut, or the chronicles of England.** London: Early English Text Society, 1906 – 1908.

BRUNI, L. **History of the Florentine people.** Edited and translated by James Hankins. Cambridge, Massachussets; London: Harvard University Press, 2007, vol. 1.

BYLES, A.T.P (Ed.). **Book of the ordre of chyualry.** Translated and printed by William Caxton. Abingdon: Routledge, 2010.

_____. **The book of fayttes of armes and of chyualrye.** Translated and printed by William Caxton. London: Oxford University Press, 1937.

BOETHIUS. **Tractates, de consolationi philosophiae.** Translated by H. F. STEWART and E.K. Rand. London: Heinemann, 1968.

BONET, H. **The tree of battles.** English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949.

BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers.** Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941.

_____. **The epistle of Othea.** Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970.

CALENDAR OF PATENT ROLLS. Henry VI, 1422 – 1461. London, H.M.S.O., 1901 - 1911. 6 v.

CAPGRAVE, J. **The books of the illustrious Henries.** Translated from the Latin by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts, 1858.

_____. **The chronicle of England.** Edited by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1858.

CHANTILLON, W. **The Alexandreis of Walter of Chantillon:** a twelfth-century epic, a verse translation. Translated by David Townsend. Pennsylvania: University Press, 1996.

CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005.

CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008.

CICERO, M.T. **De invention. De optimo genere oratorum topica.** With and English translation by H.M. Hubbell. London: Heinemann, 1949.

_____. **De officiis.** With an English translation by Walter Miller. London: Heinemann, 1913.

_____. **De re publica; De legibus.** With an English translation by Clinton Walker Keyes. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1928.

CURRY, A. Disciplinary ordinances for the English and Franco-Scottish armies in 1385: an international code? **Journal of Medieval History,** v. 37, p. 269 – 294, 2011.

_____. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150 – 1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008.

DAVIES, J.S. (Ed.). **An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V, and Henry VI written before the year 1471.** London: Camden Society, 1856.

DIO. **Roman History.** Translated by Earnest Cary on the basis of the version of Herbert Baldwin Foster. London: Macmillan, 1914.

DOUGLAS, D. C. **English historical documents.** London: Routledge, 1996. v. 4.

DYBOSKY, R.; AREND, Z.M. (Eds.). **Knyghthode and bataile:** a XVth century verse paraphrase of Flavius Vegetius. Oxford: Early English Text Society: 1971.

EUTROPIUS. **Historiae Romanae, libri septem**. Edited by C. Bradley, with gramatical notes adapted to the public school latin primer by John T. White. London: Longmans, 1883.

FENN, J. **Original letters, written during the reigns of Henry VI, Edward IV and Richard III.** London: G.G.J. and J. Robinson, 1787.

FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Claredon Press, 1911.

FORTESCUE, J. **On the laws and governance of England.** Edited by Shelley Lockwood. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1997.

GAIRDNER, J (Ed.). **The historical collections of a citizen of London in the fifteenth century**. London: Camden Society, 1876.

GAIRDNER, J (Ed.). **The Paston letters, A.D. 1422 – 1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. 4 v.

PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504. Edited by Chris Given-Wilson. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 9. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504. Edited by Anne Curry. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 10-11. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

_____. Edited by Anne Curry & Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 12. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

_____. Edited by Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 13-14. Disponível em: http://www.sd-editions.com/PROME/home.html. Acesso em: 07 mar. 2019.

GRAY, T. **The Scalacronica:** 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005.

HOCCLEVE, T. **The regiment of princes.** Edited by Charles R. Blyth. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1999. Disponível em: < http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/blyth-hoccleve-the-regiment-of-princes>. Acesso em 07 mar. 2018.

HUNTINGDON, H. **Historia Anglorum:** the history of the English people. Edited and translated by Diana E. Greenway. Oxford: Clarendon, 1996.

JONES, M.; WALKER, S. (Eds). Private indentures for life service in peace and war 1278 – 1476. **Camden fifth series**, Cambridge, v.3, p. 1 – 190, jul. 1994.

KINGSFORD, C.L. (Ed.). **Chronicles of London.** Oxford: Claredon Press, 1905.

_____. **The first English life of king Henry the fifth.** Oxford: Clarendon Press, 1911.

LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988.

LYDGATE, J. Mesure is tresour. In: SPONSLER, C. (Ed). **Mummings and entertainments.** Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 2010. Disponível em: < http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/sponsler-lydgate-mummings-and-entertainments>. Acesso em: 07 mar. 2018.

MANZALAOUI, M.A. (Ed.). **Secretum secretorum:** nine English versions. Oxford: Oxford University Press, 1977.

MÉZIÈRES, P. **Letter to King Richard II:** a plea made in 1395 for peace between England and France. Original text and English version of Epistre au Roi Richart introduced and translated by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1975.

MONMOUTH, G. **The history of the kings of Britain.** Edited and translated by Michael A. Faletra. Peterborough, Ontario: Broadsview, 2008.

MYERS, A.R. (Ed.). Some household ordinances of Henry VI. **Bulletin of the John Rylands Library**, Manchester, v.36, n. 2, p. 449 – 467, 1954.

NEDERMAN, C. (Ed.). **Policraticus:** of the frivolities of courtiers and the footprints of philosophers. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1992.

NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England***:* treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002.

ROBBINS, R.H. (Ed.). **Historical poems of the XIVth and XVth centuries.** New York: Columbia University Press, 1959.

ROWE, J.H. Discipline in the Norman garrissons under Bedford, 1422 – 35. **The English Historical Review,** Oxford, v. 46, n. 182, p. 194 – 208, abr. 1931.

SCROPE, G.P. **History of the manor and ancient barony of Castle Combe in the county of Wilts.** London: J.B. Nichols, 1852.

STEVENSON, J. (Ed.). **Narratives of the expulsion of the English from Normandy, 1449 – 1450.** London: Longman, Green and Roberts, 1863.

STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861 – 1864. 3v.

GESTA HENRICI QUINTI. The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975.

THE CHRONICLE OF ADAM USK 1377 – 1421. Edited and translated by C. Given-Wilson. Oxford: Claredon Press, 1997.

THE CHRONICLE OF FLORENCE OF WORCESTER with the two continuations: comprising annals of English history, from the departure of the Romands to the reign of Edward I. Translated from the latin with notes and illustrations by Thomas Forester. London: H.G. Bohn, 1854.

THE CHRONICA MAIORA of Thomas Walsingham, 1376 – 1422. Translated by David Preest; with annotations and notes by James G. Clark. Woodbridge: Boydell Press, 2005.

THE CHRONICLE OF Enguerrand de Monstrelet. Translated by Thomas Johnes. London: H. G. Bohn, 1810. 2v.

THE CHRONICLE OF John Somer. Edited by Jeremy Catto and Linne Mooney. **Camden fifth series**, Cambridge, v.10, p. 201 – 285, jul. 1994.

THE CHRONICLE OF Pierre de Langtoft. Edited by Thomas Wright. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer: 1866. 2 v.

THE LIFE of the Black Prince: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Claredon Press, 1910.

THE STATESMAN'S BOOK OF JOHN OF SALISBURY, being the fourth, fifth, and sixth books, and selections from seventh and eight books, of the Policraticus. Translated into English with an introd. by John Dickinson. New York: Russell & Russel, 1963.

TIPTOFT, J. The declamacion of noblesse. In: MITCHELL, R.J. **John Tiptoft (1427 – 1470).** London: Longmans, Green, 1938.

TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997.

TWISS, T (Ed.). **The black book of the Admiralty.** London: Longman, 1871. v. 1.

USK, A. **Chronicon Adae de Usk,** a.D. 1377 – 1421. Edition with a translation and notes by Sir Edward Maunde Thompson. London: H. Frowde, 1904.

VEGETIUS, F.R. **Epitome of military science.** Translated with notes and introduction by N.P. Milner. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

YONGE, J. **The gouernaunce of prynces.** STEELE, R. (Ed.). **Three prose versions of the secreta secretorum.** London: EETS, 1898.

WARKWORTH, J. **A chronicle of the first thirteen years of the reign of king Edward the fourth.** Edited by James Orchard Halliwell. London: Camden Society, 1839.

WARNER, G.F (Ed.). **The epistle of Othea to Hector or the Boke of Knyghthode.** Translated from the French of Christine de Pisan with a dedication to *Sir* John Fastol by George F. Warner. London: Nichols and sons, 1904.

WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. 3 v.

WENDOVER, R. **Flowers of History.** Translated from the latin by J.A. Giles. London: H.G. Bohn, 1849.

WORCESTER, W. **De senectute.** Westminster: printed by William Caxton, 1481. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext. Acesso em: 20 jul. 2019.

WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860.

WORCESTRE, W. **The topography of medieval Bristol.** Edited by Frances Neale. Bristol: Bristol Record Society, 2000.

WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 2.

***Sites* consultados:**

DOUAY-RHEIMS BIBLE. Disponível em: http://www.drbo.org/index.htm.

HARRISS, G.L. **Fastolf, Sir John (1380 – 1459).** Oxford Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: < http://www.oxforddnb.com/view/article/9199>. Acessado em: 05 set. 2016.

HUGHES, J. **Scrope, Stephen (1397 – 1472).** Oxford Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: < http://www.oxforddnb.com/view/article/66283>. Acessado em: 05 set. 2016.

MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/m/med/.

ORME, N. **Worcester, William (1415 – 1480/5).** Oxford Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: < http://www.oxforddnb.com/view/article/29967>. Acessado em: 05 set. 2016.

Obras de referência

Dicionários e enciclopédias

BUNSON, M. **A dictionary of the Roman Empire.** Oxford: Oxford University Press, 1995.

COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases.** Cambridge: D.S. Brewer, 2004.

DREES, C.J. (Ed). **The late medieval age of crisis and renewal, 1300 – 1500:** a biographical dictionary. London: Greenwood Press, 2001.

FRITZE, R.H.; ROBISON, W.B. (Eds.). **Historical dictionary of late medieval England.** Westport, CT: Greenwood Press, 2002.

LEE, S. Sir John Fastolf. In: STEPHEN, L. (Ed.). **Dictionary of national biography.** New York: Macmillan, 1889. v. XVIII.

WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006.

_____. **Encyclopedia of the Wars of the Roses.** Santa Barbara, California: ABC-Clio, 2001.

Estudos

AISLES, A. Heraldry in medieval England: symbols of politics and propaganda. In: COSS, P.R., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England.** Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002.

ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415 – 1450:** the history of a medieval occupation. Oxford: Claredon Press, 1983.

_____. The Anglo-French negociations, 1439. **Historical Research,** Londres, v. 40, n. 101, p. 1 – 33, mai. 1967.

_____. **The De re militari of Vegetius**: the reception, transmission and legacy of a Roman text in the Middle Ages. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011.

_____. **The hundred years war:** England and France at war c. 1300 – c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

_____. The Lancastrian Land Settlement in Normandy 1417 – 1450. **The economic history review,** v. 21, n. 3, p. 461 – 479, dez. 1968

_____. The reporting of war in the Middle Ages. In: DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

_____; KEEN, M. History and the Literature of War: The Boke of Noblesse of William Worcester. In: ALLMAND, C. **War, Government and Power in Late Medieval France**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

AIRD, W.M. **Robert Curthose, duke of Normandy:** c. 1050 – 1134. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2008.

ARMSTRONG, J.W. The development of the office of arms in England, c. 1413 – 1485. In: STEVENSON, K. (Ed.). **The herald in late medieval Europe.** Woodbridge: Boydell Press, 2009.

AYTON, A. Military service and the dynamics of recruitment in fourteenth-century England. IN: BELL, A.; CURRY, A.; CHAPMAN, A. et. al. (Eds.). **The soldier experience in the fourteenth century.** Woodbridge: Boydell Press, 2011.

BARKER, J. **Conquest:** the English kingdom of France, 1417 – 1450. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.

_____. The foe within: treason in Lancastrian Normandy. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 305 – 320.

BARROW, G. W. S. **Robert Bruce and the community of the realm of Scotland**. Berkeley: University of California Press, 1965.

BARTLET, R. **England under the Norman and Angevin kings, 1075 – 1225.** Oxford:: Claredon Press, 2000.

BEADLE, R. Sir John Fastolf's French books. In: In: CAIE, G.D.; REVENEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context.** London: Routledge, 2008.

BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

BENHAM, J. **Peacemaking in the middle ages:** principles and practices. Manchester: Manchester University Press, 2011.

BLIESE, J.R.E. Rhetoric and morale: a study of battle orations from the central middle ages. **Journal of Medieval History,** v. 15, p. 201 – 226, 1989.

BOLTON, T. **The empire of Cnut the Great:** conquest and the consolidation of power in Northern Europe in the early eleventh century. Leiden; Boston: Brill, 2009.

BORNSTEIN, D. D. **The chivalric manual in fifteenth-century England**. 398f. Tese (Doutorado). New York University: New York, 1970.

_____. Military manuals in fifteenth-century England. **Mediaeval Studies,** Turnhout, v. 37, p. 469 – 477, 1975.

_____. William Caxton's chivalric romances and the Burgundian Renaissance in England. **English studies,** v. 57, n. 1, p. 1 – 10, 1976.

BOSSUAT, A. **Perrinet Gressart et François de Surienne, agentes de l'Angleterre.** Paris, E. Droz, 1936.

BOULTON, D.J.D. **The knights of the crown:** the monarchical orders of knighthood in later medieval Europe 1325 – 1520. Woodbridge: Boydell, 1987.

BRANDT, W.J. **The shape of medieval history**: studies in modes of perception. New Haven: Yale University Press, 1966.

BRIGGS, C.F. **Giles of Rome's De regimine principum:** reading and writing politics at court and university, c. 1275 – 1525. New York: Cambridge University Press, 1999.

BROADWAY, J. The afterlife of William Worcester. Disponível em: < http://xmera.co.uk/Worcestre.pdf http://xmera.co.uk/Worcestre.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

DAW, B.M. English knighthood in decline: the last years of the Hundred Years War, 1435 – 53. **Bulletin of the John Rylands Library,** Manchester, v.3, n. 87, 2001, p. 201 – 220.

BROUGH, M.W.; LANGO, J.W.; VAN DER LINDEN, H. (Eds.). **Rethinking the just war tradition.** Albany: State University of New York Press, 2007.

BRUSO, S. Bodies hardened for war: knighthood in fifteenth-century England. **Journal of medieval and early modern studies,** North Carolina, v. 47, n.2, p. 255 – 277, mai. 2017.

BRYANT, N. **The history of William Marshal.** Woodbridge: Boydell Press, 2016.

BUTTERFIELD, A. **The familiar enemy:** Chaucer, language and nation in the Hundred Years War. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context.** London: Routledge, 2008.

CASTOR, H. **Blood and roses:** one family's stuggle and triumph during England's tumultuou civil war. New York: Harper Collins, 2006.

CAUDREY, P. William Worcester, The Boke of Noblesse, and military society in East Anglia. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, v. 52, 2008, p. 191 – 211.

CHAPLAIS, P. The making of the treaty of Paris (1259) and the royal style. **The English Historical Review,** Oxford, v. 67, n. 263, abr. 1952, p. 235 – 253.

CHILDS, W.R. 'Welcome, my brother: Edward II, John of Powderham and the chronicles, 1318. In: WOOD, I.; LOUD, G.A. (Eds.). **Church and chronicle in the middle ages.** Essays presented to John Taylor. London: Hambledon Press, 1991.

COLLINS, H.E.L. Sir John Fastolf, John Lord Talbot and the dispute over Patay: ambition and chivalry in the fifteenth century. In: DUNN, D. (Ed). **War and society in medieval and early modern Britain.** Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

_____. **The order of the garter, 1348 – 1461**: chivalry and politics in late medieval England. Oxford: Claredon Press, 2000.

CONTAMINE, P. **War in the middle ages.** Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

COPELAND, R. Pathos and pastoralism: Aristotle's rhetoric in medieval England. **Speculum,** Chicago, n. 89, v. 1, p. 96 – 127, 2014.

COSS, P. Bastard feudalism revised. **Past & present,** Oxford, v. 125, n. 1, p. 27 – 64, nov. 1989.

_____. Knighthood, heraldry and social exclusion in Edward England. In: COSS, P., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England.** Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002.

_____. **The knight in medieval England, 1100 – 1400.** Stroud: Sutton, 1993.

COX, R. Asymmetric warfare and military conduct in the middle ages. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 38, n. 1, p. 100 - 125, fev. 2012.

CURRY, A. **Agincourt:** sources and interpretations. Woodbridge: Boydell Press, 2000.

_____. Guns and Goddams: was there a Military Revolution in Lancastrian Normandy 1415 – 1450? In: ROGERS, C.; DEVRIES, K.; FRANCE, J. (Eds.). **Journal of medieval military history.** Woodbridge: Boydell Press, 2010, vol. VIII.

_____. John, duke of Bedford's arrangements for the defence of Normandy in October 1434: College of Arms MS Arundel 48, fólios 274r – 276v. **Annales de Normandie,** Rouen, 62e année, v. 2, p. 235 – 251, 2012.

_____. Sex and the soldier in Lancastrian Normandy, 1415 – 1450. **Reading Medieval Studies,** Reading, v. XIV, p. 17 – 45, 1988.

_____. Soldiers wives in the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009.

_____. The English armies in the fifteenth century. In: _____.; HUGHES, M. (Eds.). **Arms, armies and fortifications in the Hundred Years War.** Woodbridge, UK; Rochester, USA: Boydell Press, 1994.

_____. The first English standing army? Military organization in Lancastrian Normandy, 1420 – 1450. In: ROSS, C. (Ed.). **Patronage, pedigree and power in later medieval England.** Gloucester: A. Sutton, 1979.

_____. **The hundred years war.** New York: St. Martin's Press, 1993.

_____. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. **War, government and aristocracy in the British Isles,** c. 1150 – 1500: essays in honour of Michael Prestwich. Woodbridge: Boydell Press, 2008.

_____. The nationality of men-at-arms serving in English armies in Normandy and the *pays de conquête*, 1415 – 1450: a preliminary study. **Reading medieval studies,** Reading, v. 18, p. 135 – 163, 1992.

CUTTINO, G.P. **English medieval diplomacy.** Bloomington: Indiana University Press, 1985.

DAVIES, N. The epistolary usages of William Worcester. PEARSALL, D.A.; WALDRON, R.A. **Medieval literature and civilization:** studies in memory of G. N. Garmonsway. London: The Athlone Press, 1969.

DAVIES, R.R. **Lords and lordship in the British isles in the late middle ages.** Edited by Brendan Smith. Oxford: Oxford University Press, 2009.

DAW, B.M. English knighthood in decline: the last years of the Hundred Years War, 1435 – 53. **Bulletin of the John Rylands Library,** Manchester, v.3, n. 87, 2001, p. 201 – 220.

DEMURGER, A. **Os cavaleiros de Cristo:** templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média (sécs. XI – XVI). Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DESMOND, M.R. Reading and visuality in Stephen Scrope's translatio of Christine de Pizan's 'Epistre Othea'. In: GERTSMAN, E.; STEVENSON, J. (Eds). **Thresholds of medieval visual culture:** liminal spaces. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2012. p. 95 – 122.

DICKINSON, J.G. **The congress of Arras 1435.** A study in medieval diplomacy. New York: Biblo and Tannen, 1972.

DILLON, V.H.; HOPE, W.H.J. Inventory of the goods and chattels belonging to Thomas, duke of Gloucester, and seized in his castle at Pleshy, co. Essex, 21 Richard II. (1397); with their values, as shown in the escheator's accounts. **Archaeological Journal,** London, v. 54, n. 1, p. 275 – 308, 1897.

DODD, G. The rise of English, the decline of French: supplications to the English crown, c. 1420 – 1450. **Speculum,** Chicago, n. 86, p. 117 – 150, 2011.

DRIMMER, S. Failure before print (the case of Stephen Scrope). **Viator**, Medieval and Renaissance studies, California, v. 46, n. 3, p. 343 – 372, 2015.

FAULKNER, K. The Transformation of Knighthood in Early Thirteenth-Century England. **The English historical review**, Oxford, v. 111, n. 440, p. 1 – 23, fev. 1996.

FLORI, J. **A Cavalaria**: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. Tradução de Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.

_____. **Caballeros y caballeria en la Edad Media.** Traducción de Godofredo Gonzalez. Barcelona: Paidós, 2001.

FOWLER, K. (Ed.). Truces. In:_____. **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971.

FRANTZEN, A.J. **Blood good:** chivalry, sacrifice and the Great War. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

FRIEL, I. Winds of change? Ships and the Hundred Years War. In: CURRY, A.; HUGHES, M. (Eds.). **Arms, armies and fortifications in the Hundred Years War.** Woodbridge, UK; Rochester, USA: Boydell Press, 1994.

GENET, J.P. The problem of tyranny in fifteenth century England. **Moreana**, Irving, TX, v. 50, n. 191 – 192, p. 43 – 66, jun. 2013.

GILLESPIE, A.; WAKELIN, D. (Eds.). **The production of books in England:** 1350 – 1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GILLINGHAM, J. **Richard I.** New Haven; London: Yale University Press, 1999.

GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004.

_____. Official and semi-official History in the later middle ages: The English evidence in context. In: KOOPER, E. (Ed.). **The Medieval Chronicle V**. Amsterdam: Rodopi, 2008.

GRANSDEN, A. **Historical writing in England I**: c. 550 – 1307. London: Routledge, 2000.

_____. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000.

GREEN, D. **The Hundred Years War**: a people's history. New Haven: Yale University Press, 2015.

GREEN, R.F. **A crisis of truth:** literature and law in Ricardian England. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

_____. **Poets and princepleasers:** literature and the English court in the late middle ages. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980.

GRIFFITHS, R.A. The English Realm and dominions and the king's subjects in the later middle ages: In: _____. **King and country:** England and Wales in the fifteenth century. London; Rio Grande, Ohio, USA: Hambledom Press, 1991.

_____. **The reign of King Henry VI:** the exercise of royal authority, 1422 – 1461. London: E. Benn, 1981.

GRUMMITT, D. Changing Perceptions of the Soldier in Late Medieval England. **The fifteenth century,** London, v. 10, p. 189 – 202, 2011.

GRUMMITT, D. **Henry VI.** New York: Routledge, 2015.

_____. **The Calais garrison:** war and military service in England, 1436 – 1558. Woodbridge, UK; Rochester, NY: Boydell Press, 2008.

GUENÉE, B. **O ocidente nos séculos XIV e XV:** os Estados. Tradução de Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1981.

GUNN, S.; JAMME, A. Kings, nobles and military networks. In: FLETCHER, C.; GENET, J.P.; WATTS, J. (Eds.). **Government and political life in England and France, c. 1300 – 1500.** Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HANNA, R. Sir Thomas Berkeley and his patronage. **Speculum,** v. 64, n. 4, p. 878 – 916, out. 1989.

HARRIS, K. Patrons, buyers and owners: the evidence for ownership and the role of book owners in book production and the book trade. In: GRIFFITHS, R.A.; PEARSALL, D. (Eds.). **Book production and publishing in Britain,** 1375 – 1475. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1989. p. 163 – 200.

HARRIS, W.V (Ed.). **The monetary systems of the Greeks and Romans.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

HARRISS, G.L. **King, parliament, and public finance in medieval england to 1369.** Oxford: Claredon Press, 1975.

HAY, D. History and historians in France and England during the fifteenth century. **Historical research,** London, v. 35, n. 92, p. 111 – 127, nov. 1962.

HAWKYARD, A. Sir John Fastolf's 'gret mansion by me late edified': Caister castle, Norfolk. In: CLARK, L. (Ed.). **The fifteenth century V.** Of mice and men: image, belief and regulation in late medieval England. Woodbridge, Suffolk: Boydell, 2005.

HEATH, I. **Armies of feudal Europe:** 1066 – 1300. Sussex: Flexiprint, 1989.

HEEBØLL-HOLM, T.K. **Ports, piracy, and maritime war:** piracy in the English Channel and the Atlantic, c. 1280 – c. 1330. Leiden: Brill, 2013.

HEWITT, H.J. **The organization of war under Edward III, 1338 – 62.** Manchester: Manchester University Press, 1966.

HOLMES, G.A. The 'Libel of English policy'. **The English historical review**, Oxford, v. 76, n. 299, p. 193 – 216, abr. 1961.

HONEYWELL, M.L. **Chivalry as community and culture:** the military elite of late thirteenth and fourteenth-century England. 2006. 374f. Tese (Doutorado) – University of York, York, 2006.

HOSLER, J. D. **John of Salisbury:** military authority of the twelfth-century Renaissance. Leiden; Boston: Brill, 2013.

HUGHES, J. Stephen Scrope and the circle of Sir John Fastolf: Moral and Intellectual outlooks. In: HARPER-BILL, C; HARVEY, R. (Eds.). **Medieval Knighthood IV:** papers from the fifth strawberry hill conference. Woodbridge: The Boydell Press, 1992.

JONES, M. Breton soldiers from the battle of the thirty (26 march 1351) to Nicopolis (25 september 1396). IN: BELL, A.; CURRY, A.; CHAPMAN, A. et. al. (Eds.). **The soldier experience in the fourteenth century.** Woodbridge: Boydell Press, 2011.

JONES, M.K. The battle of Verneuil (17 August 1424): Towards a history of courage. **War in history,** v.9, n.4, p. 375 – 411. 2002.

JOHNSON, J.T. **Ideology, reason and the limitation of war:** religious and secular concepts. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1975.

KAEUPER, R. **Chivalry and violence in Medieval Europe.** Oxford; New York: Oxford University Press, 1999.

_____. Medieval chivalry. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

_____. **War, justice, and public order.** England and France in the Later Middle Ages. Oxford: Claredon Press, 1988.

KAEUPER, R.; BOHNA, M. War and chivalry. In: BROWN, P. (Ed.). **A companion to medieval English literature and culture,** c. 1350 – 1500. Chichester, UK; Malden, MA: Willey-Blackwell, 2009.

KARRAS, R.M. **From boys to men:** formations of masculinity in late medieval Europe. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.

KEEN, E. **Journey of a book:** Bartholomew the Englishmen and the Properties of things. Canberra: The Australian University Press, 2007.

_____. Brotherhood in arms. **History,** n. 47, 1964, p. 1 – 17.

_____. **Chivalry.** New Haven: Yale University Press, 1984.

_____. **England in the later Middle Ages:** a political history. London: Routledge, 2003.

_____. English diplomacy and the sack of Fougères in 1449. **The Journal of the historical association,** Oxford, v. 59, n. 197, p. 375 – 391, out. 1974.

_____. Henry V's diplomacy. In: KEEN, M. **Nobles, knights and men at arms in the middle ages.** London: Hambledon Press, 1996.

_____. **Nobles, knights and men at arms in the middle ages.** London: Hambledon Press, 1996.

KEEN, M. The end of the Hundred Years War: Lancastrian France and Lancastrian England. In: JONES, M.; VALE, M. (Eds). **England and her neighbours: 1066 – 1453.** London: Hambledon Press, 1989.

KEEN, M. **The laws of war in the middle ages.** London: Routledge & K. Paul, 1965.

KEMPSHALL, M. **Rhetoric and the writing of history.** Manchester: Manchester University Press, 2011.

KING, A. Gunners, aides and archers: the personnel of the English ordnance companies in Normandy in fifteenth century. In: CURRY, A.; BELL, A.R. **Journal of medieval military history**: soldiers, weapons and armies in the fifteenth century. Woodbridge: Boydell Press, 2011, vol. IX.

KING, A. The English gentry and military service, 1300 – 1450. **History Compass,** Londres, v. 12, n. 10, 2014, p. 759 – 769.

KING, A. 'Then a great misfortune befell them': the laws of war on surrender and the killing of prisoners on the battlefield in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 43, n. 1, p. 1 – 12, 2016.

KIRKLAND, D. Jean Juvénal des Ursins, and François de Surienne. **The English Historical Review**, Oxford, v. 8, n. 210, p. 263 – 267, abr. 1938.

KUIJPERS, E.; VAN DER HAVEN, C. (Eds.). **Battlefield emotions, 1500 – 1800:** practices, experience, imagination. London: Palgrave Macmillan, 2016.

LAKE, J. (Ed.). **Prologues to ancient and medieval history:** a reader. Toronto: University of Toronto Press, 2013.

LAMBERT, C.L. **Shipping the medieval military:** English maritime logistics in the fourteenth century. Woodbridge, Suffolk; Rochester, N.Y.: Boydell & Brewer, 2011.

LE GOFF, J. **Saint Louis.** Translated by Gareth Evan Gollrad. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2009.

LEWIS, K. Edmund of East Anglia, Henry VI and ideals of kingly masculinity. In:_____. CULLUM, P.H.; LEWIS, K.J. (Eds). Cardiff: University of Wales Press, 2004.

_____. **Kingship and masculinity in late medieval England.** London: Routledge, 2013.

LEWIS, P.S. War, propaganda and historiography in fifteenth-century France and England. In: _____. **Essays in later medieval French history.** London: Hambledon Press, 1985.

LOBANOV, A. The treaty of Amiens (1423): towards a reconsideration. **Proslogion,** St. Petersburg, v. 2, n. 14, p. 242-261, 2016.

MCCULLOCH, D.; JONES, E.D. Lancastrian politics, the French war, and the rise of the popular element. **Speculum**, Chicago, v. 58, n. 1, p. 95 – 138, jan. 1983.

MACDONALD, A. Courage, fear and the experience of the later medieval Scottish soldier. **The Scottish Historical Review,** Edinburgh, v. XCII, 2, n. 235, out. 2013, p. 179 – 206.

_____. Trickery, mockery and the Scottish way of war. **Proceedings of the Society of antiquaries of Scotland,** Edinburgh, v. 143, 2013, p. 319 – 338.

MCFARLANE, K.B. A business-partnership in war and administration, 1421 - 1445. In:_____. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981.

_____. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981.

_____. The investiment of Sir John Fastolf's profits of war. **Transactions of the Royal Historical Society,** Cambridge, v.7, 1953.

MADDOCKS, H.J.; THORPE, D. A petition written by Ricardus Franciscus. **Journal of the early book society,** New York, v. XV, p. 245 – 275, 2012.

MATHESON, L.M. **The prose Brut:** the development of a middle English chronicle. Tempe, Arizona: Medieval & Renaissance texts & studies, 1998.

MOFFAT, R. The importance of being harnest: armour, heraldry and recognition on the melee. In: BLEACH, L.; BORRILL, K. **Battle and bloodshed:** the medieval world at war. Newcastle upon Tyne, UK. Cambridge Scholars Publishing, 2013.

MURRAY, A. **Reason and society in the middle ages.** New York: Oxford Univerisy Press, 2002.

NALL, C. Moving to war: rhetoric and emotion in William Worcester's Boke of Noblesse. DOWNES, ST.; LYNCH, A.; O'Loughlin, K. (Eds.). **Emotions and war: medieval to romantic literature.** Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

_____. **Reading and War in Fifteenth-century England: From Lydgate to Malory.** Cambridge: D.S. Brewer, 2012.

_____. Perceptions of financial mismanagement and the English diagnosis of defeat. In: CLARK, L. **Conflicts, consequences and the crown in the middle ages**. Woodbridge: Boydell Press, 2007.

_____. **The production and reception of military texts in the aftermath of the Hundred Years War.** 342f. Tese (Doutorado) – University of York, 2004.

_____. William Worcester reads Alain Chartier: Le Quadrilogue Invectif and its English readers. In: CAYLEY, E.; KINCH, A. (Eds.). **Chartier in Europe**. Cambridge, UK; Rochester, NY: D.S. Brewer, 2008.

NEILLANDS, R. **The hundred years war.** London: Routledge, 2001.

NEWHALL, R.A. **Muster and review:** a problem of English military administration 1420 -1440. Cambridge: Harvard University Press, 1940.

ORME, N. **From childhood to chivalry:** the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530. London; New York: Methuen, 1984.

ORMROD, W.M. England, Normandy and the beginnings of the Hundred Years War, 1259 – 1360. In: BATES, D.; CURRY, A. (Ed.). **England and Normandy in the middle ages.** London: Hambledon Press, 1994.

_____. The use of English: language, law, and political culture in fourteenth-century England. **Speculum**, Chicago, v. 78, n. 3, p. 750 – 787, jul. 2003.

PAINTER, S. **French chivalry:** chivalric ideas and practices in medieval France. Baltimore, MD: The John Hopkins Press, 1940.

PENMAN, M. *Anglici caudati:* abuse of the English in fourteenth-century Scottish chronicles, literature and records. In: KING, A.; PENMAN, M. (Ed.). **England and Scotland in fourteenth century:** new perspectives**.** Woodbridge: Boydell, 2007.

PETRINA, A. **Cultural politics in fifteenth-century England:** the case of Humphrey, Duke of Gloucester. Leiden; Boston: Brill, 2004.

PERKINS, N. **Hoccleve's Regiment of princes: counsel and constraint.** Cambridge: D.S. Brewer, 2001.

PERVELEY, S.L. Genealogy and John Hardyng's verse chronicle. In: RADULESCU, R.L; KENNEDY, E.D. (Eds.). **Broken lines:** genealogical literature in late-medieval Britain and France. Turnhout: Brepols, 2008. p. 259 – 282.

_____. **John Hardyng's Chronicle: a study of the two versions and a critical edition of both for the period 1327 – 1464**. 760f. Tese (Doutorado). University of Hull, Hull, 2004.

PITT-RIVERS, J. Honour and Social Status. PÉRISTIANY, J.G. (Ed.). **Honour and shame:** the values of Mediterranean society. Chicago: Chicago University Press, 1966.

POLLARD, A.J. **John Talbot and the war in France,** 1427 – 1453. London: Royal Historical Society, 1983.

_____. **The wars of the roses.** Basingstoke: Macmillan Education, 1988.

POLWHELE, R. **Historical views of Devonshire.** Exeter: Cadell, 1793.

POWICKE, M. The English aristocracy and war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971.

PRESTWICH, M. **Armies and warfare in the middle ages:** the English experience. New Haven: Yale University Press, 1996.

_____. **Edward I.** Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988.

_____. **Plantagenet England:** 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. The victualling of castles. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009.

POSTAN, M.M. The costs of the Hundred Years' War. **Past & present,** Oxford, n. 27, p. 34 – 53, abr. 1964.

RICHARDSON, R.T. **The medieval inventories of the Tower armouries**, 1320-1410. 374f. Tese (Doutorado) – University of York, York, 2012.

RICHMOND, C. William Worcester: 1459 – 1460. In:_____. **The Paston Family in the fifteenth century:** Fastolf's will. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
RIGBY, S.H. **Wisdom and chivalry:** Chaucer's knight's tale and medieval political theory. Leiden; Boston: Brill, 2013.

_____. Worthy but Wise?: virtuous and non-virtuous forms of courage in the later middle ages. **Studies in the age of Chaucer,** Baltimore, v. 35, p. 329 – 371, 2013.
ROGERS, C. The military revolutions of the Hundred Years' War. **The journal of military history,** Vancouver, v. 57, n. 2, p. 241 – 278, abr. 1993.

ROSENTHAL, J.T. Sir Richard Scrope and the Scrope and Grovesnor Depositions. In:_____. **Telling tales:** sources and narration in late medieval England. Pennsylvania: Pennsyvania State University Press, 2003. p. 63 – 94.

ROWE, B.J.H. A contemporary account of the Hundred Years War from 1415 to 1429. **English Historical Review,** Oxford, n. 41, p. 504 – 513, out. 1926.

RUSSELL, F.H. **The just war in the middle ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975.

SAUL, N. **Chivalry in medieval England.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2011.

SAYGIN, S. **Humphrey, duke of Gloucester (1390 – 1447) and the Italian humanists.** Leiden, Boston: Brill, 2002.

SEWARD, D. **The hundred years war:** the English in France, 1339 – 1453. London: Constable, 1978.

SHINNERS, J. (Ed.). **Medieval popular religion, 1000 – 1500**: a reader. Toronto: University of Toronto Press, 2008.

SHRADER, C.R. A handlist of extant manuscripts containg the De Re Military of Flavius Vegetius Renatus. **Scriptorium,** Paris, v. 33, p. 280 – 305, 1979.

SMALLEY, B. Historians in the Middle Ages. London: Thames & Hudson, 1974.

SMITH, A. **Aspects of the career of Sir John Fastolf 1380 – 1459**. 231f. Tese (Doutorado). University of Oxford, Oxford, 1982.

SMITH, R.D.; DeVries, K. **The artillery of the dukes of Burgundy, 1363 – 1477.** Woodbridge, UK; Rochester, NY: Boydell Press, 2005.

STRATFORD, J. **The Bedford inventories:** the wordly goods of John, Duke of Bedford, regent of France, 1389 – 1435. London: Society of Antiquaries of London, 1993.

STRICKLAND, M. **War and chivalry:** the conduct and perception of war in England and Normandy, 1066 – 1217. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SUMMIT, J. The city of ladies in the library of gentlemen: Christine de Pizan in England, 1450 – 1526. In: _____. **Lost property:** the woman writer and English literary history, 1380 – 1589. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2000. p. 61 – 108.

_____. **Memory's library:** medieval books in early modern England. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

SUMPTION, J. **The hundred years war:** divided houses. London: Faber and Faber, 2009.

_____. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.

_____.**The hundred years war:** trial by battle. London: Faber and Faber, 1990.

SWANSON, J. **John of Wales:** a study of the works and ideas of a thirteenth-century friar. Cambridge, Cambridgeshire; New York, NY: Cambridge University Press, 1989.

TAYLOR, A. Chivalric conversation and the denial of male fear. In: MURRAY, J. (Ed.). **Conflicted identities and multiple masculinities:** men in the medieval West. New York; London: Garland, 1999.

TAYLOR, C. D. **Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009.

_____. Henry V, flower of chivalry. In: DODD, G (Ed.). **Henry V:** new interpretations. Woodbridge, U.K.: York Medieval Press, 2013.

_____. War, propaganda and diplomacy in fifteenth-century France and England. In: ALLMAND, C. **War, Government and Power in Late Medieval France**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

TAYLOR, J. English historical literature in the fourteenth century. Oxford: Clarendon Press, 1987.

TESTER, S.J. **A history of Western astrology.** Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 1987.

THORPE, D.E. **Writing and reading in the circle of Sir John Fastolf** (d. 1459). 2011. 391f. Tese (Doutorado). University of York, York, 2011.

VALE, M.G.A. **English Gascony, 1399 – 1453:** a study of war, government and politics during the later stages of the Hundred Years War. London: Oxford University Press, 1970.

_____. Sir John Fastolf's "report" of 1435: a new interpretation reconsidered. **Nottingham Medieval Studies,** Nottingham, v. 17, p. 78 – 84, 1973.

_____. **The princely court**: medieval courts and culture in north-west Europe, 1270 – 1380. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. **War and chivalry:** warfare and aristocratic culture in England, France and Burgundy at the end of the middle ages. London: Duckworth, 1981.

VERBRUGGEN, J. **The art of warfare in Western Europe during the middle ages:** from the eighth century to 1340. Translated by Sumner Willard and S.C.M. Southern. Amsterdam; New York: North-Holland Pub. Co., 1977.

VERDUYN, A. The politics of law and order during the early years of Edward III. **The English Historical Review**, v. 108, n. 429, p. 842 – 867, out. 1993.

VILLALON, L.J.; KAGAY, D.J. **The hundred years war (part II):** different vistas. Leiden; Boston: Brill, 2008.

WADGE, R. **Verneuil 1424:** the second Agincourt, the battle of the three kingdoms. Stroud, Gloucestershire: Spellmount, 2015.

WAGNER, A.R. **Heralds and heraldry in the middle ages:** an inquiry in the growth of the armorial function of heralds. Oxford: Oxford University Press, 1956.

WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430 – 1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.

WALKER, S. Janico Dartasso: Chivalry, Nationality and man at arms. **The Historical Association,** Oxford, v. 84, p. 31 – 51, 1999.

WALTER, K.T. Peril, flight, and the sad man: medieval theories of the body in battle. In: ASHE, L.; PATTERSON, I. (Eds.). **War and Literature.** Cambridge: D.S. Brewer, 2014.

WATTS, J. Henry VI and the politics of kingship. New York: Cambridge University Press, 1999.

WHETHAM, D. **Just wars and moral victories**: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages. Leiden; Boston: Brill, 2009.

WOLFE, M. **Walled towns and the shaping of France:** from the medieval to the early modern era. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

WOOLGAR, C.M. **The senses in late medieval England.** New Haven: Yale University Press, 2006.

WRIGHT, N. A. R. ‘Pillagers’ and ‘brigands’ in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 9, n. 1, p. 15 – 24, 1983.

_____. Ransoms of non-combatants during the Hundred Years War. **Journal of Medieval History,** v. 4, v. 17, p. 323 – 332, 1991.

_____. “The Tree of Battles of Honoré Bouvet and the Laws of War.” In: War, Literature and Politics in the Late Middle Ages: Essays in Honour of G.W. Coopland. Ed. C.T. Allmand. Liverpool: University of Liverpool Press, 1975, p. 12-31.